ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 64

Brasília - DF, quarta-feira, 4 de abril de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 13
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 34
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 42
Ministério da Cultura 79
Ministério da Defesa 80
Ministério da Educação 83
Ministério da Fazenda 89
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 111
Ministério da Integração Nacional 115
Ministério da Justiça 115
Ministério da Saúde 118
Ministério das Cidades 122
Ministério de Minas e Energia 122
Ministério do Desenvolvimento Social 130
Ministério do Esporte 133
Ministério do Meio Ambiente 136
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 137
Ministério do Trabalho 141
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 146
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 147
Ministério Público da União 149
Tribunal de Contas da União 149
Defensoria Pública da União 181
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 182

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.641, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Art. 2º O Capítulo II do Título IV da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV, com o seguinte art. 24-A:

"Seção IV

Do Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência

Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Gustavo do Vale Rocha

LEI Nº 13.642, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 1º .....

.....

VII - quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Gustavo do Vale Rocha

LEI Nº 13.643, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício das profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.

Parágrafo único. Esta Lei não compreende atividades em estética médica, nos termos definidos no art. 4º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013.

Art. 2º O exercício da profissão de Esteticista é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º Considera-se Técnico em Estética o profissional habilitado em:

I - curso técnico com concentração em Estética oferecido por instituição regular de ensino no Brasil;

II - curso técnico com concentração em Estética oferecido por escola estrangeira, com revalidação de certificado ou diploma pelo Brasil, em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O profissional que possua prévia formação técnica em estética, ou que comprove o exercício da profissão há pelo menos três anos, contados da data de entrada em vigor desta Lei, terá assegurado o direito ao exercício da profissão, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 4º Considera-se Esteticista e Cosmetólogo o profissional:

I - graduado em curso de nível superior com concentração em Estética e Cosmética, ou equivalente, oferecido por instituição regular de ensino no Brasil, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - graduado em curso de nível superior com concentração em Estética e Cosmética, ou equivalente, oferecido por escola estrangeira, com diploma revalidado no Brasil, por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 5º Compete ao Técnico em Estética:

I - executar procedimentos estéticos faciais, corporais e capilares, utilizando como recursos de trabalho produtos cosméticos, técnicas e equipamentos com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

II - solicitar, quando julgar necessário, parecer de outro profissional que complemente a avaliação estética;

III - observar a prescrição médica ou fisioterápica apresentada pelo cliente, ou solicitar, após exame da situação, avaliação médica ou fisioterápica.

Art. 6º Compete ao Esteticista e Cosmetólogo, além das atividades descritas no art. 5º desta Lei:

I - a responsabilidade técnica pelos centros de estética que executam e aplicam recursos estéticos, observado o disposto nesta Lei;

II - a direção, a coordenação, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos com concentração em Estética ou Cosmetologia, desde que observadas as leis e as normas regulamentadoras da atividade docente;

III - a auditoria, a consultoria e a assessoria sobre cosméticos e equipamentos específicos de estética com registro na Anvisa;

IV - a elaboração de informes, pareceres técnico-científicos, estudos, trabalhos e pesquisas mercadológicas ou experimentais relativos à Estética e à Cosmetologia, em sua área de atuação;

V - a elaboração do programa de atendimento, com base no quadro do cliente, estabelecendo as técnicas a serem empregadas e a quantidade de aplicações necessárias;

VI - observar a prescrição médica apresentada pelo cliente, ou solicitar, após avaliação da situação, prévia prescrição médica ou fisioterápica.

Art. 7º O Esteticista, no exercício das suas atividades e atribuições, deve zelar:

I - pela observância a princípios éticos;

II - pela relação de transparência com o cliente, prestando-lhe o atendimento adequado e informando-o sobre técnicas, produtos utilizados e orçamento dos serviços;

III - pela segurança dos clientes e das demais pessoas envolvidas no atendimento, evitando exposição a riscos e potenciais danos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º O Esteticista deve cumprir e fazer cumprir as normas relativas à biossegurança e à legislação sanitária.

Art. 9º Regulamento disporá sobre a fiscalização do exercício da profissão de Esteticista e sobre as adequações necessárias à observância do disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Helton Yomura

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.325, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa e altera o Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, e o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID, na forma do Anexo I.

Art. 2º Fica aprovado o Quadro de Lotação do Pessoal da RBJID, na forma do Anexo II.

Art. 3º O efetivo da RBJID é o constante do Anexo II.

§ 1º Os militares e os servidores públicos designados para integrarem a RBJID antes da entrada em vigor deste Decreto terão sua situação jurídica mantida até a conclusão da respectiva missão.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

§ 2º Não haverá designação para as vagas previstas no Anexo II enquanto missão igual ou equivalente estiver sendo desempenhada por militar ou por servidor público designado para a RBJID antes da entrada em vigor deste Decreto.

Art. 4º O Ministro de Estado da Defesa poderá editar regimento interno para detalhar a estrutura da RBJID e definir as competências das suas unidades e as atribuições dos seus integrantes.

Art. 5º O militar do posto de Capitão de Mar e Guerra ou Coronel designado para missão na RBJID ou na Junta Interamericana de Defesa - JID fica enquadrado no índice 70 de que trata a Tabela I-B do Anexo I ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, para fins da Indenização de Representação no Exterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao aluno nem ao estagiário do Colégio Interamericano de Defesa - CID.

Art. 6º O Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

VI - Ministério da Defesa:

a) Delegação Brasileira na Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos;

b) Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa; e

c) Junta Interamericana de Defesa, exceto como alunos ou estagiários do Colégio Interamericano de Defesa;
....." (NR)

Art. 7º O Anexo I ao Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 52. À Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, integrante da estrutura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 9.325, de 3 de abril de 2018." (NR)

Art. 8º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 93.577, de 13 de novembro de 1986; e

II - o Decreto nº 5.013, de 11 de março de 2004.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

REGULAMENTO DA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto:

I - aplicam-se exclusivamente à RBJID e aos militares e aos servidores públicos designados pelo Ministério da Defesa para integrarem a RBJID;

II - não se aplicam aos representantes do Brasil designados para atuarem na Junta Interamericana de Defesa - JID.

Art. 2º Para os fins previstos neste Decreto, entende-se por:

I - Junta Interamericana de Defesa - JID - entidade da Organização dos Estados Americanos - OEA, à qual cabe prestar serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo à OEA e aos seus Estados membros em assuntos relacionados com temas militares e de defesa no Hemisfério, constituída pelo Conselho de Delegados, por uma Secretaria e pelo Colégio Interamericano de Defesa - CID;

II - Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID - órgão integrante da estrutura da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, sediado em Washington, D.C., Estados Unidos da América, e mantido com recursos previstos no orçamento do Ministério da Defesa, ao qual cabe prestar assessoria militar à Missão Permanente do Brasil junto à OEA e representar os interesses do Brasil na JID; e

III - Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - DBJID - unidade da RBJID incumbida de representar os interesses do Brasil na JID, com atuação no Conselho de Delegados.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º À RBJID compete:

I - prestar assessoria militar à Missão Permanente do Brasil junto à OEA;

II - prestar apoio administrativo aos integrantes da RBJID e aos militares e servidores públicos designados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos das Forças Armadas para missão na JID;

III - administrar os recursos orçamentários alocados à RBJID; e

IV - receber as demandas de pessoal militar e civil, inclusive de alunos do CID, realizadas pela JID para atuação na Secretaria da JID e no CID.

Art. 4º À DBJID compete:

I - representar os interesses do Brasil na JID por meio de atuação no Conselho de Delegados; e

II - assessorar as atividades de estudo e as técnicas educativas em assuntos militares e de defesa no Hemisfério julgados de interesse pelo Ministério da Defesa e pela Missão Permanente do Brasil junto à OEA.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º A RBJID tem a seguinte composição:

I - Chefe: um militar;

II - Assessores Técnicos: seis militares;

III - Apoio Administrativo:

a) Assessor Administrativo: um militar;

b) Auxiliar Administrativo: um militar; e

c) Auxiliares Locais: até cinco civis; e

IV - DBJID.

Parágrafo único. Os militares e os servidores públicos das Forças Armadas, do Ministério da Defesa ou de outro órgão brasileiro em missão na JID não previstos neste artigo não integram o efetivo da RBJID.

Art. 6º A função de Chefe da RBJID será exercida por um oficial-general da ativa, do primeiro posto, e será obedecido o critério de rodízio entre as Forças Armadas.

Art. 7º O Chefe da RBJID exercerá, cumulativamente, a função de Chefe da DBJID, vedado o pagamento em duplicidade a título de indenização por representação no exterior.

Art. 8º Os assessores técnicos da RBJID serão oficiais superiores da ativa, do último posto, dois de cada Força Armada.

§ 1º Será designado anualmente um militar de cada Força Armada como assessor técnico da RBJID para cumprir a missão descrita no **caput** pelo período de dois anos.

§ 2º Os assessores técnicos da RBJID exercerão, cumulativamente, as funções de Delegados Alternos no Conselho de Delegados da JID.

Art. 9º Poderá ser designado um assessor especial para atuar na RBJID pelo período de até um ano, não prorrogável.

Parágrafo único. O assessor especial da RBJID será servidor efetivo em exercício na administração central do Ministério da Defesa, nas Forças Armadas ou na Escola Superior de Guerra.

Art. 10. A função de assessor administrativo da RBJID será exercida, pelo período de até dois anos, por oficial de intendência, do posto de Capitão-de-Fragata, Tenente-Coronel, Capitão-de-Corveta ou Major, preferencialmente que tenham feito o Curso de Comando e Estado-Maior, e será obedecido o critério de rodízio entre as Forças Armadas.

Art. 11. A função de auxiliar administrativo da RBJID será exercida, pelo período de até dois anos, em apoio ao assessor administrativo, por uma praça da especialidade de administração,

contabilidade, intendência, escrevente ou equivalente, da graduação de Suboficial, Subtenente ou 1ª Sargento, e será obedecido o critério de rodízio entre as Forças Armadas.

Art. 12. As funções de Auxiliares Locais da RBJID serão exercidas por civis, preferencialmente brasileiros, contratados para desempenharem atribuições técnicas ou de apoio administrativo, conforme as demandas da RBJID.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Ao Chefe da RBJID incumbe:

I - prestar assessoria militar ao Representante Permanente do Brasil junto à OEA;

II - representar os interesses do Brasil na JID;

III - manter o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas informado sobre as atividades da JID;

IV - exercer, cumulativamente, a função de Chefe da DBJID;

V - supervisionar, orientar e controlar as atividades dos integrantes da RBJID;

VI - atribuir aos integrantes da RBJID tarefas específicas relacionadas com as suas atribuições;

VII - exercer a função de ordenador de despesas dos recursos alocados à RBJID;

VIII - enviar ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) os relatórios periódicos sobre as atividades da JID e da OEA;

b) os relatórios de fim de missão; e

c) os relatórios especiais;

IX - enviar ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas a documentação produzida pela JID, incluídas as publicações didáticas editadas pelo CID;

X - atribuir aos assessores técnicos, cumulativamente, funções de assessoria técnica relacionadas às suas respectivas Forças, seja no âmbito da JID ou da Missão Permanente do Brasil junto à OEA; e

XI - selecionar, contratar e avaliar os auxiliares locais, nos termos da legislação em vigor.

§ 1ª Os contratos dos auxiliares locais a que se refere o inciso XI do **caput** poderão ser rescindidos unilateralmente.

§ 2ª A atribuição prevista no inciso VII do **caput** poderá ser delegada a um dos assessores da RBJID.

Art. 14. Aos assessores técnicos incumbe:

I - representar o Chefe da Delegação, quando necessário; e

II - participar das atividades de interesse do Ministério da Defesa na JID.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A designação de servidor público efetivo em exercício na administração central do Ministério da Defesa ou na Escola Superior de Guerra para exercer a função de assessor especial da RBJID será feita pelo Ministro de Estado da Defesa e decorrerá de processo seletivo interno.

Art. 16. A designação de militares e de servidores públicos efetivos em exercício nas Forças Armadas para integrarem a RBJID será feita pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, precedida de indicação do Comandante da respectiva Força Armada, decorrente de processo seletivo interno.

Art. 17. Antes das designações dos militares e dos servidores públicos efetivos para integrarem a RBJID, serão verificadas as disponibilidades orçamentária e financeira para retribuição e direitos.

Art. 18. Observada a legislação brasileira, as prescrições do Estatuto da JID e o compromisso firmado pelo Brasil como signatário da Carta da OEA, o Ministro de Estado da Defesa poderá editar atos normativos com procedimentos e critérios para as designações pelo Ministério da Defesa de militares e de servidores públicos efetivos para missões na JID.

ANEXO II

QUADRO DE LOTAÇÃO DO PESSOAL DA REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA - RBJID

Unidade	Militar	Civil
Chefe da RBJID (e da DBJID)	1	-
Assessores Técnicos (Delegados Alternos na JID)	6	-
Assessor Administrativo	1	-
Auxiliar Administrativo	1	-
Auxiliares Locais	-	5
Assessor Especial	-	1
Subtotal	**9**	**6**
Total	**15**	

DECRETO Nº 9.326, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Promulga o Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 27 de novembro de 2014, e seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, adotado pelos membros da Organização Mundial do Comércio, em 7 de dezembro de 2013.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio foi adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 27 de novembro de 2014, e seu Anexo, o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, foi adotado pelos membros da Organização Mundial do Comércio, em 7 de dezembro de 2013;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 4 de março de 2016;

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, o instrumento de aceitação ao Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo, em 20 de abril de 2016; e

Considerando que Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 22 de fevereiro de 2017, nos termos de seu Artigo 24;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio, em 27 de novembro de 2014, e seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação do Comércio, adotado pelos membros da Organização Mundial do Comércio, em 7 de dezembro de 2013, anexos a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Henrique Meirelles
Marcos Jorge

PROTOCOLO DE EMENDA AO ACORDO CONSTITUTIVO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Decisão de 27 de novembro de 2014 (WT/L/940)

O Conselho Geral,

Tendo em conta o parágrafo 1º do Artigo X do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio ("Acordo OMC");

Desempenhando as funções da Conferência Ministerial, no intervalo entre suas reuniões, nos termos do parágrafo 2.º do Artigo IV do Acordo OMC;

Recordando a Decisão do Conselho Geral de iniciar negociações sobre a base das modalidades estabelecidas no Anexo D daquela Decisão, adotada em 1º de agosto de 2004, bem como a Decisão Ministerial de 7 de dezembro de 2013 de elaborar um Protocolo de Emenda para inserir o Acordo sobre a Facilitação do Comércio no Anexo 1A do Acordo OMC (o "Protocolo");

Recordando o parágrafo 47 da Declaração Ministerial de Doha de 20 de Novembro de 2001;

Recordando os parágrafos 2º e 3º da Declaração Ministerial de Doha, o Anexo D da Decisão do Conselho Geral de agosto de 2004 e o Artigo 13.2 do Acordo sobre a Facilitação do Comércio a respeito da importância da prestação de assistência e apoio à capacitação a fim de ajudar países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo a aplicar as disposições do Acordo sobre a Facilitação do Comércio;

Saudando o anúncio do Diretor-Geral que cria, no âmbito das estruturas existentes da OMC, uma unidade de apoio ao Acordo sobre a Facilitação do Comércio para administrar o apoio que os Membros se voluntariem a dar à OMC no contexto da assistência suplementar para a implementação das disposições do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, e para facilitar a coerência da assistência pelas organizações do Anexo D plus;

Tendo examinado o Acordo apresentado pelo Comitê Preparatório sobre a Facilitação do Comércio (WT/L/931);

Tomando nota do consenso em submeter esta Proposta de Emenda aos Membros para sua aceitação;

Decide o seguinte:

1. O Protocolo de Emenda ao Acordo OMC que acompanha a presente Decisão está aprovado e se submete aos Membros para sua aceitação.

2. O Protocolo estará aberto à aceitação dos Membros.

3. O Protocolo entrará em vigor em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do Artigo X do Acordo OMC.

PROTOCOLO DE EMENDA AO ACORDO CONSTITUTIVO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Os Membros da Organização Mundial do Comércio,

Referindo-se ao Acordo sobre a Facilitação do Comércio;

Tendo em conta a Decisão do Conselho Geral contida no documento WT/L/940, adotada nos termos do parágrafo 1º do Artigo X do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio ("Acordo OMC");

Acordam o seguinte:

1. O Anexo 1A do Acordo OMC será alterado, a partir da entrada em vigor do presente Protocolo, em conformidade com o parágrafo 4º, mediante a incorporação do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, tal como estabelecido no Anexo do presente Protocolo, a ser inserido em seguida ao Acordo sobre Salvaguardas.

2. Não poderão ser formuladas reservas em relação a quaisquer das disposições do presente Protocolo sem o consentimento dos demais Membros.

3. O presente Protocolo está aberto à aceitação dos Membros.

4. O presente Protocolo entrará em vigor nos termos do parágrafo 3º do Artigo X do Acordo OMC (1).

5. O presente Protocolo será depositado junto ao Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, que fornecerá de imediato a cada Membro uma cópia autenticada deste instrumento e uma notificação de cada aceitação do mesmo, nos termos do parágrafo 3º.

6. O presente Protocolo será registrado em conformidade com as disposições do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Feito em Genebra, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, em um só exemplar nos idiomas inglês, francês e espanhol, sendo cada um dos textos igualmente autêntico.

Nota: (1) Para efeitos do cálculo das aceitações em conformidade com o parágrafo 3.º do Artigo X do Acordo OMC, um instrumento de aceitação apresentado pela União Europeia para si própria e em relação aos seus Estados Membros será contado como uma aceitação por um número de Membros igual ao número de Estados Membros da União Europeia que são Membros da OMC.

***

ANEXO AO PROTOCOLO DE EMENDA DO ACORDO CONSTITUTIVO DA OMC

ACORDO SOBRE A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

PREÂMBULO

Os Membros,

Tendo em conta as negociações lançadas no âmbito da Declaração Ministerial de Doha;

Recordando e reafirmando o mandato e os princípios contidos no parágrafo 27 da Declaração Ministerial de Doha (WT/MIN(01)/DEC/1) e no Anexo D da Decisão relativa ao Programa

de Trabalho de Doha, adotada pelo Conselho Geral em 1.º de Agosto de 2004 (WT/L/579), bem como no parágrafo 33 e no Anexo E da Declaração Ministerial de Hong Kong (WT/MIN(05)/DEC);

Desejando esclarecer e aperfeiçoar os aspectos relevantes dos Artigos V, VIII e X do GATT 1994 com vistas a tornar mais ágil a circulação, a liberação e o despacho aduaneiro de bens, inclusive bens em trânsito;

Reconhecendo as necessidades específicas de países em desenvolvimento e, especialmente, de países de menor desenvolvimento relativo Membros, e desejando aumentar a assistência e o apoio à capacitação nesta área;

Reconhecendo a necessidade de uma cooperação efetiva entre os Membros em questões relativas à facilitação do comércio e ao cumprimento das formalidades aduaneiras;

Acordam o seguinte:

SEÇÃO I

ARTIGO 1: PUBLICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DA INFORMAÇÃO

1. Publicação

1.1. Cada Membro publicará imediatamente as seguintes informações, de maneira não discriminatória e facilmente acessível, a fim de permitir que governos, comerciantes e outros interessados possam conhecê-las:

(a) os procedimentos para a importação, exportação e trânsito (inclusive procedimentos em portos, aeroportos e outros ponto de entrada) e os formulários e documentos exigidos;

(b) as alíquotas aplicadas de direitos e tributos de qualquer gênero incidentes sobre importações ou exportações, ou em conexão a estas;

(c) as taxas e os encargos cobrados por ou para órgãos governamentais incidentes sobre importações, exportações ou trânsito, ou em conexão a estes;

(d) as regras para a classificação ou a valoração de bens para fins aduaneiros;

(e) as leis, regulamentos e decisões administrativas de aplicação geral relativos a regras de origem;

(f) as restrições ou proibições à importação, exportação ou trânsito;

(g) as disposições sobre penalidades em caso de descumprimento de formalidades para importação, exportação ou trânsito;

(h) os procedimentos de recurso ou de revisão;

(i) os acordos ou partes de acordos com qualquer país ou países em matéria de importação, exportação ou trânsito; e

(j) os procedimentos relativos à administração de quotas tarifárias.

1.2. Nada nestas disposições será interpretado de modo a exigir a publicação ou a prestação de informações em idioma distinto do idioma do Membro, exceto conforme previsto no parágrafo 2.2.

2. Informações disponíveis pela Internet

2.1. Cada Membro disponibilizará e atualizará, na medida do possível e conforme o caso, as seguintes informações pela internet:

(a) uma descrição[1] dos seus procedimentos para a importação, exportação e trânsito, inclusive os procedimentos de recurso ou de revisão, em que se informe aos governos, comerciantes e outras partes interessadas sobre as medidas práticas necessárias para a importação, a exportação e o trânsito;

(b) os formulários e documentos necessários para a importação, exportação ou trânsito de bens através do território desse Membro;

(c) informações de contato de seus centros de informação.

2.2. Sempre que viável, a descrição a que se refere a alínea (a) do parágrafo 2.1 também será disponibilizada em um dos idiomas oficiais da OMC.

2.3. Os Membros são incentivados a disponibilizar pela internet informações comerciais adicionais, inclusive legislação comercial relevante e outras informações mencionadas no parágrafo 1.1.

3. Centros de Informação

3.1 Cada Membro estabelecerá ou manterá, nos limites de seus recursos disponíveis, um ou mais centros de informação para responder a questionamentos razoáveis de governos, comerciantes e outros interessados sobre as informações abrangidas pelo parágrafo 1.1 e fornecer os formulários e documentos referidos na alínea (a) do parágrafo 1.1.

3.2 Os Membros de uma união aduaneira ou que participem de mecanismos de integração regional poderão estabelecer ou manter centros de informação comuns de âmbito regional para atender ao requisito do parágrafo 3.1 em relação aos seus procedimentos comuns.

3.3 Os Membros são incentivados a não exigir o pagamento de taxas para responder a questionamentos e fornecer formulários e documentos exigidos. Se houver cobrança, os Membros limitarão o montante de suas taxas e encargos ao custo aproximado dos serviços prestados.

3.4 Os centros de informação responderão a questionamentos e fornecerão os formulários e documentos dentro de um prazo razoável fixado por cada Membro, que poderá variar de acordo com a natureza ou a complexidade do pedido.

4. Notificação

Cada Membro notificará o Comitê de Facilitação estabelecido nos termos do parágrafo 1.1 do Artigo 23 (referido no presente Acordo como o "Comitê") quanto a:

(a) o lugar ou lugares oficiais nos quais tenham sido publicados os itens previstos nas alíneas (a) a (j) do parágrafo 1.1;

(b) o endereço eletrônico do sítio ou sítios da internet mencionados no parágrafo 2.1; e

(c) as informações de contato dos centros de informação referidos no parágrafo 3.1.

ARTIGO 2: OPORTUNIDADE PARA FORMULAR COMENTÁRIOS, INFORMAÇÃO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR E CONSULTAS.

1. Oportunidade para formular comentários e informação antes da entrada em vigor

1.1. Cada Membro concederá, na medida do razoável e de forma consistente com seu direito interno e seu sistema jurídico, oportunidades e um período de tempo adequado para que os comerciantes e outras partes interessadas formulem comentários sobre propostas de introdução ou alteração de leis e regulamentos de aplicação geral relacionados com a circulação, liberação e despacho aduaneiro de bens, inclusive bens em trânsito.

1.2. Cada Membro assegurará, na medida do razoável e de forma consistente com seu direito interno e seu sistema jurídico, que as leis e regulamentos de aplicação geral, novos ou alterados relacionados à circulação, liberação e despacho aduaneiro de bens, inclusive bens em trânsito, sejam publicados, ou que as informações sobre eles sejam disponibilizadas publicamente com a brevidade possível antes de sua entrada em vigor, a fim de permitir que os comerciantes e outras partes interessadas tomem conhecimento de seu teor.

1.3. Estão excluídas dos parágrafos 1.1 e 1.2 as alterações das alíquotas de direitos e tarifas aduaneiros, medidas que tenham um efeito mitigatório, medidas cuja eficácia seria prejudicada como resultado do cumprimento dos parágrafos 1.1 ou 1.2, medidas aplicadas em circunstâncias urgentes, e alterações menores no direito interno e sistema jurídico.

2. Consultas

Cada Membro estabelecerá, conforme o caso, consultas regulares entre os seus órgãos de fronteira e comerciantes ou outras partes interessadas situadas no seu território.

ARTIGO 3: SOLUÇÕES ANTECIPADAS

1. Cada Membro emitirá, de modo razoável e em prazo pré-determinado, uma solução antecipada para o requerente que tenha apresentado um requerimento por escrito que contenha todas as informações necessárias. Se um Membro se recusar a emitir uma solução antecipada, ele notificará imediatamente o requerente, por escrito, expondo os fatos pertinentes e os fundamentos da sua decisão.

2. Um Membro poderá recusar-se a emitir uma solução antecipada para o requerente quando a questão suscitada no requerimento:

(a) já se encontrar pendente de decisão, em relação ao requerente, diante de qualquer órgão governamental, tribunal de apelação ou outro;

(b) já tiver sido objeto de decisão em tribunal de apelação ou outro.

3. A solução antecipada será válida por um período de tempo razoável após a sua emissão, a menos que sejam alterados a legislação , os fatos ou as circunstâncias que a fundamentem.

4. Quando um Membro revogar, modificar ou invalidar uma solução antecipada, este Membro notificará por escrito o requerente, expondo os fatos pertinentes e o fundamento para sua decisão. Um Membro só poderá revogar, modificar ou invalidar soluções antecipadas, com efeitos retroativos, se a decisão houver sido baseada em informações incompletas, incorretas, falsas ou que induzam a erro.

5. Uma solução antecipada emitida por um Membro será vinculante para tal Membro no que diz respeito ao requerente que a solicitou. O Membro poderá determinar que a solução antecipada seja vinculante também para o requerente.

6. Cada Membro publicará, no mínimo:

(a) os requisitos para a petição de uma solução antecipada, inclusive as informações a prestar e sua forma;

(b) o prazo dentro do qual a solução antecipada será emitida; e

(c) o prazo dentro do qual a solução antecipada será válida.

7. Cada Membro proverá, mediante pedido por escrito do requerente, uma revisão da solução antecipada ou da decisão de revogar, modificar ou invalidar uma solução antecipada[2].

8. Cada Membro envidará esforços para disponibilizar ao público as informações sobre as soluções antecipadas que, no seu entender, sejam de interesse significativo para outras partes interessadas, tendo em conta a necessidade de proteger informações comerciais confidenciais.

9. Definições e escopo:

(a) uma solução antecipada é uma decisão por escrito fornecida por um Membro a um requerente antes da importação de um bem abrangido pelo requerimento, que estabelece o tratamento que tal Membro concederá ao bem no momento da sua importação, em relação:

(i) à classificação tarifária do bem;

(ii) à origem do bem[3].

(b) Além das soluções antecipadas definidas na alínea (a), os Membros são incentivados a emitir soluções antecipadas quanto:

(i) aos métodos ou critérios adequados, bem como sua aplicação, a serem utilizados para a determinação do valor aduaneiro com fundamento em um determinado conjunto de fatos;

(ii) à aplicabilidade das exigências do Membro para a redução ou isenção de direitos aduaneiros;

(iii) à aplicação das exigências do Membro para quotas, incluindo quotas tarifárias; e

(iv) a quaisquer questões adicionais para os quais um Membro considere adequado emitir uma solução antecipada.

(c) Um requerente é um exportador, importador ou qualquer pessoa que tenha motivos justificáveis, ou seus representantes.

(d) Um Membro pode exigir que o requerente tenha representação legal ou esteja registrado em seu território. Na medida do possível, tais exigências não restringirão as categorias de pessoas que podem requerer soluções antecipadas, com particular atenção para as necessidades específicas das pequenas e médias empresas. Estes requisitos serão claros e transparentes e não constituirão meio de discriminação arbitrária ou injustificável.

ARTIGO 4: PROCEDIMENTOS DE RECURSO OU REVISÃO

1. Cada Membro assegurará que qualquer pessoa para quem a Aduana emita uma decisão administrativa[4] tenha o direito, dentro de seu território, a:

(a) uma revisão ou recurso administrativo a uma autoridade administrativa superior ou independente da autoridade ou repartição que tenha emitido a decisão; e/ou

(b) uma revisão ou recurso judicial da decisão.

2. A legislação de um Membro poderá exigir que uma revisão ou recurso administrativo seja iniciado antes de um recurso ou revisão judicial.

3. Cada Membro assegurará que os seus procedimentos de recurso ou revisão sejam conduzidos de forma não discriminatória.

4. Cada Membro assegurará que, no caso em que a decisão de que trata a alínea (a) do parágrafo 4.1 não seja cientificada:

(a) dentro de prazos estabelecidos conforme especificado em suas leis ou regulamentos; ou

(b) sem demora injustificada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

o requerente tenha o direito de interpor novo recurso perante a autoridade administrativa ou a autoridade judicial ou a solicitar a essas autoridades uma nova revisão, ou a interpor qualquer outro recurso perante autoridade judicial[5].

5. Cada Membro assegurará que a pessoa referida no parágrafo 1º seja informada das razões da decisão administrativa, de modo a permitir que essa pessoa possa ter acesso a procedimentos de recurso ou revisão, quando necessário.

6. Cada Membro é incentivado a estender a aplicação das disposições do presente artigo a decisões administrativas emitidas por outros órgãos competentes que atuem na fronteira além da Aduana.

ARTIGO 5: OUTRAS MEDIDAS PARA AUMENTAR A IMPARCIALIDADE, A NÃO DISCRIMINAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA

1. Notificações de controles ou inspeções reforçadas

Quando um Membro adotar ou mantiver um sistema para emitir notificações ou orientações às suas autoridades competentes para reforçar o nível de controles ou inspeções na fronteira em matéria de alimentos, bebidas, ou rações para animais abrangidos no contexto de notificação ou orientação para a proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal em seu território, as seguintes disciplinas serão aplicadas relativamente à forma de sua emissão, revogação ou suspensão:

(a) o Membro poderá, conforme o caso, emitir a notificação ou orientação com base em risco;

(b) o Membro poderá emitir a notificação ou a orientação de modo a que se apliquem uniformemente apenas aos pontos de entrada em que se verifiquem as condições sanitárias e fitossanitárias em que a notificação ou orientação se baseiam;

(c) o Membro revogará ou suspenderá imediatamente a notificação ou orientação caso as circunstâncias que lhe deram origem deixem de existir, ou se as novas circunstâncias puderem ser tratadas de um modo menos restritivo para o comércio; e

(d) quando decidir revogar ou suspender a notificação ou orientação, o Membro publicará o anúncio de sua revogação ou suspensão, conforme o caso, imediatamente e de forma não discriminatória e de fácil acesso, ou informará o Membro exportador ou o importador.

2. Retenção

Um Membro informará imediatamente ao transportador ou importador em caso de retenção para inspeção, pela Aduana ou qualquer outra autoridade competente, de bens declarados para importação.

3. Procedimentos de Teste

3.1. Um Membro poderá conceder, mediante pedido, oportunidade para um segundo teste de uma amostra colhida no momento da chegada dos bens declarados para a importação caso o resultado do primeiro teste apresente uma conclusão desfavorável.

3.2. Um Membro publicará, de forma não discriminatória e de fácil acesso, o nome e endereço de quaisquer laboratórios em que possa ser realizado o teste ou fornecerá essa informação ao importador quando a ele for concedida a oportunidade prevista no parágrafo 3.1.

3.3. Um Membro considerará o resultado do segundo teste realizado em virtude do parágrafo 3.1, se houver, para a liberação e despacho aduaneiro dos bens e, se for o caso, poderá aceitar os resultados do referido teste.

ARTIGO 6: DISCIPLINAS SOBRE TAXAS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A IMPORTAÇÃO OU EXPORTAÇÃO, OU EM CONEXÃO A ESTAS, E SOBRE PENALIDADES

1. Disciplinas gerais sobre taxas e encargos incidentes sobre a importação ou exportação, ou em conexão a estas

1.1. As disposições do parágrafo 1.º serão aplicáveis a todas as taxas e encargos, não se aplicando aos direitos aduaneiros e outros tributos mencionados no Artigo III do GATT 1994, estabelecidos pelos Membros na importação ou exportação de bens ou em conexão a estas.

1.2.As informações sobre taxas e encargos serão publicadas de acordo com o Artigo 1. Tais informações incluirão as taxas e os encargos que serão aplicados, a justificativa para tais taxas e encargos, a autoridade responsável e quando e como o pagamento deverá será efetuado.

1.3. Será concedido um período de tempo adequado entre a publicação de novas taxas e encargos, ou de alterações em taxas e encargos já existentes, e a sua entrada em vigor, exceto em circunstâncias urgentes. Tais taxas e encargos não serão aplicados até a publicação de informação a seu respeito.

1.4. Cada Membro examinará periodicamente suas taxas e encargos com vistas a reduzir seu número e diversidade, sempre que viável.

2. Disciplinas específicas sobre taxas e encargos para o processamento aduaneiro incidentes sobre a importação ou exportação, ou em conexão a estas

As taxas e encargos incidentes sobre o processamento aduaneiro:

(i) serão limitadas ao custo aproximado dos serviços prestados ou relacionados com a operação de importação ou exportação específica; e

(ii) não estarão obrigatoriamente vinculados a uma operação de importação ou exportação específica, desde que sejam cobrados por serviços estreitamente relacionados ao processamento aduaneiro de bens.

3. Disciplinas sobre penalidades

3.1. Para efeitos do parágrafo 3.º, o termo "penalidades" significa aquelas sanções impostas pela administração aduaneira de um Membro em caso de violação de suas leis, regulamentos ou ato normativo procedimental de caráter aduaneiro.

3.2. Cada Membro assegurará que as penalidades em caso de violação de uma lei, regulamento ou ato normativo procedimental de caráter aduaneiro sejam impostas unicamente sobre os responsáveis pela infração em conformidade com a legislação do Membro.

3.3. A penalidade imposta dependerá dos fatos e circunstâncias do caso e serão compatíveis com o grau e gravidade da infração.

3.4. Cada Membro assegurará a manutenção de medidas para evitar:

(a) conflitos de interesse na determinação e cobrança de penalidades e tributos; e

(b) a criação de incentivos para a determinação ou cobrança de uma penalidade incompatível com o parágrafo 3.3.

3.5. Cada Membro assegurará que, quando uma penalidade for imposta por violação de suas leis, regulamentos ou atos normativos procedimentais de caráter aduaneiro, seja dada às pessoas penalizadas uma explicação por escrito que especifica que a natureza da infração e a lei, regulamento ou ato normativo procedimental aplicável segundo o qual a quantidade ou o alcance da penalidade pela violação tenham sido estabelecidos.

3.6. Quando uma pessoa espontaneamente revelar à administração aduaneira de um Membro as circunstâncias de uma violação de suas leis, regulamentos ou atos normativos procedimentais de caráter aduaneiro antes da descoberta dessa violação pela administração aduaneira, o Membro é incentivado a considerar, quando for o caso, este fato como potencial circunstância atenuante ao estabelecer uma penalidade para essa pessoa.

3.7. As disposições do presente parágrafo aplicar-se-ão às penalidades sobre o trânsito de passagem a que se refere o parágrafo 3.1.

ARTIGO 7: LIBERAÇÃO E DESPACHO ADUANEIRO DE BENS

1. Processamento Antecipado

1.1 Cada Membro adotará ou manterá procedimentos que permitam a apresentação de documentos correspondentes à importação e outras informações necessárias, inclusive manifestos de carga, a fim de iniciar o processamento antes da chegada dos bens, com o objetivo de agilizar a liberação de bens quando da sua chegada.

1.2 Cada Membro permitirá, conforme o caso, a apresentação antecipada de documentos em formato eletrônico para o processamento antecipado desses documentos.

2. Pagamento Eletrônico

Cada Membro adotará ou manterá, na medida do razoável, procedimentos que permitam a opção de pagamento eletrônico de direitos, tributos e encargos cobrados pela Aduana e incorridos na importação e exportação.

3. Separação entre a liberação dos bens e a determinação final dos direitos aduaneiros, tributos e encargos

3.1. Cada Membro adotará ou manterá procedimentos que permitam a liberação dos bens antes da determinação final dos direitos aduaneiros, tributos e encargos, se tal determinação não for feita antes da chegada ou no momento da chegada, ou o mais rapidamente possível após a chegada, e desde que todos os demais requisitos regulatórios tenham sido cumpridos.

3.2 Como condição para tal liberação, um Membros poderá exigir:

(a) o pagamento de direitos aduaneiros, tributos e encargos determinados antes da chegada ou no momento da chegada dos bens e uma garantia para qualquer quantidade ainda não determinada na forma de fiança, depósito ou outro instrumento adequado previsto em suas leis e regulamentos; ou

(b) uma garantia sob a forma de fiança, depósito ou outro instrumento adequado previsto em suas leis e regulamentos.

3.3. Tal garantia não será superior ao montante que o Membro exige para assegurar o pagamento de direitos aduaneiros, tributos e encargos finalmente devidos em razão dos bens cobertos pela garantia.

3.4. Nos casos em que tenha sido identificada uma infração que exija a imposição de penalidades pecuniárias ou multas, a garantia poderá ser exigida para as penalidades e multas que possam ser impostas.

3.5. As garantias previstas nos parágrafos 3.2 e 3.4 serão liberadas quando não forem mais necessárias.

3.6. Nada nestas disposições afetará o direito dos Membros de examinar, reter, apreender ou confiscar os bens ou deles dispor de qualquer maneira que não seja incompatível com os direitos e obrigações do Membro no âmbito da OMC.

4. Gestão de risco

4.1. Cada Membro adotará ou manterá, na medida do possível, um sistema de gestão de risco para controle aduaneiro.

4.2. Cada Membro elaborará e aplicará sua gestão de risco de forma a evitar discriminação arbitrária ou injustificável ou restrição disfarçada ao comércio internacional.

4.3.Cada Membro concentrará o controle aduaneiro e, na medida do possível, outros controles de fronteira relevantes, sobre cargas de alto risco, e tornará mais ágil a liberação de cargas de baixo risco. Um Membro poderá também selecionar, de forma aleatória, cargas a serem submetidas a tais controles como parte da sua gestão de risco.

4.4. Cada Membro baseará sua gestão de risco em uma avaliação do risco que utilize critérios de seleção adequados. Tais critérios de seleção poderão incluir, dentre outros, o código no Sistema Harmonizado, a natureza e descrição dos bens, o país de origem, o país de onde os bens foram enviados, o valor dos bens, o histórico de cumprimento de obrigações aduaneiras dos comerciantes e a modalidade de transporte.

5. Auditoria pós-despacho aduaneiro

5.1. Com vistas a tornar mais ágil a liberação dos bens, cada Membro adotará ou manterá mecanismo de auditoria posterior ao despacho aduaneiro para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos aduaneiros aplicáveis.

5.2 Cada Membro selecionará uma pessoa ou carga para auditoria pós-despacho aduaneiro com base no risco, que poderá incluir critérios de seleção adequados. Cada Membro realizará auditorias pós-despacho aduaneiro de forma transparente. Quando uma pessoa estiver envolvida no processo de auditoria e forem obtidos resultados conclusivos, o Membro notificará, sem demora, a pessoa cujos registros foram auditados a respeito dos resultados, dos seus direitos e obrigações, e das razões para os resultados.

5.3 A informação obtida na auditoria pós-despacho aduaneiro poderá ser usada em processos administrativos ou judiciais posteriores.

5.4 Os Membros usarão, sempre que viável, o resultado de auditoria pós-despacho aduaneiro na aplicação de gestão de riscos.

6. Estabelecimento e publicação do tempo médio de liberação

6.1 Os Membros são incentivados a calcular e publicar, periodicamente e de maneira uniforme, o tempo médio necessário para a liberação de bens, pelo uso de ferramentas como, dentre outros, o Estudo sobre o Tempo de Liberação da Organização Mundial de Aduanas (referida no presente acordo como o "OMA")[6].

6.2 Os Membros são incentivados a compartilhar com o Comitê suas experiências no cálculo do tempo médio de liberação, incluindo metodologias utilizadas, os entraves identificados, e quaisquer efeitos sobre a eficiência.

7. Medidas de Facilitação do Comércio para operadores autorizados

7.1 Cada Membro estabelecerá medidas adicionais de facilitação de comércio relacionadas a formalidades e procedimentos de importação, exportação, ou trânsito, nos termos do parágrafo 7.3, para os comerciantes que atendam a critérios específicos, doravante denominados operadores autorizados. Alternativamente, um Membro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

poderá oferecer tais medidas de facilitação do comércio por meio de procedimentos aduaneiros disponíveis de maneira geral a todos os operadores, e não estará obrigado a estabelecer um regime separado.

7.2 Os critérios especificados para qualificar-se como operador autorizado estarão relacionados ao cumprimento ou o risco de não cumprimento, dos requisitos especificados nas leis, regulamentos ou procedimentos de um Membro.

(a) Tais critérios, que serão publicados, poderão incluir:

(i) um histórico adequado de cumprimento de leis e regulamentos aduaneiros e demais legislação relacionada;

(ii) um sistema de gestão de registros que permita os controles internos necessários;

(iii) solvência financeira, incluindo, conforme o caso, a prestação de uma caução ou garantia suficiente; e

(iv) a segurança da cadeia de suprimentos.

(b) Tais critérios não deverão:

(i) ser concebidos ou aplicados de forma a permitir ou criar discriminação arbitrária ou injustificável entre operadores quando prevalecerem as mesmas condições; e

(ii) restringir a participação de pequenas e médias empresas, na medida do possível.

7.3 As medidas de facilitação do comércio estabelecidas nos termos do parágrafo 7.1 incluirão pelo menos três das seguintes medidas[7]:

(a) menor exigência de documentação e informação, conforme o caso;

(b) menor índice de inspeções e exames físicos, conforme o caso;

(c) tempo de liberação agilizado, conforme o caso;

(d) pagamento diferido de direitos, tributos e encargos;

(e) utilização de garantias globais ou garantias reduzidas;

(f) uma declaração aduaneira única para todas as importações ou exportações realizadas em um determinado período; e

(g) despacho aduaneiro dos bens nas instalações do operador autorizado ou em outro lugar autorizado pela Aduana.

7.4. Os Membros são incentivados a desenvolver sistemas de operadores autorizados com base em padrões internacionais, quando existam tais padrões, exceto quando tais padrões sejam um meio inadequado ou ineficaz para o cumprimento dos objetivos legítimos pretendidos.

7.5. A fim de reforçar as medidas de facilitação do comércio concedidas aos operadores, os Membros facultarão a outros Membros a possibilidade de negociar o reconhecimento mútuo de sistemas de operadores autorizados.

7.6. Os Membros compartilharão, no âmbito do Comitê, informações relevantes sobre sistemas de operador autorizado em vigor.

8. Remessas Expressas

8.1. Cada Membro adotará ou manterá procedimentos que permitam, pelo menos, a liberação expressa de bens que tenham sido admitidos no território de um Membro por instalações de transporte aéreo de carga, por pessoa que tenha requerido tal tratamento de liberação expressa, mantendo o controle aduaneiro[8]. Se um Membro adotar critérios[9] que limitem quem possa requerer tal tratamento, o Membro poderá, com base em critérios publicados, solicitar que o requerente, como condições para a concessão do tratamento descrito no parágrafo 8.2 para suas remessas expressas:

(a) proporcione infraestrutura adequada e o pagamento por despesas aduaneiras relacionadas ao processamento das remessas expressas nos casos em que o requerente preencha os requisitos do Membro para que esse processamento tenha lugar em uma instalação especializada;

(b) apresente, antes da chegada de uma remessa expressa, as informações necessárias para a liberação;

(c) recolha as taxas cujo montante se limite ao custo aproximado dos serviços prestados no fornecimento do tratamento descrito no parágrafo 8.2;

(d) mantenha alto grau de controle sobre as remessas expressas por meio do uso de segurança interna, logística e tecnologia de rastreamento desde a coleta até a entrega;

(e) proporcione o serviço de remessa expressa desde a coleta até a entrega;

(f) assuma a responsabilidade pelo pagamento à autoridade aduaneira de todos os direitos, tributos e encargos referentes aos bens;

(g) tenha um bom histórico de cumprimento das leis e regulamentos aduaneiros e demais legislação relacionada;

(h) cumpra com outras condições diretamente relacionadas com o efetivo cumprimento das leis, regulamentos e atos normativos procedimentais do Membro, que digam respeito especificamente à concessão do tratamento descrito no parágrafo 8.2.

8.2. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 8.1 e 8.3, os Membros:

(a) minimizarão a documentação necessária para a liberação de remessas expressas nos termos do parágrafo 1.º do Artigo 10 e, na medida do possível, permitirão a liberação com base em uma única apresentação de informações sobre determinada remessa;

(b) permitirão a liberação de remessas expressas o mais rapidamente possível após a chegada, em circunstâncias normais, contanto que as informações necessárias para a liberação tenham sido apresentadas;

(c) envidarão esforços em aplicar o tratamento das alíneas (a) e (b) às remessas de qualquer peso ou valor, reconhecendo que um Membro está autorizado a exigir procedimentos de entrada adicionais, incluindo declarações e documentação instrutiva e o pagamento de direitos e tributos, e a limitar tal tratamento com base no tipo de bem, desde que o tratamento não se limite a bens de baixo valor tais como documentos; e

(d) estabelecerão, na medida do possível, um valor de remessa ou um valor tributável como limite abaixo do qual não sejam cobrados direitos aduaneiros e tributos, exceto para certos bens prescritos. Não estão sujeitos a esta disposição tributos internos, tais como impostos sobre o valor agregado e impostos especiais sobre o consumo, aplicados às importações de forma consistente com o Artigo III do GATT 1994.

8.3. Nada nos parágrafos 8.1 e 8.2 afetará o direito de um Membro de examinar, reter, apreender ou confiscar bens, ou recusar-lhes a entrada, de realizar auditorias *pós-despacho aduaneiro*, inclusive em conexão com o uso de sistemas de gestão de risco. Além disso, nada nos parágrafos 8.1 e 8.2 impedirá um Membro de exigir, como condição para a liberação, a apresentação de informação adicional e o cumprimento de requisitos de licenciamento não automático.

9. Bens Perecíveis[10]

9.1. Com vistas a prevenir a perda ou a deterioração evitável de bens perecíveis, e contanto que todas as prescrições regulatórias tenham sido cumpridas, cada Membro assegurará que a liberação de bens perecíveis seja realizada:

(a) em circunstâncias normais, dentro do menor tempo possível; e

(b) em circunstâncias excepcionais, quando for adequado fazê-lo, fora das horas de expediente das aduanas e outras autoridades competentes.

9.2. Cada Membro dará a prioridade adequada aos bens perecíveis na programação de quaisquer exames que possam ser necessários.

9.3. Cada Membro providenciará o armazenamento adequado dos bens perecíveis pendentes de liberação ou permitirá que um importador o faça. O Membro poderá exigir que quaisquer instalações de armazenamento providenciadas pelo importador tenham sido aprovadas ou designadas por suas autoridades competentes. A movimentação dos bens para essas instalações de armazenamento, incluindo autorizações dadas ao operador para a circulação dos bens, poderá estar sujeita, quando necessário, à aprovação das autoridades competentes. A pedido do importador, sempre que razoável e em conformidade com a legislação nacional, o Membro permitirá que os procedimentos necessários para a liberação ocorram naquelas instalações de armazenamento.

9.4. Em casos de atraso significativo na liberação de bens perecíveis, e mediante solicitação por escrito, o Membro importador apresentará, na medida do razoável, uma comunicação sobre os motivos do atraso.

ARTIGO 8: COOPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS DE FRONTEIRA

1. Cada Membro assegurará que as suas autoridades e órgãos responsáveis por controles de fronteira e por procedimentos relacionados com a importação, a exportação e o trânsito de bens cooperem entre si e coordenem as suas atividades a fim de facilitar o comércio.

2. Cada Membro cooperará, na medida do possível e razoável, em termos mutuamente acordados com outros Membros com quem compartilhe uma fronteira comum com o objetivo de coordenar procedimentos nos pontos de fronteira para facilitar o comércio transfronteiriço. Tal cooperação e coordenação poderá incluir:

(a) o alinhamento de dias úteis e horário de trabalho;

(b) o alinhamento dos procedimentos e formalidades;

(c) o estabelecimento e compartilhamento de instalações comuns;

(d) controles conjuntos;

(e) o estabelecimento de um ponto único de controle de fronteira.

ARTIGO 9: CIRCULAÇÃO SOB CONTROLE ADUANEIRO DE BENS DESTINADOS À IMPORTAÇÃO

Cada Membro permitirá, na medida do razoável, e contanto sejam cumpridos todos os requisitos regulatórios, que bens destinados à importação circulem dentro de seu território, sob controle aduaneiro, de uma unidade aduaneira de entrada para outra unidade aduaneira em seu território, a partir de onde os bens venham a ser liberados ou submetidos a despacho aduaneiro.

ARTIGO 10: FORMALIDADES RELACIONADAS À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO

1. Formalidades e requisitos de documentação

1.1. Com vistas a minimizar a incidência e a complexidade de formalidades de importação, exportação e trânsito, e para reduzir e simplificar os requisitos de documentação de importação, exportação e trânsito, e tendo em conta os objetivos legítimos de política e outros fatores, tais como alteração das circunstâncias, novas informações relevantes, práticas empresariais, disponibilidade de técnicas e tecnologias, boas práticas internacionais, e contribuições de partes interessadas, cada Membro examinará tais formalidades e requisitos de documentação e, com base nos resultados desse exame, assegurará, conforme o caso, que tais formalidades e requisitos de documentação:

(a) sejam adotadas e/ou aplicadas com vistas a agilizar a liberação e o despacho aduaneiro dos bens, particularmente bens perecíveis;

(b) sejam adotadas e/ou aplicadas de forma a reduzir o tempo e os custos de conformidade para comerciantes e operadores;

(c) sejam a medida menos restritiva ao comércio, quando houver duas ou mais medidas alternativas razoavelmente viáveis para o cumprimento do objetivo ou objetivos de política em questão; e

(d) não sejam mantidas, ainda que parcialmente, se não forem mais necessárias.

1.2. O Comitê elaborará procedimentos para o compartilhamento de informações relevantes e boas práticas entre os Membros, conforme o caso.

2. Aceitação de cópias

2.1. Cada Membro envidará esforços, quando for o caso, para aceitar cópias impressas ou eletrônicas de documentos instrutivos exigidos para as formalidades de importação, exportação ou trânsito.

2.2. Caso um órgão governamental de um Membro já detenha o original de tal documento, qualquer outro órgão desse Membro aceitará cópias impressas ou eletrônicas, se for o caso, do órgão que detenha o original, em vez do documento original.

2.3. Um Membro não exigirá original ou cópia de declarações de exportação apresentadas às autoridades aduaneiras do Membro exportador como um requisito para a importação[11].

3. Uso de Normas Internacionais

3.1. Os Membros são incentivados a utilizar normas internacionais relevantes, ou partes delas, como base para suas formalidades e procedimentos de importação, exportação e trânsito, salvo disposição em contrário no presente Acordo.

3.2. Os Membros são incentivados a participar, dentro dos limites de seus recursos, na elaboração e revisão periódica de normas internacionais relevantes pelas organizações internacionais competentes.

3.3. O Comitê elaborará procedimentos para o compartilhamento de informações relevantes entre os Membros e boas práticas sobre a aplicação de normas internacionais, conforme o caso.

O Comitê também poderá convidar as organizações internacionais competentes para apresentarem o seu trabalho sobre normas internacionais. Se for o caso, o Comitê poderá identificar normas específicas de especial valor para os Membros.

4. Guichê Único

4.1. Os Membros envidarão esforços para estabelecer ou manter um guichê único que permita aos comerciantes apresentar documentos e/ou informações exigidas para a importação, a exportação ou o trânsito de bens por meio de um único ponto de entrada para as autoridades ou órgãos participantes. Após o exame dos documentos e informações por parte das autoridades ou órgãos participantes, os resultados serão comunicados tempestivamente aos requerentes por meio do guichê único.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.2. Nos casos em que a documentação e/ou informações exigidas já houverem sido recebida pelo guichê único, essa mesma documentação ou informações não serão solicitadas por autoridades ou órgãos participantes, exceto em circunstâncias urgentes e outras exceções limitadas que sejam tornadas públicas.

4.3. Os Membros notificarão ao Comitê os detalhes de funcionamento do guichê único.

4.4. Os Membros utilizarão, na medida do possível e razoável, tecnologia da informação para apoiar o funcionamento do guichê único.

5. Inspeção pré-embarque

5.1. Os Membros não exigirão a utilização de inspeções pré-embarque em relação à classificação tarifária e valoração aduaneira.

5.2. Sem prejuízo dos direitos dos Membros de usar outros tipos de inspeção pré-embarque não abrangidas pelo parágrafo 5.1, os Membros são incentivados a não introduzir ou aplicar novas exigências quanto à sua utilização[12].

6. Uso de Despachantes Aduaneiros

6.1. Sem prejuízo das preocupações importantes da política de alguns Membros que atualmente mantêm uma função especial para os despachantes aduaneiros, a partir da entrada em vigor deste Acordo os Membros não introduzirão o uso obrigatório de despachantes aduaneiros.

6.2. Cada Membro notificará o Comitê e publicará as suas medidas sobre o uso de despachantes aduaneiros. Quaisquer modificações posteriores serão notificadas e publicadas de imediato.

6.3. No que diz respeito ao licenciamento de despachantes aduaneiros, os Membros aplicarão regras transparentes e objetivas.

7. Procedimentos comuns de fronteira e requisitos uniformes de documentação

7.1. Cada Membro aplicará, sujeito ao parágrafo 7.2, procedimentos aduaneiros comuns e exigências de documentação uniformes para liberação e despacho aduaneiro de bens em todo o seu território.

7.2. Nada do disposto no presente Artigo impedirá um Membro de:

(a) diferenciar seus procedimentos e requisitos de documentação com base na natureza e tipo dos bens ou seus meios de transporte;

(b) diferenciar seus procedimentos e requisitos de documentação para bens com base em gestão de risco;

(c) diferenciar seus procedimentos e requisitos de documentação para conceder isenção total ou parcial de direitos aduaneiros e outros tributos;

(d) aplicar sistemas para apresentação, arquivamento e processamento eletrônicos; ou

(e) diferenciar seus procedimentos e requisitos de documentação de forma consistente com o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

8. Bens rejeitados

8.1. Caso os bens apresentados para importação sejam rejeitados pela autoridade competente de um Membro em função do não cumprimento de regulamentos sanitários ou fitossanitários ou regulamentos técnicos estabelecidos, o Membro permitirá, sujeito às suas leis e regulamentos e de forma compatível com eles, que o importador reembarque ou devolva os bens rejeitados para o exportador ou para uma terceira pessoa designada pelo exportador.

8.2. Quando for dada a opção prevista no parágrafo 8.1 e o importador não a exercer dentro de um prazo razoável, a autoridade competente poderá adotar outra medida para lidar com os bens não conformes.

9. Admissão temporária de bens e aperfeiçoamento ativo e passivo

9.1. Admissão temporária de bens

Cada Membro permitirá, conforme previsto em suas leis e regulamentos, que bens sejam trazidos para o seu território aduaneiro condicionalmente desonerados para o seu território aduaneiro, total ou parcialmente, do pagamento de direitos aduaneiros e outros tributos, se tais bens forem trazidos com um fim específico, se estiverem destinados à reexportação dentro de um período específico, e se não tiverem sofrido qualquer alteração, com exceção da depreciação normal e deterioração decorrente do uso que deles for feito.

9.2. Aperfeiçoamento ativo e passivo

(a) Cada Membro permitirá, conforme previsto em suas leis e regulamentos, o aperfeiçoamento ativo e passivo de bens. Bens autorizados para aperfeiçoamento passivo poderão ser reimportados com desoneração total ou parcial dos direitos aduaneiros e outros tributos, de acordo com as leis e regulamentos do Membro.

(b) Para os efeitos do presente Artigo, o termo "aperfeiçoamento ativo" significa o regime aduaneiro pelo qual certos bens podem ser trazidos ao território aduaneiro de um Membro condicionalmente desonerados, total ou parcialmente, do pagamento de direitos aduaneiros e outros tributos, ou elegíveis para restituição de direitos aduaneiros, com base em que tais bens sejam destinados a industrialização, processamento, ou reparo e posterior exportação.

(c) Para efeitos do presente Artigo, o termo "aperfeiçoamento passivo" significa o regime aduaneiro pelo qual bens que se encontram em livre circulação no território aduaneiro de um Membro podem ser exportados temporariamente para a industrialização, processamento ou reparo no exterior e, em seguida, reimportado.

ARTIGO 11: LIBERDADE DE TRÂNSITO

1. Quaisquer regulamentos ou formalidades relacionadas ao trânsito de passagem impostos por um Membro não serão:

(a) mantidos se as circunstâncias ou os objetivos que suscitaram sua adoção não mais existirem ou se as novas circunstâncias ou novos objetivos puderem ser tratados de uma maneira que seja menos restritiva ao comércio e que esteja razoavelmente disponível;

(b) aplicados de uma forma que constitua uma restrição disfarçada ao trânsito de passagem.

2. O trânsito de passagem não será condicionado à cobrança de quaisquer taxas ou encargos relativos ao trânsito, exceto taxas de transporte ou aquelas proporcionais às despesas administrativas decorrentes do trânsito ou ao custo dos serviços prestados.

3. Os Membros não deverão procurar, adotar ou manter quaisquer restrições voluntárias ou quaisquer outras medidas semelhantes sobre o trânsito de passagem. Isto sem prejuízo de regulamentações nacionais, acordos bilaterais ou multilaterais, existentes ou futuros, relacionados com a regulamentação do transporte, em conformidade com as regras da OMC.

4. Cada Membro concederá aos bens que transitarem pelo território de qualquer outro Membro tratamento não menos favorável do que o que seria concedido a tais bens se estivessem sendo transportados do seu local de origem até o destino sem passar pelo território desse outro Membro.

5. Os Membros são incentivados, sempre que viável, a disponibilizar infraestrutura fisicamente separada (como pistas, espaços de atracação e similares) para o trânsito de passagem.

6. Formalidades, requisitos de documentação e controles aduaneiros relacionados com o trânsito de passagem não serão mais onerosos do que o necessário para:

(a) identificar os bens; e

(b) assegurar o cumprimento das condições dos requisitos para trânsito.

7. Uma vez que os bens tenham sido colocados sob regime de trânsito e tenham sido autorizados a seguir a partir do ponto de origem no território de um Membro, tais bens não estarão sujeitos a quaisquer encargos aduaneiros nem atrasos ou restrições desnecessárias até concluir o seu trânsito no ponto de destino no território do Membro.

8. Os Membros não aplicarão regulamentos técnicos nem procedimentos de avaliação da conformidade, no sentido do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, para bens em trânsito.

9. Os Membros permitirão e proverão a apresentação e o processamento antecipados da documentação e das informações relativas aos bens em trânsito antes da sua chegada.

10. Uma vez que o trânsito de passagem tenha alcançado a unidade aduaneira pela qual sairá do território de um Membro, esta unidade encerrará imediatamente a operação de trânsito se os requisitos de trânsito tiverem sido cumpridos.

11. Quando um Membro exigir uma garantia sob a forma de fiança, depósito ou outro instrumento adequado de garantia monetária ou não-monetária[13] para o trânsito de passagem, tal garantia será limitada a assegurar que as exigências decorrentes do trânsito de passagem sejam cumpridas.

12. Uma vez que o Membro tenha determinado que seus requisitos de trânsito foram satisfeitos, a garantia será liberada sem demora.

13. Cada Membro permitirá, de uma forma consistente com as suas leis e regulamentos, garantias globais que incluam transações múltiplas para os mesmos operadores ou a renovação de garantias sem liberação para remessas subsequentes.

14. Cada Membro disponibilizará ao público a informação relevante que ele utiliza para definir a garantia, incluindo garantias para transações únicas e para transações múltiplas, quando aplicável.

15. Cada Membro poderá exigir a utilização de comboios aduaneiros ou de acompanhamento fiscal para o trânsito de passagem apenas em circunstâncias que apresentem riscos elevados ou quando o cumprimento das leis e regulamentos aduaneiros não puder ser assegurado mediante a utilização de garantias. As regras gerais aplicáveis aos comboios aduaneiros ou aos acompanhamentos fiscais serão publicadas nos termos do Artigo 1.

16. Os Membros envidarão esforços para cooperar e coordenar-se uns com os outros com vistas a aprimorar a liberdade de trânsito. Tal cooperação e coordenação poderá incluir, mas não ficará limitada a um entendimento sobre:

(a) taxas;

(b) formalidades e requisitos legais; e

(c) o funcionamento prático dos regimes de trânsito.

17. Cada Membro envidará esforços para nomear um coordenador nacional de trânsito, ao qual todos os questionamentos e propostas de outros Membros relativos ao bom funcionamento das operações de trânsito possam ser endereçados.

ARTIGO 12: COOPERAÇÃO ADUANEIRA

1. Medidas para promover o cumprimento e a cooperação

1.1. Os Membros concordam quanto à importância de assegurar que os comerciantes estejam conscientes de suas obrigações em matéria de cumprimento, de incentivar o cumprimento voluntário para permitir que os importadores, em circunstâncias adequadas, possam proceder a sua própria correção sem penalidade, e de aplicar medidas em matéria de cumprimento para que sejam adotadas medidas mais rigorosas para comerciantes que não cumpram essas obrigações[14].

1.2. Os Membros são incentivados a compartilhar informações sobre boas práticas de gestão do cumprimento de obrigações aduaneiras, inclusive por meio do Comitê. Os Membros são incentivados a cooperar na orientação ou na assistência técnica e apoio à capacitação para fins de administração das medidas em matéria de cumprimento das obrigações e aprimorar a sua eficácia.

2. Troca de Informações

2.1. A pedido e em comformidade comas disposições do presente Artigo, os Membros trocarão as informações previstas nas alíneas (b) e/ou (c) do parágrafo 6.1 com a finalidade de verificar uma declaração de importação ou de exportação em casos concretos em que existam motivos razoáveis para duvidar da veracidade ou exatidão da declaração.

2.2. Cada Membro notificará o Comitê dos detalhes de seu ponto de contato para a troca dessas informações.

3. Verificação

Um Membro somente solicitará informações depois de ter realizado os procedimentos de verificação adequados de uma declaração de importação ou exportação e depois de ter examinado a documentação pertinente disponível.

4. Solicitação de informações

4.1. O Membro solicitante apresentará ao Membro solicitado uma solicitação por escrito, em papel ou em meio eletrônico, em um dos idiomas oficiais da OMC mutuamente acordado ou em outro idioma mutuamente acordado com o Membro solicitado, que inclua:

(a) o assunto em questão, inclusive, se necessário e disponível, o número de identificação da declaração de exportação correspondente à declaração de importação em questão;

(b) a finalidade para a qual o Membro solicitante pede as informações ou documentos, juntamente com os nomes e dados de contato das pessoas a quem a solicitação se refere, se conhecidos;

(c) quando exigido pelo Membro solicitado, a confirmação[15] da verificação, conforme o caso;

(d) as informações ou os documentos específicos solicitados;

(e) a identificação da repartição que faz a solicitação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(f) referência às disposições de direito interno e sistema jurídico do Membro solicitante que disciplinam a coleta, proteção, utilização, divulgação, retenção e eliminação de informações confidenciais e dados pessoais.

4.2. Se o Membro solicitante não estiver em condições de cumprir com qualquer um dos itens do parágrafo 4.1, deverá indicá-lo na solicitação.

5. Proteção e confidencialidade das informações

5.1. O Membro solicitante, sem prejuízo do disposto no parágrafo 5.2:

(a) manterá todas as informações ou documentos fornecidos pelo Membro solicitado em estrito sigilo e concederá, pelo menos, o mesmo nível de proteção e confidencialidade que é prestada ao abrigo do direito interno e do sistema jurídico do Membro solicitado, como descrito por ele com base nas alíneas (b) ou (c) do parágrafo 6.1;

(b) disponibilizará informações ou documentos apenas às autoridades aduaneiras que tratem do assunto em questão e utilizará as informações ou documentos exclusivamente para os fins declarados na solicitação, a menos que o Membro solicitado concorde por escrito de outra forma;

(c) não divulgará as informações ou documentos sem a permissão específica, por escrito, do Membro solicitado;

(d) não utilizará quaisquer informações ou documentos não verificados do Membro solicitado como o fator decisivo para esclarecer a dúvida em qualquer circunstância;

(e) respeitará quaisquer condições de casos concretos estabelecidas pelo Membro solicitado em relação à retenção e eliminação de informações ou documentos confidenciais e dados pessoais; e

(f) a pedido, informará o Membro solicitado a respeito de quaisquer decisões e ações tomadas sobre o assunto como resultado das informações ou documentos fornecidos.

5.2. Um Membro solicitante pode ser incapaz de cumprir qualquer das alíneas do parágrafo 5.1 por força de seu direito interno e de seu sistema jurídico. Se assim for, o Membro solicitante especificará isso na solicitação.

5.3 O Membro solicitado tratará qualquer solicitação e verificação de informação recebidas nos termos do parágrafo 4.º com pelo menos o mesmo nível de proteção e confidencialidade concedidas pelo Membro solicitado às suas próprias informações.

6. Prestação de Informações

6.1. Sem prejuízo do disposto no presente Artigo, o Membro solicitado, de imediato:

(a) responderá, por escrito, em papel ou em meio eletrônico;

(b) prestará a informação específica, tal como constante na declaração de importação ou de exportação, ou a própria declaração, na medida em que esteja disponível, juntamente com uma descrição do nível de proteção e confidencialidade exigido do Membro solicitante;

(c) se solicitado, prestará a informação específica tal como constante nos seguintes documentos, ou os próprios documentos apresentados para instrução da declaração de importação ou de exportação, na medida em que estejam disponíveis: fatura comercial, romaneio de carga, certificado de origem e conhecimento de carga, na forma em que tiverem sido apresentados, em papel ou meio eletrônico, juntamente com uma descrição do nível de proteção e confidencialidade exigido do Membro solicitante;

(d) confirmará que os documentos apresentados são cópias autênticas;

(e) fornecerá as informações ou responderá à solicitação, na medida do possível, no prazo de 90 dias a partir da data da solicitação.

6.2. Antes de prestar as informações, o Membro solicitado poderá exigir, com base em seu direito interno e sistema jurídico, um compromisso de que as informações específicas não serão usadas como prova em investigações criminais, processos judiciais, ou em processos não aduaneiros sem autorização específica, por escrito, do Membro solicitado. Se o Membro solicitante não estiver em condições de cumprir com este requisito, deverá especificá-lo ao Membro solicitado.

7. Adiamento ou recusa de uma solicitação

7.1. O Membro solicitado poderá adiar ou recusar, no todo ou em parte, uma solicitação de informações, e informará o Membro solicitante das razões para fazê-lo, sempre que:

(a) a solicitação for contrária ao interesse público, tal como refletido no direito interno e sistema jurídico do Membro solicitado;

(b) o direito interno e o sistema jurídico do Membro solicitado impedir a divulgação das informações. Em tal caso, fornecerá ao Membro solicitante uma cópia da referência específica pertinente;

(c) a prestação das informações possa impedir a aplicação da lei ou interferir em uma investigação, um inquérito, ou um processo administrativo ou judicial em curso;

(d) for exigido o consentimento do importador ou do exportador pelo direito interno ou sistema jurídico do Membro solicitado aplicável à coleta, proteção, utilização, divulgação, retenção e eliminação de informações confidenciais ou dados pessoais, e este consentimento não for dado; ou

(e) a solicitação de informações for recebida após o vencimento da obrigação legal de conservação de documentos pelo Membro solicitado.

7.2 No caso dos parágrafos 4.2, 5.2 ou 6.2, o atendimento da solicitação ficará a critério do Membro solicitado.

8. Reciprocidade

Se o Membro solicitante estimar que não será capaz de atender a uma solicitação semelhante que lhe for apresentada por parte do Membro solicitado, ou se ainda não houver implementado este Artigo, deverá indicar tal fato na respectiva solicitação. O atendimento da solicitação ficará a critério do Membro solicitado.

9. Carga Administrativa

9.1. O Membro solicitante levará em conta as implicações associadas em termos de recursos e custos para o Membro solicitado em responder a solicitações de informação. O Membro solicitante considerará a proporcionalidade entre o seu interesse do ponto de vista fiscal e os esforços a serem feitos pelo Membro solicitado para prestar as informações.

9.2. Se um Membro solicitado receber um número impraticável de solicitações de informações ou uma solicitação de informações de abrangência impraticável de um ou mais Membros solicitantes e for incapaz de atender a essas solicitações dentro de um prazo razoável, poderá requerer a um ou mais dos Membros solicitantes que estabeleça prioridades com vistas a acordar um limite que seja prático conforme suas restrições de recursos. Na ausência de uma abordagem mutuamente acordada, a execução de tais solicitações ficará a critério do Membro solicitado, com base em suas próprias prioridades.

10. Limitações

Um Membro solicitado não será obrigado a:

(a) modificar o formato das suas declarações ou procedimentos de importação ou de exportação;

(b) exigir documentos diferentes dos apresentados com a declaração de importação ou exportação, conforme especificado na alínea (c) do parágrafo 6.1;

(c) iniciar investigações para obter as informações;

(d) modificar o período de conservação de tais informações;

(e) apresentar documentação impressa na qual o formato eletrônico já houver sido instituído;

(f) traduzir as informações;

(g) verificar a exatidão das informações; ou

(h) prestar informações que possam prejudicar os interesses comerciais legítimos de empresas específicas, públicas ou privadas.

11. Uso ou divulgação não autorizados

11.1. No caso de descumprimento das condições de utilização ou divulgação de informações trocadas no âmbito do presente Artigo, o Membro solicitante que houver recebido a informação comunicará imediatamente os detalhes de tal uso ou divulgação não autorizados ao Membro solicitado que forneceu a informação e:

(a) tomará as medidas necessárias para sanar o descumprimento;

(b) tomará as medidas necessárias para impedir qualquer descumprimento futuro; e

(c) notificará o Membro solicitado das medidas tomadas nos termos das alíneas (a) e (b).

11.2 O Membro solicitado poderá suspender as suas obrigações para com o Membro solicitante sob este Artigo até que tenham sido tomadas as medidas previstas no parágrafo 11.1.

12. Acordos bilaterais e regionais

12.1 Nada neste Artigo poderá impedir um Membro de estabelecer ou manter um acordo bilateral, plurilateral, ou regional para compartilhamento ou troca de informações e dados aduaneiros, inclusive por meios seguros e rápidos, seja em bases automáticas ou com anterioridade à chegada da carga.

12.2 Nada neste Artigo será interpretado no sentido de alterar ou afetar os direitos e obrigações de um Membro ao abrigo de tais acordos bilaterais, plurilaterais ou regionais, ou no sentido de interferir na operação de intercâmbio de informação e dados aduaneiros no âmbito de tais outros acordos.

***

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES DE TRATAMENTO ESPECIAL E DIFERENCIADO PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MEMBROS E PAÍSES DE MENOR DESENVOLVIMENTO RELATIVO MEMBROS

ARTIGO 13: PRINCÍPIOS GERAIS

1. As disciplinas contidas nos artigos 1º a 12 do presente Acordo serão implementadas por países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento relativo Membros em conformidade com a presente Seção, que é baseada nas modalidades acordadas no Anexo D do Acordo-Quadro de Julho de 2004 (WT/L/579) e no parágrafo 33 e no Anexo E da Declaração Ministerial de Hong Kong (WT/MIN(05)/DEC).

2. Serão prestados assistência e apoio à capacitação[16] para ajudar países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros a aplicar as disciplinas do presente Acordo conforme sua natureza e abrangência. O alcance e o calendário de implementação das disciplinas do presente Acordo estarão relacionados com a capacidade de implementação de países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros. Enquanto um dado país em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo Membro continuar a carecer da capacidade necessária, a implementação da(s) disciplina(s) em causa não serão exigidas até que a capacidade tenha sido adquirida.

3. Os países de menor desenvolvimento relativo Membros só serão obrigados a assumir compromissos compatíveis com seu desenvolvimento, necessidades financeiras e comerciais ou suas capacidades administrativas e institucionais individuais.

4. Estes princípios serão aplicados por meio das disciplinas previstas na Seção II.

ARTIGO 14: CATEGORIAS DE DISPOSIÇÕES

1. Há três categorias de disciplinas:

(a) a Categoria A contém disciplinas que um país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro designa para implementação a partir da entrada em vigor do presente Acordo, ou, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, no prazo de um ano após entrada em vigor, conforme o Artigo 15.

(b) a Categoria B contém disciplinas que um país em desenvolvimento Membro e de menor desenvolvimento relativo Membro designa para implementação em data posterior a um período de transição em seguimento à entrada em vigor do presente Acordo, conforme o Artigo 16.

(c) a Categoria C contém disciplinas que um país em desenvolvimento Membro e de menor desenvolvimento relativo Membro designa para implementação em data posterior a um período de transição em seguimento à entrada em vigor do presente Acordo, e que requeira a aquisição de capacidade para implementação por meio de prestação de assistência e apoio à capacitação, conforme o artigo 16.

2. Cada país em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membro designará por si próprio, individualmente, as disciplinas que incluirá em cada uma das Categorias A, B e C.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARTIGO 15: NOTIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CATEGORIA A

1. Na entrada em vigor do presente Acordo, cada país em desenvolvimento Membro implementará seus compromissos de Categoria A. Esses compromissos designados na Categoria A passarão a fazer parte integrante do presente Acordo.

2. Um país de menor desenvolvimento relativo Membro poderá notificar o Comitê a respeito das disciplinas que tenha designado na Categoria A em até um ano a partir da entrada em vigor do presente Acordo. Os compromissos de dos países de menor desenvolvimento relativo Membros designados na Categoria A passarão a fazer parte integrante do presente Acordo.

ARTIGO 16: NOTIFICAÇÃO DE DATAS DEFINITIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C

1. No que diz respeito às disciplinas que um país em desenvolvimento Membro não tenha designado na Categoria A, esse Membro poderá adiar sua implementação conforme o processo previsto no presente Artigo.

Categoria B para países em desenvolvimento Membros

(a) Na entrada em vigor do presente Acordo, cada país em desenvolvimento Membro notificará o Comitê a respeito das disciplinas que tenha designado na Categoria B e suas datas indicativas correspondentes para implementação[17].

(b) Até um ano após a entrada em vigor do presente Acordo, cada país em desenvolvimento Membro notificará o Comitê a respeito das suas datas definitivas para a implementação das disciplinas que tenha designado na Categoria B. Se um país em desenvolvimento Membro, antes desse prazo, considerar que necessita de tempo adicional para notificar suas datas definitivas, o Membro poderá solicitar que o Comitê prorrogue o prazo suficientemente para notificar suas datas.

Categoria C para países em desenvolvimento Membros

(c) Na entrada em vigor do presente Acordo, cada país em desenvolvimento Membro notificará o Comitê a respeito das disciplinas que tenha designado para a Categoria C e suas datas indicativas correspondentes para implementação. Para fins de transparência, as notificações apresentadas incluirão informações sobre a assistência e apoio à capacitação de que o Membro necessitará para a implementação[18].

(d) No prazo de um ano após a entrada em vigor do presente Acordo, os países em desenvolvimento Membros e os Membros doadores relevantes, tendo em conta quaisquer arranjos já existentes, bem como as notificações apresentadas nos termos do parágrafo 1.º do Artigo 22, e as informações apresentadas nos termos da alínea (c) acima, prestarão informações ao Comitê sobre os arranjos existentes ou negociados necessários para a prestação de assistência e apoio à capacitação que possibilitem a implementação dos compromissos na Categoria C[19]. O país em desenvolvimento participante informará o Comitê de tais arranjos imediatamente. O Comitê também convidará doadores não Membros a fornecer informações sobre os arranjos existentes ou negociados.

(e) No prazo de 18 meses a contar da data da prestação das informações previstas na alínea (d), os Membros doadores e os respectivos países em desenvolvimento Membros informarão o Comitê do progresso na prestação de assistência e apoio à capacitação. Cada país em desenvolvimento Membro notificará, ao mesmo tempo, a sua lista de datas definitivas para implementação.

2.No que diz respeito às disciplinas que um país de menor desenvolvimento relativo Membro não tenha designado na Categoria A, os países de menor desenvolvimento relativo Membros poderão adiar a implementação conforme o processo previsto no presente Artigo.

Categoria B para países de menor desenvolvimento relativo Membros

(a) Até um ano após a entrada em vigor do presente Acordo, um país de menor desenvolvimento relativo Membro notificará ao Comitê suas disciplinas de Categoria B e poderá notificar as datas indicativas correspondentes para a implementação de tais disciplinas, levando em conta as flexibilidades máximas concedidas para países de menor desenvolvimento relativo Membros.

(b) Até dois anos após a data de notificação prevista na alínea (a) acima, cada país de menor desenvolvimento relativo Membro notificará o Comitê para confirmar a designação de disciplinas e notificar suas datas de implementação. Se um país de menor desenvolvimento relativo Membro, antes desse prazo, considerar que necessita de tempo adicional para notificar suas datas definitivas, o Membro poderá solicitar que o Comitê prorrogue o prazo suficientemente para notificar suas datas.

Categoria C para países de menor desenvolvimento relativo Membros

(c) Para fins de transparência e para facilitar arranjos com doadores, um ano após a entrada em vigor do presente Acordo, cada país de menor desenvolvimento relativo Membro notificará o Comitê das disciplinas que tenha designado na Categoria C, levando em conta flexibilidades máximas concedidas a países de menor desenvolvimento relativo Membros.

(d) Um ano após a data estipulada na alínea (c) acima, os países de menor desenvolvimento relativo Membros notificarão informações sobre a assistência e apoio à capacitação de que o Membro necessitará para implementação[20].

(e) Até dois anos após a notificação prevista na alínea (d) acima, os países de menor desenvolvimento relativo Membros e os Membros doadores relevantes, tendo em conta as informações apresentadas nos termos da alínea (d) acima, prestarão informações ao Comitê sobre os arranjos existentes ou negociados necessários para a prestação de assistência e apoio à capacitação que possibilitem a implementação dos compromissos da Categoria C[21]. O país de menor desenvolvimento relativo Membro participante informará o Comitê de tais arranjos imediatamente. O país de menor desenvolvimento relativo Membro notificará, ao mesmo tempo, datas indicativas para a implementação dos compromissos da Categoria C correspondentes abrangidos pelos arranjos de assistência e apoio. O Comitê também convidará doadores não Membros a fornecer informações sobre os arranjos existentes ou negociados.

(f) no prazo máximo de 18 meses a contar da data da prestação das informações estipuladas na alínea (e), os Membros doadores relevantes e os respectivos países de menor desenvolvimento relativo Membros informarão o Comitê dos progressos na prestação de assistência e apoio à capacitação. Cada país de menor desenvolvimento relativo notificará o Comitê, ao mesmo tempo, a sua lista de datas definitivas para implementação.

3. Os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros que experimentarem dificuldades na apresentação de datas definitivas para a implementação dentro dos prazos previstos nos parágrafos 1 e 2 devido à falta de apoio dos doadores ou pela falta de progresso na prestação de assistência e apoio à capacitação, deverão notificar o Comitê o mais rapidamente possível antes do término desses prazos. Os Membros concordam em cooperar para ajudar a resolver tais dificuldades, levando em conta as circunstâncias específicas e problemas especiais enfrentados pelos Membros envolvidos. O Comitê tomará, conforme o caso, medidas para tratar das dificuldades, inclusive, se necessário, mediante a prorrogação dos prazos para que o Membro envolvido notifique suas datas definitivas.

4. Três meses antes do prazo estipulado nas alíneas (b) ou (e) do parágrafo 1.º, ou, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, alíneas (b) ou (f) do parágrafo 2°, o Secretariado recordará o Membro que não houver notificado uma data definitiva para a implementação de disciplinas designadas nas Categorias B ou C. Se o Membro não invocar o parágrafo 3.º, ou, no caso de um país em desenvolvimento Membro, a alínea (b) do parágrafo 1.º, ou, no caso de país de menor desenvolvimento relativo Membro, a alínea (b) do parágrafo 2.º, para prorrogar o prazo, e ainda assim não notificar uma data definitiva para a implementação, esse Membro implementará as disciplinas dentro de um ano após o prazo estipulado nas alíneas (b) ou (e) do parágrafo 1.º, ou, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, as alíneas (b) e (f) do parágrafo 2.º, ou o prazo prorrogado por meio do disposto no parágrafo 3.º.

5. Até 60 dias após as datas para notificação das datas definitivas para a implementação das disciplinas das Categorias B e C, de acordo com os parágrafos 1º , 2º ou 3º , o Comitê tomará nota dos anexos que contenham as datas definitivas de cada Membro para a implementação das disposições das Categoria B e C, incluindo quaisquer datas fixadas nos termos do parágrafo 4.º, de modo a tornar estes anexos parte integrante do presente Acordo.

ARTIGO 17: MECANISMO DE ALERTA ANTECIPADO: PRORROGAÇÃO DAS DATAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS CATEGORIAS B E C

1.

(a) Um país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro que julgue enfrentar dificuldades na implementação de uma disciplina que tenha designado na Categoria B ou Categoria C até a data definitiva estabelecida, nos termos das alíneas (b) ou (e) do parágrafo 1.º do Artigo 16, ou, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, nos termos das alíneas (b) ou (f) do parágrafo 2º do Artigo 16, notificará o Comitê. Os países em desenvolvimento Membros notificarão o Comitê em até 120 dias antes do vencimento da data de implementação. Os países de menor desenvolvimento relativo Membros notificarão o Comitê em até 90 dias antes da referida data.

(b) A notificação ao Comitê indicará a nova data em que o país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro espera ser capaz de implementar a disciplina em questão. A notificação indicará também as razões para o atraso previsto na implementação. Tais razões poderão incluir a necessidade de assistência e apoio à capacitação que não tenham sido previstas, ou assistência e apoio adicionais para a capacitação.

2. Quando o pedido por tempo adicional para a implementação solicitado por um país em desenvolvimento Membro não exceder 18 meses ou o de um país de menor desenvolvimento relativo Membro não exceder 3 anos, o Membro requerente terá direito ao tempo adicional sem qualquer ação suplementar do Comitê.

3. Quando um país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro julgar que necessita de uma prorrogação inicial mais longa do que o previsto no parágrafo 2.º ou de uma segunda prorrogação ou qualquer prorrogação adicional subsequente, o Membro apresentará ao Comitê um pedido de prorrogação com as informações descritas na alínea (b) do parágrafo 1.º no prazo máximo de 120 dias, no caso de um país em desenvolvimento Membro, ou 90 dias, no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, antes da expiração da data de implementação definitiva original ou dessa data conforme posteriormente prorrogada.

4. O Comitê considerará favoravelmente a concessão de prorrogações, tendo em conta as circunstâncias específicas dos Membros que apresentam os pedidos. Tais circunstâncias poderão incluir dificuldades e atrasos na obtenção de assistência e apoio à capacitação.

ARTIGO 18: IMPLEMENTAÇÃO DA CATEGORIA B E DA CATEGORIA C

1. Nos termos do parágrafo 2.º do Artigo 13, se um país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro, tendo cumprido os procedimentos previstos nos parágrafos 1.º ou 2.º do Artigo 16 e no Artigo 17, e quando uma prorrogação solicitada não houver sido concedida ou quando o país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro enfrentar circunstâncias imprevistas que impeçam uma extensão nos termos do Artigo 17, avaliar por si próprio que continua a carecer de capacidade para implementar uma disciplina da Categoria C, tal Membro notificará o Comitê de sua incapacidade de implementar a disciplina pertinente.

2. O Comitê estabelecerá um Grupo de Peritos imediatamente, ou no mais tardar em até 60 dias após o Comitê receber a notificação do país em desenvolvimento Membro ou de menor desenvolvimento relativo Membro relevante. O Grupo de Peritos examinará a questão e fará uma recomendação ao Comitê em 120 dias a contar da sua composição.

3. O Grupo de Peritos será composto por cinco indivíduos independentes altamente qualificados nas áreas de facilitação do comércio e de assistência e apoio à capacitação. A composição do Grupo de Peritos assegurará o equilíbrio entre nacionais de países em desenvolvimento e países desenvolvidos Membros. Quando se tratar de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, o Grupo de Peritos incluirá ao menos um nacional de um país de menor desenvolvido relativo Membro. Se o Comitê não puder concordar quanto à composição do Grupo de Peritos no prazo de 20 dias a contar de seu estabelecimento, o Diretor-Geral, em consulta com o presidente do Comitê, determinará a composição do Grupo de Peritos de acordo com os termos deste parágrafo.

4. O Grupo de Peritos considerará a avaliação do próprio Membro quanto à falta de capacidade para implementação e fará uma recomendação ao Comitê. Ao deliberar sobre a recomendação do Grupo de Peritos a respeito de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, o Comitê tomará, conforme o caso, medidas que facilitem a aquisição de capacidade sustentável para a implementação.

5. O Membro não estará sujeito a procedimentos ao abrigo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias sobre esta questão desde o momento em que o país em desenvolvimento Membro notificar o Comitê de sua incapacidade de implementar a disciplina pertinente até a primeira reunião do Comitê depois de recebida a recomendação do Grupo de Peritos. Naquela reunião, o Comitê considerará a recomendação do Grupo de Peritos. Para países de menor desenvolvimento relativo Membros, os procedimentos ao abrigo do Entendimento sobre Solução de Controvérsias não serão aplicáveis à disciplina correspondente desde a data da notificação ao Comitê de sua incapacidade de implementar a disciplina até que o Comitê tome uma decisão sobre a questão, ou em 24 meses após a data da primeira reunião do Comitê, conforme descrito acima, o que ocorrer primeiro.

6. Quando um país de menor desenvolvimento relativo Membro perder sua capacidade de implementar um compromisso de Categoria C, poderá informar o Comitê e seguir os procedimentos previstos no presente artigo.

ARTIGO 19: TRANSFERÊNCIA ENTRE AS CATEGORIAS B E C

1. Países em desenvolvimento Membros e de menor desenvolvimento relativo Membros que tenham notificado disciplinas nas Categorias B e C poderão transferir disciplinas entre tais Categorias por meio da apresentação de uma notificação ao Comitê. Quando um Membro propuser transferir uma disciplina da Categoria B para a Categoria C, o Membro fornecerá informações sobre a assistência e o apoio necessários à capacitação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Caso seja necessário tempo adicional para implementar uma disciplina transferida da Categoria B para a Categoria C, o Membro poderá:

(a) valer-se do disposto no Artigo 17, inclusive a possibilidade de uma prorrogação automática; ou

(b) solicitar ao Comitê que examine o pedido de tempo adicional para implementar a disciplina e, se necessário, para a assistência e apoio à capacitação, incluindo a possibilidade de uma revisão e recomendação do Grupo de Peritos nos termos previstos no Artigo 18; ou

(c) no caso de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, qualquer nova data de implementação superior a quatro anos após a data original notificada na categoria B exigirá aprovação pelo Comitê. Além disso, países de menor desenvolvimento relativo Membros continuarão a valer-se do Artigo 17. Entende-se que assistência e apoio à capacitação são necessários para que o país de menor desenvolvimento relativo Membro possa proceder a essa transferência.

ARTIGO 20: PERÍODO DE CARÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO RELATIVO ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Durante um período de dois anos após a entrada em vigor do presente Acordo, os dispositivos dos Artigos XXII e XXIII do GATT 1994, tal como desenvolvidos e aplicados pelo Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, não serão aplicáveis à solução de controvérsias em face de um país em desenvolvimento Membro em relação a qualquer disciplina que tal Membro tenha designado na Categoria A.

2. Durante um período de seis anos após a entrada em vigor do presente Acordo, os dispositivo dos Artigos XXII e XXIII do GATT 1994, tal como desenvolvidos e aplicados pelo Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, não serão aplicáveis à solução de controvérsias em face de um país de menor desenvolvimento relativo Membro em relação a qualquer disciplina que tal Membro tenha designado na Categoria A.

3. Durante um período de oito anos após a implementação de uma disciplina na Categoria B ou C por um país de menor desenvolvimento relativo Membro, os dispositivos dos Artigos XXII e XXIII do GATT 1994, tal como desenvolvidos e aplicados pelo Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, não serão aplicáveis à solução de controvérsias em face de aquele país de menor desenvolvimento relativo Membro em relação a tal disciplina.

4. Sem prejuízo do período de carência para a aplicação do Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, antes de fazer um pedido de consultas nos termos dos Artigos XXII ou XXIII do GATT 1994, e em todas as fases dos procedimentos de solução de controvérsias em relação a uma medida de um país de menor desenvolvimento relativo Membro, todo Membro dará consideração particular à situação especial dos países de menor desenvolvimento relativo Membros. A esse respeito, os Membros exercerão a moderação devida ao levantar questões ao abrigo do Entendimento relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias que envolvam países de menor desenvolvimento relativo Membros.

5. Durante o período de carência concedido sob este Artigo, cada Membro dará, mediante pedido, oportunidade adequada a outros Membros para discussão com relação a qualquer questão relacionada com a implementação do presente Acordo.

ARTIGO 21: PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À CAPACITAÇÃO

1. Os Membros doadores concordam em facilitar a prestação de assistência e o apoio à capacitação a países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros em termos mutuamente acordados tanto pela via bilateral como por intermédio das organizações internacionais adequadas. O objetivo é assistir países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros na implementação das disciplinas da Seção I do presente Acordo.

2. Dadas as necessidades especiais dos países de menor desenvolvimento relativo Membros, assistência e apoio específicos serão prestados aos países de menor desenvolvimento relativos Membros de modo a auxiliá-los a desenvolver capacidade sustentável para implementar seus compromissos. Por meio dos mecanismos pertinentes de cooperação para o desenvolvimento, e em consonância com os princípios de assistência técnica e apoio à capacitação, tal como referidos no parágrafo 3.º, os parceiros para o desenvolvimento envidarão esforços para prestar assistência e apoio à capacitação nesta área de uma maneira que não comprometa as prioridades existentes de desenvolvimento.

3. Os Membros envidarão esforços para aplicar os seguintes princípios na prestação de assistência e apoio à capacitação no que respeita à aplicação do presente Acordo:

(a) ter em conta o quadro de desenvolvimento global dos países e regiões beneficiários e, quando pertinente e adequado, os programas de reforma e assistência técnica em curso;

(b) incluir, quando pertinente e adequado, atividades para tratar dos desafios regionais e sub-regionais e promover a integração regional e sub-regional;

(c) assegurar que as atividades de reforma em curso sobre facilitação do comércio no setor privado sejam tidas em conta nas atividades de assistência;

(d) promover a coordenação entre os Membros e entre estes e outras instituições pertinentes, incluindo as comunidades econômicas regionais, para assegurar a efetividade e resultados máximos dessa assistência. Para este fim:

(i) a coordenação, principalmente no país ou região em que será prestada a assistência, entre beneficiários e doares parceiros e entre os doadores bilaterais e multilaterais terá como objetivo evitar a sobreposição e duplicação em programas de assistência e inconsistências nas atividades de reforma por meio de uma coordenação estreita das ações de assistência técnica e capacitação;

(ii) para países de menor desenvolvimento relativo Membros, o Quadro Integrado Reforçado para a assistência relacionada ao comércio será uma parte deste processo de coordenação; e

(iii) os Membros também promoverão a coordenação interna entre suas autoridades de comércio e desenvolvimento, tanto nas capitais como em Genebra, na implementação do presente Acordo e na prestação de assistência técnica.

(e) incentivar a utilização de estruturas de coordenação regionais e nacionais já existentes tais como mesas-redondas e grupos consultivos para coordenar e acompanhar as atividades de implementação; e

(f) incentivar países em desenvolvimento Membros a prestar capacitação a outros países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo Membros e considerar o apoio a tais atividades, sempre que possível.

4. O Comitê celebrará pelo menos uma sessão específica por ano para:

(a) discutir quaisquer problemas relativos à implementação de disciplinas ou partes de disciplinas do presente Acordo;

(b) examinar o progresso na prestação de assistência e apoio à capacitação para apoiar a implementação do Acordo, inclusive em casos em que países em desenvolvimento Membros ou menor desenvolvimento relativo Membros não recebam assistência e apoio adequados para a sua capacitação;

(c) compartilhar experiências e informações sobre programas de assistência e apoio à capacitação e de implementação em andamento, incluindo desafios e êxitos;

(d) examinar notificações de doadores conforme estabelecido no Artigo 22; e

(e) examinar o funcionamento do parágrafo 2º.

ARTIGO 22: INFORMAÇÕES SOBRE ASSISTÊNCIA E APOIO À CAPACITAÇÃO A SEREM SUBMETIDAS AO COMITÊ

1. Para dar transparência aos países em desenvolvimento Membros e países de menor desenvolvimento relativo Membros sobre a prestação de assistência e apoio à capacitação para a implementação da Seção I, cada Membro doador que auxilie países em desenvolvimento Membros e países de menor desenvolvimento relativo Membros na implementação do presente Acordo submeterá ao Comitê, na entrada em vigor do presente Acordo e depois anualmente, as seguintes informações sobre assistência e apoio à capacitação que tenham sido desembolsados nos últimos 12 meses e, quando disponível, que estejam empenhados para os próximos 12 meses[22] :

(a) descrição da assistência e apoio à capacitação;

(b) situação e montante empenhado e desembolsado;

(c) procedimentos para desembolso da assistência e do apoio;

(d) o Membro beneficiário ou, se necessário, a região; e

(e) o órgão responsável do Membro que prestar assistência e apoio.

As informações serão fornecidas no formato especificado no Anexo 1. No caso de Membros da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (referida no presente Acordo como a "OCDE"), as informações apresentadas podem ser baseadas em informações pertinentes do Sistema de Informação de Créditos da OCDE ("OCDE Creditor Reporting System"). Os países em desenvolvimento Membros que se declararem em condições de prestar assistência e apoio à capacitação são incentivados a apresentar as informações acima.

2. Os Membros doadores que auxiliem países em desenvolvimento Membros e de menor desenvolvimento relativo Membros apresentarão ao Comitê:

(a) pontos de contato dos órgãos responsáveis pela prestação de assistência e apoio à capacitação relacionados com a implementação da Seção I do presente Acordo, incluindo, sempre que viável, informações sobre os pontos de contato no país ou região onde a assistência e o apoio serão prestados; e

(b) informações sobre o processo e os mecanismos para o pedido de assistência e apoio à capacitação.

Os países em desenvolvimento Membros que se declarem em condições de prestar assistência e apoio são incentivados a fornecer as informações acima.

3. Os países em desenvolvimento Membros e países de menor desenvolvimento relativo Membros que pretendam se beneficiar de assistência e apoio à capacitação relacionados com a facilitação do comércio apresentarão ao Comitê informações sobre os pontos de contato da repartição responsável pela coordenação e estabelecimento de prioridades dessa assistência e apoio.

4. Os Membros poderão prestar as informações referidas nos parágrafos 2.º e 3.º pela internet e atualizarão as informações conforme necessário. O Secretariado tornará todas essas informações disponíveis ao público.

5. O Comitê convidará as organizações internacionais e regionais pertinentes (tais como o Fundo Monetário Internacional, a OCDE, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a OMA, as comissões regionais das Nações Unidas, o Banco Mundial ou seus órgãos subsidiários e bancos de desenvolvimento regionais) e outras agências de cooperação a fornecer as informações referidas nos parágrafos 1.º, 2.º e 4.º.

***

SEÇÃO III

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23: DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

1. Comitê de Facilitação do Comércio

1.1. Fica criado um Comitê de Facilitação do Comércio.

1.2. O Comitê estará aberto à participação de todos os Membros e elegerá o seu presidente. O Comitê reunir-se-á conforme necessário e previsto nos dispositivos pertinentes do presente Acordo, mas não menos do que uma vez por ano, com a finalidade de proporcionar aos Membros a oportunidade de realizar consultas sobre qualquer matéria relacionada ao funcionamento do presente Acordo ou à promoção dos seus objetivos. O Comitê desempenhará as funções que lhe são atribuídas pelo presente Acordo ou pelos Membros. O Comitê estabelecerá as suas próprias regras de procedimento.

1.3. O Comitê poderá estabelecer os órgãos subsidiários que se fizerem necessários. Tais órgãos deverão reportar-se ao Comitê.

1.4. O Comitê desenvolverá procedimentos para o compartilhamento de informações relevantes e boas práticas pelos Membros, conforme o caso.

1.5. O Comitê manterá contato estreito com outras organizações internacionais em matéria de facilitação do comércio, tais como a OMA, com o objetivo de contar com o melhor aconselhamento disponível para a implementação e administração do presente Acordo, e a fim de assegurar que a duplicação desnecessária de esforços seja evitada. Para esse fim, o Comitê poderá convidar representantes de tais organizações ou de seus órgãos subsidiários para:

(a) assistir às reuniões do Comitê; e

(b) discutir assuntos específicos relacionados com a implementação do presente Acordo.

1.6. O Comitê examinará o funcionamento e implementação do presente Acordo quatro anos após sua entrada em vigor, e periodicamente a partir de então.

1.7. Os Membros são incentivados a levantar perante o Comitê dúvidas relacionadas à implementação e aplicação do presente Acordo.

1.8. O Comitê incentivará e facilitará a celebração de debates *ad hoc* entre os Membros sobre questões específicas relacionadas ao presente Acordo com vistas a alcançar uma solução mutuamente satisfatória tão logo quanto possível.

2. Comitê Nacional de Facilitação do Comércio

Cada Membro estabelecerá e/ou manterá um comitê nacional de facilitação do comércio ou designará um mecanismo existente para facilitar a coordenação nacional e a implementação das disciplinas do presente Acordo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARTIGO 24: DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para efeitos do presente Acordo, entende-se que o termo "Membro" inclui a autoridade competente desse Membro.

2. Todas as disposições do presente Acordo são vinculantes para todos os Membros.

3. Os Membros implementarão o presente Acordo a partir da data de sua entrada em vigor. Os países em desenvolvimento Membros e de menor desenvolvimento relativo Membros que optarem por utilizar os dispositivos da Seção II implementarão o presente Acordo em conformidade com a Seção II.

4. Todo Membro que aceite este Acordo após a sua entrada em vigor implementará seus compromissos nas Categorias B e C contando os períodos relevantes a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo.

5. Os Membros de uma união aduaneira ou de um arranjo econômico regional poderão adotar abordagens regionais que auxiliem na implementação de suas obrigações nos termos do presente Acordo, inclusive pelo estabelecimento e utilização de órgãos regionais.

6. Sem prejuízo da nota interpretativa geral do Anexo 1A do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, nada neste Acordo será interpretado no sentido de limitar as obrigações dos Membros no âmbito do GATT 1994. Além disso, nada neste Acordo será interpretado no sentido de menoscabar os direitos e obrigações dos Membros no âmbito do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

7. Todas as exceções e isenções[23] no âmbito do GATT 1994 aplicam-se aos dispositivos do presente Acordo. Renúncias e derrogações aplicáveis ao GATT 1994 ou a qualquer parte dele, concedidas de acordo com os parágrafos 3.º e 4º do Artigo IX do Acordo OMC e as suas eventuais alterações a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, aplicam-se aos dispositivos do presente Acordo.

8. Os dispositivos dos Artigos XXII e XXIII do GATT 1994, tal como definidos e aplicados pelo Entendimento sobre Solução de Controvérsias, serão aplicados às consultas e à solução de controvérsias no âmbito do presente Acordo salvo disposto em contrário expressamente no presente Acordo.

9. Não poderão ser feitas reservas em relação a qualquer das disciplinas do presente Acordo sem o consentimento dos demais Membros.

10. Os compromissos de Categoria A de países em desenvolvimento Membros e países de menor desenvolvimento relativo Membros anexos ao presente Acordo, em conformidade com os parágrafos 1.º e 2.º do Artigo 15, constituirão parte integrante do presente Acordo.

11. Os compromissos de Categoria B e C de países em desenvolvimento Membros e países de menor desenvolvimento relativo Membros, dos quais o Comitê tenha tomado nota, e que estejam anexos ao presente Acordo, nos termos do parágrafo 5.º do Artigo 16, constituirão parte integrante do presente Acordo.

***

Anexo 1: Modelo para notificação nos termos do parágrafo 1.º do Artigo 22º

Membro doador:

Período abrangido pela notificação:

	Descrição da assistência técnica e financeira e dos recursos para a capacitação.	Situação e montante empenhado e desembolsado.	Países beneficiários e regiões beneficiárias (quando necessário).	Órgão encarregado da implementação no Membro que presta assistência	Procedimento de desembolso da assistência

[1] - Cada Membro tem discricionariedade para declarar em seu sítio eletrônico as limitações legais dessa descrição.

[2] - De acordo com este parágrafo: (a) uma revisão da solução poderá ser concedida, antes ou depois de que tenham sido adotadas medidas com base na solução, pelo funcionário, repartição, ou autoridade que emitiu a solução, por uma autoridade administrativa superior ou independente, ou por uma autoridade judicial; e (b) nenhum Membro é obrigado a oferecer ao requerente a possibilidade de recurso ao parágrafo 1.º do Artigo 4.º.

[3] - Entende-se que uma solução antecipada sobre a origem de um bem pode ser uma avaliação de origem para os fins do Acordo sobre Regras de Origem quando a decisão satisfizer as exigências do presente Acordo e as do Acordo sobre Regras de Origem. Da mesma forma, uma avaliação de origem ao abrigo do Acordo sobre Regras de Origem pode ser uma solução antecipada sobre a origem de um bem para os fins do presente Acordo quando a solução atender aos requisitos de ambos os acordos. Os Membros não estão obrigados a estabelecer mecanismos separados ao abrigo desta disposição para além daqueles estabelecidos em conformidade com o Acordo sobre Regras de Origem, em relação à avaliação de origem, desde que os requisitos do presente artigo sejam observados.

[4] - No presente Artigo, uma decisão administrativa é uma decisão com um efeito jurídico que afeta os direitos e obrigações de uma pessoa específica em um caso concreto. Deve-se entender que uma decisão administrativa no presente Artigo abrange uma ação administrativa, na acepção do Artigo X do GATT 1994, ou a omissão em tomar uma medida ou decisão administrativa, conforme previsto no direito interno e no sistema jurídico de um Membro. Para tratar de uma tal omissão, os Membros poderão manter um mecanismo administrativo ou recurso judicial alternativo para obrigar uma autoridade aduaneira a emitir imediatamente uma decisão administrativa nos termos do direito de recurso da alínea (a) do parágrafo 4.1.

[5] - Nada neste parágrafo impedirá um Membro de reconhecer o silêncio administrativo em recurso ou revisão como uma decisão em favor do requerente, em conformidade com suas leis e regulamentos.

[6] - Cada Membro poderá determinar a abrangência e a metodologia do cálculo do tempo médio de liberação de acordo com as suas necessidades e capacidades.

[7] - Uma medida listada nas alíneas (a) a (g) do parágrafo 7.3 será entendida como oferecida aos operadores autorizados quando tiver disponibilidade geral para todos os operadores.

[8] - Caso um Membro já tenha um procedimento que conceda o tratamento previsto no parágrafo 8.2, esta disposição não exigirá que o referido Membro estabeleça novos procedimentos de liberação expressa.

[9] - Tais critérios para a apresentação de solicitações, se existirem, serão complementares às exigências dos Membros para a operação no que diz respeito a todos os bens ou remessas que ingressem por instalações de carga aérea.

[10] - Para os efeitos da presente disposição, bens perecíveis são produtos que se decompõem rapidamente devido às suas características naturais, em especial na ausência de condições adequadas de armazenamento.

[11] - Nada neste parágrafo impede um Membro de exigir documentos tais como certificados**,** permissões ou licenças como requisito para a importação de bens controlados ou regulados.

[12] - Este parágrafo refere-se a inspeções pré-embarque abrangidas pelo Acordo sobre Inspeção Pré-Embarque, e não impede as inspeções pré-embarque para fins sanitários e fitossanitários.

[13] - Nada nesta disposição impedirá que um Membro mantenha procedimentos existentes pelos quais os meios de transporte sejam usados como garantia para o trânsito de passagem.

[14] - Tal atividade tem o objetivo geral de reduzir a frequência de descumprimento, e reduzir, consequentemente, a necessidade de troca de informações para o cumprimento.

[15] - Isto pode incluir informações pertinentes sobre a verificação realizada ao abrigo do parágrafo 3º. Tal informação ficará sujeita ao nível de proteção e confidencialidade especificado pelo Membro que conduz a verificação.

[16] - Para efeitos do presente Acordo, "assistência e apoio à capacitação" pode ter a forma de prestação de assistência técnica, financeira ou qualquer outra forma de assistência mutuamente acordada.

[17] - As notificações apresentadas também poderão incluir qualquer informação adicional que o Membro entenda adequada. Os Membros são incentivados a fornecer informações sobre o órgão ou entidade nacional responsável pela implementação.

[18] - Os Membros poderão também incluir informações sobre os planos e projetos nacionais de implementação de medidas de facilitação do comércio, o órgão ou entidade nacional responsável pela implementação, e os doadores com o qual o Membro possa ter um arranjo para prestar assistência.

[19] - Tais arranjos serão mutuamente acordados, seja bilateralmente ou por meio de organizações internacionais adequadas, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 21º.

[20] - Os Membros poderão também incluir informações sobre os planos e projetos nacionais de implementação de medidas de facilitação do comércio, a órgão ou entidade nacional responsável pela implementação, e os doadores com o qual o Membro possa ter um arranjo para prestar assistência.

[21] - Tais arranjos serão mutuamente acordados, seja bilateralmente ou por meio de organizações internacionais adequadas, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 21º.

[22] - A informação fornecida refletirá a natureza determinada pela demanda da prestação de assistência e do apoio à capacitação.

[23] - Isso inclui o parágrafo 7.º do Artigo V e o parágrafo 1.º do Artigo X do GATT 1994 e a nota adicional ao Artigo VIII do GATT 1994.

DECRETO Nº 9.327, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta a Loteria Instantânea Exclusiva, criada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, no art. 2º da Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016, e na Resolução nº 16, de 23 de agosto de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Loteria Instantânea Exclusiva - Lotex, implementada em meio físico e virtual, na qual os apostadores conhecerão imediatamente o resultado de sua aposta sem a necessidade de aguardar o sorteio ou a apuração de concurso lotérico.

Art. 2º A Lotex terá como tema marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e itens similares relativos às entidades de prática desportiva profissional de futebol ou outros temas associados a eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamentos de marcas ou personagens e outros elementos gráficos e visuais que possam aumentar a atratividade comercial do produto.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput**, considera-se entidade desportiva profissional de futebol a entidade de prática desportiva envolvida em competições de atletas profissionais, nos termos dos arts. 26 e 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, as ligas em que se organizarem e as respectivas entidades de administração de desporto profissional que cederem, por meio de termo de cessão específico, os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares, assim como publicarem demonstrações financeiras nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 3º A Lotex será autorizada pelo Ministério da Fazenda e executada, em todo o território nacional, mediante concessão.

Art. 4º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - apostador - a pessoa natural maior de dezoito anos que tenha realizado aposta em canal eletrônico ou adquirido bilhete impresso;

II - operador - a pessoa jurídica ou o consórcio de empresas ao qual tenha sido atribuída a concessão;

III - aposta virtual - aquela realizada pelo apostador em canal eletrônico;

IV - aposta física - aquela realizada pelo apostador ao adquirir bilhete impresso;

V - série - o conjunto de apostas que obedeçam a um mesmo plano de distribuição;

VI - plano de distribuição - o conjunto de regras que define a quantidade e o preço das apostas, a quantidade e o valor dos prêmios, a probabilidade de premiação, o prazo de circulação e as outras especificações que compõem uma série;

VII - emissão - o conjunto de séries;

VIII - ponto de venda - PDV - o ponto físico de comercialização das apostas; e

IX - promoção comercial - a sistemática de distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda, prevista na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

Art. 5º As apostas, físicas ou virtuais, serão comercializadas pelo operador conforme definição da série e após homologação pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO II

DO PRODUTO E DA DESTINAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Art. 6º Da totalidade da arrecadação de cada emissão serão destinados:

I - 65% (sessenta e cinco por cento) para a premiação;

II - 10% (dez por cento) para o Ministério do Esporte, para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar;

III - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) para as entidades de prática desportiva referidas no parágrafo único do art. 2º;

IV - 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para despesas de custeio e manutenção do operador;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, conforme o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; e

VI - 1% (um por cento) para a Seguridade Social, de acordo com o disposto no art. 26 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 7º. Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nos incisos I e IV do **caput** do art. 6º, poderão variar em cada série, desde que em cada emissão sejam atendidos os percentuais estabelecidos no art. 6º.

§ 1º A média do percentual destinado à premiação será calculada a partir das séries autorizadas no âmbito de uma mesma emissão.

§ 2º Encerrado o prazo de circulação de uma série, o operador apurará e informará ao Ministério da Fazenda, no prazo de cento e vinte dias, a diferença, em reais, entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago.

§ 3º Eventual discrepância positiva entre o valor homologado e o valor efetivamente pago, a título de premiação, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma a atender ao disposto no art. 6º.

§ 4º Os valores apurados na forma do § 3º existentes no momento de extinção do contrato de concessão e não utilizados para a realização de promoção comercial serão transferidos pelo operador ao Ministério da Fazenda, no prazo de trinta dias, contado da data de extinção do contrato.

§ 5º Não haverá obrigação para o operador realizar promoção comercial se o valor apurado na forma do § 2º for negativo e não haverá direito a qualquer tipo de compensação.

Art. 8º Os valores de repasse de que tratam os incisos II, III, V e VI do **caput** do art. 6º serão recolhidos conforme regulamento do Ministério da Fazenda.

Art. 9º O Ministério da Fazenda homologará a série no prazo de quinze dias úteis, contado da data de protocolo do pedido.

§ 1º Relativamente à homologação das séries, o Ministério da Fazenda utilizará os seguintes critérios:

I - nome e estilo da série;

II - preço;

III - estrutura de premiação;

IV - probabilidades;

V - quantidade de apostas físicas ou virtuais ofertadas;

VI - definições de termos empregados na série;

VII - símbolos empregados para determinar a premiação;

VIII - número da série;

IX - descrição do código de barras ou de outros números de validação;

X - forma de determinar as apostas premiadas;

XI - forma de validação, recebimento e prescrição de prêmios;

XII - outras regras de premiação e de eventual recusa de pagamento de prêmios;

XIII - prazo previsto de circulação da série;

XIV - aspectos gráficos das apostas físicas ou virtuais;

XV - informações adicionais aos apostadores; e

XVI - outras informações técnicas que descrevam as características das apostas físicas ou virtuais.

§ 2º A data da primeira emissão será definida de comum acordo entre o operador e o Ministério da Fazenda, no âmbito do contrato de concessão, e poderá abarcar até os cinco anos iniciais de operação, e as demais emissões serão lançadas anualmente, estabelecida como data-base a data da primeira emissão.

§ 3º Determinada série não será homologada na hipótese de o operador deixar de observar quaisquer das regras previstas neste Decreto, em outros instrumentos normativos que regem a Lotex ou no contrato de concessão.

§ 4º Eventual necessidade de extensão do prazo de circulação de determinada série será formalmente solicitada pelo operador ao Ministério da Fazenda.

§ 5º O encerramento da série se dará em razão do advento de seu termo, conforme originariamente previsto ou por solicitação expressa do operador ao Ministério da Fazenda.

Art. 10. A aposta física da Lotex será considerada, para todos os efeitos, título ao portador e as apostas virtuais serão realizadas com a identificação obrigatória do apostador.

Parágrafo único. A aposição dos dados qualificativos do apostador no verso da aposta física a torna nominativa, de modo que, nesta hipótese, o referido apostador será o único que terá o direito de reclamar eventual premiação.

Art. 11. Somente serão comercializadas apostas físicas ou virtuais e efetivados pagamentos de prêmios da Lotex para maiores de dezoito anos, informação que estará registrada com a devida visibilidade nos canais de comercialização físicos e eletrônicos.

Art. 12. O operador proverá a devida publicidade sobre a finalização da comercialização da série, com o consequente comunicado ao Ministério da Fazenda.

§ 1º A publicação do comunicado com a data de encerramento da série será veiculada no sítio eletrônico do operador, o qual estará indicado nas apostas físicas e virtuais.

§ 2º Os prêmios prescrevem no prazo de noventa dias, contado da data de publicação do comunicado com a data do encerramento das respectivas séries, interrompida a prescrição nas seguintes hipóteses:

I - a entrega da aposta física para o recebimento de prêmio, no prazo de noventa dias, contado da data de encerramento da série, em uma das localidades designadas pelo operador para pagamento de prêmios; ou

II - o início do procedimento de recebimento do prêmio em canais eletrônicos, identificado em rastreamento do operador, no prazo de noventa dias, contado da data de encerramento da série.

Art. 13. As apostas físicas e virtuais conterão, no mínimo, as seguintes informações:

I - as instruções para realizar a aposta;

II - a quantidade e o valor dos prêmios ofertados;

III - as chances de ganhar; e

IV - os locais de recebimento dos prêmios.

§ 1º O operador proverá soluções que contemplem o atendimento ao apostador nos canais eletrônico e telefônico, de maneira a atender às questões relacionadas à Lotex, nos termos previstos no contrato de concessão.

§ 2º Somente serão colocadas em circulação séries que utilizarem aspectos de segurança e integridade da informação exigidos no âmbito das melhores práticas internacionais e os aspectos previstos no contrato de concessão, principalmente no que se refere aos critérios de certificação exigidos para a Lotex.

§ 3º Outras informações relativas às apostas físicas e virtuais que não estejam especificadas neste artigo, mas cuja divulgação seja pertinente, serão exibidas no sítio eletrônico do operador.

CAPÍTULO III

DA REGULAÇÃO

Art. 14. Compete ao Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria, autorizar, homologar, normatizar, supervisionar e fiscalizara a execução e a exploração da Lotex.

Parágrafo único. A Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda poderá articular-se com outros órgãos públicos para os fins do disposto no **caput**.

Art. 15. O operador prestará os esclarecimentos e exibirá, para exame ou perícia, os elementos necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 16. As ocorrências da fiscalização serão lançadas em notificação subscrita pelo servidor competente e assinada pelo representante legal do operador, quando solicitado, nos termos das penalidades previstas no contrato de concessão.

§ 1º Na ausência do representante legal se dará ciência a qualquer outro empregado da pessoa jurídica fiscalizada no termo de notificação.

§ 2º Na hipótese de recusa à nota de ciência, o órgão fiscalizador certificará, no termo de notificação, esta ocorrência.

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE

Art. 17. A publicidade da Lotex será feita de forma socialmente responsável e promoverá a conscientização do jogo responsável.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no **caput**, considera-se jogo responsável aquele que consiste na aplicação dos princípios de responsabilidade social concernentes à operação da Lotex, com destaque para a adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do transtorno do jogo, proteção das pessoas vulneráveis, como menores de idade e idosos, e para prevenir a ocorrência de potenciais danos indesejáveis.

CAPÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES

Art. 18. Ficam vedadas:

I - qualquer forma de exploração da Lotex que não seja efetuada pelo operador autorizado pelo Ministério da Fazenda;

II - a comercialização de apostas físicas ou virtuais e o pagamento de prêmios em locais ou canais de comercialização não autorizados pelo operador; e

III - a publicidade ou a divulgação da Lotex por pessoa natural ou jurídica não autorizada pelo operador.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Ministério da Fazenda poderá editar normas complementares com vistas ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles

DECRETO Nº 9.328, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa para incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações destinadas ao envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão da população, principalmente das pessoas mais vulneráveis.

Art. 2º A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa tem como diretrizes:

I - o protagonismo da pessoa idosa;

II - o foco na população idosa, prioritariamente a inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal;

III - a orientação por políticas públicas destinadas ao envelhecimento populacional e a efetivação da política nacional do idoso, prevista na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - o fortalecimento dos serviços públicos destinados à pessoa idosa, no âmbito das políticas de assistência social, de saúde, de desenvolvimento urbano, de direitos humanos, de educação e de comunicação; e

V - a intersetorialidade e a interinstitucionalidade, mediante a atuação conjunta de órgãos e entidades públicas e privadas e organismos internacionais na abordagem do envelhecimento e da pessoa idosa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - envelhecimento ativo - o processo de melhoria das condições de saúde, da participação e da segurança, de modo a melhorar a qualidade de vida durante o envelhecimento;

II - envelhecimento saudável - o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar da pessoa idosa;

III - envelhecimento cidadão - aquele em que há o exercício de direitos civis, políticos e sociais;

IV - envelhecimento sustentável - o que garante o bem-estar da pessoa idosa quanto a direitos, renda, saúde, atividades, respeito e, quanto à sociedade, nos aspectos de produção, convivência intergeracional e harmonia com o amplo conceito de desenvolvimento econômico; e

V - comunidade e cidade amiga das pessoas idosas - aquela que estimula o envelhecimento ativo ao propiciar oportunidades para a melhoria da saúde, da participação e da segurança, de forma a incrementar a qualidade de vida durante o envelhecimento.

Art. 4º São objetivos da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa:

I - o fomento a políticas públicas, programas, ações, serviços e benefícios que promovam o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável por meio de comunidades e cidades amigas das pessoas idosas;

II - a contribuição para a efetivação de políticas públicas, programas, ações, benefícios e serviços destinados à população idosa, principalmente a mais vulnerável;

III - o fortalecimento dos conselhos de direitos das pessoas idosas e da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

IV - a promoção da articulação governamental para a integração das políticas setoriais;

V - o planejamento e a implementação de estudos, pesquisas e publicações sobre a situação social das pessoas idosas; e

VI - o fortalecimento do arcabouço legal para o favorecimento da qualidade de vida da pessoa idosa.

Art. 5º A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa tem como principais atividades:

I - o apoio técnico aos entes federativos que aderirem à Estratégia, com vistas à promoção das comunidades e das cidades amigas das pessoas idosas;

II - a realização de diagnóstico que contemple o protagonismo e a participação da população idosa, além de informações sobre a gestão das ações, dos programas, dos benefícios e dos serviços ofertados à população idosa;

III - a elaboração de plano que contemple as ações a serem executadas pelos Municípios para a população idosa;

IV - a avaliação e o monitoramento, por meio de indicadores da Estratégia, com base em metodologia a ser definida pelo Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa; e

V - o reconhecimento pelo Governo federal de políticas públicas, programas, ações, serviços ou benefícios, implementados pelos Municípios, que promovam o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população idosa.

Parágrafo único. O reconhecimento de que trata o inciso V do **caput** ocorrerá por meio da concessão de certificados, selos ou congêneres.

Art. 6º A participação dos entes federativos na Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa ocorrerá mediante assinatura de termo de adesão, hipótese em que caberá:

I - aos Estados:

a) indicar o órgão responsável pela Estratégia;

b) indicar os servidores que participarão das capacitações, presenciais ou a distância, oferecidas;

c) auxiliar o Governo federal na sensibilização, na mobilização e na capacitação dos Municípios para a adesão e a implementação da Estratégia;

d) fornecer apoio logístico para a realização de capacitações presenciais de servidores e lideranças comunitárias nos Municípios;

e) apoiar tecnicamente, em conjunto com o Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e demais parceiros, os Municípios na elaboração do diagnóstico e do plano de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 5º e na execução das ações;

f) monitorar, em sistema próprio da Estratégia, a sua implementação, inclusive a partir da verificação das políticas públicas, dos programas, das ações, dos serviços ou dos benefícios implementados pelos Municípios; e

g) identificar os Municípios que atendam aos critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, com vistas a habilitá-los ao reconhecimento de que trata o inciso V do **caput** do art. 5º; e

II - aos Municípios:

a) indicar o órgão responsável pela Estratégia;

b) indicar os servidores que participarão das capacitações, presenciais ou a distância, oferecidas;

c) divulgar as capacitações oferecidas, presenciais ou a distância, para as lideranças comunitárias;

d) instituir o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa ou, quando já instituído, mantê-lo ativo, de forma a garantir as condições para o exercício de suas competências legais;

e) elaborar o diagnóstico e o plano de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 5º;

f) executar as ações do plano; e

g) inserir informações em sistema próprio da Estratégia.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal caberá exercer, no que couber, as atribuições de que tratam os incisos I e II do **caput**.

Art. 7º Poderão ser firmadas parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas para a implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa.

Art. 8º As ações da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa serão executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da conjugação de esforços entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observada a intersetorialidade, as especificidades das políticas públicas setoriais, a participação da sociedade civil e o controle social.

Parágrafo único. A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa será implementada a partir da articulação entre as políticas de assistência social, de saúde, de direitos humanos, de educação, de trabalho, de cultura e de esporte, entre outras.

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Social, que o coordenará;

II - Ministério da Saúde; e

III - Ministério dos Direitos Humanos.

§ 1º Os membros do Comitê Gestor serão ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 4 ou superior, indicados pelo titular do respectivo órgão e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social.

§ 2º O Comitê Gestor poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 3º Poderão ser ouvidos, nas reuniões do Comitê Gestor, representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 4º O Comitê Gestor, a ser instalado no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, se reunirá, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, mediante convocação de seu coordenador ou a pedido da maioria de seus membros.

§ 5º As deliberações do Comitê Gestor serão adotadas por consenso.

§ 6º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 7º O apoio administrativo para o funcionamento do Comitê Gestor será prestado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano.

Art. 10. Compete ao Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa:

I - planejar, coordenar e detalhar a implementação das atividades da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e distribuir as atividades entre os órgãos que o compõem;

II - acompanhar, monitorar e avaliar a execução da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, além de propor medidas para o seu aperfeiçoamento;

III - disciplinar a os critérios para a concessão do reconhecimento de que trata o inciso V do **caput** do art. 5º;

IV - auxiliar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação das políticas públicas, dos programas, das ações, dos serviços e dos benefícios, com vistas ao reconhecimento de que trata o inciso V do **caput** do art. 5º; e

V - disponibilizar dados e informações sobre o andamento da Estratégia, apresentando-os anualmente ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em reunião ordinária.

Parágrafo único. Cada órgão que compõe o Comitê Gestor apresentará, no âmbito de sua competência, proposta de formulação, implementação e monitoramento da Estratégia.

Art. 11. Compete à Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, do Ministério do Desenvolvimento Social, operacionalizar a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, com a contribuição dos demais Ministérios que compõe o Comitê Gestor, conforme art. 9º.

Art. 12. As informações relativas à execução da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa serão compiladas e publicadas em plataforma disponível para consulta na internet, com vistas à garantia da transparência e do controle social.

Art. 13. Ato dos Ministros que compõem o Comitê Gestor da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa estabelecerá os critérios para a implementação da Estratégia.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gilberto Magalhães Occhi
Osmar Terra
Gustavo do Vale Rocha

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 163, de 3 de abril de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.869.

Nº 164, de 3 de abril de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão nº 47.

Nº 166, de 3 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária destinada à Comissão de Assuntos Econômicos quela Casa.

Nº 167, de 3 de abril de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional das contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2017.

Nº 168, de 3 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Nº 169, de 3 de abril de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018.

Nº 170, de 3 de abril de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018.

Nº 171, de 3 de abril de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.643, de 3 de abril de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO Nº 00400.000266/2018-87
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal

PARECER Nº GMF-07 (*)

Adoto, nos termos do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o anexo PARECER N. 0002/2018/CGU/AGU e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40 da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 28 de março de 2018.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA
Advogada-Geral da União

(*) A respeito deste Parecer o Excelentíssimo Senhor Presidente da República exarou o seguinte despacho. "Aprovo. Em 29-III-2018"

Parecer nº 2/2018/Gab/CGU/AGU
NUP: 00400.000266/2018-87
INTERESSADA: Caixa Econômica Federal.

ASSUNTO: Oferecimento dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios a título de garantia em operações de crédito celebradas entre entes subnacionais e instituições financeiras federais.

Ementa:
escopo da manifestação jurídica. interpretação da Constituição e demais atos normativos a ser uniformemente seguida. possibilidade de oferecimento dos fundos de participação dos estados e dos municípios a título de garantia em operações de crédito celebradas entre entes subnacionais e instituições financeiras. Interpretação do art. 167, inciso IV e § 4º, da Constituição.

Exma. Sra. Advogada-Geral da União,

I- RELATÓRIO

1. Trata-se do Ofício nº 98/2018/CAIXA (fls. 1-4), encaminhado pela Caixa Econômica Federal à Exmª Srª Advogada-Geral da União, tendo como anexos "PJ DIJUR 001/2018" (fls. 05 a 19) e "Nota Técnica Operações com Entes Públicos" (fls. 20 a 22).

2. Em síntese, a questão trata da viabilidade ou não da realização de operações de crédito por bancos públicos com os respectivos entes federados mediante a utilização, para fins de garantia, dos recursos relativos aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios - arts. 158 e 159 da CF/88.

3. Conforme se vê no "PJ DIJUR 001/2018", a Caixa entende pela viabilidade da utilização, em operações de crédito para fins de garantia por ela promovidas, dos recursos relativos aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Argumenta-se, em suma, que os recursos advindos de tais repasses são de titularidade própria do ente destinatário e não estão sujeitas à vedação de vinculação de receitas tratada no inciso IV art. 167 da CF/88. Menciona a Caixa precedentes judiciais, com destaque para o acórdão proferido no RE nº 184.116 (Relator Ministro Marco Aurélio).

4. Ocorre que, conforme externado na "Nota Técnica Operações com Entes Públicos", "*em razão de interpretação restritiva dada ao dispositivo constitucional pelo Ministério da Fazenda, o Conselho de Administração da CAIXA determinou, por proposta de sua Presidente, a suspensão dessas operações até que haja um consenso sobre o tema, mantendo apenas aquelas que contam com garantia da União*."

5. Dessa forma, no "Ofício nº 0098/2018/CAIXA", explicitou-se que tal providência tem provocado relevantes impactos na manutenção das atividades dos entes estatais, frisando-se que "*existem hoje no estoque de contratações com o Setor Público, mais de R$ 60 bilhões em operações de crédito com a aplicação de recursos nas atividades sociais com Estados e Municípios, sendo que dessas, mais de R$ 42 bilhões (ou seja: cerca de 2/3 do total) foram viabilizadas a partir da utilização da garantia apontada*."

6. Nesse cenário, por meio do Ofício nº 0098/2018/CAIXA, essa instituição bancária solicitou a análise e a emissão de parecer sobre o tema por parte da Advocacia-Geral da União, com base na Lei Complementar nº 73/1993, a fim de conferir segurança jurídica à matéria no âmbito da Administração Pública Federal.

7. Dito isso, vale registrar que tramita no Tribunal de Contas da União o processo administrativo TC 005.218/2018-7, instaurado a partir de representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, para apurar eventual irregularidade em operações de crédito de entes subnacionais tendo como garantia a vinculação de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

8. Nessa representação, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União pleiteou que fosse determinado, em sede de cautelar, que as instituições financeiras federais deveriam se abster de firmar contratos de financiamento com entes subnacionais tendo como garantia a vinculação de receitas do FPE e FPM, bem como que o Banco Central do Brasil deveria informar a todas as instituições financeiras sobre a impossibilidade de realização desse tipo de operação. No mérito, o aludido órgão pugna pela procedência da representação, com a confirmação do seu pedido cautelar.

9. Em sequência, o eminente relator, Ministro José Múcio, concluiu que havia "*dúvidas razoáveis acerca da existência dos pressupostos para adoção da medida cautelar pleiteada na inicial*" e determinou a oitiva prévia do Banco Central do Brasil, da Caixa, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco da Amazônia e da Secretaria do Tesouro Nacional, a fim de "*obter elementos adicionais para a formação do juízo de cognição sumária, antes de resolver pela necessidade ou não de suspender a concessão dos financiamentos em questão*".

10. No âmbito do referido processo administrativo, a Caixa, mediante o Ofício nº 9/2018/DIUR/CAIXA, corroborou o seu entendimento sobre o tema no sentido de ser juridicamente viável, em operações de crédito por ela promovidas, a utilização, para fins de garantia, dos recursos relativos aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, do que se destaca:

- Como regra, a Constituição Federal veda a vinculação de receitas próprias de impostos a órgãos, fundo ou despesa, excepcionando expressamente a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os artigos que tratam do FPM e FPE na forma do art. 167, inciso IV, da Constituição da República;

- **É permitida a vinculação inclusive de receitas próprias de impostos para prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos com esta** (art. 167, §4° da Constituição da República);

- Na jurisprudência é farto o entendimento de que Estados e Municípios, por intermédio de seu Poder Executivo e devidamente autorizado por Poder Legislativo respectivo, podem oferecer garantias às instituições financeiras com base no FPM e FPE.

5. Nesta linha, **há mais de 20 (vinte) anos a CAIXA vem operando com Estados, Municípios e Distrito Federal com base em tal entendimento** que, inclusive, já contou com o respaldo de julgamento do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário n° 184.116, julgado em 07/11/2000.

6. Em razão de interpretação restritiva dada ao dispositivo constitucional pelo Ministério da Fazenda, o Conselho de Administração da CAIXA determinou, por proposta de sua Presidente, a suspensão dessas operações até que haja um consenso sobre o tema, mantendo apenas aquelas que contam com garantia da União [...].

13. Dessa forma, a suspensão das operações de crédito a entes públicos prejudica a população brasileira, sendo imperiosa a sua retomada no menor espaço de tempo possível, de maneira a não prejudicar ainda mais a atual situação de dificuldade verificada nos Estados e Municípios brasileiros [...].

14 [...] CAIXA possui entendimento, conforme adiante será melhor desenvolvido, que **a vedação contida na Carta Maior (CF, art. 167, IV) somente se refere à vinculação de impostos próprios para a prestação de garantias em contratos de empréstimos com Instituições Financeiras**; situação diversa daquela posta na r. Representação, portanto [...].

(Grifou-se).

11. Instado a se manifestar, o Banco Central do Brasil, mediante o Parecer Conjunto 174/2018-BCB/Difis/PGBC, não adentrou o mérito da questão jurídica em destaque. O Bacen manifestou, em aferição das operações da Caixa em 2017, que o acionamento da garantia concedida teria apresentado baixa execução, por volta de 3% (três por cento) a 4% (quatro por cento) do saldo devedor global, senão vejamos:

13. Ademais, a discussão de que trata o vertente processo envolve, na essência, a organização das finanças públicas e sua relação com o sistema tributário nacional, dentro do Título "Da Tributação e Do Orçamento' da Constituição de 1988. **Tais matérias extrapolam a área de atuação desta Autarquia, que não detém atribuições em matéria tributária, fiscal e orçamentária**. Pondera-se, destarte, que, por abranger controvérsia jurídica, a análise do assunto mais se amolda às atribuições constitucionais e legais da Advocacia-Geral da União, que, por seus órgãos competentes, mostra-se apta a prestar à Corte de Contas os pertinentes subsídios na matéria.

14. **Assim, o BCB pede vênia para deixar de apresentar contribuição mais específica em relação à correta intepretação do art. 167 da Constituição** - aspecto relacionado com o requisito do *fumus boni iuris* para eventual concessão da medida cautelar - por lhe falecer competência legal e até mesmo expertise no tema [...].

45. Importante destacar que, **no caso específico da Caixa (principal agente concedente desse crédito), tem-se mostrado muito baixa a necessidade de recorrer ao bloqueio ou débito de saldo. Levantamento nas operações da Caixa no decorrer de 2017 apontou que as execuções de garantia (bloqueio de saldo) são raras. De um saldo estimado de fluxo de recebimento das parcelas das operações de crédito de R$ 190 milhões mensais, apenas cerca de 3% a 4% do saldo devedor global é pago em atraso com o acionamento da garantia**.

(Grifou-se).

12. Outrossim, nos autos do processo administrativo TC 005.218/2018-7, a Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Nota nº 7/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, destaca que os aspectos jurídicos do caso não seriam abordados em razão do Memorando SEI nº 11/2018/PGFN-MF, tendo tratado das competências daquela Secretaria e dos riscos da União diante da situação fiscal dos entes subnacionais, do novo sistema de garantias da União e dos resultados decorrentes da discussão judicial da execução de garantias e contragarantias. Em síntese, a STN concluiu que:

72. A deterioração da situação fiscal pode: (i) ampliar a pressão sobre o sistema de garantias da União, que, embora esteja sendo reformulado para evitar o risco dos Estados e Municípios em pior situação, pode ser alvo de novos questionamentos judiciais que coloquem em discussão parte importante dos haveres do Governo Federal; e (ii) aumentar a competição entre a União e seus bancos pelas garantias oferecidas pelos entes subnacionais, podendo afetar os fluxos de dividendos e aportes de capital desses bancos com o Tesouro.

73. Posto isso, a utilização dos recursos próprios e dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios pelos bancos públicos federais como garantias dos pagamentos pode viabilizar a concessão de créditos para entes que podem não conseguir honrar seus pagamentos, os quais, destaque-se, serão feitos por uma gestão posterior que não opinou sobre sua contratação ou sobre o uso dos recursos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

74. Além disso, a viabilidade financeira dos bancos públicos federais, assim como todo o sistema financeiro nacional, é garantida, em última instância, pela União. Caso se ampliem os eventos de defaults, ela precisará, para proteger a estabilidade macroeconômica e viabilizar o crescimento e o emprego, elaborar recorrentes políticas de resgate, que trazem consigo efeitos deletérios de risco moral de tal monta que é recomendado, sempre que possível, evitar o manejo continuado dessas políticas.

13. É o relatório.

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

14. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada na interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação.

15. A função do parecer ora subscrito, focado exclusivamente na interpretação do art. 167, IV e § 4º, da Constituição, é avaliar a possibilidade jurídica de apresentação dos fundos de participação constitucional pelos entes subnacionais em garantia a operações de crédito. Considerada a complexidade do ato, que não se encerra no viés jurídico, eventuais riscos sistêmicos atinentes ao equilíbrio fiscal da federação ou ao Sistema Financeiro Nacional ficam adstritos à competência da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, respectivamente.

a. O OFERECIMENTO DO FPE E DO FPM COMO FORMA DE GARANTIA À LUZ DO ART. 167, INCISO IV E § 4º, DA CONSTITUIÇÃO

16. Ao estabelecer as matérias e condutas que são vedadas na elaboração dos orçamentos, a Constituição proíbe a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, com exceção das ressalvas previstas no inciso IV do art. 167:

> Art. 167. São vedados:
> (...)
> IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

17. Como deixa entrever o texto constitucional, a afetação da receita dos impostos somente é admitida, em caráter taxativo, nos casos de [1]: i) repartição constitucional dos impostos; ii) destinação de recursos para a saúde, desenvolvimento do ensino e atividade de administração tributária; iii) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita; e iv) oferecimento de garantia e contragarantia à União e pagamento de débitos com esta.

18. É fundamental observar que a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios na receita tributária da União e dos Estados por meio dos fundos constitucionais, regulada pelo art. 159 da Constituição, foi ressalvada expressamente da vedação de vinculação das receitas dos impostos prevista no art. 167, inciso IV, da Carta.

19. Essa exceção constitucional se justifica pelo fato de as transferências constitucionais do art. 159 da Constituição não constituírem receitas derivadas do poder impositivo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mas sim produto de repasse constitucional decorrente do federalismo de cooperação.

20. Os valores resultantes da aplicação dos percentuais incidentes sobre o produto da arrecadação dos impostos federais transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios são recursos próprios desses entes, porém não são receitas oriundas de sua competência tributária.

21. É por essa razão que o inciso IV do art. 167 da Constituição afasta, de forma peremptória, a vedação constitucional de vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa quando se tratar da repartição constitucional de impostos - notadamente a participação nos Fundos - regulada pelo art. 159 da Carta Política.

22. De fato, os recursos dos fundos de participação não têm natureza de receita de impostos para fins de incidência do art. 167, inciso IV, Constituição, como bem ponderado por Gustavo Binenbojm [2]:

> Sabe-se que o FPE e o FPM, de fato, são nutridos por receitas de impostos federais (Imposto de Renda - IR e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI), nos termos do disposto no art. 159 da Constituição. Diante disso, questiona-se se os recursos repassados pela União, no bojo do FPE e do FPM, seriam impostos, sujeitos ao princípio da não vinculação. A resposta é negativa.
> Nada obstante os fundos de participação tenham origem fiscal, não é correto dizer que os seus recursos mantenham tal natureza quando ingressam nos cofres dos Estados e Municípios. Em verdade, após sua regular constituição e distribuição, os fundos revestem-se de natureza meramente contábil, sendo típica receita pública do ente federativo que a recebe. Em outras palavras: quando os recursos do FPE ou do FPM são transferidos do Tesouro Nacional para os Estados e Municípios, deixam de ser receita de impostos. Até mesmo porque aqueles entes não têm qualquer ingerência sobre tais exações federais dirigidas aos fundos de participação. Eles apenas participam do resultado final do montante arrecadado pela União. Por isso, tais valores são contabilizados nos cofres estaduais e municipais não como receitas de impostos, mas como transferências intergovernamentais. E é justamente por essa razão que não se lhes aplica a vedação do inciso IV do art. 167.

23. Partindo dessa premissa fundamental, é fora de dúvida que Estados, Distrito Federal e Municípios possuem autorização constitucional para vincular, nos limites de sua autonomia orçamentária e financeira, suas quotas sobre receitas provenientes dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios listadas no art. 159 da Constituição. [3]

24. A possibilidade de vinculação dos recursos entregues aos Fundos de Participação regulados pelo art. 159 da Constituição significa que os entes subnacionais podem destinar suas quotas em tais recursos para oferecimento de garantia ou contragarantia em suas operações - inclusive aquelas celebradas diretamente com as instituições financeiras.

25. No exercício da autonomia consagrada no art. 18, *caput,* da Constituição, os Estados, Distrito Federal e Municípios podem dispor sobre a aplicação e eventual afetação dos recursos ligados aos Fundos de Participação. Assim sendo, mostra-se possível a utilização de suas quotas nesses Fundos do modo que melhor lhes aprouver, vinculando-as como garantia em seus negócios jurídicos, nos termos de prévia autorização legislativa, se assim corresponder às necessidades próprias e ao interesse público.

26. A respeito, merece ser trazida à baila decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relacionada ao Fundo de Participação dos Municípios: [4]

> (...) A receita decorrente do FPM é classificada como transferência, o que não se confunde com receita de impostos, esta, sim, impossível de ser vinculada previamente a órgão, fundo ou despesa. (...) Essa transferência é composta por dois impostos - de Renda e Sobre Produtos Industrializados - ambos de competência da União. No entanto, relativamente aos municípios, esses recursos não constituem receita de seus impostos, uma vez que foge à sua competência a respectiva arrecadação, ingressando em sua Receita como transferências intergovernamentais.'
> Dessa forma, desde já, firmo o entendimento de que o inciso IV, do art. 167, da Carta Magna, e, por conseguinte, a Súmula TCMG nº 96, não se aplicam aos recursos do FPM, pois estes recursos, no âmbito do município, **não são receitas de impostos, mas sim receitas correntes provenientes de transferências governamentais**. Portanto, respondo o primeiro questionamento do Consulente, no sentido de que **nada impede que o município vincule percentual do FPM para custear despesa com contribuição devida a Associação de Municípios**.
> (Grifou-se).

27. As razões de decidir ora descritas impõem a conclusão de que a vedação de vinculação das receitas de impostos a órgãos, fundos e despesas abrange apenas o produto dos impostos arrecadados na competência do próprio Estado ou Município que os esteja a vincular, tendo a sua participação nos Fundos, regulada pelo art. 159 da Constituição, sido ressalvada pelo próprio texto constitucional no art. 167, inciso IV.

28. Na esteira desse raciocínio, vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a legitimidade da vinculação de recursos oriundos de repartição constitucional, *in verbis*:

> RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MOLDURA FÁTICA. Na apreciação do enquadramento do recurso extraordinário em um dos permissivos constitucionais, parte-se da moldura fática delineada pela Corte de origem. Impossível é pretender substituí-la para, a partir de fundamentos diversos, chegar-se a conclusão sobre o desrespeito a dispositivo da Lei Básica Federal. CONDENAÇÃO JUDICIAL - ACORDO - PARCELAMENTO. Em se tratando de acordo relativo a parcelamento de débito previsto em sentença judicial, possível é a dispensa do precatório uma vez não ocorrida a preterição. ACORDO - DÉBITO - ICMS - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO. **Inexiste ofensa ao inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal, no que utilizado o produto da participação do município no ICMS para liquidação de débito. A vinculação vedada pelo Texto Constitucional está ligada a tributos próprios.**
> (RE n° 184116, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Segunda Turma, julgado em 07/11/2000, DJ 16-02-2001 PP-00139 EMENT VOL-02019-02 PP-00419).

29. Ao lado dessa autorização de afetação de receitas na participação dos fundos, o § 4º do art. 167 da Constituição permite a vinculação em favor da União de receitas tributárias próprias dos Estados e dos Municípios, bem como os repasses previstos nos arts. 157, 158 e 159, inciso I, *a* e *b*, e II da Carta Magna, para fins de garantia ou contragarantia e pagamento de débitos.

30. Pela sua relevância, cumpre transcrever o dispositivo em questão:

> **§4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos** a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a **prestação de garantia ou contragarantia à União** e para **pagamento de débitos para com esta**.
> (Grifou-se).

31. Como se percebe, o texto constitucional permite que a União aceite como garantia e contragarantia os recursos repassados ao FPE e ao FPM com base nos incisos I, alíneas *a* e *b*, e II do art. 159, podendo, em caso de inadimplência, satisfazer diretamente seus créditos por meio da apropriação desses valores.

32. Logo, podem os entes subnacionais, quando celebram contrato com a União, oferecer de forma livre e espontânea suas quotas nos respectivos fundos como garantia ou contragarantia e, nesse caso, a União, por expressa autorização constitucional, pode honrar e amortizar o débito em caso de não cumprimento da obrigação contratual.

33. Situação diferente ocorre quando as quotas dos fundos de participação são oferecidas a título de garantia ou contragarantia em operação com outros sujeitos que não a União. Nessa hipótese, os entes subnacionais, devidamente autorizados por lei estadual ou local, oferecem um determinado percentual das quotas dos fundos de participação apenas como garantia contratual.

34. Em outros termos, o repasse direto dos valores dos fundos de participação como forma de extinção da obrigação contratual sem o aporte na contabilidade dos entes subnacionais só é admitida em contratos firmados com a União, por força do § 4º do art. 167 da Constituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35. Há de se alertar, por fim, que a execução das quotas dos fundos de participação dadas em garantia nos contratos nos quais a União não figura como parte não enseja ofensa ao art. 160 da Constituição. É que o escopo desse preceito constitucional é assegurar a autonomia entre os entes federados por meio da vedação de retenção ou restrição à entrega dos recursos por parte do ente repassador. Portanto, a norma destina-se à União e aos Estados no âmbito da repartição de receitas tributárias.

36. Nesse sentido, já se manifestou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, *in verbis:*

> TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO. CONTRIBUIÇÕES AO FGTS. LEI Nº 5.107/1966 E LEI Nº 8.036/1990. SERVIDORES CELETISTAS. AUSÊNCIA DE OPÇÃO PELO FGTS. DIREITO ASSEGURADO PELA CF/1988. ESTABILIDADE CONFERIDA PELO ART. 19 DO ADCT. RETENÇÃO DE COTAS DO FPM. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
>
> 1. De acordo com o art. 2º da Lei nº 5.107/1966, todas as empresas eram obrigadas a depositar o valor da contribuição ao Fundo, fosse o empregado optante ou não. A conta era aberta em nome da empresa, com depósitos individualizados para cada empregado não optante.
>
> 2. A partir da Constituição de 1988, o FGTS passou a ser direito de todo trabalhador, nos termos do art. 7º, inciso III. Os empregados que permaneceram no mesmo emprego sem exercer a opção pelo FGTS, submetem-se a dois regimes diversos: o anterior até 05/10/1988, não optante, e o posterior, optante. Desde a vigência da Constituição, o único regime passou a ser o FGTS para os trabalhadores regidos pela CLT, de sorte que é despicienda a existência de documento formalizando a opção do empregado.
>
> 3. Antes da Constituição de 1988, não havia óbice à adoção simultânea do regime estatutário e do regime trabalhista na contratação de servidores/empregados públicos. A existência de quadro de pessoal ocupante de cargos públicos (regime estatutário) não exclui a possibilidade de que o Município também celebrasse contratos trabalhistas.
>
> 4. Improcede o argumento de que, após a Constituição de 1988, os servidores públicos não fazem jus ao FGTS. A estabilidade outorgada pelos arts. 19 do ADCT e 41, caput, da CF/1988, não converte automaticamente o regime celetista em estatutário. A intenção do art. 19 do ADCT não foi o de transformar empregos em cargos públicos, mas unicamente de estabilizar os funcionários regidos pela CLT, até que se adequassem ao art. 39 da CF/1988, submetendo-se a concurso público para ingressar no regime estatutário.
>
> 5. Não afronta o artigo 160 da CF/88 a realização de parcelamento garantido por cotas do Fundo de Participação dos Municípios. A retenção de cotas do FPM não resulta de imposição, mas de livre opção do próprio autor, ao assinar o acordo com a CEF, com base em previsão legal. O art. 27 da Lei Complementar nº 77/1993 autoriza a retenção do FPM, por opção do Município devedor, para fins de amortização da dívida para com o FGTS.
>
> 6. Tendo em mente que a lide envolve dois entes públicos (a CEF atua como gestora do FGTS), a moderação deve imperar, adotando-se valor que não onere demasiadamente o vencido e remunere merecidamente o patrono do vencedor na demanda. O elevado valor da causa implicaria excessiva oneração do Município, caso fosse utilizado esse parâmetro de valoração.
>
> (TRF4, APELREEX 2001.70.00.038674-7, PRIMEIRA TURMA, Relator JOEL ILAN PACIORNIK, D.E. 27/06/2012).

37. Como bem demonstrado na decisão acima, a retenção de cotas na situação de sua oferta pelos entes subnacionais em garantia de operações de crédito resulta do exercício da autonomia federativa do ofertante, mediante a feitura de negócio jurídico autorizado em lei com a instituição financeira eleita.

38. Em resumo, a manifestação ora apresentada, resguardando a segurança jurídica, mantém a interpretação que já era adotada, há mais de 20 (vinte) anos, quanto à possibilidade jurídica da realização de operações de crédito por entes subnacionais, com outros sujeitos que não a União, tendo como garantia a vinculação de recursos do FPE e do FPM.

39. Destarte, o Banco Central do Brasil declarou que, após aferição das operações da Caixa em 2017, houve baixo uso das quotas de fundos concedidas em garantia. Apenas 3% (três por cento) a 4% (quatro por cento) do saldo devedor global foram bloqueados.

40. Quanto aos eventuais riscos apontados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nada impede que esse órgão, dada a sua atribuição atinente ao equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional e à administração das dívidas públicas mobiliária e contratual, proponha futuros instrumentos de equalização do cenário apresentado.

41. A adoção de medidas que na prática se traduzam em vedação de acesso ao crédito pelos entes subnacionais, sem amparo no texto constitucional, geraria uma situação de desequilíbrio federativo igualmente não desejável, ofensiva à organização político-administrativa assegurada no art. 18 da Constituição, podendo comprometer, inclusive, o princípio da segurança jurídica e o seu corolário do ato jurídico perfeito.

42. Dois grandes princípios podem ser extraídos da interpretação da Suprema Corte no tocante a relação federativa, quais sejam, a valorização da autonomia dos entes federados e, por outro lado, a responsabilidade diferenciada da União em um federalismo de cooperação.[5] Tal orientação jurisprudencial, por sua força persuasiva, também deve nortear a presente questão. Afinal, a interpretação do art. 167, IV e § 4º, da Constituição, deve considerar a autonomia dos entes subnacionais, notadamente, na utilização dos recursos do FPM e FPE que lhe são próprios, sem desconsiderar a importância de se buscar o melhor equilíbrio entre a utilização dessa garantia e a situação fiscal do ente federativo.

III- CONCLUSÃO

43. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada na interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação, no caso, a interpretação do art. 167, IV e § 4º, da Constituição. Considerada a complexidade do ato, que não se encerra no viés jurídico, eventuais riscos sistêmicos atinentes ao equilíbrio fiscal da federação ou ao Sistema Financeiro Nacional ficam adstritos à competência da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, respectivamente.

44. Realizadas as considerações acima, conclui-se que, nos termos do art. 167, IV e § 4º, da CF, os recursos vinculados a fundos de participação, ofertados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, podem ser aceitos como garantia nas operações celebradas por entes subnacionais com as instituições financeiras federais.

45. Quanto aos eventuais riscos apontados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nada impede que esse órgão, dada a sua atribuição atinente ao equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional e à administração das dívidas públicas mobiliária e contratual, proponha futuros instrumentos de equalização do cenário apresentado.

46. A adoção de medidas que na prática se traduzam em vedação de acesso ao crédito pelos entes subnacionais, sem amparo no texto constitucional, geraria uma situação de desequilíbrio federativo igualmente não desejável, ofensiva à organização político-administrativa assegurada no art. 18 da Constituição, comprometendo, inclusive, o princípio da segurança jurídica e o seu corolário do ato jurídico perfeito.

47. A interpretação do texto constitucional deverá considerar a autonomia dos entes subnacionais, notadamente, na utilização dos recursos do FPM e FPE que lhe são próprios, sem desconsiderar a importância de se buscar o melhor equilíbrio entre a utilização dessa garantia e a situação fiscal do ente federativo.

Brasília, 26 de março de 2018.

ANDRÉ RUFINO DO VALE
Consultor da União

MARCELO AUGUSTO CARMO DE VASCONCELLOS
Consultor-Geral da União

---

[1] - Além das hipóteses elencadas no art. 167 da Constituição, são admitidas a vinculação de receitas de impostos nos arts. 204, parágrafo único, e 216, § 6º.

[2] - BINENBOJM, Gustavo. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - v. 2, n. 7 (jan./jun. 2014) Rio de Janeiro: O Tribunal.

[3] - Art. 159. A União entregará:
I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:
a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;
d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;
e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;
II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.
§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.
§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.
§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.
§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. 4 - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG, Processo nº 809502, Consulta. Conselheiro Relator: Antônio Carlos Andrada.

[5] - Uma coletânea dessas decisões pode ser encontrada na manifestação da STN em capítulo próprio (itens 64 e seguintes).

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 99990.001505/2017-08

Interessado: AR DIGITAL CERTIFICADO

INDEFIRO o pedido de credenciamento da AR DIGITAL CERTIFICADO, vinculada à AC LINK RFB, com sede no endereço AVENIDA RUI BARBOSA, Nº 1043, SALA 305, CENTRO -MACAÉ/ RJ.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 99990.001415/2017-17
Interessado: AR CERTPAR

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTPAR, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço Rua Pinheiro Machado, 1248, Sala D, Centro, Taquara/RS.

Processo nº 00100.001199/2018-01
Interessado: AR CDL FRANCA

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CDL FRANCA vinculada à AC CNDL RFB.

WALDECK PINTO DE ARAUJO JUNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA-GERAL

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ: 09.168.704/0001-42

Relatório da Administração - 2017
Brasília, março de 2018

MENSAGEM DOS ADMINISTRADORES

A conjuntura apresentada para 2017 apontava desafios significativos de ordem econômica, de governança e de resultados para a gestão da EBC. Avançar dependeria da capacidade de coordenação e articulação de seus administradores, empregados e parceiros para realinhar a estratégia à nova ordem institucional-econômica e às tendências de consumo de mídia e para produzir modernização administrativa.

Decorrido o período de instabilidade que marcou o ano de 2016 e da necessária estabilização da gestão da Empresa, 2017 foi um exercício de severas restrições orçamentárias e de consideráveis realizações.

Após ser definido o Plano de Trabalho 2017, a Diretoria Executiva voltou-se aos procedimentos ordinários de monitorar sua execução afinada com Plano Orçamentário da Empresa, projeto a projeto, despesa a despesa, segundo os limites orçamentários fixados.

Como resultado, a execução orçamentária atingiu 99,6% do limite orçamentário autorizado para gastos discricionários, de R$ 160,6 milhões. Do total executado de R$ 159,9 milhões, R$132,6 milhões foram alocados em Custeio e R$ 27,36 milhões em Investimento. Este foi o menor gasto em despesas de custeio desde a criação da EBC e representou significativa melhora no nível de investimento, o maior em três anos (R$ 8,26 milhões em 2015 e R$ 8,38 milhões em 2016).

Em seu 10º aniversário, a EBC passou por mudanças na gestão de seus veículos. A programação da TV Brasil foi revista e renovada, com prioridade às produções próprias, à atualização dos programas de maior relevância, ampliando a exibição de conteúdo independente e ao vivo. Sua estratégia foi revista e foi voltada aos ganhos em parcerias. Importante conquista foi a mudança do posicionamento da TV BRASIL no *line* up da operadora de TV NET, o que levou a emissora para junto daquelas mais bem posicionadas do mercado, todas transmitidas em HD, e projeta sua imagem para um universo bem maior de telespectadores.

As emissoras de rádio foram reposicionadas para atuar em rede, visando o conteúdo informativo. O novo modelo de produção promoveu integração das rádios Nacional do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília, maior capacidade de produção e informação precisa e tempestiva para o cidadão. Outra mudança foi o reposicionamento das emissoras na WEB. Plataforma cada vez mais consumida e disseminada, as emissoras ganharam aplicativo com recursos atrativos e que possibilitam ouvir as emissoras e ler notícias simultaneamente.

A Agência Brasil, principal veículo da WEB, passou por mudanças na gestão operacional, o que resultou em crescimento de 16 para 21 milhões de acessos ao site. Da mesma forma a atuação nas redes sociais promoveu maior número de inscritos, projetando maior engajamento às emissoras da EBC.

Além do desempenho operacional, a Empresa absorveu e superou os desafios de adaptações à lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, alcançando o segundo nível mais alto do Indicador de Governança – IGSEST – definido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Este selo representa o esforço para ajustar a Empresa às melhores práticas de governança, tendo se configurado a única Empresa dependente dentre as 12 estatais com melhor pontuação.

A EBC também implementou, a partir de janeiro de 2017, metodologia própria de sistematização de custos, desenvolvida pela equipe da área de Orçamento e Custos e que conquistou o primeiro lugar na 7ª edição do Prêmio Chico Ribeiro sobre Contabilidade, Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público 2017, na categoria Relato de Experiências de Implantação e Uso da Informação de Custos. O objetivo do prêmio é promover o debate e a troca de informação de custos e melhoria da qualidade do gasto público.

O maior detalhamento e acompanhamento do orçamento e da execução das ações e projetos priorizados no início do ano fiscal, assim como a gestão permanente sobre o orçamento global – projeto por projeto e atividade por atividade –, apoiados pelo monitoramento com o uso de metodologia própria, empregando a ferramenta de *Business Inteligence-Bi*, trouxe segurança efetiva e resposta imediata aos riscos de assunção de compromissos extra orçamentários, com o consequente registro de déficit, tal como o acontecido em 2016, e preservou o alinhamento estratégico.

O sistema também deu mais transparência às contas da EBC que, a propósito, estão disponíveis no portal de transparência do Governo Federal e na própria página da EBC na internet.

Em 2017, aconteceu também a revisão integral do inventário dos bens patrimoniais da EBC como condição básica para a realização do custo atribuído (*deemed cost*) e do teste de recuperabilidade (*impairment*), assegurando o cotejamento e conformidade das informações.

Nos últimos três exercícios financeiros a EBC apurou prejuízo contábil de R$ 36,1 milhões em 2015; R$ 11,3 milhões em 2016; e R$ 5,6 milhões em 2017. A redução destas cifras traduz a gestão contínua de adequação da Empresa aos atos de dispêndios.

Os resultados demonstram a eficiência e a eficácia das decisões dos Administradores e a gestão acurada do orçamento anual ao registrar a menor despesa de custeio da história da Empresa, o crescimento nos investimentos, triplicado em relação aos últimos dois anos, e a expressiva redução do prejuízo contábil, queda de 84% em relação ao valor de 2015.

Do total executado de R$ 159,9 milhões, R$132,6 milhões foram alocados em Custeio e R$ 27,36 milhões em Investimento. Este foi o menor gasto em despesas de custeio desde a criação da EBC e representou significativa melhora no nível de investimento, o maior em três anos (R$ 8,26 milhões em 2015 e R$ 8,38 milhões em 2016).

Em relação à gestão de pessoas, em acordo com a conjuntura econômica nacional, a necessidade sempre constante de redução de custos e de ajustamento do quadro de empregados, foram adotadas as medidas que seguem:

1. sistema de Ponto Eletrônico, visando aperfeiçoar o controle da jornada de trabalho, resultando em uma redução estimada de gastos com horas extras em torno de 1,2 milhões de reais/ano;

2. negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, com preservação das cláusulas sociais, mas sem a concessão de reajuste, o que gerou uma economia na ordem de 7,8 milhões de reais;

3. negociação favorável junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEST/MP visando à implantação do Programa de Demissão Voluntária, a ser encerrado em janeiro de 2018, o que deverá gerar uma redução de gastos com a folha de pagamento e com benefícios em torno de 20 milhões/ano.

A EBC ruma para 2018 mais enxuta, melhor organizada e mais preparada para assumir os desafios que o futuro adianta, como é o caso da proliferação e sofisticação de novas mídias, tecnologias e formatos de trabalho.

Tendo em vista a mudança no comando do país, acontecida em 2016, a decorrente alteração no corpo dirigente da EBC – que trouxe novas diretrizes na gestão da Empresa – e a conjuntura econômica e institucional, refletida no orçamento federal, tornou-se necessário realizar, em 2017, um realinhamento estratégico com base nestas novas perspectivas.

A Estratégia de longo prazo, 2017-2022, foi revista, reposicionando a Empresa para que se alinhe à nova conjuntura. Até 2022 se apresentam os seguintes desafios:

1. ampliar e diversificar seu público;

2. direcionar o foco estratégico para a oferta de conteúdos multimídia, próprios, de parceiros, de colaboradores ou de produtores independentes;

3. melhorar o suporte tecnológico; e

4. qualificar seus profissionais.

Para isso, a Empresa deverá investir na melhoria da qualidade de transmissão e expansão de sinal digital em televisão aberta e na qualidade dos conteúdos programados, bem como na ampliação do alcance e consolidação da Rede Pública de Televisão e Rádio, para dar acesso às populações que não dispõem de *internet*. E também deverá atacar com veemência a modernização e a qualificação de seu conteúdo *web*, vista como a futura forma primordial de disseminação de conteúdos e informação imediata.

Nossa visão de futuro é "ser uma Empresa de comunicação relevante para a sociedade". Ser percebida como útil, com conteúdos atrativos de relevo e de fácil acesso. Além de se apresentar como uma das principais fontes de conteúdos para as organizações de comunicação, de modo que sejam amplamente disseminados.

No entanto, seja decorrente de repactuações contratuais, seja por força de outras contingências, como a de não colocar em risco as operações da EBC, a economia possível, preservado o marco jurídico vigente, atingiu limite próximo do teto em 2017, com perspectiva de que seja ordinariamente ultrapassado em 2018. O desafio orçamentário é o principal risco projetado para o ano de 2018.

Neste relatório, apresentamos esses resultados em detalhes, bem como as principais ações que a Empresa executou e os objetivos de futuro.

Todos os resultados obtidos refletem o compromisso e o esforço coletivo permanente em cumprir a função social da EBC que, mesmo em momentos desfavoráveis, se mostrou capaz de avançar.

Agradecemos aos Conselhos e Comitês pelas orientações que direcionaram a Empresa rumo ao alcance dos objetivos e resultados traçados para 2017, as emissoras parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública, de Rádio e TV, que contribuem permanentemente para que a programação da EBC se faça presente em todo o território nacional, aos empregados que se empenharam por mais um ano, aos clientes, que investiram recursos na Empresa e, especialmente, aos ouvintes, telespectadores e internautas pela audiência e participação.

A EMPRESA

A Empresa Brasil de Comunicação S.A.-EBC, instituída pela lei nº 11.652 de 7 de abril de 2008 é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, tem a finalidade prestar serviços de radiodifusão pública e serviços conexos.

Sua Missão: Criar e difundir conteúdos que contribuem para a formação crítica das pessoas

Sua Visão: Ser uma empresa de comunicação relevante para o a sociedade

Seus Objetivos:

Da perspectiva de resultados:

• Comunicar assuntos relevantes para a sociedade; e

• Ser uma empresa referência em comunicação.

Da perspectiva de processos Internos:

• Ampliar o portfolio de produtos e serviços;

• Intensificar a atuação na WEB;

• Renovar TV e Rádio, mantendo o alcance próprio e ampliando a Rede e as parcerias; e

• Aprimorar a concepção e a integração dos conteúdos multiplataformas.

Da perspectiva de Recursos:

• Racionalizar os custos;

• Investir nas tecnologias prioritárias;

• Aumentar e diversificar as receitas; e

• Aprimorar a gestão organizacional e de pessoas.

Todo o esforço para cumprir a missão e alcançar a visão deverá traduzir-se em valores a que a sociedade terá acesso, ao ter contato com os produtos e serviços oferecidos pela Empresa, pois o alcance dos objetivos estratégicos de resultados proporcionará, principalmente, que a EBC seja:

• útil para a sociedade com conteúdos atrativos, relevantes e de fácil acesso; e

• uma das principais fontes de conteúdos para as organizações de comunicação, de modo que sejam amplamente disseminados.

A EBC é gestora da TV Brasil, da TV Brasil Internacional (TV *Web*), da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e do Sistema Público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 kHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 kHz), Rádio Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 kHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 kHz e 6.180 kHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 kHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz).

A EBC é responsável também por administrar a Rede Nacional de Comunicação Pública/RNCP, formando e coordenando a Rede de Rádios e de Televisão.

No campo da prestação de serviços, a Empresa atua nas áreas de publicidade legal, publicidade institucional, licenciamento de suas obras e na comunicação governamental. Neste último caso, opera o canal de TV NBR, que tem a finalidade de disseminar os atos e fatos do poder Executivo, a "A Voz do Brasil", o programa de rádio retransmitido por todas as estações de rádio brasileiras, a Rede Nacional de Rádios, além de produzir programas para o Poder Executivo.

Em 2017 a Empresa executou seu Plano de Trabalho, composto por 237 projetos e atividades, definidos para a manutenção e o aprimoramento das plataformas de TV, Rádio e Web, prestação de serviços, Rede Nacional de Comunicação Pública, além dos projetos para manutenção de todas as atividades de suporte às operações finalísticas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Administração da EBC adota as melhores práticas de governança, tendo alcançado em 2017 o nível 2 do IG-SEST - Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. É a única empresa dependente a alcançar tal posição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Da estrutura organizacional da EBC constam o Conselho de Administração, Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composto por nove membros:

- Representante da Secretaria Geral da Presidência da República;
- Diretor-Presidente da EBC;
- Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação;
- Representante do Ministério da Cultura;
- Representante do Ministério da Educação;
- Representante dos Empregados da EBC; e
- Dois membros independentes.

Os membros independentes foram incorporados ao CONSAD após a edição do Novo Estatuto das Estatais, lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016. As designações deverão ocorrer até 30 de junho de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA - DIREX

Composta por seis diretores:

- Diretor-Presidente;
- Diretor Geral;
- Diretor de Administração, Finanças e Pessoas;
- Diretor de Jornalismo;
- Diretor de Produção;
- Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia.

A DIREX se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for necessário. A praxe é que ocorram ao menos duas reuniões ao mês. Opera apoiada por comitês e comissões que a auxiliam tecnicamente nos diversos temas tratados pela EBC.

CONSELHO FISCAL

Composto por três membros:

- Dois representantes da Secretaria Geral da Presidência da República; e
- Representante do Tesouro Nacional.

A Governança da EBC é apoiada por Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, Ouvidoria e pelas áreas de planejamento, desenvolvimento organizacional, gestão de riscos e conformidade e correição a fim de garantir os mecanismos de controle adequados à gestão e à integridade.

Além dessas unidades, estão constituídos os seguintes colegiados técnicos:

- Comitê de Programação e Rede-CPR, responsável pelas definições editoriais das diversas grades de programação dos veículos;
- Comitê de Tecnologia da Informação e da Comunicação-CTIC, responsável pela formulação e definições estratégicas de tecnologia;
- Comitê de Planejamento e Avaliação – CPA, responsável pela formulação e monitoramento da estratégia;
- Comitê de Pró-Equidade de Gênero e Raça, responsável pela coordenação e promoção da igualdade de gênero e raça;
- Comissão Permanente de Acessibilidade, responsável pela coordenação de promoção das ações voltadas à acessibilidade da pessoa com deficiência;
- Comitê Editorial de Jornalismo, responsável pela avaliação editorial do conteúdo jornalístico; e
- Comitê de Segurança da Informação – COSIC, responsável pela Segurança da Informação e tratamento de incidentes.

O Comitê Editorial e de Programação, introduzido na estrutura da Empresa pela Lei nº 13.417/2017, será constituído em 2018 com a finalidade de propor formas de avaliação da programação e conteúdos distribuídos pela EBC.

Em 2017, a Governança Corporativa, foi pautada pelas ações de adaptação ao Decreto nº 8.945/2016 que regulamentou o novo Estatuto Jurídico das Estatais, lei nº 13.303/2016.

O Calendário de Adaptações, definido pelo Conselho de Administração, contém 52 ações, das quais 41 foram implantadas em 2017. Até junho de 2018 a empresa estará totalmente adaptada à nova legislação.

Foram editadas políticas estruturantes que nortearão os administradores no exercício de suas funções. Os administradores aprovaram em 2017, de ter outras iniciativas:

- Código de Conduta;
- Canal de Denúncias; e
- Política de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos.

A partir da edição da Política de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos, foi definida a metodologia para identificação, avaliação e elaboração de plano de controles dos riscos às atividades da EBC. O Conselho de Administração estabeleceu os seis fatores de riscos a serem monitorados. São eles:

- Riscos de Negócio - Eventos decorrentes da conjuntura contemporânea e futura que possam gerar incerteza nos resultados projetados que envolvam ameaças ou oportunidades à continuidade do negócio.
- Risco Estratégico - Eventos associados à possibilidade de perda resultante do insucesso das estratégias adotadas que possam impedir ou retardar o cumprimento do relevante interesse público e, também, qualquer incerteza que afete a realização das diretrizes estratégicas da empresa.
- Risco Financeiro-orçamentário - Eventos que possam comprometer ou prejudicar a captação ou o dispêndio dos recursos financeiros ou orçamentários, impedindo a Empresa de gerar os resultados projetados ou, até mesmo, honrar os compromissos nas áreas essenciais.
- Riscos de Comunicação - Eventos que possam prejudicar ou impedir o fluxo de comunicação interna e externa com grupos de interesse (*stakeholders*), e que possam causar efeito adverso sobre a imagem e reputação da Empresa, o clima organizacional ou a estratégia definida. Uso e exploração inadequados da imagem e da informação corporativa.
- Riscos de *Compliance* (Conformidade) - Eventos decorrentes de inadequação ou falha nas habilidades da Empresa em cumprir a legislação, as normas infra legais e as normas e os procedimentos internos aplicáveis ao negócio.
- Riscos Operacionais - Eventos decorrentes da inadequação ou falha nos processos de negócio e de suporte da Empresa, no que diz respeito à operação, pessoas e tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

O sistema de governança da EBC vem acompanhando as orientações normativas e novas definições e regulamentações da Política Pública sobre a governança das Estatais. Em 2018 os mecanismos de *compliance* serão fortalecidos e o desafio será aculturaras lideranças para a gestão de riscos.

GESTÃO DE PESSOAS

A EBC encerrou o ano de 2017 com 2.268 empregados no quadro efetivo da Empresa, 117 empregados sem vínculo com a administração pública e ocupantes de cargos comissionados, 36 empregados requisitados de outros órgãos – destes últimos, 11 são ocupantes de função comissionada e 25 sem função comissionada – totalizando **2.421** empregados.

QUADRO I - Quadro Geral de Pessoal

Empregados	**2015**	**2016**	**2017**
Efetivos	2.172	2.312	**2.268**
Sem Função Comissionada[1]	1.898	1.808	1.753
Sem Função Comissionada - RJU[2]	0	174	171
Com Função Comissionada - EBC[3]	200	247	274
Com Função Comissionada - RJU[2]	0	5	6
Com Função Comissionada - FCC	0	0	0
Cedidos para Outros Órgãos	74	78	64
Sem vínculo	178	121	**117**
Com Função EBC	171	114	110
Com Função FCC	7	7	7
Requisitados de Outros Órgãos à EBC	243	34	**36**
Requisitados de outros órgãos à EBC com Função Comissionada - EBC	36	13	11
Requisitados de outros órgãos à EBC com Função Comissionada - FCC	0	0	0
Requisitados de outros órgãos à EBC sem Função Comissionada	23	21	25
Requisitados de outros órgãos à EBC - RJU[1]	184	0	0
TOTAL	**2.593**	**2.467**	**2.421**
Aposentados por Invalidez[4]	0	-30	-31
Efetivos	-	-	-30
Com Função FCC	-	-	-1

[1] No limite quantitativo do quadro de pessoal estabelecido na Portaria nº 29, de 6 de dezembro de 2017, estão discriminados 55 empregados anistiados. Estes estão contabilizados como empregados efetivos.

[2] A Portaria SEST nº 29, de 6 de dezembro de 2017, estabeleceu o limite e as classificações do quantitativo de pessoal da EBC. Dentre esses, os empregados do Regime Jurídico Único-RJU passaram a ser contabilizados como empregados efetivos da EBC. No ano de 2015 estes empregados constavam como Requisitados de outros órgãos à EBC – RJU.

[3] A Lei nº 11.652, de 2008, de criação da Empresa Brasil de Comunicação-EBC, alterada pela Lei nº 13.417, de 2017, excluiu do corpo diretivo da Empresa duas diretorias, perfazendo atualmente um total de seis diretorias. Os Diretores não são contabilizados nos cálculos de pessoal, entretanto, das seis diretorias existentes, duas são ocupadas por empregados do quadro efetivo, por isso foram contabilizados como Efetivos Com Função Comissionada-EBC.

[2] A Portaria SEST nº 29, de 6 de dezembro de 2017, também define que os empregados aposentados por invalidez sejam deduzidos do quantitativo de pessoal. A EBC tem 31 empregados na situação de aposentados por invalidez. Dentre estes está contabilizado um empregado sem vínculo.

Fonte: SENIOR/SIGEPE (Ano 2015);

Quadro de Lotação de Pessoal (Anos 2016/2017): Posição em 31.12.2016 e 31.12.2017.

GRÁFICO I - Histórico do Quadro de empregados

Histórico do Quadro de Empregados	
Ano	Quantidade
2015	2593
2016	2467
2017	2421

Nos últimos três anos o quadro de pessoal teve um decréscimo de aproximadamente 7% no efetivo permanente e 33,7% no quadro não permanente. Esses percentuais refletem a ausência de realização de Concurso Público para substituir os empregados que saíram da Empresa, motivados por demissões, aposentadorias, falecimentos e pela atual política de redução de cargos comissionados.

Dos 2.268 empregados que compuseram o quadro efetivo da EBC em dezembro de 2017, 274 estavam nomeados para funções comissionadas, 64 estavam cedidos para outros órgãos da Administração Pública, os restantes 1.753 formaram a força de trabalho da Empresa.

A Empresa conta, ainda, com 177 servidores do Regime Jurídico Único-RJU oriundos de órgãos do governo federal, extintos e posteriormente lotados no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que passaram a compor o Quadro de Pessoal da EBC a partir da edição da Portaria MP nº 11, em abril de 2016.

O índice de rotatividade (*turnover*) apurado no ano foi de 0,48%. O índice é aferido conforme a metodologia[4] definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e do Departamento Intersindical de Estatística e Estatutos Socioeconômicos – DIEESE

A revisão da lei de criação da empresa, lei nº 11.652, de 2008, dada pela lei nº 13.417, de 2017, alterou a quantidade de diretorias de oito para seis, demandando a redistribuição dos cargos gerenciais e da força de trabalho.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO POR LOTAÇÃO						
DF	**RJ**	**SP**	**MA**	**AM**	**OUTROS**	**TOTAL**
1.534	566	186	150	6	10	**2.421**

Fonte: Quadro de Lotação de pessoal em 31/12/2017.

* São excluídos do total os 31 empregados aposentados por invalidez.

TABELA II

DISTRIBUIÇÃO POR LOTAÇÃO (OUTROS)					
CE	**PE**	**PI**	**RS**	**INT***	**TOTAL**
1	1	1	3	4	**10**

*Correspondente Internacional: 01 Colorado Springs/EUA; 01 Atlanta/EUA; 01 Washington/EUA; 01 Lisboa/Portugal.

[4] IR = (menor valor entre A e D x 100)/E, sendo IR – índice de rotatividade do período; A – total de admissões no período; D – total de desligamentos do período; E – total de empregados no final do período (excluídos RJUs, FCCs, e Diretores).

Ainda dentre as ações de reorganização da Empresa, em outubro de 2017, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST aprovou o 1º Plano de Demissão Voluntária - PDV da EBC, sendo que a sua implantação teve início em dezembro de 2017, após autorização da Secretaria de Orçamento Federal/ SOF/MP.

Os estudos de viabilidade apontaram 554 empregados do quadro permanente da empresa elegíveis.

As despesas com pessoal, encargos e previdência privada totalizaram R$ 411,9 milhões, com um acréscimo de 8,3% em relação à execução de 2016. Essa variação está associada a fatores como a concessão de uma referência para 2.100 empregados em novembro de 2017 e o reflexo do reajuste salarial de 6,87%, resultante das negociações do Acordo coletivo de Trabalho (ACT) para o período de 2016/2017.

O valor gasto com os benefícios sociais (Auxílios Creche e Deficiente, Assistências Médica e Odontológica, Vales Alimentação, Cultura e Transporte), relativos aos empregados e seus dependentes, totalizou R$ 60,8 milhões, valor 12,2% superior ao praticado em 2016, tendo igualmente como causa principal do acréscimo os reflexos dos reajustes concedidos pelo ACT 2016/2017 nos benefícios de Auxílio Creche, Auxílio Deficiente e Auxílio Alimentação, e as variações impostas pelo mercado de Assistências Médica e Odontológica e Vale Transporte.

A EBC também patrocina a seus empregados um plano de previdência complementar, administrado pela BB\Previdência, alcançando 933 empregados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Destacam-se importantes ações para aprimorar a governança de pessoas que foram implantadas ao longo de 2017.

Implantação do sistema de informações gerenciais, que conta com os módulos de Gestão de Pessoas, Recrutamento e Seleção, Treinamento, Cargos e Salários, Avaliação e Pesquisa de Desempenho e Ponto Eletrônico, buscando a integração de todos os dados e processos da Área de Gestão de Pessoas em um único sistema, o que proporciona maior controle das ações e o aumento do grau de confiabilidade dos resultados apurados de forma célere e assertiva.

Lançamento da Central de Chamados e disponibilização de 11 serviços exclusivos de Gestão de Pessoas, o acesso aos serviços, informações e solicitações dos empregados foi aperfeiçoado e facilitado sobremaneira, além de promover uma economia no consumo de papel, formulários impressos e reduzindo a necessidade de trânsito até as áreas de RH. São atendidas em média 1.000 solicitações por mês.

Nessa mesma vertente, foi implantado o SAFE – Sistema de Aferição de Frequência Eletrônico, que permite o registro diário de frequência e apuração das horas efetivamente trabalhadas pelos empregados, para composição da folha de pagamento, atendendo assim a recomendações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e dos órgãos de controle interno. O Sistema é regulado pela Portaria do nº 1.510/2009/MTE e internamente pela Instrução Normativa 301/01, publicada em julho de 2017. O sistema já está disponível em Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, ficando para o primeiro trimestre de 2018 as sedes de São Paulo/SP e São Luís/MA. Avalia-se que com isto haverá uma economia de R$1,2 milhões para o exercício de 2018.

As ações de capacitação foram definidas no Plano Anual de Capacitação da EBC – PAC/EBC biênio 2017 e 2018. Além dos temas técnicos específicos, foram idealizados programas abrangendo as demandas das áreas internas e os temas afetos às legislações e atendimento de órgãos fiscalizadores externos.

Apesar do contingenciamento de aproximadamente 47% do orçamento destinado à área, foram realizados 266 cursos, totalizando 25.992 horas de capacitação e 2.099 participações dos empregados da EBC, o que representou um crescimento de 30% em horas de capacitação em relação ao ano anterior.

QUADRO II – Capacitação de Empregados

Ano	Qtd. Cursos	Carga Horária Total
2015	191	20.179 h
2016	157	20.061 h
2017	266	25.992 h

O investimento no exercício foi de R$352.973,65. Deste valor, R$ 5.877,09 foram empregados para pagamento de bolsas remanescentes de 2015.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017, a EBC administrou ativos no valor de R$ 1,153 bilhão. Destacam-se, dentre outros, as aplicações financeiras com R$ 850,2 milhões, o imobilizado, com R$ 73,8 milhões, e o intangível, com R$ 136,2 milhões.

A Empresa, adequando-se às normas internacionais de contabilidade, realizou o Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) em seus ativos imobilizado e intangível, o que proporcionou maior precisão ao valor dos bens patrimoniais.

O patrimônio líquido contabilizado em 2017 foi de R$ 365,8 milhões. O resultado patrimonial apresentou prejuízo de R$5,6 milhões.

QUADRO III

Prejuízos 2015 a 2017	
2015	36,1 Milhões
2016	11,3 Milhões
2017	5,6 Milhões

O prejuízo de 2017, R$ 5,6 milhões, comparado ao prejuízo de 2016, R$ 11,3 milhões, demonstra redução de 50,4%. E quando comparado com o prejuízo de 2015, R$ 36,1 milhões, a redução verificada é de 84,4%. Alguns fatores concorreram para essas reduções, entre eles, a melhoria nos índices econômicos da política de governo e o esforço contínuo da administração no que tange ao controle de dispêndios.

Os prejuízos apresentados nos exercícios de 2015 a 2017 decorrem, dentre outros, das despesas de natureza extra orçamentária, com destaque para as provisões legalmente contabilizadas em seu período de competência, exemplificadas com as provisões de ações trabalhistas,

Especificamente quanto ao prejuízo de 2017, um fato que contribuiu para a formação desse o resultado negativo foi a aplicabilidade do Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) sobre os bens móveis, no valor de R$ 19,1 milhões, e baixas de bens intangíveis decorrentes do Teste, no valor de R$ 4,4 milhões.

No exercício, também foram contabilizados Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R$ 6,06 milhões, que se referem à mudança de critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto à classificação de transferências financeiras denominadas convênios. Até o exercício de 2016 essas transferências foram classificadas como direito da entidade concedente, no Ativo Circulante. A partir do ano de 2017, por recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1320/2017 - Plenário, esses valores passaram a ser contabilizados em contas de despesas, conforme constam dos registros contábeis realizados pela Nota de Sistema nº 2017NS006824, emitida pela STN.

A absorção dos prejuízos e de Ajustes de Exercícios Anteriores que totalizam R$ 11,7 milhões foi realizada à conta da Reserva de Retenção de Lucros, conforme legislação vigente aplicável ao assunto.

Quanto aos indicadores **de desempenho,** os índices liquidez geral, corrente, seca e imediata, apresentados a seguir, demonstram que a EBC tem capacidade suficiente para honrar seus compromissos econômico-financeiros.

QUADRO IV

INDICADORES DE LIQUIDEZ	FÓRMULAS[5]	2017
Liquidez geral	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	1,19
Liquidez corrente	$\frac{AC}{PC}$	6,04
Liquidez seca	$\frac{AC - Estoques}{PC}$	6,01
Liquidez imediata	$\frac{Caixa\ e\ Equivalentes\ de\ Caixa}{PC}$	5,78
Grau de Endividamento	$\frac{PC + PNC}{AT} \times 100$	69,05
Garantia do Capital de Terceiros	$\frac{PL}{PC + PNC}$	0,45

[5] AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido; AT = Ativo Total; RLP – Realizável a Longo Prazo

Fonte: SIAFI

Por sua vez, o grau de endividamento retrata a posição do capital próprio em comparação ao capital de terceiros e indica, também, a dependência da Empresa dos recursos financiados pelas Entidades Externas. No que tange à EBC, a situação é confortável, uma vez que as suas obrigações representam 69,05% do Ativo Total.

Outra forma de avaliar a dependência de recursos de terceiros é por meio do índice de garantia do capital de terceiros, que no caso da EBC, para cada R$ 1,00 de dívida ela dispõe de R$ 0,45 do seu patrimônio.

Cabe destaque aos indicadores que contêm o Passivo Não Circulante-PNC que, em sua fórmula, apresentam índices impactados pelo fato de que, no encerramento do exercício, os repasses do Tesouro Nacional oriundos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública-CFPR, no valor de cerca de R$ 644,8 milhões em 2017, têm sido contabilizados no PNC, em razão da ausência de autorização orçamentária para sua execução, pois são transferências financeiras destinadas somente à aplicação financeira.

A Lei Orçamentária de 2017 consignou para a EBC o montante de R$ 708,4 milhões, sendo R$ 236,7 milhões para Despesas Discricionárias, R$ 441,5 milhões para Despesas Obrigatórias e R$ 30,0 milhões de Reserva de Contingencia.

TABELA III

Execução Orçamentária 2015 a 2017 - Despesas Discricionárias			
	2015	2016	2017
Investimento	8.26 Milhões	8.38 Milhões	27.36 Milhões
Custeio	165.97 Milhões	180.67 Milhões	132.90 Milhões
Total	174.23 Milhões	189.05 Milhões	160.26 Milhões

No transcorrer do exercício houve a necessidade de que se realizassem alterações orçamentárias, devido, principalmente, à carência de investimentos. Diferentemente do ocorrido nos anos de 2015 e 2016 e devido à redução de custos realizada por meio de ajustes nos contratos de terceirização, produção e de fornecimento de conteúdo, telecomunicações, serviços públicos, passagens, hospedagens, locações de veículos, transporte, tecnologia da informação e outras despesas, foi possível transferir R$ 16,0 milhões dos recursos destinados a Custeio para Investimento, viabilizando atender à demanda reprimida para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e informática, *softwares* e conteúdo.

Após as alterações necessárias a execução orçamentária de 2017, o orçamento total da EBC passou de R$ 708,4 milhões para R$ 683,6 milhões, apresentando corte na ordem de 3,50% em recursos do Tesouro.

As despesas discricionárias passaram de R$ 236,7 milhões para R$ 194,2 milhões, redução de 17,97% e as despesas Obrigatórias foram de R$ 441,5 milhões para R$ 459,3 milhões, acréscimo de 4,02%.

A redução de 17,97% se refere ao cancelamento de R$ 42,5 milhões que foram destinados a outras unidades orçamentárias, situação sobre a qual a EBC não teve e não tem governança, uma vez que a Secretaria de Orçamento Federal - SOF é órgão central de orçamento, atuando assim dentro de sua prerrogativa legal. Além disso, sobre o valor de R$ 194,2 milhões, houve um contingenciamento de 17,31%, o que limitou a execução orçamentária em R$ 160,6 milhões, totalizando uma redução do crédito orçamentário inicialmente previsto para as despesas discricionárias na ordem de 32,17%. Com isso, ainda havia espaço orçamentário de R$ 33,6 milhões que permaneceram contingenciados até o final do exercício financeiro.

Com efeito, a execução orçamentária do valor discricionário (custeio e investimento) obteve resultado de excelência, tendo sido realizada, 99,6%, do limite de R$ 160,6 milhões, sendo executados R$ 27,36 milhões com Investimentos e R$ 132,9 milhões com Custeio.

As medidas governamentais que visaram o ajuste financeiro para redução do déficit público impactaram de forma geral no exercício, notadamente relacionada aos recursos próprios da EBC, haja vista que quase a totalidade de clientes é composta de órgãos da administração pública federal.

Das dotações orçamentárias para 2017 (Lei + Créditos + Descentralizações), conforme mencionadas anteriormente, totalizaram R$ 684,0 milhões, sendo que R$ 146,8 milhões referem-se aos recursos próprios diretamente arrecadados e R$ 537,2 milhões aos recursos do Tesouro.

Com relação aos recursos do Tesouro, temos R$ 431,4 milhões nas fontes 100/150 e R$105,8 milhões nas fontes 172/372 (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública). A arrecadação dessas receitas alcançou R$ 538,3 milhões, equivalentes a 100,2% do estipulado na Lei, representando crescimento de 15,8% com relação mesmo período de 2016 e queda de 10,4% em relação a 2015.

GRÁFICO II – Receitas Realizadas EBC 2008 – 2017

Receita Realizada EBC 2008 a 2017 - Com Descentralizações										
Valores em Milhões de R$	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FONTE TESOUSO (Inclusive CFRP)	182,0	422,0	399,0	390,0	394,0	410,2	888,7	600,8	464,8	538,3
FONTE PROPRIA	28,2	34,0	42,9	57,2	67,3	69,0	141,7	158,9	207,1	129,5

A arrecadação das receitas próprias atingiu o montante de R$ 129,5, equivalente a 88,2% do total estipulado na Lei (inclusive alterações) para o exercício, representando queda de 37,5% em relação ao mesmo período de 2016 e de 18,2% em relação ao ano de 2015. Esta queda está diretamente relacionada às retrações do Contrato de Prestação de Serviços para o Poder Executivo, que representou mais de 63% da receita comercial, e da receita financeira provocada pela queda da taxa de juros.

TABELA IV Receitas Realizadas - 2017

Receitas	LOA 2017 + Créditos + Destaques	2017	% Realizações da LOA	2016	Variação % 2017/2016	2015	Variação % 2017/2015
Receitas Próprias (arrecadadas)							
RECEITA COMERCIAL	53.226.855	44.719.445	84,0%	104.776.011	-57,3%	73.653.150	-39,3%
- Serviços de Comunicação	-	*28.436.971*	-	*86.829.230*	*-67,2%*	*53.009.757*	-46,4%
- Serviço Publicidade Legal	-	*16.282.474*	-	*17.946.780*	*-9,3%*	*20.643.393*	*-21,1%*
RECEITA FINANCEIRA	92.496.621	83.540.653	90,3%	100.306.042	-16,7%	83.824.414	*-0,3%*
OUTRAS	1.047.814	1.251.595	119,4%	2.033.245	-38,4%	1.279.335	-2,2%
Total Receitas Próprias	**146.771.290**	**129.511.693**	**88,2%**	**207.115.298**	**-37,5%**	**158.756.899**	**-18,4%**
Tesouro							
TESOURO FONTES 100/129/150/188 (inclusive RP e descentralizações)	431.394.953	430.641.469	99,8%	362.361.773	18,8%	357.919.378	20,3%
CONTRIB. FOMENTO P/ RADIODIFUSAO PUBLICA	105.857.351	107.650.031	101,7%	102.480.850	5,0%	242.917.699	-55,7%
Total Receitas do Tesouro	**537.252.304**	**538.291.500**	**100,2%**	**464.842.623**	**15,8%**	**600.837.077**	**-10,4%**
Total Geral	**684.023.594**	**667.803.193**	**97,6%**	**671.957.922**	**-0,6%**	**759.593.976**	**-12,1%**

Cabe destacar que em 31/12/2017, não passaram débitos pendentes de pagamento na Tesouraria para o exercício seguinte, sendo que no exercício financeiro de 2016 a EBC encerrou o ano com débitos vencidos, aptos a pagar, superiores a R$ 8 milhões e em 2015, R$ 39 milhões.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A inadimplência total calculada, considerando os valores faturados/valores vencidos a receber em 2017, atingiu o índice de 0,84%. Em 2016, esse índice foi de 0,66% e em 2015 foi de 4,12%.

TABELA V - ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA - 2015 A 2017

ANO	2015			2016			2017		
MÊS	PL	SERV COM	TOTAL	PL	SERV COM	TOTAL	PL	SERV COM	TOTAL
JAN	0,40%	14,51%	**4,49%**	0,99%	7,50%	**4,65%**	0,59%	1,48%	**1,11%**
FEV	0,38%	9,95%	**5,58%**	0,98%	11,07%	**6,81%**	0,66%	0,61%	**0,63%**
MAR	0,41%	12,57%	**7,10%**	0,98%	11,01%	**6,76%**	0,58%	1,04%	**0,85%**
ABR	0,58%	13,54%	**7,73%**	0,69%	9,66%	**5,85%**	0,83%	1,14%	**1,01%**
MAI	1,21%	10,83%	**6,48%**	1,29%	10,04%	**6,33%**	1,04%	1,59%	**1,36%**
JUN	1,13%	12,02%	**7,13%**	1,23%	10,92%	**6,83%**	0,93%	2,99%	**2,14%**
JUL	0,94%	13,24%	**7,72%**	1,26%	9,15%	**5,83%**	0,89%	3,56%	**2,46%**
AGO	0,97%	12,93%	**7,65%**	1,20%	10,71%	**6,74%**	0,85%	2,93%	**2,07%**
SET	0,94%	11,63%	**6,90%**	1,32%	7,76%	**5,08%**	0,58%	3,51%	**2,30%**
OUT	0,89%	11,37%	**6,73%**	1,23%	6,39%	**4,25%**	0,95%	4,04%	**2,77%**
NOV	0,89%	11,03%	**6,54%**	1,08%	5,59%	**3,72%**	0,49%	3,54%	**2,28%**
DEZ	0,93%	6,65%	**4,12%**	0,57%	0,73%	**0,66%**	0,59%	1,01%	**0,84%**

O avanço na gestão orçamentário-financeira e os esforços conjunto de diversas áreas da empresa resultaram no modelo de acompanhamento, controle e análise do plano orçamentário, execução orçamentária e custos. O Modelo foi apresentado na 7ª edição do Prêmio Chico Ribeiro, com o projeto "Sistematização de Custos no Setor Público com Uso de Ferramentas de BI – *Business Intelligence"* – sob o título "Relato de Experiência da Implantação de Custos na EBC" e garantiu o primeiro lugar entre os concorrentes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Para cumprir sua missão institucional, as competências estatutárias e os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, a EBC opera emissoras de TV, Rádio, Agências de Notícias e Portais na *internet*, cabendo destacar o que segue.

PLATAFORMA TV

O desempenho da TV Brasil em 2017 foi apoiado na ampliação da distribuição de sua programação em outras plataformas, na revisão e atualização da grade de programação, reforçando o caráter informativo, educativo e cultural da emissora.

Ao longo do ano de 2017, a TV Brasil veiculou 8.760 horas de programação em 24h de programação diária. Considerando a faixa horária obrigatória, de 6h à zero hora, a emissora esteve 6.585 horas no ar, sendo que 5.769 horas são de conteúdo educativo, artístico, cultural, científico e informativo e 816 horas de chamadas, inter-programas e anúncios. 100% da programação apresentou legendagem oculta e 650 horas, somando 29 programas, foram transmitidas com áudio-descrição, assegurando a conformidade com as obrigações legais[6]. Comparando com o ano de 2016, houve um acréscimo de 72% na programação áudio-descrita.

Ainda como resultados da diversificação da grade de programação, foram veiculadas 1.380 horas ao vivo, o que representou aproximadamente 21% da grade em 2017. Entretanto, comparando com o ano de 2016, houve um decréscimo de 22% na programação ao vivo. Isso ocorreu, porque, no ano anterior, a TV Brasil realizou várias transmissões esportivas, como as Paralimpíadas, os campeonatos do futebol feminino, o campeonato brasileiro séries B, C e D e a série A2 do campeonato paulista. Utilizando 2015 como comparativo, ano que não contou com tais eventos esportivos, 2017 teve aumento de 8% nessa modalidade de transmissão.

Como resultado de audiência, em 2017, 10,6 milhões de domicílios assistiram ao menos uma vez a TV Brasil nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Isso significa que 85,21% dos domicílios nessas praças estiveram sintonizados por pelo menos um minuto em nossa emissora. Em quantidade de indivíduos, esse número se aproximou a 22,8 milhões de pessoas. O resultado é menor que o do ano anterior, que registrou o total de 30,2 milhões de telespectadores. No entanto, deve ser considerado que, a partir de outubro de 2017, a EBC deixou de monitorar os dados de audiência de Recife e Salvador, por conta da redução no contrato de prestação do IBOBE TV, decorrente das restrições orçamentárias.

Quando forem somadas outras duas emissoras parceiras, a TV Universitária em Recife e a TVE Bahia, o total de domicílios sobe para quase 13 milhões, e a quantidade de indivíduos, para 28,8 milhões. Isso significa que 86,57% de todos os domicílios nas cinco regiões medidas tiveram contato com a TV Brasil.

Destaque para a programação infantil com os melhores índices nas praças monitoradas. A faixa infantil, ancorada pela programação da "TV Animada", alcançou total de 2,44 milhões de jovens entre quatro e 17 anos, o que representa aproximadamente 35,9% do universo total de jovens nessas praças.

Com relação à Rede Nacional, a cobertura chega a 661 emissoras dentre as quais quatro são geradoras próprias EBC, 36 geradoras parceiras, cinco retransmissoras próprias EBC e 616 retransmissoras parceiras. O total de geradoras da Rede da EBC somou, em 2017, 44 emissoras.

Em sinal digital, a TV Brasil está disponível por meio de 24 geradoras, sendo 21 associadas, instaladas nos estados de Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catariana, e três geradoras digitais operadas pela EBC, em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em 2017, foi incluída a TV da Universidade Federal de Pernambuco. Porém, em decorrência dos cortes orçamentários, houve desligamento de duas retransmissoras digitais próprias (Belo Horizonte e Porto Alegre). Além dessas, foram desligadas também cinco retransmissoras analógicas: Juiz de Fora/MG, Uberlândia/MG, Caxias do Sul/RS, Pelotas/RS e Chapecó/SC.

[6] Lei 10.098/2000 – Lei de Acessibilidade e Portaria nº 188/2010 – Ministério das Comunicações.

GRÁFICO III

Índice de Cobertura RNCP/TV*	
Norte	15%
Nordeste	20%
Sudeste	62%
Sul	23%
Centro-Oeste	30%

*Cobertura em sinal Digital.

A programação da emissora deu mais destaque aos conteúdos de produção própria. A dinâmica de produção foi descentralização entre as praças. Além disso, a descentralização colaborou para o fortalecimento da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão – RNCV/TV.

A nova programação da TV Brasil objetivou harmonizar a veiculação dos conteúdos educativo, artístico, cultural, científico e informativo, distribuídos em faixas orientadas a públicos específicos. Com efeito, o conteúdo jornalístico ao vivo passou a ter mais espaço, com mais de quatro horas diárias de segunda a sexta.

A programação infanto-juvenil foi aprimorada com o especial "TV Brasil Animada" e contribuiu com mais de sete horas diárias na grade, sem publicidade e com incentivo à produção nacional. Além de temporadas inéditas, as atrações passaram a ser organizadas por faixa etária. Destaca-se que a TV Brasil é a única emissora de canal aberto que valoriza e mantém espaço significativo em sua grade de programação voltado para esse público.

Foram assegurados projetos que envolvessem acessibilidade, intercâmbio com os países lusófonos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, parcerias com a Agência Nacional de Cinema – ANCINE para garantir o cumprimento legal de acesso e inclusão, bem como as inovações na programação. Também, como parte das adequações da grade, em 2017 a TV Brasil privilegiou significativamente o conteúdo "Independente", veiculando 43% desse tipo de conteúdo na grade, bem acima do mínimo exigido legalmente de 5% e também acima dos 15,2% registrados em 2016. Esse resultado foi alcançado em função da diminuição na exibição dos conteúdos estrangeiros.

A TV Brasil Internacional, transmitida via *web*, acompanhou as novidades da TV Brasil, valorizando conteúdos de parcerias internacionais, sobretudo com TVs da América Latina e África, em substituição a conteúdos que não podem ser exibidos fora do território nacional.

Como estratégia de aproximação com TVs públicas estrangeiras, a TV Brasil firmou, no início do ano, parcerias com a RAI (Radiotelevisione Italiana), rede de comunicação pública da Itália, e a Deutsche Welle, da Alemanha, para cessão, sem ônus orçamentário, dos direitos de exibição de obras audiovisuais produzidas por esses grupos. Como resultado, estreou no primeiro semestre o documentário "Minha Travessia", produzido pela Deutsche Welle, e foi adquirida a microssérie "Uma Cinderela em Roma", produção da RAI. No terceiro trimestre foi renovada a parceria com a TV alemã, que resultou na exibição de 52 episódios inéditos da série "Futurando" e 52 episódios da série "Camarote 21", gerando 45 horas de conteúdo inédito para a grade.

Destacam-se também ações de gestão que levaram a TV Brasil para o *line-up* dos canais mais visitados pelos telespectadores da operadora NET. Após um ano de negociação com a operadora, a direção da EBC cumpriu uma de suas metas prioritárias, assegurando a transmissão em alta definição (HD) para todos os assinantes da operadora. A expectativa é de que a abertura da maior operadora de TV por assinatura do país possa atrair as outras empresas do setor para parcerias com a TV Brasil e aumentar o espectro de audiência da emissora.

EM 2017, a EBC também obteve da ANCINE a isenção da cobrança da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE gerando uma economia de R$ 379.145,00 reais, o que possibilitou a execução de outros nove projetos que abasteceram a programação infantil. A isenção foi possível, porque a TV Brasil é uma emissora pública com limitada capacidade de exploração comercial em seu espaço de programação.

PLATAFORMA RÁDIO

Em 2017, a estratégia das rádios da EBC, foi definida com vistas a impulsionar a transmissão das rádios via *web*, possibilitando, assim, renovar o público das rádios e alcançar o público mais jovem além de tornar possível reunir conteúdos e diversificar formatos de vídeo e áudio. Com esse objetivo, foram priorizados projetos que visavam ampliar o alcance de ouvintes e a repercussão dos conteúdos.

A Rede própria de Rádios operada pela EBC é composta por sete emissoras e duas retransmissoras. São elas: Brasília Rádio Nacional FM, Brasília Rádio Nacional AM, Rio de Janeiro MEC FM, Rio de Janeiro MEC AM, Rádio Nacional Alto Solimões FM, Rádio Nacional Alto Solimões AM, Rio de Janeiro Rádio Nacional OM, Brasília Rádio MEC AM e Rádio Nacional da Amazônia OC.

A cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada das emissoras próprias e das emissoras consignadas operadas por parceiras foi elevada no Brasil de 1,4% em 2015, para 5,5% em 2017. O crescimento na região Norte foi de 0,3% para 2,5%; na região Nordeste foi de 0% para 4,3% de cobertura; na região Sudeste de 0,7% para 1%; e na região Centro-Oeste de 14,2% para 19,60%. Na região Sul não houve evolução, permanecendo sem cobertura.

Os resultados de audiência em Brasília e no Rio de Janeiro, cidades monitoradas ao longo de 2017, mostram os seguintes resultados: a Nacional FM de Brasília teve uma média de 2.245 ouvintes por minuto sintonizados na rádio, a Nacional AM, 984 ouvintes e a MEC AM, 144 ouvintes. O alcance em Brasília, correspondendo ao número de ouvintes que sintonizaram ao menos uma das rádios da EBC, registrou 123.377 ouvintes. No Rio de Janeiro, a MEC FM teve uma média de 3.016 ouvintes por minuto sintonizados na rádio, a Nacional AM, 1.345 ouvintes e MEC AM, 838 ouvintes. O alcance no Rio de Janeiro somou 166.475 ouvintes. Comparando-se com o mesmo período do ano passado, houve decréscimo de 5%, 8% e 35%, respectivamente.

Para ampliar a oferta de conteúdo informativo e os conteúdos de produção própria, a programação foi revista e atualizada. Foi iniciada a integração das equipes de produção e programação das Rádios MEC Rio de Janeiro, AM e FM. Esse movimento deu equilíbrio aos conteúdos veiculados pelas emissoras, dando o mesmo peso das produções próprias às de coprodução e à produção independente.

A programação jornalística foi reformulada e o modelo de produção foi integrado, unindo-se a programação das rádios Nacional do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília. Essa reformulação nas grades proporcionou maior agilidade e mais tempo de exibição de jornalismo na programação geral. O Repórter Brasil passou a ser chamado Repórter Nacional e tem a função de ancorar a programação noticiosa. Sua duração passou de 30 minutos para uma hora, com janelas para o noticiário local das duas cidades e da Amazônia. Esse acréscimo de tempo possibilitou maior aprofundamento das pautas e trouxe dinamismo nas transmissões. Com isso, foi possível passar de quatro horas para 19,5 horas semanais de conteúdo jornalístico distribuído pelas Rádios Nacional de Brasília AM, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões.

PLATAFORMA WEB e AGÊNCIAS

O foco para atuação na Web, em 2017, e nos **sites das Rádios, da TV Brasil d**o **Portal EBC** foi as coberturas especiais e ações nas mídias sociais, além da criação de conteúdos diferenciados e melhoria nas práticas do processo de publicação dos conteúdos para os diversos veículos da EBC.

Na **Agência Brasil** e **Radioagência,** a estratégia foi a de incluir a linguagem *web* na produção de conteúdo, fortalecer as redes sociais, e aperfeiçoar as equipes.

A Agência Brasil, a Radioagência, o Portal e os sites da TV Brasil e Rádios contabilizaram, juntas, **28,5 milhões de visitantes únicos**, que, em relação aos 107 milhões de visitantes únicos do Brasil, representa 27% do público. Comparando-se com o total de visitantes únicos de 2016 (43,2 milhões), houve uma queda de 34%. Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, à quantidade de fatos relevantes do ano anterior como: coberturas das Olimpíadas e Paraolimpíadas, eleições municipais, processo de *Impeachment* da Presidente da República, a transmissão ao vivo dos jogos das Eliminatórias da Copa do Mundo 2018 e a tragédia com o avião da equipe de futebol da Chapecoense, assuntos que não encontraram equivalência noticiosa em 2017.

Em março foi lançado o novo **site das Rádios**[7]. A página foi modernizada, dando maior visibilidade aos conteúdos produzidos pelas emissoras, além de ter sido ampliada a interatividade com o público na *web*. O novo site apresenta a seção de *podcasts*[8], que possibilita a realização de assinaturas e atualizações automáticas. Com o efeito, a média de 12 mil visualizações diárias, subiu para 19 mil visualizações durante a transmissão da partida entre Brasil e Argentina pela Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro no dia 9 de junho.

Outro importante lançamento realizado em 2017 foi o novo aplicativo das Rádios EBC, que passou a oferecer todo o conteúdo ao vivo das sete geradoras. Com interface moderna e novas funcionalidades, o aplicativo permite que o conteúdo de áudio continue sendo tocado em segundo plano enquanto outras ações são realizadas, como, por exemplo, leitura de notícias em outra tela dentro do mesmo *software*, acesso a outro aplicativo ou até mesmo com o celular bloqueado.

O site da **TV Brasil** também passou por aperfeiçoamento. A nova interface, lançada em junho, deu maior destaque à exibição de vídeos e foi compatibilizada com dispositivos móveis. Essa solução de plataforma digital propiciou um *layout* mais moderno e harmonizado com as páginas dos demais veículos da EBC. E para os profissionais que publicam no site, a administração de conteúdos ficou ainda mais simples e padronizada.

No que diz respeito à **Agência Brasil**, o processo de gestão passou por ajustes relevantes no decorrer do ano, que resultaram em ganhos, passando de pouco mais de 16 milhões de visitantes para quase

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21,5 milhões, além do interesse manifesto da mídia nacional e internacional (jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, além da *internet*). Alguns exemplos são o uso de *Tags*, as matérias de serviço ou texto e ilustrações explicando como fazer ou como será o impacto da determinada decisão no dia a dia do cidadão.

Os perfis do "EBC na Rede" – *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* - passaram a atender às demais áreas da Empresa, criando ações promocionais específicas, como por exemplo: a campanha Estágio EBC desenvolvida para a Gerência de Carreiras; as campanhas de aniversário das Rádios Nacional de Brasília e Nacional da Amazônia; o lançamento da TV Brasil Animada, com sorteio de mascotes via Facebook, a campanha #EuQueroATVBrasilEmHD e o lançamento do novo aplicativo de Rádios EBC. Na TV Brasil, as mídias sociais do EBC na Rede também obtiveram crescimento na audiência. O desempenho em inscrições ou em seguidores de cada perfil pode ser visto na figura abaixo:

GRÁFICO IV

Perfis "EBC na Rede"			
	Facebook	Youtube	Twitter
2016	141.751	7.921	52.926
2017	144.928	10.424	61.756

Além do ganho no número de inscritos, o canal do Youtube EBC na Rede fechou o ano de 2017 com 24.987.581 visualizações, ou seja, 3.243.625 novas visualizações durante o ano.

Tratando de **Radioagência**, ao longo de 2017 foram produzidas mais de 12.492 matérias, sendo 9.789 notícias. O resultado mostra quase 10% de aumento em relação às publicações de 2016.

GRÁFICO V

Distribuição - Publicações Radioagência		
2017		
Política	Economia	Editoria Internacional
2.229	1.137	888

Ainda em 2017, a página da Radioagência Nacional teve 2.285.560 visualizações, sendo 1.748.935 de páginas únicas. Foram registrados 786.209 usuários, sendo que 59% foram de usuários novos. Do total de ações na página, 77% foram *players* – ou seja, audições – e 23% *downloads*. Entre os países que mais acessaram a agência estão Brasil, Estados Unidos e Portugal e entre as cidades que mais utilizaram o conteúdo estão São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, nessa ordem. No dia 7 de fevereiro aconteceu o pico de visualizações do ano. Foram 11.919 visualizações, 6.249 sessões por 5.419 usuários. As principais manchetes deste dia trataram de temas como INSS, Carnaval, segurança no Espírito Santo, clube de futebol Chapecoense e FIES.

[7]www.radios.ebc.com.br
[8]Forma de distriuição de áudio com conteúdo segmentado por temas ou programetes

EBC SERVIÇOS

A EBC captou, em 2017, **R$ 57,6 milhões** com a comercialização de produtos e serviços, 16% a menos do que no ano anterior. A variação negativa em todas as linhas ocorreu principalmente devido aos cortes orçamentários efetivados em todos os órgãos do Governo Federal, os principais clientes dos produtos da EBC.

Tabela VI – Valores Captados – Negócios 2017

LINHA DE CAPTAÇAO	2016	2017	VARIAÇAO%
Publicidade Institucional	R$ 5.664.545,00	R$ 3.708.927,44	-35%
Licenciamento	R$ 68.509,00	R$ 52.766,95*	-23%
Publicidade Legal	R$ 17.840.180,41	R$ 17.001.252,14	-5%
Monitoramento de Mídia	R$ 1.386.376,00	R$ 1.132.786,79	-18%
Prestação de Serviços para Poder Executivo Federal	R$ 32.721.857,40	32.413.332,41	-1%
TOTAL	**R$ 57.681.467,81**	**R$ 54.309.065,73**	**-16%**

*Inclui valores em dólar. Valores reais, apenas após faturamento.

Dentre as linhas de captação, a Publicidade Institucional permanece duramente impactada pelas restrições orçamentárias em toda a administração pública federal. O escasso orçamento para publicidade é preferencialmente utilizado pelos órgãos e empresas federais em campanhas mercadológicas que exaltam seus produtos e serviços. Esse tipo de comunicação é vedado[9] aos veículos da EBC.

A linha Publicidade Legal operou com queda de 5% na captação em 2017 quando comparado com o ano anterior, porém foram conquistados 72 novos clientes. O ano encerrou com 1.044 contratos vigentes.

Em relação à modalidade de **Licenciamento,** embora tenha pouca representação no valor total captado, os esforços para licenciamento repercutiram positivamente na imagem da EBC e de seus veículos. Foram firmados acordos com novos parceiros como Fundação Roberto Marinho, Editora SM, Editora Edebê, ClubSoda.

Destaca-se, também, a manutenção do contrato com a Dow Jones de distribuição de conteúdos jornalísticos para mais de 50 países. Isso colabora para o fortalecimento da credibilidade das notícias com o selo da EBC uma vez que essa disponibilização, além de aumentar o alcance dos conteúdos produzidos, também é citada como fonte nos mais diversos veículos pelo mundo.

A assinatura de novo contrato com empresa de monitores digitais também merece ser mencionada. Presentes em 10 estados brasileiros, alcançando 300 pontos de veiculação de conteúdos, esse formato de contratação, em que a EBC fornece o conteúdo jornalístico e como contrapartida recebe a divulgação da marca EBC e de seus veículos tem-se provado bem vantajoso, pois são conteúdos já gerados para os veículos tradicionais da Empresa.

O serviço de **Monitoramento de Mídia** está sendo aprimorado mediante o desenvolvimento da plataforma "Toda Mídia". A plataforma conterá os conteúdos dos telejornais, acessíveis inclusive por *smartphones* - possibilitando a ampliação do universo de clientes e tornando o serviço de *clipping* da EBC mais competitivo e moderno. A disponibilização da plataforma está prevista para o primeiro trimestre de 2018.

Com relação aos Serviços Prestado ao Poder Executivo Federal, responsável pela captação de 32,4 milhões, equivalente a aproximadamente 60% do valor total captado, foram aprimorados os modelos de produção e distribuição de conteúdo. Foi estabelecida a **Rede Nacional de Rádio - RNR**, que atingiu mais de 900 mil acessos divididos entre emissoras de rádios e usuários.

Com respeito às **novas tecnologias,** foi implantado o sistema *Tapeless* (gravação digital sem uso de fita) e consolidado o sistema de nuvem no envio de material jornalístico e transmissões ao vivo. Houve ainda a implantação do sistema *play out* e a automação do processo de transformar informações do governo federal em notícias na programação da emissora, reduzindo o uso de mídias e as despesas decorrentes. Os gastos com envio físico e material de áudio e vídeo (HD[10]) também foram reduzidos, em função da utilização do *Mochilink*[11], e da utilização da rede celular 3G ou 4G, do WI-FI, da Ethernet e da BGAN[12].

Na **área de Criação e Arte,** a consolidação do sistema de automação de conteúdos audiovisuais da EBC - Automator, completou um ano de operação, tendo sido utilizado para automatizar 42 tipos diferentes de artes, gerando mais de 24 mil peças, que atenderam a TV NBR, TV Brasil, Portal EBC e o programa Voz do Brasil.

Em relação à programação da TV NBr, foram reformulados diversos programas. A intensão é de torná-los mais atrativos e dinâmicos, como por exemplo, o Por Dentro do Governo que passou a ser transmitido integralmente ao vivo.

Também, foram firmados contratos para realização de programas temáticos com órgãos do Governo Federal, o que auxiliou no ganho de execução do contrato, aproximando-se do executado no ano anterior. Outras parcerias já existentes com entidades públicas foram ajustadas para agregar maior valor a sua utilização. Vários contatos de prospecção com possíveis novos parceiros foram feitos para que aconteçam estreias logo no primeiro trimestre de 2018.

[9]Lei nº 11.652/2008 Art. 11, VII "...vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços"
[10]HD: *High Definition*
[11]mochila que contém o equipamento utilizado para a captura de imagens e áudio. O material gravado pelo equipamento é enviado pela *internet*.
[12]BEGAN: Broadband Global Area Network – Rede Global de Banda Larga

REDE NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA - RNCP

A estratégia da Rede definida no Plano de Trabalho de 2017 visa ampliar a adesão e a convergência entre as emissoras parceiras para o aumento da capilaridade e da presença dos veículos que representam a comunicação pública em todo o território nacional. Na TV, a estratégia foi consolidar a TV Brasil como emissora de caráter nacional, e para as rádios, a estratégia foi formalizar a Rede Pública de Rádio, a partir de uma nova discussão interna com gestores das rádios da EBC e áreas afins.

Com relação à cobertura de rádio e televisão, em 2017, a EBC ofereceu acesso para cerca de 129 milhões de pessoas, que representam 73% da população do Brasil, distribuídas em 3.386 municípios, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e Rádio.

Foram realizadas ações para fortalecer a Rede Nacional de Comunicação Pública. A criação de boletim informativo incrementou o relacionamento da EBC com os parceiros. O informativo apresenta destaques de programação e outras informações de interesse geral dos integrantes da Rede como o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão, por exemplo. Outra ação resultou na oferta por parte da Rede da EBC de cursos para técnicos das emissoras parceiras, por intermédio de plataformas *on line* gratuitas, como "Google sala de aula" e "*Hangouts*". Nestes cursos foram disseminadas informações técnicas sobre conversão e envio de conteúdo jornalístico para a TV Brasil, evitando o retrabalho de edição de áudio e vídeo. Desta forma, a contribuição entre os parceiros ficou mais ágil e assertiva.

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pela Rede junto ao jornalismo da TV Brasil, que permitiu acompanhar o recebimento de matérias pelas emissoras parceiras, chegando ao resultado de mais de duas mil colaborações entre os meses se maio, desde quando foi iniciado, e dezembro.

A Rede própria de Rádios operada pela EBC é composta por sete emissoras e duas retransmissoras (três Frequências Moduladas, cinco Ondas Médias e uma Onda Curta) situadas em Brasília, Rio de Janeiro e Tabatinga-AM. São elas: Brasília Rádio Nacional FM, Brasília Rádio Nacional AM, Rio de Janeiro MEC FM, Rio de Janeiro MEC AM, Rádio Nacional Alto Solimões FM, Rádio Nacional Alto Solimões AM, Rio de Janeiro Rádio Nacional OM, Brasília Rádio MEC AM e Rádio Nacional da Amazônia OC.

GRÁFICO VI

Cobertura de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada					
	Região				
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
2015	0,3%	0,0%	0,7%	14,2%	0,0%
2017	2,5%	4,3%	1,0%	19,6%	0,0%

*Fonte: Diretoria de Operações, Tecnologia e Engenharia.

Por fim, ressalta-se que a ampliação da cobertura das Rádios Públicas dependerá da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/Rádios, ainda em fase de planejamento e viabilidade. Em 2017, a Norma de Rádio – NOR 402 permaneceu em tramitação, em função de redefinição das diretrizes, não se logrando a conclusão. Em contrapartida e visando dar maior agilidade à formação da Rede de Rádios, optou-se por formalizar as parcerias de canais consignados à EBC e operadas por entidades públicas. Foram consignadas as seguintes frequências moduladas: Teresina-PI, Natal-RN, São Cristóvão-SE, Roraima-RR, Palmas-TO, Belo Horizonte-MG, Campo Grande-MS.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação - EBC desempenha três funções básicas:

• Presta atendimento ao cidadão usuário dos serviços de comunicação da EBC, por meio de canais de comunicação com os telespectadores, radiouvintes e internautas;

• Realiza análise crítica da programação dos veículos da EBC; e

• Mantém o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Os canais de atendimento ao usuário estão disponíveis em todos os sítios eletrônicos da EBC e são informados durante a programação de Rádio. O Serviço de Informação ao Cidadão está disponível por meio de sistema eletrônico e-SIC, acessível nos sítios eletrônicos da EBC e também mediante atendimento presencial na sede da Empresa em Brasília.

Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão, em 2017 foram realizados 113 atendimentos, sendo um atendimento presencial e os demais por meio do e-SIC. Houve uma queda de 23% em comparação com 2016, que teve um total de 146 atendimentos.

GRÁFICO VII

Atendimentos SIC	
Ano	Quantidade
2013	199
2014	150
2015	200
2016	146
2017	113

Sobre o atendimento ao usuário, em 2017 houve queda de 51,2% em relação ao ano anterior, nas demandas apresentadas nos canais de atendimento da Ouvidoria, totalizando 3.645 contatos.

Dos atendimentos realizados em 2017, 442 foram classificados como "diversos", pois não se referiam a assuntos relacionados à EBC; 294 foram atendimentos relacionados a outros assuntos, e não aos veículos, e que seriam destinados a um serviço de "Fale Conosco"; e 2.909 demandas foram referentes aos veículos da EBC, gerando processos administrativos. A TV Brasil representa 78,9% do total de manifestações; o sistema de rádio soma 12,9%; a Agência Brasil 3,6%; o Portal EBC, 4,2%; e a TV Brasil Internacional, 0,4%,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

conforme apresentado a seguir.

GRÁFICO VIII - Manifestações por Veículos

Manifestações por Veículo		
	Qtd.	%
TV Brasil	2.296	78,9%
Rádios	375	12,9%
Portal EBC	122	4,2%
Agência Brasil	105	3,6%
TV Brasil Internacional	11	0,4%

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Quadro V – Manifestações por Veículos - 2017

Manifestações por Veículos 2017							
Veículos	**Reclamação**	**Elogio**	**Sugestão**	**Comentário**	**Serviço**	**Pedido de Informação**	**Total**
Ag. Brasil	50	6	6	8	17	18	**105**
Portal EBC	85	2	7	0	13	15	**122**
Rádios EBC	160	50	32	14	61	58	**375**
TV Brasil	325	139	203	71	371	1187	**2296**
TV Br Inter.	4	0	0	0	3	4	**11**
TOTAL	**624**	**197**	**248**	**93**	**465**	**1282**	**2909**

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Especificamente sobre as emissoras de Rádio e a Rádioagência Nacional, foram demandados 375 atendimentos distribuídos conforme apresentado a seguir.

Quadro VI – Manifestações sobre emissoras de Rádio – 2017

Emissoras de Rádio 2017							
Emissoras	**Reclamação**	**Elogio**	**Sugestão**	**Comentário**	**Serviço**	**Pedido de Informação**	**Total**
RADIOAGÊNCIA NACIONAL	**17**	**0**	**1**	**0**	**4**	**4**	**26**
RÁDIO MEC AM BRASÍLIA	**0**	**2**	**0**	**1**	**1**	**4**	**8**
RÁDIO MEC AM	**9**	**2**	**4**	**3**	**2**	**4**	**24**
RÁDIO MEC FM	**53**	**24**	**12**	**2**	**11**	**22**	**124**
RÁDIO NACIONAL DA AMAZÔNIA	**28**	**1**	**2**	**3**	**23**	**4**	**61**
RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - AM	**24**	**3**	**2**	**2**	**9**	**0**	**40**
RÁDIO NACIONAL DO ALTO SOLIMÕES	**1**	**2**	**1**	**0**	**0**	**0**	**4**
RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO	**20**	**6**	7	**2**	**4**	**9**	**48**
RÁDIO NACIONAL FM BRASÍLIA	**8**	**10**	**3**	**1**	**7**	**11**	**40**
TOTAL	**160**	**50**	**32**	**14**	**61**	**58**	**375**

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Analisando as informações sob a perspectiva de categorias de atendimento, 44,1% foram classificadas como pedido de informações, 21,5% como reclamações, 16 %, como serviços, 8,5%, como sugestões, 6,8%, como elogios e 3,2%, como comentários.

Gráfico IX– Percentual de manifestações por categoria

Manifestações por Categoria		
	Qtd.	%
Pedido de Informação	1.282	44,1%
Reclamações	624	21,5%
Serviços	465	16,0%
Sugestão	248	8,5%
Elogios	197	6,8%
Comentários	93	3,2%

FONTE: NAMBI - OUVIDORIA/EBC

Quanto à análise dos conteúdos, foram elaborados 34 boletins ao longo do ano, voltados ao público interno. As edições são produzidas a partir das manifestações do público, com periodicidade semanal, destacando problemas recorrentes ou pontuais, com o objetivo de servir de ferramenta para aprimorar os conteúdos veiculados.

Pesquisas

Em 2017 a Ouvidoria realizou três pesquisas com o objetivo de mapear a percepção do público sobre os veículos da EBC e uma pesquisa para avaliar o atendimento realizado pela Ouvidoria. Foram enviados quase 2000 questionários aos ouvintes, leitores e telespectadores, selecionados aleatoriamente entre aqueles que já haviam feito contato com a Empresa. O resultado da avalição, apesar do pouco retorno de respostas, é uma valiosa fonte direta da opinião de usuários sobre a qualidade dos produtos e do atendimento, conforme detalhado a seguir.

TV Brasil

Foram enviados 340 questionários, sendo que 19% foram respondidos. Do total de respostas, a maior parte foi de homens (63%), com mais de 50 anos (49%), ensino superior completo (47%) e acompanha a TV Brasil em sinal aberto (45%). Sobre a qualidade do sinal: 38,3% indicaram que a qualidade da imagem e do som é boa, 23,3% muito boa, 21,7% regular e 16,7% responderam que é ruim. Com relação à programação, 28,1% afirmaram que é muito boa; 42,2% disseram que é boa; 21,9%, regular e 7,8%, ruim.

Em 2016, a Ouvidoria fez a mesma pesquisa, quando foram enviados 300 questionários, com retorno de 18%. Dentre as respostas, 58% indicaram que assistem a TV Brasil na TV aberta. Comparando com 2017, houve uma queda, de 58% para 45% no acesso à TV Brasil via TV Aberta. Ainda entre os entrevistados respondentes, 35,3% indicaram que a qualidade da imagem e do som é boa; 33,3 % muito boa; 23,5% regular e 7,8% responderam que é ruim. Pode-se deduzir que houve melhora na qualidade do sinal, pois se vê um aumento de 23,3% para 33,3% que consideravam o sinal "muito bom" e uma queda, de 16,7% para 7,8% dos que consideravam o sinal "ruim". Sobre a programação, 52,9% afirmaram que é muito boAa; 37,3% disseram que é boa; 7,8% regular e 2% ruim. Quanto à qualidade da programação, em comparação com 2016, caiu o índice de telespectadores que consideravam a programação "muito boa" (de 52,9% para 28,1%), e aumentou o índice dos que consideravam a programação "ruim", de 2% para 7,8%.

Rádios MEC FM

Foram distribuídos 468 questionários, resultando em 16,6% de respostas. A maioria com idade acima de 50 anos (52,6%) e ensino superior completo (46,7%), que escuta a emissora para entretenimento ou prazer (93,4%). As respostas também demonstraram que 70,1% dos participantes ouvem a Rádio por meio do sinal de rádio, 37,7%, pela internet e 13% por aplicativo, respostas não excludentes. Também 55,1% responderam que a qualidade do sinal da MEC FM é boa, 30,8% regular e 14,1% ruim. Ainda, 84,6% acham a programação musical da MEC FM boa, 9% regular e 6,4% acham ruim.

Pesquisa Agência Brasil

Enviamos 369 questionários e o índice de resposta foi de 13%. A maior parte foi de homens (81%), com mais de 50 anos (37,5%) e ensino superior completo (62,5%). A maioria acessa a Ag. Brasil diariamente (37,5%) e considera as informações das notícias confiáveis (69%). Também foi perguntado se o acesso é para consumo próprio ou para reprodução em outras plataformas. A maior parte (64,5%) respondeu que acessa a Ag. Brasil para consumo próprio. Também se se solicitou manifestação sobre a imparcialidade das matérias e 29,2% consideram as matérias parciais e 58,3% imparciais.

Satisfação do atendimento da Ouvidoria

Na enquete de satisfação sobre o atendimento da Ouvidoria foram convidadas a participar 780 pessoas. O índice de respostas foi de 13,6% e a maior parte foi de homens (71%), idade entre 31 e 40 anos (26,2%) e ensino superior completo (37,4%).

Foi perguntado como os respondentes conheceram a Ouvidoria da EBC e a maioria informou que foi pelo Portal (39,3%). Quanto ao nível de satisfação do atendimento, 44,9% ficaram satisfeitos, 28% muito satisfeitos, 22,4% insatisfeitos e 4,7% muito insatisfeitos. A maioria (93,5%) informou não ter encontrado dificuldades para enviar sua mensagem. Quanto à residência dos respondentes, a maior parte reside no estado do Rio de Janeiro (37,4%), seguido por São Paulo (15%), Minas Gerais (9,3%), Distrito Federal (8,4%) e Rio Grande do Sul (6,5%).

Em 2016, para a pesquisa de satisfação sobre o atendimento da ouvidoria, foram convidados a participar 400 pessoas, obtendo 15,2% de respostas. Dentre os respondentes, 50,8% informaram conhecer a Ouvidoria da EBC por meio do portal, o que também foi maioria em 2017 (39,%). Sobre o nível de satisfação com o atendimento e as respostas da Ouvidoria, 45,9% responderam que estão satisfeitos; 29,5% muito satisfeito; 8,2% muito insatisfeito e 16,4% insatisfeito. Em comparação com 2016, percebe-se um aumento dos "insatisfeitos", de 16,4% para 22,4% e dos "muito insatisfeitos", de 4,7% para 8,2%.

A maioria (90,2%) informou não ter encontrado dificuldades para enviar sua mensagem, índice semelhante ao de 2017. Quanto à residência dos respondentes, a maior parte está no estado do Rio de Janeiro (39,3%), seguido por São Paulo (14,8%), Minas Gerais (13,1%), Santa Catarina (6,6%) e Distrito Federal (4,9%).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O uso dos recursos naturais, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a sensibilização dos empregados para a sustentabilidade, as compras sustentáveis, as construções e reformas sustentáveis e a gestão de resíduos sólidos são eixos basilares dos projetos de boas práticas de preservação ambiental, de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental implementados e mantidos pela EBC durante o exercício de 2017.

Com fundamentação na Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei nº 6.938/81) e no novo Estatuto das Estatais, (Lei 13.303/2016), o Conselho de Administração da EBC definiu a Política de Sustentabilidade Socioambiental da Empresa, com o estabelecimento de princípios, diretrizes e competências que asseguram o alinhamento da gestão ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis e o respectivo plano de ação.

A Política de Sustentabilidade Socioambiental deverá ser implantada no prazo de 24 meses. Foram definidas 12 diretrizes que passam a orientar os empregados e a gestão da EBC nas busca da sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e sustentabilidade econômica.

Serão implementadas ações, que envolvem principalmente a edição e implantação do Plano de Logística Sustentável, do Programa de Descarte de Resíduos, do Programa de Qualidade de Vida, do Programa de Estágio e de Jovem Aprendiz, da Criação do Modelo de Gerenciamento de Riscos e da Revisão das Estratégias de Captação.

Dentre as ações mantidas pela EBC destacam-se as contidas no quadro apresentado a seguir, implantadas nas unidades da Empresa, respeitadas as particularidades de cada local.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA VII

Medidas de Gestão	Racionalização no uso de energia com adoção de práticas de hábitos e educação como fator gerador de economia
	Redução no consumo de papel priorizando documentos digitais aos impressos e constante monitoramento do seu uso
	Redução e monitoramento do uso de Cartuchos e Reprografia
	Racionamento no uso de descartáveis e preferência do uso de produtos produzidos com materiais que possibilitam maior nível de reciclagem, além de campanhas educativas.
	Maior controle na aquisição de materiais de almoxarifado e monitoramento até seu descarte
	Redução de gastos com transporte com melhor gestão da frota de viaturas a serviço da EBC
	Reformas e reparos para o melhor aproveitamento dos recursos e da iluminação natural
	Redução de gastos com uso de ferramentas de gestão gratuitas e livres.
	Campanhas educativas e preventivas como Outubro Rosa, sobre o câncer de mama; Novembro Azul, sobre câncer de próstata; e Dia Internacional da Mulher entre outras.
	Programa Passaporte da Saúde realizado com o Sesc-DF voltado à prevenção de doenças
	Programa Espaço da Fala que realiza acompanhamento psicológico
Programas sociais e Beneficentes	Programa de Jovens Aprendizes
	Programa de Estágio
	Campanha do "Agasalho Solidário"
	Campanha para doação de livro, chamada de "Doe Literatura".
	Campanha do "Natal Solidário"
	Bazar Solidário
	Troca-Troca Literário

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A qualidade e a relevância do conteúdo distribuído pela EBC foram reconhecidas institucionalmente, mediante premiações de conteúdos de TV, Rádio, Agência Brasil, além do reconhecimento na gestão da Empresa.

Tabela VIII – Prêmios e Reconhecimento.

Premiações 2017							
Veículos	**Premiado**	**Título**	**Concurso**	**Prêmio**	**Categoria**	**Descrição**	**Link**
TV Brasil	Caminhos da Reportagem	Vencedora	3ª Edição do Prêmio Synapsis FBH de Jornalismo	Prêmio Synapsis FBH de Jornalismo	Televisão com a Matéria Especial	Caminhos da Reportagem conquistou o Prêmio na categoria televisão com a matéria especial "Sífilis, a doença de Mil Faces".	http://bit.ly/2DqSP0z
	Caminhos da Reportagem	Homenagem	4ª Edição do Prêmio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)	Prêmio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)	Conjunto da Obra	4º Prêmio ABP de Jornalismo homenageia Caminhos da Reportagem pelo conjunto da obra.	http://bit.ly/2ydCjtu
	Fernanda Honorato	Vencedora	22º Prêmio Cláudia	Prêmio Cláudia	Trabalho Social	Fernanda Honorato, repórter da TV Brasil, vence Prêmio Cláudia na categoria trabalho social.	http://bit.ly/2ynrwRG
	TV Brasil	Vencedora	23º Prêmio São Sebastião de Cultura	Prêmio São Sebastião de Cultura	Comunicação Pessoa Jurídica	A TV Brasil conquistou o Prêmio São Sebastião de Cultura na categoria Comunicação Pessoa Jurídica	http://bit.ly/2j4C5C0
Rádio Nacional	Fátima Santos	Vencedora	10ª Edição do Prêmio Cruz da Referência Nacional - ANCEC - 2016	Prêmio Cruz da Referência Nacional	Prêmio Cruz da Referência Nacional	A jornalista Fátima Santos, da Rádio Nacional de Brasília, recebeu o Prêmio Cruz da Referência Nacional.	http://bit.ly/2o9E5dx
	Rádio Nacional	Vencedora	Prêmio MPT de Jornalismo 2017	Prêmio MPT de Jornalismo	Radio Jornalismo	A série "Saúde, Drogas e Caminhões", da Rádio Nacional, foi vencedora da categoria rádiojornalismo do prêmio do Ministério Público do Trabalho de Jornalismo.	http://bit.ly/2rnspHb
	Rádio Nacional	-	Moção de Louvor CLDF	Moção nº 848, de 2017	Votos de Louvor e Parabéns	A CLDF manifesta votos de louvor e parabeniza o Programa Feira Livre Nacional, veiculado pela Rádio Nacional de Brasília, pela relevante contribuição à arte e à cultura regionais, bem como ao desenvolvimento econômico por meio da divulgação das diversas feiras existentes no Distrito Federal e Região do Entorno.	https://goo.gl/Ki6GyH
	EBC	-	Moção de Louvor CLDF	Moção nº 849, de 2017	Votos de Louvor e Parabéns	A CLDF manifesta votos de louvor e parabeniza a Rádio Nacional Brasília AM pelos relevantes serviços prestados ao povo do Distrito Federal e Região do Entorno.	https://goo.gl/Ki6GyH
Rádio MEC	Tiago Alves	Vencedor	13ª Edição do Prêmio Plumas e Paetês Cultural - 2017	Prêmio Plumas e Paetês Cultural	Radialista de Carnaval	O radialista Tiago Alves, da Rádio MEC, recebe prêmio na categoria Radialista de Carnaval.	http://bit.ly/2tMKHC5
Rádio Nacional do Alto Solimões	Rádio Nacional do Alto Solimões	Vencedora	2ª Edição do Prêmio Melhores do Ano de 2017 - Tabatinga / AM	Melhores do Ano de 2017 Tabatinga / AM	Comunicação	Vencedora na categoria Comunicação	http://www.portaltabatinga.com.br/?p=14816
Gestão	EBC	Vencedora	7ª Edição do Prêmio Chico Ribeiro	Prêmio Chico Ribeiro	Relatos de Experiências	EBC vence com o projeto "Sistematização de Custos no Setor Público com Uso de Ferramentas de BI –*Business Intelligence* – um Relato de Experiência da Implantação de Custos na EBC"	http://bit.ly/2xwSFNg
	EBC	IG-SEST Nível 2	1ª Avaliação de Governança das Estatais – IG-SEST / MPOG	Nível de Governança das Estatais IG-SEST	Indicador de Governança das Estatais IG-SEST	Avaliação realizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A certificação é sinônimo de selo de qualidade de gestão, decorrente de um estudo que acompanhou indicadores de governança das empresas estatais de controle direto da União.	http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/saiba-quais-sao-estatais-mais-bem-avaliadas-em-gestao-pelo-governo

(Footnotes)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.17

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO

	2017	2016 (Reapresentado)	2016 (Publicado)
ATIVO	1.153.050	1.102.709	1.108.774
ATIVO CIRCULANTE	907.530	813.037	819.102
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 05)	868.734	773.262	773.262
Aplicações Financeiras (Nota 5.1.2)	850.298	742.548	742.548
Recursos Liberados Pelo Tesouro Nacional (Nota 5.2)	18.436	30.714	30.714
Créditos a Curto Prazo	10.078	7.446	7.446
Clientes – Duplicatas a Receber (Nota 06)	12.302	9.098	9.098
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 3.2)	(2.224)	(1.652)	(1.652)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	24.319	27.633	33.698
Adiantamentos Concedidos	562	920	6.985
A Pessoal (Nota 7.1)	343	456	441
Transferências Voluntárias (Nota 7.2)	-	464	6.544
A Fornecedores (Nota 12)	219	-	-
Tributos a Recuperar/Compensar (Nota 3.7)	23.542	26.413	26.413
Outros Créditos a Receber (Nota 08)	215	300	300
Estoques – Almoxarifado (Nota 3.3)	4.395	4.691	4.691
Despesas Antecipadas (Nota 09)	4	5	5
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	245.520	289.672	289.672
Realizável a Longo Prazo	42.109	34.894	34.894
Empréstimos e Financiamentos (Nota 10.1)	1.290	1.138	1.138
Depósitos Para Interposição de Recursos (Nota 10.2)	19.159	13.802	13.802
Créditos em Liquidação (Nota 10.3)	21.457	19.736	19.736
Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo (Nota 10.4)	203	218	218
Investimentos	57	57	57
Participações Societárias (Nota 3.4)	57	57	57
Imobilizado (Nota 3.5)	73.899	120.845	120.845
Bens Móveis	55.148	101.324	101.324
Bens Móveis	326.530	335.855	335.855
Depreciações	(252.277)	(234.531)	(234.531)
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis (Nota 3.5.1.3.1)	(19.105)	-	-
Bens Imóveis	18.751	19.521	19.521
Bens Imóveis	29.870	34.538	34.538
Depreciações	(11.119)	(15.017)	(15.017)
Intangível (Nota 3.6)	129.455	133.876	133.876
Softwares	5.023	3.938	3.938
Softwares	18.205	15.415	15.415
Amortizações	(13.182)	(11.477)	(11.477)
Marcas, Direitos e Patentes	124.432	129.938	129.938
Marcas, Direitos e Patentes	192	197	197
Concessão de Direito de Uso	136.231	138.491	138.491
Amortizações	(11.991)	(8.750)	(8.750)

PASSIVO

	2017	2016 (Reapresentado)	2016 (Publicado)
PASSIVO	1.153.050	1.102.709	1.108.774
PASSIVO CIRCULANTE	150.194	132.305	132.301
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar (Nota 11)	7.698	142	142
Salários, Remunerações e Benefícios (Nota 11.1)	29	135	135
Encargos Sociais a Recolher (Nota 11.2)	7.669	7	7
Fornecedores e Contas a Pagar (Nota 12)	18.808	23.310	23.310
Fornecedores	11.808	16.310	16.310
Outras Contas a Pagar	7.000	7.000	7.000
Obrigações Tributárias (Nota 13)	60	4	4
Provisões a Curto Prazo (Nota 14)	89.905	76.865	76.865
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.723	31.984	31.980
Dividendos (Nota 15)	25.523	23.218	23.218
Consignações (Nota 16)	5.590	1.469	1.469
Previdência Social	1.275	52	52
Tributos do Tesouro Nacional	3.509	1.348	1.348
Tributos Estaduais e Municipais	22	49	49
Outros Consignatários	784	20	20
Depósitos Não Judiciais	2.590	7.213	7.213
Créditos de Veículos de Comunicação e Outros (Nota 17)	2.590	7.213	7.213
Outras Obrigações a Curto Prazo (Nota 18)	20	84	80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	646.040	612.361	611.148
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (Nota 20.1)	1.213	1.213	-
Adiantamentos Recebidos (Nota 20.2)	644.827	611.148	611.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	356.816	358.043	365.325
Capital Realizado	300.000	300.000	300.000
Capital Social Subscrito (Nota 22.1)	300.000	300.000	300.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Ativos (Nota 22.2.4)	4.454	-	-
Reservas de Lucros	52.362	64.112	65.325
Reserva Legal	18.296	18.296	18.296
Reserva de Retenção de Lucros (Nota 22.2.3)	-	1.047	2.260
Reserva de Incentivos Fiscais (Nota 22.2.3)	34.066	44.769	44.769
Resultado Acumulado	-	(6.069)	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de reais)

	2017	2016 (Reapresentado)	2016 (Publicado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	48.662	85.639	85.639
Serviços de Comunicação (Nota 26)	32.439	67.494	67.494
Serviços de Agenciamento de Publicidade Legal (Nota 26)	16.223	18.145	18.145
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.262)	(14.957)	(14.957)
Cancelamento de Receitas (Nota 27)	(148)	(3.547)	(3.547)
Abatimentos Incondicionais	(591)	(1.601)	(1.601)
Tributos Sobre Receitas de Serviços	(7.523)	(9.809)	(9.809)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40.400	70.682	70.682
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Nota 32)	(357.557)	(279.319)	(279.319)
RESULTADO BRUTO	(317.157)	(208.637)	(208.637)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	237.567	89.946	96.015
Gerais e Administrativas	(277.172)	(363.322)	(357.257)
Pessoal (Nota 25.1)	(153.891)	(291.093)	(291.107)
Diárias	(202)	(504)	(504)
Remuneração de Conselheiros	(259)	(755)	(755)
Transferências Voluntárias – Convênios	-	(6.079)	-
Consumo de Materiais (Nota 25.3)	(845)	(431)	(431)
Serviços de Terceiros (Nota 25.2)	(84.689)	(46.071)	(46.071)
Impostos e Taxas	(818)	(519)	(519)
Depreciações e Amortizações	(12.880)	(17.870)	(17.870)
Perdas Pela Não Recuperabilidade de Ativos (Nota 3.5.1.3.1 e .3.6.3)	(23.588)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional (Nota 21)	503.384	450.140	450.140
Subvenções Econômicas	430.424	363.117	363.117
Contribuição Para Fomento da Radiodifusão Pública	72.960	87.023	87.023
Reversão de Provisão (Nota 30)	8.881	-	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 28)	2.474	3.128	3.132
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(79.590)	(118.691)	(112.622)
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 29)	84.601	100.216	100.216
Receitas Financeiras	87.174	104.011	104.011
(-)Despesas Financeiras	(2.573)	(3.795)	(3.795)
OUTRAS RECEITAS	80	-	1.213
OUTRAS DESPESAS	(8.007)	(198)	(198)
RESULTADO ANTES DO I.R. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.916)	(18.673)	(11.391)
IMPOSTO DE RENDA (Nota 23)	(2.003)	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (Nota 23)	(762)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Nota 22.2)	(5.681)	(18.673)	(11.391)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	2017	2016 (Reapresentado)	2016 (Publicado)
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período (22.2)	(5.681)	(18.673)	(11.391)
Ajustado por:			
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.069)		
Depreciações/Amortizações	32.186	31.221	31.221
Transferências do Tesouro Nacional (21)	(503.384)	(450.140)	(450.140)
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível (3.5.1.3.1 e 3.6.3)	23.588	-	-
Provisões	13.041	20.760	20.760
Juros Incorridos Não Pagos/Recebidos	2.138	(30)	(30)
Perdas Estimadas em Créditos de liquidação Duvidosa	573	824	824
(Incorporação)/Baixa de Bens Permanente	7.609	503	503
Baixa de Adiantamento Para Aumento de Capital	-	-	(1.213)
(Aumento)/Redução de Créditos em Circulação	4.483	24.506	18.441
Fornecimentos a Receber	(3.204)	24.349	24.349
Créditos Tributários a Compensar e a Recuperar	1.178	(7.035)	(7.035)
Créditos Diversos a Receber	87	81	81
Empréstimos e Financiamentos	-	12	12
Adiantamentos Concedidos	6.422	7.099	1.034
(Aumento)/Redução nos Estoques de Materiais de Consumo	296	516	516
(Aumento)/Redução de Valores Pendentes a Curto Prazo – Ativo	1	181	181
(Aumento)/Redução de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(5.356)	(1.821)	(1.821)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	(5.356)	(1.825)	(1.825)
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	-	4	4
Aumento/(Redução) de Depósitos	(502)	(1.654)	(1.654)
Consignações	4.120	(6.329)	(6.329)
Depósitos de Diversas Origens	(4.622)	4.675	4.675
Aumento/(Redução) de Obrigações em Circulação	3.104	(36.973)	(36.977)
Fornecedores	(4.503)	(30.821)	(30.821)
Pessoal a Pagar	(106)	(162)	(162)
Encargos Sociais a Recolher	7.717	(5.284)	(5.284)
Obrigações Tributárias	56	(134)	(134)
Valores em Trânsito Exigíveis	1	-	-
Outras Obrigações	(61)	(572)	(576)
Aumento/(Redução) de Valores Pendentes a Curto Prazo – Passivo	-	(596.228)	(596.228)
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações a Longo Prazo	33.679	611.148	611.148
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(400.294)	(415.860)	(415.860)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisições) de Ativos Permanentes	(7.618)	(12.964)	(12.964)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.618)	(12.964)	(12.964)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências do Tesouro Nacional (21)	503.384	450.140	450.140
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	503.384	450.140	450.140
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	95.472	21.316	21.316
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	95.472	21.316	21.316
No Início do Período	773.262	751.947	751.947
No Final do Período	868.734	773.263	773.263

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	2017	%	2016 (Reapresentado)	%	2016 (Publicado)	%
RECEITAS	**51.835**	**29.60**	**73.810**	**25.65**	**75.027**	**25.43**
Venda de Serviços	48.662	27,79	85.639	29,76	85.639	29,03
Deduções da Receita Bruta	(8.262)	(4.72)	(14.957)	(5,19)	(14.957)	(5,07)
Outras Receitas	11.435	6,53	3.128	1,08	4.345	1,47
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**454.426**	**259.54**	**312.496**	**108.61**	**312.496**	**105.92**
Custos dos Serviços Vendidos	357.557	204,22	279.319	97,08	279.319	94,68
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	65.530	37.42	33.177	11,53	33.177	11,24
Perda/Recuperação de Valores Ativos	31.339	17,90	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(402.591)**	**(229.94)**	**(238.686)**	**(82.96)**	**(237.469)**	**(80.49)**
RETENÇÕES	**12.880**	**7,36**	**17.870**	**6,21**	**17.870**	**6,06**
Depreciações e Amortizações	12.880	7,36	17.870	6,21	17.870	6,06
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**(415.471)**	**(237,30)**	**(256.556)**	**(89,17)**	**(255.339)**	**(86,55)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**590.558**	**337,30**	**544.276**	**189,17**	**550.356**	**186,55**
Receitas Financeiras	87.174	49,79	100.216	34,83	100.216	33,97
Subvenções do Tesouro Nacional	503.384	287,51	450.139	156,45	450.140	152,58
Transferências Voluntárias – Convênios	-	-	(6.079)	(2,11)	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**175.087**	**100.00**	**287.720**	**100.00**	**295.017**	**100.00**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**175.087**	**100.00**	**287.720**	**100.00**	**295.017**	**100.00**
Pessoal e Encargos	109.039	62,27	248.911	86,51	248.925	84,38
Impostos, Taxas e Contribuições	51.470	29,40	43.960	15,28	43.960	14,90
Juros e Aluguéis	20.259	11,57	13.523	4,70	13.523	4,58
Resultado Líquido do Período	(5.681)	(3,24)	(18.674)	(6,49)	(11.391)	(3,86)
Resultado Acumulado no Período	(5.681)	(3,24)	(18.674)	(6,49)	(11.391)	(3,86)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS P/INVEST.	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31.12.2015	300.000	18.296	13.651	44.769	-	-	376.716
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(11.391)	-	(11.391)
Compensação de Prejuízos	-	-	(11.391)	-	11.391	-	-
SALDOS EM 31.12.2016 – Publicado	300.000	18.296	2.260	44.769	-	-	365.325
SALDOS EM 31.12.2015	300.000	18.296	13.651	44.769	-	-	376.716
Resultado do Exercício (4.1, 4.2 e 4.4)	-	-	-	-	(18.673)	-	(18.673)
Compensação de Prejuízos (4.1)	-	-	(12.604)	-	12.604	-	-
SALDOS EM 31.12.2016 - Reapresentado	300.000	18.296	1.047	44.769	(6.069)	-	358.043
Resultado do Exercício (22.2)	-	-	-	-	(5.681)	-	(5.681)
Compensação de Prejuízos (22.2.3)	-	-	(1.047)	(10.703)	11.750	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (22.2.4)	-	-	-	-	-	4.454	4.454
SALDOS EM 31.12.2017	300.000	18.296	-	34.066	-	4.454	356.816

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – Contexto Operacional

A Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC é uma empresa pública instituída pela Medida Provisória nº 398, de 10/10/2007, convertida na Lei nº 11.652, de 07/04/2008, alterada pela Medida Provisória nº 744, de 1º/09/2016, convertida na Lei nº 13.417, de 1º/03/2017, que dá efetividade ao princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação.

A empresa é vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social, conforme disciplina a alínea a), do inciso III, do art. 2º, do Decreto nº 9.038, de 26/04/2017, e organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) devem ser de titularidade da União.

É objetivo da EBC, dentre outros, desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania.

NOTA 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A EBC tem sua Contabilidade incorporada ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de forma total, de onde são extraídos os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/64, bem como o Balanço Patrimonial na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações emanadas das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e, com observância à legislação societária.

Em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016, de 06/11/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23, de 25/01/2008, considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada somente no SIAFI, deve-se esclarecer que não há divergência entre os valores do Balanço Patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

NOTA 03 – Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa são resumidas a seguir:

3.1 – Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

❖ Os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre os ativos e passivos, de curto e longo prazo, são apropriados "pro-rata die", e, quando for o caso, com base na cotação da moeda estrangeira, na data de encerramento do exercício.

❖ As provisões sobre férias e 13º salário, bem como os encargos, são reconhecidas por competência mensal, segundo o período de aquisição.

3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização de valores a receber, originários da venda de produtos, foi constituída sobre créditos vencidos até 31 de dezembro de 2016.

3.3 – Estoques

O estoque é constituído pelo almoxarifado de materiais de consumo, valorizados ao custo médio de aquisição, tendo em vista a ausência de efeitos relevantes sobre os seus itens.

3.4 – Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de integralização e são referentes a valores investidos no FND, FINOR e FINAM.

3.5 – Imobilizado

3.5.1 – O Imobilizado está demonstrado pelo valor de incorporação dos bens recebidos da União e pelo custo de aquisição e/ou de construção para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, diminuídos da depreciação acumulada, cujo cálculo foi realizado pelo método linear. É composto como segue:

Em R$ 1,00

RUBRICA	TX DEP %	2017				2016		
		CUSTO	DEPRECIAÇÃO	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO
MÓVEIS E UTENSILIOS	10	10.140.649,11	(6.775.821,93)	(1.346.141,29)	2.018.685,89	11.574.562,30	(7.185.632,41)	4.388.929,89
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20	29.781.203,51	(26.960.992,20)	(902.401,34)	1.917.809,97	35.631.854,93	(33.070.979,67)	2.560.875,26
VEICULOS	20	10.710.936,68	(10.560.861,62)	(2.298,61)	147.776,45	10.716.696,53	(10.408.495,56)	308.200,97
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	196.689.420,91	(149.200.430,45)	(16.854.035,52)	30.634.954,94	269.989.745,15	(183.788.883,55)	86.200.861,60
OUTROS	10	79.208.279,76	(58.779.086,46)	-	20.429.193,30	7.942.658,70	(77.454,65)	7.865.204,05
TERRENOS	0	14.619.605,11	-	-	14.619.605,11	14.689.183,80	-	14.689.183,80
EDIFICAÇÕES	4	8.833.364,38	(5.536.132,27)	-	3.297.232,11	12.091.611,95	(8.513.451,85)	3.578.160,10
INSTALAÇÕES	10	2.178.284,27	(1.997.835,99)	-	180.448,28	3.182.872,16	(2.962.192,35)	220.679,81
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	10	4.238.468,37	(3.585.320,45)	-	653.147,92	4.574.536,95	(3.541.921,93)	1.032.615,02
TOTAL		356.400.212,10	(263.396.481,37)	(19.104.876,76)	73.898.853,97	370.393.722,47	(249.549.011,97)	120.844.710,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.5.1.2 - A movimentação do imobilizado em 2017 é a seguinte:

Em R$ 1,00

	2017	2016
Saldo Inicial Líquido	120.844.710,50	146.234.950,95
Adições:		
Aquisições	2.427.644,30	2.751.025,66
Incorporações	4.795.191,35	5.198,30
Outras Perdas Com Bens Móveis	(7.751.067,31)	-
Baixas	(255.414,01)	(8.692,40)
Depreciações/Amortizações	(27.057.334,10)	(28.137.772,01)
Redução ao Valor Recuperável	(19.104.876,76)	-
Saldo Final Líquido	73.898.853,97	120.844.710,50

3.5.1.3 – A EBC contratou a empresa Lage & Lage Auditores e Consultores Associados – EPP, especializada em avaliação e gestão patrimonial, para realização de inventário físico, avaliação patrimonial, com utilização do conceito de Custo Atribuído (*Deemed Cost)*, para os bens imóveis, e Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) para os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, conforme disciplinam a Interpretação Técnica ICPC 10, Pronunciamento Técnico CPC 27, Pronunciamento Técnico CPC 04, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e demais legislações vigentes.

3.5.1.3.1 - Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test)* – Bens Móveis - Da aplicação do teste de recuperabilidade sobre os bens móveis a empresa registrou perda no valor de R$ 19.104.876,76, que foi contabilizado em conta de resultado do exercício.

A Lage & Lage, em seu Relatório Técnico, cita que a vida útil e econômica, os fatores e índices de depreciação são aqueles recomendados e aceitos pela Receita Federal do Brasil, Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, nos itens móveis, sendo: 10 anos – Móveis, máquinas, equipamentos e utensílios gerais; 10 anos – Móveis, máquinas, equipamentos e utensílios de escritório; 5 anos – Equipamentos de telefonia e comunicação, inclusive transmissores e receptores de radiotelefonia e radiodifusão; 5/4 anos – Veículos; e 3 anos – Hardware e periféricos de informática. Conforme alteração da legislação (2014), para esses itens, cuja vida útil antes era considerada de 5 anos, passa a se considerar 3 anos, haja vista que estes itens têm forte componente de tecnologia e com taxa acelerada de perda econômica. O valor residual proposto para os bens móveis é de 10% para todos os ativos avaliados.

Durante a execução dos serviços a Lage & Lage constatou que 10.749 bens, com valor contábil no total de R$ 20.356.694,92, não foram localizados. O valor histórico desses bens encontra-se contabilizado na Rubrica Bens Não Localizados. A EBC, após proceder a análise dessa situação, adotará medidas que resultem no saneamento dessa rubrica. Foi constatada também a existência de 6.330 bens que não possuíam registro de controle patrimonial. Para esses bens foi atribuído o valor total de R$ 4.948.481,74, conforme Nota 22.2.4.

3.5.1.3.2 - O custo atribuído (*deemed cost*) aplicado aos bens imóveis elevou o valor dessa rubrica para R$ 517,6 milhões. Esse resultado foi submetido à Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR, da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que subsidia a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN na elaboração do voto de representante da União nas assembleias gerais das entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, para fins de análise e manifestação acerca do impacto que o valor de R$ 517,6 milhões produzirá no Ativo Imobilizado e no Patrimônio Líquido da empresa. Os registros contábeis aguardam a manifestação da COPAR.

3.6 – Intangível

3.6.1 – Os bens intangíveis referem-se aos registros de marcas da empresa, softwares, domínios e direitos de uso, principalmente no que pertine ao uso de nomes de programas de rádio e televisão, e produções sonoras e audiovisuais. O Intangível é composto como segue:

Em R$ 1,00

RUBRICA	TX AMORT %	2017			2016		
		CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO
SOFTWARES	20	18.204.952,06	(13.182.079,66)	5.022.872,40	15.415.665,76	(11.477.473,23)	3.938.192,53
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUST	10	191.835,78	(87.080,59)	104.755,19	197.192,68	(99.031,81)	98.160,87
CONCESSAO DIR. USO DE COMUNICACAO	*	136.231.484,58	(11.904.037,93)	124.327.446,65	138.490.548,00	(8.650.839,40)	129.839.708,60
TOTAL		154.628.272,42	(25.173.198,18)	129.455.074,24	154.103.406,44	(20.227.344,44)	133.876.062,00

*Taxa estabelecida em função do tempo contratual.

3.6.2 – A movimentação do intangível em 2017 é a seguinte:

Em R$ 1,00

	2017	2016
Saldo Inicial Líquido	133.876.062,00	127.246.741,83
Adições:		
Aquisições	5.190.387,45	10.212.689,78
Baixas Líquidas (2016)	-	(500.000,00)
Baixas Líquidas - Impairment	(4.482.826,98)	-
Amortizações	(5.128.548,23)	(3.083.369,61)
Saldo Final Líquido	129.455.074,24	133.876.062,00

3.6.3 – Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) – Ativo Intangível - A avaliação dos ativos intangíveis da EBC e as decisões de se manter ou baixar os ativos intangíveis foram embasados nos regramentos encontrados na NBC TG 04 (R3) – Ativo Intangível, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Na aplicação do teste de recuperabilidade sobre os bens intangíveis foi apurada perda no valor de R$ 4.482.826,98, decorrente da baixa de bens que não representavam uso para a empresa.

Os bens intangíveis são amortizados pelo método linear, à taxa de 10% ao ano, exceto softwares que são amortizados anualmente a 20% ou de acordo com o prazo de vigência contratual.

3.7 – Tributos a Recuperar/Compensar

Os créditos tributários originam-se principalmente das antecipações por estimativa de IRPJ e CSLL, reguladas pelos artigos 222 a 230 do Decreto nº 3.000/99, além das retenções incidentes sobre os valores recebidos pela venda de serviços a órgãos da Administração Pública Federal, disciplinadas pela Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, da Receita Federal do Brasil -RFB, e ainda do imposto de renda retido sobre aplicações financeiras, conforme determina a Instrução Normativa nº 1.585, de 2015, da RFB. Esses créditos serão utilizados para compensar tributos apurados a partir do próximo exercício financeiro.

NOTA 04 – Republicação das Demonstrações Financeiras de 2016

4.1 - A republicação das Demonstrações Financeiras de 2016 ocorreu por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/04/2017, subsidiada na recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, objeto do Parecer nº 38/ 2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF.

Até o Exercício de 2015 a empresa manteve em suas demonstrações contábeis a Rubrica Bens para Futuro Aumento de Capital, no valor de R$ 1.212.933,02, tendo em vista os seguintes fatos: no exercício de 2010 a EBC recebeu bens da União, na forma que determinam os §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11652, de 2008, e, mediante laudo de avaliação que os considerou em "bom" estado de conservação, destinou-os a aumento do Capital Social, conforme consta do Processo/EBC nº 2500/2010. Entretanto, a realização da Assembleia Geral para deliberar sobre o aumento do Capital Social condicionava-se à edição de Decreto Autorizativo, previsto no Decreto-Lei nº 1.678/1979, que foi solicitada pela empresa junto ao órgão competente, mas não ocorreu até o exercício de 2015. Nesse ínterim, o controle interno da empresa se pronunciou contrário ao referido aumento de Capital, e, em sua Nota Técnica AUDIN Nº 01/2013 citou que: "Ademais, os bens que ora estão lastreando o referido aumento de capital estão altamente depreciados, (...) portanto, seus valores residuais irão diminuindo a cada ano, inclusive o tempo de vida útil, o que demonstra um custo burocrático extremamente elevado em relação ao benefício que poderá advir desta decisão.". A partir dessa Nota Técnica os órgãos de fiscalização recomendaram a baixa contábil da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em 2016, a empresa, considerando o tempo decorrido entre o recebimento dos bens e a permanência da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, verificou a situação desses bens e constatou que o valor contábil dos mesmos já não oferecia sustentação adequada ao aumento do Capital. Dos 4.082 bens recebidos 3.620 apresentavam valor inferior a R$ 440,00 e destes 2.109 tinham valor inferior a R$ 20,00. Com base nesses fundamentos a empresa solicitou o cancelamento da edição do Decreto Autorizativo e procedeu a baixa contábil do valor de R$ 1.212.933,02 na Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, contabilizando-o em uma Conta de Variação Patrimonial Ativa a título de Incorporação de Bens, de acordo com a Deliberação DIREX Nº 39/2016.

Em 2017, por ocasião do exame das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão ao qual compete "subsidiar a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN na elaboração do voto de representante da União nas assembleias gerais das entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe" (art. 48, inciso IV, Regimento Interno/STN), aquela Secretaria não acatou a baixa contábil da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, e, por meio de seu Parecer nº 38/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF recomendou ao representante da União votar pelo cancelamento da mencionada baixa contábil e pela reconstituição da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. No item nº 13 do referido Parecer a STN assim se manifesta: "(...) entendemos que a EBC deve estornar a receita de incorporação dos bens (...) de modo a refazer o registro destes no passivo não circulante até sua efetiva capitalização. A nosso ver, o valor contábil não pode ser adotado como referência para a determinação do valor de bens a serem capitalizados, conforme a Lei das S/A."

O voto recomendado pela STN ao representante da União, para deliberação na assembleia geral, consumou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24/04/2017. Contudo, a empresa no intuito de reafirmar o seu ato de gestão, no que tange à baixa do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, emitiu a Nota Técnica nº 001/2017/GECON/GEXFI/DIAFI/EBC, onde enfatizou os motivos que sustentaram aquela tomada de decisão, ao tempo em que solicitou à PGFN a reconsideração do mencionado voto. Não obteve êxito, aquela Procuradoria, subsidiada no Parecer da STN nº 94/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF, manteve a deliberação sobre a manutenção da Rubrica para Futuro Aumento de Capital, até que haja a edição do respectiva Decreto Autorizativo para efetiva capitalização.

Os registros contábeis referentes à reconstituição da Rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no valor de R$ 1.212.933,02, foram efetuados por meio da Nota de Sistema 2017NS009086, em 30/11/2017.

Com o retorno do valor de R$ 1.212.933,02 para a rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital o valor do prejuízo do exercício de 2016 passou de R$ 11.391.544,28 para R$ 12.604.477,30, que foi amortizado com saldo apresentado na Conta de Reserva de Lucros, conforme consta do Parecer nº 38/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF, deliberado na Assembleia Geral Ordinária, de 24/04/2017.

4.2 - Outro fator que implicou na reapresentação das demonstrações contábeis de 2016 foram os Ajustes de Exercícios Anteriores, R$ 6.069.252,46, contabilizados em 2017. Esses Ajustes referem-se: i) à mudança de critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no que tange à classificação de transferências financeiras denominadas convênios. Até o exercício de 2016 essas transferências foram classificadas como direito da entidade concedente, no Ativo Circulante. A partir do ano de 2017, por recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão nº 1320/2017, esses valores passaram a ser contabilizados em contas de despesas, conforme constam dos registros contábeis realizados pela Nota de Sistema Nº 2017NS006824, emitida pela STN, R$ 6.079.617,16; ii) a ajustes na Conta de Adiantamento a Pessoal, R$ -14.562,61; e iii) ajustes da Conta de Outras Obrigações a Curto Prazo, R$ 4.197,91.

4.3 – Impacto da reapresentação sobre o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016:

R$ 1,00

	2016 (Publicado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)
ATIVO	1.108.774.161,44	(6.065.054,55)	1.102.709,106,89
ATIVO CIRCULANTE	819.102.089,51	(6.065.054,55)	813.037.034,96
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33.697.396,43	(6.065.054,55)	27.632.341,88
Adiantamentos Concedidos	6.984.137,51	(6.065.054,55)	919.082,96
A Pessoal	440.639,95	14.562,61	455.202,56
Transferências Voluntárias	6.543.497,56	(6.079.617,16)	463.880,40
PASSIVO	1.108.774.161,44	(6.065.054,55)	1.102.709,106,89
PASSIVO CIRCULANTE	132.301.449,76	4.197,91	132.305.647,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	31.979.952,71	4.197,91	31.984.150,62
Outras Obrigações a Curto Prazo	80.062,81	4.197,91	84.260,72
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	611.147.800,53	1.212.933,02	612.360.733,55
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	1.212.933,02	1.212.933,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	365.324.911,15	(7.282.185,48)	358.042.725,67
Reservas de Lucros	65.324.911,15	(1.212.933,02)	64.111.978,13
Reserva de Retenção de Lucros	2.259.556,41	(1.212.933,02)	1.046.623,39
Resultado Acumulado	-	(6.069.252,46)	(6.069.252,46)

4.4 – Impacto da reapresentação sobre a Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2016:

R$ 1,00

	2016 (Publicado)	Ajustes	2016 (Reapresentado)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	96.014.943,55	(6.069.252,46)	89.945.691,09
Despesas Gerais e Administrativas	(357.257.148,26)	(6.065.054,55)	(363.322.202,81)
Pessoal	(291.107.464,11)	14.562,61	(291.092.901,50)
Salários e Vencimentos	(169.273.969,68)	14.562,61	(169.259.407,07)
Transferências Voluntárias – Convênios	-	(6.079.617,16)	(6.079.617,16)
Outras Receitas Operacionais	3.132.458,57	(4.197,91)	3.128.260,66
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(112.622.275,41)	(6.069.252,46)	(118.691.527,87)
OUTRAS RECEITAS	1.212.933,02	(1.212.933,02)	-
Incorporação de Bens	1.212.933,02	(1.212.933,02)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(11.391.544,28)	(7.282.185,48)	(18.673.729,76)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.391.544,28)	(7.282.185,48)	(18.673.729,76)

NOTA 05 – Caixa e Equivalente de Caixa

5.1 – O valor de R$ 868.733.866,96 é constituído das aplicações financeiras e da disponibilidade do limite de saque com vinculação de pagamento, do seguinte modo:

5.1.2 – Aplicações Financeiras - as aplicações financeiras, R$ 850.297.712,56, compõem-se dos seguintes valores:

5.1.2.1 – O valor de R$ 792.646.967,95 refere-se à aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, disciplinada pelo Art. 5º-A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12, da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza "as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional." Esses recursos são originários da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, somente para fins de aplicação financeira uma vez que não se incluem no Orçamento autorizado para a EBC, exercício de 2017. Os rendimentos são apropriados pela empresa no respectivo período de competência, pois são estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA, em cada exercício financeiro.

5.1.2.2 – O valor de R$ 57.650.744,61 procede de aplicações financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., na forma do que dispõem o Decreto-Lei nº 1290, de 1973, e a Resolução nº 3284, de 2005, do Conselho Monetário Nacional. O aumento/redução dessa rubrica vincula-se ao recebimento de receitas próprias e à necessidade de recursos para o pagamento de obrigações contratuais.

5.2 – Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional – R$ 18.436.154,40 referem-se ao recebimento de recursos financeiros vinculados ao limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal, fornecimento de bens/serviços, investimentos, entre outras. A variação no valor do saldo desta rubrica vincula-se ao montante de recursos repassados pela Setorial de Programação Financeira e à necessidade de pagamentos lastreados na Fonte Tesouro.

NOTA 06 – Clientes – Faturas/Duplicatas a Receber

Representa os créditos da EBC junto aos clientes dos serviços de publicidade legal e de outros serviços de comunicação. O aumento do saldo dessa rubrica, 35,2%, vincula-se, em sua representatividade, ao total a receber dos contratos SECOM/PR nºs 01/2012 e 02/2014, que passou de R$ 4,4 milhões em dez/2016 para R$ 8,6 milhões em dez/2017.

NOTA 07 – Adiantamentos Concedidos

7.1 – A Pessoal – refere-se a adiantamento de férias e de 13º salário.

7.2 – Transferências Voluntárias – o saldo dessa rubrica foi baixado em consequência da mudança de critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Essas transferências, até o exercício de 2016, eram consideradas direito a receber até o ato de aprovação da respectiva prestação de contas. A partir do exercício em curso, por orientação do Tribunal de Contas da União – TCU, Acórdão 1.320/2017, a STN normatizou que as mencionadas transferências sejam contabilizadas em Contas de Resultado, uma vez que não se caracterizam como ativo, e o controle dos valores concedidos passou a ser feito por meio das Contas que registram a responsabilidade por contratos. A baixa dessas transferências no Ativo Circulante foi realizada pela STN, por meio da Nota de Sistema 2017NS006824.

7.3 – Adiantamento a Prestadores de Serviços – refere-se a Contrato firmado para o sublicenciamento de direitos de transmissão da Copa do Mundo FIFA – 2018, sem exclusividade, para transmissão nas emissoras de rádio da EBC.

NOTA 08 – Outros Créditos a Receber

Destacam-se na Rubrica de Outros Créditos a Receber os seguintes valores: R$ 66.433,53 – débitos de terceiros, em decorrência de prejuízos causados à empresa, e que se encontra em cobrança judicial; R$ 48.334,39 - ressarcimento de despesas com pessoal cedido da EBC para outros órgãos; R$ 47.489,74 - multa de 50% sobre o saldo de FGTS cujas rescisões de contrato de trabalho foram canceladas; R$ 47.839,21- saldos negativos de rescisões de contratos de trabalho.

NOTA 09 – Despesas Antecipadas

São pagamentos de despesas que contribuem para a formação de resultados em mais de um período e são reconhecidas no período de competência.

NOTA 10 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

10.1 – Empréstimos e Financiamentos

O valor de R$ 1.290.271,51 representa os contratos de alienação de imóveis funcionais, em cumprimento a Lei nº 8.025/90, regulamentada pelo Decreto nº 99.266/90, e a venda de imóveis comerciais ocorridas no exercício de 2003. Os contratos são administrados pela Caixa Econômica Federal.

10.2 – Depósitos para Interposição de Recursos – R$ 19.158.738,24 trata-se de depósitos realizados para proporcionar à empresa o direito de recorrer de decisões judiciais. O acréscimo verificado no período comparativo origina-se de novos depósitos realizados.

10.3 – Créditos em Liquidação – o valor de R$ 21.457.255,48 refere-se a "devedores por aquisição de bens" que são pessoas jurídicas de direito público interno que adquiriram, em certame licitatório, emissoras de rádio incluídas no plano de desmobilização implementado em 1989. Esses créditos estão sendo cobrados judicialmente.

10.4 – Créditos Diversos a Receber a Longo Prazo – essa rubrica compõe-se dos seguintes valores:

10.4.1 – R$ 90.767,82 referentes à venda de Participações Societárias Minoritárias, efetuadas pelo BNDES, em cumprimento do Decreto nº 1068/94, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série "P", resgatáveis em 15 anos, que se encontram sob a custódia do Banco do Brasil S/A.

10.4.2 – R$ 111.897,34 corresponde a títulos de clientes que se encontram em cobrança judicial.

NOTA 11 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar

11.1 – Salários, Remunerações e Benefícios – o saldo dessa rubrica refere-se a rescisões de contrato de trabalho ocorridas no período compreendido entre 2004 e 2017, por motivo de falecimento do empregado, cujos beneficiários não se habilitaram ao recebimento das verbas rescisórias. Esses casos estão sendo analisados para adoção de providências a eles pertinentes.

11.2 – Encargos Sociais a Recolher – refere-se a encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, que devem ser recolhidos até a data do respectivo vencimento.

NOTA 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São valores devidos aos fornecedores de bens e serviços. A redução de 19,32% verificada no período comparativo, dez/17 x dez/16, decorre do cumprimento tempestivo das obrigações. Em 2016 a empresa passou por dificuldades financeiras em função da política de governo.

Nesta Rubrica consta o valor de R$ 7.000.000,00 que corresponde a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão nº 17/2009, vigente até 31/12/2013. O pagamento desse valor aguarda o saneamento de pendências decorrentes do encerramento do referido contrato, conforme consta da Nota 24.

NOTA 13 – Obrigações Tributárias

Refere-se à retenção de tributos, COFINS, PASEP e ICMS, que serão recolhidos nos respectivos vencimentos.

NOTA 14 – Provisões

Provisões constituídas para riscos trabalhistas, riscos cíveis, férias, e encargos sociais, como segue:

14.1 – Encontra-se no Memorando nº 968/2017/Consultoria Adjunta Contenciosa/CONJU/PRESI/EBC, que a provisão para riscos trabalhistas, ações judiciais consideradas prováveis, somam até 31/12/2017 o valor de R$ 26.634.983,54 e representam as ações em fase de execução. Aquelas classificadas a título de perdas possíveis, as quais se encontram em fase de conhecimento, atingem o valor de R$ 81.691.927,13. Seguindo-se a orientação dada pelo Pronunciamento Contábil CPC 25 este valor não deve ser contabilizado, apenas divulgado em nota explicativa.

14.2 – Provisão para Riscos Cíveis – as ações cíveis, classificadas como perda provável, totalizam em 31/12/2017 o valor de R$ 24.105.292,77, e, aquelas consideradas como perdas possíveis somam R$ 29.715.682,72, conforme consta do Memorando nº 968/2017/Consultoria Adjunta Contenciosa/ CONJU/PRESI/EBC.

14.3 – Provisão para Férias e Encargos Sociais – a provisão para férias e encargos sociais soma neste exercício o valor de R$ 39.164.916,24.

NOTA 15 – Dividendos

Refere-se ao dividendo obrigatório apurado com base no lucro líquido ajustado de 2014, pendente de pagamento em função da falta de disponibilidade e/ou liberação de limite orçamentário. Ao longo dos exercícios de 2015 a 2017 a empresa adotou providências para o saneamento dessa dívida mas não logrou êxito, como segue:

a) Em 24/12/2015, foi efetivado Crédito Suplementar no valor de R$ 40.940.000,00 dos quais R$ 21.000.000,00 destinava-se à quitação dos dividendos, entretanto os limites orçamentário e financeiro não foram liberados para movimentação e empenho, o que inviabilizou a ação de pagamento.

b) No ano de 2016, nova solicitação de Crédito Suplementar foi pleiteada, R$ 26.700.000,00, para o pagamento dos dividendos, porém a Secretaria de Orçamento Federal – SOF devolveu o pedido sem aprovação do referido Crédito.

c) Em 2017, a empresa incluiu na Lei Orçamentária Anual – LOA/2017 o valor de R$ 26.000.000,00, com a mesma finalidade, entretanto não houve a liberação do limite orçamentário-financeiro para quitação dos dividendos.

NOTA 16 – Consignações

São valores que se consignam à empresa por meio de descontos em sua folha de pagamentos e das retenções tributárias legalmente disciplinadas (desconto de empréstimos pessoais, INSS, imposto de renda, previdência privada e outros semelhantes). Os valores são pagos até as datas dos respectivos vencimentos.

NOTA 17 – Depósitos para Veículos dos Serviços de Publicidade Legal e Outros

Constitui-se, de modo relevante, dos valores a serem repassados aos veículos de comunicação que executam os serviços de publicidade legal, devidos pela EBC em função da sua condição de agência de publicidade. O acréscimo/diminuição dessa rubrica vincula-se ao fluxo de pagamento no período, por parte dos clientes.

NOTA 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Abrigam-se nesta rubrica, entre outros, ressarcimento a empregados, e valores a pagar Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF aguardando a respectiva fatura.

NOTA 19– Plano de Aposentadorias e Pensões

A EBC deu continuidade ao Plano de Aposentadorias e Pensões originário da incorporada RADIOBRÁS, RADIOBRASPREV, atualmente intitulado EBC PREV. O Plano de Benefícios e Custeio assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica.

A gestão financeira dos recursos do fundo cabe à BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil, a quem compete também promover o controle de contribuições, concessão, manutenção, cancelamento e pagamento dos benefícios.

Pelos serviços prestados, são devidas as seguintes taxas à BB Previdência:

- Administração do Ativo: 0,5% ao ano sobre o saldo diário do fundo, mensalmente levado a débito do patrimônio;
- Administração do Passivo: 2,0% sobre o valor das contribuições mensais e esporádicas vertidas pela patrocinadora e pelos participantes;
- Excedente Financeiro: 15% sobre os ganhos decorrentes de aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas que ultrapassarem a variação da TR, acrescida da taxa de 6% ao ano.

As contribuições efetuadas pela patrocinadora e pelos participantes, em 2017 e 2016, foram:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em R$ 1,00

RUBRICA	2017	2016
Contribuições dos Participantes	9.165.191,86	8.429.029,06
Contribuições da Patrocinadora	6.106.820,07	6.352.429,42

NOTA 20 – Adiantamentos Recebidos

20.1 – Bens para Futuro Aumento de Capital – o valor de R$ 1.212.933,02 retornou a esta rubrica em 2017, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/04/2017, conforme consta do teor da Nota 04.

20.2 - Adiantamento Recebido de Órgão, Entidade – refere-se ao valor do recurso financeiro diferido no período de 2013 a 2017, contabilizado na Conta 82111.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar. O valor total de R$ 644.827.192,96 origina-se da Fonte 0172 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, tributo instituído com finalidade específica, conforme disciplina o art. 32 da Lei nº 11.652, de 2008.

Os recursos da CFRP são repassados a EBC pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, somente para fins de aplicação financeira, normatização encontrada no Art. 5º -A da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, alterado pelo Art. 12 da Lei nº 12.833, de 2013, que autoriza as empresas públicas, exceto as instituições financeiras, a aplicar os seus recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.

Os mencionados recursos, exceto para fins de aplicação financeira, encontram-se indisponíveis para a empresa em consequência da falta de autorização orçamentária para sua utilização, uma vez que a Lei Orçamentária Anual ou demais instrumentos afins não consignam no Orçamento da EBC o referido valor. A empresa não tem autonomia para gerir esses recursos, exceto para aplicação financeira.

NOTA 21 – Transferências do Tesouro Nacional

A Empresa recebeu no exercício de 2017 R$ 503.383.809,81 a título de subvenção econômica incluindo-se os recursos originários da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - CFRP.

Incluem-se no total de R$ 503.383.809,81 valores movimentados por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, do seguinte modo: repasses transferidos para EBC pelos órgãos: ANCINE – Agência Nacional do Cinema, TED 05/2013, R$ 605.797,54; IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, R$ 800.000,00, e repasse concedido pela EBC para SEPIN – Secretaria de Política de Informática do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, TED 056/2016, R$ 1.000.000,00. O primeiro e o segundo referem-se à produção de conteúdo para televisão e o terceiro à pesquisa, desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades de serviços avançados da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa para suportar novas demandas de conteúdos digitais para TVs públicas e universitárias.

NOTA 22 – Patrimônio Líquido

22.1 – Capital Social

O Capital Social Integralizado é de R$ 300.000.000,00, dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencente exclusivamente à União e compõe-se da dotação inicial autorizada pelo Decreto nº 6.246, de 24/10/2007, no montante de R$ 20.000.000,00, acrescido do lucro de 2007, no valor de R$ 79.636,14, do lucro de 2008, no valor de R$ 490.314,56, do lucro de 2009 no valor de R$ 109.025.131,72, de parte do lucro de 2010 no valor de R$ 23.140.791,74, de R$ 47.264.125,84, proveniente da incorporação do Patrimônio Líquido da Empresa Brasileira de Comunicação S/A – RADIOBRÁS, e, da incorporação da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R$ 100.000.000,00, conforme consta da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 27/04/2015.

22.2 – Resultado do Período

22.2.1 – Prejuízo do Exercício - A EBC na qualidade de Empresa de Grande Porte, definida no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638, de 2007, está obrigada a aplicar as disposições da Lei nº 6.404, de 1976, e alterações, sobre escrituração e elaboração de suas demonstrações financeiras. Em função disso, a empresa também se obriga à apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, com base no Lucro Real, conforme impõe o inciso I do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998. Dessa forma, o resultado do exercício foi apurado, entre outros, com fundamento no art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, e no art. 195-A da Lei nº 6.404, de 1976. Essa legislação é empregada a EBC, tendo em vista sua condição de empresa pública de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado.

No ano de 2017 a empresa apurou prejuízo contábil no valor de R$ 5.680.598,71. Destacam-se, entre outros, na formação desse prejuízo as despesas de caráter extraorçamentário, ou seja, são despesas reconhecidas no exercício em curso, isto é, no seu período de competência, mas ainda dependem de atos administrativos ou judiciais para serem empenhadas e pagas. Historicamente essas despesas são custeadas com recursos financeiros da Fonte Tesouro, que os repassa somente na ocasião em que se darão os dispêndios monetários. Assim, de forma precípua, o prejuízo ocorre em função do hiato verificado entre o tempo em que as despesas são contabilizadas e o registro do recebimento da receita para custeá-las. Dentre as despesas dessa natureza citam-se as provisões para férias e encargos sociais e as provisões para ações judiciais, onde as férias serão empenhadas e pagas quando o empregado as usufrui e as ações judiciais mediante sentença judicial.

Outro fator que sobressai na formação do prejuízo, neste exercício, refere-se ao resultado negativo advindo do Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*), R$ 19.104.876,76, aplicado sobre os bens móveis e os bens intangíveis que também gerou a baixa de bens no valor de R$ 4.482.826,98, Subitens 3.5.1.3.1 e 3.6.3 da Nota 03.

22.2.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores - Os Ajustes de Exercícios Anteriores, R$ 6.069.252,46, entre outros, referem-se à mudança de critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no que tange à classificação de transferências financeiras denominadas convênios, conforme consta da Nota 4.2.

22.2.3 – Amortização do Prejuízo e dos Ajustes de Exercícios Anteriores – O prejuízo no valor de R$ 5.680.598,71, assim como os Ajustes de Exercícios Anteriores, na importância de R$ 6.069.252,46, os quais totalizam o valor de R$ 11.749.851,17, serão absorvidos pelas Reservas de Lucros, na forma que dispõem o § único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, e, o § 3º do art. 35 do Decreto nº 6.689/2008, da seguinte forma:

R$ 1.00

Reserva de Lucro	Saldo em 31/12/16	Valor Compensado	Saldo em 31/12/17
Para Investimento	1.046.623,39	1.046.623,39	-
De Incentivos Fiscais	44.769.411,47	10.703.227,78	34.066.183,69
Total	45.816.034,86	11.749.851,17	34.066.183,69

22.2.4 – Ajuste de Avaliação Patrimonial – Nos trabalhos desenvolvidos pela Lage & Lage foram encontrados 6.330 bens sem a indicação de registro patrimonial. Para esses bens foram atribuídos valores que somam R$ 4.948.481,74. Entretanto, por lapso, foi contabilizado o valor de R$ 4.453.633,59, cuja regularização se fará no próximo exercício. Os bens foram incorporados ao Ativo Imobilizado.

NOTA 23 – Imposto de Renda e Contribuição Social

Adotou-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Após as adições obrigatórias e as exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Lucro Real de R$ 8.106.607,27 e Base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R$ 8.472.005,63 gerando Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ a recolher de R$ 2.002.651,82 e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de R$ 762.480,51. Com as compensações dos valores, antecipados por estimativa mensal e retidos na fonte por órgãos públicos, o IRPJ e a CSLL devidos no exercício foram totalmente compensados, gerando saldo negativo a serem utilizados nos exercícios seguintes, para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme disposições da Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.717/2017.

Demonstração do Lucro Real / Base de Cálculo da CSLL – Em 31/12/2017

Em R$ 1,00

	IRPJ		CSLL	
Exercício	2017	2016	2017	2016
Prejuízo/Lucro Líquido antes da CSLL/IRPJ	(2.915.466,38)	(11.391.544,28)	(2.915.466,38)	(11.391.544,28)
Total das Adições	36.985.144,52	7.897.704,18	36.985.144,52	7.897.704,18
Total das Exclusões	(22.488.810,61)	(21.935.030,00)	(21.966.812,95)	(19.255.939,32)
Base de Cálculo antes da Compensação	11.580.867,53	(25.428.870,10)	12.102.865,19	(22.749.779,42)
Compensações 30%: Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(3.474.260,26)	-	(3.630.859,56)	-
Prejuízo/Lucro Real / CSSL Real	8.106.607,27	(25.428.870,10)	8.472.005,63	(22.749.779,42)
IRPJ/CSLL Apurado	2.002.651,82	-	762.480,51	-
(-)IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	(4.803.568,56)	(5.911.815,92)	(7.757.004,46)	(11.023.209,05)
IRPJ / CSLL a recuperar	(2.800.916,74)	(5.911.815,92)	(6.994.523,95)	(11.023.209,05)

Fonte: Livro de Apuração do Lucro Real – Gerência de Controladoria / Coordenação de Tributos

Destacam-se dentre as adições, os ajustes decorrentes da redução ao valor recuperável de bens móveis, R$ 19.104.876,76, proveniente do teste de recuperabilidade de ativos realizado no exercício, conforme determina o §3º do artigo 129 da Instrução Normativa/Receita Federal do Brasil nº 1.700/2017.

Dentre as exclusões previstas pela legislação do IRPJ e da CSLL, destaque para as Subvenções para Investimentos, R$ 5.987.310,10 e o Ressarcimento da Propaganda Eleitoral Gratuita de R$ 516.155,60.

NOTA 24 – Incorporação de Bens – Contrato de Gestão

Em cumprimento ao que determina o Art. 26 da Lei nº 11.652, de 2008, a empresa encerrou em 31/12/2013 o Contrato de Gestão nº 17/2009 mantido com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, que se destinava ao fomento e à execução de atividades de produção e transmissão de conteúdos de radiodifusão educativa, cultural e informativa, de pesquisa, capacitação, planejamento e desenvolvimento tecnológico no âmbito público e privado, com vistas à gestão de aperfeiçoamento do sistema público de comunicação.

Os Parágrafos 3º e 4º do art. 26 da Lei nº 11.652/2008 citam que: a) Parágrafo 3º - Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a ACERP pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput deste artigo; b) Parágrafo 4º - Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à ACERP sujeitos ao disposto na alínea *i* do inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Com fundamento no que disciplina o Parágrafo 3º acima citado, nos exercícios de 2014 e 2015, a empresa contabilizou a incorporação de bens no valor de R$ 9.076.302,27, dos quais R$ 7.863.369,25 encontravam-se na Rubrica Bens Móveis a Classificar.

Os bens registrados na Conta Bens Móveis a Classificar, R$ 7.863.369,25, referem-se a bens considerados, em laudo de avaliação objeto do Processo/EBC nº 2500/2010, como inservíveis e/ou de consumo, entretanto os órgãos de controle recomendaram o registro dos bens no ativo imobilizado, até que fossem avaliados e lhes dado destino certo. Para avaliação e destinação dos bens a empresa constituiu comissões de empregados, emitindo para tanto, em janeiro/2015, as Portarias-Presidente nºs 004, 005 e 006. No exercício de 2015 também foram emitidas as Portarias-Presidente nºs 05, 06, 07 e 278, e, em 2016, a de nº 104. Os Relatórios emitidos pelas Comissões foram homologados em 2017, Deliberação DIREX Nº 106/2017 e Deliberação CONSAD Nº 40/2017, e apresentaram os seguintes resultados: a) os bens localizados e avaliados, 5.321 bens, totalizaram o valor de R$ 40.141,32 e foram transferidos para as respectivas contas do imobilizado; b) 884 bens não foram localizados e se encontram contabilizados na Rubrica de Bens Não Localizados, pelo valor de R$ 71.925,53; c) 99 bens que apresentaram inconsistências na numeração do controle patrimonial permanecem na Conta de Bens Móveis a Classificar, no valor de R$ 235,09; e d) o valor da diferença apurada entre o valor dos bens originários da Presidência de República e o valor atribuído pelas Comissões, R$ 7.751.067,31, foi contabilizado a título de perdas no exercício de 2017.

As transferências objeto do Parágrafo 4º supramencionado não foram cumpridas. Com vistas à solução dessa pendência a EBC ingressou com as seguintes ações judiciais em desfavor da ACERP:

a) **Processo n.º 43125-13.2015.4.01.3400** em trâmite na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que tem por objeto a incorporação ao patrimônio da União e transferência à EBC dos saldos, recursos e excedentes financeiros havidos em função da aplicação de recursos públicos originários do Contrato de Gestão n.º 17/2009, inclusive os advindos de outros contratos firmados com fundamento no referido Contrato de Gestão, bem como aqueles decorrentes de reconhecimento judicial da imunidade de tributos da Organização Social. Essa ação foi ajuizada pela EBC em 29/07/2015 atribuindo-se valor à causa de R$ 92.082.920,23 (noventa e dois milhões, oitenta e dois mil, novecentos e vinte reais e vinte e três centavos). Houve pedido de liminar requerendo a i,3ndisponibilidade e bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras da ACERP, mas o pedido de liminar foi indeferido. No curso do Processo foi deferida a inclusão da União na condição de litisconsorte ativo necessário. Oportunizado à União especificar as provas que pretendia produzir, em 20/11/2017 protocolou petição requerendo produção de prova pericial. Deferida a produção de prova pericial, na data de 10/01/2018 foi ordenada vista dos autos ao *expert,* que fez carga dos autos na data de 15/01/2018, estando ainda no prazo para manifestação.

b) Processo n.º **0079815-18.2016.4.02.5101** em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que tem por objeto a obrigatoriedade de transcrição da titularidade à EBC do bem imóvel registrado sob a matrícula nº 20342 no Cartório do 2º Ofício da Capital do Rio de Janeiro situado no Rio de Janeiro/RJ no prédio da Rua da Relação nº 18 (térreo – parcial; sobreloja – parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 8º pavimento; 11º pavimento; 12º pavimento e terraço – parcial), e prédio da Rua do Lavradio nº 80(térreo – parcial; sobreloja - parcial; 2º pavimento; 3º pavimento; 4º pavimento; 5º pavimento; 6º pavimento; 7º pavimento; 8º pavimento; 9º pavimento e 10º pavimento). Essa ação foi ajuizada em 15/06/2016 e o valor atribuído à causa foi de R$ 1.000,00 (hum mil reais), para fins de alçada. Entretanto, esses imóveis foram adquiridos pelo valor total de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), conforme se verifica no Termo de Compromisso de Compra e Venda. Atualmente o andamento do processo está concluso ao juiz para apreciação da réplica apresentada pela EBC em 10.10.2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 25 – Despesas Gerais e Administrativas

25.1 – Pessoal

Em R$ 1,00

Rubrica	2017			2016		
	Despesa Total	Custo dos Serv.Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv .Prestados CSP	Despesa Após CSP
Pessoal	451.195.207,55	(297.304.524,53)	153.890.683,02	423.831.153,45	(132.723.689,34)	291.107.464,11
Salários e Ordenados	278.837.332,99	(208.308.195,91)	70.529.137,08	257.255.556,45	(87.981.586,77)	169.273.969,68
Benefícios Sociais	60.523.938,90	(47.052.959,92)	13.470.978,98	57.911.519,07	(14.873.334,61)	43.038.184,46
Previdência Complementar	6.106.820,07	-	6.106.820,07	6.352.429,42	(2.787.785,74)	3.564.643,68
Encargos Sociais	98.529.124,70	(41.943.368,70)	56.585.756,00	82.213.436,99	(27.080.982,22)	55.132.454,77
Indenizações Trabalhistas	7.197.990,89	-	7.197.990,89	20.098.211,52	-	20.098.211,52

O valor total das despesas referentes ao exercício de 2017, R$ 451.195.207,55, comparado com o exercício de 2016, R$ 423.831.153,45, apresenta variação de 6,45%, que decorre de incrementos ocorridos entre os períodos comparativos, destacando-se:

a) reajuste salarial promovido na folha de dezembro de 2016, retroativo a novembro de 2016, no total de 6,87%, incluindo a tabela de funções comissionadas, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

b) implementação, em dezembro de 2016, retroativa a outubro de 2016, da progressão salarial de uma referência para todos os empregados da Empresa que tivessem mais de um ano de exercício na EBC até o dia 01/10/2016, o que consumiu 1% do valor da folha de pagamento, conforme determina o inciso IV, Art. 1º da Resolução n. 009/CCE.

c) implementação, em dezembro de 2017, retroativa a outubro de 2017, da progressão salarial de uma referência para todos os empregados da Empresa que tivessem mais de um ano de exercício na EBC até o dia 01/10/2017, o que consumiu 1% do valor da folha de pagamento, conforme determina o inciso IV, Art. 1º da Resolução n. 009/CCE.

No que tange aos gastos com Benefícios Sociais, as justificativas apresentadas acima também são aplicáveis, além dos seguintes fatores:

– reajuste em 7,87% no auxílio-alimentação correspondente à variação integral do IPCA no período e manutenção das cestas alimentação extras, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST;

– reajuste de 7,87%, correspondente à variação integral do IPCA no período, sobre o auxílio deficiência e auxílio creche, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, firmado após conciliação no Tribunal Superior do Trabalho - TST.

O somatório das despesas com pessoal, R$ 451.195.207,55, abrangem para além das despesas efetivamente pagas no exercício, as provisões para férias e sentenças trabalhistas, uma vez que estas são contabilizadas no período em que são reconhecidas, ou seja, no seu período de competência. O pagamento dessas despesas ainda depende de atos administrativos e/ou judiciais.

25.2 – Serviços de Terceiros

Em R$ 1,00

Rubrica	2017			2016		
	Despesa Total	Custo dos Serv .Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv .Prestados CSP	Despesa Após CSP
Serviços de Terceiros	124.622.336,82	(39.933.374,63)	84.688.962,19	177.075.816,08	(131.004.861,61)	46.070.954,47
Públicos	29.025.594,92	(18.184.022,99)	10.841.571,93	57.026.425,02	(50.331.639,05)	6.694.785,97
Transportes	5.763.187,52	(3.239.426,04)	2.523.761,48	8.920.740,62	(2.184.731,54)	6.736.009,08
Técnicos	16.974.822,27	(15.635.256,91)	1.339.565,36	46.392.843,17	(45.219.286,28)	1.173.556,89
Conservação e Manutenção	30.546.614,04	(606.508,29)	29.940.105,75	28.746.853,31	(14.399.690,84)	14.347.162,47
Locação de Bens e Serviços	22.109.107,23	(1.850.233,58)	20.258.873,65	26.196.559,89	(12.673.939,85)	13.522.620,04
Gerais	20.203.010,84	(417.926,82)	19.785.084,02	9.792.394,07	(6.195.574,05)	3.596.820,02

Os Serviços de Terceiros totalizam em 2017 R$ 124.622.336,82 e em 2016 R$ 177.075.816,08. A redução de 29,62% tem representatividade nos seguintes fatores:

a) Adequação das despesas à disponibilidade orçamentária normatizada pela política de governo, primando-se pela manutenção das atividades necessárias ao funcionamento da empresa.

b) A empresa fez análise sobre a otimização de possíveis despesas e reduziu e/ou cancelou contratos de serviços, destacando-se entre estes:

– encerramento de contrato firmado para transmissão do sinal analógico da TV NBR, a partir de maio/2017, cujo valor mensal era de R$ 459,9 mil. Fato que gerou economia de R$ 3,6 milhões no ano.

– redução de contrato referente a locação de satélite, a partir de maio/2017, na ordem mensal de R$ 155,6 mil.

– encerramento de contratos da área de tecnologia da informação, representando uma economia estimada de R$ 991,2 mil no exercício.

– reformulação de contrato para compra de energia elétrica, cujo valor mensal passou de R$ 174,3 mil para cerca de R$ 77,9 mil, desde janeiro/2017.

– rescisão de contratos com entidades retransmissoras que gerou economia estimada de R$ 651,6 mil, no ano.

25.3 – Consumo de Materiais

Em R$ 1,00

Rubrica	2017			2016		
	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP	Despesa Total	Custo dos Serv. Prestados CSP	Despesa Após CSP
Consumo de Materiais	862.548,13	(17.511,14)	845.036,99	897.901,73	(466.899,85)	431.001,88

O decréscimo evidenciado no período comparativo, (4%), deve-se, entre outros, a adequação dessas despesas às restrições orçamentárias em função da política de governo e ao consumo de materiais que em 2016 foram representativos, fato que não se repetiu em 2017, como é o caso dos materiais de áudio, vídeo e foto. Esses materiais somaram em 2016 R$ 165,9 mil e em 2017 R$ 10,6 mil.

NOTA 26 – Receita dos Serviços

No período comparativo as receitas originárias dos serviços de comunicação apontam redução de 51,93%. A diminuição dessas receitas, notadamente, encontra-se na redução do faturamento do contrato SECOM/PR que em 2017 foi de R$ 28,43 milhões e em 2016 R$ 52,36 milhões. O faturamento do contrato SECOM/PR representa 87,6% do total dessa receita em 2017.

As receitas advindas do agenciamento dos serviços de publicidade legal tiveram redução de 10,59%, no mesmo período. Considerando que o contratante desses serviços é a Administração Direta, atribui-se essa queda do faturamento a restrições orçamentárias pelas quais passa o Governo Federal.

NOTA 27 – Cancelamento de Receitas

Registra o cancelamento de notas fiscais emitidas com algum tipo de inconsistência nos dados da nota fiscal (descrição dos serviços, data, valor e outros semelhantes).

NOTA 28 – Outras Receitas Operacionais

Constitui-se de valores que se referem, entre outros, à indenização de despesas, devolução do saldo de diárias concedidas, restituição de salários originária da concessão de auxílio doença, conforme Cláusula Vigésima-Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017.

NOTA 29 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é formado pelas receitas e despesas financeiras. Destacam-se entre as receitas financeiras os rendimentos derivados das aplicações financeiras descritas na Nota 05, R$ 83.596 mil; atualização monetária de valores a receber, R$ 1.883 mil, Nota 10.3; tributos a compensar, R$ 1.693 mil, Nota 3.7. A relevância das despesas financeiras encontra-se na atualização monetária dos dividendos a pagar, Nota 15, R$ 2.305 mil, e de acréscimos moratórios que se originam, dentre outros, do pagamento intempestivo de obrigações, entre elas: serviços de telecomunicações, R$ 76 mil; encargos sociais, R$ 87,7 mil; serviços de energia elétrica, água e esgoto, R$ 26,7 mil e recolhimento de tributos, R$ 39,9.

NOTA 30 – Reversão de Provisão

Trata-se de baixa contábil autorizada pela Deliberação DIREX Nº 111/2017, referente à provisão para ação judicial trabalhista, originária da incorporada RADIOBRÁS. Essa provisão foi constituída, à época, em função de descumprimento no pagamento de 4% a título de adicional de produtividade para no ano de 1988, aos empregados daquela incorporada, objeto do Processo RT nº 0146800-22.1993.5.10.0007 (7ª VT/DF), movido pelo Sindicato dos trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Distrito Federal – SINRAD-DF. No decorrer da execução dessa ação trabalhista, em 2004, a RADIOBRÁS pagou o valor total de R$ 2.071.416,71 aos seus empregados, a título de valores incontroversos. Contudo, a provisão de R$ 8.881.330,00 permaneceu com base na possibilidade de incorporação do percentual de 4% aos salários dos empregados. Recentemente, a Consultoria |Jurídica desta EBC informou que foi determinado o prosseguimento da execução do Processo apenas para discutir a parte controvérsia decorrente da aplicação de juros e acréscimos legais, e que o valor estimado da ação é de R$ 416.917,00, em 31/12/2017, valor este que se encontra devidamente provisionado.

NOTA 31 – Remuneração Paga a Empregados e Administradores

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal, no exercício de 2017, paga pela EBC a seus empregados e administradores, calculada na forma disciplinada pela alínea "e" do Art. 1º da Resolução nº 3, de 31/12/2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR/MPOG/MF, são as seguintes:

Em R$ 1,00

Administradores	2017	2016
Maior Remuneração	29.572,70	32.380,60
Média Remuneração	27.354,75	28.758,69
Menor Remuneração	25.136,79	25.136,79
Empregados		
Maior Remuneração	29.399,46	44.348,96
Média Remuneração	5.525,52	5.562,00
Menor Remuneração	2.505,15	2.505,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No final de 2017, o número de empregados totalizava 2.456, sendo 2.117 do quadro próprio, detalhados a seguir:

EMPREGADOS	2017	2016
Efetivos	2.117	2.132
• Sem Função Comissionada	1.782	1.822
• Com Função Comissionada - EBC	271	239
• Cedidos para outros Órgãos	64	71
Livre Provimento	126	120
• Função EBC	119	113
• Função FCC	7	7
Cedidos à EBC (oriundos de outros órgãos)	213	214
• Cedidos à EBC com função comissionada – EBC	11	17
• Cedidos à EBC sem função comissionada	202	197
Cedidos à EBC – RJU*	177	173
Diretores*	6	6
Inativos (licenciados, INSS, acidentados)*	69	76
TOTAL	2.456	2.467

Fonte: SENIOR - Posição em 31/dez/2017.
* O número de RJU/2017 está contabilizado em Cedidos/2017.
* Os Diretores/2017 estão contabilizados no Total/2017.
* O número de Inativos/2017 está contabilizado em Efetivos/2017.

NOTA 32 – Custo dos Serviços Prestados

Em 2017 a apuração do Custo Total dos Serviços Prestados da EBC foi de R$ 357,5 milhões, dos quais R$ 297,3 milhões referem-se a custos de Pessoal, R$ 39,3 milhões de Serviços de Terceiros e R$ 20,3 milhões de Outros Custos Gerais e Administrativos, conforme Quadro detalhado abaixo:

Em R$ 1,00

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS PARA DRE		
	2017	2016
GERAIS E ADMINISTRATIVAS = (1) + (2) + (3)	357.556.697,09	279.318.815,23
(1) PESSOAL	297.304.524,53	132.723.689,34
+ Vencimentos e Vantagens Fixas	179.922.637,12	67.984.171,32
= Outras Depesas Variáveis	28.385.558,79	17.660.003,10
+ Prorrogação de Jornada	28.385.558,79	17.013.430,13
+ Horas Extras	-	646.572,97
= Encargos Sociais	41.943.368,70	27.080.982,22
+ FGTS	10.704.890,74	7.135.246,01
+ Previdência Social	31.238.477,96	17.984.799,04
+ Salário Educação	-	1.960.937,17
+ Previdência Privada	-	2.787.785,74
+ Decisões Judiciais	-	2.337.412,35
+ Restituições	13.944,55	-
= Benefícios Sociais	47.039.015,37	14.873.334,61
+ Auxílio Refeição/Alimentação	27.424.780,17	7.226.581,20
+ Auxílio Transporte	2.896.662,35	302.224,24
+ Assistência Médica	13.443.992,01	6.391.683,07
+ Assistência Pré-escolar	3.273.580,84	952.846,10
(2) SERVIÇOS DE TERCEIROS	39.933.374,63	131.004.861,61
= Serviços Continuados	17.984.125,03	54.342.827,33
+ Agua	648,68	545.040,79
+ Energia Elétrica	582.087,35	10.244.684,15
+ Condomínio	379.069,33	1.053.824,36
+ Aluguel de Veículos em Viagem	290.571,47	546.575,37
+ Passagem	752.085,66	1.157.184,33
+ Hospedagem	198.468,18	1.360.569,21
+ Telecomunicações	15.781.194,36	39.434.949,13
+ Contratos	21.949.249,60	76.662.034,28
(3) GERAIS E ADMINISTRATIVOS OUTROS	20.381.797,93	15.590.264,28
+ IMPOSTOS E TAXAS	262.668,36	889.576,49
+ DIARIAS	732.418,00	882.696,44
= CONSUMO DE MATERIAIS	17.511,14	466.899,85
+ Consumo Imediato (B)	-	11.841,30
+ Consumo Requisição (C)	17.511,14	455.058,55
+ DEPRECIAÇÃO	19.306.200,43	13.351.091,50

Os Custos dos Serviços Prestados - CSP apurados em 2017 foram R$ 357.556.697,09 que comparados com R$ 279.318.815,23 de 2016, representa aumento de 21,88%.

Isso decorreu da mudança de metodologia na apuração dos custos a partir de 2017, que possibilitou a reclassificação dos gastos com a folha de pagamento de pessoal e encargos sociais e da apropriação de despesas no momento da liquidação. Além disso, os custos relativos aos "Serviços de Terceiros" possíveis de alocação direta aos produtos foram evidenciados como custos operacionais, os demais, ou seja: os indiretos, foram concentrados nos custos administrativos.

Com a implantação da nova metodologia o procedimento de apuração de custos foi aperfeiçoado e evolui para extração de dados diária e informatizada, representando ganhos significativos de tempestividade, de qualidade e apresentação das informações de custos, fortalecendo os conceitos de transparência, controle, responsabilização, fiscalização, acompanhamento, conformidade e, sobretudo, disponibilizando moderna ferramenta de gestão e apoio as decisões. Trata-se de metodologia inovadora no serviço público federal reconhecida e premiada com o 1º Lugar, na categoria relato de experiências da 7ª Edição do Prêmio Chico Ribeiro de Custos, Edição de 2017, tendo sido apresentada no "VII Congresso Internacional de Contabilidade, Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público" e também no "VI Encontro de Gestão de Custos no Setor Público" da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Os dados de 2017 podem ser acessados via web, estão disponíveis os painéis de controles das áreas de Planejamento Orçamentário: https://goo.gl/2Mor2G, de Execução Orçamentária: https://goo.gl/YPJgCq e de Custos: https://goo.gl/Juqsbk.

Conselho de Administração

Marcio de Freitas Gomes
Presidente
CPF 664.698.056-04

Severino Jorge Caldas de Araujo Goes
Conselheiro
CPF 200.123.730-87

Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo
Conselheira
CPF 000.957.267-80

Edvaldo Aparecido Cuaio
Conselheiro
CPF 698.473.719-20

Laerte de Lima Rimoli
Conselheiro
CPF 130.627.351-04

Marcus Vinicius Sinval
Conselheiro
CPF 188.641.298-71

Nadia Maria Ferreira de Araujo
Conselheira
CPF 497.658.094-68

Diretoria

Laerte de Lima Rimoli
Presidente
CPF 130.627.351-04

Maria Aparecida Fontes
Diretora
CPF 133.186.161-68

Luiz Antonio Duarte Moreira Ferreira
Diretor
CPF 119.949.321-04

Lourival Antonio de Macedo
Diretor
CPF 128.899.971-20

Christiane Samarco Rodrigues Cecilio
Diretora
CPF 244.780.591-87

Alexandre Henrique Graziani Junior
Diretor
CPF 317.182.561-91

Elizabeth da Silva Rodrigues
Contadora
CPF 493.147.931-68
CRC-DF 4949

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Acionista,

O CONSELHO FISCAL da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e à vista do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes da Aguiar Feres Auditores Independentes de 26 de janeiro de 2018, do Relatório e Parecer de Auditoria Interna, datado de 02 de março de 2018, elaborados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento que o prejuízo apurado no exercício de 2017 de R$ 5.680.598,71 (Cinco milhões, seiscentos e oitenta mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) será absorvido à conta de Reservas de Lucros, conforme Deliberação CONSAD nº 03 de 29 de janeiro de 2018, em conformidade com o parágrafo único, do artigo 189, da Lei nº 6.404, de 1976, e o parágrafo 3º do artigo 35, do Decreto nº 6.689/2008.

O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos que fundamentam a emissão deste parecer, refletem adequadamente, nos seus aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favorável à submissão do resultado do exercício à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

.

ÉDER SOUSA VOGADO
Presidente do Conselho

MILA ROCHA
Conselheira

DUÍLIO MALFATTI JÚNIOR
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S/A – EBC
Brasília (DF)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme a Nota Explicativa nº 3.5.1.3.1 o levantamento efetuado por uma empresa contratada pela companhia, Lage & Lage não localizou 10.479 itens de seu ativo imobilizado, como a seguir: "Durante a execução dos serviços, a Lage & Lage constatou que 10.749 bens, com valor contábil no total de R$ 20.356.694,92, não foram localizados. O valor histórico desses bens encontra-se contabilizado na Rubrica Bens Não Localizados e a empresa adotará medidas para o saneamento dessa situação". Dessa forma não emitimos opinião sobre o Ativo Imobilizado da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

1. Conforme relatado na nota 3.5 – Imobilizado a Cia contratou empresa especializada em avaliação e gestão patrimonial, para realização de inventário físico, avaliação patrimonial, com utilização do conceito de Custo Atribuído (Deemed Cost), para os bens imóveis, e Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) para os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, conforme determina a Interpretação Técnica ICPC 10, Pronunciamento Técnico CPC 27, Pronunciamento Técnico CPC 04, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e demais legislações vigentes.

Como resultado da aplicação do Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) – Bens Móveis sobre os bens móveis foi verificada perda, registrada em conta de resultado do exercício.

2. No encerramento destes trabalhos foram relatadas ocorrências de bens patrimoniais não localizados. Estes bens estão registrados na rubrica Bens Não Localizados pelos valores históricos. Foram constatadas também as existências de bens que não possuíam registro de controle patrimonial, conforme Nota 22.2.4.

3. Na nota 3.5.1.3.2 temos que o custo atribuído (deemed cost) aplicado aos bens imóveis poderá elevar o valor dessa rubrica para R$ 517,6 milhões. Esse resultado foi submetido à CoordenaçãoGeral de Participações Societárias – COPAR, da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que subsidia a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN na elaboração do voto de representante da União nas assembleias gerais das entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, para fins de análise e manifestação acerca do impacto que o valor de R$ 517,6 milhões produzirá no Ativo Imobilizado e no Patrimônio Líquido da empresa. Os registros contábeis aguardam a manifestação da COPAR para serem registrados em 2018.

4. Teste de Recuperabilidade (Impairment Test) – Ativo Intangível - Na nota 3.6.3 informa que a avaliação dos ativos intangíveis da EBC e as decisões de se manter ou baixar esses ativos foram embasadas nos regramentos encontrados na NBC TG 04 (R3) – Ativo Intangível, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Na aplicação do teste de recuperabilidade foi apurada perda, decorrente de baixas de bens que não representavam uso para a empresa.

5. Conforme Nota Explicativa nº 4, a EBC está apresentando as Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, com reapresentação das Demonstrações do exercício de 2016, para efeitos comparativos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EBC em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EBC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EBC a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência.

Também comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros

1. Revisamos os impactos da reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2016 e constatamos que o único impacto foi na reversão de uma receita de incorporação de bens, com contrapartida na conta de Ativo não Circulante, no valor de R$ 1.212.933,02 que acabou sendo ajustado no resultado acumulado. Também, conforme notas nº 4 e 22.2.2, foi ajustado na contabilidade o valor de R$ 6.069.252,46 referente a Ajustes de Exercícios anteriores.
2. Examinamos também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pela IFRS´s que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outra firma, cujo relatório emitido em 24/02/2017, continha modificação de opinião relativamente à ausência de teste de impairment. Ribeirão Preto (SP), 26 de janeiro de 2018.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O "S" DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Adendo às demonstrações financeiras, em cumprimento ao que determina o § 4º do Art. 9º da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

RELAÇÃO DOS EMPREGADOS CONTRATADOS NO ANO DE 2017

Cadastro	Nome	Admissão	Cargo
200981	ALEXANDRE ALVES GODOY KRECKE	12/04/2017	Gerente
200997	ALEXANDRE HENRIQUE GRAZIANI JUNIOR	30/10/2017	Diretor de Produção
200995	ANDRE LUIZ VALENTINO DA SILVA	28/08/2017	REQUISITADO
200971	ANNA GRAZIELLA SANTANA NEIVA COSTA	25/01/2017	Superintendente Regional
200996	ANTONIO LUIZ RAMOS DOS SANTOS	28/08/2017	REQUISITADO
200985	ANTONIO ROBERTO MARTINS CORDEIRO	12/06/2017	Gerente
200973	CARLA PATRICIA ALMEIDA ROCHA TERABE	15/02/2017	Assessor III
200986	CRISTIANE ALVES DA CONCEIÇÃO	05/06/2017	Assessor II
200990	DECIO TRUJILO JUNIOR	12/07/2017	Gerente
200992	ERALDO VIANNA SIQUEIRA	24/07/2017	REQUISITADO
200998	ESTEVÃO HENRIQUE LINHARES DAMAZIO	08/11/2017	Assessor Especial
200979	FABIO AUGUSTO GONÇALVES CAMPOS	03/03/2017	Coordenador II
200980	FLAVIO COUTINHO DE CARVALHO	03/03/2017	Secretário Executivo
200999	FRANCISCO JOSE PINEHIRO DE OLIVEIRA	13/11/2017	Gerente
200989	ISABEL CRISTINA SERIE	12/07/2017	Coordenador II
200970	JANETE COELHO DA SILVA LIMA	17/01/2017	Assistente
200987	JARDANES FRANCISCO DE BARROS O. JUNIOR	05/06/2017	Assessor I
200978	JIVALMAR YURI DE OLIVEIRA TEIXEIRA	14/02/2017	Gerente

Cadastro	Nome	Admissão	Cargo
200993	JOSE DA CUNHA DIAS	24/07/2017	REQUISITADO
200967	JOSE FERNANDO LEFCADITO ALVARES	06/01/2017	Coordenador III
200983	KATY REGINA NAVARRO ARAUJO	17/05/2017	REQUISITADO
200974	LETICIA LEVY	14/02/2017	Coordenador II
200976	LUCIANO DE CARVALHO PAÇO	02/03/2017	Gerente
200994	MARCO ANTONIO DE MORAES GONÇALVES	28/08/2017	REQUISITADO
200969	MARCOS LUIZ MANZOCHI	18/01/2017	Auditor Chefe
200984	MARIA ELIZABETH DE PINHO SANTOS	05/06/2017	Assessor II
200966	MARIO PEREIRA MARQUES NETO	06/01/2017	Superintendente Regional
200977	MICHELLE BALBI JARDIM	02/03/2017	Coordenador I
200988	NAPOLEÃO PIRES SABOIA	03/07/2017	Assessor II
200968	NATHALIE MALKINE ARAUJO	17/01/2017	Assessor I
200972	PAULA IZZO	25/01/2017	Gerente
200975	RAMON ANTONIO DE AMORIM LEMES	13/02/2017	Assessor II
200991	SILVIO SOUZA DOS SANTOS	24/07/2017	REQUISITADO
200982	SIMONE CAPOVILLA	20/04/2017	Gerente
		Total	**92**

RELAÇÃO DE EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO ANO DE 2016

Adailton Oliveira Da Silva
Adalto Knidel
Adão Gomes De Sena
Ademar Nogueira De Lima
Ademir Vanderlei Caetano
Adila De Jesus Marcelino
Adilson De Paula Silva
Adilson Ramos Da Silva
Adriana Belmiro Da Silva
Adriano Da Silva Do Nascimento
Adriano Do Nascimento Costa
Adriano Souza De Jesus
Adroaldo Rodrigues Macedo
Adronildo Alves Dos Santos
Aelson Carlos Bezerra Pereira
Afranio Rita Dos Santos
Aguinaldo Dos Santos Silva
Airton Caros Totti
Alan Brandao Nascimento
Alan Carvalho Matos Da Silva
Alan Da Silva Guerra
Alancristian Cosmo Da Silva
Alberto Soares De Oliveira Neto
Alessandra Coelho Campelo
Alessandra Guedes Veiga
Alex Dos Santos
Alex Vieira Da Silva
Alexandra Ferreira Da Silva
Alexandre Barbosa Gomes
Alexandre Canela Da Silva
Alexandre De Oliveira
Alexandre De Souza Nunes
Alexandre Fonseca Lopes
Alexandre Gregorio Dos Santos
Alexandro Tavares Do Nascimento
Alexsander Faria De Carvalho
Alisson Ricardo Pereira Valverde
Allan Augusto De Souza
Almerindo Figueira Da Silva
Álvaro Jose Dos Santos
Alverinda Damas Valadares França
Amarildo Cardoso
Amaro Jose Dantas Baptista
Amauri Da Conceição Santos
Amaury Cesar Da Silva
Ana Antunes Leite
Ana Cecilia Barbosa
Ana Lucia Do Nascimento
Ana Lucia Duque
Ana Maria Dos Santos
Ana Paula Santana Nunes
Analice Maria Da Silva
Anderson Asevedo Oliveira
Anderson Clecio Da Silva Souza
Anderson Ferreira De Oliveira
Anderson Magalhães Alves
Anderson Sella Borba
André Da Silva Firmino
Andre Henrique De Carvalho Batista
Andre Luiz Cavalcanti
André Luiz Marques Moura
Andre Oliveira Dos Santos
Andrey Nogueira De Lacerda
Aniesse De Almeida Telles
Antonio Adauto De Moura
Antonio Camilo De Albuquerque Melo
Antonio Carlos Palmeira Vieira
Antonio Carlos Ribeiro Rangel
Antonio Cassiano De Souza Junior
Antonio De Oliveira Pereira
Antonio De Souza Noronha Neto
Antonio Ezequiel Ferreira Do Nascimento
Antonio Ferreira Da Silva
Antônio Ferreira De Lima
Antonio José Carneiro Lima
Antonio Jose Do Nascimento Marques
Antonio Laurenço Correa Silva
Antonio Luiz Silva Raposo
Antonio Marcio Luciano
Antonio Marcos Lima
Antonio Mariano Da Silva Filho
Antonio Neurismar Vasconcelos
Arenaldo Dos Santos Soares
Arilson Fonseca De Melo
Ary Costa Dos Santos
Asteria Pereira Da Cunha
Augusto Luis Mendes Maciel
Aurino Santos Nascimento
Bárbara Valéria Dos Santos Cunha
Benedito Celio Da Silva
Benisia Aparecida Soares Gontijo
Bernardo Antonio Fernandes Do Nascimento
Billy Kid Pereira
Braulio Vinicio Soares Gontijo
Bruno Lopes De Araujo Silveira
Bruno Santos Oliveira
Calor Aguiar Costa
Carlene Mendes Ramos
Carlos Alberto Correia
Carlos Alberto Pereira Da Luz
Carlos Albino Barbosa De Souza
Carlos Alexandre Ferreira Rodrigues Da Silva
Carlos Augusto Tavares Gama Oliveira
Carlos Cesar Da Silva
Carlos Cesar Virginio Da Silva
Carlos Roberto Silva Almeida
Caros Alberto Lopes Da Silva
Cecilia Helena Guilherme Santos
Cecilia Margareth Peixoto Silva
Celina Moreira Da Rocha
Celso Ferreira Lima
Cesar Augusto De Sousa
Cesar Henrique Pinto Travassos
Cicero Ferreira Da Silva
Claudia Helena Da Silva Coelho
Claudio Antonio Abreu
Claudio Marques Dos Anjos
Claudionor Souza Barbosa
Claudomir Mota Brito
Clayton Gois Da Silva
Cleber Bernardes Barbosa
Cleberson Correia Machado
Cleunice Da Quinta Vieira
Cleyton Soares Santos
Creusa Ribeiro Silveira Nascimento
Cristiane Maria Alves
Cristovao Comitre De Andrade
Daci Muniz Dias
Dair Bispo Dos Santos Junior
Daniel Guedes Da Silva
Daniel Teixeira Mendes
Danielle De Paula Reis
Danielle De Souza Maia
David Johnny Coeho Mendes
Delcir Da Silva Santos
Demys Marques Rodrigues
Denis Wilson Dias De Souza
Denison Ferreira Da Silva
Diego Cunha De Carvalho
Diego De Oliveira Barbosa
Dilva Da Silva Oliveira
Dilvan Soa Santos Silva
Diogo Henrique Barbosa
Dissoneis Davis Daniel
Domingos Pires Da Silva
Dores Pereira
Douglas Lacerda Lopes
Douglas Rodrigues Medrado
Ed Neves Da Silva
Edcelma Oliveira Daris
Éder Zilio Grillo
Ederson Pinto De Oliveira
Edesio Joaquim De Souza Teixeira
Edil Barbosa Cavalcante
Edilson Barroso Vieira
Edilson Bento Da Silva Cordeiro
Edilson Pereira Dos Santos
Edinelio José Matias Dos Santos
Edival Alves Da Silva
Ednaldo Simao Da Silva
Edsomaria Borges Barbosa Da Mata
Edson De Matos Lima
Edson De Souza Lima
Edson Lima Da Silva
Eduardo Tadeu Nascimento
Edvaldo Da Silva Abreu
Elenildo Souza De Santana
Eli Machado Meireles Viana
Eliane Aguiar Da Conceição
Eliaquim Rabelo Da Silva
Eligio Gualberto Macedo
Elisabete Luna B De Brito
Elisangela Alves Marques
Elisete Dos Santos Pinto
Elisia Da Conceição Mendes
Elismar Barros Da Lima
Elismar Xavier De Lima
Elizabete Pereira Dos Anjos
Elizabeth Barbosa De Oliveira
Elizabeth Do Nasicmento
Elton Sousa Da Cruz
Emanuel Ulisses Da Cunha Ferreira
Emerson Luiz Dorcelino Vieira
Emir Lopes Da Silva
Erica Augusto Dias M Machado
Erika Vianna Da Silva
Erivaldo Torres De Lima
Erivana Aparecida Guedes Da Silva
Ernani Marques De Souza
Ernesto Da Silva Rodrigues
Fabio Jesus Dos Santos
Fabio Nunes De Andrade
Fabio Silva Garcia
Fagner Do Nascimento Vicente
Fagner Silva Lopes
Fátima Amanda De Souza
Felipe Adão Do Nascimento Santos
Felipe Arruda De Medeiros
Felipe Machado Da Silva
Felix Oliveira Dos Santos
Fernanda Vieira De Espindola
Fernando Almeida Ferreira
Fernando Candido Da Silva
Fernando Dos S De Oliveira
Fernando Gomes P De Farias
Fernando Nascimento Da Silva
Filipe Da Siva Moreira
Flavia Michele Cipriano Costa
Flávio Augusto Gonçalves Pinto
Flávio Candido De Castro
Fracimar Arruda
Fraco Alves
Francisca E Silva Oliveira
Francisco De Assis Da Silva Junior
Francisco De Assis De Sousa Araujo
Francisco Iderlândio Alves
Francisco Jose Alves De Sousa
Francisco Lieberson Simoes Da Silva Costa
Francisco Umbiratam Dourado De Oliveira
Francisco Venancio Da Silva
Gabriel Barreto
Gabriel Borge Neto
Gaspar Afonso Oliveira Cunha
Gecildo Bentes Rabelo
Geilson Francisco Da Silva
Genesio Dos Reis Sousa
Genice Alves Da Conceição
Geomar Mamed De Souza
George Hilton Gomes Campos
Geosmar Jose De Souza
Geralda Rodrigues Do Carmo
Gerson Galvão Do Nascimento
Gerusa Gomes Da Silva
Gesebel Teixeira Silva
Gilmar Nascimento Leite
Gilson Carlos Da Costa
Gilvan Alves Da Silva
Gilvan Dos Santos Silva
Gilvan Pereira Correia
Gilvanio Da Silva Araujo
Gina Alves Do Nascimento
Giovanni Rodrigues Dos Santos
Gleidson Marques Vieira
Guilherme Ferreira Fiuza
Helio Jose Da Silva
Hugo Bolonezi Marques
Humberto Alexandre Da Paixão Correia
Humberto De Souza Holanda
Humberto Teixeira Dos Santos
Ian Gabriel Caetano Lacerda De Almeida Souza
Iaponira Isaura Da Silva
Igor Freitas Pereira
Irai Barbosa De Abreu
Iraudo Francisco Dos Santos
Irineu Vieira Dos Santos
Isac Teodoro Dos Santos
Isaias Dias Cipriano

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itamar Rodrigues Pereira Da Fonseca
Itamar Santos Da Silva
Ivan Barbosa De Carvalho
Ivan Pereira De Araujo
Ivoneide Holanda Da Silva
Izabel Cristina Da Cruz Martins Da Silva
Izete Gonçalves Ferreira
Jailton Dos Santos Silva
Jair Francisco De Assis
Jamerson Alves Sousa
Janaina Custodia Silva De Araujo
Janilson Bento Fernandes
Jaqueline De Souza Rocha Silva
Jardel Pereira Da Silva
Jean Pereira De Morais
Jeanne Da Costa Pantoja
Jeferson Dos Santos Pereira
Jefferson De Souza Do Nascimento
Jesse Da Ponte Mouta Batista
Jessica Dos Reis Branco
João Batista Modesto
Joao Benevenuto Da Silva
Joao Carlos Baltar De Oliveira
João De Deus Santos
João Gonçalves De Souza
João Luiz Sombini Lopes
João Ricardo Dirques Silva
João Ricardo Jesus Da Mota
Joel Sindolfo Da Silva
Joelito Silva Dias
Joilson Fernandes Bento
Jonas Eduardo Ferreira Guedes
Jorge Alfredo N. Da Silva
Jorge Bianco Da Silva
Jorge Cristiano Pacheco
Jorge Da Silva
Jorge Da Silva Augusto
Jorge De Paula Mendes
Jorge Eduardo De Souza Santos
Jorge Luis Conceição Dos Santos
Jorge Luiz Da Silva Barcelos
Jorge Luiz Rosa
Jorge Luiz Soares Da Silva
Jorgevan Sarmento De Souza
Jose Alberto Pereira De Andrade
Jose Alfredo Luiz Pinto
José Alves Dos Santos
Jose Amauri Ramos Martins
Jose Augusto Gonçalves De Jesus
Jose Brasilino Da Silva Filho
Jose Carlos Constantino Fontes
Jose Carlos Da Motta
Jose Carlos Rodrigues De Sousa
José Cícero De Souza
Jose De Arimateia Souza Silva
Jose Elton Nunes Da Costa
José Ferreira De Matos Filho
Jose Flavio Silva
Jose Freire Ferreira
Jose Jonhnaten Da Silva Sousa
José Lima De Moraes
Jose Luiz Barcelos Ezequiel
Jose Luiz Monteiro Dos Santos
Jose Maria Oliveira De Sousa
Jose Mauro Fonseca Da Silva
Jose Reginaldo
José Roberto Correa
Jose Serrão Neves
Jose Tavares Da Silva
Jose Temotio Mira Feitosa
Jose Timóteo Mira Feitosa
Jose Vicente Alves Braga
Jose Wilson Soares Correa
Josecleide Alves Calisto
Josefa Maria Da Conceição
Joselice De Matos Galvao
Josivan Marques De Oliveira
Jovenice Venancio Da Silva
Jovison Rodrigues Lopes
Juarez Alves Santana
Julia Pereira Santos
Julio Cesar De Lima Silva
Julio Cesar Dos Reis
Julio Cesar Miranda Castro
Juraci Ribeiro Dos Santos Minervino
Jurismar Da Silva Nascimento
Juscelia Rodrigues Dos Santos Ferreira
Jussialda De Almeida Reis
Juvelino Barbosa Dos Santos
Karla Fernandes Cunha
Karla Freires Da Silva
Kleber Nunes Aires
Laene Alves De Carvalho
Lailson Jose Santana Guimarães
Laudicea Da Silva Soares
Laurindo Yoshihiro Inoue
Leandro Augusto Dias
Leandro Pereira Correia
Leandro Pereira Pedrosa
Leandro V. Dos Santos Rodrigues
Leandro Vasconcellos
Leilane Marins De Oliveira
Lenilton Costa
Leny Oliveira Da Silva
Leonardo De Souza Motta
Leonardo Maia Belo De Almeida
Lidiana Oliveira
Liliane Da Silva Ferreira
Liliane Da Silva Ferreira
Livio Cesar Matos Caldeira
Loiane Medeiros De Souza
Lucas Barboza Santos
Lucas Do Nascimento Silva
Luciana Da Silva Freitas
Luciana Oliveira De Sousa
Luciana Pereira
Luciano Eustaquio Da Rocha
Luciano Ferreira De Pinho
Luciano Silva Dalvi
Luciene Dos Santos Da Trindade
Luis Augusto Jansen Silva
Luis Claudio Pastorinho Da Silva
Luis Fernando Gomes Pinto Junior
Luis Paulo Da Silva Melo
Luiz Antonio De Aquino
Luiz Carlos Ataide
Luiz Carlos Barbosa Da Silva
Luiz Claudio Silva
Luiz Eduardo Nascimento Silva
Luiz Eduardo Pereira Da Cruz
Luiz Felipe Do Amara Ferreira
Luiz Fernando Alves Franco
Luzimar Brito Gonçalves
Magnum Kleber Dos Santos Batista
Maicom Pereira Gomes
Manoel Cunha Da Silva
Manoel De Jesus
Manoel Fernandes Da Silva
Manoel Leonardo De Sousa Filho
Manoel Nascimento
Marcelo Bastos Da Silva
Marcelo De Moura Lucio
Marcelo De Souza Ribeiro
Marcelo Ferreira Correa
Marcelo Gomes Dos Santos
Marcelo Martins Da Silva
Marcelo Neves De Labriola
Marcelo Ribeiro De Sá
Marcelo Rocha De Souza
Marcelo Rosa Souza
Marcelo Soares Dos Santos
Marciano Do Nascimento Almeida
Marcio Augusto De Souza
Márcio Maia Da Silva
Marcio Mauricio Dos Santos
Marcio Renato Valcacio De Sousa
Marcio Ribeiro Chico
Marcio Rosa Soares
Marco Leandro De Melo Pereira
Marcos Alexandre De Oliveira
Marcos Andre Geronimo Da Silva
Marcos Antonio Moura
Marcos De Mendonça
Marcos Izidorio De Oliveira
Marcos Meirelles Da Silva
Marcos Menezes Da Silva
Marcos Paulo Alves
Marcus Vinícius Furtado Lima
Marcus Vinicius Tereza
Maria Auxiliadora Albino Da Silva
Maria Auxiliadora Maia De Oliveira Lima
Maria Das Graças Cabral
Maria Das Graças Coutinho Abraao
Maria Do Amparo Rodrigues Da Sena
Maria Edilene Cardoso Oliveira
Maria Jose De Carvalho
Maria Lucieni De Freitas
Maria Luisa Dos Santos
Maria Luiza Teodoro Gomes
Maria Messias Antunes Da Silva
Maria Salete Farias De Oliveira
Marilia Liliane Ferreira De Oliveira
Marineth Rocha De Souza
Mario Alberto Sousa Costa
Mario Lopes Dos Reis Porto
Mario Michel Rodrigues
Markelson Viana De Arimateia
Marlene Machado Do Nascimento Dias
Marli Bezerra Pereira
Martim Ventura Da Silva Junior
Marzinho Barbosa De Carvalho
Mateus Augusto Bezerra De Souza
Mauricio Guapiassu Da Silva
Mauro Silva Dos Santos
Messias Matos Gomes Kraho Kanela
Miguel Da Silva Junior
Milton Dos Santos Junior
Milton Mendes
Milton Rodrigues Vieira
Miriam Soares De Oliveira
Mirian Da Silva Campos Costa
Moises Marinho Souza
Moises Monteiro Lima
Napoleão Sousa Lima Neto
Nazaré Pereira Da Silva
Neimar Xavier Dos Santos
Nilton José De Oliveira Pinheiro
Nilvaci Pereira Serafim De Oliveira
Nilvan Besio
Odair José Cruz Silva
Olavo Barbosa Dos Santos
Orlando Cardoso Da Silva
Oseias Luiz De Moura Braga
Osleil Alves De Assis
Osmar De Barros Zeferino
Osvaldina Sousa De Oliveira
Osvaldo Teodoro Madureira
Oziel Jose Dos Santos
Ozorino Prates Lebrao
Paulo Cesar Alves Dos Santos
Paulo Cesar Deodata Da Silva
Paulo Cesar Nogueira Dos Santos
Paulo Cesar Soares Da Costa
Paulo Da Silva
Paulo Henrique De Souza
Paulo Henrique Teixeira Barbosa
Paulo Ricardo De Jesus Pessoa
Paulo Roberto Dos Santos Carvalho
Paulo Roberto Franco
Paulo Roberto Pereira De Carvalho
Paulo Roberto Teles De Sousa
Paulo Sergio De Matos Pereira
Paulo Sergio De Oliveira Reis
Paulo Sérgio Dos Reis Da Silva
Pedro Da Silva Santos
Pedro Henrique Dos Santos Costa
Pedro Paulo Aquino
Pericles De Azevedo Maciel
Quiteria Geruza Da Silva
Rafael Almeida Dos Santos
Rafael Vinicius Gonçalves Nascimento
Raimundo Alves Menezes
Raimundo Antonio Da Silva Neto
Raimundo Francisco Pereira Rodrigues
Raimundo Nonato Barbosa De Farias
Raimundo Nonato Bezerra Junior
Raimundo Nonato Duarte Dias
Raimundo Nonato Lima Silva
Raimundo Pereira De Sousa
Raimundo Rodrigues Martins
Regina Da Silva Moura Firmino
Reginaldo Belarmino
Reginaldo Dias Brandão
Renato Clemente De Almeida
Rene De Freitas Sousa
Ricardo Da Silveira De Andrade
Ricardo Lima Dos Santos Pereira
Ricardo Matias De Souza
Richard Almeida De Jesus
Robert Wagner Santos De Souza
Roberto Andrade Lima
Roberto Martins Cardoso De Carvalho
Roberto Regis De Freitas
Robson Duraes De Brito
Robson Gomes Pereira
Robson Gonçalves Caixeta
Robson Willian Gomes
Rodrigo Alves Ferrari
Rogério De Oliveira Da Silva
Rogerio Deodato Da Silva
Rogerio Vieira Nunes
Romário De Oliveira Do Nascimento
Ronaldo Borges Da Silva
Ronaldo Da Costa Cumings
Ronaldo Gonçalves Da Silva
Ronaldo Nogueira Da Silva
Ronaldo Nunes Pereira
Ronaldo Pereira Da Silva
Ronaldo Pereira Leite
Rosagela Fernandes Machado
Rosalino Pacheco Coelho
Rosana Alves Da Silva
Rosimeire Biangulo Gondim
Rozileide Vieira De Souza
Rozimar Silva Dos Santos
Ruan Braz Alves
Salomão Barcelos Araujo
Samora Machel De Souza Assis Santos
Sandra Barros De Lira
Selma Ferreira Da Conceição
Sérgio Aragão De Oliveira
Sergio Castro Alencar
Sergio Da Silva Pereira
Sergio Jose Cirilo Da Silva
Sergio Roberto Xavier Almeida
Sérgio Zambrotti Bezerra
Sidnei Cavalcante Leite
Sidney Dos Santos Silva
Silmara Inocêncio De Freitas
Silvana Carlos Porto Dos Reis
Silvana Matias Tavares
Silvirley Barao Peres
Sirlene Oliveira Santos
Sonia Cristina Assunção Da Silva
Soraya Linger Almeida Da Silva
Tales Rodrigues De Oliveira
Tancredo Solano Simao Bezerra
Tarcisio Venancio De Oliveira Junior
Tereza Cristina Campos Colhaço
Tereza Cristina Jorge De Oliveira
Terezinha Martins Zaino
Thais Gomes Nunes Cunha
Thais Guimarães De Oliveira E Silva
Thales Aires Costa
Thiago De Oliveira Gonçalves
Thiago Do Couto De Vasconcelos
Thiago Oliveira Sales
Thyarno Vieira Silzo Galdino
Valdenir Dos Santos Pereira
Valdineide Moreira A Da Silva
Valdiney Mauricio Marins
Valdomiro Da Silva
Valdomiro Lima Da Silva Filho
Valmir Alves Da Silva
Valmir Manoel Dos Santos
Valmir Santos Da Silva
Valter Francisco De Lima
Valter Nascimento Dos Santos
Vanderlei Da Silva E Sousa
Vandinei Oliveira
Vanuza Pereira Da Silva Carvalho
Vera Cecilia Barbosa
Vera Lucia Martins Silva
Vicente Alício Machado
Vicente De Paulo Leite
Vicente Nolasco De Resende
Vicente Paulo Dos Santos Filho
Vicentina Maria Dos Santos Viana
Vilma De Sampaio Cunha
Vitor Hugo Da Rocha
Wagner Dos Santos Clementino
Wagner Maciel Paixão
Wanessa Machado Candido
Warlen Rodrigues Da Silva
Washington Luiz Lopes Malvino Moraes
Washington Mota Obando
Wellington Gomes Da Vitoria De Souza
Wellington Guedes Gomes
Wellington Paulo Santos Da Costa
Wellington Pereira Alvim
Wilkeson Cabral Da Silva
William Freire Tavares
William Holanda Cavalcanti
Wilson Jose De Oliveira Junior
Wolney Moreira Da Silva
Yasmin Almeida De Oliveira
Yeder Louredo De Carvalho
Yuri Nunes Laurentino
Zelia Pereira Santos
Zenildo Pereira De Macedo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 438, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processos nº 21000.003271/2018-24 e 21000.003201/2018-76, resolve:

Art. 1º Publicar os preços mínimos para café arábica e conilon, laranja in natura, trigo e semente, da safra 2018/2019, conforme anexos I a IV desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Voto CMN 12/2018, DE 22 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata esta Portaria são estabelecidos em favor dos produtores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

Anexo I - Preços Mínimos - Cafés da Safra 2018/2019

Produto	Tipo	Preço Mínimo (R$/ 60 kg) (1)			Período de Vigência
		2017/2018	2018/2019	Variação	
Café Arábica	tipo 6, bebida dura para melhor, com até 86 defeitos, peneira 13 acima, admitido até 10% de vazamento e teor de umidade de até 12,5%	333,03	341,21	2,46%	abril/2018 a março/2019
Café *Conilon*	tipo 7, com até 150 defeitos, peneira 13 acima e teor de umidade de até 12,5%	223,59	202,19	-9,57%	

(1) Preço Mínimo Básico

Anexo II - Preço Mínimo - Laranja *in natura* da safra 2018/2019

Estados amparados	Tipo/Classe Básico	Unidade	Preços Mínimos (R$/unidade)			Período de Vigência
			2017/18	2018/19	Var	
Brasil	-	40,8 kg	12,28	13,20	7,49%	jul/2018 a jun/2019

Anexo III - Preços Mínimos - Trigo em grãos da safra 2018/2019

Regiões / Estados	Tipo	PH	Básico			Doméstico			Pão			Melhorador			Período de Vigência
			2017/18	2018/19	Var.	2017/18	2018/19	Var.	2017/18	2018/19	Var.	2017/18	2018/19	Var.	
Sul	1	78	20,48	19,88	-2,93%	25,57	24,82	-2,93%	37,26	36,17	-2,93%	39,02	37,88	-2,93%	jul/2018 a jun/2019
	2	75	18,43	17,89	-2,93%	23,01	22,34	-2,93%	31,92	30,98	-2,94%	33,46	32,48	-2,93%	
	3	72	16,21	15,74	-2,90%	19,62	19,05	-2,93%	23,6	22,91	-2,92%	24,03	23,33	-2,93%	
Sudeste	1	78	22,56	21,9	-2,93%	28,11	27,29	-2,93%	41	39,8	-2,93%	43,37	42,1	-2,93%	
	2	75	20,3	19,71	-2,91%	25,3	24,56	-2,93%	35,15	34,12	-2,93%	37,2	36,11	-2,93%	
	3	72	17,86	17,34	-2,91%	21,52	20,89	-2,93%	25,93	25,17	-2,93%	26,48	25,7	-2,93%	
Centro-Oeste e Bahia	1	78	22,56	21,9	-2,93%	28,11	27,29	-2,93%	42,67	41,42	-2,93%	45,13	43,81	-2,93%	
	2	75	20,3	19,71	-2,93%	25,3	24,56	-2,93%	36,58	35,51	-2,93%	38,71	37,58	-2,93%	
	3	72	17,86	17,34	-2,93%	21,52	20,89	-2,93%	25,93	25,17	-2,93%	26,48	25,7	-2,93%	

Preço Mínimo Básico Pão, tipo 1.

Anexo IV - Preço Mínimo - Semente de trigo da safra 2018/19

Regiões amparadas	Unidade	Tipo	Preços Mínimos (R$/unidade)			Período de Vigência
			2017/18	2018/19	Var	
Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	Único	1,48	1,44	- 2,93%	jul/2018 a jun/2019

(1) Genética, básica e certificada S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 62, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.004712/2017-38, resolve:

Art. 1º Credenciar, sob número BR RS 670, a empresa Desinservice Desinsetizadora Ltda., CNPJ nº 13.815.983/0001-66, localizada no Eixo Secundário 3, Lote 5, nº 520, Distrito Industrial, município de Santa Maria, para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Contêineres (FEC); b) Fumigação em Silos Herméticos (FSH) e c) Fumigação em Porões de Navios (FPN); d) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL); todos com utilização de Fosfina;

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, CONFORME § 4º Do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere os Arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 26 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Parágrafo Único do art. 70, da Instrução Normativa n° 39, de 27 de novembro de 2017, e Instrução Normativa nº 25, de 27 de Junho de 2017, considerando a necessidade de estabelecer os procedimentos operacionais do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, e o que consta do Processo nº 21000.048713/2016-08 e Processo nº 21000.004260/2018-61 resolve:

Art. 1º Os Anexos XVIII, XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXI, XXXVIII, XL, XLVI e XLVII da Instrução Normativa n° 39, de 27 de novembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XVIII - DO DEPÓSITO ALFANDEGADO CERTIFICADO

1. Considerações Gerais:

Depósito Alfandegado Certificado - DAC é o regime que permite considerar exportada, para todos os efeitos fiscais, creditícios e cambiais, a mercadoria nacional depositada em recinto alfandegado, vendida a pessoa sediada no exterior, mediante contrato de entrega no território nacional e à ordem do adquirente.

Aplicam-se as disposições previstas neste Anexo também aos produtos de interesse agropecuário, que após a extinção do regime de DAC, sejam transferidos ou admitidos em outros regimes aduaneiros.

Para fins deste Anexo, entende-se por:

a) vendedor: a pessoa que figure como exportador na Declaração para Despacho de Exportação - DDE registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, ou outro documento que venha a substituí-lo;

b) comprador: a pessoa que figure como importador na DDE registrada no Siscomex, ou outro documento que venha a substituílo;

c) mandatário: a pessoa física ou jurídica designada pelo comprador, domiciliada ou estabelecida no território brasileiro, que tenha mandato para atuar em seu nome, podendo ser, inclusive, o vendedor ou o depositário; e

d) depositário: o administrador do recinto ou local autorizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF a operar o regime.

O regime de DAC para produtos de interesse agropecuário, somente será autorizado, quando operado em armazéns, terminais ou recintos habilitados pelo Mapa, sendo que somente poderão ser admitidas no regime de DAC, os produtos de interesse agropecuário que não possuam restrição para exportação.

2. Exigências:

2.1. Para fins do disposto neste Anexo, os produtos de interesse agropecuário sujeitos à autorização de exportação prévia ao embarque ou transposição de fronteira, somente serão admitidos no regime de DAC, mediante prévia autorização do setor técnico competente.

2.2. Nos casos em que não seja requerida a autorização de exportação, a concessão do regime de DAC para produtos de interesse agropecuário poderá ser realizada de forma automática.

2.3. Deverão ser anexados à DAT:

a) Conhecimento de Depósito Alfandegado - CDA, emitido pelo permissionário ou concessionário que administre o recinto alfandegado;

b) Autorização de Exportação, nos casos em que seja exigida previamente ao embarque ou transposição de fronteira;

c) Certificados Sanitários Internacionais ou Certificados Fitossanitários, quando emitidos pela representação do Mapa, na origem;

d) Certificados Sanitários Nacionais, Certificados de Conformidade ou Certificados de Inspeção Sanitária, para os casos de produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, conforme o caso;

e) Permissão de Trânsito Vegetal, quando requerida para o trânsito interestadual;

f) demais documentos, quando descritos na Autorização de Exportação; e

g) deverão ser anexados ainda à DAT, os mesmos documentos exigidos para cada tipo e natureza dos produtos de interesse agropecuário, dispostos nos capítulos específicos desta Instrução Normativa, à exceção do conhecimento ou manifesto de carga, que será apresentado para comprovação do embarque ou transposição de fronteira.

2.4. O efetivo embarque dos produtos de interesse agropecuário com destino ao exterior, ou o consequente enquadramento em outro regime aduaneiro deverá ser comprovado através da anexação dos documentos no dossiê eletrônico correspondente, com vista a controle de saldo das mercadorias admitidas inicialmente no regime.

2.5. O não cumprimento do disposto neste Anexo, a omissão ou a prestação de informações inexatas ou incorretas, sujeitarão o beneficiário do regime de trânsito às sanções previstas na legislação vigente.

3. Procedimentos:

A fiscalização do produto de interesse agropecuário, será realizada de acordo com o procedimento específico dos produtos de interesse agropecuário constante desta Instrução Normativa.

O procedimento de fiscalização será iniciado a partir do registro da DAT, e apresentação dos documentos exigidos e será realizado no local de DAC do produto de interesse agropecuário.

3.1. Essa fiscalização também poderá ser realizada no local de egresso do produto de interesse agropecuário, quando diferente do local de DAC, nas seguintes situações:

a) em casos de dúvida, ou suspeita quanto à regularidade da operação ou à manutenção da integridade e das condições técnicas, higiênicas e sanitárias da carga; e

b) em outras situações, a critério da autoridade agropecuária.

3.2. Dos Procedimentos para Liberação Agropecuária:

a) concluído o processo de fiscalização, bem como nos casos em que a DAT não requeira nova manifestação da autoridade agropecuária, deverá o beneficiário do regime informar o embarque da mercadoria ou transposição da fronteira, mediante anexação no dossiê eletrônico do conhecimento ou manifesto de carga definitivo.

b) para os casos de extinção do DAC, com vistas ao enquadramento em outra modalidade ou regime aduaneiro, deverá o beneficiário do regime apresentar a documentação comprobatória no dossiê eletrônico;

c) nos casos de extinção de DAC, com vistas a nacionalização total ou parcial dos produtos de interesse agropecuário que efetivamente não foram embarcados ou não transpuseram a fronteira, com destino ao exterior, deverão ser adotados os procedimentos previstos para reimportação;

d) para os casos em que a certificação sanitária, zoossanitária ou fitossanitária não seja emitida pela representação do Mapa na origem, esta deverá ser emitida pela Unidade do Vigiagro no local de despacho;

e) a liberação agropecuária será realizada na Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT, para fins de conclusão do procedimento de fiscalização agropecuária, com registro da liberação ou proibição agropecuária; e

f) nos casos em que a liberação agropecuária se proceda na DAT pela Unidade do Vigiagro do local de despacho do produto de interesse agropecuário, fica autorizado automaticamente o trânsito aduaneiro até o local de egresso, para os casos em que este for diferente do local de DAC.

3.3. Notificação de não conformidades:

a) em caso de não conformidade ou ocorrência durante a permanência no regime de DAC, o beneficiário deverá informar, imediatamente, à autoridade agropecuária da Unidade do Vigiagro do local de despacho.

b) O não cumprimento do disposto no presente Regulamento, a omissão ou a prestação de informações inexatas ou incorretas, sujeitarão o beneficiário do regime às sanções previstas na legislação vigente.

c) A autoridade agropecuária poderá a qualquer tempo proibir o despacho aduaneiro dos produtos de interesse agropecuário admitidos em regime de DAC e, que por ventura, passem a ter restrições para exportação.

4. Documentação emitida:

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s); e

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:

a) Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;

b) Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (arts. 493 a 498); e

c) Instrução Normativa SRF/MF nº 266, de 23 de dezembro de 2002.

ANEXO XXIII DA ENTREPOSTAGEM ADUANEIRA

1. Considerações Gerais:

Entrepostagem aduaneira é o regime aduaneiro especial aplicado às operações de importação e exportação, com armazenagem de mercadorias em local autorizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A entrepostagem aduaneira de produtos de interesse agropecuário deverá ocorrer em local credenciado ou habilitado pelo Mapa, que deverá cumprir as mesmas disposições referentes à habilitação de armazéns, terminais e recintos.

Somente poderão ser admitidos no regime de entrepostagem aduaneira:

a) para exportação, os produtos de interesse agropecuário que não possuam restrição para exportação; e

b) para importação, os produtos de interesse agropecuário, cuja importação seja autorizada pelo Mapa, nos termos da legislação específica.

Os produtos de interesse agropecuário sujeitos à autorização de exportação ou importação prévia ao embarque ou transposição, somente serão admitidos no regime de entrepostagem aduaneira, mediante prévia autorização do setor técnico competente da SFA-UF.

Nas situações onde não seja requerida a autorização de importação, a concessão do regime de trânsito aduaneiro poderá ser realizada de forma automática e se dará no ato do registro da Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT.

Constitui condição para a entrepostagem aduaneira de produtos de interesse agropecuário, a não restrição para a realização da operação de trânsito aduaneiro pelo Mapa, quando houver, entre o ponto de entrada e o local de entrepostagem aduaneira.

2. Exigências:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Declaração de Admissão formulada pelo beneficiário no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, ou documento equivalente;

c) Autorização de Exportação ou Autorização de Importação, para os casos em que seja exigida previamente ao embarque ou transposição de fronteira;

d) Certificados Sanitários Nacionais, Certificados de Conformidade ou Certificados de Inspeção Sanitária, para os casos de produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, quando da entrepostagem para exportação, conforme o caso;

e) Certificado Sanitário, fitossanitário ou Zoossanitário quando da entrepostagem para importação, conforme o caso;

f) Permissão de Trânsito Vegetal, quando requerida para o trânsito interestadual;

g) Conhecimento ou Manifesto de Carga quando da entrepostagem para importação; e

h) demais documentos, quando descritos na Autorização de Exportação ou na Autorização de Importação.

Deverão ser anexadas ainda à DAT, os mesmos documentos exigidos para cada tipo e natureza dos produtos de interesse agropecuário, dispostos nos anexos específicos desta Instrução Normativa, à exceção do conhecimento ou manifesto de carga quando da entrepostagem para exportação, que deverá ser apresentado para comprovação do embarque ou transposição de fronteira.

O efetivo embarque dos produtos de interesse agropecuário com destino ao exterior, ou o consequente enquadramento em outro regime aduaneiro deverão ser anexados em dossiê eletrônico correspondente, com vista a controle de saldo das mercadorias admitidas inicialmente no regime, sendo que o não cumprimento, a omissão ou a prestação de informações inexatas ou incorretas, sujeitarão o beneficiário do regime de trânsito às sanções previstas na legislação vigente.

3. Procedimentos:

A fiscalização, inspeção e liberação agropecuária será realizada em conformidade com as disposições descritas nos Anexos específicos desta Instrução Normativa, na dependência da natureza dos produtos de interesse agropecuário.

Quando da entrepostagem aduaneira para exportação, a fiscalização também poderá ser realizada no local de egresso da mercadoria, bem ou material de interesse agropecuário, quando diferente do local de entrepostagem, nas seguintes situações:

a) em caso de dúvida ou suspeita quanto à regularidade da operação;

b) em caso de ruptura do lacre ou de perda da integridade da carga; e

c) em outras situações, a critério da autoridade agropecuária.

Concluído o processo de fiscalização, bem como nos casos em que a DAT não requeira nova manifestação da autoridade agropecuária, deverá o beneficiário do regime informar o embarque da mercadoria ou transposição da fronteira, mediante anexação no dossiê eletrônico do conhecimento ou manifesto de carga definitivo.

Para os casos em que a certificação sanitária, zoossanitária ou fitossanitária não seja emitida no estabelecimento de origem, esta deverá ser emitida pela Unidade do Vigiagro no local de despacho.

A liberação agropecuária será realizada na Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT, para fins de conclusão do procedimento de fiscalização agropecuária, com registro da liberação ou proibição agropecuária;

Nos casos em que a liberação agropecuária se proceda na DAT pela Unidade do Vigiagro do local de despacho da mercadoria, bem ou material de interesse agropecuário, fica autorizado automaticamente o trânsito aduaneiro de exportação até o local de egresso, para os casos em que este for diferente do local de entrepostagem.

Em caso de não conformidade ou ocorrência durante a permanência no regime de entrepostagem aduaneira, o beneficiário deverá informar, imediatamente, a Unidade do Vigiagro do local de despacho, de ingresso ou egresso, dependendo da localização da mercadoria.

4. Documentação emitida:

a) Parecer de fiscalização em sistema(s) informatizado(s); e

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:

a) Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;

b) Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (arts 404 a 419); e

c) Instrução Normativa SRF/MF nº 241, de 6 de novembro de 2002.

ANEXO XXVI - DA EXPORTAÇÃO DE PLANTAS, PARTES DE PLANTAS E SEUS PRODUTOS

1. Considerações Gerais:

1.1. A inspeção e a certificação de produtos vegetais destinados à exportação serão realizadas mediante solicitação do exportador, observando-se os procedimentos e critérios para emissão do Certificado Fitossanitário - CF e do Certificado Fitossanitário de Reexportação - CFR, estabelecidos na Instrução Normativa MAPA nº 29, de 25 de julho de 2013.

1.2. O CF e o CFR serão emitidos observados os requisitos fitossanitários estabelecidos pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país importador, para atestar a condição fitossanitária do envio de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e outros produtos de interesse agropecuário exportados pelo Brasil.

1.3. Vegetais, suas partes, produtos e subprodutos da flora brasileira protegidos pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Flora e Fauna Silvestres, em Perigo de Extinção - CITES, deverão ter autorização prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

1.4. Devem ainda ser observados os requisitos referentes a qualidade e inocuidade dos produtos a serem exportados e a aplicabilidade dos procedimentos dispostos no ANEXO XXIX quando couber.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. A exportação material de propagação vegetal deverá obedecer às disposições do Regulamento da Lei n° 10.711, de 5 de agosto de 2003, aprovado pelo Decreto n° 5.153, de 16 de dezembro de 2004, e os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017, atendidas as exigências de acordos e tratados que regem o comércio internacional ou aquelas estabelecidas com o país importador.

1.6. Estas orientações não se aplicam às sementes e às mudas exportadas para fins de pesquisa e experimentação.

1.7. A exportação de material de propagação vegetal só poderá ser realizada por produtor ou comerciante inscrito no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM e a espécie ou a cultivar deverá estar inscrita no Registro Nacional de Cultivares - RNC.

1.8. A exportação de qualquer quantidade de sementes ou de mudas, por qualquer ponto do país, dar-se-á por anuência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, mediante solicitação do interessado ao órgão técnico de sementes e mudas. Incluindo as sementes e as mudas despachadas via postal e aquelas transportadas por passageiros em trânsito internacional.

1.9. O Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex e o sistema Visão Integrada do Comércio Exterior - Vicomex, partes integrantes do Portal Único de Comércio Exterior - Portal Siscomex, constituem-se em instrumentos formais de exportação de sementes e mudas. Toda documentação a ser apresentada ao Mapa quando da exportação deverá constar do dossiê Vicomex juntamente com os documentos emitidos pela fiscalização.

1.10. A Comunicação para Exportação de Sementes e de Mudas, deverá ser inserida pelo interessado no Vicomex, acompanhada da sua respectiva documentação. O número do Dossiê Vicomex será comunicado de forma eletrônica pelo exportador ao órgão técnico de sementes e mudas, da unidade descentralizada do Mapa da UF em que estiver estabelecido.

1.11. Concluídas as análises e satisfeitas as exigências legais, o órgão técnico de sementes e mudas autorizará a exportação de Sementes e Mudas. O exportador e a unidade descentralizada do Mapa no ponto de saída do produto serão notificados da autorização de exportação. A autorização terá validade, para efeito de embarque, de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis. No caso de semente ou de muda destinada à reexportação, a anuência será utilizada como autorização de transporte até o ponto de saída.

1.12. No ponto de saída o exportador solicitará o desembaraço aduaneiro, mediante a apresentação da Declaração Agropecuária do Trânsito Internacional - DAT, após inclusão no Vicomex, da documentação exigida pela legislação específica.

1.13. Para exportação de sementes brutas para países que permitem essa operação sem o acompanhamento do respectivo certificado de semente, o exportador deverá apresentar declaração do Responsável Técnico de que as sementes são provenientes de campos registrados no Mapa cuja colheita foi aprovada por ele após as devidas vistorias previstas na legislação.

1.14. As sementes exportadas com certificação não definitiva da produção, amparada sob regras e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário ou membro, deverão estar acompanhadas do respectivo certificado, ficando dispensadas do Boletim de Análise de Sementes.

1.15. No caso de exportação de produtos vegetais para países do MERCOSUL, devem ser observados os Requisitos Fitossanitários Harmonizados, por Categoria de Risco, estabelecidos nos termos da Instrução Normativa Mapa nº 23, de 2 de agosto de 2004, conforme as seguintes definições:

a) Produtos Categoria 0 (zero):

São considerados produtos vegetais Categoria 0 (zero) aqueles que, mesmo sendo de origem vegetal, pelo seu grau de processamento, não requerem nenhum tipo de controle fitossanitário e não são capazes de veicular praga em material de embalagem nem de transporte, não demandando, portanto, intervenção das ONPFs.

Enquadram-se nesta categoria: óleos, álcoois, frutos em calda, gomas, açúcares, carvão vegetal, celulose, sucos, lacas, melaço, corantes, congelados, enlatados, engarrafados a vácuo, palitos para dentes, palitos para picolés, palitos para fósforo, essências, extratos, fios e tecidos de fibras vegetais processadas, sublinguais, pastas (ex.: cacau, marmelo), polpas, resinas, vegetais e hortaliças pré-cozidas e cozidas, vinagre, picles, conservas.

b) Produtos Categoria 1:

São considerados produtos Categoria 1 aqueles de origem vegetal industrializados, que tenham sido submetidos a qualquer processo tecnológico de desnaturalização que os transforme em produtos incapazes de serem afetados diretamente por pragas de cultivos, mas que poderão veicular pragas de armazenamento e em material de embalagem e meios de transporte. São produtos destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Classe 6: compreende madeiras, cascas e cortiças processadas: serragem de madeira; barris, ripas e lascas de madeiras tostadas; briquetes; instrumentos musicais de madeira; lâminas de madeira desfolhadas, em chapas, de espessura inferior a 5 mm; madeira seca no forno; madeiras impregnadas mediante vácuo/pressão, imersão ou difusão com creosoto ou outros ingredientes ativos autorizados no país importador; madeiras perfiladas ou entalhadas, incluídas madeiras para piso, tacos e paquets; móveis, partes de móveis e peças para móveis fabricados com madeira seca a forno e/ou com chapas de fibra, aglomerados, compensados ou reconstituídos; pranchas de cortiças trituradas e tábuas de cortiças; tabuleiros de fibras de partículas, de compensado e reconstituídos.

Classe 10: compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: arroz parbolizado; arroz polido, branco; artesanatos de origem vegetal; derivados de cereais, oleaginosas e leguminosas (desativados artificialmente, pellets, tortas); flores secas e tingidas; frutas desidratadas artificialmente (pêssego, maçã, pêra, ameixa, etc); farinhas, amido, féculas, sêmolas e semolinas; ervas e especiarias moídas; plantas e partes de plantas desidratadas; erva-mate processada e semiprocessada.

c) Produtos Categoria 2:

São considerados produtos Categoria 2 os produtos vegetais semiprocessados (submetidos a secagem, limpeza, separação, descascamento, etc.) que poderão abrigar pragas. São destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Classe 5: Flores de corte e folhagens ornamentais: porções cortadas de plantas, incluídas as inflorescências, destinadas à decoração e não à propagação, flores de corte e folhagens ornamentais cortadas e secas.

Classe 6: Compreende os seguintes produtos de origem florestal: madeiras, cortiças e semiprocessados; lasca; embalagens e suportes de madeira (declarados como carga); madeira serrada e pallets; madeiras perfiladas ou entalhadas; vigotas de madeira.

Classe 7: Compreende o material de embalagem e suporte e se define como produtos de origem vegetal e qualquer outro material usado para transportar, proteger ou acomodar mercadorias de origem vegetal e não vegetal.

Classe 10: Compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: algodão prensado sem semente; arroz integral (descascado); cacau em amêndoa; derivados de cereais, oleaginosas e leguminosas (farelos, resíduos industriais, etc.); especiarias em grãos secos ou folhas secas; frutas secas naturalmente: passas de uva, figos e tâmara; frutos de natureza seca sem casca (amêndoa, avelã, etc.); grãos descascados, limpos, picados, separados (arroz, palhas e cascas); materiais e fibras vegetais semiprocessadas (linho, sisal, juta, cana, bambu, junco, vime, ráfia, sorgo vassoura, etc.); plantas e partes de plantas secas; fumo em folha, seco; xaxim natural.

d) Produtos Categoria 3:

São considerados produtos Categoria 3 os produtos vegetais in natura destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Classe 4: Compreende frutas e hortaliças: partes frescas de plantas destinadas ao consumo ou processamento e não a serem plantadas.

Classe 5: Compreende flores de corte, folhagens ornamentais, porções cortadas de plantas, incluídas as inflorescências, destinadas à decoração e não à propagação.

Classe 6: Compreende madeiras, cascas e cortiça não processados: cortiça natural (lâminas, tiras); casca; lenha; ramos e folhagem; tora de madeira com ou sem casca.

Classe 9: Compreende grãos; refere-se a sementes de cereais, oleaginosas, leguminosas para consumo e outras sementes destinadas ao consumo e não à propagação.

Classe 10: Compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: algodão prensado com sementes, linters, desperdícios e sementes de algodão (grãos); café em grão, cru, sem tostar; especiarias em frutos ou folhas frescas; frutos de natureza seca com casca; raízes forrageiras, fenos, fardos de alfafa, etc.; fumo ao natural (em ramos ou resíduos).

e) Produtos Categoria 4:

São considerados produtos Categoria 4 as sementes, plantas ou outros materiais de origem vegetal destinados à propagação ou reprodução.

Classe 1: compreende plantas para plantar, exceto as partes subterrâneas e as sementes;

Classe 2: compreende bulbos, tubérculos e raízes - porções subterrâneas destinadas à propagação;

Classe 3: compreende as sementes verdadeiras, destinadas a propagação - sementes hortícolas, frutícolas, cereais, forrageiras, oleaginosas, leguminosas, florestais, florais e de especiarias.

f) Produtos Categoria 5:

Qualquer outro produto de origem vegetal ou não vegetal, não considerado nas categorias anteriores e que implica um risco fitossanitário, podendo ser comprovado com a correspondente Análise de Risco de Pragas - ARP.

Classe 8: Solo, turfas e outros materiais de suporte

Classe 10: Miscelâneas: agentes de controle biológico; coleções botânicas; espécimes botânicos; inoculantes e inóculos para leguminosas e outros cultivos de microrganismos; pólen; substratos.

2. Documentação exigida:

2.1. Produtos Categoria 0 (zero):

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Documento comprobatório da exigência oficial do país importador, quando couber; e

c) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga definitivo, que poderá ser apresentado posteriormente a inspeção física e deferimento da DAT.

2.2. Produtos Categoria 1:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Documento comprobatório da exigência oficial do país importador, quando couber;

c) Cópia do Registro de Exportação (RE) ou documento equivalente; e

d) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga definitivo, que poderá ser apresentado posteriormente a inspeção física e deferimento da DAT.

2.3. Produtos Categorias 2 e 3:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Permissão de Trânsito Vegetal - PTV quando o requisito fitossanitário para a praga estiver relacionado com a área de produção do produto que compõe o envio;

c) Certificado de Tratamento, quando for o caso;

d) Laudo laboratorial, constando dados que permitam a identificação do envio emitido por laboratório credenciado pelo Mapa.

e) Documentação comprobatória dos requisitos fitossanitários do país importador, quando couber;

f) Cópia do Registro de Exportação - RE ou documento equivalente;

g) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga definitivo, que poderá ser apresentado posteriormente a inspeção física e deferimento da DAT. e

h) Cópia da autorização do IBAMA para vegetais, suas partes, produtos e subprodutos da flora brasileira sob risco de extinção - CITES, quando couber.

2.4. Produtos Categoria 4:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Comunicação para Exportação de Sementes e de Mudas deferido pelo Setor Técnico da SFA-UF (Anexo II, da Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017);

c) Atestado de Origem Genética, Certificado de Semente ou de Muda, ou Termo de Conformidade de Semente ou de Muda, exceto quando a finalidade for experimental;

d) Permissão de Trânsito Vegetal - PTV quando o requisito fitossanitário para a praga estiver relacionado com a área de produção do produto que compõe o envio;

e) Certificado de Tratamento, quando for o caso;

f) Laudo laboratorial, no atendimento as exigências do pais importador, constando dados que permitam a identificação do envio emitido por laboratório credenciado pelo Mapa, quando couber;

g) Documentação comprobatória dos requisitos fitossanitários do país importador, quando couber;

h) Cópia da Fatura Comercial ou da Nota Fiscal;

i) Cópia do Registro de Exportação - RE ou documento equivalente (Declaração Única de Exportação - DUE);

j) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga definitivo, que poderá ser apresentado posteriormente a inspeção física e deferimento da DAT e

k) Cópia do Packing List, quando couber.

2.5. Produtos Categoria 5:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Documento comprobatório da exigência oficial do país importador, quando couber;

c) Autorização de exportação do IBAMA para produtos relacionados na Convenção sobre o Comércio Internacional de Flora e Fauna Silvestres, em Perigo de Extinção - CITES, quando couber;

d) Registro de Exportação - RE ou documento equivalente, quando couber; e

e) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga definitivo, que poderá ser apresentado posteriormente a inspeção física e deferimento da DAT.

3. Procedimentos:

3.1. Produtos Categoria 0 (zero):

a) análise documental; e

b) não cabe emissão de CF ou CFR para produto vegetal industrializado ou que, devido ao processamento a que foi submetido, não ofereça risco de veicular praga. Entretanto, caso a ONPF do país importador exigir ou mediante autorização pelo DSV/Mapa, o CF ou CFR deverá ser emitido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2. Produtos Categoria 1:
a) análise documental; e
b) não cabe emissão de CF ou CFR para produto vegetal industrializado ou que, devido ao processamento a que foi submetido, não ofereça risco de veicular praga. Entretanto, caso a ONPF do país importador exigir ou mediante autorização pelo DSV/Mapa, o CF ou CFR deverá ser emitido.

3.3. Produtos Categorias 2 e 3:
a) análise documental;
b) inspeção fitossanitária e amostragem, quando couber:
b.1) a inspeção fitossanitária do produto será realizada com o objetivo de verificar a conformidade fitossanitária das partidas em relação aos Requisitos Fitossanitários do país importador; e
b.2) a amostragem, quando necessária, será realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo DSV/Mapa e, na sua ausência, de acordo com às tabelas de inspeção e amostragem constantes nesta Instrução Normativa;
c) constatada a presença de pragas na amostra, haverá a emissão de NFA constando, quando couber, a prescrição do tratamento fitossanitário a ser realizado.
d) os tratamentos com fins quarentenários, quando prescritos, só poderão ser realizados por empresa ou entidade devidamente habilitada e credenciada pelo Mapa, conforme legislação em vigor, devendo observar que:
d.1) é obrigatória a presença do Responsável Técnico da empresa prestadora de serviço no ato da aplicação do tratamento;
d.2) o acompanhamento dos tratamentos fitossanitários poderá ser supervisionado de acordo com disponibilidade operacional;
d.3) em caso de ausência do Auditor Fiscal Federal Agropecuário, fica automaticamente autorizado o início do tratamento;
d.4) o tratamento fitossanitário deverá ser comunicado de acordo com os procedimentos estabelecidos em norma específica; e
d.5) o caso de realização da supervisão do tratamento fitossanitários, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual de Procedimentos de Tratamentos Fitossanitários - MPTF; e
e) outros tratamentos que atendam a legislação, quando exigidos pelo país importador ou aprovados pelo Departamento de Sanidade Vegetal - DSV serão supervisionados pela fiscalização agropecuária.

3.4. Produtos Categoria 4:
a) análise documental;
b) quando da exportação de material de propagação vegetal deverá ser observada a categoria do material conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, devendo a categoria constar na nota fiscal e no "Comunicação para Exportação de Sementes e de Mudas";
c) o lote do material deverá estar identificado na nota fiscal e em um dos seguintes documentos:
c.1) Semente Genética: Atestado de Origem Genética;
c.2) Semente S1 e Semente S2: Termo de Conformidade de Semente;
c.3) Semente Básica e Certificada: Certificado de Sementes;
c.4) Planta básica: Atestado de Origem Genética;
c.5) Planta Matriz e Muda: Termo de Conformidade de Muda;
c.6) Muda Certificada: Certificado de Muda; e
c.7) os materiais de propagação transportados por pessoa física, como bagagem ou carga deverá cumprir com as regras estabelecidas neste Anexo.

3.5. Produtos Categoria 5:
a) análise documental;
b) inspeção fitossanitária e amostragem:
b.1) a inspeção fitossanitária do produto será realizada com o objetivo de verificar a conformidade fitossanitária das partidas em relação aos Requisitos Fitossanitários do país importador; e
b.2) a amostragem, quando necessária, será realizada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo DSV/Mapa e, na sua ausência, de acordo com às tabelas de inspeção e amostragem constante nos anexos desta Instrução Normativa.

3.6. Observações:
3.6.1. No caso específico de cargas a granel admitir-se-á uma tolerância de até 5% entre o peso líquido da mercadoria do conhecimento de carga e o valor informado no início do carregamento.
3.6.2. Os procedimentos para certificação fitossanitária de materiais de pesquisa científica e experimentação deverão seguir os procedimentos estabelecidos de acordo com a categoria de risco do produto.

4. Documentação emitida:

4.1. Produtos Categorias 0 e 1:
a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s); e
b) Certificado Fitossanitário - CF ou Certificado Fitossanitário de Reexportação, quando for o caso (exceto para países do Mercosul).

4.2. Produtos Categorias 2, 3, 4 e 5:
a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);
b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber; e
c) Certificado Fitossanitário - CF ou Certificado Fitossanitário de Reexportação, quando for o caso.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:
a) Decreto Legislativo nº 885/2005, de 31de agosto de 2005;
b) Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003;
c) Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004;
d) Decreto Nº 5.759, de 17 de abril de 2006.
e) Instrução Normativa nº 9, de 2 de junho de 2005;
f) Instrução Normativa nº 24, de 16 de dezembro de 2005;
g) Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017;
h) Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006;
i) Instrução Normativa nº 29, de 25 de julho de 2013; e
j) Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004.

ANEXO XXVII - DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO - REQUISITOS DE QUALIDADE E INOCUIDADE

1. Considerações Gerais:

1.1. As atividades de inspeção e fiscalização dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, executadas pela Vigilância Agropecuária Internacional nas operações de exportação, serão realizadas quando houver previsão legal específica ou exigência oficial do país importador quanto ao controle de embarque da mercadoria;

1.2. Para tanto, o exportador ou seu representante legal deverá apresentar a Unidade do Vigiagro de exportação, documentação comprobatória da exigência oficial do país importador;

1.3. Para a exportação dos produtos vegetais dispostos na Tabela 2, aos destinos ali descritos, o estabelecimento deve possuir registro no Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos - SICASQ junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

a) A relação dos estabelecimentos cadastrados no SICASQ para realizar exportações de produtos de origem vegetal estará disponível para consulta na página eletrônica do MAPA na rede mundial de computadores.

1.4. O Certificado Sanitário para Exportação será emitido pelo Auditor Fiscal Federal Agropecuário da Unidade do Vigiagro do ponto de saída do produto em modelo disponibilizado pelo Setor Técnico da SFA-UF;

1.5. O Certificado de Livre Venda ou a Declaração de Conformidade serão emitidos pelo Setor Técnico da SFA-UF;

1.6. Para a exportação de soja:
1.6.1. Deverá ser exigido, previamente à emissão do Certificado Fitossanitário o Laudo de Análise das Condições Higiênico sanitárias da Soja em Grãos;
1.6.2. Declaração adicional devidamente preenchida, conforme país destino.

2. Documentação exigida:
Além da documentação prevista no Anexo XXVI, é exigido a apresentação do Laudo de Análise das Condições Higiênico Sanitárias, quando couber.

3. Procedimentos:

A inspeção e fiscalização prevista nesta seção serão exercidas pela fiscalização federal agropecuária da respectiva Unidade do Vigiagro de exportação da mercadoria e tem por finalidade verificar as condições de higiene,sanidade, acondicionamento, armazenagem e identificação do produto por ocasião do embarque da mercadoria.

4. Documentação emitida:
a) Parecer da fiscalização em sistema (s) informatizado (s);
b) Certificado Sanitário, quando couber;
b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:
a) Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000;
b) Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007;
c) Instrução Normativa SDA/MAPA nº 66, de 11 de setembro de 2003;
d) Instrução Normativa MAPA nº 15, de 9 de junho de 2004;
e) Instrução Normativa MAPA nº 3, de 28 de janeiro de 2009;
f) Instrução Normativa MAPA nº 11, de 22 de março de 2010;
g) Resolução CAMEX nº 29, de 24 de março de 2016; e
h) Regulamentos Técnicos que aprovam os Padrões Oficiais de Classificação de Produtos Vegetais.

ANEXO XXIX - EXPORTAÇÃO DE AGROTÓXICOS, COMPONENTES E AFINS

1. Documentação exigida:
a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;
b) Registro Exclusivamente para Exportação de Agrotóxicos - REX;
c) Cópia do Certificado de Registro do Produto no Brasil, quando se tratar de exportação de produto com a mesma marca comercial registrada no Brasil;
d) Documentação aduaneira da mercadoria - RE;
e) Cópia da nota fiscal;
f) Cópia da fatura (Invoice); e
g) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga.

2. Procedimentos:

2.1. Análise Documental, conferindo os dados constantes do Certificado de Registro e da Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT referentes a: marca comercial, titular do registro e endereço, fabricante e endereço, ingrediente ativo, concentração do ingrediente ativo, classe, forma de apresentação, tipo de formulação ou estado físico.

2.2. Quando as informações dos documentos comprobatórios e da rotulagem conferirem com o Certificado de Registro, o produto poderá ser liberado para exportação.

2.3. No caso de as informações não conferirem com aquelas contidas no Certificado de Registro, ou se não houver Certificado de Registro, o produto não poderá ser liberado, devendo ser objeto de fiscalização, emitindo-se a Notificação Fiscal Agropecuária, comunicando-se o fato imediatamente ao setor técnico competente na SFA-UF de jurisdição do exportador para providências cabíveis.

2.4. Nos casos em que as informações dos documentos apresentados conferirem com o Certificado de Registro, admitir-se-á a rotulagem das embalagens exclusivamente em língua estrangeira, desde que o lote possa ser identificado.

3. Documentação emitida:
a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s); e
b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;

4. Legislação e outros atos normativos relacionados:
a) Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989; e
b) Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.
c) Instrução Normativa Conjunta n° 1, de 27 de Setembro de 2006.

ANEXO XXXI - DA EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS
1. Considerações Gerais:

1.1. As atividades de defesa sanitária animal no âmbito da Vigilância Agropecuária Internacional para a exportação engloba as ações tomadas para garantir o trânsito internacional de animais em atendimento aos requisitos sanitários internacionais acordados entre os países.

1.2. A exportação de animais vivos só se dará através de portos, aeroportos e postos de fronteira com estrutura mínima adequada administrativa e física para recebimento, inspeção, identificação, intervenção e manutenção temporária enquanto durar o desembaraço, de acordo com espécie e a quantidade de indivíduos que está sendo exportada.

1.3. Em razão da natureza do risco sanitário, o trânsito aduaneiro de exportação de animais somente poderá ser adotado em casos excepcionais e a critério do Departamento Técnico competente da secretaria de Defesa Agropecuária.

1.4. No caso de emissão de Certificado Veterinário Internacional para animais de companhia, o interessado deverá entrar em contato previamente com a Unidade do Vigiagro para agendamento da entrega da documentação, assim como obter informações quanto aos prazos específicos para a emissão desta documentação.

1.5. A lista de Unidades do Vigiagro que emitem CVI está disponível no sítio do Mapa, em www.agricultura.gov.br/Vigiagro.

1.6. A critério da Coordenação-Geral do Vigiagro, o CVI poderá ser emitido de forma eletrônica via internet e assinado digitalmente por Auditor Fiscal Federal Agropecuário, com envio eletrônico dos documentos através do Portal de Serviços do Governo Federal - http://servicos.gov.br

2. Exigências:

2.1. Animais de companhia (cães e gatos):
a) Agendamento prévio com a Unidade do Vigiagro, quando for o caso;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Declaração Agropecuária de Trânsito para Pessoa Física - DAT-PF ou Solicitação Online no Portal de Serviços;

c) Documentação Sanitária emitida por um Médico Veterinário, com validade dentro dos prazos normativos, atendendo aos requisitos sanitários específicos para o país de destino;

d) Conhecimento ou manifesto de carga, quando for o caso; e

e) Procuração, quando se aplicar e a critério da autoridade sanitária.

2.2. Animais de companhia (outros):

a) Comunicação prévia de chegada e desembarque dos animais a serem exportados;

b) Autorização de Emissão de Certificado Veterinário Internacional do Serviço de Saúde Animal-UF da origem do animal com as exigências sanitárias, de preferência em sistema eletrônico;

c) Certificado Veterinário Internacional devidamente preenchido, em acordo com a Autorizado pelo setor técnico competente da SFA-UF;

d) Guia de Trânsito Animal - GTA;

e) Declaração Agropecuária de Trânsito para Pessoa Física - DAT-PF;

f) Documentação Sanitária emitida por um Médico Veterinário, com validade dentro dos prazos normativos, atendendo os requisitos sanitários específicos para o país de destino;

g) Conhecimento ou manifesto de carga, quando for o caso; e

h) Procuração, quando se aplicar e a critério da autoridade sanitária.

2.3. Animais com fins comerciais:

a) Comunicação prévia de chegada e desembarque dos animais a serem exportados;

b) Autorização de Emissão de Certificado Veterinário/Zoossanitário Internacional do Serviço de Saúde Animal-UF da origem do animal com as exigências sanitárias, de preferência em sistema eletrônico;

c) Certificado Veterinário Internacional devidamente preenchido, em acordo com a Autorização emitida pelo setor técnico competente da SFA-UF;

d) Guia de Trânsito Animal - GTA;

e) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

f) Documentação Sanitária emitida por um Médico Veterinário, com validade dentro dos prazos normativos, atendendo aos requisitos sanitários específicos para o país de destino;

g) Conhecimento ou manifesto de carga; e

h) Documentos complementares, caso sejam necessários para correlacionar a mercadoria com a certificação sanitária, devendo ser na forma eletrônica (por ex.: RE, DSE, invoice, certificados de análise, packing list).

3. Procedimentos:

3.1. Análise documental:

3.1.1. Animais sem fins comerciais (cães e gatos)

a) conferir se as informações exigidas foram inseridas pelo interessado em sistema informatizado, conforme preconizado pela norma vigente;

b) conferir se a documentação sanitária apresentada respalda os requisitos sanitários vigentes e validades específicos para o destino; e

c) verificar a correlação entre as documentações apresentadas;

3.1.2. Animais sem fins comerciais (outros) e com fins comerciais

a) conferir se as informações exigidas foram inseridas pelo interessado em sistema informatizado, conforme preconizado pela norma vigente;

b) conferir se a emissão de CVI/CZI foi autorizada pelo setor técnico competente;

c) conferir se a documentação sanitária apresentada respalda os requisitos sanitários determinados pela autorização de emissão de CVI/CZI;

d) conferir se o CVI/CZI preenchido está conforme o autorizado pelo setor técnico competente; e

e) verificar a correlação entre as documentações apresentadas;

3.2. Conferência física:

a) conferir as características/identificações dos animais, conforme apresentado nas documentações;

b) inspecionar e verificar a lacração das cargas, quando for o caso; e

c) avaliar as condições sanitárias do animal, quando exigido pelo país de destino;

3.3. Particularidades do procedimento para modais (aquaviário, terrestre e aéreo):

Nas exportações de animais para abate, deverão ser avaliadas as estruturas mínimas do meio de transporte para o devido atendimento de alimentação e bem-estar animal.

3.4. Impossibilidade de regimes aduaneiros especiais e de trânsito:

A exportação de animais vivos através da modalidade de Trânsito Aduaneiro será avaliada pelo Setor técnico competente na autorização de emissão de CVI/CZI.

3.5. Notificação de não conformidades:

A Notificação Fiscal Agropecuária - NFA será emitida em caso de constatação de não conformidades passíveis de correção e transmitidas de forma eletrônica ao seu exportador e seu representante legal.

3.5.1. Nos casos de constatação de animais com sinais clínicos de enfermidades, contrariando os documentos apresentados, a exportação será indeferida, sendo proibida a emissão do CVI/CZI;

3.5.2. Em casos de erros, falta de informações e/ou não atendimento de requisitos sanitários nas documentações apresentadas, quando passíveis de correção, deverá ser emitida a NFA prescrevendo ao exportador apresentar as correções no prazo mais rápido possível, considerando o bem-estar animal;

3.5.3. No caso de impossibilidade de correção das inconformidades de forma imediata, os animais deverão retornar ao local de origem.

4. Documentação emitida:

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber; e

c) Certificado Veterinário Internacional - CVI ou Certificado Zoossanitário Internacional - CZI.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:

a) Decreto n° 24.548, de 3 de julho de 1934;

b) Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;

c) Decreto nº 7.140, de 29 de março de 2010;

d) Decreto n° 9.094, de 17 de julho de 2017;

d) Instrução Normativa Mapa n° 61, de 30 de agosto de 2004;

e) Instrução Normativa Mapa n° 80, de 11 de novembro de 2004;

f) Instrução Normativa Mapa n° 09, de 28 de março de 2008;

g) Instrução Normativa Mapa n° 4, de 7 de fevereiro de 2013;

h) Instrução Normativa Mapa n° 5 de 7 de fevereiro de 2013;

i) Instrução Normativa Mapa n° 21 de 20 de junho de 2013;

j) Instrução Normativa Mapa nº 54, de 18 de novembro de 2013; e

k) Instrução Normativa SDA/Mapa n° 17, de 10 de abril de 2003.

ANEXO XXXVIII - DA IMPORTAÇÃO DE PLANTAS, PARTES DE PLANTAS E SEUS PRODUTOS

1. Considerações Gerais:

1.1. A importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos das categorias de risco fitossanitário 2, 3, 4 e 5 está condicionada à publicação dos requisitos fitossanitários específicos no Diário Oficial da União - DOU, estabelecidos por meio de Análise de Risco de Pragas - ARP devendo constar da lista de Produtos Vegetais com Importação Autorizada - PVIA disponível no site do Mapa.

1.2. A importação de material de propagação vegetal deverá obedecer às disposições do Regulamento da Lei n° 10.711, de 5 de agosto de 2003, aprovado pelo Decreto n° 5.153, de 16 de dezembro de 2004, e os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017.

1.3. A importação de material de propagação vegetal só poderá ser realizada por produtor ou comerciante inscrito no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM e a espécie ou a cultivar deverá estar inscrita no registro Nacional de Cultivares - RNC.

1.4. Pessoas físicas ou jurídicas poderão importar sementes ou mudas para uso próprio em sua propriedade, ou em propriedade cuja posse detenham, ficando dispensadas da inscrição no RENASEM.

1.5. A importação de qualquer quantidade de sementes ou de mudas, por qualquer ponto do país, dar-se-á por autorização prévia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, mediante solicitação do interessado ao órgão técnico de sementes e mudas. Incluindo as sementes e as mudas despachadas via postal e aquelas transportadas por passageiros em trânsito internacional.

1.6. O Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex e o sistema Visão Integrada do Comércio Exterior - Vicomex, partes integrantes do Portal Único de Comércio Exterior - Portal Siscomex, constituem-se em instrumentos formais de importação de sementes e mudas.

1.7. Toda documentação a ser apresentada ao Mapa quando da importação deverá constar do dossiê Vicomex juntamente com os documentos emitidos pela fiscalização.

1.8. A autorização para importação deverá ser obtida antes da internalização do material no país.

1.9. Concluídas as análises e satisfeitas as exigências legais, o órgão técnico de sementes e mudas autorizará a importação no Portal Siscomex. A validade da autorização será de igual período ao da validade do LI no Portal Siscomex.

1.10. Nos casos de substituição de LI, quando se tratar de alterações cambiais, quantidade e outros itens não relevantes à fiscalização, não será necessária nova anuência.

1.11. Estas orientações não se aplicam às sementes e às mudas importadas para fins de pesquisa e experimentação. (Instrução Normativa nº 52, de 1º de dezembro de 2016).

1.12. A Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, estabelece categorias de risco e requisitos fitossanitários harmonizados para cada uma das categorias de risco, aplicados pelas Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPFs dos Estados Partes do Mercosul para o ingresso de Produtos Vegetais, conforme abaixo:

a) Produtos Categoria 0 (zero):

São considerados produtos vegetais Categoria 0 (zero) aqueles que, mesmo sendo de origem vegetal, pelo seu grau de processamento, não requerem nenhum tipo de controle fitossanitário e não são capazes de veicular praga em material de embalagem nem de transporte, não demandando, portanto, intervenção das ONPFs.

A título de exemplo, enumeram-se alguns produtos que pertencem a esta categoria: óleos; álcoois; frutos em calda; gomas; açúcares; carvão vegetal; celulose; sucos; lacas; melaço; corantes; congelados; enlatados; engarrafados a vácuo; palitos para dentes; palitos para picolés, para fósforo; essências; extratos; fios e tecidos de sublinguais; pastas (ex.: cacau, marmelo); fibras vegetais processadas; polpas; resinas; vegetais e hortaliças pré-cozidas e cozidas; vinagre, picles, conservas.

b) Produtos Categoria 1:

São considerados produtos Categoria 1 aqueles de origem vegetal industrializados, que tenham sido submetidos a qualquer processo tecnológico de desnaturalização que os transforme em produtos incapazes de serem afetados diretamente por pragas de cultivos, mas que poderão veicular pragas de armazenamento e em material de embalagem e meios de transporte. São produtos destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Classe 6: compreende madeiras, cascas e cortiças processadas: serragem de madeira; barris, ripas e lascas de madeiras tostadas; briquetes; instrumentos musicais de madeira; lâminas de madeira desfolhadas, em chapas, de espessura inferior a 5 mm; madeira seca no forno; madeiras impregnadas mediante vácuo/pressão, imersão ou difusão com creosoto ou outros ingredientes ativos autorizados no país importador; madeiras perfiladas ou entalhadas, incluídas madeiras para piso, tacos e paquets; móveis, partes de móveis e peças para móveis fabricados com madeira seca a forno e/ou com chapas de fibra, aglomerados, compensados ou reconstituídos; pranchas de cortiças trituradas e tábuas de cortiças; tabuleiros de fibras de partículas, de compensado e reconstituídos.

Classe 10: compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: arroz parbolizado; arroz polido, branco; artesanatos de origem vegetal; derivados de cereais, oleaginosas e leguminosas (desativados artificialmente, pellets, tortas); flores secas e tingidas; frutas desidratadas artificialmente: pêssego, maçã, pêra, ameixa, etc; farinhas, amido, féculas, sêmolas e semolinas; ervas e especiarias moídas; plantas e partes de plantas desidratadas; erva-mate processada e semiprocessada.

c) Produtos Categoria 2:

São considerados produtos Categoria 2 os produtos vegetais semiprocessados (submetidos a secagem, limpeza, separação, descascamento, etc.) que poderão abrigar pragas. São destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Classe 5: Flores de corte e folhagens ornamentais: porções cortadas de plantas, incluídas as inflorescências, destinadas à decoração e não à propagação, flores de corte e folhagens ornamentais cortadas e secas.

Classe 6: Compreende os seguintes produtos de origem florestal: madeiras, cortiças e semiprocessados; lasca; embalagens e suportes de madeira (declarados como carga); madeira serrada e pallets; madeiras perfiladas ou entalhadas; vigotas de madeira.

Classe 7: Compreende o material de embalagem e suporte e se define como produtos de origem vegetal e qualquer outro material usado para transportar, proteger ou acomodar mercadorias de origem vegetal e não vegetal.

Classe 10: Compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: algodão prensado sem semente; arroz integral (descascado); cacau em amêndoa; derivados de cereais, oleaginosas e leguminosas (farelos, resíduos industriais, etc.); especiarias em grãos secos ou folhas secas; frutas secas naturalmente: passas de uva, figos e tâmara; frutos de natureza seca sem casca (amêndoa, avelã, etc.); grãos descascados, limpos, picados, separados (arroz, palhas e cascas); materiais e fibras vegetais semiprocessadas (linho, sisal, juta, cana, bambu, junco, vime, ráfia, sorgo vassoura, etc); plantas e partes de plantas secas; fumo em folha, seco; xaxim natural.

d) Produtos Categoria 3:

São considerados produtos Categoria 3 os produtos vegetais in natura destinados ao consumo, ao uso direto ou transformação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classe 4: Compreende frutas e hortaliças: partes frescas de plantas destinadas ao consumo ou processamento e não a serem plantadas.

Classe 5: Compreende flores de corte, folhagens ornamentais, porções cortadas de plantas, incluídas as inflorescências, destinadas à decoração e não à propagação.

Classe 6: Compreende madeiras, cascas e cortiça não processados: cortiça natural (lâminas, tiras); casca; lenha; ramos e folhagem; tora de madeira com ou sem casca.

Classe 9: Compreende grãos; refere-se a sementes de cereais, oleaginosas, leguminosas para consumo e outras sementes destinadas ao consumo e não à propagação.

Classe 10: Compreende qualquer outra mercadoria que não se ajuste às classes anteriores: algodão prensado com sementes, linters, desperdícios e sementes de algodão (grãos); café em grão, cru, sem tostar; especiarias em frutos ou folhas frescas; frutos de natureza seca com casca; raízes forrageiras, fenos, fardos de alfafa, etc; fumo ao natural (em ramos ou resíduos).

e) Produtos Categoria 4:

São considerados produtos Categoria 4 as sementes, plantas ou outros materiais de origem vegetal destinados à propagação ou reprodução.

Classe 1: compreende plantas para plantar, exceto as partes subterrâneas e as sementes;

Classe 2: compreende bulbos, tubérculos e raízes - porções subterrâneas destinadas à propagação;

Classe 3: compreende as sementes verdadeiras, destinadas a propagação - sementes hortícolas, frutícolas, cereais, forrageiras, oleaginosas, leguminosas, florestais, florais e de especiarias.

f) Produtos Categoria 5:

Qualquer outro produto de origem vegetal ou não vegetal, não considerado nas categorias anteriores e que implica um risco fitossanitário, podendo ser comprovado com a correspondente ARP.

Classe 8: Solo, turfas e outros materiais de suporte

Classe 10: Miscelâneas - agentes de controle biológico; coleções botânicas; espécimes botânicos; inoculantes e inóculos para leguminosas e outros cultivos de microorganismos; pólen; substratos.

2. Documentação exigida:

2.1. Produtos Categoria 1:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Autorização de importação, quando couber;

c) Licenciamento de Importação - LI ou Licenciamento Simplificado de Importação - LSI, quando couber; e

d) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga.

2.2. Produtos Categoria 2 e Categoria 3:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Autorização de importação, quando couber;

c) Certificado Fitossanitário ou Certificado Fitossanitário de Reexportação;

d) Licenciamento de Importação - LI ou Licenciamento Simplificado de Importação - LSI, com autorização de embarque quando couber; e

e) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga.

2.3. Produtos Categoria 4:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Certificado Fitossanitário ou Certificado Fitossanitário de Reexportação originais;

c) Licenciamento de Importação - LI ou Licenciamento Simplificado de Importação - LSI, com autorização de embarque pelo setor técnico da SFA/UF;

d) quando se tratar de sementes, Boletim de Análise de Sementes original, emitido no país de origem ou de procedência, contendo as informações de identidade e qualidade, obedecidas as metodologias e os procedimentos reconhecidos pelo Mapa;

e) quando se tratar de mudas, Boletim de Análise de Mudas (ou documento equivalente) original, emitido no país de origem ou de procedência, contendo as informações de identidade e qualidade, obedecidas as metodologias e os procedimentos reconhecidos pelo Mapa;

f) Termo de Depositário, quando couber, antes do resultado da análise fitossanitária e nos casos de amostragem no destino para fins de análise de identidade e qualidade;

g) Cópia da Fatura Comercial (*Invoice)*;

h) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga;

i) Cópia do Packing List, quando couber; e

j) com base nos resultados expressos nos documentos mencionados nos itens "2.3.d" e "2.3.e", o interessado deve declarar que os lotes atendem aos padrões nacionais estabelecidos pelo Mapa, exceto quando se tratar de cultivar importada para fins de ensaios de VCU, quando se tratar de reexportação ou quando não houver padrão estabelecido para a espécie.

2.4. Produtos Categoria 5:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

b) Autorização de importação, quando couber;

c) Certificado Fitossanitário, quando couber;

d) Licenciamento de Importação - LI ou Licenciamento Simplificado de Importação - LSI, com autorização de embarque ou importação quando couber; e

e) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga.

3. Procedimentos:

3.1. Produtos Categoria 0:

a) análise documental; e

b) não há controle fitossanitário para produtos Categoria 0, sendo dispensada de inspeção fitossanitária;

3.2. Produtos Categoria 1:

a) análise documental;

b) inspeção fitossanitária; e

c) coleta e encaminhamento de amostra para diagnóstico fitossanitário, quando for o caso.

3.3. Produtos Categoria 2 e Categoria 3:

a) análise documental, incluindo a verificação da lista de Produtos Vegetais com Importação Autorizada - PVIA, disponível no site do Mapa;

b) inspeção fitossanitária.

c) coleta e encaminhamento de amostra para diagnóstico fitossanitário, quando for o caso; e

d) quando autorizado pela fiscalização agropecuária, poderá ser aceito "Termo de Depositário" para a liberação agropecuária da mercadoria quando enviada para diagnóstico fitossanitário:

d.1) o setor técnico de sanidade vegetal na SFA-UF de destino da partida deverá ser imediatamente comunicado pela Unidade do Vigiagro do envio das amostras para diagnóstico fitossanitário.

3.4. Produtos Categoria 4:

a) análise documental, incluindo a verificação da lista de Produtos Vegetais com Importação Autorizada - PVIA, disponível no site do Mapa;

b) verificação se a partida está em conformidade com a Autorização de Importação concedida pela área técnica;

c) inspeção física e amostragem: toda semente ou muda que possua padrão estabelecido pelo Mapa deverá ser amostrada e analisada em laboratório oficial de análise, obedecidos os métodos e procedimentos estabelecidos, visando à comprovação de que estão dentro dos padrões de identidade e qualidade;

d) poderá ser dispensada a coleta de amostra para fins de análise dos parâmetros de identidade e qualidade previstos nos padrões da espécie, sem prejuízo do previsto na legislação fitossanitária, para as sementes ou mudas, quando:

d.1) esta dispensa estiver prevista em acordos e tratados internacionais;

d.2) sementes cujo lote importado estiver acompanhado de Boletim de Análise de Sementes emitido por laboratório que utiliza metodologia da International Seed Testing Association - ISTA, ou da Association of Official Seed Analysts - AOSA;

d.3) se tratar de espécies para as quais os métodos e procedimentos de análise não estejam oficializados pelo Mapa.

d.4) não houver padrão estabelecido para a espécie; e

d.5) importadas para fins de ensaios de Valor de Cultivo - VCU ou de reexportação;

e) a coleta de amostra para fins de análise dos parâmetros de identidade e qualidade previstos nos padrões da espécie será feita mediante o preenchimento do Termo de Coleta de Amostra, conforme modelo estabelecido no Anexo II da Instrução Normativa Mapa nº 15, de 12 de julho de 2005, e deverá ser realizada no ponto de ingresso no País, em Aduanas Especiais ou no local de destino do material de propagação vegetal, sem prejuízo do previsto na legislação fitossanitária.

f) amostragem para análise fitossanitária: A coleta de amostra de semente ou de muda para análise fitossanitária deverá ser realizada no ponto de ingresso no país. Todo material propagativo estará sujeito à coleta de amostra para análise fitossanitária, que será encaminhada a laboratório oficial ou credenciado para diagnóstico fitossanitário ou para quarentena;

g) o setor técnico de sanidade vegetal na SFA-UF de destino da partida deverá ser imediatamente comunicado pela Unidade do Vigiagro do envio das amostras para diagnóstico fitossanitário;

h) o custo das análises fitossanitárias, bem como o do envio das amostras, será com ônus ao interessado;

i) poderá ser emitido termo de depositário para a mercadoria que for retirada da área alfandegada antes do recebimento do resultado do diagnóstico fitossanitário emitido pelo laboratório. Neste caso, deverá constar no termo de depositário que o "uso da mercadoria é condicionado à liberação do termo de depositário pelo setor técnico de sanidade vegetal na SFA-UF de destino da partida".

j) deverá constar nos Termos de Coletas de Amostras para análise dos parâmetros de identidade e qualidade e para as análises de diagnóstico fitossanitário que: "O Laudo de Análise deverá ser encaminhado ao Setor técnico correspondente da SFA-UF de destino do material de propagação vegetal".

k) quando a coleta de amostra de sementes ou de mudas for realizada no local de destino, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

k.1) a Unidade do Vigiagro, após o desembaraço aduaneiro, remeterá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o processo, de forma eletrônica, ao setor técnico da SFA-UF de destino do material de propagação vegetal, que se responsabilizará pela amostragem;

k.2) o importador informará ao setor técnico da SFA-UF de destino do material de propagação vegetal, por escrito e no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a chegada do produto; e

k.3) concluída a liberação do material de propagação vegetal, toda documentação deverá ser juntada ao processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis e encaminhada ao setor técnico de sanidade vegetal. Reforça-se a necessidade de inclusão, nesta documentação, da DAT com parecer de liberação agropecuária.

3.5. Produtos Categoria 5:

a) análise documental, incluindo a verificação da lista de Produtos Vegetais com Importação Autorizada - PVIA, disponível no site do Mapa;

b) inspeção fitossanitária.

c) em caso de emissão de Prescrição de Quarentena, o setor técnico de sanidade vegetal na SFA-UF de localização da Estação Quarentenária deverá ser imediatamente comunicado pela Unidade do Vigiagro.

d) no caso de o material chegar a ponto de entrada diferente do declarado ao DSV, a informação sobre a emissão da autorização deverá ser checada junto ao Órgão Central, e em caso afirmativo sobre a sua emissão, poderá ser emitida a Autorização de Declaração de Trânsito Aduaneiro, para desembaraço no Unidade do Vigiagro da Unidade da Federação de destino, previamente autorizada;

e) eventuais incorreções ou imperfeições nos certificados fitossanitários não serão empecilho para a introdução de materiais destinados à pesquisa cientifica no país, desde que concedida a Permissão de Importação, ficando sujeitos à análise final do DSV; e

f) poderá ser exigido o Termo de Depositário firmado pelo interessado para permitir o trânsito da mercadoria até o local de quarentena ou depósito.

4. Documentação emitida:

4.1. Produtos Categoria 0:

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber; e

c) Comunicação de Devolução ao Exterior, quando couber.

4.2. Produtos Categoria 1, Categoria 2 e Categoria 3.

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;

c) Termo de Coleta e Envio de Amostra, quando do envio de amostra para fins de diagnóstico fitossanitário; e

d) Comunicação de Devolução ao Exterior, quando couber.

4.3. Produtos Categoria 4:

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;

c) Termo de Coleta de Amostra, quando do envio de amostra para fins de identidade e qualidade;

d) Termo de Coleta e Envio de Amostra, quando do envio de amostra para fins de diagnóstico fitossanitário; e

e) Comunicação de Devolução ao Exterior, quando couber.

4.4. Produtos Categoria 5.

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;

c) Termo de Coleta e Envio de Amostra, quando do envio de amostra para fins de diagnóstico fitossanitário;

d) Prescrição de Quarentena, quando couber; e

e) Comunicação de Devolução ao Exterior, quando couber.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:

a) Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003;

b) Decreto nº 24.114, de 12 de março de 1934;

c) Decreto nº 3.664, de 17 de novembro de 2000;

d) Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004;

e) Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004;

f) Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005;

g) Instrução Normativa nº 9, de 2 de junho de 2005;

h) Instrução Normativa nº 24, de 16 de dezembro de 2005;

i) Instrução Normativa nº 25, de 27 de junho de 2017;

j) Instrução Normativa nº 51, de 4 de novembro de 2011;

k) Instrução Normativa nº 52, de 1º de dezembro de 2016;

l) Instruções Normativas e Portarias específicas de materiais de propagação vegetal com requisitos fitossanitários estabelecidos; e

m) Instruções Normativas referentes a normas específicas para importação de material de propagação vegetal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XL - IMPORTAÇÃO DE AGROTOÓXICOS, COMPONENTES E AFINS

1. Considerações gerais:

1.1. A importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins dispensa autorização prévia de importação, estando sujeita a análise e conferência documental e fiscalização dos produtos na ocasião do desembaraço.

1.2. Somente poderão solicitar autorização de importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins, as empresas titulares de registro de produto ou suas filiais e, no caso de terceiros, quando autorizados por meio de ato publicado pelo MAPA no Diário Oficial da União - (DOU). 1.3. O MAPA poderá definir mediante utilização de critérios de inteligência na fiscalização, que determinadas importações tenham manifestação obrigatória do setor técnico competente da sua representação, na Unidade da Federação - UF de jurisdição do importador no SISCOMEX. 1.4. Matérias-primas, ingredientes inertes e aditivos, considerados componentes de agrotóxicos, além dos adjuvantes, à exceção dos produtos técnicos, não estarão sujeitos à fiscalização do MAPA nos pontos de ingresso e não deverão ser registrados no SISCOMEX nos destaques sob a anuência do MAPA.

1.5. O setor técnico competente do MAPA poderá, embasado por critérios de inteligência e análise de risco, solicitar ao VIGIAGRO a coleta de amostras de produtos formulados para fins de controle de qualidade.

1.6. A Coordenação Geral do VIGIAGRO poderá definir metodologia de fiscalização por amostragem e adotar programas operacionais da Receita Federal do Brasil - RFB para otimização dos procedimentos aduaneiros de importação.

2. Documentação exigida:

a) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;
b) Licenciamento de Importação - (LI) ou Licença Simplificada de Importação(LSI);
c) Cópia do certificado de registro do produto;
d) Atualizações de registro concedidas pelo MAPA, publicadas no DOU, quando for o caso;
e) Autorização para o tipo de embalagem informada na LI, no caso de produtos formulados prontos para venda;
f) Cópia do Registro Especial Temporário, quando for o caso;
g) Cópia da fatura (Invoice);
h) Cópia do Conhecimento ou Manifesto de carga; e
i) Termo de Depositário, quando couber.

3. Procedimentos
3.1. Análise documental:
Conferir a conformidade dos documentos apresentados com as informações declaradas no LI observando o seguinte:
a) Para produto formulado pronto para a venda, deverá constar na LI, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" o endereço de destino da mercadoria e no campo "DESCRIÇÃO DO PRODUTO" as seguintes informações:
a.1) Marca comercial;
a.2) Número do registro no MAPA;
a.3) Composição (ingrediente ativo e concentração);
a.4) Estado físico;
a.5) Tipo de formulação;
a.6) Tipo de embalagem autorizada, informando o material e a capacidade de acondicionamento (para produtos com RET, basta informar a embalagem);
a.7) Nome completo do fabricante do produto técnico, indicando país de origem (local de fabricação); e
a.8) Nome completo do formulador indicando o país de origem (local de formulação).
b) Para produto formulado, cujo destino seja o fracionamento deverá constar na LI, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" o endereço de destino da mercadoria, o procedimento e o tipo de embalagem na qual o produto virá acondicionado e no campo "DESCRIÇÃO DO PRODUTO" as seguintes informações:
b.1) Marca comercial;
b.2) Número do registro no MAPA;
b.3) Composição (ingrediente ativo e concentração);
b.4) Estado físico;
b.5) Tipo de formulação;
b.6) Nome completo do fabricante do produto técnico, indicando país de origem (local de fabricação);
b.7) Nome completo do formulador indicando o país de origem (local de formulação).

c) Para produto técnico, deverá constar na LI, no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES" o endereço de destino da mercadoria e o tipo de embalagem na qual o produto virá acondicionado e no campo "DESCRIÇÃO DO PRODUTO" as seguintes informações:
c.1) Marca comercial;
c.2) Número do registro no MAPA;
c.3) Composição (ingrediente ativo e concentração);
c.4) Estado físico;
c.5) Tipo de formulação; e
c.6) Nome completo do fabricante do produto técnico, indicando país de origem (local de fabricação).

3.2. Conferência e inspeção física:

a) Verificar se o rótulo e a embalagem estão adequados e em conformidade com o registro do produto.

b) Para produtos com Registro Especial Temporário - RET, a fiscalização poderá solicitar a apresentação do RET original na ocasião da inspeção física da mercadoria caso necessário.

c) Produtos técnicos deverão apresentar as seguintes informações mínimas na rotulagem, em vernáculo:
c.1) Nome do produto;
c.2) Nome do registrante e/ou importador;
c.3) Nome químico e/ou comum de acordo com o Certificado de Registro;
c.4) Classe de uso conforme descrito no Certificado de Registro;
c.5) Número do Registro no MAPA e número do CAS;
c.6) Concentração mínima, conforme Certificado de Registro;
c.7) Nome e endereço completo do fabricante indicando país de origem (local de fabricação); c.8) Número do lote, de acordo com o modelo do Anexo VI do Decreto nº 4.074, de 2002 (exemplo: 001 - 89 - 1.600. NÚMERO / ANO / QUANTIDADE do lote);
c.9) Data de fabricação e vencimento, constando MÊS e ANO, sendo que o mês deverá ser impresso com as três letras iniciais;
c.10) Quantidade de produto que a embalagem contém, expressa em unidades de peso ou volume, conforme o caso;
c.11) Indicação de que o produto se destina ao uso industrial; e
c.12) Classe toxicológica, conforme descrito no certificado de registro.

d) Produtos formulados para fracionamento em ambiente industrial deverão apresentar as informações mínimas na rotulagem, em vernáculo:
d.1) Nome do produto (nome comercial);
d.2) Nome do registrante e importador;
d.3) Nome químico e/ou comum de acordo com o certificado de registro;
d.4) Classe de uso conforme descrito no certificado de registro;
d.5) Número do Registro no MAPA;
d.6) Tipo de formulação;
d.7) Percentagem e/ou a indicação da concentração de cada princípio ativo, de acordo com o Certificado de Registro;
d.8) Nome e endereço completo do fabricante do Produto Técnico indicando país de origem (local de fabricação);
d.9) Nome e endereço completo do formulador, indicando o país de origem (local de formulação);
d.10) Número do lote e data de fabricação conforme padrão exigido no Decreto nº 4.074, de 2002 (exemplo: 001 - 89 - 1.600. NÚMERO / ANO / QUANTIDADE do lote);
d.11) Quantidade de produto que a embalagem contém, expressa em unidades de peso ou volume, conforme o caso; e
d.12) Indicação de que o produto não se destina à comercialização ou ao usuário final.

e) Produtos com Registro Especial Temporário deverão apresentar as seguintes informações mínimas de rotulagem:
e.1) Nome ou código do produto;
e.2) Nome do titular do registro;
e.3) Número do RET;
e.4) Nome do ingrediente ativo ou, na sua falta, do grupo químico;
e.5) Concentração do ingrediente ativo;
e.6) Nome e endereço do fabricante;
e.7) Nome e endereço do formulador;
e.8) Quantidade, expressa em unidade de peso ou volume, conforme o caso;
e.9) Data de fabricação; e
e.10) Data de vencimento.

3.3. Constatada não conformidade relacionada à documentação, embalagem, rotulagem e aspecto físico adotar os seguintes procedimentos conforme o caso:
a) Para não conformidades que sejam passíveis de correção da LI deverá ser colocada em exigência com prazo de 15 dias para adequação e registrar no campo DIAGNÓSTICO os motivos da exigência;
b) Para não conformidades que não sejam passíveis de correção da LI deverá ser indeferido e a carga devolvida ao exterior, registrando-se no campo DIAGNÓSTICO os motivos do indeferimento.

3.4. No caso de verificação de não conformidade em rótulos, bulas ou embalagens do produto e, mediante solicitação do interessado, a Unidade VIGIAGRO, considerando questões operacionais, poderá autorizar a correção das não conformidades:
a) Na própria área alfandegada, dispensada a manifestação técnica pelo setor técnico competente da representação do MAPA, devendo, neste caso, ser comunicado imediatamente ao setor técnico na SFA-UF de jurisdição do importador para conhecimento quando ocorrer a liberação agropecuária.
b) Fora da área alfandegada, mediante solicitação do interessado e manifestação favorável do setor técnico competente da representação do MAPA, na UF de jurisdição do importador, devendo a liberação agropecuária ocorrer mediante a apresentação de Termo de Depositário.

3.5. Sem prejuízo das correções citadas no item 3.4, as não conformidades verificadas pela Unidade do VIGIAGRO na fiscalização da importação, deverão ser informadas ao setor técnico competente da jurisdição do importador para que este, na averiguação das irregularidades, adote as providências fiscais necessárias.
a) O encaminhamento citado no item 3.5 poderá ocorrer por meio de processo eletrônico no SEI, correio eletrônico ou dossiê de importação (Vicomex).

3.6. No caso de reimportação de agrotóxicos, além do disposto no Anexo XXI dessa Instrução Normativa e dos procedimentos de importação constantes deste Anexo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:
a) A reimportação poderá ser realizada a qualquer tempo dentro da validade do produto, ficando a empresa registrante responsável por assegurar a sua qualidade e estabilidade.
b) A liberação agropecuária de agrotóxicos reimportados dar-se-á mediante a apresentação de Termo de Depositário, no qual a empresa importadora ficará responsável pela guarda do produto e pela sua reembalagem para adequação à legislação brasileira, devendo aguardar a fiscalização e a liberação do produto pelo setor técnico competente da representação do MAPA, na UF de jurisdição do importador.
c) Produtos que estiverem fora do prazo de validade poderão ser reimportados com a finalidade exclusiva de inutilização, mediante apresentação de Termo de Depositário, no qual a empresa ficará responsável pela guarda do produto, devendo aguardar o acompanhamento da fiscalização do setor técnico competente da SFA-UF para a liberação e a realização do procedimento de inutilização.
d) Além da documentação exigida para a importação, deverá ser apresentado os seguintes documentos da exportação que originou a reeimportação:
d.1) Documento aduaneiro que comprove o desembaraço da exportação (ex: Registro de Exportação - RE e a respectiva Declaração de Despacho de Exportação - DDE, ou Declaração Única de Exportação - DU-E desembaraçada);
d.2) Cópia da nota fiscal de saída;
d.3) Cópia da fatura comercial;
d.4) Cópia da lista de embarque; e
d.5) Certificados de análises do fabricante e do exportador contendo no mínimo o lote, as datas de fabricação e validade, a concentração do ingrediente ativo e o resultado das análises das características físico-químicas.
e) No tratamento administrativo de reimportação no SISCOMEX, o responsável consignará que se trata de reimportação, e que o produto foi liberado mediante Termo de Depositário para adequação de embalagem, registrando na LI seu deferimento, indeferimento ou determinação de exigência.

3.7. Nos casos de indeferimento deverá ser registrada a Proibição Agropecuária na DAT e comunicada imediatamente ao setor técnico competente na SFA-UF de jurisdição do importador para providências cabíveis.

4. Documentação emitida:
a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);
b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;
c) Termo de Coleta e Envio de Amostra, quando couber.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:
a) Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989;
b) Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002;
c) Instrução Normativa SDA/Mapa n° 36, de 24 de novembro de 2009;
d) Instrução Normativa SDA/Mapa n° 51, de 4 de novembro de 2011;
e) Instrução Normativa SDA/Mapa n° 26, de 20 de julho de 2017.

ANEXO XLVI - DA IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS
1. Considerações Gerais:

As atividades de defesa sanitária animal no âmbito da Vigilância Agropecuária Internacional englobam todas as ações tomadas para prevenir o ingresso de enfermidades em determinada população animal, envolvendo sua salvaguarda e a introdução de uma doença exótica.

De forma geral, os sistemas de defesa sanitária animal adotam como estratégia para prevenir o ingresso de doenças exóticas ou transfronteiriças o estabelecimento de "barreiras sanitárias" nos pontos de ingresso.

A importação de animais vivos só se dará através de portos, aeroportos e postos de fronteira com Unidade do Vigiagro instalada e com estrutura mínima adequada para recebimento, inspeção, identificação, intervenção e manutenção temporária enquanto durar o desembaraço, de acordo com espécie e a quantidade de indivíduos que está sendo importada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em razão da natureza do risco sanitário, o trânsito aduaneiro de importação de animais não poderá ser adotado, sendo obrigatória que a inspeção de animais seja realizada nos pontos de entrada (portos, aeroportos e pontos de fronteiras), evitando a introdução de doenças.

2. Exigências:

2.1. Animais de companhia (cães e gatos), sem fins comerciais:

a) Declaração de Bagagem de Viajante - e-DBV, nos casos de trânsito como bagagem acompanhada, ou;

b) Declaração Agropecuária de Trânsito para Pessoa Física - DAT-PF, nos casos de trânsito como bagagem desacompanhada ou carga;

c) Certificado Veterinário Internacional ou Passaporte para Trânsito de Cães e Gatos, devidamente chancelado pelo Serviço Veterinário Oficial do país exportador;

d) Conhecimento ou Manifesto de carga, quando for o caso (bagagem desacompanhada ou carga); e

e) Procuração, quando se aplicar e a critério da autoridade sanitária.

2.2. Animais de companhia (outros), sem fins comerciais:

a) Autorização de Importação do setor técnico competente da SFA-UF de destino do animal com as exigências sanitárias;

b) Declaração de Bagagem de Viajante - e-DBV, nos casos de trânsito como bagagem acompanhada, ou;

c) Declaração Agropecuária de Trânsito para Pessoa Física - DAT-PF, nos casos de trânsito como bagagem desacompanhada ou carga;

d) Certificado Veterinário Internacional devidamente chancelado pelo Serviço Veterinário Oficial do país exportador, de acordo com a Autorização de Importação;

e) Conhecimento ou Manifesto de carga, quando for o caso (bagagem desacompanhada ou carga); e

f) Procuração, quando se aplicar e a critério da autoridade sanitária.

2.3. Animais com fins comerciais:

a) Autorização de Importação do setor técnico competente da SFA-UF de destino do animal com as exigências sanitárias;

b) Certificação Zootécnica do setor técnico competente da SFA-UF de destino do animal com as exigências sanitárias;

c) comunicação prévia de chegada e desembarque dos animais;

d) Declaração Agropecuária de Trânsito Internacional - DAT;

e) Licenciamento de Importação - LI com embarque autorizado. Cães e gatos estão dispensados da autorização prévia de embarque;

f) Certificado Veterinário Internacional devidamente chancelado pelo Serviço Veterinário Oficial do país exportador, de acordo com a Autorização de Importação;

g) Conhecimento ou Manifesto de carga; e

h) documentos complementares, caso sejam necessários para correlacionar a mercadoria com a certificação sanitária, devendo ser na forma eletrônica (por ex.: invoice, certificados de análise, packing list).

3. Procedimentos:

3.1. Análise documental.

3.2. Animais sem fins comerciais:

a) conferir se as informações exigidas foram inseridas pelo interessado em sistema informatizado (à exceção das pessoas físicas), conforme preconizado pela norma vigente;

b) conferir se a documentação sanitária (CVI e/ou passaporte) apresentada atende aos requisitos sanitários vigentes; e

c) verificar a correlação entre as documentações apresentadas.

3.3. Animais com fins comerciais:

a) conferir se as informações exigidas foram inseridas pelo interessado em sistema informatizado, conforme preconizado pela norma vigente;

b) conferir se o embarque no LI foi autorizado pelo setor técnico competente;

c) conferir se a documentação sanitária (CVI) apresentada atende os requisitos sanitários determinados pela Autorização de Importação; e

d) verificar a correlação entre as documentações apresentadas.

3.4. Conferência física:

a) conferir as características/identificações dos animais, conforme apresentado nas documentações; e

b) avaliar as condições sanitárias do (s) animal (ais).

3.5. Coleta de amostras:

Quando análises laboratoriais forem necessárias e/ou exigidas pelas normas vigentes, a amostra será coletada sob supervisão da Unidade do Vigiagro e enviada para laboratório credenciado ou oficial pertencente a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, às expensas do importador.

3.6. Destinação dos animais:

a) nos casos de cães e gatos em trânsito para outras unidades federativas, serão liberados juntamente com um Atestado Sanitário emitido pelo Vigiagro;

b) nos casos em que haja necessidade de quarentena oficial, a carga deverá ser devidamente lacrada no ponto de ingresso pela Unidade do Vigiagro; e

c) nos demais casos a quarentena será realizada conforme determinado na Autorização de Importação.

3.7. Notificação de não conformidades:

Notificação Fiscal Agropecuária - NFA será emitida em caso de constatação de não conformidades passíveis de correção e transmitidas de forma eletrônica ao seu importador e seu representante legal. A NFA descreverá a não conformidade identificada e seu embasamento legal.

3.8. Não conformidades na importação de animais de companhia (cães e gatos):

a) em casos de animais sem qualquer documentação sanitária, a importação será indeferida, sendo obrigatória a devolução destes à origem; e

b) em casos de erros, falta de informações e/ou não atendimento de requisitos sanitários nas documentações apresentadas, o animal poderá ser destinado a quarentena doméstica, a critério do Auditor Fiscal Federal Agropecuário. Esta quarentena deverá ser supervisionada por um Médico Veterinário contratado às custas do importador a fim de atender aos requisitos sanitários. Nestes casos o Médico Veterinário contratado pelo particular emitirá um documento se responsabilizando sanitariamente por este animal.

3.9. Não conformidades na importação de demais animais:

a) em casos de animais sem qualquer documentação sanitária, a importação será indeferida, determinando a devolução do animal à origem;

b) em casos de erros, falta de informações e/ou não atendimento de requisitos sanitários nas documentações apresentadas, podendo ser corrigidas, será emitida a NFA devendo o importador apresentar as correções no prazo mais rápido possível, considerando o bem-estar animal; e

c) os animais poderão ser liberados após o atendimento dos requisitos ou devolvidos a origem ou mesmo sacrificados, a depender da gravidade da inconformidade constatada.

3.10. Nos casos de constatação de animais com sinais clínicos de enfermidades a importação será indeferida, sendo obrigatória a devolução do animal à origem ou sacrifício a critério do Departamento Técnico competente (DSA).

3.11. Nos casos de animais que venham a óbito durante o transporte a destinação deverá ser avaliada junto ao Departamento Técnico competente (DSA).

3.12. Casos omissos deverão ser comunicados à CGVigiagro e ao Departamento Técnico competente (DSA) para definição das ações aplicáveis.

4. Documentação emitida:

a) Parecer de fiscalização em sistema (s) informatizado (s);

b) Notificação Federal Agropecuária, quando couber;

c) Atestado de Trânsito para Cães e Gatos; e

d) Guia de Trânsito Animal - GTA.

5. Legislação e outros atos normativos relacionados:

a) Decreto n° 24.548, de 3 de julho de 1934;

b) Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006;

c) Decreto nº 7.140, de 29 de março de 2010;

d) Instrução Normativa Mapa n° 1, de 14 de janeiro de 2004;

e) Instrução Normativa Mapa n° 61, de 30 de agosto de 2004;

f) Instrução Normativa Mapa n° 80, de 11 de novembro de 2004;

g) Instrução Normativa Mapa n° 09, de 28 de março de 2008;

h) Instrução Normativa Mapa n° 10, de 28 de março de 2008;

i) Instrução Normativa Mapa n° 14, de 2 de abril de 2008;

j) Instrução Normativa Mapa n° 4, de 7 de fevereiro de 2013;

k) Instrução Normativa Mapa n° 5, de 7 de fevereiro de 2013;

l) Instrução Normativa Mapa n° 21, de 20 de junho de 2013;

m) Instrução Normativa Mapa nº 54, de 18 de novembro de 2013;

n) Instrução Normativa SDA/Mapa n° 17, de 10 de abril de 2003; e

o) Instrução Normativa SDA/ Mapa n° 17, de 3 de agosto de 2010.

p) Instrução Normativa MAPA nº 01, de 28 de novembro de 2014

q) Instrução Normativa nº 14, de 10 de maio de 2016;

r) Instrução Normativa MAPA nº 17, de 11 de maio de 2016;

s) Instrução Normativa nº 09, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa SDA Nº 20, de 17 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Secretario de Defesa Agropecuária

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 610-SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.000637/2018-54, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado do São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Agudos, estado de São Paulo, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.110-SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARRAIAL DO CABO, estado do RIO DE JANEIRO, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.070823/2017-70 e da Nota Técnica nº 3768/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.819-SEI, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BOA VISTA, estado de RORAIMA, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.015031/2018-13 e da Nota Técnica nº 6909/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.248-SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000922/2001 e nº 53900.016392/2015-36, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE ASSARÉ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Assaré / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 2 DE ABRIL DE 2018

Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 2.482 -RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA, CNPJ nº 75.789.966/0001-59.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 2.483 - ADM DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 02.003.402/0046-77;

Nº 2.484 - TUPY S/A, CNPJ nº 84.683.374/0003-00.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 2.485 - ANA PAULA FERMINO DE BITTENCOURT - ME, CNPJ nº 24.589.900/0001-84;

Nº 2.486 - GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0022-80;

Nº 2.487 - MISSÃO EVANGÉLICA UNIÃO CRISTA, CNPJ nº 82.650.656/0001-14;

Nº 2.488 - TUBARÃO SANEAMENTO S.A., CNPJ nº 15.012.434/0001-89.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATOS DE 2 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 2.507 - AUTO ONIBUS SANTA MARIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 08.490.666/0001-87;

Nº 2.508 - JOAO MARIA BARBOSA, CNPJ nº 10.791.761/0001-62.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 1.554, DE 9 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização à EMPRESA FORMOSENSE DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ nº 02.281.764/0001-28 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), modalidade Ligação para Transmissão de Programas, e outorga autorização de uso de radiofrequências associadas à autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 20 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 1.871 - CALCARIO VALE DO ARAGUAIA LTDA, CNPJ nº 05.872.541/0001-23.

Nº 1.878 - SEMEARE AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 23.245.050/0001-34.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 1.914, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53542.000084/2018-58.

Expede autorização à ADRIANO VENDRUSCOLO, CPF nº 02615600184, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 22 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 2.016 - Processo nº 53542.000524/2018-77. FEDERAL SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00914803000585.

Nº 2.027 - Processo nº 53542.000535/2018-57. FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE GOIAS/RIO VERDE, CNPJ nº 04424486000146.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 2.023 - SEPCO 1 CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 14.139.738/0003-00.

Nº 2.025 - BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.860.087/0173-36.

Nº 2.026 - CREMILDO ANTONIO MINOZZO, CPF nº 432.327.871-34.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 2.130, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53542.000667/2018-89.

Expede autorização à SAFRAS ARMAZENS GERAIS LTDA., CNPJ nº 11644786000104, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 2.176, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência ao JOSÉ LUIZ VIEIRA SOARES, CPF: 330.397.127-72, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 1.299 - Processo nº 53500.006679/2018-11.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Campo Grande/MS.

Nº 1.303 - Processo nº 53500.006687/2018-50.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Palmas/TO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO Nº 1.331, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.006823/2018-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA, CNPJ 02.344.518/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Campo Grande/MS.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.104 - Processo nº 53500.010724/2018-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araçatuba/SP.

Nº 2.105 - Processo nº 53500.010727/2018-68.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araguari/MG.

Nº 2.106 - Processo nº 53500.010729/2018-57.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araxá/MG.

Nº 2.107 - Processo nº 53500.010730/2018-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araxá/MG.

Nº 2.108 - Processo nº 53500.010732/2018-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA IMAGEM DE COMUNICACAO TV CANDELARIA LTDA, CNPJ 34.482.075/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ariquemes/RO.

Nº 2.110 - Processo nº 53500.010735/2018-12.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bagé/RS.

Nº 2.111 - Processo nº 53500.010737/2018-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Balsa Nova/PR.

Nº 2.122 - Processo nº 53500.010739/2018-92.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SART-SISTEMA ARAGUAIA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 26.803.874/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra do Garças/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 24 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.138 - Processo nº 53500.010865/2018-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ABRIL RADIODIFUSÃO S/A, CNPJ 03.555.171/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Uberaba/MG.

Nº 2.139 - Processo nº 53500.010866/2018-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV UNIAO LTDA, CNPJ 05.284.351/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís/MA.

Nº 2.140 - Processo nº 53500.010868/2018-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís/MA.

Nº 2.141 - Processo nº 53500.010869/2018-25.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Salvador/BA.

Nº 2.142 - Processo nº 53500.010870/2018-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Branco/AC.

Nº 2.143 - Processo nº 53500.010871/2018-02.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Recife/PE.

Nº 2.144 - Processo nº 53500.010872/2018-49.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV SÃO PAULO LTDA., CNPJ 09.014.995/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Velho/RO.

Nº 2.145 - Processo nº 53500.010873/2018-93.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISÃO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Piumhi/MG.

Nº 2.146 - Processo nº 53500.010874/2018-38.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maceió/AL.

Nº 2.149 - Processo nº 53500.010877/2018-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Nº 2.150 - Processo nº 53500.010878/2018-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GOVERNO DO ESTADO DO CEARA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ 07.954.480/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sobral/CE.

Nº 2.151 - Processo nº 53500.010879/2018-61.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Teotônio Vilela/AL.

Nº 2.152 - Processo nº 53500.010880/2018-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RADIO E TV LTDA, CNPJ 27.063.726/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Vila Velha/ES.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 26 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.161 - Processo nº 53500.010941/2018-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra do Piraí/RJ.

Nº 2.163 - Processo nº 53500.010967/2018-62.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra Mansa/RJ.

Nº 2.182 - Processo nº 53500.011044/2018-28.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CASPER LIBERO, CNPJ 61.277.273/0001-72, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barretos/SP.

Nº 2.183 - Processo nº 53500.011056/2018-52.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ 17.516.113/0001-47, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belo Horizonte/MG.

Nº 2.184 - Processo nº 53500.011063/2018-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belo Horizonte/MG.

Nº 2.185 - Processo nº 53500.011067/2018-32.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV SAO PAULO LTDA., CNPJ 09.014.995/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 27 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.187 - Processo nº 53500.011139/2018-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 2.188 - Processo nº 53500.011140/2018-76.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 2.189 - Processo nº 53500.011141/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TV PAULISTA LTDA, CNPJ 03.822.583/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bocaiúva do Sul/PR.

Nº 2.190 - Processo nº 53500.011142/2018-65.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Nº 2.191 - Processo nº 53500.011143/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Nº 2.192 - Processo nº 53500.011144/2018-54.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SARA NOSSA TERRA, CNPJ 00.089.913/0001-26, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Nº 2.193 - Processo nº 53500.011145/2018-07.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV A VOZ DO CERRADO S/C LTDA, CNPJ 03.437.219/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Nº 2.194 - Processo nº 53500.011146/2018-43.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV A VOZ DO CERRADO S/C LTDA, CNPJ 03.437.219/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Nº 2.195 - Processo nº 53500.011147/2018-98.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV IMAGEM DO SERTAO S/C LTDA, CNPJ 03.437.637/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Brasília/DF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 2.196 - Processo nº 53500.011148/2018-32.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA IMAGEM DE COMUNICACAO TV CANDELARIA LTDA, CNPJ 34.482.075/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Buritis/RO.

Nº 2.200 - Processo nº 53500.011160/2018-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cachoeira do Sul/RS.

Nº 2.251 - Processo nº 53500.011177/2018-02.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 10.305.548/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Camaçari/BA.

Nº 2.252 - Processo nº 53500.011178/2018-49.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Camaquã/RS.

Nº 2.253 - Processo nº 53500.011179/2018-93.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cambuci/RJ.

Nº 2.254 - Processo nº 53500.011180/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Grande/MS.

Nº 2.257 - Processo nº 53500.011190/2018-53.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICACOES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Nº 2.260 - Processo nº 53500.011196/2018-21.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA, CNPJ 75.972.760/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Capanema/PR.

Nº 2.270 - Processo nº 53500.011262/2018-62.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO DIAMANTE LTDA, CNPJ 01.770.707/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Caxias do Sul/RS.

Nº 2.272 - Processo nº 53500.011270/2018-17.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Alegre/RS.

Nº 2.275 - Processo nº 53500.011279/2018-10.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Alegre/RS.

Nº 2.277 - Processo nº 53500.011288/2018-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Carazinho/RS.

Nº 2.279 - Processo nº 53500.011291/2018-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Alegre/RS.

Nº 2.296 - Processo nº 53500.011303/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RBS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 68.737.857/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sapiranga/RS.

Nº 2.299 - Processo nº 53500.011315/2018-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Carazinho/RS.

Nº 2.300 - Processo nº 53500.011316/2018-90.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Carutapera/MA.

Nº 2.301 - Processo nº 53500.011319/2018-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 2.302 - Processo nº 53500.011321/2018-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA, CNPJ 00.741.808/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Castanhal/PA.

Nº 2.303 - Processo nº 53500.011325/2018-81.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cerqueira César/SP.

Nº 2.304 - Processo nº 53500.011327/2018-70.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV STUDIOS DE JAU S/A, CNPJ 49.931.645/0001-37, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cerqueira César/SP.

Nº 2.305 - Processo nº 53500.011331/2018-38.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Chapecó/SC.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.338 - Processo nº 53500.011409/2018-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, CNPJ 76.995.414/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Chopinzinho/PR.

Nº 2.339 - Processo nº 53500.011422/2018-73.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Coroatá/MA.

Nº 2.340 - Processo nº 53500.011426/2018-51.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Corumbá/MS.

Nº 2.341 - Processo nº 53500.011429/2018-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE DE PAIVA NETTO, CNPJ 00.564.475/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cotia/SP.

Nº 2.345 - Processo nº 53500.011441/2018-08.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cruz Alta/RS.

Nº 2.347 - Processo nº 53500.011442/2018-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cruz Alta/RS.

Nº 2.349 - Processo nº 53500.011445/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 2.351 - Processo nº 53500.011453/2018-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MULHER DE TELEVISAO LTDA, CNPJ 02.344.518/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 2.352 - Processo nº 53500.011457/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SENADO FEDERAL, CNPJ 00.530.279/0001-15, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 2.358 - Processo nº 53500.011482/2018-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 2.361 - Processo nº 53500.011486/2018-74.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 2.368 - Processo nº 53500.011496/2018-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO FRATERNIDADE, CNPJ 94.958.063/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Erechim/RS.

Nº 2.424 - Processo nº 53500.006199/2015-08.
Autoriza à EUTELSAT S.A., por meio de seu representante legal, a EUTELSAT DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 03.916.374/0001-40, o uso em todo território nacional de radiofrequências em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro Eutelsat 8 West B, prorrogado por meio Ato nº 945, de 08/02/2018, respeitadas as condições estabelecidas, pelo prazo de 1 (um) ano.

Nº 2.425 - Processo nº 53500.006199/2015-08.
Autoriza à EUTELSAT S.A., por meio de seu representante legal, a EUTELSAT DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 03.916.374/0001-40, o uso em todo território nacional de radiofrequências em acréscimo àquelas associadas ao direito de exploração do satélite estrangeiro Eutelsat 8 West B, prorrogado por Ato nº 945, de 08/02/2018, respeitadas as condições estabelecidas, pelo prazo de 1 (um) ano.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.446, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.006761/2018-38.
Expede autorização à NET PRIME TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 27.275.682/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.478 - Processo nº 53500.011876/2018-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Erechim/RS.

Nº 2.479 - Processo nº 53500.011877/2018-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Esmeraldas/MG.

Nº 2.480 - Processo nº 53500.011879/2018-88.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Eunápolis/BA.

Nº 2.481 - Processo nº 53500.011880/2018-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RF TECNOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 07.678.601/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Feira de Santana/BA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 2 DE ABRIL DE 2018

2ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	13.071,20
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	258.136,31
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	893.766,38
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	11.079,51
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	525.353,96
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	293.993,66
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	81.607,29
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	485,00
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	49.754,56
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	220.009,97
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	124.251,50
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	60.000,00
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	20.084,70
0026/1990	Fundação de Ciência e Tecnologia	4.521,00
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	4.830,00
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	5.806.659,80
0044/1990	Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária	423,07
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	31.842,29
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	35.208,79
0051/1990	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP	90.000,00
0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	2.332,78
0066/1990	Fundação da UFPR para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura	31.362,76
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	216.955,40
0070/1990	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP	230.498,09
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	90.158,91
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	378.562,61
0101/1990	Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein	886.505,65
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	80.415,00
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	170.508,93
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	122.825,93
0105/1990	Instituto Nacional de Telecomunicações	2.500,00
0106/1990	Universidade Federal da Bahia	47.312,00
0134/1990	Fundação Gorceix	44.130,00
0135/1990	Fundação Butantan	1.522.794,66
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	42.117,70
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	47.099,33
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	800,00
0151/1990	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	28.500,00
0154/1990	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	9.043,05
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	111.429,36
0167/1990	Instituto Agronômico do Paraná	10.175,14
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	26.451,64
0206/1991	Universidade Federal de Pelotas	97.850,00
0207/1991	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	43.626,40
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	699.816,40
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	75.273,47
0238/1991	Universidade de Pernambuco	18,00
0247/1991	Universidade do Vale do Itajaí	12.051,98
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	20.134,13
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	77.817,14
0349/1992	Universidade do Extremo Sul Catarinense	116.536,10
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	161.116,31
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	728.985,29
0464/1993	Casa de Saúde Santa Marcelina	28.106,91
0513/1993	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	12.022,00
0515/1993	Universidade Estadual do Centro-Oeste	88.878,92
0534/1993	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	1.891.143,81
0546/1993	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	97.571,40
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	338.610,48
0585/1994	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	1.329,75
0589/1994	Instituto de Física de São Carlos	13.998,92
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	37.344,36
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	2.216,00
0693/1997	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	4.405.616,55
0695/1997	Escola Politécnica	24.747,06
0697/1997	Instituto de Física	11.573,18
0698/1997	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	28.832,46
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	20.488,36
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	47.423,60
0726/1998	Fundação de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	72.999,90
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	12.438,75
0737/1998	Universidade Presbiteriana Mackenzie	56.000,00
0740/1998	Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	6.892,75
0742/1998	Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	9.480,39
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	149.769,74
0750/1998	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	430.835,69
0754/1999	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia	41.995,00
0760/1999	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	255.156,22
0762/1999	Fundação Educacional Charles Darwin	375.133,72
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	154.414,83
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	194.500,00
0798/2000	Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande	108.160,04
0807/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura de Mato Grosso do Sul	235.968,90
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	870.712,25
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	186.707,87
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	263.970,80
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	23.892,00
0948/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas	6.158,99
0975/2006	Fundação Josué Montello	265.000,00
0979/2006	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional	115.663,43
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	8.439,31
1008/2006	Universidade Federal do ABC	100,00
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	26.461,44
1063/2008	Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	114.414,85
1089/2009	Fundação Pio XII	23.187,11
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	2.583,00
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	931.123,15
1133/2011	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul	106.000,00
1255/2016	ASSOCIACAO INSTITUTO TECNOLOGICO VALE - ITV	85.830,87

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 2018

717ª - RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE - IEPRO	900.0850/2002	00.977.419/0001-06

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.555-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29100.002933/1985-11, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.001/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TV Record de Bauru Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 18+ (dezoito decalado para mais), no município de São Miguel Arcanjo, estado de São Paulo, autorização essa outorgada inicialmente à Rádio e Televisão Record S.A., nos termos da Portaria no 133, de 25 de março de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 1988.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

PORTARIA Nº 1.557-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29100.002437/1984-50, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº6.045/2018//SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TV Record de Bauru Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 22+ (vinte e dois, decalado para mais), no município de Tatui, estado de São Paulo, autorização essa outorgada inicialmente à Rádio e Televisão Record S.A., nos termos da Portaria no 594, de 11 de agosto de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 14 de agosto de 1986.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

PORTARIA Nº 1.558-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.037973/2010-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.041/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1o Transferir à TV Record de Bauru Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 22+ (vinte e dois, decalado para mais), no município de Salto, estado de São Paulo, autorização essa outorgada inicialmente à Rádio e Televisão Record S.A., nos termos da Portaria no 373, de 20 de maio de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 1986.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.560-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.037975/2010-30, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.059/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à TV Record de Bauru Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, visando à retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 23 (vinte e três), no município de Tapiraí, estado de São Paulo, autorização essa outorgada inicialmente à Rádio e Televisão Record S.A., nos termos da Portaria no 320, de 22 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2001.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHO Nº 496-SEI, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do processo n.º 53000.005307/2006-67, especialmente da Nota Técnica n.º 6676/2018/SEI-MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cambará do Sul, estado do Rio Grande do Sul, contra a decisão de indeferimento do pedido de aumento de potência, para no mérito, negar-lhe provimento, em decorrência do não atendimento ao disposto no §5° do art. 11 do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, combinado com o art. 11 da Portaria MC n.° 231, de 5 de agosto de 2013.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 1.248-SEI, DE 9 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.001085/2018-00, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Cidade de Santos, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Fernão Dias, n°12, CJ 26, Sobre Loja - Gonzaga para a Rua Guaiaó, n° 66, 31° Andar, CJ 31011 - Aparecida, na localidade de Santos / SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 296/2013 publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2018, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 270/2015, publicado no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2015, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.013825/2010.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 23°58'43"S e longitude 46°18'33"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.269-SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.011914/2018-54, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bacarena/PA, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.334-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013019/2009-29, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RADIO E TV ARAUCÁRIA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de CAMPO MOURÃO/PR, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.344-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.006907/2013-71, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de LAGES/SC, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.546-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.012836/2009-60, resolve:

Art. 1º Consignar à SPRING TELEVISÃO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de MACEIÓ/AL, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.577-SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.012827/2009-79, resolve:

Art. 1º Consignar à SPRING TELEVISÃO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de CUIABÁ/MT, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.657-SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005353/2018-54, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO MIRANTE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bacurituba/MA, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.658-SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005369/2018-67, resolve:

Art. 1º Consigna à TELEVISÃO MIRANTE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Icatu/MA, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.659-SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005438/2018-32, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO MIRANTE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de São Bento/MA, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 88-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.080325/2017-35, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 1023/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 20 de dezembro de 2017, da frequência 900 KHz, outorgada à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Araxá, Estado de Minas Gerais.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 153-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.071009/2017-72, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 2002/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 18 de novembro de 2017, da frequência 990 KHz, outorgada à Rádio Najuá de Irati Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Irati, estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 420-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.069646/2017-89, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 5.878/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 12 de novembro de 2017, da frequência 1480 KHz, outorgada à Rádio Brotas Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Piraí do Sul, estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 489-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53500.004258/2015-03, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 6625/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO COMPANHEIRA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Palmares do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 500-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.059329/2017-54, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6707/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 26 de setembro de 2017, da frequência 540 KHz, outorgada à Rádio Uirapuru Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Birigui, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 517-SEI, DE 02 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.016708/2018-31, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 6839/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela EDCOMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santa Branca, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 127-SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.010311/2014-57, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de TATUÍ, estado de São Paulo, utilizando o canal 24 (vinte e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 1466/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 159-SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.063755/2017-92, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MATEUS LEME, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 15 (quinze), nos termos da Nota Técnica nº 2081/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 284-SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.081432/2017-81, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de CRATEÚS, estado do Ceará, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), nos termos da Nota Técnica nº 3922/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 297-SEI, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.020952/2017-17, resolve aprovar o local de instalação da estação digital em caráter secundário com a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de SANTA ISABEL, estado de SP, utilizando o canal digital nº 20 (vinte), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 4221/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 309-SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.081430/2017-91, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de BOA VIAGEM, estado do Ceará, utilizando o canal digital 27 (vinte e sete), nos termos da Nota Técnica nº 4418/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 735-SEI, DE 14 DE JUNHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO COSTA NORTE, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de BERTIOGA-SP, utilizando o canal digital 48 (quarenta e oito), nos termos da Nota Técnica nº 12037/2017/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 453-SEI, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.012593/2018-13, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO GUARANY LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Pacajus-CE, utilizando o canal n.º 219 (duzentos e dezenove), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 6240/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 497-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.078846/2017-22, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO BAHIANA DE ITABERABA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Itaberaba-BA, utilizando o canal n.º 259 (duzentos e cinquenta e nove), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 6682/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL TELEBRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2017

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1
Companhia Aberta

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Telebras concluiu 2017 com histórias para contar, entre elas contratos importantes firmados, sucesso no lançamento do SGDC-1 e a projeção do Cabo Submarino, que vai ligar o Brasil à Europa. Foi um ano em que o Brasil ganhou em eficiência através dos serviços prestados pela empresa, que tem objetivos genuinamente brasileiros.

O ano entrou para a história da Telebras, porque selou sua marca como uma empresa pioneira em telecomunicações via Satélite, que conquistou seu reconhecimento no mercado de ações, com aporte de conhecimento e desenvolvimento social para a Nação. Tudo isso explicaremos a partir de agora.

No dia 04 de maio de 2017 foi lançado, com sucesso absoluto, no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC-1. A estrutura em terra, que faz conexão com o Satélite, também cumpriu todos os prazos. São dois Centros de Operações Espaciais, um em Brasília e o outro no Rio de Janeiro e mais três antenas instaladas em três estados que abrigam as Estações de Acesso Gateways: Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Campo Grande (MT). Em meio a estas obras, profissionais altamente qualificados cumpriram prazos e orçamentos. Com antecedência nas etapas entregues, o Projeto SGDC-1 trouxe, em 2017, razões suficientes para se consolidar como um dos feitos dignos de comemoração no Brasil.

A Telebras abrange hoje, diretamente e através de parceiros, uma população superior a 130 milhões de habitantes, além do atendimento à rede privativa de comunicação da administração pública federal. A Companhia opera uma rede terrestre com Backbone baseado em cabos de fibra óptica estruturados em cinco anéis geográficos distribuídos no nordeste, sudeste, sul, centro-sul e norte, totalizando 26 mil Km de extensão de rede. São 195 provedores atendendo as 27 unidades da Federação.

O Programa Nacional de Banda Larga teve um acréscimo no número de atendimentos em 140% em 2017. De 642 municípios atendidos no ano anterior, a Companhia fechou o ano atendendo a 1.524 cidades. As parcerias subiram em percentual de 500%. Saímos de 180 para 1.055 parceiros. O mesmo aconteceu com o número de circuitos ativados pela Companhia.

Em 2017 a Telebras concluiu o processo de aumento de Capital Social, que passou de R$ 263,1 milhões para R$ 1.594,7 milhões, um aumento de R$ 1,3 bilhão. Os recursos referem-se a aportes realizados pela União. O objetivo principal foi a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégica – SGDC-1, o desenvolvimento e a expansão do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL.

Com isso, a Companhia passou a ter patrimônio líquido positivo e está a caminho da autossustentabilidade. A Telebras possui, ainda, recursos a capitalizar aportados pela União Federal no valor de R$ 1,3 bilhão, cujas tratativas para a incorporação do Capital Social já foram iniciadas, ampliando as perspectivas positivas para 2018.

Nesta mesma linha de melhorias de gestão, em 2017 a Companhia retomou o processo de recuperação de créditos tributários, tendo como resultado a compensação do valor de R$ 16.4 milhões nos pagamentos dos tributos federais e de R$ 6 milhões em relação ao ICMS, o que representou um importante reforço para o fluxo de caixa da Companhia.

A Lei de Responsabilidade das Estatais chegou também para somar na Telebras. Com as exigências vieram o aperfeiçoamento dos processos de gestão, que produzem transformações internas com foco na integridade e transparência, nas relações com os clientes, com os investidores e com a sociedade.

A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de 30,8%, passando de R$ 56,1 milhões em 2016 para R$ 73,3 milhões em 2017, reflexo dos novos contratos celebrados e do aumento de circuitos faturados. Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R$ 251,0 milhões em 2017 e R$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 29%. Todavia, se desconsiderarmos os eventos contabilizados em 2017 (não recorrentes) da provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (R$ 16,4 milhões) e para a Perda Estimada com Credito de Liquidação Duvidosa, relativo ao valor a receber do contrato de prestação de serviços da Copa do Mundo de 2014 (R$ 22,4 milhões), o crescimento destes custos e despesas seriam de 9%, o que demonstra o esforço da Administração para redução dos custos e despesas e na melhora de rentabilidade da Companhia.

A Telebras é composta, hoje, por 357 colaboradores diretos e mais de 500 prestadores de serviços indiretos, distribuídos em 50 empresas contratadas.

Em meio às importantes negociações efetivadas, vários contratos foram assinados no decorrer do ano. Entre eles, acordos de fornecimento de internet, atendendo à população brasileira, com ênfase às escolas, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, unidades de fronteira do Exército, comunidades quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

A seguir relataremos, detalhadamente, as conquistas de 2017. Estamos certos de que, 2018, nos trará triunfos ainda mais significativos e desafiadores!

A Administração

PERFIL DE ATUAÇÃO

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (adiante mencionada simplesmente como "Telebras" ou "Companhia"), sediada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF, endereço eletrônico www.telebras.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011; rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais a TELEBRAS tem direcionado seus esforços no sentido de:

- Intensificar a implantação da infraestrutura necessária à consecução do Programa Nacional de Banda Larga—PNBL;
-Atender, cada vez com mais aptidão, às determinações do Decreto nº 8.135/2013;
- Ampliar sua carteira de clientes do setor governo;
- Aumentar sua participação em projetos de governo.

Além do antes exposto, são prioridades da empresa os projetos estratégicos previstos nas Ações Orçamentárias do Governo Federal, de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e do Cabo Submarino Brasil-Europa, detalhados no sumário executivo a seguir.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2017 ficará marcado na história da Telebras, pela significância de suas conquistas face aos desafios enfrentados:

- O lançamento e a operação do SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, incluindo as estruturas em terra, que controlam e fazem a conexão com o mesmo;
- os avanços no projeto do Cabo Submarino que irá interligar a América do Sul à Europa, diminuindo a dependência brasileira de conexões intermediadas por outros países;
- o acréscimo de 140% no número de atendimentos ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, que mostra a evolução da Companhia em sua capacidade de cumprir seus objetivos estatutários;
- a evolução de seu Capital Social, que passou R$ 263,1 milhões para R$ 1.594,7 milhões, que permitiu à Companhia alcançar um Patrimônio Líquido positivo;
- o crescimento da Receita Operacional Líquida de 30%, que reforça a expectativa de crescimentos ainda maiores nos próximos anos;
- a clara evidência de evolução da capacidade da empresa em melhorar a sua rentabilidade, representada pelo aumento dos custos e despesas operacionais, que cresceram 9% em 2017, contra 30% de crescimento na Receita, desconsiderando-se despesas contábeis não recorrentes contabilizadas no exercício.
- os esforços da administração e do corpo técnico e operacional, no sentido de dotar a Companhia de instrumentos de gestão e governança corporativa capazes de elevar a sua eficiência e qualidade, na busca de credibilidade e confiança.

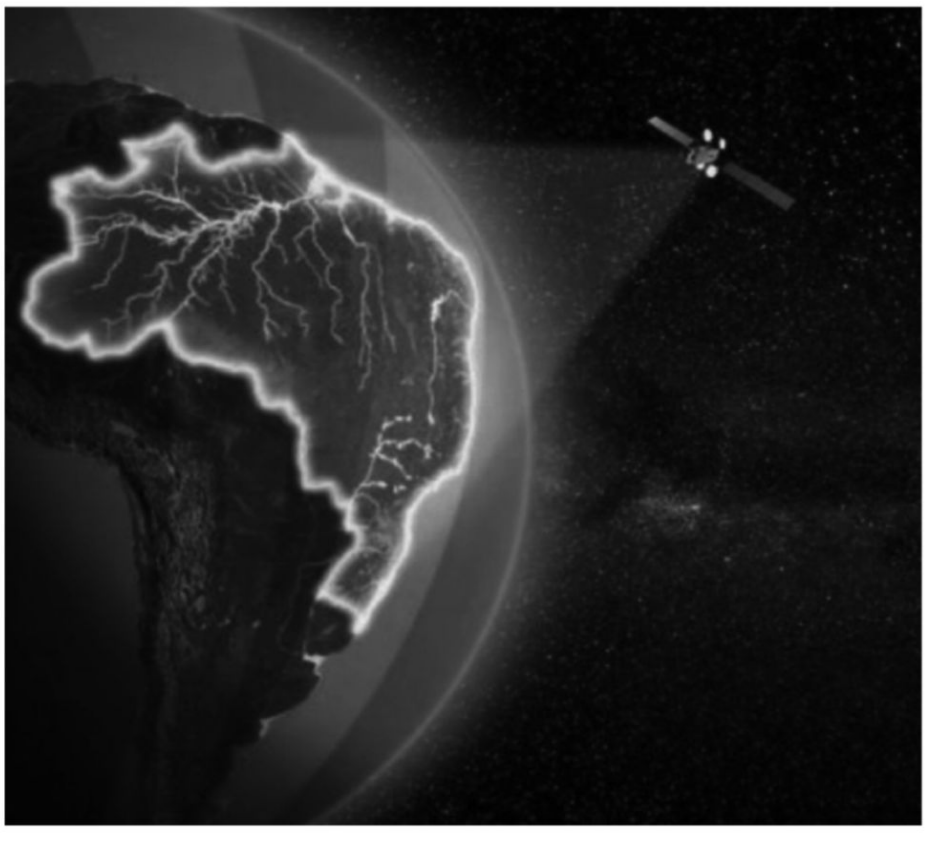
Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental nos programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa GESAC, que irá garantir acesso em internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, inclusive àquelas localizadas em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

SGDC

O SGDC é o principal projeto da empresa, e seu lançamento ocorreu em Maio de 2017. O objetivo do SGDC é fornecer mais segurança às comunicações militares, de governo e atendimento à banda larga.

A operação do SGDC significa ampliação da oferta de banda larga em todo território nacional, especialmente nas áreas remotas, e irá garantir para a Companhia um aumento significativo de suas receitas. Sua carga útil em Banda X já se encontra em operação tendo como cliente o Ministério da Defesa. Sua banda Ka, que conta com 58 Gbps de capacidade, está destinada ao atendimento de banda larga.

Os primeiros contratos para prestação de serviço em banda larga foram firmados no final de 2017, e em abril de 2018 inicia-se a prestação do serviço comercial.



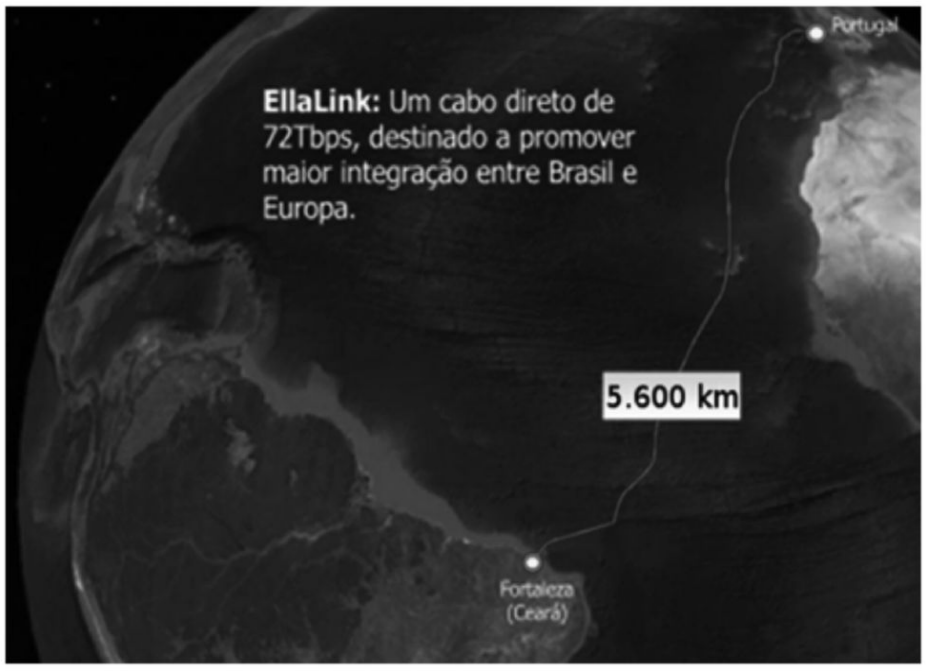
Cabo Submarino Brasil — Europa

A principal motivação para a construção do cabo submarino, que irá interligar a América do Sul à Europa, é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos.

O projeto prevê o lançamento de 5.600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários: - Atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e ampliar a oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas.

Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes. Mais do que simplesmente atender às exigências da nova Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016), a empresa se esforça para atingir elevado nível de maturidade em Governança Corporativa, de modo a estabelecer níveis suficientes de controle sobre os riscos, buscando a qualidade dos processos, além de um novo padrão de transparência e credibilidade.

Neste capítulo, a Telebras promoveu a revisão de seu Estatuto Social, aprovou o novo Planejamento Estratégico, implantou metodologia de gestão através de Indicadores de Resultados, com software de controle e acompanhamento de todas as áreas operacionais, retomou atividades ou reforçou instrumentos de governança, como a gestão de riscos, mecanismos e controles internos, Compliance, Ouvidoria e Canal de Denúncias, Código de Ética e Guia de Conduta, além de outras políticas.

A partir deste patamar, abre-se uma nova perspectiva para 2018, com a remodelação total da Governança Corporativa da empresa, a completa reestruturação dos núcleos de gestão de riscos, integridade e controles internos, processos, projetos, e demais atribuições que serão detalhadas por um novo Regimento Interno.

FINANÇAS

Estrutura Patrimonial da TELEBRAS - Principais Rubricas

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2015 a 2017 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R$ mil	Exercícios findos em:							
	2015		2016			2017		
Rubricas	**Valor**	**AV%**	**Valor**	**AV%**	**AH%**	**Valor**	**AV%**	**AH%**
Ativo Circulante	388.125	15,20%	413.355	13,50%	6,50%	365.926	10,70%	-11,50%
Ativo Não Circulante	2.166.404	84,80%	2.646.573	86,50%	22,20%	3.059.300	89,30%	15,60%
Realizável a Longo Prazo	211.484	8,30%	275.112	9,00%	30,10%	287.429	8,40%	4,50%
Investimentos	84.475	3,30%	77.145	2,50%	-8,70%	69.193	2,00%	-10,30%
Imobilizado	1.850.122	72,40%	2.275.655	74,40%	23,00%	2.683.307	78,30%	17,90%
Intangível	20.323	0,80%	18.661	0,60%	-8,20%	19.371	0,60%	3,80%
Ativo Total	**2.554.529**	**100,00%**	**3.059.928**	**100,00%**	**19,80%**	**3.425.226**	**100,00%**	**11,90%**
Passivo Circulante	321.781	12,60%	97.490	3,20%	-69,70%	230.354	6,70%	136,30%
Passivo Não Circulante	2.451.508	96,00%	3.462.541	113,20%	41,20%	2.605.051	76,10%	-24,80%
Passivo Exigível	2.773.289	108,60%	3.560.031	116,30%	28,40%	2.835.405	82,80%	-20,40%
Patrimônio Líquido	(218.760)	-8,60%	(500.103)	-0,163	128,60%	589.821	17,20%	-217,90%
Passivo Total	**2.554.529**	**100,00%**	**3.059.928**	**100,00%**	**19,80%**	**3.425.226**	**100,00%**	**11,90%**

Fonte: Demonstrações Individuais da Telebras

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

A ESTRUTURA PATRIMONIAL

Ativo Circulante e Não Circulante

Os itens do Ativo Circulante apresentaram diminuição de 11,5% em relação ao exercício de 2016, já o Ativo Não Circulante apresentou evolução de 15,6% no mesmo período.

Imobilizado

A evolução do Imobilizado, 17,9% de 2016 para 2017, é explicada pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R$ 314,9 milhões em 2017 contra R$ 319,5 milhões em 2016. Deste total, R$ 265,2 milhões (84,2%) foram destinados ao projeto SGDC (R$ 267,5 milhões em 2016 – 83,7%).

Ativo Total

Crescimento da ordem de 11,9% em relação a 2016. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

O Passivo Circulante apresentou aumento de 136,3% no período, em decorrência principalmente do aumento na Conta Fornecedores 205,7%. Já o Passivo Não Circulante apresentou uma redução de 24,8% por conta da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital).

Passivo Exigível e Ativo Total

Considerando-se os dados relativos ao Passivo Exigível e ao Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2017 estava em 82,8%, enquanto que no exercício findo em 2016, esse indicador era de 116,3%. A redução foi decorrente principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Patrimônio Líquido

O aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da incorporação ao Capital Social de parte do AFAC.

Exercícios:	2016	2017
R$ mil	**Valor**	**Valor**
Patrimônio Líquido	**(500.103)**	**589.821**
Capital Social	263.145	1.594.667
Prejuízos Acumulados	(769.620)	(1.103.437)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.483	8.702
Ações em Tesouraria	(111)	(111)

Incorporação da TELEBRAS COPA S.A.

Em 1º de junho de 2017, a Assembleia dos Acionistas aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769 mil, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

Estrutura Econômica da Companhia — Principais Rubricas

1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2017, a Receita Operacional Líquida atingiu R$ 73,3 milhões, crescimento de 30,8% em relação ao ano de 2016 (R$ 56,1 milhões). O avanço da Receita Operacional Líquida entre os períodos comparados é explicado pelo maior volume faturado em decorrência de novos contratos, pelo crescimento da banda ativada e dos circuitos faturados.

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	**Valor**	**Valor**	**%**
Serviços de Comunicação Multimídia	74.486	98.758	32,6%
Aluguéis e Locações	7.003	7.093	1,3%
Receita Operacional Bruta	**81.489**	**105.851**	**29,9%**
Deduções da Receita Operacional Bruta	(25.435)	(32.558)	28,0%
Receita Operacional Líquida	**56.054**	**73.293**	**30,8%**

2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (exceto Depreciação/Amortização)

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	**Valor**	**Valor**	**%**
Pessoal (exclui PISP)	(65.051)	(67.165)	3,2 %
Serviços de Terceiros	(63.694)	(62.884)	(1,3) %
Compartilhamento de Infraestrutura	(39.713)	(43.430)	9,4 %
Meios de Conexão	(10.267)	(26.782)	160,9 %
PECLD(1)	(248)	(24.534)	9.792,7 %
PISP(2)	(5.756)	(16.292)	183,0 %
Aluguéis e Locações	(8.696)	(7.516)	(13,6) %
Tributos	(1.607)	(1.597)	(0,6) %
Materiais	(136)	(753)	453,7 %
Outras Despesas	(18)	0	n.d.
TOTAL	**(195.186)**	**(250.953)**	**28,6 %**

(1) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

(2) Programa de Indenização por Serviços Prestados

Em 2017, os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R$ 251,0 milhões em 2017 e R$ 195,2 milhões em 2016, um aumento de 28,6%. As principais rubricas que contribuíram para este aumento foram: perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (R$ 24,3 milhões), provisão para o programa de indenização por serviços prestados – PISP (R$ 10,5 milhões); e meios de conexão (R$ 16,5 milhões).

As principais ocorrências no período, referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No Acumulado dos doze meses de 2017, o gasto com pessoal apresentou crescimento de 3,2% em relação a 2016, apesar do reajuste concedido de 8,1%. O aumento inferior ao reajuste concedido no acordo coletivo é justificado, principalmente, pela diminuição da remuneração de diretores em função de saídas sem a recomposição do quadro durante a maior parte do exercício de 2017.

PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS - PISP: O aumento da provisão para o PISP é justificado pelo reajuste salarial de 8,1% em consequência do acordo coletivo, bem

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

como pela reclassificação dos valores que constavam como "a receber" no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL, no valor de R$ 16.5 milhões. A reclassificação deste valor a receber ocorreu devido ao fato que este item não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, pois não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que não há certeza quanto ao recebimento de tais valores.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No acumulado de 2017, o montante dos custos e despesas com Serviços de Terceiros totalizou R$ 62,9 milhões, estável em relação ao acumulado do último exercício (R$ 63,7 milhões). Dentre os Serviços de Terceiros, o de maior participação sobre o total desses custos e despesas é o Custo de Manutenção da Planta, que atingiu R$ 31,4 milhões em 2017, R$ 30,2 milhões em 2016.

COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA: Em 2017, o valor de Compartilhamento de Infraestrutura atingiu R$ 43,4 milhões, valor que supera em R$ 3,7 milhões (9,4%) o acumulado de 2016 (R$ 39,7 milhões). O aumento é justificado pelos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e parceiros por serviços prestados.

MEIOS DE CONEXÃO: No final dos 2017, os custos com Meios de Conexão alcançaram R$ 26,8 milhões (R$ 10,3 milhões em 2016), uma variação de 160,9%.

Depreciação e Amortização

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Depreciação e Amortização	**(49.311)**	**(60.795)**	**23,3 %**

O aumento de 23,3% na comparação entre o acumulado de 2017 e 2016 é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica "Bens e Instalações em Andamento" para a rubrica "Bens e Instalações em Serviço", pois com a transferência estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R$ 43.282 em 2017. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levada em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

Resultado Financeiro

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Receitas Financeiras			
Juros Sobre Disponibilidades	8.827	7.340	16,8 %
Juros Sobre Tributos	0	14.342	100,0 %
Juros Sobre Depósitos Judiciais	2.486	2.478	(0,3) %
Outras Receitas Financeiras	694	939	35,3 %
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(1.376)	(2.127)	54,6 %
TOTAL	**10.631**	**22.972**	**116.1 %**
Despesas Financeiras			
Juros Sobre Adiantamentos / Cauções e Retenções	(51.194)	(34.548)	(32,5) %
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(23.686)	(15.620)	(34,1) %
Juros s/ Provisionamento Riscos Trab, Cíveis e Fiscais	(11.546)	(4.962)	(57,0) %
Outras Despesas Financeiras	(1.272)	(90)	(92,9) %
TOTAL	**(87.698)**	**(55.220)**	**(37,0) %**
RESULTADOS FINANCEIROS	**(77.067)**	**(32.248)**	**(58,2) %**

No acumulado de 2017, o resultado financeiro foi negativo no valor de R$ 32,2 milhões, uma redução de R$ 44,8 milhões na comparação com 2016. Este resultado é explicado pelo reconhecimento da variação monetária dos tributos federais sujeitos a recuperação/compensação (R$ 14,3 milhões), e pela redução dos índices de atualização dos principais geradores de despesas financeiras (Credores por Acordos Judiciais e os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC), que têm seus indexadores vinculados à inflação.

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizaram R$ 33.703 (R$ 30.323 em 2016). Deste montante, R$ 26.363 (R$ 21.496 em 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados à construção de ativos (ativo qualificável), principalmente o projeto SGDC.

Prejuízo do Exercício Ajustado

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	**(270.883)**	**(243.817)**	**(10,0) %**
Ajustes de Eventos Não Recorrentes:			
(-) Ganho na Baixa de Passivos (i)	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perda na Baixa de Passivos (i)	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos (i)		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
Prejuízo do Exercício Ajustado	**(270.883)**	**(210.767)**	**(22,2) %**
Margem Líquida	(483,3) %	(287,6) %	(40,5) %
Prejuízo por Ação	(18,06990)	(14,05972)	(22,2) %

O Prejuízo do Exercício Ajustado por eventos não recorrentes em 2017 foi de R$ 210,8 milhões (R$ 270,9 milhões em 2016), redução de R$ 60,1 milhões (-22,2%). Os eventos não recorrentes referem-se: i) a baixa de passivos e ativos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos conforme CPC 00 (R1) - Estrutura Comceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e divulgados nos quadros de "Custos/ Despesas Operacionais" e "Outras Receitas/(Despesas) Operacionais", respectivamente, acima demonstrado; e ii) constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa sobre o contas a receber de valores relacionados à prestação de serviços durante a Copa do Mundo de 2014.

EBITIDA/LAJIDA

Exercícios:	2016	2017	Variação
R$ mil	Valor	Valor	%
Prejuízo do Exercício	**(270.883)**	**(243.817)**	**(10,0) %**
(+) Resultado Financeiro	77.067	32.248	(58,2) %
(+) Depreciação e Amortização	49.311	60.795	23,3 %
EBITIDA	**(144.505)**	**(150.774)**	**4,3 %**
Ajustes:			
(+/-) Equivalência Patrimonial	3.964	(23.899)	(702,9) %
(+) Baixa de Ativos Fixos	268	0	
(+/-) Ganho Sobre Passivos	0	(15.967)	100,0 %
(+) Perdas Sobre Ativos	0	10.105	100,0 %
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos		16.475	100,0 %
(+) PECLD - Contrato COPA 2014		22.437	100,0 %
EBITIDA Ajustado	**(140.273)**	**(141.623)**	**1,0 %**
Margem EBITIDA	(257,8) %	(205,7) %	**20,2 %**
Margem EBITIDA Ajustado	(250,2) %	(193,2) %	**22,8 %**

Evolução do EBITDA Ajustado

A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, o Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa de Passivos, Perdas na Baixa de Ativos — Colaboradores Cedidos e PECLD contrato Copa 2014) para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro.

Em 2017, o EBITDA foi negativo no montante de R$ 141,6 milhões, estável em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 140,3 milhões). Este resultado é reflexo do aumento da Receita Operacional Liquida (30,8%) e do aumento dos Custos e Despesas Operacionais (28,6%). A Margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de (193,2%), enquanto que em 2016 foi de (250,2%), uma diminuição de 22,8% da insuficiência de geração de caixa.

Execução Orçamentária

Dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2017, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

FONTES E USOS (Em R$ mil)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
Fontes de Recursos	**394,60**	**513,70**	**76,8%**
Receita	175,70	210,90	83,3%
Receita para Aumento de Capital	219,00	302,90	72,3%
Usos de Recursos	**616,30**	**1.035,20**	**59,5%**
Dispêndios Correntes	301,30	403,60	74,7%
Dispêndios de Capital	**315,00**	**631,60**	**49,9%**

Orçamento de Investimento (OI) da TELEBRAS. Versão final aprovada pela Portaria nº 433, de 12/12/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

Dispêndios de Capital (Em R$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
120F - PNBL	41,40	94,40	43,8%
146Z - Satélite	265,10	477,80	55,5%
4101 - Bens Imóveis	0,00	0,40	0,0%
4102 - Bens Móveis	0,10	1,70	7,7%
4103- Ativos de Informática	7,00	12,40	56,9%
Inversão Financeira Cabo Submarino	1,30	45,00	3,0%
Total	**315,00**	**631,60**	**49,9%**

Segue detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

Região (Em R$ mil)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Na Região Norte	2,70	20,50	13,4%
Na Região Nordeste	4,80	16,60	29,0%
Na Região Sudeste	18,80	20,20	92,9%
Na Região Sul	4,20	12,50	33,2%
Na Região Centro-Oeste	10,90	24,60	44,3%
Total	**41,40**	**94,40**	**43,8%**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundação SISTEL de Seguridade Social:

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – Telebras, Telebras-PREV, e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

MERCADO

Ações TELEBRAS ON e PN

As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TEL-B4. No ano de 2017, para a subscrição das ações em razão do aumento de capital da Companhia, negociaram-se os símbolos TELB1 e TELB2.

Em 2017, no mercado à vista, foi registrado um total de 23.952 negócios, envolvendo uma quantidade de 12,4 milhões de ações e volume de recursos na ordem de R$ 136,6 milhões.

O aumento de capital incorporou o valor de R$1.333 milhões passando a Companhia a possuir no total um capital social de R$1.594 milhões representado por 49.605.490 ações sendo 39.272.779 ON e 10.332.711 PN.

O preço médio de fechamento durante 2017 foi de aproximadamente R$ 53,32 por ação ON, e de R$ 30,01 por ação PN. As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

ATIVIDADES COMERCIAIS

As atividades comerciais da Telebras estão adequadas à sua missão e objetivos estatutários, de atender com qualidade e segurança os órgãos governamentais, e a ampliação da oferta dos produtos de telecomunicações, sobretudo em regiões não atendidas pelas empresas privadas. Busca-se também impulsionar os negócios através de contínuo aprimoramento na gestão de processos internos, visando maior eficácia e qualidade no atendimento aos clientes.

Em que pesem as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país em 2017, a Telebras intensificou sua presença junto aos órgãos de governo, ampliando sua atuação, e celebrando novos contratos, com participação fundamental para os programas do governo brasileiro. Os contratos celebrados totalizaram 15.305 circuitos satélites, cabendo destacar o Programa Gesac, que levará internet a 7.000 escolas rurais, unidades do Exército e Receita Federal, localizados em fronteiras do território brasileiro, comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Planejamento e Marketing

Em 2017, a Companhia deu ênfase às ações de Inteligência de Mercado e Planejamento Comercial, revisando e propondo um novo modelo de cálculo de custos, com o objetivo de aperfeiçoar a precificação de produtos e serviços, medida considerada de vital importância para a consecução dos objetivos estratégicos da Telebras. Outras iniciativas importantes foram: - Arquitetura e criação de serviços de valor adicionado, projetos de novos produtos de segurança, proposta de novo produto de transporte IP, reativação do produto de conexão direta aos PTTs (P2PTT), e a criação e revisão de modelo matemático para estimar a demanda IP de provedores com base nos dados da Anatel.

A participação em Projetos Especiais também foi relevante em 2017, o que demandou da área comercial análises técnicas sobre a operação do Cabo Submarino do Sistema EllaLink, e o suporte nas negociações com a EulaLink. Além disso, a Diretoria Comercial teve participação em todas as iniciativas relacionadas à viabilização da operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), inclusive no Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade, e nas negociações com partes interessadas em formar parceria com a Telebras no uso da capacidade em banda Ka do SGDC.

Em 2017 a Telebras comemorou 45 anos, e esse acontecimento motivou a realização de importantes campanhas. A Companhia participou durante o ano de diversos eventos diretamente ligados à sua atuação e mercado, como o Congresso Latino Americano de Satélites, a Futurecom e edições da Campus Party, em São Paulo, Brasília, Salvador e Belo Horizonte. Promoveu também eventos internacionais, os "Roadshows", estratégia utilizada para a apresentação do SGDC ao público alvo, relativo ao Chamamento Público sobre Cessão de Capacidade.

Vendas

No ano de 2017 a Telebras acumulou o valor de R$ 100 milhões em novos negócios, conforme refletido na tabela abaixo:

Vendas acumuladas no ano - Dezembro 2017

Área de Vendas				
Área de Vendas	QT pontos	Banda negociada (mbps)	Valor Mensal	Valor Anual
Brasília	2.692	29.549	7.422.454	89.069.450
Fortaleza	12	10.812	317.576	3.810.915
Belém	10	6.250	258.376	3.100.515
Porto Alegre	16	10.050	193.519	2.322.225
Rio de Janeiro	4	855	96.070	1.152.843
São Paulo	3	3.400	79.396	952.755
Parceria	1	4.000	62.007	744.083
Total	2.738	64.916	8.429.399	101.152.786

Contribuíram para a Venda de 2017 os contratos celebrados com órgãos do governo, de alta relevância para a Telebras. Dentre estes se incluem os contratos com a Dataprev, Ministério do Trabalho, ICMBIO, DNOCs, e o do GESAC (MCTIC), este último constando de 15 mil circuitos de satélite contratados.

Além dos contratos efetivamente celebrados, várias outras oportunidades foram prospectadas, com po-tencial de elevar a receita bruta da Companhia em cerca de R$ 500 Milhões anuais. O fechamento destes negócios irão representar um acréscimo de 10.300 circuitos na planta da Telebras. Essas oportunidades estão sendo trabalhadas, com a expectativa de se concretizarem no primeiro semestre de 2018.

Operações Comerciais

Em busca de eficiência no relacionamento com os clientes, foi implementado em 2017 o CRM (Costumer Relationship Management), um módulo do sistema SAP que reestrutura a gestão dos clientes da empresa. Com este novo recurso, a Telebras avançou nos quesitos relativos à funcionalidade corporativa e no atendimento pós-venda, utilizando a tecnologia da informação para garantir qualidade na prestação dos serviços aos clientes.

Regionais

Com relação aos escritórios regionais, além de exercerem o papel de braço operacional da empresa nas regiões em que atuam, foram responsáveis por alavancar as vendas e pelo levantamento de dados mercadológicos que ajudaram a Companhia a se posicionar no mercado. Também exerceram papel relevante na decisão de relançamento do produto P2PTT (conexão aos PTTs), reativado em setembro passado.

EVOLUÇÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

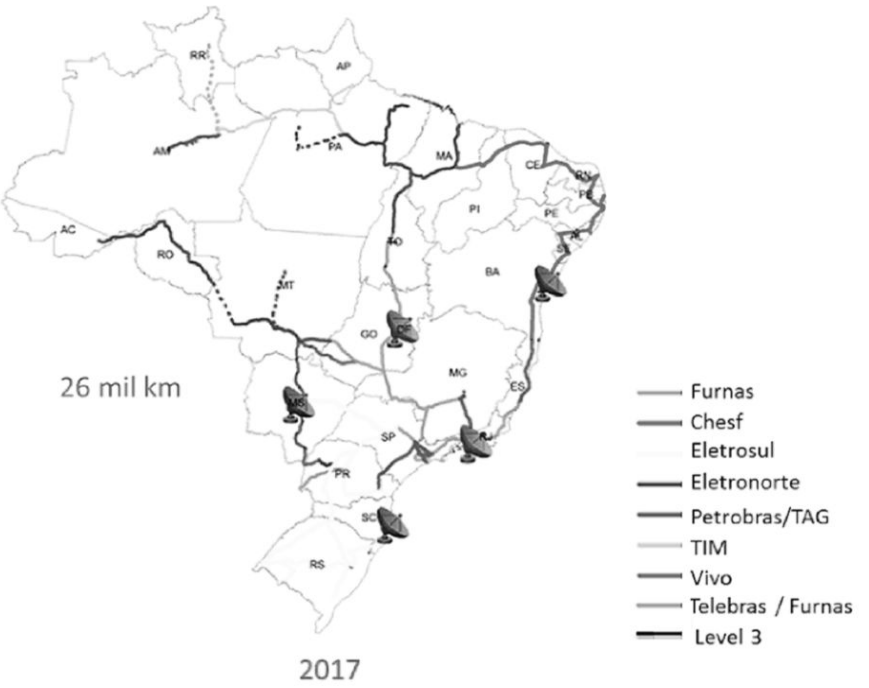
Rede Terrestre

A Telebras possui atualmente um *backbone* nacional de 26.000 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do país.

Estas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW *(Optical Ground Wire)* existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia.

Existem ainda fibras ópticas em gasodutos e rodovias.

O mapa a seguir ilustra esta rede nacional e a as empresas parceiras no backbone:



No ano de 2017 a Telebras atuou na ampliação da capacidade de seu backbone, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias às estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram concluídas as ampliações de três (3) trechos do backbone DWDM, a instalação do Anel DWDM Metropolitano de Brasília, a adequação do Anel DWDM Metropolitano do Rio de Janeiro, e a troca de placas de 40Gbps por placas de 100Gbps em partes específicas da rede.

Também foram ampliados novos trechos do backbone IP, instalando 13 novas estações nos estados do Paraná, Pará, Amapá e Rondônia.

Ainda em 2017, a Telebras desenvolveu projetos de atualização e melhoria continuada da rede, entre eles o início do projeto Inner Core que prevê a ampliação do Core de rede IP/MPLS com capacidade de até 3,2Tbps, com conclusão prevista para maio de 2018.

Foram também concluídos projetos visando a melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim a aumento da disponibilidade da sua rede.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2017. Em 2016, atendia diretamente 462 municípios e 180 indiretamente. Em 2017 a empresa passou a atender 469 municípios diretamente, mais 1055 municípios atendidos indiretamente por provedores parceiros, com abrangência de aproximadamente 63% da população brasileira.

ATENDIMENTOS EM 2017:	
ATENDIMENTO DIRETO PELA TELEBRAS: **Municípios**: 469 **População**: 82.501.138 habitantes	**ATENDIMENTO POR MEIO DE PARCEIROS:** **Provedores**: 195 **Municípios**: 1.055 **População**: 48.220.675 habitantes
ACRÉSCIMO DE 140 % NO NÚMERO DE ATENDIMENTOS (em relação a 2016)	

SGDC — Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas



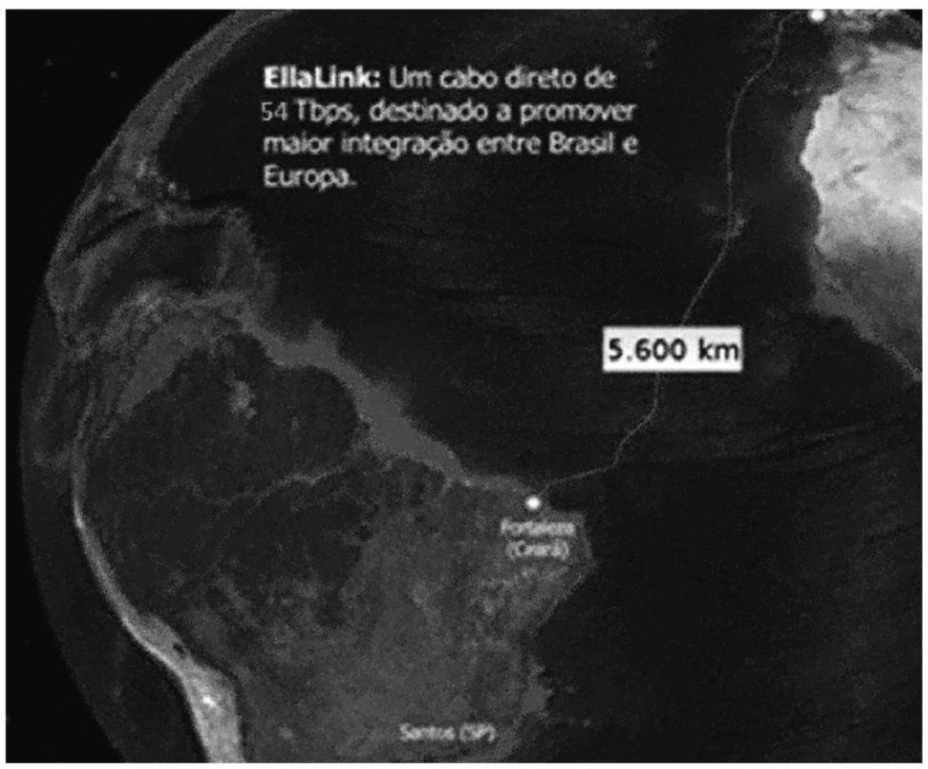
A Telebras está presente em 27% dos municípios brasileiros com sua rede terrestre. Com a entrada em operação do SGDC, sua cobertura atingirá todo território nacional, incluindo Fernando de Noronha e as duzentas (200) milhas náuticas na região da Amazônia Azul.

Com o lançamento do satélite realizado em maio de 2017, o Brasil declara independência as comunicações militares e de governo, e ainda levará internet de banda larga para locais até hoje não atendidos por qualquer forma de comunicação, por falta de infraestrutura.

A Telebras iniciou a operação e o controle do SGDC em 1º de julho de 2017; desde então, o artefato passou por um período de maturação em órbita até novembro de 2017, culminando com o licenciamento da estação de controle espacial em Dezembro de 2017 desta feita se tornando apto à prestação de serviço.

Para exploração comercial, a Telebras firmou acordo de parceria com a empresa americana ViaSat. O acordo prevê o complemento da infraestrutura Telebras e uso do know-how da nova parceira para entrega de projetos governamentais, como o Banda Larga para Todos, GESAC e Banda Larga nas escolas bem como a comercialização ao público em geral. A prestação do serviço em banda larga para atendimento dos primeiros clientes ocorrerá em abril de 2018.

Cabo Submarino Brasil– Europa



Além de outras questões, o principal motivo para a construção do cabo submarino que irá interligar a América do Sul à Europa é o interesse de tráfego de dados entre os dois continentes, que atualmente depende de passagem pelos Estados Unidos

O projeto é uma iniciativa da Telebras e da espanhola Ellalink e prevê o lançamento de 5.600 km de cabo submarino entre Fortaleza (CE) e Sines (Portugal), com capacidade de 54 Tbps.

A empresa que fará a construção do cabo submarino foi selecionada em 2017 e deverá iniciar sua implantação no segundo semestre de 2018, com previsão de 24 meses para sua conclusão.

OPERAÇÃO DA REDE E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Operação

A Operação e Manutenção da rede nacional de telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e o Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

O volume de equipamentos atualmente gerenciados na rede da Telebras é de 2.466 elementos (dados de dezembro de 2017), um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior (1.845 elementos em dez/16), o que demonstra a complexidade operacional da planta da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas, pela tecnologia.

Segurança da Informação e Comunicações

Neste ano focamos na conscientização interna, utilizando e-mail, intranet e treinamento, com apresentações sobre metodologia, regulamentações e obrigações da Administração Pública Federal, engenharia social e os principais ataques na internet.

A Equipe de Tratamento a Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

Tecnologia da Informação

No ano de 2017 deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), buscando a evolução dos processos de governança e gestão, visando às ações preditivas, não reativas, e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se:

- Sistema SAP CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente), sistema de gestão que envolve as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até à Central de Relacionamento, gerindo solicitações, reclamações e metas comerciais entre outros. Entrou em operação no primeiro trimestre de 2017, com previsão de aperfeiçoamentos previstos para 2018.

- Cofre de Senha, que consiste na realização de verificação dos acessos aos equipamentos de telecomunicações e de tecnologia da informação. Por meio desta ferramenta os acessos privilegiados ganharam um novo grau de segurança neste ano.

- Sistema OSS (Operations Support Systems ou Sistemas de Suporte à Operação), projeto que integra um conjunto de sistemas, que auxiliarão no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da TELEBRAS. Este projeto possuiu as seguintes disciplinas: Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes/Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. Vários módulos foram implantados e estão em amadurecimento.

- Configurações para o atendimento do e-Social, que foram implementadas para atender as legislações que entrarão em vigor em 2018, envolvendo a integração da comunicação dos dados de pessoal com vários órgãos da administração.

- Implantação de equipamentos de segurança da rede denominado Firewall, através de solução NGFW (Next-generation Firewall ou Firewall de próxima geração), que traz uma inspeção mais profunda, além da inspeção e do bloqueio de protocolos.

Além disso, outros sistemas foram implantados ou sofreram aperfeiçoamentos. Dentre estes, destaca-se o trabalho desenvolvido na evolução contínua do Sistema de Gestão Integrado (SAP).

Outra ação importante foi a disponibilização de uma nova solução denominada Portal de Clientes. Através desta ferramenta os clientes podem acompanhar a disponibilidade dos seus circuitos, assim como os protocolos gerados no Call Center, dando mais transparência ao serviço. Esta solução agrega valor e qualidade aos serviços prestados pela Telebras aos seus clientes.

CONTENCIOSO JURÍDICO E GESTÃO DE RISCOS PROCESSUAIS

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise dos processos judiciais e administrativos da Companhia, na revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda, a readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, a redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos em que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Companhia deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela subárea constituída no exercício de 2014 – Gestão de Riscos Processuais –, que tem como objetivo: (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo; (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos

No fechamento do mês de dezembro de 2017, a Telebras atuava no polo passivo perante 1.527 ações judiciais de natureza, cível/societária, trabalhista e tributária, nos diversos tribunais do país, com redução em relação às 1.704 ações auferidas em 31 de dezembro de 2016.

O acompanhamento e gestão dos respectivos processos são realizados pelas áreas "Cível /Societário" (trabalhos consolidados pelos núcleos cível estratégicos, cível de massa e cível trabalhista), "Trabalhista" (trabalhos consolidados pelo núcleo trabalhista) e "Tributário" (trabalho consolidado pelo núcleo tributário), conforme destacado a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	posição em 31.12.2016	posição em 31.12.2017
EXPECTATIVA DE PERDA	QTDE PROC	QTDE PROC
PROVÁVEL	**105**	**98**
ATÉ UM ANO	**62**	**53**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	53	44
DIREITO DO TRABALHO	7	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
MAIS DE UM ANO	**43**	**45**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	26	25
DIREITO DO TRABALHO	15	18
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
POSSÍVEL	**1.198**	**1.118**
ATÉ UM ANO	**357**	**320**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	351	313
DIREITO DO TRABALHO	3	4
DIREITO TRIB. FEDERAL	3	3
MAIS DE UM ANO	**841**	**798**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	790	721
DIREITO DO TRABALHO	45	73
DIREITO TRIB. FEDERAL	6	4
REMOTO	**401**	**311**
ATÉ UM ANO	**285**	**182**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	277	175
DIREITO DO TRABALHO	8	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0
MAIS DE UM ANO	**116**	**129**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	99	109
DIREITO DO TRABALHO	17	19
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	1
TOTAL GERAL	**1.704**	**1.527**

Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais

Atualmente, a Companhia possui provisão apenas para os valores relativos aos processos que estão classificados no critério de expectativa de perda "provável", conforme normativos contábeis.

Durante o ano de 2017, foram registradas movimentações nas contingências da Companhia, que estão demonstradas na tabela abaixo:

Em mil R$

posição em 31.12.2016								posição em 31.12.2017	
EXPECTATIVA DE PERDA	CONTING.	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	AJUSTE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	JUROS	CONTING.
PROVÁVEL	43.307	705	2	6.888	7.073	0	680	4.282	48.787
ATÉ UM ANO	17.763	75	2	0	34	0	316	1.617	19.735
DIR. CÍVEL/SOCIET	13.990	2	2	0	12	0	283	1.305	15.566
DIR. DO TRABALHO	2.884	73	0	0	22	0	19	297	3.252
DIR. TRIB. FEDERAL	889	0	0	0	0	0	13	15	918
MAIS DE UM ANO	25.544	630	0	6.888	7.039	0	364	2.664	29.052
DIR. CÍVEL/SOCIET	19.771	1	0	6.888	6.894	0	325	2.105	22.195
DIR. DO TRABALHO	5.683	629	0	0	145	0	38	559	6.764
DIR. TRIB. FEDERAL	91	0	0	0	0	0	1	1	92
POSSÍVEL	61.704	4.300	11	16	1.993	-1.091	1.317	6.556	70.797
ATÉ UM ANO	46.040	233	0	0	134	0	1.049	4.827	52.016
DIR. CÍVEL/SOCIET	24.866	232	0	0	134	0	264	2.467	27.696
DIR. DO TRABALHO	35	1	0	0	0	0	0	4	40
DIR. TRIB. FEDERAL	21.139	0	0	0	0	0	785	2.356	24.280
MAIS DE UM ANO	15.663	4.067	11	16	1.859	-1.091	268	1.729	18.782
DIR. CÍVEL/SOCIET	10.133	230	4	16	927	0	201	1.014	10.663
DIR. DO TRABALHO	3.118	3.826	7	0	677	0	39	674	6.984
DIR. TRIB. FEDERAL	2.412	0	0	0	255	-1.091	28	41	1.135
REMOTO	41.222	989	0	0	855	1.091	394	3.064	45.905
ATÉ UM ANO	2.303	50	0	0	231	0	35	201	2.358
DIR. CÍVEL/SOCIET	2.239	0	0	0	230	0	35	197	2.241
DIR. DO TRABALHO	63	50	0	0	1	0	0	4	117
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAIS DE UM ANO	38.919	939	0	0	624	1.091	358	2.862	43.547
DIR. CÍVEL/SOCIET	37.212	200	0	0	167	0	339	2.694	40.278
DIR. DO TRABALHO	1.707	739	0	0	457	0	11	160	2.161
DIR. TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	1.091	8	8	1.108
TOTAL GERAL	146.233	5.994	13	6.904	9.920	0	2.390	13.901	165.489

As análises detalhadas anteriormente têm como objetivo demonstrar a evolução da provisão jurídica (expectativa de perda provável) referente aos processos judiciais e/ou administrativos da Companhia.

Do acompanhamento total da provisão realizada pela Gerência Jurídica, observou-se uma evolução na expectativa de perda provável, entre os meses de dezembro/2016 e dezembro/2017 na importância líquida de R$ 5.480 mil. Tal valor se deve, em sua maior parte, aos juros e correções monetárias do período.

No que diz respeito aos depósitos, a companhia possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. As composições dos depósitos vinculados (expectativa de perda provável) e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2017, estão assim distribuídas:

Em mil R$

posição em 31.12.2016								posição em 31.12.2017
EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	RESGATE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO	34.005	40	6	0	0	0	2.102	36.140
CIRCULANTE	7.690	21	6	0	0	-232	470	7.943
VINCULADO	3.547	16	2	28	0	0	71	3.659
NÃO VINCULADO	4.143	5	3	-28	0	-232	400	4.284
NÃO CIRCULANTE	26.313	19	0	0	0	232	1.632	28.196
VINCULADO	11	0	0	25	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	26.303	19	0	-25	0	232	1.630	28.158
DIREITO DO TRABALHO	2.460	243	113	0	13	0	288	2.864
CIRCULANTE	283	108	0	0	0	0	25	416
VINCULADO	271	90	0	0	0	0	22	383
NÃO VINCULADO	12	18	0	0	0	0	2	32
NÃO CIRCULANTE	2.176	135	113	0	13	0	263	2.448
VINCULADO	1.903	46	77	35	0	0	247	2.154
NÃO VINCULADO	273	89	36	-35	13	0	16	295
DIREITO TRIBUTÁRIO	1.323	0	0	0	0	0	88	1.411
CIRCULANTE	36	0	0	0	0	0	2	38
VINCULADO	36	0	0	0	0	0	2	38
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.287	0	0	0	0	0	86	1.372
TOTAL GERAL	37.785	283	119	0	13	0	2.478	40.415

Os depósitos judiciais e/ou recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da Telebras.

Diante de todo o exposto, conclui-se que no fechamento do mês de dezembro/2017, a Companhia possuía registrado no seu passivo, provisão no montante de R$ 48.786,7 mil, sendo que 40,4% (R$ 19.735 mil) estavam classificados com expectativa de encerramento de curto prazo e 59,5% (R$ 29.051,7 mil) no longo prazo.

Por fim, ressalta-se, ainda, que no fechamento do mês em referência, a Companhia possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R$ 40.414,8 mil, dos quais, 15,5% (R$ 6.273 mil) referem-se aos depósitos vinculados à provisão, e 84,5% (R$ 34.142 mil) estão relacionados aos depósitos não vinculados à provisão, ou seja, depósitos judiciais e/ou recursais referentes aos processos classificados na expectativa de perda possível ou remota.

GESTÃO DE PESSOAS

Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou 2017 com um Quadro de Pessoal composto por 417 empregados, distribuídos conforme tabela abaixo:

Quantitativo de Pessoal - Situação em 31/12/2017			
Empregados (Sede + Escritórios Regionais)	Quadro Efetivo	283	359
	Livre Provimento	71	
	Requisitados	5	
Empregados Cedidos	ANATEL	44	58
	Demais Órgãos	14	
	Total	**417**	

A Tabela abaixo apresenta o comparativo entre a situação de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Quantitativo de Pessoal - Situação em 31/12/2017		
Quantitativo de Pessoal Por Situação	**2016**	**2017**
Quadro Efetivo	330	341
Livre Provimento	65	71
Cedidos de Outros Órgãos	5	5
Quantitativo Total	**400**	**417**

Observa-se que o Quadro de Pessoal referente ao ano de 2017 sofreu um acréscimo de 4,25% em relação ao exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2017, as admissões e desligamentos ocorreram da seguinte forma:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Admissões em 2017	Quantidade
Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior	33
Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT-nível médio)	0
Livre Provimento	15
Requisitados	2
TOTAL	**50**

Desligamentos em 2017		Quantidade	
Efetivo	Sede + ERs	19	21
	Cedidos	2	
Livre Provimento			9
Requisitados			2
TOTAL			**33**

A remuneração paga a dirigentes observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, e a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao disposto no Art. 40, inciso VI, alínea 'i' e inciso XII, do Decreto nº 8.818/2016, bem como no Art. 27, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 8.945/2016.

Para os dirigentes, a maior remuneração, relativa ao mês de dezembro de 2017, foi de R$ 38.748,78.

No exercício de 2017, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da empresa, relativa ao mês de dezembro, foi de R$ 29.659,16 e R$ 2.391,46, e a remuneração média foi de R$ 11.045,14.

Acordo Coletivo de Trabalho

O Dissídio Coletivo, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 31/07/2017, apresentou cláusula de reajuste da tabela salarial na ordem de 8,10% e vigência a partir de 1 de novembro de 2016 (data-base da categoria).

O ACT relativo ao período de 1 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 encontra-se em fase de negociação entre a Telebras e o SINTTEL-DF.

Concursos Públicos

O 2º Concurso Público foi realizado em 2013 e venceu em 06/05/2017, para provimento de 75 vagas declaradas em Edital, sendo 27 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior), para Brasília e 44 para os Escritórios Regionais e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio) para Brasília.

No total, deste concurso, foram admitidos 189 (cento e oitenta e nove) concursados classificados, dos quais 62 (sessenta e dois) já se desligaram.

Em 2015, a Telebras realizou o 3º Concurso Público para provimento de 41 vagas declaradas em Edital, sendo 37 Especialistas em Gestão de Telecomunicações (EGT-nível superior) e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações (TGT – nível médio), todas em Brasília.

No período de 2015 até o final de 2017, foram admitidos 92 (noventa e dois) candidatos classificados, dos quais 15 (quinze) já se desligaram.

No ano de 2017 foram admitidos 32 candidatos classificados. O Concurso Público 2015 foi renovado por mais 02 (dois) anos, com novo vencimento em 16-02-2020.

Avaliação de Desempenho

O Programa de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados realizado em 2017 teve como objetivo o desenvolvimento dos colaboradores em sua carreira e esteve relacionado ao desempenho no período de junho a outubro de 2017.

No ano de 2017 foram concedidas promoções horizontais por antiguidade e por mérito.

Participaram da Avaliação 353 empregados, sendo 296 elegíveis. Ao final, 58 empregados foram contemplados com progressão horizontal por antiguidade e 89 por mérito. Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 18 foram contemplados com 2 níveis salariais e os demais com 1 nível salarial.

Capacitação

O indicador de capacitação de 2017 resultou em uma média de 18,53 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de Janeiro a Dezembro em relação à média de empregados do ano.

Abaixo o gráfico 1 apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2017:



LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2017, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R$ 692,2 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Contrato de Aquisições por Modalidades - 2017	R$ mil	%
Adesão Ata de Registro de Preço	849	0,12%
Concorrência	50.917	7,36%
Cotação Eletrônica	36	0,01%
Dispensa	19.158	2,77%
Inexigibilidade	30.606	4,42%
Regime Diferenciado de Contratações	199.646	28,84%
Pregão Eletrônico	364.075	52,59%
Sistema de Registro de Preços	26.965	3,90%
TOTAL	**692.255**	**100,00%**

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica; além de contratações referentes à atividade-fim da Companhia, quando a licitação for óbice intransponível à atividade empresarial.

AUDITORIA EXTERNA — INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03, DE 14/01/2003

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2017, contratou a empresa Taticca Auditores Independentes S/S, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(I) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Taticca Auditores Independentes S/S, emitido em 28 de fevereiro de 2018, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Taticca Auditores Independentes S/S declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

CONCLUSÃO

A partir da apresentação de um ano em que a Telebras fez história com o lançamento do primeiro Satélite Brasileiro, podemos concluir esta etapa já visualizando um 2018 com perspectivas de avanço e progresso no nosso propósito maior, que é conectar o Brasil.

A principal missão da Telebras é fazer com que haja desenvolvimento econômico e social, através de um sistema igualitário e uniforme de acesso à internet de qualidade. Foi neste sentido que a Telebras idealizou o SGDC-1, que vai alcançar todas as regiões do Brasil, inclusive as mais remotas.

A idealização e a concretização de todas as etapas do Projeto permitem um avanço no cumprimento das políticas públicas relacionadas com os programas PNBL e Internet para Todos.

Para 2018 já se anuncia uma nova incorporação dos aportes de capital já realizados, no montante de R$ 1,3 bilhão. Desta forma a empresa vem reescrevendo novos capítulos de sua história, e acompanhando a convergência tecnológica para dar sequência ao projeto de se tornar uma empresa de referência para o setor.

Esta é a Telebras, a Estatal brasileira que se reinventou com o passar do tempo e chega altiva aos seus 45 anos de história.

Temos a missão de ser uma empresa de ponta, de tecnologia e inovação, e o caminho vem sendo trilhado, com seriedade, maturidade, energia e segurança.

A ADMINISTRAÇÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	198.922	282.735
Contas a Receber de Clientes	5	32.965	21.720
Tributos a Recuperar	6	97.013	75.074
Depósitos Judiciais	7	8.398	8.009
Dividendos a Receber	9	11.547	5.456
Aplicações Financeiras	10	2.015	1.631
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	5.607	11.634
Outros Ativos Realizáveis	8.2	9.459	7.096
Total do Circulante		**365.926**	**413.355**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	10	55.572	51.208
Tributos a Recuperar	6	199.676	177.061
Depósitos Judiciais	7	32.017	29.776
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	-	16.475
Outros Ativos Realizáveis	8.2	164	592
		287.429	**275.112**
Investimentos	11	69.193	77.145
Imobilizado	12	2.683.307	2.275.655
Intangível	13	19.371	18.661
Total do Não Circulante		**3.059.300**	**2.646.573**
Total do Ativo		**3.425.226**	**3.059.928**

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	10.562	9.299
Fornecedores	17	122.641	40.119
Tributos Indiretos	18	14.008	7.032
Empréstimos e Financiamentos	22	39.003	3.563
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	19.735	17.763
Credores por Perdas Judiciais	20	14.851	12.205
Outras Obrigações	24	9.554	7.509
Total do Circulante		**230.354**	**97.490**
Não Circulante			
Tributos Indiretos	18	434	434
Empréstimos e Financiamentos	22	212.475	245.951
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	29.052	25.544
Credores por Perdas Judiciais	20	316.247	324.199
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	48.254	47.938
Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão		48.682	48.682
Grupamento de Ações	16	13.097	13.102
Receitas Recebidas Antecipadamente	23	607.209	508.446
Recursos Capitalizáveis	21	1.329.601	2.233.652
Outras Obrigações	24	-	14.593
Total do Não Circulante		**2.605.051**	**3.462.541**
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		1.594.667	263.145
Prejuízos Acumulados		(1.013.437)	(769.620)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.702	6.483
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Total do Patrimônio Líquido		**589.821**	**(500.103)**
Total do Passivo		**3.425.226**	**3.059.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**26**	**73.293**	**56.054**
Custos dos Serviços Prestados	27	(193.246)	(159.676)
Lucro Bruto		**(119.953)**	**(103.622)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**(91.616)**	**(90.194)**
Comercialização dos Serviços	27	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(74.224)	(64.413)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	23.899	(3.964)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	28	2.987	(1.410)
Outras Receitas Operacionais		15.476	4.933
Outras Despesas Operacionais		(12.489)	(6.343)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(211.569)**	**(193.816)**
Resultado Financeiro	**29**	**(32.248)**	**(77.067)**
Receitas Financeiras		22.972	10.631
Despesas Financeiras		(55.220)	(87.698)
Prejuízo Líquido do Exercício		**(243.817)**	**(270.883)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	25.6		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(16,2556)	(18,0713)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Prejuízo do Exercício	**(243.817)**	**(270.883)**
Outros Resultados Abrangentes	**2.219**	**(10.460)**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**2.219**	**(10.460)**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	1.809	(10.639)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	384	179
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	26	-
Resultado Abrangente Total	**(241.598)**	**(281.343)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**263.145**	**(498.737)**	**16.943**	**(111)**	**(218.760)**
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(270.883)	-	-	(270.883)
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(10.639)	-	(10.639)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	179	-	179
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**263.145**	**(769.620)**	**6.483**	**(111)**	**(500.103)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**263.145**	**(769.620)**	**6.483**	**(111)**	**(500.103)**
Transações de Capital com Acionistas:					
Aumento de Capital	1.331.522	-	-	-	1.331.522
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(243.817)	-	-	(243.817)
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.809	-	1.809
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	384	-	384
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	26	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.594.667**	**(1.013.437)**	**8.702**	**(111)**	**589.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(243.817)	(270.883)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	60.795	49.311
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	601	(4.063)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.962	11.546
Equivalência Patrimonial	(23.899)	3.964
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	27.861	51.258
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	15.620	23.686
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.478)	(2.486)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	24.534	248
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(87)	(75)
	124.201	**139.145**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(13.342)	(6.283)
Tributos a Recuperar	(43.234)	(58.821)
Depósitos Judiciais	(152)	(83)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.263	1.051
Fornecedores	54.362	(51.239)
Receita Recebida Antecipadamente	98.763	117.846
Outras Contas Ativas e Passivas	5.070	2.480
	102.730	**4.951**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	87	75
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(7.511)	(7.413)
Pagamento de Causas Judiciais - Cíveis	(83)	(6.845)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(5.746)	(9.685)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(15.180)	(24.892)
	(28.433)	**(48.760)**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(45.319)**	**(175.547)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(256.131)	(476.955)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(164)	(2.366)
Integralização de Capital em Coligada	(1.174)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(257.469)**	**(479.321)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	218.980	685.698
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(5)	(5)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**218.975**	**685.693**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(83.813)**	**30.825**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	198.922	282.735
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	282.735	251.910
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(83.813)**	**30.825**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas	**110.657**	**93.671**
Prestação de Serviços	98.136	72.762
Outras Receitas	16.913	4.894
Construção de Ativo Próprio	20.142	16.263
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.534)	(248)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(75.892)**	**(67.492)**
Custos dos Serviços Vendidos	(46.970)	(49.670)
Materiais	(119)	(154)
Serviços de Terceiros	(6.932)	(7.683)
Serviços Técnicos Administrativos	(10.174)	(7.986)
Perdas	(10.130)	(4)
Outras Despesas	(1.567)	(1.995)
Valor Adicionado Bruto	**34.765**	**26.179**
Retenções	**(60.795)**	**(49.311)**
Depreciação	(58.403)	(46.777)
Amortização	(2.392)	(2.534)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor Adicionado Líquido Produzido	**(26.030)**	**(23.132)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**41.790**	**15.090**
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.899	(3.964)
Receitas Financeiras	10.711	11.976
Aluguéis	7.093	7.003
Dividendos	87	75
Valor Adicionado Total a Distribuir	**15.760**	**(8.042)**
Distribuição do Valor Adicionado	**15.760**	**(8.042)**
Empregados	**92.247**	**77.187**
Remuneração Direta	46.791	43.762
FGTS	4.579	4.977
Benefícios Sociais	10.482	9.287
Outros Encargos Sociais	13.364	13.181
Programa de Indenização por Serviços Prestados	16.292	5.756
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	739	224
Impostos, Taxas e Contribuições	**34.453**	**41.602**
Federais	6.076	16.468
Estaduais	28.128	24.859
Municipais	249	275
Remuneração de Capitais de Terceiros	**132.877**	**144.052**
Remuneração do Capital de Terceiros	55.131	86.432
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	50.954	48.455
Meios de Conexão e Transmissão	26.782	9.146
Seguros	10	19
Remuneração de Capitais Próprios	**(243.817)**	**(270.883)**
Prejuízos do Exercício	(243.817)	(270.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis ("Telebras" ou "Companhia").

1.2 Incorporação da TELEBRAS COPA S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações.

A Incorporação ocorreu após a finalização dos eventos para os quais a Telebras Copa S.A foi criada, ou seja, prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações.

O acervo líquido incorporado ao patrimônio da Telebras conforme laudo de avaliação em 30 de setembro de 2016 é apresentado a seguir:

ATIVO	
Circulante	**29.361**
Contas a Receber de Clientes	22.437
Tributos a Recuperar	1.320
Outros Ativos Realizáveis	5.604
Total	**29.361**
Passivo	
Circulante	**19**
Tributos a Recolher	19
Não Circulante	**573**
Outras Obrigações	573
Total do Passivo Exigível	**592**
Acervo Líquido	**28.769**

O saldo do investimento na controlada Telebras Copa S.A foi eliminado no processo de incorporação.

1.3 Contratos assinados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC, DATAPREV e Ministério do Trabalho

1.3.1 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC.

O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.

1.3.2 Contrato com a DATAPREV

Em 14 de março de 2017, a DATAPREV assinou contrato com a TELEBRAS para fornecimento de toda a rede de previdência, incluído agências, gerência e superintendências regionais e entidade parceiras. Ao todo a rede da DATAPREV é formada por mais de 1.700 circuitos ativos de comunicação de dados em todo o Brasil, conectados aos data centers da DATAPREV.

A TELEBRAS prestará serviços de comunicação para rede de dados, por um período de 60 (sessenta) meses, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV situados em todo território nacional, com fornecimento de equipamentos de roteamento, ao preço total estimado de R$ 292.815.

1.3.3 Contrato com Ministério do Trabalho

Em 23 de março de 2017, o Ministério do Trabalho contratou a TELEBRAS para prestação de serviços de telecomunicações com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem entre as unidades do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. O contrato tem prazo de 12 (doze) meses com possibilidade de prorrogação e o preço total contratado foi de R$ 62.813.

1.4 Lançamento e Controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

As Forças Armadas iniciarão suas atividades operacionais em banda X a partir de fevereiro deste ano. Por outro lado, a Telebras já implantou as antenas das estações de acesso e está em fase de implantação do sistema de banda base na banda Ka para iniciar a operação comercial em todo o território brasileiro em março do corrente ano.

1.5 Aumento de Capital

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, passando o capital social de R$ 263.145 para R$ 1.594.667. O aumento de capital representou a emissão 37.761.220 novas ações, sendo, 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais.

Os recursos para o aumento de capital foram oriundos dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador "União", e foram aprovados através do Decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016. A composição do aumento de capital no valor de R$ 1.331.522 é composta por recursos aportados entre os exercícios de 2011 e 2015, que corresponde ao valor de R$ 846.527; saldo residual de aportes anteriores, na ordem de R$ 7.757; e a atualização monetária destes montantes até o dia 31 de julho de 2017 no montante de R$ 477.038.

Esses recursos objeto da capitalização foram aplicados na implementação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, promovendo, cada vez mais, a inclusão social e econômica através do acesso à internet no país.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e sua controlada.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

Com a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras em 1 de junho de 2017 pela Assembleia Geral Extraordinária-AGE, a Companhia não está apresentando Demonstrações Contábeis Consolidadas, pois a Telebras Copa S.A era a única empresa controlada.

2.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 01 de março de 2018.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 5 e 10)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é elaborado de acordo com critérios que a Administração entende serem adequados para cobrir possíveis perdas. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Ativos financeiros

2.2.5.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.2.5.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e suas estratégias de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. (Nota Explicativa 4)

2.2.5.1.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Os ativos mantidos até o vencimento que a Companhia tem classificados nesta categoria até 31 de dezembro de 2017 são Aplicações financeiras que representam garantias vinculadas a acordo judicial coma PREVI e ao financiamento captado junto à FINEP (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.3 Empréstimos e recebíveis

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 4), Contas a receber (Nota Explicativa 5), e Dividendos a receber (Nota Explicativa 9).

2.2.5.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Nesta categoria estão classificadas as aplicações financeiras em Título Mobiliários (Ações) (Nota Explicativa 10).

2.2.5.1.5 Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. (Nota Explicativa 12)

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

i. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

ii. A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

iii. Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;

iv. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

v. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária. (Nota Explicativa 13).

2.2.9 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (Impairment test)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "The Capital Asset Pricing Model" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

i. Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

ii. Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

iii. Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado; Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.10 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.11 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12 Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22); fornecedores (Nota Explicativa 17); e outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17)

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22)

2.2.16 Provisões

2.2.16.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 29)

2.2.16.2 Benefícios a empregados

2.2.16.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.16.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.16.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligassem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

i. indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;

ii. indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;

iii. indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e

iv. indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

2.2.17 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.18.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.18.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

2.2.18.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.19 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.20 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.21 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 29)

2.2.22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

2.2.23 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 25.5).

2.2.24 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.25 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 30)

2.4 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Telebras.

2.4.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

2.4.2 IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Essa nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

2.4.3 IFRS 16 – Arrendamentos

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1 Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

3.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentindo, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	121.974	121.974	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	251.478	39.003	60.708	91.062	60.705
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	3.582	10.254	12.305	34.931
Acordo Judicial PREVI	134.477	11.269	20.689	31.033	71.486
Total	**569.001**	**175.828**	**91.651**	**134.400**	**167.122**

3.1.4 Risco de mercado

3.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo, com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhado para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a fim de atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além do PNBL, a Telebras vem trabalhando fortemente nos preparativos para entrada em operação do Satélite

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que teve seu lançamento em 4 de maio de 2017 e que já se encontra em seu posicionamento orbital final e sobre o controle total da Telebras. Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebrás o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, o INPC será de 4,03% conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

			Cenários Projetados - 31/12/2018		
Risco - Elevação da Inflação	**Indexador**	**Valor Contábil**	**Provável 4,03%**	**Possível 25% 5,04%**	**Remoto 50% 6,05%**
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	134.477	139.896	141.251	142.606
FUNCEF	INPC	61.072	63.533	64.149	64.764
Passivo Exposto		**195.549**	**203.429**	**205.400**	**207.370**
Efeito da Variação do INPC			**(7.881)**	**(9.851)**	**(11.821)**

3.3 Instrumento financeiros

3.3.1 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.2 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo, e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non-performance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

			31/12/2017		31/12/2016	
	Avaliação	**Hierarquia do Valor justo**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	Valor Justo	Nível 2	198.113	198.113	281.909	281.909
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	809	809	826	826
Contas a Receber	Custo Amortizado		32.965	32.965	21.720	21.720
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	5.456	5.456
Mantidas até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado		55.572	55.572	51.208	51.208
Disponível para Venda						
Aplicações Financeiras (Ações)	Valor Justo	Nível 1	2.015	2.015	1.631	1.631
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		122.641	121.974	40.119	40.119
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		251.478	251.478	249.514	249.514
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		331.098	331.098	336.404	336.404

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	**31/12/2016**
Caixa e Banco Conta Movimento	809	826
Aplicações Financeiras	198.113	281.909
Total	**198.922**	**282.735**

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramecado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 11.01%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	**31/12/2016**
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	-
Serviço de Comunicação e Multimídia	36.053	22.711
Total a Receber Bruto	**58.490**	**22.711**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.525)	(991)
Total a Receber Líquido	**32.965**	**21.720**

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste contas a receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

5.1 Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	**14.580**	**7.825**
Vencidos	**43.910**	**14.886**
Até 30 dias	9.877	7.128
31 a 60 dias	2.633	2.757
61 a 90 dias	696	1.353
91 a 120 dias	732	296
121 a 150 dias	311	402
151 a 180 dias	381	169
Acima de 180 dias (i)	29.280	2.781
Contas a Receber - Bruto	**58.490**	**22.711**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(25.525)**	**(991)**
Contas a Receber - Líquido	**32.965**	**21.720**

(i) O crescimento dos débitos vencidos a mais de 180 dias é explicado pelo valor de R$ 22.437, que foi incorporado aos ativos da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	**31/12/2017**
Faixa de 150 dias (i)	504
Faixa de 330 dias (ii)	25.021
Total	**25.525**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 25.525 (R$ 991 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa nos doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(743)**
Adições	(725)
Reversão de Provisão	477
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(991)**
Adições (i)	(24.690)
Reversão de Provisão	156
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(25.525)**

(i) O aumento nas adições é explicado pela constituição de perda sobre o contas a receber do contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	158.611	146.115
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.849	6.776
PIS	5.003	9.129
COFINS	23.007	10.564
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
INSS	-	13
Tributos Federais:	**216.056**	**195.183**
ICMS a Recuperar	80.633	56.952
Tributos Estaduais:	**80.633**	**56.952**
Total	**296.689**	**252.135**
Circulante	**97.013**	**75.074**
Não Circulante	**199.676**	**177.061**

i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

6.1 Movimento do período

		Ocorrências no Período								
Natureza/ Tributo	**Saldo em 31 de dezembro de 2016**	**Adições**	**Retenções**	**Transferências**	**Incorporação Telebras Copa**	**Pagamentos Antecipados**	**Compensação de Pagamentos**	**Pagamentos a Maior / Indevidos**	**Atualização Monetária**	**Saldo em 31 de dezembro de 2017**
Pagamento a maior ou Indevido	101.224	-	-	1.929	-	-	(4.331)	-	9	98.831
Retenções de Órgãos Públicos	28.484	-	6.014	(28.484)	-	-	-	-	-	6.014
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.388	-	6.816	(15.553)	1.320	-	-	-	-	8.971
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.562	-	7	(19)	-	-	-	-	-	22.550
Saldo Negativo a Compensar/ Restituir	-	-	-	42.127	-	-	(6.592)	-	9.253	44.788
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.716	-	-	-	-	-	-	-	-	36.716
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	**168.658**	**-**	**12.837**	**-**	**1.320**	**-**	**(10.923)**	**-**	**9.262**	**181.154**
Pagamento a maior ou Indevido	1.107	-	-	(779)	-	-	-	-	-	328
Retenções de Órgãos Públicos	5.669	-	1.253	(5.669)	-	-	-	-	-	1.253
Saldo Negativo a Compensar/ Restituir	-	-	-	6.448	-	-	(1.736)	-	556	5.268
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**6.776**	**-**	**1.253**	**-**	**-**	**-**	**(1.736)**	**-**	**556**	**6.849**
Retenções de Órgãos Públicos	9.036	-	909	(5.637)	-	-	(114)	-	809	5.003
Outras - Operações	93	-	-	(93)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - PIS	**9.129**	**-**	**909**	**(5.730)**	**-**	**-**	**(114)**	**-**	**809**	**5.003**
Retenções de Órgãos Públicos	10.135	-	4.185	5.517	-	-	(544)	-	3.714	23.007
Outras - Operações	429	-	-	(429)	-	-	-	-	-	-
Subtotal - COFINS	**10.564**	**-**	**4.185**	**5.088**	**-**	**-**	**(544)**	**-**	**3.714**	**23.007**
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Subtotal - FUST	**19**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**19**
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Subtotal - FUNTTEL	**24**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24**
Pagamento a maior ou Indevido	13	-	(13)	-	-	-	13	(13)	-	-
Subtotal - INSS	**13**	**-**	**(13)**	**-**	**-**	**-**	**13**	**(13)**	**-**	**-**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Natureza/ Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Ocorrências no Período: Retenções	Transferências	Incorporação Telebras Copa	Pagamentos Antecipados	Compensação de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Pagamento a maior ou Indevido	208	-	-	-	-	-	-	46	-	254
Pagamento Antecipado	2	-	-	-	-	144	(81)	-	-	65
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	-	1.743	-	-	-	-	(786)	-	-	957
Sobre Aquisições do Imobilizado	56.674	22.615	-	-	-	-	-	-	-	79.289
Outras - Operações	68	-	-	-	-	-	-	-	-	68
Subtotal - ICMS	**56.952**	**24.358**	**-**	**-**	**-**	**144**	**(867)**	**46**	**-**	**80.633**
TOTAL	**252.135**	**24.358**	**19.171**	**(642)**	**1.320**	**144**	**(14.171)**	**33**	**14.341**	**296.689**

6.2 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	**(243.817)**	**(243.817)**	**(270.883)**	**(270.883)**
Adições/(Exclusões) Permanentes:	**(12.945)**	**(12.945)**	**(71.771)**	**(71.771)**
Adições permanentes	**12.871**	**12.871**	**5.014**	**5.014**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.748	1.748	3.964	3.964
Outras Adições	11.123	11.123	1.050	1.050
Exclusões permanentes	**(25.816)**	**(25.816)**	**(76.785)**	**(76.785)**
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	(25.647)	(25.647)	-	-
Rever. de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(76.785)	(76.785)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(87)	(87)	-	-
Outras Exclusões	(83)	(83)	-	-
Adições/(Exclusões) Temporárias:	**51.250**	**51.250**	**13.803**	**13.803**
Adições temporárias:	**51.510**	**51.510**	**19.047**	**19.047**
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.666	5.666	11.899	11.899
Provisão p/ Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	16.790	16.790	5.756	5.756
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	24.690	24.690	725	725
Provisões - Custos/Despesas	4.364	4.364	667	667
Exclusões temporárias:	**(260)**	**(260)**	**(5.244)**	**(5.244)**
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(104)	(104)	(4.767)	(4.767)
Outras Exclusões	(156)	(156)	(477)	(477)
Base de Cálculo Negativa	**(205.512)**	**(205.512)**	**(328.851)**	**(328.851)**

6.3 Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	53.021	51.630	18.606	18.105
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	6.381	248	2.297	22
Prov. p/ Prog. De Indenização por Serviços Prestados	27.195	22.998	9.401	7.890
Prejuízo fiscal/base negativa	256.572	205.194	92.366	73.870
Total	**343.169**	**280.070**	**122.670**	**99.887**

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

	31/12/2017			31/12/2016		
Natureza	**Vinculados**	**Não vinculados**	**Total**	**Vinculados**	**Não vinculados**	**Total**
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	3.698	32.443	36.141	3.553	30.450	34.003
Trabalhista	2.537	326	2.863	2.172	287	2.459
Tributária	38	1.373	1.411	35	1.288	1.323
Total	**6.273**	**34.142**	**40.415**	**5.760**	**32.025**	**37.785**
Circulante	**4.081**	**4.317**	**8.398**	**3.847**	**4.162**	**8.009**
Não Circulante	**2.192**	**29.825**	**32.017**	**1.913**	**27.863**	**29.776**

7.1 Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**5.760**
Adições	152
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	88
Baixas	(80)
Atualização Monetária	353
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.273**
Circulante	**4.081**
Não Circulante	**2.192**

7.2 Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**32.018**
Adições	132
Transferências entre Vinculados e Não Vinculados	(88)
Resgates	(13)
Baixas – Despesas com Perdas Judiciais	(39)
Atualização Monetária	2.132
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**34.142**
Circulante	**4.317**
Não Circulante	**29.825**

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

8.1 Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (i)	2.337	24.807
Órgãos Governamentais	3.270	3.302
Total	**5.607**	**28.109**
Circulante	**5.607**	**11.634**
Não Circulante	**-**	**16.475**

(i) Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia realizou uma análise sobre os valores a receber dos Colaboradores cedidos à ANATEL e com base no resultado optou pela baixa dos valores provisionados. A opção pela baixa ocorreu por entender que tais ativos não apresentavam uma capacidade de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia, pois não há certeza quanto aos recebimentos de tais valores.

O total dos valores baixados totalizou R$ 24.625, sendo que R$ 16.475 se refere a provisões do Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e R$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que foram cedidos à Anatel.

A baixa destes valores foi reconhecida no resultado da Companhia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.2 Outros valores realizáveis

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções e Retenções (i)	6.649	653
Créditos com Fornecedores	2.107	3.057
Adiantamento a Empregados	703	511
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	164	3.467
Total	**9.623**	**7.688**
Circulante	**9.459**	**7.096**
Não Circulante	**164**	**592**

(i) inclui parcela incorporada da Telebras Copa S.A no valor de R$ 5.604 referente aos serviços prestados conforme contrato nº 10/2013-MC. (Nota Explicativa 5)

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em dezembro de 2017, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R$ 11.547 (R$ 5.456 em de dezembro de 2016).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	29.327	27.092
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	26.245	24.116
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	2.015	1.631
Total	**57.587**	**52.839**
Circulante	**2.015**	**1.631**
Não Circulante	**55.572**	**51.208**

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11. INVESTIMENTOS

11.1 Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R$ 3.430 (R$ 1.470 em 2012), totalizando R$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R$ 65.000 (R$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. ("CABOS BRASIL" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R$ 3.500, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

No ano de 2017, a coligada realizou aumento de capital social no montante de R$ 1.280, com a emissão de 1.280.000 novas ações. Assim, o capital social passou de R$ 10.260 para R$ 11.540. Do total capitalizado, coube à Telebras a subscrição e integralização de R$ 448 (448.000 ações), cujo valor foi repassado à coligada no primeiro semestre de 2017 e corresponde ao percentual de participação no capital social da coligada de 35%.

Após o aumento de capital a coligada passou a ter a seguinte composição acionária:

	Quantidade de ações		R$ mil	
	Eulalink S.L.U	Telebras	Eulalink S.L.U	Telebras
Ações Ordinárias	7.501.000	4.039.000	7.501	4.039

ELLALINK SPAIN S.A. ("ELLALINK SPAIN" ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Bilbao, Espanha , constituída em 10 de maio de 2017, por prazo indeterminado, sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com Capital Social Subscrito de R$ 198 (€ 60), dividido em 60.000 (sessenta mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de € 1 (um Euro) cada, sendo a Telebras detentora de 35% do capital total, sendo que o 65% restantes pertencem à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

11.2 Incorporação da Telebras Copa S.A

Em 1 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da Telebras Copa S.A ao patrimônio da Telebras nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de setembro de 2016, data base da operação, no montante de R$ 28.769; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação.

Como decorrência natural, a Telebras Copa S.A teve sua personalidade jurídica extinta e a Telebras passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. (Nota Explicativa 1.2)

11.3 Composição dos investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	69.193	77.145

11.4 Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

						Valor Contábil	
Investidas	**Capital Social Integralizado**	**Patrimônio Líquido**	**Participação no Capital Social (%)**	**Participação nas Ações Ordinárias (%)**	**Número de Ações Detidas pela TELEBRAS**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Visiona Tecnologia Espacial S.A	65.000	140.235	49,00	49,00	31.850.000	68.715	47.623
Telebras Copa S.A	100	28.769	100,00	100,00	1	-	28.769
Cabos Brasil Europa S.A	11.540	540	35,00	35,00	1.225.000	189	753
EllaLink Spain S.A	125	827	35,00	35,00	77.000	289	-
Total						**69.193**	**77.145**

11.5 Informações econômicas e financeiras resumidas

	31/12/2017			31/12/2016		
Investidas	**Ativos**	**Passivos**	**Receita Líquida**	**Ativos**	**Passivos**	**Receita Líquida**
Visiona Tecnologia Espacial S.A	176.261	36.026	25.213	127.998	30.808	73.084
Telebras Copa S.A	-	-	-	29.361	592	-
Cabos Brasil Europa S.A	688	148	-	2.355	204	-
EllaLink Spain S.A	1.650	823	-	-	-	-

11.6 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/207		31/12/2016	
	Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	**Resultado de Equivalência Patrimonial**	**Prejuízo do Exercício**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**
Visiona Tecnologia Espacial S.A	52.341	25.647	(2.160)	(1.059)
Telebras Copa S.A	-	-	(475)	(475)
Cabos Brasil Europa S.A	(4.907)	(1.733)	(6.694)	(2.430)
EllaLink Spain S.A	(44)	(15)	-	-
Total		**23.899**		**(3.964)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11.7 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**47.623**	**28.769**	**753**	**-**	**77.145**
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	25.647	-	(1.733)	(15)	23.899
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	-	26	26
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	1.536	-	273	-	1.809
Dividendos Declarados	(6.091)	-	-	-	(6.091)
Integralização de Capital Social		-	-	278	278
Aumento de Capital Social	-	-	896	-	896
Incorporação Telebras Copa S.A	-	(28.769)	-	-	(28.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**68.715**	**-**	**189**	**289**	**69.193**

11.8 Informações contábeis das controladas e coligadas

11.8.1 Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	**24.633**	**36.831**
Não Circulante	**151.628**	**91.167**
Realizável a Longo Prazo	16.203	28.076
Investimento	131.619	58.781
Imobilizado	3.410	3.916
Intangível	396	394
Total	**176.261**	**127.998**
Passivo		
Circulante	35.910	30.808
Não Circulante	116	
Patrimônio Líquido	140.235	97.190
Total	**176.261**	**127.998**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Receita Líquida	**25.213**	**73.084**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(19.118)	(72.013)
Lucro Bruto	**6.095**	**1.071**
Receitas/(Despesas) Operacionais	(19.953)	(21.903)
Equivalência Patrimonial	69.703	17.032
Resultado antes do Resultado Financeiro	**55.845**	**(3.800)**
Resultado Financeiro	1.424	(4.853)
Resultado antes dos Tributos	**57.269**	**(8.653)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.928)	6.493
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	**52.341**	**(2.160)**

11.8.2 Telebras Copa S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2016
Ativo	
Circulante	29.361
Total	**29.361**
Passivo	
Não Circulante	592
Patrimônio Líquido	28.769
Total	**29.361**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(593)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(593)**
Resultado Financeiro	168
Resultado antes dos Tributos	**(425)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50)
Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	**(475)**

11.8.3 Cabos Brasil Europa S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	**635**	**1.595**
Não Circulante	**53**	**760**
Investimento	-	691
Imobilizado	53	69
Total	**688**	**2.355**
Passivo		
Circulante	148	204
Patrimônio Líquido	540	2.151
Total	**688**	**2.355**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.499)	(2.176)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.428)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(4.927)**	**(2.176)**
Resultado Financeiro	20	73
Resultado antes dos Tributos	**(4.907)**	**(2.103)**
Prejuízo do Exercício	**(4.907)**	**(2.103)**

11.8.4 EllaLink Spain S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2017
Ativo	
Circulante	**1.634**
Não Circulante	**16**
Realizável a Longo Prazo	16
Total	**1.650**
Passivo	
Circulante	823
Patrimônio Líquido	827
Total	**1.650**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017
Receitas/(Despesas) Operacionais	(64)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(64)**
Resultado Financeiro	5
Resultado antes dos Tributos	**(59)**
Tributos Diferidos	**15**
Prejuízo do Exercício	**(44)**

12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 2.683.307 (R$ 2.275.655 em 31 de dezembro de 2016).

No decorrer do ano 2017, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R$ 157.054 (R$ 167.161 em 2016), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R$ 26.363 (R$ 21.496 em 2016).

12.1 Revisão da vida útil econômica e conciliação dos ativos

Em dezembro de 2016, a Companhia realizou a revisão de vida útil econômica e a conciliação dos ativos. O trabalho de revisão da vida útil econômica visou a adequação das taxas de depreciação e amortização a uma estimativa mais apropriada da expectativa de vida útil dos bens da Telebras. A revisão foi realizada pelos engenheiros da Companhia e foi suportada pelos conhecimentos e experiências dos profissionais, consultas junto aos fornecedores dos equipamentos e pesquisa em empresas do mesmo segmento. Ao final dos trabalhos, foi emitida nota técnica de nº 001.3000-2016.

Como resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, a depreciação e amortização foi reduzida em R$ 15.245 no exercício de 2016.

A conciliação das classes de ativos foi realizada para regularizar inconsistências encontradas na alocação dos ativos nas respectivas classes de ativos. O trabalho de conciliação foi realizado pelos engenheiros da Companhia.

Os ativos que sofreram alteração de vida útil econômica estão apresentados no quadro a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Descrição da planta	Vida útil anterior	Vida útil revisada	Técnica
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento Comum Dados Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Terminal Mux Digital Óptico DWDM	5	10	DWDM
Rede Multiserviço Equipamento de Meio de Transporte Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento e Meios de Transporte Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Equipamento de Meios de Transporte Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Aéreo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Subterrâneo	10	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Acesso Cabo Óptico Submerso	15	20	Fibra Óptica
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Bastidor	5	10	Infraestrutura
Rede Multiserviço Infraestrutura Planta Interna Container	5	10	Infraestrutura

12.2 Movimentação do imobilizado no exercício

	Bens e Instalações em Serviço								Imobilizado Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Data Center	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Imobilizado em Andamento	
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.949	3.589	77.238		7.342	303.745	1.850	1.990.765	2.449.478
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	311.142	311.142
Transferências Internas no Imobilizado	1.416	755	11.285	3.118	4.640	20.184	-	(41.398)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(1.884)	(1.884)
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	157.054	157.054
Baixas	-	-	-	-	-	(256)	-	-	(256)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**66.365**	**4.344**	**88.523**	**3.118**	**11.982**	**323.673**	**1.850**	**2.415.679**	**2.915.534**
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(30.878)**	**(2.043)**	**(20.616)**	**-**	**(5.509)**	**(113.401)**	**(1.376)**	**-**	**(173.823)**
Depreciação e Amortização	(10.926)	(415)	(6.780)	(520)	(1.752)	(37.773)	(370)	-	(58.536)
Baixas	-	-	-	-	-	132	-	-	132
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(41.804)**	**(2.458)**	**(27.396)**	**(520)**	**(7.261)**	**(151.042)**	**(1.746)**	**-**	**(232.227)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	**24.561**	**1.886**	**61.127**	**2.598**	**4.721**	**172.631**	**104**	**2.415.679**	**2.683.307**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	**34.071**	**1.546**	**56.622**	**-**	**1.833**	**190.344**	**474**	**1.990.765**	**2.275.655**
Taxa Anual de Depreciação	**16,6%**	**10,0%**	**De 5,0% a 20,0%**	**20,0%**	**20,0%**	**De 10,0% a 20,0%**	**20,0%**		

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos. A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados como em garantias, penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 19.371 (R$ 18.661 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro abaixo.

	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Intangível Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**18.012**	**3.946**	**6.878**	**28.836**
Aquisições	1.452	-	-	1.452
Transferências	1.884	-	-	1.884
Baixa	(234)	-	-	(234)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**21.114**	**3.946**	**6.878**	**31.938**
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(10.175)**	**-**	**-**	**(10.175)**
Amortização	(2.392)	-	-	(2.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(12.567)**	**-**	**-**	**(12.567)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	**8.547**	**3.946**	**6.878**	**19.371**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2016	**7.837**	**3.946**	**6.878**	**18.661**
Taxa de Amortização	**20,0%**			

Em 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos.

Na rubrica "Direitos sobre Autorizações" está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/12/2017	31/12/2016
Salários e Honorários a Pagar	-	1
Encargos Sociais a Pagar	10.551	9.155
Benefícios Sociais a Pagar	10	59
Mão-de-Obra Temporária	1	84
Total	**10.562**	**9.299**
Circulante	**10.562**	**9.299**

15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 47.938 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do PISP no exercício de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**47.786**
Atualização da Provisão	4.893
Baixas por Pagamento no Período	(4.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**47.938**
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.254**

16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

O valor de R$ 13.097 refere-se a crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item "d" divulgado em 3 de dezembro de 2010).

17. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de Operação	69.285	12.319
Fornecedores de Expansão	53.356	27.800
Total	**122.641**	**40.119**
Circulante	**122.641**	**40.119**

O aumento das obrigações com fornecedores é explicado pelo aumento das contratações de serviços, meios de conexão e compartilhamentos de infraestrutura para atender a novas demandas de serviços, bem como pelos investimentos em andamento, principalmente, para construção dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18. TRIBUTOS INDIRETOS

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	343	322
PIS	72	63
FUST	58	49
FUNTTEL	29	25
Taxas Federais	1.903	1.903
Outros Tributos Federais	434	434
Tributos Federais	**2.839**	**2.796**
ICMS	11.571	4.648
Tributos Estaduais	**11.571**	**4.648**
ISS	32	22
Tributos Municipais	**32**	**22**
Total	**14.442**	**7.466**
Circulante	**14.008**	**7.032**
Não Circulante	**434**	**434**

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1 Provisão para riscos prováveis

19.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

	31/12/2017			31/12/2016		
Natureza	**Valor Provisionado (A)**	**Depósitos Judiciais Vinculados (B)**	**Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)**	**Valor Provisionado (A)**	**Depósitos Judiciais Vinculados (B)**	**Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)**
Cível	37.762	3.698	34.064	33.760	3.553	30.207
Trabalhista	10.015	2.537	7.478	8.567	2.172	6.395
Tributária	1.010	38	972	980	35	945
Total	**48.787**	**6.273**	**42.514**	**43.307**	**5.760**	**37.547**
Circulante	**19.735**	**4.081**	**15.654**	**17.763**	**3.848**	**13.915**
Não Circulante	**29.052**	**2.192**	**26.860**	**25.544**	**1.912**	**23.632**

19.1.2 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

			31/12/2017	31/12/2016
Natureza/Objeto das Ações	**Provisões (A)**	**Depósitos Judiciais (B)**	**Provisões Líquidas (A-B)**	**Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais (Saldo)**
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	3.822	2.627	1.195	764
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	16.623	-	16.623	21.528
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	316	156	160	1.779
Outros Processos	17.001	915	16.086	6.136
Total	**37.762**	**3.698**	**34.064**	**30.207**
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.550	28	2.522	2.229
Readmissão de Pessoal	2.169	1.831	338	252
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	194	-	194	42
Responsabilidade Subsidiária	1.435	324	1.111	1.256
Outros Processos	3.667	354	3.313	2.616
Total	**10.015**	**2.537**	**7.478**	**6.395**
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.010	38	972	945
Total	**1.010**	**38**	**972**	**945**
TOTAL GERAL	**48.787**	**6.273**	**42.514**	**37.547**
Circulante	**19.735**	**4.081**	**15.654**	**13.915**
Não Circulante	**29.052**	**2.192**	**26.860**	**23.632**

19.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**43.307**
Adições Líquidas	705
Baixas	(185)
Atualizações – Encargos Financeiros	4.960
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.787**
Circulante	**19.735**
Não Circulante	**29.052**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

19.2 Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cível	38.359	34.999
Trabalhista	7.023	3.153
Tributária	25.415	23.552
Total	**70.797**	**61.704**

19.2.1 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cíveis		
VPA´S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	8.570	8.990
Ilegalidade na Venda de Ações	3.682	3.946
Execução Fiscal	20.890	19.839
Outros Processos	5.217	2.224
Total	**38.359**	**34.999**
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	560	663
Progressão Salarial	746	298
Outros Processos	5.717	2.192
Total	**7.023**	**3.153**
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.279	22.194
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	28	1.306
Diversas Origens	1.108	52
Total	**25.415**	**23.552**
Total Geral	**70.797**	**61.704**

20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	134.477	139.983
Acordo Judicial FUNCEF	61.072	60.872
Total	**331.098**	**336.404**
Circulante	**14.851**	**12.205**
Não Circulante	**316.247**	**324.199**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20.1 Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**281.215**
Adição – Acordo de Dívida FUNCEF	66.080
Juros e Variação Monetária	23.688
Amortização do Principal	(9.685)
Pagamento de Juros	(24.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.404**
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**331.098**

20.2 Cronograma de pagamento

	PREVI	FUNCEF	Total
2018	11.269	3.582	14.851
2019	10.344	6.152	16.496
2020	10.344	4.102	14.446
2021	10.344	4.102	14.446
2022	10.344	4.102	14.446
2023 em diante	81.832	39.032	120.864
Total	**134.477**	**61.072**	**195.549**

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R$ 135.549 está suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3 Descrição resumida dos termos acordados

20.3.1 VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda ("VT UM") celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados "TV Interativa", Globo Economia" e "Globofax".

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial, por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativo a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R$ 107.900.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial de Telebras no montante de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2016). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

20.3.2 Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos como base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3 Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R$ 66.080 de principal e R$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS - AFAC

O saldo de R$ 1.329.601 em 30 de dezembro de 2017 (R$ 2.233.652 em 31 de dezembro de 2016), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e está atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 e setembro de 2017 este valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC em 31 de dezembro de 2017 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebrás S.A	Total
AFACs Recebidos	1.527.240	416.420	101.962	5.000	7.757	2.058.379
Valor Incorporado ao Capital da Telebras S.A	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Atualização Monetária	290.637	122.243	53.624	623	8.146	475.273
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.817.877**	**238.663**	**155.586**	**5.623**	**15.903**	**2.233.652**
AFACs Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Atualização Monetária	174.246	20.057	12.400	558	1.230	208.491
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.256.155**	**65.037**	**2.228**	**6.181**	**-**	**1.329.601**

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	10.459	8.499
Juros	639	635
Total	**251.478**	**249.514**
Circulante	**39.003**	**3.563**
Não Circulante	**212.475**	**245.951**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**244.498**
Atualização Monetária	5.004
Juros Incorridos no Período	7.425
Juros Pagos	(7.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**249.514**
Atualização Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**251.478**

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 é apresentado a seguir:

2018	39.003
2019	30.354
2020	30.354
2021	30.354
2022	30.354
2023 em diante	91.059
Total	**251.478**

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

23. RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha registrado o montante de R$ 607.209 (R$ 508.446 em 31 de dezembro de 2016), que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC para prestação de serviço no âmbito do Programa GESAC (Nota Explicativa 1.3). A composição das antecipações por cliente é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ministério de Defesa	547.209	508.446
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	60.000	-
Total	**607.209**	**508.446**

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cauções a Devolver	-	1
Retenções Passivas não Tributárias	14	164
Retenções Passivas Tributárias	9.311	6.132
Outras Obrigações (i)	229	15.805
Total	**9.554**	**22.102**
Circulante	**9.554**	**7.509**
Não Circulante	**-**	**14.593**

(I) A Companhia realizou baixa de passivos reconhecidos em "Outras Obrigações" no montante de R$ 15.967. Estas obrigações foram baixadas após análise dos valores que se encontravam reconhecidos nesta rubrica e que a Administração entendeu que não atendiam aos critérios de reconhecimento, por não haver expectativa de desembolso de recursos para liquidar tais obrigações. Deste modo, a Administração efetuou a baixa com base no item 4.46 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece os critérios de reconhecimentos de ativos, passivos, receitas e despesas e que diz: "*Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.*"

Outro suporte para a baixa está no item 4.38 do mesmo normativo, que preconiza que um elemento (ativo/passivo) só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

A contrapartida desta baixa foi o reconhecimento de uma receita ("Outras Receitas Operacionais" – Nota Explicativa 28) conforme estabelece o mesmo normativo no seu item 4.47 –"*A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade.*"

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

Em 26 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social da Telebras, no montante de R$ 1.331.522. Este valor foi transferido do passivo não circulante para o patrimônio líquido, devido ao fato de ter alcançado os critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial dentro do grupo patrimônio líquido.

Com o aumento de capital, foram emitidas 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 ações ordinárias e 8.232.412 ações preferenciais (Nota Explicativa 1.5).

Com a homologação do aumento de capital em 11 de janeiro de 2018, o valor que se encontrava registrado no patrimônio líquido, na rubrica de recursos capitalizáveis, foi transferido para a conta de capital social. Esta transferência foi realizada em dezembro de 2017, face a condição preexistente no balanço patrimonial que já atendiam ao critério para reconhecimento do aumento de capital na rubrica de capital social, de acordo com o CPC 24 – Evento Subsequente.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, no valor R$ 1.594.667 (R$ 263.145 em 31 de dezembro de 2016), composto de 49.605.490 (11.844.270 em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

25.1.1 Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 está apresentada no quadro a seguir:

	Ordinárias			Preferenciais			Total	
Acionista	**Qtde de Ações**	**%**	**Acionista**	**Qtde de Ações**	**%**	**Acionista**	**Qtde de Ações**	**%**
União Federal (i)	35.130.466	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.639	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP		0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
Total	**39.272.779**	**100,00%**	**Total**	**10.332.711**	**100,00%**	**Total**	**49.605.490**	**100,00%**

(i) inclui 193 ações em tesouraria.

25.1.2 Valor Patrimonial da ação

A Companhia está reapresentando o valor patrimonial da ação referente ao exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Capital total em ações			
Ordinárias	39.272.779	9.743.971	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A)	**49.605.490**	**11.844.270**	**49.605.490**
Ações em tesouraria			
Ordinárias	193	193	193
Total (B)	**193**	**193**	**193**
Ações em circulação			
Ordinárias	39.272.586	9.743.777	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	2.100.299	10.332.711
Total (A-B)	**49.605.297**	**11.844.076**	**49.605.297**
Patrimônio Líquido (R$ mil)	**589.821**	**(500.103)**	**(500.103)**
Valor Patrimonial por ação em circulação (R$ 1,00)	**11,8903**	**(42,2239)**	**(10,0816)**

25.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

25.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e variação cambial sobre o investimento no exterior na empresa EllaLink Spain S.A em que a Telebras tem uma participação societária de 35%.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

		Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			
	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(523)**	**7.109**	**(103)**		**6.483**
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	384				384
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa		1.536	273		1.809
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior				26	26
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(139)**	**8.645**	**170**	**26**	**8.702**

25.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

25.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2016, conforme a nova posição acionária após a emissão e integralização de novas ações para fins de comparabilidade.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/12/2017	31/12/2016	
		Divulgado	Reapresentado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	**(243.817)**	**(270.883)**	**(270.883)**
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação			
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(198.501)	(222.850)	(220.537)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(45.316)	(48.033)	(50.346)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)			
Ações ordinárias – básicas e diluídas (i)	12.204	9.744	12.204
Ações preferenciais – básicas e diluídas (i)	2.786	2.100	2.786
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(16,2656)	(22,8709)	(18,0713)

(i) Em 2017 para o cálculo média ponderada de ações em circulação foi considerado a proporção de 1/12 das novas ações emitidas.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Serviço de Comunicação e Multimídia	98.758	74.486
Alugueis e Locações (i)	7.093	7.003
Receita Operacional Bruta	**105.851**	**81.489**
Tributos sobre Receita	(31.937)	(23.712)
Descontos Concedidos	(621)	(1.723)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(32.558)**	**(25.435)**
Receita Operacional Líquida	**73.293**	**56.054**

i) A receita de alugueis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

27. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2017	31/12/2016
Aluguel/Arrendamento/Seguros (i)	(77.728)	(58.695)
Serviços de Terceiros	(62.884)	(63.694)
Pessoal	(66.535)	(65.051)
Depreciação e Amortização (ii)	(60.795)	(49.311)
Perdas Estimadas com Contas a Receber (iii)	(24.534)	(248)
Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP (iv)	(16.922)	(5.756)
Tributos	(1.597)	(1.606)
Material	(753)	(135)
Total	**(311.748)**	**(244.496)**
Classificado como:		
Custo dos Serviços Prestados	(193.246)	(159.676)
Comercialização dos Serviços	(44.278)	(20.407)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.224)	(64.413)

(i) **Alugueis/Arrendamento/Seguros**: O acréscimo é justificado pelo aumento do custo de compartilhamento de infraestrutura devido aos seguintes eventos: expansão da rede; reajustes de preços conforme cláusulas contratuais; e pagamento de acordo de parcelamento de débito entre a Telebras e CHESF por serviços prestados. Também contribuiu para o aumento, o avanço dos custos com aquisição de meios de conexão (EILD), virtude de novas demandas de serviços.

(ii) **Depreciação e amortização**: O aumento é explicado pela transferência de bens que estavam reconhecidos na rubrica de bens e instalações em andamento para a rubrica de bens e instalações em serviço, pois com a transferência, estes bens passam a ser depreciados. O valor desta transferência foi de R$ 43.282. Na análise da variação entre o exercício de 2017 e 2016, deve ser levado em consideração a redução de depreciação no exercício de 2016 no valor de R$ 15.245, referente ao resultado da revisão da vida útil econômica dos ativos, que reduziu o valor da depreciação reconhecida no exercício de 2016.

(iii) **Perda estimadas com contas a receber**: O acréscimo é justicado pela constituição de provisão de perda estimada com contas a receber no valor de R$ 22.437, referente ao Contrato nº 10/2013-MC, firmado com o Ministério das Comunicações, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a Copa do Mundo de 2014. (Nota Explicativa 5)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(iii) **Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP**: O aumento da despesa é explicado pela baixa do valor que estava registrado no ativo, como valores a receber de Colaboradores cedidos a ANATEL, e que a Administração optou por efetuar a baixa em função do valor registrado não atender a uma das características de reconhecimento de um ativo, que é a geração de benefícios econômico futuros, pois não há certeza quanto ao recebimento de tais valores. O valor da baixa do ativo foi de R$ 16.475

28. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas Operacionais		
Ganho sobre Passivo (i)	16.112	-
Recuperação de Depósitos Judiciais	620	-
Reversão de Provisão sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	104	4.809
Multas sobre Contas a Receber	77	70
Reversão de Perdas Estimadas sobre Ativos	-	15
Dividendos Recebidos	40	39
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.477)	-
Total	**15.476**	**4.933**
Outras Despesas Operacionais		
Baixa de Ativos por Perdas (i)	(10.105)	(268)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(705)	(353)
Patrocínios	(648)	(1.046)
Multas sobre Tributos	(479)	(3.497)
Pessoal	(300)	(811)
Multas sobre Passivos	(200)	(329)
Outras Despesas Operacionais	(52)	(39)
Total	**(12.489)**	**(6.343)**
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	**2.987**	**(1.410)**

(i) No primeiro semestre de 2017, a Companhia realizou baixa de ativos e passivos que não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento dos ativos, bem como do desembolso de recursos para liquidar tais obrigações conforme Nota Técnica 013/2017. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.38, que preconiza que um elemento só deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade e o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. O valor dos passivos baixado nestas condições foi de R$ 15.967 (Nota Explicativa 24), já o valor do ativo foi de R$ 1.881.

Em dezembro de 2017, a Administração efetuou a baixa no montante de R$ 8.150 referente a verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive do Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a Colaboradores que foram cedidos à Anatel, sendo a justificativa para a baixa foi a não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros conforme acima citado. (Nota Explicativa 8.1)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos (ii)	14.342	-
Juros sobre Disponibilidades - Aplicações Financeiras	4.710	5.534
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Garantias	2.630	3.293
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.478	2.486
Juros sobre Contas a Receber	617	605
Descontos Financeiros sobre Passivo	276	-
Juros sobre Capital Próprio	46	36
Juros sobre Adiantamentos, Cauções e Retenções	-	53
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.127)	(1.376)
Subtotal	**22.972**	**10.631**
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (i)	(34.548)	(51.194)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (i)	(15.620)	(23.686)
Juros sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.186)	(6.419)
Variação Monetária sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(776)	(5.127)
Juros sobre Tributos	(76)	(960)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(12)	(311)
Outras Despesas Financeiras	(2)	-
Subtotal	**(55.220)**	**(87.697)**
Variação Cambial, Líquida	**-**	**(1)**
Resultado Financeiro	**(32.248)**	**(77.067)**

(i) A redução é explicada pela diminuição dos indexadores das obrigações, INPC para os acordos judiciais; e SELIC para os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC realizados pela União.

(ii) O valor de R$ 14.342, representa o valor da atualização monetária dos tributos federais a compensar/recuperar.

(iii) Os rendimentos das aplicações financeiras em 2017 totalizou R$ 33.703 (R$ 30.323 em 31 de dezembro de 2016). Deste montante, R$ 26.363 (R$ 21.496 em 31 de dezembro de 2016) foi registrado em contrapartida do Ativo Imobilizado, pois os recursos que deram origem a estes rendimentos estão vinculados a construção de ativos (ativo qualificável), principalmente, o projeto SGDC. Atualmente encontram-se em construção a parte terrestre do projeto.

30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

30.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

ATELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em "**Plano PBS-A**" e "**Planos de Patrocinadoras**". A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

30.2 Planos patrocinados pela Telebras

30.2.1 Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o plano contava com 440 assistidos, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Quantidade	440	461
Idade média (anos)	73,06	72,39
Benefício médio (R$)	8.321,64	7.467,70

30.2.1.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%

Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,04%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2026, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo

Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa nominal do custo dos juros: 11,01%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,91% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa de Rotatividade: 0,00

Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

Fator de Capacidade para salários: 100,00%

Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021

iii) Outras Premissas:

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

30.2.1.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial
Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado (i)	11.599.815	11.134.805
Exigível Operacional(ii)	(23.442)	(22.870)
Exigível Contingencial (ii)	(659.083)	(645.658)
Fundos (ii)	(2.215.840)	(1.730.987)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**8.701.450**	**8.735.290**

(i) Valor informado pela Telebrás, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.
(ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	1,44%	14,07%
Renda Fixa	92,83%	79,82%
Investimentos Estruturados	0,19%	0,13%
Investimentos em Imóveis	4,66%	4,98%
Empréstimos a Participantes	0,88%	1,01%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**752.359**	**631.469**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	93.187
Benefícios Pagos pelo Fundo	(50.957)	(50.617)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	(34.829)	78.320
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**749.444**	**752.359**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**578.207**	**555.899**
Custo dos Juros	63.689	82.035
Custo do Serviço Passado	(50.957)	(50.617)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	11.834	(9.110)
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**602.773**	**578.207**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação	11.834	9.110
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos dos Plano	34.829	78.320
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**46.663**	**87.430**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Juros	(63.689)	(71.210)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	82.871	91.185
Resultado	**19.182**	**19.975**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano	749.444	752.358
Valor Presente da Obrigação	(602.773)	(578.206)
Superávit	**146.671**	**174.152**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**174.152**	**75.570**
Despesas do ano	19.182	11.152
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	-46.663	87.430
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**146.671**	**174.152**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(56.593)
Rendimento esperado dos Ativos	70.363
Resultado	**13.770**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 602.773 e ativo líquido de R$ 749.444, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 146.671, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de um plano patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

30.2.2 Plano PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

i. Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;

ii. Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;

iii. Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;

iv. Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;

v. Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;

vi. Dotação da patrocinadora; e

vii. Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2017 com 18 participantes ativos e 98 assistidos, conforme apresentado abaixo.

	Participantes			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativos	**Assistidos**	**Ativos**	**Assistidos**
Quantidade	18	98	19	99
Idade média (anos)	61,37	66,71	59,63	66,72
Tempo de serviço médio (anos)	38,35	-	36,79	-
Salário médio (R$)	11.250,24	-	11.402,53	-
Benefício médio (R$)	-	8.091,81	-	7.840,13

30.2.2.1 Premissas atuariais
A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos

ii) Premissas Econômicas:

Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2017, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,85%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa de Rotatividade: 0,00%

Taxa real de crescimento salarial: 1,00%

Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00

Fator de Capacidade para salários: 100,00%

Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.

Outras Premissas:

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.2.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	408.928	331.236
Exigível Operacional(i)	(237)	(187)
Exigível Contingencial (i)	(11.765)	(9.428)
Fundos (i)	(194.847)	(156.297)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**202.079**	**165.324**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Fixa	98,29%	98,09%
Investimentos Estruturados	1,50%	1,68%
Empréstimos a Participantes	0,21%	0,24%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**191.287**	**165.324**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Contribuições Recebidas pelo Fundo	-	36
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	1.852	11.922
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**202.079**	**191.287**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**167.077**	**149.504**
Custo dos Juros	18.176	22.063
Custo dos Serviços	4	4
Benefícios Pagos pelo Fundo	(11.869)	(10.392)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(3.483)	5.898
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**169.905**	**167.077**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	3.483	(5.898)
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	1.852	11.922
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**5.335**	**6.024**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(3)	(4)
Custo dos Juros	(18.176)	(22.063)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	20.809	24.397
Resultado	**2.630**	**2.330**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(169.605)	(167.077)
Valor Justo dos Ativos do Plano	202.079	191.287
Superávit	**32.474**	**24.210**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	24.210	15.820
Despesas do ano	2.630	2.330
Pagamento de Contribuições	-	36
Perdas/(Ganhos) Atuariais do Exercício	5.335	6.024
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**32.175**	**24.210**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(16.659)
Custo do Serviço Corrente	(4)
Rendimento esperado dos Ativos	19.814
Resultado	**3.151**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 169.904 e ativo líquido de R$ 202.079, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 32.175, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.2.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões Matemáticas e Fundos	3.665.050	3.563.899
Outros Exigíveis	73.373	68.677
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	**3.738.423**	**3.632.576**
(-) Total dos Ativos do Plano	**3.772.311**	**3.653.538**
(=) Superávit Acumulado	**33.888**	**20.962**

30.2.4 Plano Telebras PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

i. Auxílio-doença

ii. Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão

iii. Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

iv. Aposentadoria ordinária, reversível em pensão

v. Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

i. Contribuições de Participante;

a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).

b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.

c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.

d) Contribuições para os benefícios de risco; e

ii. Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2017, com 285 participantes ativos e 218 assistidos.

	Participantes			
	2017		2016	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	285	218	268	217
Idade média (anos)	48,58	65,7	48,8	64,31
Tempo de serviço médio (anos)	19,32	-	19,66	-
Salário médio (R$)	9.381,83	-	8.672,46	-
Benefício médio (R$)	-	5.525,73	-	5.525,74

30.2.4.1 Premissas atuariais

i) Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,44%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2016, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo

Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa nominal do custo dos juros: 10,88%, composta pela inflação (4,82%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2016, como expectativa para 2017 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa de Rotatividade: 0%

Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

Taxa real de reajuste de benefícios: 1,00%

Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

Fator de Capacidade para salários: 100,00%

Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,14%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 29/12/2017 e representa a média das inflações previstas para o período 2018 a 2021.

iii) Outras Premissas:

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada

Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

30.2.4.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor dos Ativos a Mercado	767.979	610.668
Exigível Operacional(i)	(466)	(475)
Exigível Contingencial (i)	(11.540)	(6.842)
Fundos (i)	(335.911)	(296.860)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**420.062**	**306.491**

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

	31/12/2017	31/12/2016
Renda Variável	0,07%	-
Renda Fixa	98,11%	97,85%
Investimentos Estruturados	1,38%	1,59%
Empréstimos a Participantes	0,44%	0,56%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**348.515**	**306.490**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Contribuições Recebidas pelo Fundo	3.925	255
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	46.282	12.692
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**420.062**	**348.515**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**346.006**	**295.955**
Custo dos Juros	37.641	43.675
Custo dos Serviços	90	66
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.574)	(16.151)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	(358)	22.461
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**366.805**	**346.006**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	358	(22.461)
Ganhos(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	46.282	12.692
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**46.640**	**(9.769)**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Serviço Corrente	(90)	(66)
Custo dos Juros	(37.641)	(43.674)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	37.914	45.229
Resultado	**183**	**1.489**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação	(366.805)	(346.006)
Valor Justo dos Ativos do Plano	420.062	348.515
Superávit	**53.257**	**2.509**

Movimentação do Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2017	31/12/2016
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**2.509**	**10.536**
Despesas do ano	183	1.487
Pagamento de Contribuições	3.925	255
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	46.640	(9.769)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**53.257**	**2.509**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2018 é a seguinte:

	31/12/2017
Juros sobre Obrigações Atuariais	(35.966)
Custo do Serviço Corrente	(99)
Rendimento esperado dos Ativos	41.188
Resultado	**5.123**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 366.805 e ativo líquido de R$ 420.062, tendo como resultado um excedente atuarial de R$ 53.257, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

30.3 Taxas de descontos

As taxas de descontos para os planos no início do exercício (custo dos juros) e as taxas de rendimento esperada sobre os ativos dos planos estão apresentadas a seguir:

	Telebras PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
Taxa de Desconto no Início do Exercício (Custos dos Juros)	11,01%	10,88%	10,88%
Taxa de Rendimento Esperada sobre os Ativos do Plano no Início do Exercício	11,01%	10,88%	10,88%

31. PARTES RELACIONADAS

30.1 Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

31.2 Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	2.184	3.740
Benefícios de Curto Prazo	455	923
Total	**2.639**	**4.663**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatuários, mas não concede aos conselheiros.

31.3 Transações com partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Balanço Patrimonial							
Valores a Receber							
a) Contas a Receber de Serviços							
Entidades Governamentais:		36.371	1.677				
	Ministérios	28.334	1.227				
	Demais Entidades (i)	8.037	450				
b) Cauções	MCTIC	5.604	-				
c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	EllaLink Spain	164	-				
d) Dividendos a Receber	VISIONA	11.547	5.456				
Imobilizado							
e) Capitalização Encargos de AFC	União Federal	173.942	64.680				
f) Capitalização Encargos de Empréstimos	FINEP	9.475	4.415				
g) Adiantamento a Fornecedores	VISIONA	1.284.105	1.244.249				
Contas a Pagar							
h) Empréstimos	FINEP			251.478	249.514		
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal			1.329.601	2.233.652		
Demonstração de Resultado							
j) Receitas de Serviços - SCM							
Entidades Governamentais:							
	Ministérios					11.629	3.790
	Demais Entidades (i)					22.207	12.759
k) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	Ministérios						(22.437)
l) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					(34.548)	(51.194)

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, secretarias vinculadas a União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) aos ministérios e entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado. Com a incorporação da Telebrás Copa S.A o valor de R$ 22.437 referente ao contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

b) Trata-se do valor de caução retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014.

c) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital na coligada EllaLink Spain realizado em dezembro de 2017 no valor de € 42 (R$ 164);

d) Trata-se a dividendos a receber referente a participação societária na coligada VISIONA;

e) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Estes encargos têm como indexador a SELIC. Este valor não é apresentado nesta nota líquido dos rendimentos de aplicação financeira conforme divulgado na Nota Explicativa 12;

f) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme item (g) abaixo.

g) Refere-se a adiantamentos realizados a VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas – SGDC. A baixa será realizada conforme cronograma de acordo com a conclusão das atividades estabelecidas em contratos;

h) Refere-se à captação de financiamento realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

j) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet) de entidades governamentais. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

k) Trata-se da constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber que a Telebras reconheceu em função da incorporação da Telebras Copa S.A. e que tem como devedor o Ministério das Comunicações (atualmente MCTIC). O montante de R$ 22.437 está ligado a glosa aplicada sobre o ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

l) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Financeiros Capitalizados	183.417	188.667
Rendimentos Financeiros Capitalizados	(26.363)	(21.496)
Integralização de Capital com Recursos de AFAC	1.331.522	-
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S.A	28.769	-

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 "Telebras e Viasat entram em contrato estratégico para avançar no uso comercial da capacidade do SGDC

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US $ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

Disponibilidade dos equipamentos

Os equipamentos da Viasat começaram ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018. O serviço inicial deverá começar em abril de 2018.

33.2 Homologação do aumento de capital da Companhia

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado do aumento de capital da Telebras de R$ 263.145.011,82 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R$ 1.594.666.570,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017, com a emissão de 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

33.3 Baixa de valores a receber – Colaboradores Cedidos à ANATEL

Em 31 de janeiro de 2018, a Diretoria Administrativo-Financeira aprovou através da Nota Técnica 05/2017-2400 a baixa de valores reconhecidos no ativo da Companhia no montante de R$ 24.625.

A baixa refere-se a valores que estavam reconhecidos no contas a receber da Telebras e representavam recebíveis junto a ANATEL de Colaboradores cedidos aquele Órgão. A origem principal do contas a receber está ligada ao Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP e esta composto pelos seguintes valores: R$ 16.475 de provisão dos Colaboradores ainda em exercício no Órgão e R$ 8.150 de verbas rescisórias e indenizatórias, inclusive PISP, proporcionais ao tempo de cessão pagas a colaboradores que deixaram o Órgão.

A Companhia entende que não há certeza quando ao recebimento destes valores e desta forma, realizou a baixa do contas a receber em contrapartida do resultado da Companhia. A base legal para suportar a baixa foram os seguintes normativos: Estrutura Conceitual Básica (R1), CPC 00, item 4.44, que determina que: "*um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade*"; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Item 33 que diz: "Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado".

Brasília DF, 01 de março de 2018
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

JARBAS JOSÉ VALENTE
Diretoria Técnico-Operacional

RÔMULO BARBOSA
Diretoria Comercial

PAULO FERREIRA
Diretoria Administrativo-Financeira

MAURY CAETANO DE OLIVEIRA
Contador CRC/DF 6.147

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
Em 31 dezembro de 2017 e 2016
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS ("Companhia") em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa às demonstrações financeiras n° 5.2, em 31 de dezembro de 2017 o contas a receber inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada de acordo com a estimativa das perdas aplicado aos valores vencidos por faixa de vencimento e considerados como críticos. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação requerem julgamento da Companhia na análise da adequação deste critério frente ao cenário econômico atual com o aumento das taxas de inadimplência no mercado. Devido à relevância dos valores em atraso e às incertezas inerentes à estimativa da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa que podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras, consideramos esta estimativa como um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos. Com relação ao valor recuperável dos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2017, analisamos a adequação da determinação das perdas por redução ao valor recuperável, avaliando as premissas adotadas pela Companhia em comparação a dados históricos e a recebimentos após a data-base, assim como a razoabilidade da política contábil adotada, incluindo a avaliação do julgamento sobre a determinação dos montantes a serem registrados como provisão e se o julgamento foi aplicado de forma adequada e consistente durante o período apresentado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receita não faturada (*unbilled*)

O reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (não faturado - *unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de não faturado (*unbilled*) é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita incorrida ainda não faturada no final do exercício (*unbilled*), bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada do mês subsequente após o fechamento (faturado - billed); e a adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Ativo Imobilizado e Intangível e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*)

A Companhia possui registrado o montante de R$ 2.683.307 mil de imobilizado e R$ 19.371 mil de intangível em 31 de dezembro de 2017, conforme notas explicativas 12 e 13, respectivamente, nas demonstrações contábeis. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto a recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados a prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação. Devido a relevância do ativo imobilizado e intangível e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações contábeis, e por isso consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade.

Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2017 o montante de R$296.689 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 01 de junho de 2017, Assembleia Geral Extraordinária-AGE da Telebras aprovou a incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%; Cabos Brasil Europa S/A, com 35%; e EllaLink Spain S/A, com 35%. As demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2017 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 21 de fevereiro de 2018, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no passivo não circulante o valor de R$ 48.254 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis", saldo de R$ 1.329.601 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes e emitiram o relatório datado em 24 de fevereiro de 2017, apresentado para fins de comparação, e não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2018.
TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
ADERBAL ALFONSO HOPPE
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 54, inciso VII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2017). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (Taticca Auditores Independentes S.S), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília/DF, 08 de março de 2018.
ANDRÉ MÜLLER BORGES
Presidente do Conselho
Representante do MCTIC

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Conselheiro Nato
Presidente da Telebras

RENATO RODRIGUES VIEIRA
Conselheiro Representante do MPDG

HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA
Conselheiro Independente

MÁRCIO BARREIRA CAMPELLO
Conselheiro Representante dos Acionistas Preferencialistas

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

ALFONSO ORLANDI NETO
Conselheiro Representante do MCTIC

FABRÍCIO DE SOUZA DUARTE
Conselheiro Representante dos Empregados da Telebras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2017.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas explicativas às demonstrações contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília-DF, 08 de março de 2018.
MARCELO SENNA VALLE PIOTO
Presidente
Representante do Tesouro Nacional

TARCÍSIO BASTOS CUNHA
Conselheiro Suplente
Representante do MCTIC

AMIR GEORGE FRANCIS MATTA
Conselheiro Representante dos Acionistas Preferencialistas

ANTÔNIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO
Conselheiro
Representante dos Acionistas Ordinaristas

CRISTINA VIDIGAL CABRAL DE MIRANDA
Conselheira Suplente
Representante do MCTIC

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes Taticca Auditores Independentes S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília-DF, 1º março de 2018.
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

JARBAS JOSE VALENTE
Diretor Técnico Operacional

PAULO FERREIRA
Diretor Administrativo e Financeiro

ROMULO BARBOSA
Diretor Comercial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da **Taticca Auditores Independentes S.S**., sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2017; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Brasília/DF, 1º março de 2018.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Diretor Presidente

JARBAS JOSE VALENTE
Diretor Técnico Operacional

PAULO FERREIRA
Diretor Administrativo e Financeiro

ROMULO BARBOSA
Diretor Comercial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 30, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Processo/MinC nº 01545.000221/2008-59
PRONAC nº 08-1715

Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, recebo o recurso interposto pelo proponente Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais LTDA., CNPJ nº 07.481.398/0001-74, nos autos do Processo nº 01545.000221/2008-59 e NEGO PROVIMENTO, com base nas razões contidas no Parecer nº 00136/2018/CONJUR-MINC/CGU/AGU e no Despacho nº 03/2018 - SEFIC/PASSIVO/G2, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para as demais providências cabíveis.

SERGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 27-E, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do anexo do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, mantidos os mecanismos já aprovados para o projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

14-0315 - O DIÁRIO DE MIKA.
Processo: 01580.045160/2014-71
Proponente: MENDES BENTANCOUR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.899.615/0001-18

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 680, realizada em 06/03/2018.

Art. 2º As deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO
Diretor-Presidente

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 983-E, DE 3 DE ABRIL DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0211 O RETORNO.
Processo: 01416.026004/2017-55
Proponente: TRANSBORDA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.097.796/0001-69
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 570.000,00
Banco: 001 - agência: 6805-5 conta corrente: 38669-3

18-0213 REENCONTRO NO RIO.
Processo: 01416.002869/2018-15
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 3.404.650,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.300.000,00
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 47282-4

18-0214 TATEANDO.
Processo: 01416.001623/2018-18
Proponente: CARVALHO ADAMS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de janeiro / RJ
CNPJ: 31.604.127/0001-43
Valor total aprovado: R$ 3.491.584,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.325.420,80
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47635-8
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 871.584,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47632-3

18-0215 COM JEITO VAI E O CASARÃO VERMELHO.
Processo: 01416.002987/2018-15
Proponente: INDIANA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.060.648/0001-00
Valor total aprovado: R$ 995.400,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 345.630,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47636-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 47638-2

18-0217 GRANDE RIO GRANDE.
Processo: 01416.028693/2017-32
Proponente: CASA DE CRIAÇÃO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.
Cidade/UF: PORTO ALEGRE / RS
CNPJ: 04.274.789/0001-20
Valor total aprovado: R$ 558.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 528.000,00
Banco: 001 - agência: 2822-3 conta corrente: 33692-0

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

18-0216 ICO BIT ZIP - 1ª TEMPORADA.
Processo: 01416.002542/2018-35
Proponente: COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.551.826/0001-13
Valor total aprovado: R$ 5.263.157,90
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0183-X conta corrente: 39176-X

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 232, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180709 - FotoArte - Feira dedicada à fotografia e as artes visuais
Nozes da Comunicação Produção Artística, Eireli
CNPJ/CPF: 08.752.543/0001-77
Processo: 01400004653201855
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 904.620,12
Prazo de Captação: 04/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: FotoArte é uma feira de arte dedicada à fotografia e artes visuais pensada como um espaço para os artistas exporem e comercializarem os seus trabalhos sem intermediários. Mais do que uma feira, a FotoArte quer ser um movimento de artistas independentes - quer valorizar e priorizar o artista e sua criação, além de fomentar a cadeia produtiva das artes visuais. A FotoArte é também um festival. A ARENA FotoArte traz exposições em uma área de containers, montada especialmente para o evento em uma bucólica praça no RJ. Teremos: palestras, debates, projeções mapping ao ar livre, instalação, exposição ao ar livre, editoras, livrarias e pocket show. A FotoArte terá como produtos uma Exposição de Artes e Fotografia, e um Catalogo que também será comercializado.

PORTARIA Nº 233, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 2431 - VENTO FORTE PARA ÁGUA E SABÃO
FIANDEIROS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 21.236.074/0001-00
PE - Recife
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

17 9111 - Cultura na Praça
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.180.270/0001-24
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 5962 - Christkindfest
ASSOCIACAO DE ENTIDADES EMPRESARIAIS DE SANTA CRUZ DO SUL
CNPJ/CPF: 02.590.977/0001-31
RS - Santa Cruz do Sul
Período de captação: 01/02/2018 a 31/05/2018

17 8357 - Uma Novela Masculina
Residência Teatro e Audiovisual LTDA
CNPJ/CPF: 08.313.802/0001-63
MG - Ouro Preto
Período de captação: 20/03/2018 a 31/12/2018

17 2102 - Programação cultural do 22º Natal dos Anjos
Associação Cultural Cantares
CNPJ/CPF: 01.918.476/0001-79
RS - Dois Irmãos
Período de captação: 01/04/2018 a 31/05/2018

17 7470 - Turnê do Espetáculo de Dança Despertar Celebração
STYLE BRASIL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.190.469/0001-24
PE - Recife
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

17 8007 - Mostra LGBT Diversa+
TONY RAMERSON LIMA SOARES
CNPJ/CPF: 029.617.324-09
PB - João Pessoa
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

16 3916 - A ARTE DE PERTENCER
CLUBE SOCIAL PERTENCE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.210.532/0001-19
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

17 9639 - VIVADANÇA Festival Internacional - 12ª Edição
BAOBÁ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 05.729.536/0001-66
BA - Salvador
Período de captação: 01/04/2018 a 31/07/2018

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 9453 - Turnê de choro Canhotinho e Marco Bernardo
MARIPOSA PRODUCAO, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 26.769.594/0001-93
SP - São Paulo
Período de captação: 31/03/2018 a 31/12/2018

17 8654 - MUSICA NAS ESCOLAS E NA COMUNIDADE - 13º
EDIÇAO
JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA LAGES
CNPJ/CPF: 163.092.436-91
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 1501 - Natal na Praça
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
RS - Encantado
Período de captação: 01/04/2018 a 30/04/2018

17 9105 - Circuito Cordas e Sons
AGT BRASIL LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.128.047/0001-11
MG - Patos de Minas
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
17 9007 - ArtePraia | Ano V
Espaço Cultural Casa da Ribeira
CNPJ/CPF: 04.729.359/0001-55
RN - Natal
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18, § 1º)
17 2082 - Recuperação Emergencial da Igreja São João Batista de Itaboraí
Mitra Arquidiocesana de Niterói
CNPJ/CPF: 30.147.995/0001-89
RJ - Niterói
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
17 5690 - Literatura Infanto-Juvenil: Acesso à cultura
GINA ZANINI
CNPJ/CPF: 005.814.449-81
SC - Chapecó
Período de captação: 01/04/2018 a 25/09/2018

17 9249 - Por um Mundo de Virtudes 2018
Embaixadores da Prevenção - EP
CNPJ/CPF: 14.703.545/0001-79
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 8226 - Torquato Neto ou A Carne Seca é Servida
KENARD KRÜEL FAGUNDES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 130.755.433-49
PI - Teresina
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 7066 - Semana Cultural
CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS M'BORORÉ
CNPJ/CPF: 93.849.354/0001-96
RS - Campo Bom
Período de captação: 06/03/2018 a 31/12/2018

ANEXO II

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 26)
17 8013 - Sertanejo Bruto com Lucas & Eduardo
ANA GLENDA NUNES CORDEIRO
CNPJ/CPF: 069.141.189-14
PR - Maringá
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

17 7699 - PROJETO OUTROS PALCOS 2018 - II TEMPORADA
- PLANO ANUAL
DAVI ALVES DE SOUSA
CNPJ/CPF: 715.009.446-53
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/03/2018 a 31/12/2018

16 0863 - FESTA DE SANTA CECÍLIA
Douglas Zabot
CNPJ/CPF: 007.732.380-77
RS - São Domingos do Sul
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 9388 - Me Chamo Valéria, negra e trans. Sexo Frágil?
JOAO APARECIDO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 458.862.539-04
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

17 1489 - DVD THIAGÃO
PRISCILLA PEREIRA VOLPATO CARDOSO
CNPJ/CPF: 012.732.461-52
GO - Aparecida de Goiânia
Período de captação: 02/03/2018 a 10/04/2018

17 5471 - O Sonho Realizado
RANIERY SOARES VINHAL 05941287658
CNPJ/CPF: 26.622.011/0001-05
MG - Passos
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
17 2224 - CURSO DE CULTURA HERÁLDICA PÚBLICA MUNICIPAL
JAMES MILTON KERNE
CNPJ/CPF: 519.722.049-04
PR - Curitiba
Período de captação: 01/04/2018 a 30/09/2018

PORTARIA Nº 234, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
175879 - Natal de magia e sonho
SUZANA PEREIRA SCHWUCHOW - ME
CNPJ/CPF: 13.504.512/0001-37
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 69.374,50
Valor total atual: R$ 192.687,50

176770 - PAA# Vocação Cultural 2018
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO
CNPJ/CPF: 61.750.246/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 628.721,72
Valor total atual: R$ 2.176.377,33

177911 - Ponto de Partida - PAA 2018 - Rumo aos 40
Associação Cultural Ponto de Partida
CNPJ/CPF: 19.556.190/0001-56
Cidade: Barbacena - MG;
Valor Reduzido: R$ 73.803,95
Valor total atual: R$ 2.775.864,19

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177609 - Nós Fazemos Cultura 2018 Plano Anual
Associação Beneficente São Roque
CNPJ/CPF: 80.790.421/0002-83
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 73.093,63
Valor total atual: R$ 907.820,59

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao CAMAROTE ANDANTE - Pronac: 16-5044.

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
Leia-se: Período de captação: 01/01/2018 a 30/04/2018

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.214/GM/MD, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, conforme disposto no Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004, e no art. 5º da Portaria nº 982/MD, de 16 de agosto de 2005, resolve:

CONCEDER

a Medalha da Vitória aos Ex-combatentes da II Guerra Mundial:

(Post-Mortem):

Soldado Refº TERTO MAXIMIANO DE SOUSA

Ex-combatentes:

Tenente-Coronel Refº IDALÉSCIO NOGUEIRA DIÓGENES

Capitão Refº AMERICO RUBIM GUIMARÃES

2º Tenente Refº ALCEBIADES ARMANDO DE MEDEIROS

2º Tenente Refº JUSTINO PIRES DE ARRUDA

2º Tenente Refº SEBASTIÃO MENOTTI NUNES

2º Sargento Refº CÍCERO DAVI DE OURO PRETO

2º Sargento Refº FRANCISCO BEZERRA DA SILVA

2º Sargento Refº JOSÉ KOCHINSKI

2º Sargento Refº JOSÉ PIO DE MATOS LEITE

2º Sargento Refº MANOEL RODRIGUES DA SILVA

2º Sargento Refº ORLANDINO BUENO DA SILVA

2º Sargento Refº WALDOMIRO CORREIA

3º Sargento Refº HÉLIO VARGAS NETTO

3º Sargento Refº JOSÉ BARBOSA SOBRINHO

3º Sargento Refº JOSÉ FERREIRA DE FREITAS

3º Sargento Refº LUIS LEÃO DE SOUZA

Cabo Refº ALIX PEDRO SOARES

Cabo Refº CLAUDINO SCHUTZ

Cabo Refº JOÃO ESTEVÃO BERGAMO

Cabo Refº LINDOLFO GUILHERME AREND

Cabo Refº ODILON OLIVEIRA DE ALMEIDA

Soldado Refº ABDIAS FERREIRA BATISTA

Soldado Refº ALDEMIRO JOSÉ DE ARAÚJO

Soldado Refº ANTONIO AZEVEDO

Soldado Refº ANTONIO FANTIN

Soldado Refº ANTONIO FERREIRA DANTAS

Soldado Refº ANTONIO LANGOWSKI

Soldado Refº ANTONIO LOURENÇO DE LIMA

Soldado Refº ANTÔNIO PATRICIO DA SILVA

Soldado Refº CRISTINO TERTO DE ARAÚJO

Soldado Refº DIDIMO PAVANATI

Soldado Refº DOMINGOS RODER

Soldado Refº EDUARDO LOPES BRAGA

Soldado Refº EHRID MICHELMANN

Soldado Refº ELIAS JOSÉ DOS SANTOS

Soldado Refº ELZEVIR PRIOTO

Soldado Refº ESTANISLAU MILAK

Soldado Refº EUCLIDES MUNIZ DA SILVA

Soldado Refº EVILÁSIO ANTONIO CANTERO

Soldado Refº FRANCISCO MENDES DOS SANTOS

Soldado Refº GERCINO WILLIAM DE MELO

Soldado Refº GONÇALO COLHADO

Soldado Refº GUERINO MOCELLIN

Soldado Refº HERALDO NEVES DE ARRUDA

Soldado Refº JOÃO BENEDITO DE MEDEIROS

Soldado Refº JOÃO CORDEIRO DA SILVA

Soldado Refº JOÃO DE SOUZA COELHO

Soldado Refº JOÃO FIRMINO DOS SANTOS

Soldado Refº JOÃO JORGE PEREIRA

Soldado Refº JOAQUIM BUENO DE SOUZA

Soldado Refº JOSÉ AYRES DA SILVA

Soldado Refº JOSÉ CÍCERO DE ARAÚJO

Soldado Refº JOSÉ DIAS

Soldado Refº JOSÉ DIAS JÚNIOR

Soldado Refº JOSÉ ISIDORO REMIGIO

Soldado Refº JOSÉ LORENZETTI

Soldado Refº JOSÉ MARCOLINO DO AMARAL

Soldado Refº JOSÉ PERY LAVOR

Soldado Refº JUVENAL ALVES DE MORAES

Soldado Refº LAURO ALOYSIO WINCK

Soldado Refº MANOEL DA SILVA RIOS

Soldado Refº MANOEL FRANCISCO GOMES

Soldado Refº MANOEL TAVARES PEREIRA

Soldado Refº MANOEL TOMAZ IZIDORO

Soldado Refº MARIO FERRONI

Soldado Refº MIGUEL GENEROSO

Soldado Refº MOACIR ALEIXO

Soldado Refº NILO ARISTEU ESCERDO

Soldado Refº ORLANDO RIBEIRO

Soldado Refº PAULO ALBANO DE LIMA

Soldado Refº PEDRO JOSÉ PEPE

Soldado Refº PEDRO MOREIRA DE ALMEIDA

Soldado Refº PEDRO PELEGRINI

Soldado Refº POLICARPO DE ARAÚJO ALVES

Soldado Refº RAIMUNDO CORREA DE MIRANDA

Soldado Refº RAIMUNDO NONATO

Soldado Refº RAYMUNDO BARBOSA RAMOS

Soldado Refº ROGÉRIO NASCIMENTO DE AZEVEDO

Soldado Refº RUBENS CARNEIRO PINTO

Soldado Refº RUBENS GASPAR

Soldado Refº SEBASTIÃO GALLETI

Soldado Refº VALENTIM MORONA

Soldado Refº VITAL BARBOSA

Soldado Refº WALTER FERNANDES

Soldado Refº WERNER LUIZ CARLOS PETER

Soldado Refº ZEFERINO FERRAÇO

e às personalidades civis e militares:

General de Exército LAERTE DE SOUZA SANTOS

General de Divisão DECILIO DE MEDEIROS SALES

General de Divisão JOÃO BATISTA BEZERRA LEONEL FILHO

Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos
ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Ministro do Tribunal de Contas da União
VITAL DO RÊGO FILHO

Secretário do Orçamento Federal
GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES

Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República
ANTÔNIO JOSÉ BARRETO DE ARAÚJO JUNIOR

Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA

Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República
PATRÍCIA SOUTO AUDI

Contra-Almirante (FN) CARLOS CHAGAS VIANNA BRAGA

Contra-Almirante SERGIO FERNANDO DE AMARAL CHAVES JUNIOR

Contra-Almirante (FN) RENATO RANGEL FERREIRA

Contra-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ

Contra-Almirante LUIZ CARLOS RÔÇAS CORRÊA

Contra-Almirante (RM1) EDUARDO ASSAD FONTENELLE

General de Brigada WILSON MENDES LAURIA

General de Brigada ROBERTH ALEXANDRE EICKHOFF

General de Brigada R/1 FERNANDO MARQUES DE FREITAS

Brigadeiro Médico WALTER KISCHINHEVSKY

Brigadeiro do Ar MOZART DE OLIVEIRA FARIAS

Brigadeiro do Ar FREDERICO JOSÉ MORETTI DA SILVEIRA

Brigadeiro do Ar PAULO EDUARDO VASCONCELLOS

Brigadeiro do Ar PAULO ROBERTO DE BARROS CHÁ

Brigadeiro Intendente SÉRGIO ALMEIDA DE PAULA E SILVA

Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República
RENATO RODRIGUES VIEIRA

Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República
BRUNO BIANCO LEAL

Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ DE ARAÚJO COSTA

Capitão de Mar e Guerra (T) RONALDO LOPES DE MELO

Capitão de Mar e Guerra MARCELO MENEZES CARDOSO

Capitão de Mar e Guerra (FN) PAULO ROBERTO SARAIVA

Capitão de Mar e Guerra (FN) MARCELO DA COSTA REIS
Capitão de Mar e Guerra (FN) STEWART DA PAIXÃO GOMES
Capitão de Mar e Guerra RICARDO SILVEIRA MELLO
Capitão de Mar e Guerra GUILHERME LOPES MALAFAIA
Capitão de Mar e Guerra DINO AVILA BUSSO
Capitão de Mar e Guerra (RM1) MARCELO BELNIAKI
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) JOSÉ EMÍLIO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Coronel de Engenharia MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO
Coronel de Engenharia MARCOS HONÓRIO PONTES FREIRE
Coronel de Material Bélico EVERTON PACHECO DA SILVA
Coronel de Material Bélico WASHINGTON ROCHA TRIANI
Coronel de Material Bélico MARCO ANTONIO BREDA
Coronel de Cavalaria ROBERTO GONDIM EICKHOFF
Coronel de Infantaria WALMORÉ DE MORAES LACOURT
Coronel de Infantaria ROBSON DE MENEZES PERONI CAMPOS
Coronel de Artilharia R/1 WEBER FREITAS NEPOMUCENO
Conselheiro LUIZ OTÁVIO MONTEIRO ORTIGÃO DE SAMPAIO
Coronel de Infantaria ROBERTO BORGES LIMA
Coronel Aviador JORGE DE OLIVEIRA FILHO
Coronel de Infantaria R/1 JUPIACI TADEU MARTINS BELO
Desembargador JOSÉ ROBERTO LAGRANHA TÁVORA
Senhor DJACI VIEIRA DE SOUSA
Senhor AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO FONSÊCA
Capitão de Fragata PAULO ROBERTO BLANCO OZORIO
Capitão de Fragata MARCELO LANCELLOTTI
Capitão de Fragata JOSUÉ FONSECA TEIXEIRA JUNIOR
Tenente-Coronel de Infantaria PAULO HENRIQUE LIMA BRITO
Tenente-Coronel de Engenharia RENATO FARIAS BAZI
Tenente-Coronel QCO EDUARDO DALTRO DE CASTRO
Tenente-Coronel de Intendência LUIZ CARLOS MIRANDA DE CASTRO DAVID
Tenente-Coronel de Engenharia ANDERSON SOARES DO CARMO
Tenente-Coronel de Engenharia KLAUS RAYLEN TAVARES REGO
Tenente-Coronel de Artilharia ANDRE RIBAS DE PAULO
Tenente-Coronel de Intendência TALLES LEMOS BATISTA
Capitão de Corveta JOSÉ CARLOS DE ARAUJO NETO
Capitão de Corveta NÍCOLAS PFLUEGER RAYNAL LIRA
Major de Intendência ANTÔNIO AUGUSTO ALVES CESCHIN
Major de Intendência EDUARDO DOS SANTOS ANDRADE
Major de Intendência LUIZ GUSTAVO INACIO DA SILVA
Segundo-Secretário PATRICK LUNA
Major Aviador PEDRO FABIANO FIGUEIRA PEÇANHA
Major Aviador UMILE COELHO RENDE
Senhor JOSE ANTONIO DE SOUZA BATISTA
Senhor JEFFERSON BIAJONE
Capitão-Tenente NEVITON ROBERTO MARINHO STAEHLER
Capitão de Cavalaria VINÍCIUS LEMOS DA SILVA
Capitão de Infantaria MANOEL MISSIAS DE AZEVÊDO
Capitão Engenheiro DIEGO MENESES DE MELO
Senhora VERA LÚCIA DA SILVA ROSA
Senhor RONALDO LIGIERI SONS
Senhora EDMÉA DIAS PIMENTEL
Senhora LÍVIA MARIA DE MELO FARINELLI
Senhor TÚLLIO RAMOS DE MORAIS
Senhor GUSTAVO QUESINSKI FERREIRA
Senhor JOÃO CHAGAS LEITE
Suboficial (FN-MO) MARCIO LOURENÇO GONÇALVES
Suboficial (ES) JOSIEL GOMES RODRIGUES
Subtenente de Artilharia JORGE LOURENÇO DOS SANTOS
Subtenente de Saúde SEBASTIAO INACIO PEREIRA
Subtenente de Infantaria GIAN CARLO OTAVIANO DE CASTRO
Subtenente de Infantaria MARCOS AURÉLIO VIEIRA DE BRITO
Subtenente de Infantaria MARCELO DE LIMA PEREIRA
Subtenente de Infantaria ABEL RAIMUNDO DOS SANTOS FILHO
Subtenente de Infantaria ANTONIO JOSÉ DA SILVA
Subtenente de Engenharia VALDECI DA SILVA OLIVEIRA
Subtenente de Infantaria LUIZ HENRIQUE CESÁRIO
Subtenente de Infantaria MARCIO FERNANDO SILVEIRA PINHEIRO
1º Sargento de Artilharia RICARDO DE SOUSA ASSIS
1º Sargento de Saúde DANIEL DE SOUZA LIMA
1º Sargento de Cavalaria RUDINEI PEDROZO DE OLIVEIRA
2º Sargento de Infantaria KLEITON BEILNER
2º Sargento QE ANTONIO COSTA DO NASCIMENTO JUNIOR
2º Sargento QE MIVALDO ANDRADE DE FREITAS
2º Sargento QE SILVIO KAMMERS
2º Sargento QE SILVIO DA SILVA CANDIA
2º Sargento QE MARCUS VINICIUS PEREIRA FURRIEL
2º Sargento SAD GUTENBERG DE SANTA ROSA FILHO
2º Sargento SAD JOYSIMARA LIMA DE MELO
Terceiro-Sargento (FN-IF) SERGIO WALTER LEAL DE BRITO

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA Nº 1.215/GM/MD, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, conforme disposto no Decreto nº 5.023, de 23 de março de 2004, e no art. 5º da Portaria nº 982/MD, de 16 de agosto de 2005, resolve:
CONCEDER
a Medalha da Vitória, às instituições a seguir relacionadas:
COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE
COMPANHIA DE COMANDO DA PRIMEIRA DIVISÃO DE EXÉRCITO
COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 102/DPC, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no. 156, do Comandante da Marinha, de 03 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar a 1a Revisão Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC, aprovada pela Portaria no. 104/03, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 4 de fevereiro de 2004, alterada pela Portaria no 125/DPC, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2006 (Mod 1); pela Portaria no 61/DPC, de 24 de junho de 2009, publicada no DOU de 26 de junho de 2009 (Mod 2); pela Portaria no 30/DPC, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (Mod 3); pela Portaria no 300/DPC, de 10 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2014 (Mod 4); pela Portaria no 8/DPC, de 16 de janeiro de 2017, publicada no DOU 12 de 17 de janeiro de 2017 (Revisão 01) e pela Portaria no 303/DPC, de 24 de outubro de 2017, publicada no DOU de 25 de outubro de 2017 (Mod 1). Esta modificação é denominada Mod 2.

Art. 2º Efetuar as seguintes alterações:

I - No Anexo 2-A, Apêndice 2-A-I, Inciso II - "RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO", alínea c), substituir o texto do item 16) pelo seguinte:

"16) Documento de Verificação e Aceitação de Navios com Posicionamento Dinâmico (MODU CODE, MSC/Circ. 645 da IMO e MSC.1/Circ. 1580 da IMO, conforme aplicável)."

II - No Anexo 4-A, inserir o Apêndice 4-A-15-1, que pode ser obtido na página da DPC na internet, no endereço www.dpc.mar.mil.br.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 103/DPC, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto" (NORMAM-01/DPC), aprovada pela Portaria no 45/DPC, de 11 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de junho de 2005; alterada pela Portaria no 88/DPC, de 25 de outubro de 2005, publicada no DOU de 7 de novembro de 2005 (Mod 1); pela Portaria no 29/DPC, de 17 de março de 2006, publicada no DOU de 27 de março de 2006 (Mod 2); pela Portaria no 33/DPC, de 28 de março de 2006, publicada no DOU de 30 de março de 2006 (Mod 3); pela Portaria no 54/DPC, de 22 de maio de 2006, publicada no DOU de 24 de maio de 2006 (Mod 4); pela Portaria no 113/DPC, de 30 de novembro de 2006, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2006 (Mod 5); pela Portaria no 8/DPC, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no DOU de 9 de fevereiro de 2007 (Mod 6); pela Portaria no 43/DPC, de 27 de março de 2007, publicada no DOU de 29 de março de 2007 (Mod 7); pela Portaria no 28/DPC, de 17 de março de 2008, publicada no DOU de 19 de março de 2008 (Mod 8); pela Portaria no 39/DPC, de 16 de abril de 2008, publicada no DOU de 17 de abril de 2008 (Mod 9); pela Portaria no 65/DPC, de 2 de junho de 2008, publicada no DOU de 3 de junho de 2008 (Mod 10); pela Portaria no 111/DPC, de 20 de outubro de 2008, publicada no DOU de 22 de outubro de 2008 (Mod 11); pela Portaria no 134/DPC, de 8 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 10 de dezembro de 2008 (Mod 12); pela Portaria no 72/DPC, de 9 de julho de 2009, publicada no DOU de 14 de julho de 2009 (Mod 13); pela Portaria no 84/DPC de 22 de julho de 2009, publicada no DOU de 24 de julho de 2009 (Mod 14); pela Portaria no 105 de 31 de agosto de 2009, publicada no DOU de 9 de setembro de 2009 (Mod 15); pela Portaria no 119/DPC, de 18 de setembro de 2009, publicada no DOU de 21 de setembro de 2009 (Mod 16); pela Portaria no 214/DPC, de 8 de outubro de 2010, publicada no DOU de 20 de outubro de 2010 (Mod 17), pela Portaria no 279/DPC, de 22 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 (Mod 18), pela Portaria no 67/DPC, de 6 de abril de 2011, publicada no DOU de 8 de abril de 2011 (Mod 19), pela Portaria no 117/DPC, de 21 de junho de 2011, publicada no DOU de 24 de junho de 2011 (Mod 20), pela Portaria no 156/DPC, de 27 de julho de 2011, publicada no DOU de 27 de julho de 2011 (Mod 21) e pela Portaria no 172/DPC, de 8 de agosto de 2011, publicada no DOU de 12 de agosto de 2011 (Mod 22), pela Portaria no 184/DPC, de 26 de agosto de 2011, publicada no DOU de 02 de setembro de 2011 (Mod 23), pela Portaria no 259/DPC, de 21 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 6 de janeiro de 2012 (Mod 24), pela Portaria no 44/DPC, de 27 de março de 2012, publicada no DOU de 29 de março de 2012 (Mod 25), pela Portaria no 31/DPC, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 27 de fevereiro de 2013 (Mod 26), pela Portaria no 127 de 26 de maio de 2014, publicada no DOU de 28 de maio de 2014 (Mod 27), pela Portaria no 311 de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 09 de janeiro de 2015 (Mod 28), pela Portaria no 315, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (Mod 29), pela Portaria no 357, de 18 de novembro de 2015, publicada no DOU de 19 de novembro de 2015 (Mod 30), pela Portaria no 21, de 28 de janeiro de 2016 (Mod 31), pela Portaria no 193, de 23 de junho de 2016, publicada no DOU de 23 de junho de 2016 (Mod 32), pela Portaria no 287, de 23 de setembro de 2016, publicada no DOU de 27 de setembro de 2016 (Mod 33), pela Portaria no 382, de 28 de novembro de 2016 (Mod 34), publicada no DOU de 30 de novembro de 2016 (Mod 34), pela Portaria no 217, de 31 de julho de 2017, publicada no DOU de 2 de agosto de 2017 (Mod 35), pela Portaria no 253, de 31 de agosto de 2017, publicada no DOU de 1o de setembro de 2017 (Mod 36) e pela Portaria no 33, de 25 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 29 de janeiro de 2018 (Mod 37). Esta modificação é denominada Mod 38.

I - Na Introdução, incluir os itens 7 e 8 com os seguintes textos:

"7-ARQUIVAMENTO E ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos que forem protocolados nas Capitanias, Delegacias e Agências para compor processos nas respectivas Organizações Militares (OM), e que apresentem exigências a cumprir pelo interessado, serão mantidos arquivados por um período máximo de 360 dias, para que no decorrer deste período as exigências possam ser sanadas.

Caso as exigências não sejam sanadas neste período, em virtude da falta de interesse, de providências ou de manifestação formal por parte dos requerentes, ou não sejam retirados, os documentos serão eliminados pelas OM.

Os processos que tenham sido concluídos, com os respectivos documentos emitidos, porém não retirados pelo interessado, ficarão mantidos a disposição por um prazo máximo de 360 dias. Após este prazo, os documentos poderão ser eliminados.

8 - NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS CAPITANIAS DOS PORTOS (NPCP / NPCF)

As NORMAM/DPC possuem abrangência nacional. As especificidades regionais, em virtude das características existentes nas jurisdições das Capitanias, Delegacias e Agências, são complementarmente regulamentadas por meio das respectivas NPCP/NPCF, com vistas à salvaguarda da vida humana, à segurança da navegação no mar aberto e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.".

II - No Capítulo 3 - "CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES", item 0302 - "APLICAÇÃO DE CONVENÇÕES E CÓDIGOS INTERNACIONAIS", alterar o texto da alínea e) e renumerar a alínea e) para f):

"e) Recomendações para embarcações dotadas de Sistemas de Posicionamento Dinâmico

- As embarcações e plataformas dotadas de sistemas de posicionamento dinâmico construídas após 1 de julho de 1994 mas antes de 9 de junho de 2017 deverão atender os requisitos estabelecidos na Circular MSC/Circ.645 da IMO e deverão atender o parágrafo 4 da Circular MSC.1/Circ.1580 da IMO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- As embarcações e plataformas dotadas de sistemas de posicionamento dinâmico construídas a partir de 9 de junho de 2017 deverão atender os requisitos estabelecidos na Circular MSC.1/Circ.1580 da IMO."

III- No Capítulo 9 - "EMBARCAÇÕES E PLATAFORMAS EMPREGADAS NA PROSPECÇÃO E EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E MINERAIS".

a) No item 0903 - "CONVENÇÕES E CÓDIGOS INTERNACIONAIS E CERTIFICAÇÃO APLICÁVEIS ÀS PLATAFORMAS", alínea a), Inciso 8), substituir o texto por:

"8) Recomendações para embarcações dotadas de Sistemas de Posicionamento Dinâmico

- As embarcações e plataformas dotadas de sistemas de posicionamento dinâmico construídas após 1 de julho de 1994 mas antes de 9 de junho de 2017 deverão atender os requisitos estabelecidos na Circular MSC/Circ.645 da IMO e deverão atender o parágrafo 4 da Circular MSC/Circ.1580 da IMO.

- As embarcações e plataformas dotadas de sistemas de posicionamento dinâmico construídas a partir de 9 de junho de 2017 deverão atender os requisitos estabelecidos na Circular MSC/Circ.1580 da IMO."

b) No item 0920 - "COLETES SALVA-VIDAS":

- substituir o texto das alíneas b), c) e d) pelo seguinte:

"b) Nas plataformas fixas, habitadas ou desabitadas, os coletes deverão ser classe II.

c) Os coletes deverão estar estivados de modo a serem prontamente acessíveis e sua localização deverá ser bem indicada.

d) Os coletes salva-vidas deverão ser de homologados pela DPC."

- Inserir a alínea e):

"e) O colete salva-vidas deverá ser marcado conforme estabelecido no item 0406."

c) No item 0928 - "PUBLICAÇÕES", a alínea g) passa a ter a seguinte redação:

"g) Manual de Busca e Salvamento (IAMSAR Vol. III);".

d) No item 0934 - "DEFINIÇÕES", a alínea b) passa a ter a seguinte redação:

"b) Declaração Provisória para Operação de Plataforma - documento, com validade de 90 (noventa) dias, que autoriza a operação da plataforma, navio sonda, FPSO e FSO, até a emissão da Declaração de Conformidade para Operação de Plataforma.".

e) No item 0937 - "PRÉ-REQUSITOS DA PERÍCIA", a alínea b) passa a ter a seguinte redação:

"b) Condições da embarcação/plataforma

A plataforma de perfuração ou navio sonda deverá, antes do início da perícia, estar fundeado/a em águas abrigadas ou em sua área de operação, observando-se as medidas de segurança aplicáveis. A plataforma de produção, FPSO, FSO e plataforma fixa deverá estar posicionada em sua área de operação.".

f) Inserir novo item 0943 - "PLATAFORMAS FIXAS FORA DE OPERAÇÃO":

"0943 - PLATAFORMAS FIXAS FORA DE OPERAÇÃO

As plataformas fixas desabitadas, fora de operação, serão submetidas a inspeções anuais de acordo com a Lista de Verificação contida no Anexo 9-F."

IV - No Anexo 9-E - "PLATAFORMAS FIXAS DESABITADAS / LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA PERÍCIA DE CONFORMIDADE", efetuar as seguintes alterações:

a) No item II - "SETOR INSTALAÇÕES", subitem 18), alínea a), passará ter a seguinte redação:

"a) painéis retangulares na cor amarela, iluminados no período noturno, em cada uma das faces ou no seu entorno com os números em preto, com um metro de altura, contendo a identificação da plataforma; e".

b) No item III - "SETOR MEIOS DE SEGURANÇA E SALVAMENTO", subitem 30), passará ter a seguinte redação:

"a) Os extintores de incêndio, conforme planos de segurança, possuem selo de conformidade do INMETRO? Suas cargas estão dentro do prazo de validade de um ano? Estão marcados com o nome da plataforma?".

V - Inserir Anexo 9-F - "PLATAFORMAS FIXAS DESABITADAS FORA DE OPERAÇÃO / LISTA DE VERIFICAÇÃO", que a esta acompanha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 107/DPC, DE 2 DEABRIL DE 2018

Credencia o Instituto de Ciências Náuticas - ICN para ministrar o Treinamento Intermediário para Condutores de Baleeiras (TICB).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Ciências Náuticas - ICN, CNPJ 04.094.302/0001-27, para ministrar o Treinamento Intermediário para Condutores de Baleeiras (TICB), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, conforme o previsto no item 1104 da NORMAM-01 e fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e tem validade até 31 de outubro de 2020.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 108/DPC, DE 2 DEABRIL DE 2018

Credencia a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Treinamento Intermediário para Condutores de Baleeiras (TICB).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0001-64, para ministrar o Treinamento Intermediário para Condutores de Baleeiras (TICB), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, conforme o previsto no item 1104 da NORMAM-01 e fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e tem validade até 30 de novembro de 2021.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 109/DPC, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso de Embarcações de Sobrevivência e Salvamento (CESS).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0001-64, para ministrar o Curso de Embarcações de Sobrevivência e Salvamento (CESS), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2018 até 30 de novembro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 215/DPC, de 27 de agosto de 2014.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 110/DPC, DE 2 DE ABRIL -DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0001-64, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2018 até 30 de novembro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 214/DPC, de 27 de agosto de 2014.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 111/DPC, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Renova o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda. para ministrar o Curso de Embarcação Rápida de Resgate (CERR).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda., CNPJ 07.070.955/0001-64, para ministrar o Curso de Embarcação Rápida de Resgate (CERR), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de abril de 2018 até 30 de novembro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 216/DPC, de 27 de agosto de 2014.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 112/DPC, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval - NORMAM-07/DPC", aprovadas pela Portaria nº 105/DPC, de 16 dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 12 de fevereiro de 2004; alterada pela Portaria nº 82/DPC, de 6 de outubro de 2004, publicada no DOU de 15 de outubro de 2004 (1ª Modificação); pela Portaria nº 36/DPC, de 26 de abril de 2005, publicada no DOU de 3 de maio de 2005 (2ª Modificação); pela Portaria nº 47/DPC, de 29 de abril de 2008, publicada no DOU de 7 de maio de 2008 (3ª Modificação); pela Portaria nº 144/DPC, de 16 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2008 (4ª modificação); pela Portaria nº 177/DPC, de 23 de novembro de 2009, publicada no DOU de 26 de novembro de 2009 (5ª Modificação); pela Portaria nº 195/DPC, de 8 de agosto de 2014, publicada no DOU de 11 de agosto de 2014 (6ª Modificação); pela Portaria nº 317/DPC, de 19 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015 (7ª Modificação); pela Portaria nº 77/DPC, de 2 de março de 2016, publicada no DOU de 3 de março de 2016 (8ª Modificação); e Portaria nº 227/DPC, de 28 de julho de 2016, publicada no DOU de 1º de agosto de 2016 (9ª Modificação), conforme abaixo especificado. Esta alteração é denominada 10ª Modificação.

I - No Capítulo 3 - "DOS FATOS DECORRENTES DA INSPEÇÃO NAVAL":

a) Seção II - "MEDIDAS ADMINISTRATIVAS":

1. No item 0308 - "APREENSÃO E RETENÇÃO DE EMBARCAÇÃO":

1.1 No 3º parágrafo:

1.1.1 Substituir pelo seguinte texto:

"As embarcações serão apreendidas mediante lavratura do Auto de Apreensão (ANEXO 3-J), sempre que:"; e

II - Incluir como ANEXO 3-J - "AUTO DE APREENSÃO", que acompanha esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

OBS: O Anexo que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 113/DPC, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Renova o credenciamento da empresa FOX Serviços de Manutenção Consultoria Construções e Engenharia Ltda. para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa FOX Serviços de Manutenção Consultoria Construções e Engenharia Ltda., CNPJ 09.505.602/0001-75, para ministrar o Curso de Primeiros Socorros (CPSO), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1° de abril de 2018 até 31 de agosto de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 391/DPC, de 21 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 114/DPC, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Renova o credenciamento da empresa FOX Serviços de Manutenção Consultoria Construções e Engenharia Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa FOX Serviços de Manutenção Consultoria Construções e Engenharia Ltda., CNPJ 09.505.602/0001-75, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 - 3ª Revisão

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1° de abril de 2018 até 31 de agosto de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 392/DPC, de 21 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 115/DPC, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Credencia a Empresa OCEANSAT do Brasil Treinamentos ME para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa OCEANSAT do Brasil Treinamentos ME, CNPJ 81.316.069/0001-20, no município de Itajaí/SC, para ministrar os cursos do EPM, a seguir relacionados, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM):

- Curso Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL);

- Curso Especial Básico de Navios-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ); e

- Curso Especial de Gerência de Passadiço para Oficiais (EGPO).

Parágrafo Único - A execução desses cursos dar-se-á sob a supervisão da Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí (Dellatajaí), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela OCEANSAT as recomendações e prescrições da NORMAM-30/DPC. Para aplicação de cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no item 1.13.2 da referida norma, com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos, e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Art. 3º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a OCEANSAT deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a OCEANSAT a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a OCEANSAT à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da OCEANSAT.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta portaria, podendo ser renovado por igual período.

Art. 6º Esta portaria cancela e substitui a Portaria nº168/DPC, de 22 de junho de 2017, e entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 307, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Homologa o Parecer CNE/CES nº 127/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que versa a respeito do credenciamento por aditamento do campus fora de sede da Universidade Federal de Pernambuco.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e o art. 49 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 127/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e no Parecer nº 00383/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação CONJUR-MEC/CGU/AGU, proferidos nos autos do Processo nº 23123.000662/2018-26, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 127/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e devidamente credenciado o campus fora de sede da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sediada no município de Recife, no estado de Pernambuco, mantida pelo Ministério da Educação, com sede em Brasília, no Distrito Federal, a ser instalado no município de Goiana, no estado de Pernambuco, nos termos do art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017, com a oferta inicial dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BICT; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Exatas; Engenharia Urbana e Ambiental, bacharelado; Engenharia de Computação, bacharelado; Engenharia Elétrica e Eletrônica, bacharelado; e Ciências Farmacêuticas, bacharelado.

Art. 2º Nos termos do § 1º do art. 32 do Decreto nº 9.235, de 2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e gozará de prerrogativas de autonomia, desde que observado o disposto nos incisos I e II do art. 17 do referido Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria nº 325, de 17 de abril de 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant - IBC, aprovado pela Portaria MEC nº 325, de 17 de abril de 1998, e alterado pelas Portarias MEC nº 1.337, de 7 de dezembro de 1998, e nº 1.066, de 10 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO I

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Instituto Benjamin Constant - IBC, criado pelo Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, com a denominação dada pelo Decreto nº 1.320, de 24 de janeiro de 1891, órgão específico singular do Ministério da Educação - MEC, conforme Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, dotado de autonomia limitada, e centro de referência nacional na área da deficiência visual, subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação, compete:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, quanto à temática da deficiência visual;

II - promover a ascensão intelectual, social e humana da pessoa com deficiência visual, mediante sua competência como órgão de pesquisa e educação, visando garantir o atendimento educacional e reabilitacional;

III - ofertar Educação Precoce, Ensino Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas articulada e subsequente, às pessoas com deficiência visual;

IV - promover e realizar cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu, extensão e aperfeiçoamento, na temática da deficiência visual;

V - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, de saúde, e de inclusão das pessoas com deficiência visual;

VI - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas, na área da deficiência visual;

VII - desenvolver, produzir e distribuir material especializado;

VIII - produzir e distribuir impressos em braille e no formato para baixa visão;

IX - promover o desenvolvimento pedagógico por meio de pesquisas, cursos e publicações na temática da deficiência visual;

X - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional, visando possibilitar, às pessoas com deficiência visual, o pleno exercício da cidadania; e

XI - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas com deficiência visual.

§ 1º O Educandário do Instituto Benjamin Constant funcionará em regime de externato e de semi-internato, considerando-se a realidade socioeconômica e a localidade de residência do educando.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O IBC tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB;

2. Departamento de Educação - DED;

2.1. Divisão de Ensino - DEN;

2.2. Divisão de Assistência ao Educando - DAE;

2.3. Divisão de Atividades Culturais e de Lazer - DAL;

2.4. Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica - DOE;

3. Departamento Técnico Especializado - DTE;

3.1. Divisão de Imprensa Braille - DIB;

3.2. Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado - DPME;

4. Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação - DMR;

4.1. Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional - DPMO;

4.2. Divisão de Orientação e Acompanhamentos - DOA;

4.3. Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional - DRT;

5. Departamento de Planejamento e Administração - DPA;

5.1. Divisão de Pessoal - DP;

5.2. Divisão de Serviços Gerais - DSG;

5.3. Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - DOF;

5.4. Divisão de Material e Patrimônio - DMP;

6. Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;

6.1. Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa - DPP; e

6.2. Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento - DEA.

Art. 3º O IBC, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente, será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, o Gabinete e as Divisões por Chefe.

§ 1º O Diretor-Geral do IBC será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação para exercer mandato de quatro anos, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo.

§ 2º O Diretor-Geral do IBC será escolhido entre os servidores ativos em efetivo exercício do quadro do Instituto, há pelo menos cinco anos, que tenham formação de nível superior, e serão indicados em lista tríplice.

§ 3º O processo para a escolha dos nomes que comporão a lista tríplice será conduzido pelo Conselho Diretor, observando os seguintes critérios:

I - poderão compor o Colégio Eleitoral para a indicação da lista tríplice servidores ativos e em efetivo exercício; alunos de dezesseis anos completos que não estejam com matrícula trancada ou suspensos por indisciplina; alunos reabilitandos inscritos nos cursos de qualificação a partir do décimo terceiro mês ou que estejam no primeiro ano, desde que frequentando regularmente o Programa de Reabilitação há pelo menos dois anos; médicos residentes, matriculados a partir do segundo ano, com frequência regular no Programa de Residência Médica; e servidores públicos federais cedidos;

II - para efeito de composição da lista tríplice, serão considerados somente os três primeiros nomes mais votados, sendo a votação uninominal; e

III - Na composição do Colégio Eleitoral, os votos dos servidores terão peso de oitenta por cento e os dos demais votantes, vinte por cento.

§ 4º A lista tríplice, acompanhada dos currículos e respectivos planos de gestão dos candidatos a Diretor-Geral, deverá ser encaminhada pelo Diretor-Geral ao Ministro de Estado da Educação.

Art. 4º Para o desempenho de suas atribuições, o Diretor-Geral do IBC contará com o apoio de dois Assessores, de dois Assistentes e de dois Secretários e, os Diretores contarão cada um, respectivamente, com um Secretário.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa;

II - coordenar, supervisionar e orientar o desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas no âmbito do Gabinete; e

III - coordenar e promover as atividades de comunicação social do Instituto.

Art. 6º Ao Departamento de Educação compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades nas diferentes áreas do Educandário, e especificamente:

I - prestar assistência técnico-pedagógica a outras instituições e aos sistemas de ensino na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Continuada, de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI-MEC;

II - articular-se com instituições educacionais públicas ou privadas, com vistas a expansão de atividades técnico-educacionais;

III - participar do planejamento, supervisão e avaliação de estágios e cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de atualização para docentes e pessoal que desempenhe ou que venha a desempenhar atividades em educação especial na área da deficiência visual em entidades ou nos sistemas de ensino; e

IV - promover a integração entre as suas diversas unidades.

Art. 7º À Divisão de Ensino compete:

I - planejar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, visando à formação integral do educando para o exercício da cidadania;

II - orientar os professores na execução dos programas curriculares a serem adotados pelo Educandário;

III - organizar, em conjunto com o corpo docente, a formação de turmas, o calendário escolar e os horários de funcionamento das atividades pedagógicas;

IV - sugerir programas que visem ao atendimento das pessoas cegas e de baixa visão em outras instituições educacionais; e

V - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração ou adaptação de livros em braille, quando necessário, em consonância com a Divisão de Imprensa Braille.

Art. 8º À Divisão de Assistência ao Educando compete:

I - participar do planejamento integrado do Instituto, no que se refere ao estabelecimento das normas disciplinares e à organização das atividades diárias dos educandos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - participar das reuniões pedagógicas e dos Conselhos de Classe;

III - participar de reuniões com pais ou responsáveis sempre que necessário;

IV - garantir o cumprimento das normas disciplinares vigentes na Instituição;

V - orientar a movimentação e acompanhar a frequência dos educandos nas diversas atividades escolares;

VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades dos Assistentes de Alunos;

VII - controlar as saídas e regressos dos educandos;

VIII - guardar, distribuir e controlar a utilização do material didático destinado ao aluno; e

IX - zelar pela higiene pessoal do aluno, orientando-o sempre que necessário.

Art. 9º À Divisão de Atividades Culturais e de Lazer compete:

I - administrar, elaborar e realizar a programação do museu, do teatro, da biblioteca e do espaço cultural do Instituto;

II - promover programas de atividades socioculturais, artísticas e cívicas;

III - propiciar apoio ao coral do Instituto, na realização de suas programações artísticas e culturais;

IV - participar da elaboração do calendário cívico escolar;

V - planejar, coordenar e executar festividades do calendário cívico oficial e outras atividades socioculturais, em ação conjunta com as demais unidades do IBC;

VI - divulgar os eventos da instituição, promovendo intercâmbio com outras entidades;

VII - coordenar, supervisionar e avaliar as atividades culturais e recreativas desenvolvidas no Educandário, por profissionais especializados;

VIII - organizar e manter a biblioteca com acervo em braille, no sistema comum e ampliado de escrita, em áudio e digital, bem como o acervo histórico do Instituto, incentivando a sua utilização para fins didáticos culturais; e

IX - organizar, manter e dinamizar o Museu Escola do Instituto Benjamin Constant, visando registrar e documentar a história do Instituto e a trajetória da educação dos deficientes visuais no Brasil.

Art. 10. À Divisão de Orientação Educacional, Fonoaudiológica e Psicológica compete:

I - planejar, implementar e avaliar o desenvolvimento da orientação educacional no contexto escolar;

II - participar do desenvolvimento do currículo, fornecendo subsídios que permitam a caracterização do perfil do educando;

III - estabelecer estratégias de atuação que possibilitem o desenvolvimento de um ambiente educacional que favoreça o processo ensino-aprendizagem;

IV - detectar problemas no desenvolvimento social do educando, estabelecendo programas que objetivem a superação das dificuldades observadas;

V - promover, periodicamente, reuniões de pais ou responsáveis dos alunos, intensificando a relação família-escola e mobilizando-os para a participação ativa e colaboradora no processo educacional em todos os segmentos;

VI - prestar orientação educacional, individualmente ou em grupo, possibilitando às pessoas cegas e de baixa visão, experiências que favoreçam:

a) seu autoconhecimento em relação a interesses, potencialidades e responsabilidades, conscientizando-as como indivíduos produtivos e participantes da sociedade; e

b) a análise e a avaliação de suas relações interpessoais no ambiente escolar, no contexto familiar e na comunidade onde está inserida;

VII - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula, por meio de entrevista e avaliação;

VIII - prestar orientação individual ou em grupo de alunos, de pais e responsáveis, no processo de reabilitação, para o ajustamento do educando à família, à escola, ao trabalho e à sociedade;

IX - fornecer subsídios para a elaboração de programas pedagógicos, compatíveis com as condições individuais dos educandos;

X - desenvolver atividades de prevenção, com base em ações da equipe multidisciplinar da Instituição;

XI - participar de projetos, estudos e pesquisas que visem fornecer subsídios para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem e a integração do educando e do reabilitando à comunidade;

XII - participar de Conselhos de Classes e Reuniões Pedagógicas; e

XIII - prestar atendimento fonoaudiológico.

Art. 11. Ao Departamento Técnico-Especializado compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades técnicas de desenvolvimento e produção de materiais e impressos especializados e, especificamente:

I - produzir materiais e impressos especializados destinados ao atendimento educacional, de reabilitação e de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual;

II - manter intercâmbio nacional e internacional com instituições congêneres ou não, objetivando acompanhar o desenvolvimento de tecnologias na área da deficiência visual, com vistas à produção de material especializado e à troca de experiências;

III - orientar os sistemas de ensino e demais instituições quanto à adaptação de materiais, tecnologias e equipamentos para o atendimento educacional, de reabilitação e de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual;

IV - fornecer subsídios técnicos a outras instituições, bem como aos sistemas de ensino, no desenvolvimento de material didático-pedagógico e de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual;

V - gerir a produção e distribuição de todos os materiais e impressos especializados;

VI - promover congressos, seminários e palestras concernentes às atividades do Departamento; e

VII - atuar em articulação com as demais unidades da Instituição.

Art. 12. À Divisão de Imprensa Braille compete:

I - adaptar, transcrever e revisar livros, revistas e textos diversos para o Sistema Braille;

II - adaptar, editorar e revisar livros, revistas e textos diversos em formato para baixa visão;

III - produzir e revisar representações gráficas em relevo, utilizando softwares compatíveis com estereotipias braille e impressoras braille computadorizadas;

IV - imprimir, encadernar e distribuir livros, revistas e textos diversos no Sistema Braille e no formato para baixa visão a instituições que atendam pessoas com deficiência visual;

V - editar e publicar os periódicos Revista Brasileira para Cegos e Pontinhos, em braille e no formato para baixa visão;

VI - editar e publicar obras de servidores do IBC, relacionadas às suas pesquisas e/ou práticas institucionais, em Braille e no formato para baixa visão; e

VII - divulgar e manter atualizado catálogo de títulos produzidos.

Art. 13. (Revogado)

Art. 14. À Divisão de Desenvolvimento e Produção de Material Especializado compete:

I - desenvolver, adaptar e produzir materiais didático-pedagógicos na temática da deficiência visual;

II - realizar, em articulação com as demais unidades da Instituição, estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento, aplicação e disseminação de metodologias, tecnologias e materiais pedagógicos na temática da deficiência visual;

III - adaptar, gravar, editar e revisar audiolivros e livros digitais acessíveis;

IV - imprimir e encadernar materiais especializados;

V - distribuir materiais especializados, audiolivros e livros digitais acessíveis para instituições que atendam pessoas com deficiência visual; e

VI - divulgar e manter atualizado catálogo de títulos produzidos.

Art. 15. (Revogado)

Art. 16. Ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação compete:

I - planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e promover a execução das atividades médico-odontológicas, de enfermagem e nutricionais, voltadas ao processo ensino-aprendizagem, prevenção das causas da cegueira, atendimentos em reabilitação terapêutica, social, preparação para o trabalho, encaminhamento e acompanhamento profissional;

II - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da saúde, com vistas a subsidiar os programas da área educacional;

III - promover e realizar eventos e ações que visem à informação de temas relativos à prevenção das causas da cegueira e à integração das pessoas cegas e de baixa visão; e

IV - promover a integração entre as suas diversas unidades.

Art. 17. À Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico, Odontológico e Nutricional compete:

I - prestar assistência médica, odontológica e de enfermagem aos alunos e aos reabilitandos;

II - participar, em consonância com o Departamento de Educação, da programação de atividades compatíveis com as condições individuais dos alunos;

III - estabelecer procedimentos e indicar recursos para melhor utilização da visão reduzida;

IV - prestar serviço oftalmológico à comunidade para fins de ensino e pesquisa;

V - desenvolver estudos e atividades embasados nos resultados das pesquisas, prioritariamente, na prevenção das causas da cegueira;

VI - garantir, prioritariamente, o acompanhamento oftalmológico permanente ao educando e ao reabilitando;

VII - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula por meio de avaliação oftalmológica e nutricional;

VIII - coordenar e supervisionar todas as atividades relativas à alimentação do educando; e

IX - promover, em articulação com outras entidades, cursos de especialização, congressos, palestras, seminários e outros eventos.

Art. 18. À Divisão de Orientação e Acompanhamentos compete:

I - participar do processo de triagem dos candidatos à matrícula, por meio de avaliação social;

II - realizar atendimento social, orientando alunos, pais ou responsáveis;

III - participar de ações que visem à integração educacional, profissional e social do educando e do reabilitando; e

IV - atuar, de forma multidisciplinar, em estudos, projetos e pesquisas desenvolvidos pelo Instituto.

Art. 19. À Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional compete:

I - desenvolver atividades para o uso do Sistema Braille, de equipamentos para cálculos, orientação e mobilidade e de outras técnicas para a integração social do reabilitando e a integração do educando;

II - realizar pesquisa de mercado de trabalho com vistas a preparação para o trabalho e encaminhamento profissional do educando e do reabilitando;

III - supervisionar estágios e treinamento do educando e do reabilitando em entidades que propiciem atividades profissionalizantes;

IV - desenvolver programas de estimulação da visão funcional do educando e do reabilitando;

V - estabelecer procedimentos e indicar recursos para melhor utilização da baixa visão; e

VI - manter atualizado catálogo das atividades profissionais que podem ser desempenhadas por pessoas portadoras de deficiência visual.

Art. 20. Ao Departamento de Planejamento e Administração compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades nas áreas de planejamento, de orçamento e finanças, de pessoal, de serviços gerais e administração de material e patrimônio na forma da legislação específica, bem como promover a integração entre as suas diversas unidades.

Art. 21. À Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - realizar atividades referentes à execução orçamentária e financeira;

II - fornecer subsídios para o planejamento administrativo e para os planos de aplicação de dotações globais do Instituto;

III - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual do Instituto;

IV - propor a abertura de créditos adicionais;

V - acompanhar, controlar e avaliar a execução orçamentária do Instituto;

VI - promover a execução física e orçamentária, propondo as devidas alterações;

VII - acompanhar e controlar, orçamentária e financeiramente os contratos, convênios e outras formas de ajustes, firmados pelo Instituto;

VIII - emitir e controlar as notas de empenho, guias de recebimento, notas de lançamento e ordens bancárias no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI;

IX - conferir a prestação de contas de suprimentos de fundos;

X - elaborar a programação financeira de desembolso;

XI - realizar a conciliação bancária; e

XII - processar as requisições de passagens e os pagamentos de diárias.

Art. 22. À Divisão de Pessoal compete:

I - manter atualizados os registros funcionais dos servidores e processar a documentação pertinente na forma da legislação em vigor;

II - manter atualizada a lotação numérica e nominal do Instituto;

III - instruir processos referentes aos direitos, deveres, vantagens e responsabilidades do pessoal;

IV - preparar as folhas e demais documentos de pagamento de pessoal;

V - registrar e controlar as disponibilidades financeiras para despesas de pessoal; e

VI - fornecer dados para elaboração da proposta orçamentária das despesas com pessoal.

Art. 23. À Divisão de Serviços Gerais compete:

I - manter controle sobre a entrada e saída de pessoas nas dependências do Instituto;

II - controlar a entrada, a circulação e a saída de documentos, por meio de protocolo;

III - operar e manter em funcionamento os equipamentos de telefonia, reprografia, fax e outros instrumentos de imagem e som;

IV - controlar as atividades relativas à vigilância e à utilização de veículos; e

V - manter, em bom estado de conservação e uso, os bens móveis e imóveis do Instituto.

Art. 24. À Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - receber, distribuir e controlar os bens móveis;

II - receber, cadastrar, controlar e distribuir materiais de consumo;

III - manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do Instituto;

IV - propor as alienações, as cessões e as doações de bens móveis; e

V - controlar o estoque de material de consumo, a fim de propor a sua reposição.

Art. 24-A. Ao Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão compete:

I - planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades concernentes à formação, pesquisa, extensão e a publicações na área da deficiência visual, e especificamente:

II - promover e incentivar pesquisas, estudos e projetos de extensão, na temática da deficiência visual;

III - promover e incentivar pesquisas e cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, aperfeiçoamento e extensão, na temática da deficiência visual;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - propor e definir, em articulação com os demais Departamentos da Instituição, as linhas de pesquisa do IBC;

V - fomentar e divulgar experiências e conhecimentos na temática da deficiência visual;

VI - captar e divulgar programas e editais de fomento à pesquisa e a projetos de extensão para a comunidade interna e pesquisadores associados;

VII - subsidiar a Comissão Técnica-Científica e o Comitê de Ética em Pesquisa;

VIII - viabilizar as publicações da Instituição;

IX - analisar e viabilizar, em articulação com os demais Departamentos, projetos e cursos de extensão e aperfeiçoamento, na temática da deficiência visual, propostos pela instituição;

X - viabilizar a realização de projetos externos de pesquisa e extensão, na temática da deficiência visual, previamente analisados e aprovados pelos Departamentos do IBC;

XI - promover, em articulação com outras instituições, cursos de extensão e aperfeiçoamento, na temática da deficiência visual;

XII - analisar e viabilizar a participação de representantes do IBC em palestras, seminários e outros eventos na temática da deficiência visual;

XIII - viabilizar os programas de estágios e de voluntariado da Instituição, de acordo com a legislação vigente;

XIV - promover congressos, seminários e palestras concernentes às atividades do Departamento; e

XV - atuar em articulação com as demais unidades da Instituição.

Art. 24-B. À Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa compete:

I - coordenar, implementar e supervisionar cursos de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, na temática da deficiência visual;

II - regular, coordenar e divulgar as linhas de pesquisa da Instituição;

III - incentivar e apoiar estudos, pesquisas e projetos de extensão vinculados à pesquisa na temática da deficiência visual, em consonância com as linhas de pesquisa da Instituição;

IV - gerenciar, em articulação com as demais unidades da Instituição, procedimentos necessários à viabilização de estudos, pesquisas e extensão vinculada à pesquisa, desenvolvidos no IBC;

V - disponibilizar e divulgar resultados de estudos, pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos na Instituição;

VI - organizar, editar e publicar revistas e livros acadêmicos e técnico-científicos da Instituição, em diferentes formatos; e

VII - manter e disponibilizar o acervo bibliográfico especializado da Instituição, oferecendo ambientes e equipamentos acessíveis para os usuários com deficiência visual.

Art. 24-C. À Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento compete:

I - coordenar, executar e supervisionar projetos de extensão e cursos de aperfeiçoamento e extensão, desenvolvidos pelo IBC, na temática da deficiência visual, analisados e autorizados pelos Departamentos da Instituição;

II - cadastrar e encaminhar projetos externos de extensão, desvinculados de projetos de pesquisa, previamente analisados e aprovados pelos Departamentos do IBC;

III - coordenar e executar, em articulação com outras instituições, cursos de extensão e aperfeiçoamento, na temática da deficiência visual, a serem realizados fora do IBC;

IV - intermediar a participação de representantes do IBC em palestras, seminários e outros eventos sobre a temática da deficiência visual;

V - coordenar e supervisionar, em ação conjunta com as demais unidades da Instituição, o programa de estágio; e

VI - coordenar e supervisionar, em ação conjunta com as demais unidades da Instituição, o programa de voluntariado.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 25. Ao Diretor Geral do IBC incumbe:

I - dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto;

II - decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do Instituto;

III - gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto;

IV - assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração, cheques e empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos;

V - celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução das finalidades do Instituto, ouvido o Conselho Diretor;

VI - controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente;

VII - baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do Instituto; e

VIII - representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Art. 26. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais;

II - assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto;

III - controlar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do Instituto;

IV - compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto;

V - propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos; e

VI - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

Art. 27. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - prestar assistência ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam o exercício dos processos de planejamento e de tomada de decisões sobre assuntos pertinentes à sua área de atuação no Instituto;

II - coordenar a elaboração da programação anual e plurianual de seus respectivos Departamentos;

III - coordenar a implantação dos trabalhos programados e a utilização dos recursos disponíveis;

IV - controlar os padrões de desempenho e qualidade dos serviços em nível de unidades, planos, programas e projetos;

V - proceder à avaliação periódica de desempenho dos servidores em exercício nas unidades sob sua supervisão;

VI - participar de equipes multidisciplinares na sua área de competência; e

VII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

Art. 28. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades de competência das respectivas unidades;

II - assistir ao respectivo Diretor nos assuntos de sua competência;

III - propor medidas que visem a racionalização dos trabalhos afetos às respectivas unidades; e

IV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos das respectivas unidades.

CAPÍTULO V

CONSELHO DIRETOR

Art. 29. O IBC contará com um Conselho Diretor composto pelos seguintes membros:

I - Diretor-Geral do Instituto, que o presidirá;

II - Diretores dos Departamentos do Instituto ou seus substitutos legais;

III - (Revogado)

IV - um representante do corpo docente ou seu suplente, eleitos por seus pares;

V - um representante do corpo técnico-administrativo ou seu suplente, eleitos por seus pares;

VI - um representante do corpo discente ou seu suplente, eleitos por seus pares; e

VII - um representante da Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC ou seu suplente, na qualidade de pai de aluno efetivo, eleitos por seus pares.

§ 1º O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário;

§ 2º O mandato dos eleitos será de dois anos.

Art. 30. O exercício do mandato do Conselho Diretor é função relevante, não cabendo por ele qualquer remuneração.

Art. 31. Os membros do Conselho Diretor não poderão exercer, cumulativamente, funções na Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD e na Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo - CPPTA.

Art. 32. As normas de funcionamento do Conselho Diretor serão estabelecidas em ato próprio, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 33. Ao Conselho Diretor compete:

I - propor as diretrizes básicas que deverão nortear o funcionamento de todas as atividades do Instituto, em consonância com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal;

II - participar do planejamento da ação global da Instituição e acompanhar sua execução;

III - opinar sobre a proposta orçamentária a ser encaminhada à autoridade competente;

IV - expedir normas para constituição da CPPD e da CPPTA e aprovar seus respectivos Regimentos Internos;

V - dispor sobre normas e critérios, em consonância com as CPPD e com a CPPTA, para avaliação do desempenho das atividades diretamente relacionadas ao exercício do cargo ou emprego dos docentes e dos técnicos-administrativos, observado o disposto na Portaria MEC nº 475, de 26 de agosto de 1987, ou em dispositivos legais que a venham substituir;

VI - estabelecer critérios de caráter específico para realização de concurso público para ingresso no Instituto e aprovar as normas específicas propostas pela CPPD e CPPTA, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

VII - aprovar as normas e critérios de progressão por mérito, propostas pelas CPPD e CPPTA, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

VIII - propor alterações no Regimento Interno do IBC; e

IX - conduzir o processo de escolha dos nomes que comporão a lista tríplice para nomeação do Diretor-Geral.

Art. 34. O dia 17 de setembro será considerado data comemorativa de instalação do IBC.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão dirimidos pelo Diretor-Geral do Instituto." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DE 3 DE ABRIL DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 75/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.030, de 29 de setembro de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que autorizou o curso de Fisioterapia, bacharelado, com cento e quarenta vagas anuais, que será ministrado pela Faculdade Unirb - Mossoró, com sede no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Educacional Mater Christi Ltda., sediada na rua Ferreira Itajuba, nº 745, bairro Santo Antônio, no mesmo município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, conforme consta do Processo nº 00732.000506/2018-91 (Registro e-MEC nº 201608477).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 76/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES nº 1.253, de 7 de dezembro de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia de Produção, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Castro Alves - FCA, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, mantida pelo Centro Universitário da Bahia Ltda., sediado no município de Alagoinhas, no estado da Bahia, com duzentas vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.000505/2018-47 (Registro e-MEC nº 201607367).

MENDONÇA FILHO
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

(Complementar à Publicada no DOU de 23/3/2018, Seção 1, pp. 14 a 15)
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 5, 6, 7 E 8 DO MÊS DE FEVEREIRO/2018
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000017/2018-90 Parecer: CNE/CES 70/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Recurso contra o indeferimento do pedido de reconsideração da Avaliação Quadrienal de 2013 a 2016, do Programa de Mestrado Profissional em Bioenergia da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 7, de 11 de dezembro de 2017, não conheço do recurso quanto ao indeferimento do pedido de reconsideração da Avaliação Quadrienal de 2013 a 2016, do Programa de Mestrado Profissional em Bioenergia da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, e recomendo que, somente após vencidas todas as fases recursais no âmbito da Capes, a Faculdade de Tecnologia e Ciência recorra do resultado avaliativo ao CES/CNE, exclusivamente quanto a erro de fato ou de direito, devidamente comprovado. Desse modo, responda-se ao interessado nos termos deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.017324/2011-43 Parecer: CNE/CES 73/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Associação Pestalozzi de Niterói - Niterói/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que, por meio do Despacho nº 31, de 24 de março de 2015, publicado no DOU em 25 de março de 2015, determinou o descredenciamento da Escola Superior de Ensino Helena Antipoff - Eseha, com sede no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso, nos para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando o Despacho nº 31, de 24 de março de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior (SERES/MEC), do Ministério da Educação, que descredenciou a Escola Superior de Ensino Helena Antipoff - Eseha, com sede no município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201361438 Parecer: CNE/CES 79/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Faculdade Angel Vianna - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recredenciamento da Faculdade Angel Vianna (FAV), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Angel Vianna, com sede na rua Jornalista Orlando Dantas, nº 2, bairro Botafogo, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077561 Parecer: CNE/CES 85/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Instituição Universitária Moura Lacerda - Ribeirão Preto/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Moura Lacerda - CUML, com sede no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Moura Lacerda - CUML, com sede na Rua Padre Euclides, nº 995, Campos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Elísios, no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 3 de abril de 2018.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

SÚMULA DE PARECERES

(Complementar à Publicada no DOU de 23/3/2018, Seção 1, p. 15)
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 5, 6, 7 E 8 DO MÊS DE MARÇO/2018
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201505938 Parecer: CNE/CES 97/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: CETEC Educacional S.A. - São José dos Campos/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário ETEP por transformação da Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos, com sede no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário ETEP, por transformação da Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 882, bairro Jardim Esplanada, no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201355375 Parecer: CNE/CES 98/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Única Educacional Ltda. - Brasília/DF Assunto: Credenciamento da Faculdade Promove de Curvelo - Facurvelo, a ser instalada no município de Curvelo, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Promove de Curvelo - Facurvelo, a ser instalada na Avenida JK, nº 1.441, Jockey Club, no município de Curvelo, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Agronegócio, tecnológico; e Engenharia Civil, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201608981 Parecer: CNE/CES 99/2018 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Associação Obras Sociais da Diocese de Abaetetuba - Abaetetuba/PA Assunto: Credenciamento da Faculdade Católica de Abaetetuba (FCAB), a ser instalada no município de Abaetetuba, no estado do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Católica de Abaetetuba, a ser instalada na rua Padre Luiz Varela, nº 1636, centro, no município de Abaetetuba, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Gestão Ambiental, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201702233 Parecer: CNE/CES 100/2018 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Itapeva, no município de Itapeva, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Itapeva, a ser instalada na Rua Benjamin Constant, nº 654, bairro Jardim Ferrari, no município de Itapeva, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Direito, bacharelado, e Segurança Privada, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607946 Parecer: CNE/CES 101/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Cosmos de Educação Superior Ltda. - EPP - Manaus/AM Assunto: Credenciamento da Faculdade Cosmos de Manaus (Facman), a ser instalada no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Cosmos de Manaus (Facman), a ser instalada na Avenida Cosme Ferreira, nº 631, Aleixo, no município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Pedagogia, licenciatura; e Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201608771 Parecer: CNE/CES 102/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Escola de Educação Superior São Jorge - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade (UniDrummond), por transformação da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade (UniDrummond), por transformação da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, com sede na Rua Professor Pedreira de Freitas, nº 415, bairro Tatuapé, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610337 Parecer: CNE/CES 103/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: SESG - Sociedade de Educação Superior Guairacá Ltda. - Guarapuava/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Guairacá de Prudentópolis (FGP), a ser instalada no município de Prudentópolis, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Guairacá de Prudentópolis (FGP), a ser instalada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.012, no município de Prudentópolis, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Educação Física, bacharelado; Agronegócio, tecnológico; e Administração bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201600763 Parecer: CNE/CES 104/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento do Centro Universitário IBMR, com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário IBMR, com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601380 Parecer: CNE/CES 105/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Santo Antônio de Jesus, a ser instalada no município de Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Santo Antônio de Jesus, a ser instalada na Praça Félix Gaspar, nº 1, Centro, no município de Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia, observando-se o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Ciências Contábeis, bacharelado, Administração, bacharelado, Engenharia Mecânica, bacharelado, e Engenharia Elétrica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601539 Parecer: CNE/CES 106/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Centro de Ensino Superior de Goiana Ltda. - ME - Goiana/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade de Goiana (FAG), a ser instalada no município de Goiana, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Goiana (FAG), a ser instalada na Avenida Manoel Carlos de Mendonça nº 47, bairro Nova Goiana, no município de Goiana, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201603718 Parecer: CNE/CES 107/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras Itabira, a ser instalada no munícipio de Itabira, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras Itabira, a ser instalada na Rua Santana, nº 235, Penha, no município de Itabira, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado; e Engenharia Mecânica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502739 Parecer: CNE/CES 109/2018 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessado: Centro de Educação Superior Malipe Ltda. - ME - Francisco Beltrão/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Malipe, a ser instalada no município de Francisco Beltrão, no estado do Paraná Voto da relatora: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Malipe, que seria instalada na avenida Júlio Assis Cavalheiro, nº 1.133, centro, no município de Francisco Beltrão, no estado do Paraná, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201508046 Parecer: CNE/CES 110/2018 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Grupo IBMEC Educacional S.A - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade IBMEC São Paulo - IBMEC/SP, a ser instalada no munícipio de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade IBMEC São Paulo - IBMEC/SP, a ser instalada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 90, Vila Olímpia, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Ciências Econômicas, bacharelado; e Relações Internacionais, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201602066 Parecer: CNE/CES 111/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Betim (FMN Betim), a ser instalada no munícipio de Betim, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Betim, a ser instalada na rua Pirapora, nº 711, bairro Vila Cristina, no município de Betim, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; e Ciências Contábeis, bacharelado, com número de vagas totais anuais fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607942 Parecer: CNE/CES 113/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Inaci Associação de Ensino - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.365, de 21 de dezembro de 2017, publicado no DOU em 22 de dezembro de 2017, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, da Faculdade de Tecnologia Finaci, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.365, de 21 de dezembro de 2017, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade de Tecnologia Finaci, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.007609/2017-61 Parecer: CNE/CES 115/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Associação São Bento de Ensino - Araraquara/SP Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 553/2017, indeferiu o pedido de aumento do número de vagas do curso de graduação em Medicina da Universidade de Araraquara (UNIARA), com sede no município de Araraquara, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES nº 553/2017, para autorizar o aumento de 50 (cinquenta) vagas totais anuais do curso de Medicina, bacharelado, a ser oferecido pela Universidade de Araraquara - UNIARA, com sede na rua Voluntários da Pátria, nº 1.309, centro, no município de Araraquara, no estado de São Paulo, passando a ofertar 150 (cinco e cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.038499/2017-80 Parecer: CNE/CES 126/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (SERES/MEC) - Brasília/DF Assunto: Consulta da SERES sobre a alteração de denominação de mantida. Questionamento à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) sobre a aplicabilidade dos critérios estabelecidos pela Portaria Normativa MEC nº 10, de 18 de maio de 2017 Voto do relator: É admissível a utilização da partícula UNI desde que precedida dos substantivos Faculdade ou Instituto de Educação Superior, por instituições de educação superior organizadas academicamente como Faculdades ou Institutos isolados, desde que observados os termos do artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 7/2008 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610032 Parecer: CNE/CES 130/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Instituto Phorte de Educação Ltda. - ME - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Instituto Phorte de Educação e Tecnologia (IPET), a ser instalado no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto Phorte de Educação e Tecnologia (IPET), a ser instalado na rua Treze de Maio, nº 681, bairro Bela Vista, no município de São Paulo, no estado de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Pedagogia, licenciatura; Processos Gerenciais, tecnológico e Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201353890 Parecer: CNE/CES 131/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento por aditamento de campus fora de sede, para o funcionamento dos cursos de graduação em Gestão Comercial, tecnológico, e Processos Gerenciais, tecnológico, do Campus Ponta Grossa da Universidade Positivo, a ser instalado no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do campus fora de sede da Universidade Positivo - UP, sediada no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, a ser instalado na Rua Silva Jardim, nº 811, Centro, no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, nos termos do artigo 10, do Decreto nº 9.235/2017, com a oferta inicial dos cursos de Gestão Comercial, tecnológico, e Processos Gerenciais, tecnológico. Nos termos do § 1º do artigo 32 do Decreto nº 9.235/2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e gozará de prerrogativas de autonomia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414086 Parecer: CNE/CES 132/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Sistema Integrado de Educação Ltda. - ME - Brasília/DF Assunto: Credenciamento da Faculdade de Tecnologia Sistema Integrado de Educação Ltda., a ser instalada em Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Sistema Integrado de Educação Ltda. - FTSIEL, que seria instalada na Chácara 54, bloco A, sobrelojas 16 a 25, Centro Comercial CENTERMIX, bairro Vicente Pires, em Brasília, no Distrito Federal, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201609240 Parecer: CNE/CES 133/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Rehagro - Recursos Humanos no Agronegócio Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Rehagro (Rehagro), a ser instalada no munícipio de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Rehagro - Rehagro, a ser instalada na Rua Santa Fé, nº 100, Sion, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Gestão Financeira, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507721 Parecer: CNE/CES 134/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Faculdades Integradas do Sudoeste Mineiro Ltda. - EPP - Passos/MG Assunto: Credenciamento da Faculdades de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais (FIT-MG), a ser instalada no município de Passos, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades de Inovação e Tecnologia de Minas Gerais, a ser instalada na rua Deputado Lourenço de Andrade, nº 604, centro, no município de Passos, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Gestão Financeira, tecnológico, Gestão de Recursos Humanos, tecnológico e Hotelaria, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201216914 Parecer: CNE/CES 139/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Universidade de Brasília - FUB - Brasília/DF Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que, por meio do Despacho nº 191/2012-SERES/MEC, aplicou medida cautelar preventiva em relação ao curso de Letras - Japonês, licenciatura, da Universidade de Brasília, com sede em Brasília, Distrito Federal Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos do Despacho nº 191/2012-SERES/MEC, que aplicou medida cautelar no curso de licenciatura em Letras - Japonês, da Universidade de Brasília - UnB, com sede em Brasília, Distrito Federal, em decorrência da obtenção de Conceito Preliminar de Curso (CPC) insatisfatório no ano de 2012, devolvendo ao curso a plena normalidade de funcionamento Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000023/2013-32 Parecer: CNE/CES 146/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Ministério da Educação - Brasília/DF Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 245/2016, que trata das Diretrizes Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu Voto do relator: Voto favoravelmente ao reexame do Parecer CNE/CES nº 245/2016 e de seu respectivo Projeto de Resolução, e à aprovação das Diretrizes Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 3 de abril de 2018.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CEPE nº 7353, de 22 de março de 2018, publicado em 03 de abril de 2018, Seção 1, p.17,

onde se lê:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
Nome	Classificação	Nota final
Romeu Yukio Takeda	1º	17,1
Igor Dias Neto de Souza	2º	13,57

leia-se:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
Nome	Classificação	Nota final
Romeu Yukio Takeda	1º	17,1
Igor Dias Neto de Souza	2º	13,57

CANDIDATO QUE SE AUTO DECLAROU NEGRO		
Nome	Classificação	Nota final
Igor Dias Neto de Souza	1º	13,57

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS LINHARES

PORTARIA Nº 131, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS LINHARES, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital-GDG/nº 01/2018 - Campus Linhares, conforme relação anexa.

SANDRA MARA MENDES DA SILVA BASSANI

ANEXO I

Área de Estudo/Disciplina: Filosofia - 20 Horas - Campus Linhares

Inscrição	Nome	Ponto	Classificação
0011	LUIS THIAGO FREIRE DANTAS	85,88	1º
0018	ADRIANO DE SOUZA VIANA	69,40	2º
0013	MAURO TARCÍSIO MACHADO NOGUEIRA	60,70	3º
0010	VINICIUS ARENA MUNIZ	58,00	4º

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 230, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre o 2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º O Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais, instituído pela Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2017, será concedido no exercício de 2018 com a denominação "2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais", observadas as disposições constantes nesta Portaria e no regulamento anexo.

Art. 2º Serão premiados os melhores trabalhos nas seguintes categorias:

I - Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Básica; e II - Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Superior.

Art. 3º A premiação de que trata o art. 2º será concedida no seguinte formato:

I - Grande prêmio, para o melhor trabalho em cada uma das categorias, independentemente do meio de divulgação; e

II - Melhores trabalhos, em cada um dos seguintes meios de divulgação:

a) Mídia impressa; b) Internet; c) Rádio; e d) Televisão.

§ 1º A premiação prevista no inciso I do caput consistirá no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2º A premiação prevista no inciso II do caput consistirá no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 3º Os trabalhos agraciados com o prêmio previsto no inciso I não concorrerão aos prêmios previstos no inciso II do caput.

§ 4º A premiação consistirá, também, na entrega de um troféu para cada trabalho vencedor, e certificados para os vencedores e coautores dos respectivos trabalhos vencedores.

Art. 4º Poderão concorrer matérias jornalísticas publicadas entre 14 de novembro de 2017 e 19 de novembro de 2018, veiculadas nas mídias impressas, rádio, televisão e internet.

Art. 5º Ficam revogados os artigos 3º, 4 e 5º da Portaria nº 36, de 2017.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

ANEXO I

REGULAMENTO DO 2º PRÊMIO INEP DE JORNALISMO - AVALIAÇÕES E ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

1. OBJETIVOS

1.1. O Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais tem como objetivo valorizar trabalhos jornalísticos sobre educação, em especial aqueles que abordem, de forma aprofundada, os exames, as avaliações e as estatísticas educacionais, áreas de atuação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

1.2. O Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais foi lançado em janeiro de 2017, em parceria com a Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura - OEI, por meio de um termo de assistência técnica, sendo concedido anualmente a partir desta data. A cerimônia de entrega dos prêmios ocorre no segundo semestre de cada ano.

1.3. O 2º Prêmio Inep de Jornalismo busca contribuir para a consecução de uma de suas atribuições legais, que é a de promover a disseminação de estatísticas educacionais e de informações sobre avaliações da educação básica e superior. O objetivo é permitir que a sociedade e o poder público tenham melhor entendimento do trabalho desenvolvido pelo Inep.

1.4. O 2º Prêmio Inep de Jornalismo será concedido ao (s) autor (es) dos trabalhos divulgados em mídia impressa, rádio, televisão e/ou internet, que, de acordo com o regulamento e por decisão da Comissão Julgadora, melhor exponham e descrevam experiências, projetos, programas, políticas públicas, entre outras iniciativas, que evidenciem a importância do uso dos resultados dos exames, avaliações e estatísticas produzidas e divulgadas pelo Inep na gestão e desenvolvimento das políticas públicas de educação do Brasil.

1.5. O 2º Prêmio Inep de Jornalismo tem duas categorias: Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Básica; e Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Superior. Serão concedidos, em cada categoria, cinco prêmios: mídia impressa, internet, rádio, televisão e Grande Prêmio.

1.6. Em reconhecimento aos trabalhos vencedores, o Prêmio Inep de Jornalismo vai oferecer premiações em dinheiro e na forma de certificados (para cada autor e coautores) e troféus (um para cada trabalho vencedor).

1.7. Poderão concorrer ao 2º Prêmio Inep de Jornalismo trabalhos veiculados no período compreendido entre 14 de novembro de 2017 e 19 de novembro de 2018.

2. CATEGORIAS

2.1. Para efeito de julgamento e premiação, os trabalhos poderão concorrer em duas categorias:

2.1.1. Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Básica: nesta categoria podem concorrer reportagens que utilizem informações oriundas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb; do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem; do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja ; do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - Pisa; do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb; do Censo da Educação Básica; Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem - Pesquisa Talis; e Education at a Glance - EaG.

2.1.2. Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Superior: nesta categoria podem concorrer reportagens que utilizem informações oriundas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade; do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes; dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior; do Censo da Educação Superior; e do Education at a Glance- EaG.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições são gratuitas.

3.2. A ficha de inscrição será disponibilizada exclusivamente em versão eletrônica, no site www.inep.gov.br a partir das 10h do dia 1º de novembro de 2018, até as 23h59 do dia 19 de novembro de 2018.

3.3. Não serão aceitos trabalhos enviados ao Inep pelos Correios ou por e-mail.

3.4. Podem concorrer ao 2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais trabalhos publicados e/ou veiculados pela imprensa brasileira no período entre 14 de novembro de 2017 e 19 de novembro de 2018, feitas individualmente ou em coautoria por jornalistas, e desde que inscritas seguindo as regras deste regulamento.

3.5. Só poderão concorrer ao 2º Prêmio Inep de Jornalismo os jornalistas com registro profissional válido. O concorrente deverá fazer upload, no site de inscrição, de uma imagem de documento que comprove o número e registro profissional.

3.6. Somente serão aceitas inscrições de trabalhos em língua portuguesa, publicados ou veiculados em mídia impressa (jornal, revista), rádio, televisão e internet (sites, portais e blogs) com sede no Brasil.

3.7. As inscrições dos trabalhos devem ser feitas em nome do candidato responsável pelo material concorrente, que será identificado por nome completo e CPF inscrito na Receita Federal. Se contemplada com um dos prêmios, a pessoa inscrita será a responsável por receber a premiação e é o nome do inscrito que será evidenciado em todos os materiais de divulgação do Inep.

3.8. No caso de reportagens coletivas, a ficha de inscrição deverá ser preenchida com dados de apenas um dos autores, que, para fins de premiação, passa a ser o responsável pelo material inscrito no Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais. Haverá, entretanto, uma área para identificação dos demais autores do trabalho, para os devidos créditos. Os coautores receberão certificado.

3.9. Cada categoria deve ter pelo menos três diferentes profissionais de imprensa inscritos para que a modalidade seja válida e tenha suas matérias concorrentes enviadas para avaliação da Comissão Julgadora.

3.10. Fica limitada a inscrição de, no máximo, dois trabalhos por concorrente, em cada categoria. O limite de dois trabalhos por categoria também é aplicável em caso de reportagens coletivas.

3.11. Para cada trabalho apresentado deve ser preenchida uma ficha de inscrição.

3.12. Não será aceita a inscrição do mesmo trabalho em categorias diferentes.

3.13. As reportagens devem observar as seguintes características de formato no ato da inscrição:

3.13.1. Mídia Impressa: para os trabalhos veiculados em jornais e revistas, o concorrente deve disponibilizar o conteúdo no site do prêmio, fazendo upload em formato PDF. No caso de série de reportagem, o concorrente deve disponibilizar o conteúdo de cada dia em um espaço diferente. As URLs devem estar ativas durante todo o período de realização do prêmio, sob pena de desclassificação. Somente serão aceitas as inscrições de trabalhos produzidos originalmente para jornais e revistas.

3.13.2. Rádio: para os trabalhos veiculados em rádio, o concorrente deverá disponibilizar o conteúdo (podcasts) diretamente no espaço determinado no site do prêmio para upload do material; preencher e enviá-lo juntamente com a ficha de inscrição pelo Portal do Inep. No caso de série de reportagem, o concorrente deve disponibilizar o conteúdo de cada dia em um espaço diferente. As URLs devem estar ativas durante todo o período de realização do prêmio, sob pena de desclassificação. Somente serão aceitas as inscrições de trabalhos produzidos originalmente para rádio. Poderão concorrer apenas matérias veiculadas em emissoras de rádio legalizadas.

3.13.3. Televisão: para os trabalhos veiculados em TV, o concorrente deverá disponibilizar o conteúdo (vídeos) diretamente no espaço determinado no site do prêmio para upload do material; preencher e enviá-lo juntamente com a ficha de inscrição pelo Portal do Inep. No caso de série de reportagem, o concorrente deve disponibilizar o conteúdo de cada dia em um espaço diferente. As URLs devem estar ativas durante todo o período de realização do prêmio, sob pena de desclassificação. Somente serão aceitas as inscrições de trabalhos produzidos originalmente para televisão. Poderão concorrer apenas matérias veiculadas em emissoras de televisão legalizadas.

3.13.4. Internet: para os trabalhos veiculados na internet (portal, site e blog), o concorrente deve preencher e enviar a ficha de inscrição pelo site do prêmio. Na ficha de inscrição, em campo próprio, deve ser anexada uma cópia da matéria e/ou link e informada a URL da matéria. No caso de série de reportagem, o concorrente deve disponibilizar o conteúdo de cada dia em um espaço diferente. As URLs devem estar ativas durante todo o período de realização do prêmio, sob pena de desclassificação. Somente serão aceitas as inscrições de trabalhos produzidos originalmente para a internet, respeitando as características do formato de web jornalismo: convergência (áudio, vídeo, texto e imagem) e interatividade. Trabalhos produzidos originalmente para outros meios e apenas disponibilizados na internet devem concorrer no meio de origem, sob pena de desclassificação.

4. DO JULGAMENTO

4.1. Disposições gerais

4.1.1. A Comissão Organizadora, formada por profissionais do Inep, será responsável pela coordenação do 2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais.

4.1.2. Os trabalhos passarão por duas etapas de avaliação: Pré-Seleção e Julgamento.

4.1.3. Serão eliminados todos os trabalhos que não estiverem de acordo com as regras de inscrição.

4.1.4. Só passarão para a etapa de julgamento os trabalhos que atenderem aos seguintes critérios:

4.1.4.1. Preenchimento correto da ficha de inscrição e comprovação de registro profissional;

4.1.4.2. Aprofundamento da discussão sobre os resultados dos exames, avaliações e estatísticas educacionais gerados pelo Inep;

4.1.4.3. Reportagens que contextualizarem corretamente os dados produzidos pelo Inep e se aprofundarem na abordagem e uso do conteúdo;

4.1.5. Não serão classificadas para a etapa de julgamento as reportagens que apenas citarem fontes de dados produzidos pelo Inep, sem uma abordagem que se aprofunde sobre os exames, avaliações e estatísticas educacionais. Exemplos: reportagens de serviço sobre a data do Exame Nacional do Ensino Médio ou aquela que apenas citar dados de matrículas do Censo da Educação Superior para contextualizar uma situação específica.

4.2. Pré-Seleção

4.2.1. Todos os trabalhos concorrentes ao 2º Prêmio Inep de Jornalismo passarão primeiramente por análise da Comissão de Pré-Seleção, que organizará os trabalhos jornalísticos por categoria, aptos a serem apreciados pela Comissão Julgadora.

4.2.2. A Comissão de Pré-Seleção será formada por profissionais da Assessoria de Comunicação do Inep, os quais terão a função de analisar os trabalhos inscritos para certificar de que cumprem os requisitos deste regulamento.

4.3. Comissão Julgadora

4.3.1. Apreciados e avaliados pela Comissão de Pré-Seleção, os melhores trabalhos de cada categoria serão encaminhados à Comissão Julgadora, constituída pelo Inep. Esta comissão avaliará os trabalhos, selecionando o melhor deles em cada uma das mídias: impressa, internet, televisão e rádio, e em cada uma das duas categorias.

4.3.2. A Comissão Julgadora indicará dois trabalhos ao Grande Prêmio, um de cada uma das seguintes categorias "Exames, Avaliações e Estatísticas Educacionais da Educação Básica"; e "Exames, Avaliações e Estatísticas Educacionais do Ensino Superior", totalizando 10 trabalhos a serem premiados.

4.3.3. As decisões da Comissão Julgadora serão absolutas e irrecorríveis, de modo que não serão admitidos recursos pelos inscritos e/ou terceiros interessados.

4.3.4. A Comissão Julgadora atribuirá o Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais, nas duas categorias, aos trabalhos que melhor cumprirem os objetivos do concurso, tal como descritos nos itens 1.1 e 1.4.

4.3.5. A Comissão Julgadora será composta por 10 integrantes: dois especialistas do Inep em Avaliações da Educação Básica; dois especialistas do Inep em Avaliações da Educação Superior; dois especialistas do Inep em Estatísticas Educacionais; dois pesquisadores do Inep especialistas nos Censos Educacionais; dois especialistas em Jornalismo Educacional, representando a Associação de Jornalistas de Educação - Jeduca.

4.3.6. O Inep se reserva o direito de alterar a composição da Comissão Julgadora conforme o volume de trabalhos inscritos na disputa e/ou impedimentos de seus respectivos indicados. É objetivo do Inep assegurar isenção e credibilidade ao processo avaliativo.

5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E DA PONTUAÇÃO

5.1. Serão considerados critérios de qualidade técnica e jornalística na avaliação e julgamento dos trabalhos inscritos: adequação ao tema proposto; investigação de fatos; uso correto de dados e estatísticas do Inep; diversidade e relevância das fontes consultadas; originalidade e relevância da pauta associada aos desafios contemporâneos da educação; qualidade e clareza do texto (em linguagem escrita ou eletrônica); qualidade do material (em termos de apresentação gráfica, de imagens e áudio); correção gramatical; e coerência dos conceitos usados no material apresentado.

5.2. A cada um dos critérios serão atribuídas notas que variam de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos. Os trabalhos vencedores serão definidos pela maior soma das notas atribuídas.

5.3. O critério de desempate seguirá a seguinte ordem: adequação ao tema proposto; investigação de fatos; diversidade e relevância das fontes consultadas; originalidade da pauta; qualidade e clareza do texto (em linguagem escrita ou eletrônica); qualidade do material (em termos de apresentação gráfica, de imagens e áudio); correção gramatical; e coerência dos conceitos usados no material apresentado.

6. PREMIAÇÃO

6.1. Em sua 2ª edição, o Prêmio Inep de Jornalismo vai distribuir:

R$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais) em prêmios, divididos nas duas categorias: Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Básica - Mídia impressa, Rádio, Televisão e Internet, com R$ 12.000,00 (doze mil reais) para cada, e Grande Prêmio, com R$ 20.000,00 (vinte mil reais); e Exames, Avaliações e Estatísticas da Educação Superior - Mídia impressa, Rádio, Televisão e Internet, com R$ 12.000,00 (doze mil reais) para cada, e Grande Prêmio, com R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

6.2. O prêmio em dinheiro é uma iniciativa do Inep, em parceria com a Organização de Estados IberoAmericanos para Educação, a Ciência e a Cultura - OEI, firmada por meio de um termo de assistência técnica.

6.3. Os resultados do 2º Prêmio Inep de Jornalismo serão divulgados em 28 de novembro de 2018 no sitedo Inep e nas redes sociais do Instituto, e os vencedores, comunicados oficialmente, via e-mail e telefone, por representante do Inep.

6.4. Os vencedores serão convidados, por telefone e por carta oficial, a participar da solenidade em Brasília/DF, a ser realizada em data a ser definida, em dezembro de 2018. O Inep se responsabilizar-se-á pelo transporte e hospedagem do titular da inscrição no prêmio, que deve confirmar presença no evento até 30 de novembro de 2018.

6.5. Os prêmios serão oficializados aos vencedores de cada categoria, incluindo os de Grande Prêmio de cada categoria, que comparecerem pessoalmente à solenidade de entrega dos prêmios. Em caso de ausência, o vencedor deve apresentar justificativa de modo formalizado e indicar um representante oficial.

6.6. O autor vencedor a ser anunciado para receber o troféu durante a cerimônia da premiação será aquele que tiver o registro inscrito na ficha e, se houver coautoria, serão anunciados também os coautores do material escrito.

6.7. Na ocasião da cerimônia de premiação, os vencedores receberão um cheque 'fantasia', a ser posteriormente substituído pelo cheque original e/ou transferência bancária a ser feita pelo Inep, e uma carta de orientação sobre como receber o valor do prêmio.

6.8. Em caso de trabalhos de autoria coletiva, não compete ao Inep a divisão do prêmio em dinheiro entre os autores da matéria.

6.9. A apuração e pagamento do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF sobre o valor relativo ao prêmio em dinheiro é de exclusiva responsabilidade do premiado.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os vencedores do 2º Prêmio Inep de Jornalismo cedem e transferem para o Inep, a título de gratuidade e em caráter pleno, universal e total, todos os direitos patrimoniais de autoria relativos às produções jornalísticas, nos termos do inciso I do art. 49 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para qualquer tipo de utilização, inclusive para fins comerciais, publicação, reprodução por qualquer meio, técnica ou veículo, bem como para divulgação dos resultados do Prêmio.

7.2. Os trabalhos vencedores do 2º Prêmio Inep de Jornalismo poderão ser expostos, veiculados, reproduzidos em publicações, programas e eventos de caráter educativo ou cultural, ou de divulgação do promotor do prêmio, independentemente de qualquer remuneração, autorização ou licença de seus autores que, para os fins acima descritos, cedem todos os seus direitos autorais ao promotor do prêmio, sem qualquer tipo de compensação ou indenização, assegurada a menção da autoria e do veículo.

7.3. Não poderão participar do Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatística s Educacionais:

7.3.1. Membros das comissões do prêmio, servidores, colaboradores e consultores do Inep e do Ministério da Educação - MEC, e seus familiares;

7.3.2. Profissionais que tenham prestado serviços ao Inep e/ou ao MEC até um ano antes do lançamento do prêmio;

7.3.3. Veículos de imprensa e de entidades ligadas ao Inep e/ou ao MEC;

7.3.4. Pessoas que não possuam registro profissional em jornalismo; e/ou

7.3.5. Jornalistas de veículos internacionais, sem sede no Brasil.

7.4. Todas as questões omissas neste Regulamento, assim como a interpretação de seus dispositivos, serão decididas pela Comissão Organizadora de forma soberana e suas decisões não poderão ser objeto de questionamento ou impugnação por qualquer das partes envolvidas.

7.5. O não cumprimento de todos os requisitos do regulamento implicará a desclassificação do concorrente sem comunicado prévio.

7.6. O ato de inscrição implica a concordância e adesão a este regulamento e atesta a veracidade das informações na ficha de inscrição.

7.7. O Inep não será responsável por mau funcionamento técnico de qualquer tipo, problemas, falhas em redes de computadores, servidor ou provedor, equipamentos, hardware ou software; nem por erro, interrupção, defeito, atraso ou falha em operações ou transmissão imprecisa de inscrições ou falhas em recebê-las, em qualquer razão de problemas técnicos, congestionamento na internet, vírus, queda de energia, falha de programação ou violação por terceiros (hackers).

7.8. Os casos omissos e/ou dúvidas que possam ocorrer em relação ao 2º Prêmio Inep de Jornalismo e o presente Regulamento serão solucionados pelo Inep.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 237 DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o Parecer CNE/CES nº 33/2018, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por intermédio do Despacho publicado no Diário Oficial da União em 23 de março de 2018, seção 1, página 14, conforme consta do registro e-MEC nº 201502639, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Fisioterapia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Juazeiro (cód. 20606), instalada na Rua Canadá nº 309, Santa Maria Gorete, no município de Juazeiro, no estado de Bahia, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda, com sede no município de Salvador, no estado de Bahia.

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da linha 12 do anexo da Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 1.062, de 6 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 194 em 9 de outubro de 2017, seção 1, páginas 15 e 16.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 238, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o Parecer CNE/CES nº 26/2018, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por intermédio do Despacho publicado no Diário Oficial da União em 23 de março de 2018, seção 1, página 14, conforme consta do registro e-MEC nº 201502637, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Odontologia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Juazeiro (cód. 20606), instalada na Rua Canadá nº 309, Santa Maria Gorete, no município de Juazeiro, no estado de Bahia, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda, com sede no município de Salvador, no estado de Bahia.

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da linha 10 do anexo da Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 1.062, de 6 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 194 em 9 de outubro de 2017, seção 1, páginas 15 e 16.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 239, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 15, de 22 de julho de 2013, a Portaria Normativa nº 306, de 26 de março de 2015, do Ministério da Educação; a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e considerando o Processo SEI nº 23000.028033/2017-76 e o Parecer nº 2/2018/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica autorizado o curso de Medicina, bacharelado, com 60 (sessenta) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (585), no campus Araranguá, localizado na Rodovia Governador Jorge Lacerda, 3.200, Jardim das Avenidas, no município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, mantida pela Universidade Federal de Santa Catarina (15593), com sede no município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, no âmbito da Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior, instituída pela Portaria Normativa nº 15, de 22 de julho de 2013, do Ministério da Educação.

Parágrafo único. O curso autorizado por esta Portaria será avaliado periodicamente pela Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas - CAMEM, instituída pelo Ministério da Educação, em conformidade com a Portaria Normativa nº 306, de 26 de março de 2015, do Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 423, DE 2 DE ABRIL DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Art.1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 08/2018 - GRST/CFAP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1.1.1 - Seleção 23: Departamento de Ciências Administrativas - Processo nº 23071.002416/2018-61 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	GERALDO MAGELA JARDIM BARRA	8,70
2º	ARY FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR	8,10
3º	ISABELLA STROPPA RODRIGUES	7,80

1.2 - FACULDADE DE LETRAS

1.2.1 - Seleção 28: Departamento de Letras Estrangeiras Modernas - Processo nº 23071.002412/2018-83 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	GUSTAVO FERREIRA BATISTA	5,15

1.3 - FACULDADE DE MEDICINA

1.3.1 - Seleção 30: Departamento de Internato - Processo nº 23071.003046/2018-80 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	BRUNO FERNANDO DA SILVA REIS	8,62
2º	GUSTAVO GUIMARÃES MOREIRA BALBI	7,78
3º	BEATRIZ DE PAIVA ABRAHÃO DOS SANTOS	7,53

1.4 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

1.4.1 - Seleção 32: Departamento de Parasitologia, Microbiologia e Imunologia - Processo nº 23071.002129/2018-51 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ALESSANDRA PEREIRA SANT'ANNA SALIMENA	8,10
2º	MARIA ROMÉRIA DA SILVA	6,90

1.5 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.5.1 - Seleção 34: Departamento de Fisioterapia - Processo nº 23071.002379/2018-91 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	LARISSA CARVALHAES DE OLIVEIRA	7,47
2º	JÉSSYCA NAYARA SANTOS MOREIRA	7,30
3º	CAROLINE MIRANDA MÁLTARO	6,48

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 261, DE 3 DE ABRIL DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.002718/2018-21 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Fonoaudiologia - FONO/CCS, instituído pelo Edital nº 026/DDP/PRODEGESP/2018, de 08 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 47, Seção 3, de 09/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Fonoaudiologia/ Audiologia

Áreas afins: Audiologia.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Fernanda Soares Aurélio Patatt	9,57

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 292, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Instituir o Setor de Planejamento Estratégico, vinculado à Coordenação de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. (Processo nº 23282.002292/2018-57)

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-04, do Gabinete da Reitoria para unidade criada acima descrita.

Art. 3º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

PORTARIA Nº 359, DE 3 DE ABRIL DE 2018

A VICE-REITORA PRO TEMPORE NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e a Portaria nº 628, de 16 de maio de 2017, publicada no DOU de 17 de maio de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Extinguir a Assessoria Técnica da Proplan, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. (Processo 23282.002700/2018-02)

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de 12 de março de 2018.

LORITA MARLENA FREITAG PAGLIUCA
Em exercício

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 116, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Institui o Programa de Integridade do Ministério da Fazenda (PREVENIR) e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Integridade do Ministério da Fazenda (PREVENIR), com a finalidade de promover a prevenção, a detecção e a correção da prática de desvios éticos, ilícitos administrativos, fraude e corrupção no âmbito do Ministério.

§ 1º O PREVENIR integra o Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF).

§ 2º Entende-se por integridade o alinhamento consistente e a aderência a valores éticos, princípios e normas para garantir e priorizar os interesses públicos sobre os interesses privados no setor público.

Art. 2º O PREVENIR será orientado pelas seguintes diretrizes:

I - comprometimento da alta administração e envolvimento de todo o corpo funcional na manutenção de um adequado ambiente de integridade em todas as unidades organizacionais do Ministério da Fazenda;

II - colaboração entre as seguintes instâncias internas de integridade e apoio à governança do Ministério da Fazenda, que constituirão a Comissão Executiva do Programa, sob a orientação estratégica do Comitê de Gestão de Riscos, Controle e Integridade do Ministério da Fazenda (CGRCI):

a) Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda;

b) Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda;
c) Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda;
d) Corregedoria-Geral do Ministério da Fazenda; e
e) Comissão de Ética do Ministério da Fazenda;

III - identificação e tratamento dos riscos de integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ministério da Fazenda;

IV - implementação gradual e monitoramento permanente dos mecanismos de integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ministério da Fazenda; e

V - sensibilização e capacitação contínua de todos os colaboradores que atuam nas unidades organizacionais do Ministério da Fazenda, em relação aos mecanismos de integridade.

§ 1º As unidades indicadas no inciso II deste artigo serão representadas na Comissão Executiva do PREVENIR por seus titulares, tendo como suplentes os respectivos substitutos.

§ 2º Poderão participar das reuniões, a critério da Comissão Executiva do PREVENIR, especialistas, consultores e outros servidores convidados, com objetivo de prestar informações ou de contribuir sobre as matérias em pauta.

§ 3º A participação na Comissão Executiva do PREVENIR será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O PREVENIR tem os seguintes objetivos:

I - levar aos órgãos e unidades do Ministério da Fazenda conceitos, normativos e práticas relativas à gestão da ética, à gestão de riscos de integridade, aos princípios e às boas práticas de controle interno e atuação correicional no âmbito do Ministério da Fazenda;

II - auxiliar no aprimoramento dos controles internos da gestão dos órgãos e unidades do Ministério, notadamente os controles preventivos;

III - fomentar o comportamento ético e íntegro por meio de orientações, palestras, vídeos e capacitações, de acordo com as necessidades e temas relacionados aos mecanismos de integridade postos em prática no âmbito do Ministério, com o suporte e apoio da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda (ACS/MF);

IV - evidenciar o papel das instâncias de integridade do Ministério da Fazenda, fomentando a interação dessas instâncias com as unidades organizacionais do Ministério;

V - fomentar o uso adequado dos canais de denúncia e representação sobre desvios éticos, ilícitos administrativos, fraude e corrupção no âmbito do Ministério da Fazenda;

VI - esclarecer continuamente as hipóteses de ofensas éticas, conflitos de interesse e sanção disciplinar aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor;

VII - fomentar a transparência ativa e passiva em relação aos temas sob a governança do Ministério, observadas as hipóteses legais de sigilo;

VIII - fomentar a implementação de mecanismos de integridade junto a parceiros e partes interessadas do Ministério da Fazenda;

IX - mobilizar e capacitar os servidores de órgãos e unidades do Ministério da Fazenda para comporem comissões de sindicância e de apuração disciplinar; e

X - compilar os casos de quebra de integridade evidenciados em processos de avaliação da ética e processos disciplinares, analisando as principais tendências e causas dos desvios ocorridos.

§ 1º A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Fazenda (ACS/MF) apoiará os projetos e atividades do PREVENIR, inclusive no que se refere à divulgação do Programa nas mídias digitais do Ministério e à gestão contínua das ações de comunicação institucional relacionadas ao Programa, em coordenação com os órgãos fazendários para viabilizar a divulgação dos vídeos e materiais produzidos nas redes internas de cada órgão ou unidade fazendária e suas respectivas mídias sociais.

§ 2º A Escola de Administração Fazendária (ESAF) apoiará os projetos e atividades do PREVENIR, notadamente no aspecto educacional, coordenando as ações de palestras, seminários e produção de vídeos de sensibilização e vídeos instrucionais.

§ 3º Os Órgãos citados no inciso II do art. 2º desta Portaria ficarão responsáveis pela definição de conteúdo das ações no âmbito de sua área de competência.

Art. 4º O CGRCI, com a colaboração da Comissão Executiva do PREVENIR, editará as normas complementares necessárias à organização e à sistematização das ações de fortalecimento da integridade no âmbito do Ministério, de modo a lhes assegurar efetividade e coesão.

§ 1º O CGRCI aprovará, até o final de cada ano, o plano de atividades do PREVENIR proposto pela Comissão Executiva para o ano seguinte.

§ 2º O plano de atividades do PREVENIR proposto pela Comissão Executiva conterá a descrição, os prazos, as metas e os responsáveis pela operacionalização de cada atividade a ser desenvolvida.

§ 3º As atividades do PREVENIR para o ano de 2018 serão aprovadas pelo CGRCI no prazo de 120 dias, contado da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 5º Os órgãos ou unidades fazendárias deverão, com a colaboração da Corregedoria-Geral, da Assessoria Especial de Controle Interno, da Ouvidoria-Geral e da Comissão de Ética do Ministério da Fazenda, organizar semestralmente uma palestra ou seminário do PREVENIR, dentre os conteúdos que forem disponibilizados.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargos de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, códigos DAS 101.4, DAS 101.5 e DAS 101.6, deverão participar de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre integridade, conduta ética e gestão de riscos.

Art. 6º O PREVENIR integrará a grade curricular dos cursos de formação ou ambientação de ingresso aos cargos das carreiras sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Os órgãos e unidades fazendárias poderão considerar as atividades relacionadas ao PREVENIR na pontuação de servidores em avaliação de desempenho, licença capacitação, afastamento para pós-graduação, processos seletivos internos e outros, segundo critérios a serem especificados pelos órgãos supervisores das carreiras fazendárias.

Art. 8º As atividades conduzidas pelas instâncias de integridade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) continuarão sendo executadas normalmente, sob a gestão e supervisão diretas da referida Secretaria e comporão o conjunto ampliado de ações de integridade do Ministério da Fazenda.

Art. 9º As entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda que firmaram Acordo de Cooperação Técnica para adesão ao PMIMF poderão implementar programas específicos de integridade, buscando gradual convergência com as diretrizes desta Portaria.

Parágrafo único. As unidades referidas no caput poderão participar das atividades realizadas no âmbito do PREVENIR, bem como contar com o apoio técnico das instâncias de integridade do Ministério da Fazenda para a execução de ações no âmbito de seus programas de integridade.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 3.873, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera as Cartas Circulares ns. 3.616, de 12 de novembro de 2013, 3.687, de 26 de dezembro de 2014, e 3.694, de 6 de fevereiro de 2015.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto na Circular nº 3.878, de 20 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º A Carta Circular nº 3.616, de 12 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º.....

Art. 5º As opções pelas prerrogativas estabelecidas nos arts. 1º, § 5º, inciso II, 3º e 4º, da Circular nº 3.641, de 4 de março de 2013, registradas no Documento 2011 - Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital (DDR), de que trata a Carta Circular nº 3.694, de 6 de fevereiro de 2015, ficam válidas para o DLO. (NR)

.....

Art. 9º A opção ou a desistência da utilização de metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de que trata o art. 16, II, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve ser comunicada a esta Autarquia por meio do Sistema LIMITES - Limites Operacionais, conforme o Comunicado nº 31.646, de 8 de fevereiro de 2018. (NR)

....."

Art. 2º A Carta Circular nº 3.687, de 26 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º.....

Art. 2º A opção ou a desistência da utilização de metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de que trata o art. 16, II, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve ser comunicada a esta Autarquia por meio do Sistema LIMITES - Limites Operacionais, conforme o Comunicado nº 31.646, de 8 de fevereiro de 2018. (NR)

....."

Art. 3º A Carta Circular nº 3.694, de 6 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.1º.....

Art. 3º A opção ou a desistência da utilização de metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de que trata o art. 16, II, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, deve ser comunicada a esta Autarquia por meio do Sistema LIMITES - Limites Operacionais, conforme o Comunicado nº 31.646, de 8 de fevereiro de 2018. (NR)

.....

Anexo 1.....

.....

Origem do Documento:

Segmentos	Subsegmentos
Bancos Comerciais	Todas as instituições
Sociedades Corretoras de Câmbio	(*)
Bancos de Desenvolvimento	Todas as instituições
Bancos de Investimento	Todas as instituições
Bancos Múltiplos	Todas as instituições
Bancos de Câmbio	Todas as instituições
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Instituição única
Caixa Econômica Federal	Instituição única
Conglomerados Prudenciais	(*)
Sociedades de Arrendamento Mercantil	(*)
Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários	(*)
Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários	(*)
Associação de Poupança e Empréstimo	(*)
Cooperativas Centrais de Crédito	(*)
Cooperativas de Crédito	(*)
Companhias Hipotecárias	(*)
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	(*)
Sociedades de Crédito Imobiliário	(*)

(*) Todas as instituições, exceto as optantes pela utilização de metodologia simplificadas para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{S5}) de que trata a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017." (NR)

Art. 4º Fica sem efeito o Comunicado nº 18.089, de 18 de fevereiro de 2009.

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ÀREA DE REGULAÇÃO

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 3.874, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Cria rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional para registro de ativos e de obrigações relativos à Letra Imobiliária Garantida (LIG).

A Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", combinado com o art. 116, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no item 4 da Circular nº 1.540, de 6 de outubro de 1989, e no art. 5º da Circular nº 3.866, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam criados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), com atributos UBIFSWELM:

I - o desdobramento de subgrupo 1.1.9.00.00-3 Disponibilidades - Outras;

II - o título 1.1.9.10.00-0 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG, com código ESTBAN 112 e código de publicação 110;

III - os seguintes título e subtítulos, com código de publicação 134:

a) 1.3.6.17.00-2 TÍTULOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG;

b) 1.3.6.17.10-5 Títulos Públicos Federais; e

c) 1.3.6.17.20-8 Instrumentos Financeiros Derivativos;

IV - os seguintes título e subtítulos, com código ESTBAN 169 e código de publicação 161:

a) 1.6.4.40.00-1 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG;

b) 1.6.4.40.10-4 Imóveis Residenciais - Aquisição;

c) 1.6.4.40.20-7 Imóveis Residenciais - Construção;

d) 1.6.4.40.30-0 Imóveis Residenciais - Produção;

e) 1.6.4.40.40-3 Imóveis Não Residenciais - Aquisição;

f) 1.6.4.40.50-6 Imóveis Não Residenciais - Construção; e

g) 1.6.4.40.60-9 Imóveis Não Residenciais - Produção;

V - o título 4.3.2.05.00-6 OBRIGAÇÕES POR EMISSÕES DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS, com código ESTBAN 500 e código de publicação 432;

VI - o título 4.7.1.05.00-9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE DE CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG, com código de publicação 485;

VII - o título 8.1.1.77.00-0 (-) DESPESAS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS, com código de publicação 812; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - os seguintes títulos e subtítulos:

a) 3.0.1.05.00-9 CARTEIRAS DE ATIVOS GARANTIDORAS DE LIG;

b) 3.0.1.05.10-2 Disponibilidades;

c) 3.0.1.05.20-5 Títulos Públicos Federais;

d) 3.0.1.05.30-8 Instrumentos Financeiros Derivativos;

e) 3.0.1.05.40-1 Financiamentos Imobiliários;

f) 3.0.9.11.00-4 GARANTIAS PRESTADAS PARA CAPTAÇÃO DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS;

g) 9.0.1.05.00-1 RESPONSABILIDADES POR CARTEIRAS DE ATIVOS GARANTIDORAS DE LIG ADMINISTRADA;

h) 9.0.9.11.00-6 RESPONSABILIDADES POR LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS;

i) 9.0.9.11.10-9 Letras Imobiliárias Garantidas Emitidas;

j) 9.0.9.11.20-2 Obrigações Decorrentes de Instrumentos Derivativos; e

k) 9.0.9.11.30-5 Remuneração do Agente Fiduciário.

Art. 2º Ficam definidas as seguintes funções para os títulos contábeis criados por esta Carta Circular:

I - o título 1.1.9.10.00-0 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG destina-se ao registro de numerário existente em moeda corrente nacional e de depósitos de livre movimentação mantidos em estabelecimentos bancários por instituições financeiras não detentoras de conta reservas bancárias, componentes de carteiras de ativos garantidoras de Letra Imobiliária Garantida (LIG);

II - o título 1.3.6.17.00-2 TÍTULOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG destina-se ao registro das aplicações em títulos públicos federais e das posições ativas em instrumentos financeiros derivativos contratados com objetivo de hedge, componentes de carteiras de ativos garantidoras de LIG;

III - o título 1.6.4.40.00-1 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS - CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG destina-se ao registro das operações de crédito para a aquisição, construção e produção de imóveis cujos créditos integrem carteiras de ativos garantidoras de LIG, devendo as rendas ser registradas em subtítulo de uso interno;

IV - o título 4.3.2.05.00-6 OBRIGAÇÕES POR EMISSÕES DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS destina-se ao registro das obrigações representadas por LIG emitida pela instituição;

V - o título 4.7.1.05.00-9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE DE CARTEIRAS DE ATIVOS - LIG destina-se ao registro de obrigações relativas a instrumentos financeiros derivativos contratados com objetivo de hedge de carteiras de ativos garantidoras de LIG;

VI - o título 8.1.1.77.00-0 (-) DESPESAS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS destina-se ao registro das despesas de captação de recursos de emissão de LIGs que constituam custo efetivo da instituição, no período;

VII - o título 3.0.1.05.00-9 CARTEIRAS DE ATIVOS GARANTIDORAS DE LIG destina-se ao registro dos valores dos ativos submetidos ao regime fiduciário previsto na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, avaliados pelo valor contábil, segundo os critérios estabelecidos no Cosif, considerando o valor dos créditos imobiliários líquidos de provisões e, no caso dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, o critério aplicável aos ativos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, em contrapartida ao título 9.0.1.05.00-1 RESPONSABILIDADES POR CARTEIRAS DE ATIVOS ADMINISTRADA;

VIII - o título 3.0.9.11.00-4 GARANTIAS PRESTADAS PARA CAPTAÇÃO DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS destina-se ao registro das responsabilidades decorrentes da emissão de LIG e demais encargos de administração das carteiras de ativos garantidoras das emissões, fazendo contrapartida ao título 9.0.9.11.00-6 RESPONSABILIDADES POR LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS;

IX - o título 9.0.1.05.00-1 RESPONSABILIDADES POR CARTEIRAS DE ATIVOS GARANTIDORAS DE LIG ADMINISTRADA destina-se ao registro dos valores dos ativos submetidos ao regime fiduciário previsto na Lei nº 13.097, de 2015, fazendo contrapartida ao título 3.0.1.05.00-9 CARTEIRAS DE ATIVOS GARANTIDORAS DE LIG; e

X - o título 9.0.9.11.00-6 RESPONSABILIDADES POR LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS destina-se ao registro das responsabilidades decorrentes dos compromissos relacionados com as LIGs emitidas, incluindo o pagamento do principal e juros, bem como as obrigações decorrentes de instrumentos derivativos integrantes da carteira e o valor da remuneração futura do agente fiduciário, nas hipóteses de decretação de intervenção, de liquidação extrajudicial ou de falência da instituição emissora, ou de reconhecimento do seu estado de insolvência pelo Banco Central do Brasil, em contrapartida ao título 3.0.9.11.00-4 GARANTIAS PRESTADAS PARA CAPTAÇÃO DE LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS.

Parágrafo único. Para fins do registro de que trata o inciso III, considera-se:

I - operação destinada à aquisição: financiamento a pessoa natural ou a pessoa jurídica para a aquisição de imóvel novo, usado ou em fase de produção;

II - operação destinada à construção: financiamento a pessoal natural ou a pessoa jurídica para a construção de imóvel residencial ou não residencial; e

III - operação destinada à produção: financiamento a pessoa jurídica para a produção de conjunto de unidades residenciais ou não residenciais.

Art. 3º O disposto nesta Carta Circular aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data-base de abril de 2018.

Art. 4º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

CARTA CIRCULAR Nº 3.875, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Define o conteúdo e a forma de divulgação do Demonstrativo da Carteira de Ativos (DCA).

A Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", combinado com o art. 116, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no item 4 da Circular nº 1.540, de 6 de outubro de 1989, e tendo em vista o disposto na Circular nº 3.866, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art.1º A instituição emissora de Letra Imobiliária Garantida (LIG) deve divulgar o documento Demonstração da Carteira de Ativos (DCA), de acordo com o conteúdo e a forma definidos no Anexo 1 desta Carta Circular.

Art.2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA MARQUES DE BRITO E SILVA

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE ATIVOS (DCA)
Posição em ___ /___ /___
Programa de Emissão de LIG:
Tabela 1: Dados individuais e consolidados (em R$ mil)

ATIVOS/LIGs	VALOR NOMINAL	VALOR PRESENTE SOB ESTRESSE	VALOR PARA NEGOCIAÇÃO
1. CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS (valor contábil, líquido de provisão para perdas, observado o art. 9º da Res. 2.682/1999 e arts. 19, I, e 20, I, II, III e IV, da Res. 4.598/2017)			
1.1 Montante Elegível (arts. 20 e 24 da Res. 4.598/2017)			
1.1.1 Aquisição			
1.1.1.1 Residencial			
1.1.1.2 Não Residencial			
1.1.2 Construção			
1.1.2.1 Residencial			
1.1.2.2 Não Residencial			
1.1.3 Produção			
1.1.3.1 Residencial			
1.1.3.2 Não Residencial			
1.1.4 *Home Equity*			
1.2 Montante Inelegível (arts. 20 e 24 da Res. 4.598/2017)			
2. TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL (art. 19, II, da Res. 4.598/2017)			
2.1 LFT			
2.2 NTN			
2.2.1 NTN - A			
2.2.2 NTN - B			
2.2.3 NTN - C			
2.2.n NTN - n			
2.3 LTN			
3. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS (art. 19, III, da Res. 4.598/2017)			
4. DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS (art. 19, IV, da Res. 4598/2017)			
5. TOTAL DA CARTEIRA DE ATIVOS (1+2+3+4)			
6. RESERVA DE LIQUIDEZ (art. 44 da Res. 4598/2017)			
7. TOTAL DA CARTEIRA DE ATIVOS AJUSTADA PARA A VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS (5-6-1.2)			
8. OBRIGAÇÕES DE LIG EM CIRCULAÇÃO			
8.1 Série A			
8.2 Série B			
8.n Série n			
9. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO (arts. 27 e 61 da Res. 4.598/2017)			

Tabela 2: Verificação dos requisitos de composição e suficiência

REQUISITOS	RESULTADO (%)
10. COMPOSIÇÃO (art. 25 da Res. 4.598/2017)	
11. SUFICIÊNCIA	
11.1 Nominal (art. 28, I, da Res. 4.598/2017)	
11.2 Valor Presente sob Estresse (art. 28, II, da Res. 4.598/2017)	

Tabela 3: Verificação do requisito de prazo

PRAZO MÉDIO PONDERADO	RESULTADO (MESES)
12. DA CARTEIRA DE ATIVOS (art. 31 da Res. 4.598/2017)	
13. DAS LIGs EM CIRCULAÇÃO (art. 7º, parágrafo único, da Res. 4.598/2017)	

Tabela 4: Verificação do requisito de liquidez (R$ mil)

COMPONENTES	VALOR
14. ATIVOS LÍQUIDOS (art. 32 da Res. 4.598/2017)	
15. NECESSIDADE DE LIQUIDEZ (art. 33 da Res. 4.598/2017)	

Local e Data

Diretor responsável pela operação de emissão de LIG

Profissional de Contabilidade
CRC:
CPF:

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 2018

Publica Ajustes SINIEF e Convênios ICMS, aprovados na 168ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 3.4.2018.

Nº 51 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 168ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 3 de abril de 2018, foram celebrados os seguintes normativos:

AJUSTE SINIEF 01/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados, do Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - cláusula terceira:

"Cláusula terceira A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, observadas as seguintes formalidades:";

II - cláusula quinta:

"Cláusula quinta A transmissão do arquivo digital da NF-e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.";

III - § 4° da cláusula décima terceira:

"§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.";

IV - § 4° da cláusula décima terceira-A:

"§ 4º A transmissão poderá ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

AJUSTE SINIEF 02/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre as remessas de mercadorias destinadas a demonstração e mostruário.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira As operações com mercadorias destinadas a demonstração e mostruário devem observar o disposto neste ajuste.

Cláusula segunda Considera-se demonstração a operação pela qual o contribuinte remete mercadorias a terceiros, em quantidade necessária para se conhecer o produto.

Cláusula terceira Considera-se operação com mostruário a remessa de amostra de mercadoria, com valor comercial, a empregado ou representante, com o objetivo de estes apresentarem o produto aos seus potenciais clientes.

§ 1º Não se considera mostruário aquele formado por mais de uma peça com características idênticas, tais como: mesma cor, mesmo modelo, espessura, acabamento e numeração diferente.

§ 2º Na hipótese de produto formado por mais de uma unidade, tais como: meias, calçados, luvas, brincos, somente é considerado como mostruário se composto apenas por uma unidade das partes que o compõem.

Cláusula quarta Fica suspenso o imposto incidente na saída de mercadoria remetida para demonstração, inclusive com destino a consumidor ou usuário final, condicionado ao retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem em até 60 (sessenta dias), contados da data da saída.

§ 1º O disposto no caput abrange, inclusive, o recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, previsto no Convênio ICMS 93/15, de 17 de setembro de 2015.

§ 2º A suspensão compreende, também, a saída da mercadoria promovida pelo destinatário em retorno ao estabelecimento de origem.

§ 3º O imposto suspenso nos termos desta cláusula deve ser exigido, conforme o caso, no momento em que ocorrer:

I - a transmissão da propriedade;

II - o decurso do prazo de que trata o caput sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria, sujeitando-se o recolhimento espontâneo à atualização monetária e aos acréscimos legais, na forma prevista no § 1º da cláusula quinta.

Cláusula quinta Na saída de mercadoria a título de demonstração, promovida por estabelecimento contribuinte, deve ser emitida Nota Fiscal, sem destaque do valor do imposto, que deve conter, além dos demais requisitos, as seguintes indicações:

I - como natureza da operação: Remessa para Demonstração;

II - no campo do CFOP: o código 5.912 ou 6.912;

III - no campo relativo às Informações Adicionais, as expressões: "Mercadoria remetida para demonstração" e "Imposto suspenso nos termos do Ajuste SINIEF 02/18".

§ 1º Ocorrendo o decurso do prazo de que trata o inciso II do § 3º da cláusula quarta, o remetente deve emitir outra Nota Fiscal, com destaque do imposto, se devido, que além dos demais requisitos, deve conter:

I - no campo de identificação do destinatário: os dados do adquirente;

II - a referência da chave de acesso da Nota Fiscal original;

III - a expressão "Emitida nos termos da cláusula quinta do Ajuste SINIEF 02/18".

§ 2º Se devido, o recolhimento do imposto, com atualização monetária e acréscimos legais, relativo:

I - à operação própria do remetente, deve ser realizado por guia de recolhimento definida pela respectiva unidade federada de origem da operação;

II - à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, na hipótese de o destinatário ser consumidor final, deve ser feito:

a) em conformidade com o disposto na cláusula quarta do Convênio ICMS 93/15, quando se tratar de não contribuinte do ICMS;

b) na forma definida na legislação da unidade federada de destino, quando se tratar de contribuinte do ICMS.

Cláusula sexta O estabelecimento que receber, em retorno, de pessoa natural ou jurídica não contribuinte ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, mercadoria remetida para demonstração, nos termos do caput da cláusula quinta, deve emitir Nota Fiscal relativa à mercadoria que retorna:

I - se dentro do prazo previsto na cláusula quarta, sem destaque do imposto, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) como natureza da operação: Retorno de mercadoria remetida para Demonstração;

b) o campo CFOP: o código 1.913 ou 2.913;

c) a referência da chave de acesso da Nota Fiscal prevista na cláusula quinta;

d) no campo relativo às Informações Adicionais, a expressão: "Imposto suspenso nos termos da cláusula quarta do Ajuste SINIEF 02/18";

II- se decorrido o prazo previsto na cláusula quarta, com destaque do imposto, aplicando-se a mesma base de cálculo e a mesma alíquota constante da Nota Fiscal de que trata o § 1º da cláusula quinta, contendo as informações ali previstas.

§ 1º Eventual recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, nos termos da alínea "a" do inciso II do § 1º da cláusula quinta, deve ser objeto de recuperação nos moldes previstos pela legislação da respectiva unidade federada.

§ 2º A Nota Fiscal de que trata essa cláusula deve acompanhar a mercadoria em seu retorno ao estabelecimento de origem.

Cláusula sétima O estabelecimento contribuinte ou qualquer outro obrigado à emissão de Nota Fiscal que remeter, em retorno ao estabelecimento de origem, mercadoria recebida para demonstração, deve emitir Nota Fiscal:

I - se dentro do prazo previsto na cláusula quarta, sem destaque do imposto, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) como natureza da operação: Retorno de Demonstração;

b) no campo do CFOP: o código 5.913 ou 6.913;

c) a referência da chave de acesso da Nota Fiscal pela qual tiver recebido a mercadoria em seu estabelecimento;

d) no campo relativo às Informações Adicionais, a expressão: "Imposto suspenso nos termos da cláusula quarta do Ajuste SINIEF 02/18";

II - se decorrido o prazo previsto na cláusula quarta, com destaque do imposto, aplicando-se a mesma base de cálculo e a mesma alíquota constante da Nota Fiscal de que trata o § 1º da cláusula quinta, contendo as informações ali previstas.

Cláusula oitava Na transmissão da propriedade de mercadoria remetida para demonstração a qualquer pessoa natural ou jurídica não-contribuinte ou não obrigada à emissão de documentos fiscais, sem que tenha retornado ao estabelecimento de origem, o estabelecimento transmitente deve:

I - emitir Nota Fiscal, sem destaque do imposto, identificada como de entrada de mercadoria, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) como natureza da operação: "Entrada Simbólica em Retorno de Mercadoria remetida para Demonstração";

b) no campo do CFOP: o código 1.949 ou 2.949;

c) a referência das chaves de acesso da Nota Fiscal emitida por ocasião da remessa para demonstração;

d) no campo relativo às Informações Adicionais, a expressão: "Imposto suspenso nos termos da cláusula quarta do Ajuste SINIEF 02/18";

II - emitir Nota Fiscal, com destaque do valor do imposto, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) no campo de identificação do destinatário: os dados do adquirente;

b) o CFOP adequado à venda;

c) a referência da chave de acesso da nota fiscal da remessa para demonstração;

d) no campo relativo às Informações Adicionais: "Transmissão da Propriedade de mercadoria remetida para Demonstração".

Cláusula nona Na transmissão da propriedade de mercadoria remetida para demonstração a estabelecimento contribuinte ou qualquer outro obrigado à emissão de Nota Fiscal, sem que tenha retornado ao estabelecimento de origem, deve-se observar as seguintes disposições:

I - o estabelecimento adquirente deve emitir Nota Fiscal, sem destaque do valor do imposto, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) no campo de identificação do destinatário: os dados do estabelecimento de origem;

b) como natureza da operação: "Retorno Simbólico de Mercadoria em Demonstração";

c) CFOP 5.949 ou 6.949;

d) a referência da chave de acesso da Nota Fiscal pela qual tiver recebido a mercadoria em seu estabelecimento;

e) no campo relativo às Informações Adicionais, a expressão: "Imposto suspenso nos termos do Ajuste SINIEF 02/18";

II - o estabelecimento transmitente deve emitir Nota Fiscal, com destaque do imposto, se devido, que, além dos demais requisitos, deve conter:

a) no campo de identificação do destinatário: os dados do adquirente;

b) o CFOP adequado à venda, com destaque do valor do imposto;

c) a referência da chave de acesso da nota fiscal emitida por ocasião da remessa para demonstração;

d) no campo relativo às Informações Adicionais: "Transmissão da Propriedade de mercadoria remetida para Demonstração".

Cláusula décima Fica suspenso o imposto incidente na saída de mercadoria remetida para mostruário, condicionado ao retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem em até 90 (noventa dias), contados da data da saída, podendo ser prorrogado por igual período a critério da unidade federada.

Parágrafo único. O disposto no caput abrange, inclusive, o recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, previsto no Convênio ICMS 93/15, de 17 de setembro de 2015.

Cláusula décima primeira Na saída de mercadoria a título de mostruário, o contribuinte dever emitir Nota Fiscal indicando como destinatário o seu empregado ou representante, sem destaque do imposto, que, além dos demais requisitos, deve conter:

I - no campo natureza da operação: Remessa de Mostruário;

II - no campo do CFOP: o código 5.912 ou 6.912;

III - no campo relativo às Informações Adicionais, a expressão: "Imposto suspenso nos termos do Ajuste SINIEF 02/18".

Parágrafo único. O trânsito de mercadoria destinada a mostruário, em todo o território nacional, deve ser efetuado com a Nota Fiscal prevista no caput desde que a mercadoria retorne ao estabelecimento de origem no prazo previsto nesta cláusula.

Cláusula décima segunda O disposto na cláusula décima primeira, aplica-se, ainda, na hipótese de remessa de mercadorias a serem utilizadas em treinamentos sobre o uso das mesmas, desde que a mercadoria retorne ao estabelecimento de origem no prazo previsto na cláusula décima, que, além dos demais requisitos, deve conter:

I - no campo de identificação do destinatário: os dados do próprio remetente;

II - como natureza da operação: Remessa para Treinamento;

III - no campo do CFOP: o código 5.912 ou 6.912;

IV - no campo relativo às Informações Adicionais, o endereço dos locais de treinamento e a expressão: "Imposto suspenso nos termos do Ajuste SINIEF 02/18".

Cláusula décima terceira No retorno das mercadorias remetidas a título de mostruário ou treinamento, o contribuinte deve emitir Nota Fiscal relativa à entrada das mercadorias, que, além dos demais requisitos, deve conter:

I - no campo de identificação do destinatário: os dados do próprio emitente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - como natureza da operação: Retorno de Mostruário ou Retorno de Treinamento;

III - no campo do CFOP: o código 1.913 ou 2.913;

IV - a referência da chave de acesso da nota fiscal emitida por ocasião da remessa para mostruário ou treinamento;

V - no campo relativo às Informações Adicionais, o endereço dos locais de treinamento e a expressão: "Imposto suspenso nos termos do Ajuste SINIEF 02/18".

Cláusula décima quarta O disposto neste ajuste aplica-se, no que couber, às operações:

a) com mercadorias isentas ou não tributadas;

b) efetuadas por contribuintes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "Simples Nacional".

Cláusula décima quinta Fica revogado o Ajuste SINIEF 08/08, de 4 de julho de 2008.

Cláusula décima sexta Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do 1º dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

AJUSTE SINIEF 03/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Concede tratamento diferenciado às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 168ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, e no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, resolve celebrar o seguinte

AJUSTE

CAPÍTULO I

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Cláusula primeira Fica concedido tratamento diferenciado para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto, nos termos deste ajuste.

§ 1º O tratamento diferenciado dispensado às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural aplica-se às operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos dos remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte, que operarem por meio gasoduto, localizados nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

§ 2º Para a fruição do tratamento diferenciado, devem ser observadas as definições dos pontos de recebimento e de entrega do gás natural, conforme previsão contratual ou de acordo com a programação logística notificada aos transportadores pelos remetentes ou destinatários do gás natural, nos termos da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009 e do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010.

§ 3º O tratamento diferenciado previsto no caput desta cláusula se aplica aos estabelecimentos dos contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviços de transporte situados nas unidades federadas relacionadas no § 1º que operarem por meio de gasoduto, devidamente credenciados e relacionados em Ato COTEPE/ICMS.

Cláusula segunda A fruição do tratamento diferenciado fica condicionada à entrega regular das informações relativas às operações e movimentações de gás natural em gasoduto, utilizando-se de Sistema de Informação (SI), aprovado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS -, o qual será custeado pelos prestadores de serviço de transporte dutoviário para a unidade da Federação gestora do SI com a finalidade de disponibilizar as informações relativas as operações e prestações de serviços de transporte de gás natural no gasoduto.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão abranger todos os parâmetros essenciais das operações e prestações de serviço de transporte de gás natural, tais como:

I - identificação do remetente;

II - identificação do transportador;

III - ponto de recebimento;

IV - identificação do destinatário;

V - ponto de entrega;

VI - volume e quantidade de energia do gás natural comercializados/movimentados;

VII - base de cálculo, alíquota e valor do imposto, do produto e do serviço de transporte;

VIII - volume e quantidade de energia do Gás Natural transportado de acordo com a medição nos pontos de recebimento e entrega dos transportadores;

IX - volume e quantidade de energia do gás natural utilizado no sistema de transporte (GUS).

§ 2º Ao serem disponibilizadas no SI, as informações consideram-se validadas para todos os efeitos fiscais, devendo os arquivos eletrônicos que compõem o conjunto de informações serem assinados digitalmente de acordo com as Normas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil pelo contribuinte ou por seu representante legal.

§ 3º No SI deverá ser observada a conciliação entre as Notas Fiscais Eletrônicas e os respectivos Conhecimentos de Transporte Eletrônicos.

§ 4º O SI disponibilizará os dados brutos dos medidores nos pontos de recebimento e de entrega do Gás Natural transportado.

§ 5º Ato COTEPE/ICMS aprovará o manual de instrução contendo as orientações para o atendimento ao disposto no caput e no §§ 1º, 2º, 3º e §4º, sem prejuízo dos demais documentos exigidos na legislação vigente, ressalvado o disposto na cláusula vigésima primeira.

Cláusula terceira A emissão dos documentos fiscais relativos às operações de circulação e prestações de serviço de transporte dutoviário de gás natural será realizada com base nas quantidades de gás natural, efetivamente medidas nos pontos de recebimento e de entrega, solicitadas pelos remetentes e destinatários, e confirmadas pelos prestadores de serviço de transporte dutoviário de gás natural, de acordo com previsão contratual.

§ 1º As quantidades de gás natural de que trata o caput serão expressas em unidade de energia, devendo ser observada a uniformidade da grandeza utilizada nos documentos fiscais - notadamente entre a NFe e os respectivos CTes - assim como os seguintes requisitos:

I - no campo "Informações Complementares de Interesse do Contribuinte" dos documentos fiscais deverão ser indicados claramente o volume medido em m³ (metro cúbico), o poder calorífico superior estabelecido no contrato e o Fator de Ajuste do Poder Calorífico Superior, que compreende a divisão entre a média ponderada dos valores de poder calorífico superior medidos e o poder calorífico superior de referência previsto no contrato.

II - No campo "Informações Complementares de Interesse do Contribuinte", as informações de que tratam o inciso I deverão ser apresentados no seguinte formato: *** AJUSTE SINIEF 03/18; M3: XXX; FATOR PCS: XXX; PCR: XXX. ***, onde:

a) M3: metros cúbicos medidos;

b) FATOR PCS: o fator de ajuste do poder calorífico superior com 10 (dez) casas decimais;

c) PCR: poder calorífico superior de referência do contrato;

III - o SI a que se refere a cláusula segunda deverá dispor das quantidades em m³, m³ na condição de referência de 9.400 kcal/m³ e MMBTU (milhões de British Thermal Unit), inclusive para perdas, estoques e outras informações a serem disponibilizadas pelos prestadores de serviço de transporte de gás natural;

IV - para fins do SI a que se refere a cláusula segunda, o poder calorífico de 9.400 kcal/m³ equivale a 0,0373021790 MMBTU/m³.

§ 2º Para efeitos de tributação das operações e das prestações de serviço de transporte dutoviário de gás natural deverão ser considerados os pontos de recebimento e de entrega assim como os respectivos valores econômicos previstos em contrato, independentemente do fluxo físico do gás no gasoduto.

§ 3º Os documentos fiscais relativos às operações de circulação e prestações de serviço de transporte dutoviário de gás natural, definidas neste ajuste, poderão ser emitidos mensalmente, de forma englobada, até o 5º dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, sem prejuízo do recolhimento do ICMS relativo a esse fato gerador na data prevista na legislação.

§ 4º Na emissão dos documentos fiscais, deverá ser observada a vinculação entre as NF-es e os respectivos CT-es através do registro da chave de acesso destes nas NF-es associadas - ainda que em prazo superior ao previsto no § 3º desta cláusula, sob formato de registro de evento conforme previsto no Manual de Orientação do Contribuinte da NF-e, desde que não ultrapasse o 15º dia útil do mês subsequente ao fato gerador.

Cláusula quarta O tratamento diferenciado de que trata a cláusula primeira não dispensa a obrigatoriedade:

I - do prestador de serviço de transporte por gasoduto, em relação às demais obrigações tributárias previstas na legislação das unidades federadas de que trata a cláusula primeira;

II - de cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, relativas às respectivas operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio do gasoduto;

III - dos prestadores de serviço de transporte dutoviário manterem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS em cada unidade federada relacionada no § 1º da cláusula primeira.

Parágrafo único. No âmbito de vinculação das operações realizadas em seus territórios as unidades federadas relacionadas no § 1º da cláusula primeira poderão exigir a apresentação dos contratos comerciais pactuados entre os agentes usuários do gasoduto, com o objetivo de subsidiar a fiscalização do cumprimento dos procedimentos previstos neste ajuste.

CAPÍTULO II

DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE GÁS NATURAL

Seção I

Da Contratação pelo Remetente do Gás Natural

Cláusula quinta Na hipótese em que a prestação do serviço de transporte dutoviário for contratada pelo remetente do gás natural, este emitirá Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, sem destaque do imposto, na qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

I - como destinatário, o estabelecimento do prestador do serviço de transporte no qual se deu a entrada do gás natural no gasoduto (ponto de recebimento);

II - como natureza da operação, "Remessa para Transporte por Sistema Dutoviário";

III - no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados;

IV - no grupo "G Identificação do Local de Entrega", a identificação do estabelecimento do prestador dutoviário no qual se dará a entrada do gás natural no sistema.

Parágrafo único. Na NF-e de que trata o caput, não se pode incluir os volumes de gás natural destinados ao uso no sistema de transporte (GUS), os quais serão objeto de NF-e emitidas especificamente para esse fim.

Cláusula sexta Na saída de gás natural do gasoduto deverá ser emitida NF-e:

I - pelo estabelecimento do prestador do serviço de transporte dutoviário, sem destaque do imposto, na qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

a) como destinatário, o estabelecimento do remetente do gás natural;

b) como natureza da operação, "Devolução referente à saída de gás natural do Sistema Dutoviário";

c) no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados;

d) no campo "Chave de Acesso da NF-e Referenciada", a indicação da chave de acesso da NF-e emitida na forma da cláusula quinta;

II - pelo remetente, relativa à operação, com destaque de imposto, se devido.

Parágrafo único. Na hipótese do volume de gás natural indicado na NF-e emitida, na forma do inciso I, corresponder a apenas parte do volume constante das NF-e, emitidas na forma da cláusula quinta, a NF-e prevista no inciso I deve conter, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais", o volume de gás natural correspondente às respectivas frações.

Seção II

Da Contratação pelo Destinatário do Gás Natural

Cláusula sétima Na hipótese em que a prestação do serviço de transporte de gás natural por meio do gasoduto for contratada pelo destinatário do gás natural, será emitida NF-e, observando os demais requisitos previstos na legislação:

I - pelo remetente, relativa à operação, com destaque do imposto, se devido, na qual constará, como destinatário, o estabelecimento adquirente do gás natural;

II - pelo destinatário, na entrada de gás natural no gasoduto, sem destaque do imposto, na qual constará:

a) como destinatário, o estabelecimento do prestador de serviço de transporte no qual se deu a entrada do gás natural no gasoduto (ponto de recebimento);

b) como natureza da operação, "Remessa para Transporte por Sistema Dutoviário";

c) no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados;

d) no grupo "F Identificação do Local de Retirada", o local no qual o gás natural foi disponibilizado pelo remetente e retirado pelo destinatário;

e) no campo "Chave de Acesso da NF-e Referenciada", a indicação da NF-e relativa à operação de saída do estabelecimento remetente.

Parágrafo único. Na NF-e de que trata o caput, não se pode incluir os volumes de gás natural destinados ao uso no sistema de transporte (GUS), os quais serão objeto de NF-e emitidas especificamente para esse fim.

Cláusula oitava Na saída do gás natural do gasoduto, deverá ser emitida NF-e, pelo estabelecimento do prestador de serviço de transporte dutoviário no qual se deu a entrada no gasoduto, sem destaque do imposto, na qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

I - como destinatário, o estabelecimento do adquirente do gás natural;

II - como natureza da operação, "Devolução referente à saída de gás natural do Sistema Dutoviário";

III - no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados;

IV - no campo "Chave de Acesso da NF-e Referenciada", a indicação da chave de acesso da NF-e emitida na forma do inciso II da cláusula sétima.

Parágrafo único. Na hipótese do volume de gás natural indicado na NF-e emitida na forma do caput corresponder a apenas parte do volume constante das NF-e emitidas na forma do inciso II da cláusula sétima, a NF-e prevista no caput deverá conter, no campo "Informações Complementares" do quadro "Dados Adicionais", o volume de gás natural correspondente às respectivas frações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção III

Da Contratação de um ou mais Prestadores de Serviço de Transporte de Gás Natural e da Interconexão de Instalações do Gasoduto

Cláusula nona O prestador de serviço de transporte de gás natural, por meio do gasoduto, deverá emitir o Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, modelo 57 no qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

I - como destinatário, o estabelecimento do adquirente do gás natural;

II - como natureza da operação, "Prestação de Serviço de Transporte de Gás Natural no Sistema Dutoviário";

III - no campo CFOP, o código "5.352". "5.353", "5.354", "5.355", "5,356", "5,357", "5.932", "6.352". "6.353", "6.354", "6.355", "6,356", "6,357" ou "6.932", conforme o caso, relativo à Prestação de Serviço de Transporte.

Cláusula décima Na hipótese da contratação de serviços de transporte, pelo remetente ou destinatário, em gasodutos interconectados de prestadores de serviços de transporte distintos, aplicar-se-ão os mesmos procedimentos de recebimento e de entrega do gás natural para cada prestador do serviço de transporte dutoviário contratado, e suas respectivas devoluções, nos termos previstos nas cláusulas quinta a oitava.

§ 1º O disposto no caput pressupõe a celebração de contratos entre remetente ou destinatário e mais de um prestador de serviço de transporte.

§ 2º O serviço de transporte a que se refere o caput será realizado pelo prestador do serviço de transporte, nos termos da regulação estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves (ANP).

Cláusula décima primeira Na hipótese em que o transporte de gás natural seja realizado por um único prestador de serviços de transporte dutoviário por meio de gasodutos interconectados ou ampliações de um gasoduto, de forma sucessiva e contígua, sendo necessária a celebração de mais de um contrato, o prestador de serviço deverá agregar os valores dos encargos de movimentação da mercadoria dos diferentes contratos em um único CT-e.

§ 1º O disposto no caput pressupõe a celebração de diversos contratos entre um tomador, seja remetente ou destinatário, e um mesmo prestador de serviço de transporte dutoviário.

§ 2º Os documentos fiscais relativos à prestação de serviço de transporte de que trata o § 1º da cláusula segunda serão emitidos pelo transportador para acobertar uma única prestação de serviço de transporte, desde o ponto de recebimento do gás nas instalações de transporte até o ponto de entrega da mercadoria.

Seção IV

Da solidariedade

Cláusula décima segunda Os remetentes, destinatários e prestadores de serviço de transporte de que trata o § 1º da cláusula primeira, além das demais obrigações previstas na legislação, deverão verificar se as operações nos pontos de recebimento e de entrega do gasoduto estão em consonância com o disposto neste ajuste.

§ 1º Considera-se cumprida a verificação indicada no caput por meio dos seguintes procedimentos, por cada remetente, destinatário ou prestador de serviços, quando ele:

I - disponibilizar as informações de sua responsabilidade referentes às operações respectivas de acordo com o disposto no caput da cláusula segunda;

II - certificar-se de que os documentos fiscais que devem ser por ele recebidos para escrituração em sua contabilidade foram emitidos em conformidade com o disposto neste ajuste.

§ 2º Nos casos em que o não cumprimento da verificação de que trata o inciso II do § 1º concorrer para o não recolhimento do imposto devido, o remetente, destinatário ou prestador de serviço inadimplente responderá solidariamente pelo imposto relativo ao documento fiscal que deixou de ser por ele recebido ou que foi recebido em desconformidade com os termos deste ajuste, salvo se informar, no sistema previsto no caput da cláusula segunda, a existência da irregularidade identificada, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da mercadoria.

§ 3º Quando se tratar de erro do valor do imposto destacado no documento fiscal o procedimento previsto no § 2º não exime o remetente ou destinatário do cumprimento da correspondente legislação estadual.

CAPÍTULO III

DO ESTOQUE DE GÁS NO INTERIOR DOS GASODUTOS

Cláusula décima terceira O estoque dos gasodutos compreende a soma do volume mínimo necessário para iniciar a movimentação do gás natural e do volume referente ao desequilíbrio acumulado, decorrente da diferença entre os volumes recebidos e entregues na instalação de transporte, durante um determinado período de tempo.

Cláusula décima quarta O volume mínimo de gás natural necessário para iniciar a movimentação no gasoduto, denominado estoque mínimo, poderá ser entregue pelo contratante ou adquirido pelo prestador de serviço de transporte.

Cláusula décima quinta Na hipótese do volume mínimo de gás natural ser entregue pelo contratante do serviço de transporte, este deverá emitir NF-e, sem destaque do imposto, na qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

I - como destinatário, o estabelecimento do prestador do serviço de transporte no qual se deu a entrada do gás natural no gasoduto;

II - como natureza da operação, "Remessa de gás para estoque mínimo";

III - no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados.

Parágrafo único. Por ocasião da devolução do volume de gás natural recebido a título de estoque mínimo, o prestador do serviço de transporte emitirá NF-e, sem destaque do imposto, na qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

I - como destinatário, o estabelecimento do remetente do gás natural;

II - como natureza da operação, "Devolução de gás de estoque mínimo";

III - no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados.

Cláusula décima sexta Na hipótese do estoque mínimo de gás natural ser adquirido pelos prestadores do serviço de transporte, haverá emissão de NF-e, pelo fornecedor do gás natural, de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS PERDAS EXTRAORDINÁRIAS E PERDAS POR FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO NO GASODUTO

Seção I

Das Perdas Extraordinárias Ocorridas no Gasoduto

Cláusula décima sétima Relativamente às perdas extraordinárias, que compreendem o gás natural liberado para a atmosfera devido a danos, acidentes ou mau funcionamento da instalação de transporte decorrentes de atos ou omissões do prestador de serviço de transporte, este deverá:

I - apurar mensalmente as perdas extraordinárias de gás natural no gasoduto;

II - discriminar as perdas extraordinárias de forma proporcional a cada contratante do serviço de transporte dutoviário, considerando os termos e condições contratuais;

III - emitir, até o 5º dia útil do segundo mês subsequente ao evento, para cada contratante do serviço de transporte dutoviário, NF-e, sem destaque do imposto, na qual constará:

a) como destinatário, o contratante do serviço de transporte dutoviário;

b) como quantidade, aquela referente às perdas extraordinárias de gás natural no período;

c) como valor, aquele apurado no período, considerando-se o valor unitário da NF-e que documentou a remessa física ou simbólica do gás natural ao gasoduto;

d) como natureza da operação, "Devolução Simbólica do Gás Natural Perdido no Sistema Dutoviário";

e) no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados.

Parágrafo único. A NF-e de que trata o inciso III do caput será emitida pelo estabelecimento do prestador de serviço de transporte (ponto de recebimento) indicado como destinatário pelo remetente da NF-e que documentou a remessa física ou simbólica do gás natural ao gasoduto.

Cláusula décima oitava O contratante do serviço de transporte dutoviário deverá emitir, até o 5º dia útil do segundo mês subsequente ao evento, NF-e, com destaque do imposto, na qual constará:

I - como destinatário, o estabelecimento do prestador do serviço de transporte;

II - como natureza da operação "lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração";

III - no campo CFOP, o código "5.927", relativo ao lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração;

IV - no campo "Chave de Acesso da NF-e Referenciada", a indicação da chave de acesso da NF-e emitida na forma do inciso III da cláusula décima sétima.

Seção II

Das Perdas por Caso Fortuito ou Força Maior

Cláusula décima nona Relativamente às perdas por caso fortuito ou força maior, que compreendam eventos que tenham ocorrido e permanecido fora do controle dos agentes, o prestador de serviço de transporte deverá:

I - apurar mensalmente as perdas por caso fortuito ou força maior de gás natural no gasoduto;

II - discriminar as perdas por caso fortuito ou força maior, de forma proporcional a cada contratante do serviço de transporte dutoviário, considerando os termos e condições contratuais;

III - emitir, até o 5º dia útil do segundo mês subsequente ao evento, para cada contratante do serviço de transporte dutoviário, NF-e, sem destaque do imposto, no qual constará, além dos demais requisitos previstos na legislação:

a) como destinatário, o contratante do serviço de transporte dutoviário;

b) como quantidade, aquela apurada para a Perda por Caso Fortuito ou Força Maior;

c) como valor, aquele apurado para a perda, considerando-se o valor unitário da NF-e que documentou a remessa física ou simbólica do gás natural ao gasoduto;

d) como natureza da operação, "Devolução Simbólica do Gás Natural Perdido no Sistema Dutoviário por motivo de caso fortuito ou força maior";

e) no campo CFOP, o código "5.949" ou "6.949", conforme o caso, relativo a outras saídas de mercadoria ou prestações de serviço não especificados.

Parágrafo único. A NF-e prevista no inciso III será emitida pelo estabelecimento do operador dutoviário (ponto de recebimento) indicado como destinatário pelo remetente da NF-e que documentou a remessa física ou simbólica do gás natural ao gasoduto.

Cláusula vigésima O contratante do serviço de transporte dutoviário deverá emitir, até o 5º dia útil do segundo mês subsequente ao evento, NF-e, sem destaque do imposto, na qual constará as informações a seguir, bem como efetuar o estorno do crédito de que trata o art. 21, IV da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996:

I - como destinatário, o estabelecimento do próprio contratante;

II - como natureza da operação "lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração";

III - no campo CFOP, o código "5.927", relativo ao lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração;

IV - no campo "Chave de Acesso da NF-e Referenciada", a indicação da chave de acesso da NF-e emitida na forma do inciso III do caput da cláusula décima nona.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Cláusula vigésima primeira No período transitório que anteceder a disponibilização do SI de que trata o caput da cláusula segunda, os agentes usuários do gasoduto (remetentes, destinatários e prestadores de serviço) deverão apresentar relatórios mensais com as informações relativas às operações realizadas, conforme definido em Ato COTEPE/ICMS.

Parágrafo único. O período transitório previsto no caput se encerrará em 31 de dezembro de 2018, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2019 a produção de efeitos deste ajuste fica condicionada a efetiva implantação do Sistema de Informação de que trata o caput da Cláusula segunda.

Cláusula vigésima segunda Enquanto vigorarem os contratos de fornecimento de gás natural já celebrados, quando da publicação deste ajuste, as quantidades de gás natural de trata o caput da cláusula terceira serão expressas na unidade de medida prevista contratualmente.

Cláusula vigésima terceira Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação do Ato COTEPE/ICMS previsto na cláusula vigésima primeira.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretário da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

AJUSTE SINIEF 04/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 168ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira O parágrafo único da cláusula décima quarta do Ajuste SINIEF 21/10, de 10 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a redação que se segue, ficando renumerado para 1º:

"§ 1º O MDF-e pode ser encerrado de ofício pela administração tributária quando, ocorridas as situações descritas no caput, o contribuinte não tenha providenciado o encerramento ou, ainda, quando entender conveniente.".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula segunda A cláusula décima quarta do Ajuste SINIEF 21/10 fica acrescida do § 2º, com a redação que se segue:

"§ 2º Encerrado o MDF-e, a administração tributária que autorizou o evento de encerramento ou o tenha encerrado de ofício deverá disponibilizá-lo às unidades federadas envolvidas.".

Cláusula terceira Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretário da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

AJUSTE SINIEF 05/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 168ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

AJUSTE

Cláusula primeira A cláusula nona do Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, fica acrescida do § 14 com a seguinte redação:

"§ 14. A critério da unidade federada, fica dispensada a impressão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, no trânsito de mercadorias nas operações internas, desde que apresentado na forma solicitada pelo fisco.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretário da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 18/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e nos termos do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei 5.l72, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N VÊ N I O

Cláusula primeira O inciso I do § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 16/15, de 22 de abril de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - aplica-se somente à compensação de energia elétrica produzida por microgeração e minigeração definidas na referida resolução, cuja potência instalada seja, respectivamente, menor ou igual a 75 kW e superior a 75 kW e menor ou igual a 1 MW; ".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 19/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Autoriza o Estado do Ceará a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de comunicação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Ceará autorizado a conceder redução de base de cálculo do ICMS nas prestações internas de serviços de comunicação, em até 75% (setenta e cinco por cento), desde que o contribuinte, cumulativamente, atenda as seguintes condições:

I - esteja enquadrado na CNAE principal sob o nº:

1a) 6110-8/03 (serviços de comunicação multimídia - SCM);

ou

2b) 6110-8/01 (serviços de telefonia fixa comutada - STFC);

ou

3c) 6141-8/00 (operadoras de televisão por assinatura por cabo);

II - esteja enquadrado como pequena operadora, com um número de assinantes inferior a 5% (cinco por cento) da base total de assinantes no Brasil, de acordo com dados oficiais da ANATEL, isolada ou conjuntamente com outras operadoras do mesmo grupo econômico nos termos da Resolução nº 2/2012, de 29 de maio de 2012, do CADE;

III - possua sede no Estado do Ceará;

IV - comprove geração de empregos diretos no Estado do Ceará.

§ 1º O reconhecimento do benefício de que trata esta cláusula obedecerá ao disposto em regulamentação específica do Estado do Ceará.

§ 2º Ao contribuinte que possuir as características previstas no caput desta cláusula, observado o seu § 1º, poderá ser concedido ainda, diferimento do ICMS incidente sobre as operações de importação e do diferencial de alíquotas nas operações interestaduais para os bens indicados no Anexo Único deste convênio.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

ANEXO ÚNICO

NCM	DESCRIÇÃO
8536.70.00	SC/APC FAST CONNECTOR - CONECTOR DE FIBRA DE OPTICA DE MONTAGEM MANUAL
8536.70.00	SC/UPC FAST CONNECTOR - CONECTOR DE FIBRA DE OPTICA DE MONTAGEM MANUAL
8536.70.00	SC/APC ADAPTER - ADAPTADOR OPTICO SC/APC
8544.70.10	CABO DE ACESSO DE FIBRA ÓTICA COM REVESTIMENTOS EXTERNO DE MATERIAL DIELÉTRICO(2KM)
8544.70.10	ADSS 200 12F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 300 12F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 400 12F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 600 12F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 200 24F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 300 24F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 400 24F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 200 36F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 300 36F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 400 36F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 600 36F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 80 96F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 80 48F0 CFOA-SM-AS80-S-48 FIBRAS RC- CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	ADSS 80 144F0 - CABO DE ACESSO DE FIBRA OPTICA COM REVESTIMENTO EXTERNO DE MATERIAL DIELETRICO
8544.70.10	PLC SPLITTER 1*8 BLOCK TYPE 900UM, INPUT NO CONNECTOR, 1M; OUTPUT SC/APC, 0.6M, G657A - SPLITTER ÓPTICO PLC 1X8 COM CONNECTOR SC/APC NA SAIDA
8544.70.10	PLC SPLITTER 1:4 - INPUT 1M WITHOUT CONNECTOR / OUTPUT 1M WITHOUT CONNECTOR - SPLITTER ÓPTICO PLC 1X4 SEM CONECTOR
8517.70.91	GABINETE COM PLACA CONTROLADORA E EXAUSTOR
8517.70.91	SUBRACK FOR A5516-04 OLT DC, 2U HEIGHT - GABINETE A5516-04 OL DC
8517.70.91	AN5516-06 OLT SUBRACK WITH BACKBOARD, FANS UNITS,6U HEIGH - GABINETE COM PLACA CONTROLADORA E EXAUSTOR
8517.70.91	GPJ24-S5-BR-48/144/ OPTICAL VERTICAL CLOUSURE - CAIXA PARA DERIVAÇÃO DE FIBRA OPTICA
8517.70.91	GPX19-SC-96-TM-A,96- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 96 FIBRAS
8517.70.91	GPX19-SC-48-TM-A,48- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 48 FIBRAS
8517.70.91	GPX19-SC-24-TM-A,24- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 24 FIBRAS
8517.70.91	GPX19-SC-36-TM-A,36- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 36 FIBRAS
8517.70.91	GPX19-SC-144-TM-A,144- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 144 FIBRAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8517.70.91	GPX19-SC-12-TM-A,12- CORE ODF SUB-RACK - DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO COMPACTO PARA 12 FIBRAS
8517.70.91	FDP- CTO BOX WITH POLE MOUNTING ACCESSORIES - CAIXA DE TERMINAÇÃO ÓPTICA MONTADA E SEUS ACESSÓRIOS
8517.62.55	MODEM RECEPTOR DE FIBRA OPTICA MODEM RECEPTOR DE FIBRA OPTICA (UN) - AN5506-04F (4FE+2POTS+WIFI)
8517.62.55	MODEM RECEPTOR DE FIBRA OPTICA (UN) - ANN5506-02-B (1GE+1F)
8517.62.55	MODEM RECEPTOR DE FIBRA OPTICA (UN) - ONU AN5506-04FA 4GE+2FE+ AC WIFI
8517.62.55	MODEM RECEPTOR DE FIBRA OPTICA - AN5506-04-BG (4FE +2POTS)
8517.70.10	MODULO DE CONTROLE E GERENCIAMENTO PARA OLT (OPTICAL LINE TERMINAL) EM REDES GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK)
8517.70.10	PLACA MONTADA, PARA COMUNICAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SINAL ÓPTICO PARA OLT (OPTICAL LINE TERMINAL) EM REDES GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK) - GPON CARD (16 PORT) (GCOB)
8517.70.10	PLACA MONTADA, PARA COMUNICAÇÃO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SINAL ÓPTICO PARA OLT (OPTICAL LINE TERMINAL) EM REDES GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK) - GPON CARD (8 PORT) (GC8B)
8517.70.10	CORE SWITCH AND UPLINK CARD HSUB - PLACA MONTADA PARA GERENCIA HSUB
8517.70.10	DC POWER CARD PWRA - PLACA MONTADA DC PWRA
8517.70.10	DC POWER SUPPLY CARD - PLACA DE ALIMENTAÇÃO DC
8517.70.10	PLACA MONTADA, DE COMUNICAÇÃO, RECEPÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SINAL ÓPTICO PARA OLT (OPTICAL LINE TERMNAL) - UP LINK CARD (HU1A)
8528.71.19	RECEPTOR DE IMAGENS VIA PROTOCOLO IP - DECODIFICADOR DE IMAGENS NO PADRÃO MPEG-4 MUNIDO DE CONEXÕES HDMI, VIDEO COMPOSTO TIPO RCA E PORTA LAN. ACOMPANHA CONTROLE REMOTO, CABO TIPO HDMI, CABO DE AUDIO E VIDEO, CABO DE REDE E FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE 12V/1A DE 12W.
8517.70.99	DISTRIBUIDOR E BALANCEADOR DE ENERGIA - 48V
8517.62.11	MULTIPLEXER 5000U SERIES, WITH ITS PARTS AND PIECES - MULTIPLEXADOR SERIE 5000U, COM SUAS PARTES E PEÇAS
8517.70.99	100G CFP2 LR TRANSCEIVER,1310NM - MÓDULO ÓPTICO CFP2 LR 100G, 1310NM
8517.70.99	SFP BIDI 1G 40KM ,LC CONNECTOR TX 1310NM,RX 1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 1G 40KM, CONECTOR LC, TX 1310NM,RX 1550NM
8517.70.99	SFP BIDI 1G 40KM ,LC CONNECTOR TX 1310NM,RX 1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 1G 40KM, CONECTOR LC, TX 1550NM,RX 1310NM
8517.70.99	SFP BIDI 1G 40KM ,LC CONNECTOR TX 1310NM,RX 1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 1G 20KM, CONECTOR LC, TX 1310NM,RX 1550NM
8517.70.99	SFP BIDI 1G 40KM ,LC CONNECTOR TX 1310NM,RX 1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 1G 20KM, CONECTOR LC, TX 1550NM,RX 1310NM
8517.70.99	SFP+ 10GB BIDI 80KM TX1490NM,RX1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 10G 80KM, TX1490NM,RX1550NM
8517.70.99	SFP+ 10GB BIDI 80KM TX1490NM,RX1550NM - MÓDULO ÓPTICO BIDIRECIONAL 10G 80KM, TX1550NM,RX1490NM
8517.70.99	SFP+ 10GB 100KM 1550NM - MÓDULO OPTICO 10GB 100KM 1550NM
8517.70.99	SFP+ 10GB 100KM 1550NM - MÓDULO OPTICO 10GB 80KM 1550NM
8517.70.99	XFP 10GB 40KM 1310NM - MÓDULO OPTICO XFP 10GB 1310 NM
8517.70.99	SFP 1GB 10KM 1310NM - MÓDULO ÓPTICO 1GB 10KM 1310NM
8517.70.99	XFP 10GB 10KM 1310NM - MÓDULO OPTICO XFP 10GB 1310 NM
8517.70.99	QSFP+ 40G 1310NM 10KM LC DOM TRANSCEIVER - QSFP MÓDULO ÓPTICO 1310NM 10KM, LC DOM
8517.70.99	MÓDULO SFP+ DWDM 80KM DUPLEX TX CH52 / RX CH22 - MÓDULO ÓPTICO SFP+ DWDM 80KM, DUPLEX TX CH52 / RX CH22
8517.70.99	MÓDULO SFP+ DWDM 80KM DUPLEX TX CH52 / RX CH22 - MÓDULO ÓPTICO SFP+ DWDM 80KM, DUPLEX TX CH51 / RX CH21
8517.70.99	MÓDULO QSFP 100G-AOC15M - MODULO CONECTORIZADO 15 METROS
8517.70.99	MÓDULO SFP+ 10G 1550 - 100KM - MÓDULO OPTICO SFP+ 10G 1550NM 100KM

CONVÊNIO ICMS 20/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Concede isenção do ICMS às operações internas, nos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará e Roraima, com micro ônibus e vans, para utilização como transporte complementar de passageiros.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam isentas do ICMS as saídas internas nos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará e Roraima, bem como o diferencial de alíquotas devido nas saídas interestaduais a eles destinadas, promovidas por estabelecimento fabricante ou por seus revendedores autorizados, de micro ônibus e vans para o transporte complementar de passageiros, quando destinados a motoristas profissionais, associados à cooperativa de transporte complementar de passageiros detentora de permissão de linhas de transportes concedidas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN dos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará e Roraima, desde que, cumulativa e comprovadamente:

I - o adquirente:

a) exerça, há pelo menos 1 (ano), a atividade de condutor de transporte complementar de passageiros, em micro ônibus ou van veículo de sua propriedade;

b) não tenha adquirido, nos últimos dois anos, veículo com isenção ou redução da base de cálculo do ICMS outorgada à categoria;

II - o benefício correspondente seja transferido para o adquirente do veículo, mediante redução no seu preço.

Parágrafo único. As condições previstas no inciso I do caput, não se aplicam, nas hipóteses das alíneas:

I - "a", nos casos de ampliação do número de vagas, nos limites estabelecidos em concorrência pública, dos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará e Roraima;

II - "b", quando ocorra a destruição completa do veículo ou seu desaparecimento.

Cláusula segunda A isenção prevista neste convênio aplica-se inclusive às saídas promovidas pelos estabelecimentos fabricantes ou por seus revendedores autorizados destinadas a motorista profissional Microempreendedor Individual (MEI) assim considerado nos termos do § 3º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e inscrito no CNPJ com o CNAE:

I - 4921-3/02 Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana;

II - 4922-1/01: Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana.

Cláusula terceira Nas operações amparadas pelo benefício previsto neste convênio, não será exigido o estorno do crédito fiscal de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Cláusula quarta O benefício previsto neste convênio não alcança os acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Cláusula quinta A alienação do veículo adquirido com a isenção a pessoa que não satisfaça os requisitos e as condições estabelecidas na cláusula primeira, sujeitará o alienante ao pagamento do tributo dispensado, monetariamente corrigido.

Cláusula sexta Na hipótese de fraude, considerando-se como tal, também, a não observância do disposto no inciso I da cláusula primeira, o tributo, corrigido monetariamente, será integralmente exigido com multa e juros moratórios, previstos na legislação própria de cada Estado.

Cláusula sétima Para aquisição de veículo com o benefício previsto neste convênio, o interessado deverá apresentar requerimento instruído com os seguintes documentos:

I - declaração fornecida pelo órgão do poder público concedente ou órgão representativo da categoria, comprobatória de que exerce atividade de condutor autônomo complementar de passageiros , em veículo de sua propriedade na categoria de micro ônibus ou van;

II - cópias de Documentos Pessoais, Carteira Nacional de Habilitação e Comprovante de Residência;

III - cópia de documentação que comprove a condição de transportador complementar de passageiros Microempreendedor Individual (MEI) do interessado, quando enquadrado nessa situação.

Parágrafo único. Na hipótese do parágrafo único da cláusula primeira, o interessado deverá juntar ao requerimento a Certidão de Baixa do Veículo, prevista em resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no caso de destruição completa do veículo ou certidão da Delegacia de Furtos e Roubos ou congênere, no caso de furto ou roubo.

Cláusula oitava Para aquisição de veículo com o benefício previsto neste convênio deverá, ainda, o interessado:

I - obter declaração, em três vias, probatória de que exerce atividade de condutor de passageiros em transporte complementar e já a exercia na data prevista na alínea "a" do inciso I da cláusula primeira, na categoria de micro ônibus ou van, conforme o caso;

II - entregar as três vias da declaração ao revendedor autorizado, juntamente com o pedido do veículo.

Cláusula nona Os revendedores autorizados, além do cumprimento das demais obrigações previstas na legislação de cada Estado, deverão:

I - mencionar, na nota fiscal emitida para entrega do veículo ao adquirente, que a operação é beneficiada com isenção do ICMS, nos termos deste convênio, e que, nos primeiros dois anos, o veículo não poderá ser alienado sem autorização do Fisco;

II - encaminhar, mensalmente, às Secretarias Estaduais de Fazenda dos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará e Roraima, juntamente com a declaração referida no inciso I da cláusula oitava, informações relativas a:

a) endereço do adquirente e seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF;

b) número, série e data da nota fiscal emitida e dos dados identificadores do veículo vendido;

III - conservar, em seu poder, a segunda via da declaração e encaminhar a terceira ao DETRAN, onde será licenciado o veículo, para que se proceda à matrícula do veículo nos prazos estabelecidos na legislação de cada Estado.

Cláusula décima Os estabelecimentos fabricantes ficam autorizados a promover as saídas dos veículos com o benefício previsto neste convênio, mediante encomenda dos revendedores autorizados, desde que, em 120 (cento e vinte) dias, contados da data daquela saída, possam demonstrar perante o fisco de cada Estado o cumprimento do disposto no inciso II da cláusula anterior, por parte daqueles revendedores.

Cláusula décima primeira Os estabelecimentos fabricantes deverão:

I - quando da saída de veículos amparada pelo benefício instituído neste convênio, especificar o valor a ele correspondente;

II - até o último dia de cada mês, elaborar relação das notas fiscais emitidas no mês anterior, nas condições da cláusula precedente, indicando a quantidade de veículos e respectivos destinatários revendedores, separadamente por unidade da Federação;

III - anotar na relação referida no inciso anterior, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as informações recebidas dos estabelecimentos revendedores, mencionando:

a) nome, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF e endereço do adquirente final do veículo;

b) número, série e data da nota fiscal emitida pelo revendedor;

IV - conservar à disposição das Secretarias Estaduais de Fazenda, pelo prazo previsto em suas legislações para a guarda de documentos fiscais, os elementos referidos nos incisos anteriores.

§ 1º Quando o faturamento for efetuado diretamente pelo fabricante, deverá este cumprir, no que couber, as obrigações cometidas aos revendedores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º A obrigação aludida no inciso III poderá ser suprida por relação elaborada no prazo ali previsto e contendo os elementos indicados separadamente por unidade da Federação.

§ 3º Poderá o fisco arrecadar as relações referidas nesta cláusula e os elementos que lhe serviram de suporte, para as verificações que se fizerem necessárias.

Cláusula décima segunda As unidades federadas constantes na cláusula primeira poderão, ainda, condicionar a obtenção do benefício previsto neste convênio a regras de controle, na forma que dispuserem em suas legislações.

Cláusula décima terceira As unidades federadas constantes na cláusula primeira poderão firmar protocolo, disciplinando as formas de controle e fiscalização necessárias à sua aplicação.

Cláusula décima quarta Aplicam-se às disposições deste convênio às operações com veículos fabricados nos países integrantes do tratado do MERCOSUL.

Cláusula décima quinta Este convênio entra em vigor a partir da data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de outubro de 2020, para as montadoras, e até 31 de dezembro de 2020, para as concessionárias.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 21/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 95/12, que dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula segunda-A do Convênio ICMS 95/12, de 28 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda-A Ficam os Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo autorizados a não exigirem o estorno do crédito fiscal, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas operações de que trata este convênio.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 22/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a inclusão do Estado de Santa Catarina nas disposições do Convênio ICMS 170/17, que autoriza a redução de multas e demais acréscimos legais do ICMS incidente sobre valores cobrados a título de assinatura mensal pelas prestadoras de serviços de telefonia.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24/75, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Santa Catarina incluído nas disposições do Convênio ICMS 170/17, de 23 de novembro de 2017.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 170/17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Paraná e de Santa Catarina autorizados a reduzir multas e demais acréscimos legais, relativos ao não pagamento do ICMS incidente sobre valores cobrados a título de assinatura mensal pelas prestadoras de serviços de telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário, decorrente de prestações de serviços de comunicação cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 23/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a remissão e a anistia de créditos tributários decorrentes de não retenção do ICMS a título de substituição tributária na remessa de autopeças ao Estado do Tocantins nos casos em que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Tocantins autorizado a remitir e a anistiar créditos tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2017, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, decorrentes de remessa de autopeças por fornecedores situados em estados signatários do Protocolo ICMS 97/10, de 9 de julho de 2010, a destinatários no estado do Tocantins que sejam beneficiários da Lei Estadual 1.201/00, de 29 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. O disposto no caput fica condicionado à comprovação do recolhimento da parcela do imposto a título de substituição tributária pelo destinatário da mercadoria nos termos da legislação estadual.

Cláusula segunda O disposto neste convênio não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhida.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 24/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Autoriza os Estados do Amazonas e Goiás a conceder redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24/75, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas e de Goiás autorizados a concederem, na forma e condições estabelecidas em suas legislações, redução de base de cálculo de ICMS de forma que a carga tributária seja equivalente a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre o valor do fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como no fornecimento interno promovido por empresas preparadoras de refeições coletivas, excetuando, em qualquer das hipóteses, o fornecimento ou a saída de bebidas.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 25/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 76/98, que autoriza a conceder isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com pescados criados em cativeiros.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados da cláusula primeira do Convênio ICMS 76/98, de 18 de setembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o caput:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rondônia, Roraima e Tocantins autorizados a conceder isenção do ICMS às saídas internas e interestaduais dos seguintes pescados, criados em cativeiro, sejam frescos, resfriados ou congelados, bem como suas carnes e partes in-natura:";

II - o inciso IV:

"IV - jatuarana (matrinchã);".

Cláusula segunda Ficam acrescentados os incisos V, VI e VII à cláusula primeira do Convênio ICMS 76/98, com a seguinte redação:

"V - curimatã (curimatá);

VI - caranha;

VII - piau.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à ratificação, exceto quanto à adesão dos Estados do Amapá e Tocantins.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS 26/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os itens 3 e 96 do Anexo Único do Convênio ICMS 87/02, de 28 de junho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"

Item	Fármacos	NCM Fármacos	Medicamentos	NCM Medicamentos
3	Adalimumabe	2942.00.00	Adalimumabe - injetável - 40mg - por seringa preenchida, caneta aplicadora ou frasco-ampola	3002.10.39
96	Somatropina	2937.11.00	Somatropina - 4 UI - injetável - por frasco-ampola	3003.39.11/ 3004.39.11
			Somatropina - 12 UI - Injetável - por frasco-ampola	
			Somatropina - 15 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida	
			Somatropina - 16 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida	
			Somatropina - 18 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida	
			Somatropina - 24 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida	
			Somatropina - 30 UI - por frasco-ampola (com ou sem dispositivo de aplicaçao) ou seringa preenchida	

".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 27/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 129/04, que autoriza unidades federadas a conceder isenção nas saídas de bens e mercadorias recebidas em doação, efetuadas pela organização não-governamental "AMIGOS DO BEM - Instituição Nacional Contra a Fome e a Miséria no Sertão Nordestino", convalida procedimentos e autoriza a dispensa de imposto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O parágrafo único da cláusula primeira do Convênio ICMS 129/04, de 10 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O disposto nesta cláusula se aplica, também:

I - às prestações de serviços de transporte, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto tenha sido atribuída à beneficiária; e

II - ao diferencial de alíquotas nas entradas interestaduais destinadas à entidade referida no caput, quando aplicável.".

Cláusula segunda O parágrafo único da cláusula segunda do Convênio ICMS 129/04, de 10 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O disposto nesta cláusula se aplica, também:

I - às prestações de serviços de transporte, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto tenha sido atribuída à beneficiária; e

II - ao diferencial de alíquotas nas entradas interestaduais das mercadorias de que trata o caput, quando aplicável.".

Cláusula terceira Ficam os Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e São Paulo autorizados a convalidar procedimentos e a não exigir o imposto incidente nas operações descritas no parágrafo único da cláusula primeira e no parágrafo único da cláusula segunda do Convênio ICMS 129/04, com redação dada por este convênio, ocorridas anteriormente à data de início da produção de efeitos deste convênio.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 28/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Amazonas e Paraná ao Convênio ICMS 100/01, que autoriza os Estados que identifica a revogar, em relação ao serviço de transporte dutoviário, o crédito presumido de ICMS previsto no Convênio ICMS 106/96, que dispõe sobre concessão de crédito presumido nas prestações de serviços de transporte.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas e Paraná incluídos nas disposições do Convênio ICMS 100/01, de 28 de setembro de 2001.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir relacionados do Convênio ICMS 100/01 passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a ementa:

"Autoriza os Estados que identifica a revogar, em relação ao serviço de transporte dutoviário, o crédito presumido de ICMS previsto no Convênio ICMS 106/96, que dispõe sobre concessão de crédito presumido nas prestações de serviços de transporte.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Norte autorizados a revogar, em relação ao serviço de transporte dutoviário, o crédito presumido de ICMS previsto no Convênio ICMS 106/96, de 13 de dezembro de 1996.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS 29/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 115/03, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos adiante indicados do Convênio ICMS 115/03, de 12 de dezembro de 2003, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o item 2.1.2 do Anexo Único:

"2.1.2 Numerar os documentos fiscais em ordem crescente e consecutiva de 000.000.001 a 999.999.999, de forma contínua, sem intervalo ou quebra de sequência de numeração, devendo ser reiniciada a numeração, em novo volume de mesmo modelo, série e período de apuração, quando atingido este limite;"

II - o item 4.1.3 do Anexo Único:

"4.1.3. Tamanho do registro: 425 bytes para o arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL, 287 bytes para o arquivo de DADOS CADASTRAIS DO DESTINATÁRIO DO DOCUMENTO FISCAL, 331 bytes para o arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL e 1.335 bytes para o arquivo CONTROLE E IDENTIFICAÇÃO, acrescidos de CR/LF (Carriage Return/Line Feed) ao final de cada registro;";

III - o item 5.2.4.1.5 do Anexo Único:

"5.2.4.1.5. Nas hipóteses de situação "R" ou "C", deve ser preenchido o campo 34 - "Informações Adicionais" (item 5.2.5.10)."

IV - o item 5.2.5.2 do Anexo Único:

"5.2.5.2. Campo 26 - Em se tratando de plano de prestação de serviço telefônico corporativo, familiar ou similares, informar o número do terminal telefônico principal do plano. Informar a localidade de registro e o número no formato "LLNNNNNNNN", onde "LL" é o código da localidade e "NNNNNNNN", o número de identificação do terminal telefônico principal. No caso de número de identificação do terminal com 9 (nove) dígitos, utilizar o formato "LLNNNNNNNNN". Para planos individuais e nota fiscal modelo 6, o campo deve ser preenchido com brancos. A seguir, exemplo hipotético de preenchimento dos campos dos registros mestre referentes a um plano corporativo composto por 4 terminais telefônicos, sendo que o primeiro é o terminal principal e os demais terminais vinculados. O quinto registro refere-se a um terminal telefônico de plano individual, não relacionado com os anteriores:

TERMINAL	CAMPO 22 DO REGISTRO MESTRE	CAMPO 26 DO REGISTRO MESTRE
(11)95555-0001	11955550001	11955550001
(11)95555-0002	11955550002	11955550001
(11)95555-0003	19555550003	11955550001
(11)95555-0004	11955550004	11955550001
(11)99999-1234	11999991234	

V - o item 8.1 do Anexo Único:

"8.1. Para cada volume, o Programa Validador de Arquivos criará um arquivo de controle e identificação, que será composto por um único registro, com as seguintes informações:

Campo nº	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
	Inicial		Final		
1	CNPJ	18	1	18	X
2	IE	15	19	33	X
3	Razão Social	50	34	83	X
4	Endereço	50	84	133	X
5	CEP	9	134	142	X
6	Bairro	30	143	172	X
7	Município	30	173	202	X
8	UF	2	203	204	X
9	Responsável pela apresentação	30	205	234	X
10	Cargo	20	235	254	X
11	Telefone	12	255	266	X
12	E-mail	40	267	306	X
13	Quantidade de registros do arquivo Mestre do Documento Fiscal	7	307	313	N
14	Quantidade de notas fiscais canceladas	7	314	320	N
15	Data de emissão do primeiro documento fiscal	8	321	328	N
16	Data de emissão do último documento fiscal	8	329	336	N
17	Número do primeiro documento fiscal	9	337	345	N
18	Número do último documento fiscal	9	346	354	N
19	Valor Total (com 2 decimais)	14	355	368	N
20	BC ICMS (com 2 decimais)	14	369	382	N
21	ICMS (com 2 decimais)	14	383	396	N
22	Operações Isentas ou não tributadas (com 2 decimais)	14	397	410	N
23	Outros valores que não compõe a BC do ICMS (com 2 decimais)	14	411	424	N
24	Nome do Arquivo Mestre do Documento Fiscal	40	425	464	X
25	Status de retificação ou substituição do arquivo	1	465	465	X
26	Código de Autenticação Digital do arquivo Mestre do Documento Fiscal	32	466	497	X
27	Quantidade de registros do arquivo Item de Documento Fiscal	9	498	506	N
28	Quantidade de itens cancelados	7	507	513	N
29	Data de emissão do primeiro documento fiscal	8	514	521	N
30	Data de emissão do último documento fiscal	8	522	529	N
31	Número do primeiro documento fiscal	9	530	538	N
32	Número do último documento fiscal	9	539	547	N
33	Total (com 2 decimais)	14	548	561	N
34	Descontos (com 2 decimais)	14	562	575	N
35	Acréscimos e Despesas Acessórias (com 2 decimais)	14	576	589	N
36	BC ICMS (com 2 decimais)	14	590	603	N
37	ICMS (com 2 decimais)	14	604	617	N
38	Operações Isentas ou não tributadas (com 2 decimais)	14	618	631	N
39	Outros valores que não compõem a BC do ICMS (com 2 decimais)	14	632	645	N
40	Nome do Arquivo Item do Documento Fiscal	40	646	685	X
41	Status de retificação ou substituição do arquivo	1	686	686	X
42	Código de Autenticação Digital do arquivo Item de Documento Fiscal	32	687	718	X
43	Quantidade de registros do arquivo Dados Cadastrais do Destinatário do Documento Fiscal	7	719	725	N
44	Nome do Arquivo Dados Cadastrais do Destinatário do Documento Fiscal	40	726	765	X
45	Status de retificação ou substituição do arquivo	1	766	766	X
46	Código de Autenticação Digital do arquivo Dados Cadastrais do Destinatário do Documento Fiscal	32	767	798	X
47	Versão do programa Validador utilizado na validação	3	799	801	N
48	Chave de Controle do Recibo de Entrega	6	802	807	X
49	Quantidade de Advertências encontradas	9	808	816	N
50	Referência	4	817	820	N
51	Modelo	2	821	822	N
52	Série	3	823	825	X
53	Volume	3	826	828	X
54	Situação_Versão	3	829	831	X
55	Nome do arquivo compactado	60	832	891	X

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

56	Brancos - reservado para uso futuro	9	892	900	N
57	Brancos - reservado para uso futuro	14	901	914	N
58	Brancos - reservado para uso futuro	14	915	928	N
59	Brancos - reservado para uso futuro	14	929	942	N
60	Brancos - reservado para uso futuro	14	943	956	N
61	Brancos - reservado para uso futuro	14	957	970	N
62	Brancos - reservado para uso futuro	9	971	979	N
63	Brancos - reservado para uso futuro	14	980	993	N
64	Brancos - reservado para uso futuro	14	994	1007	N
65	Brancos - reservado para uso futuro	14	1008	1021	N
66	Brancos - reservado para uso futuro	14	1022	1035	N
67	Brancos - reservado para uso futuro	14	1036	1049	N
68	Brancos - reservado para uso futuro	9	1050	1058	N
69	Brancos - reservado para uso futuro	14	1059	1072	N
70	Brancos - reservado para uso futuro	14	1073	1086	N
71	Brancos - reservado para uso futuro	14	1087	1100	N
72	Brancos - reservado para uso futuro	14	1101	1114	N
73	Brancos - reservado para uso futuro	14	1115	1128	N
74	Brancos - reservado para uso futuro	9	1129	1137	N
75	Brancos - reservado para uso futuro	14	1138	1151	N
76	Brancos - reservado para uso futuro	14	1152	1165	N
77	Brancos - reservado para uso futuro	14	1166	1179	N
78	Brancos - reservado para uso futuro	14	1180	1193	N
79	Brancos - reservado para uso futuro	14	1194	1207	N
80	Brancos - reservado para uso futuro	32	1208	1239	X
81	Brancos - reservado para uso futuro	64	1240	1303	X
82	Código de Autenticação Digital do registro	32	1304	1335	X
	Total	1335			

"

VI - o item 8.2 do Anexo Único:

"8.2. Observações

8.2.1. Identificação do Estabelecimento Informante:

8.2.1.1. Campo 01 - CPNJ, no formato 99.999.999/9999-99;

8.2.1.2. Campo 02 - Inscrição Estadual, no formato utilizado pela unidade federada;

8.2.1.3. Campo 03 - Razão Social ou Denominação;

8.2.1.4. Campo 04 - Endereço completo;

8.2.1.5. Campo 05 - CEP, no formato 99999-999;

8.2.1.6. Campo 06 - Bairro;

8.2.1.7. Campo 07 - Município;

8.2.1.8. Campo 08 - Sigla da unidade da federação;

8.2.2. Identificação da pessoa responsável pelas informações;

8.2.2.1. Campo 09 - Nome;

8.2.2.2. Campo 10 - Cargo;

8.2.2.3. Campo 11 - Telefone de contato, no formato LL-NNNNNNNNN, totalizando 12 posições, podendo conter 1 (um) espaço em branco à direita quando o telefone for de 8 dígitos;

8.2.2.4. Campo 12 - E-mail de contato;

8.2.3. Informações relativas ao Arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.3.1. Campo 13 - Quantidade de registros do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.3.2. Campo 14 - Quantidade de documentos fiscais cancelados;

8.2.3.3. Campo 15 - Data de emissão do primeiro documento fiscal;

8.2.3.4. Campo 16 - Data de emissão do último documento fiscal;

8.2.3.5. Campo 17 - Número do primeiro documento fiscal;

8.2.3.6. Campo 18 - Número do último documento fiscal;

8.2.3.7. Campo 19 - Somatório do Valor Total (campo 14 do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos documentos fiscais cancelados;

8.2.3.8. Campo 20 - Somatório da BC ICMS (campo 15 do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos documentos fiscais cancelados;

8.2.3.9. Campo 21 - Somatório do ICMS (campo 16 do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos documentos fiscais cancelados;

8.2.3.10. Campo 22 - Somatório das Operações isentas ou não tributadas (campo 17 do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos documentos fiscais cancelados;

8.2.3.11. Campo 23 - Somatório dos Outros valores que não compõem a BC do ICMS (campo 18 do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos documentos fiscais cancelados;

8.2.3.12. Campo 24 - Nome do arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.3.13. Campo 25 - Indicador do Status do arquivo: normal (N) ou substituto (S);

8.2.3.14. Campo 26 - Código de autenticação digital obtido através da aplicação do algoritmo MD5 (Message Digest 5) no arquivo MESTRE DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.4. Informações relativas ao arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL:

8.2.4.1. Campo 27 - Quantidade de registros do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.4.2. Campo 28 - Quantidade de registro de Item de Documento Fiscal cancelados;

8.2.4.3. Campo 29 - Data de emissão do primeiro documento fiscal;

8.2.4.4. Campo 30 - Data de emissão do último documento fiscal;

8.2.4.5. Campo 31 - Número do primeiro documento fiscal;

8.2.4.6. Campo 32 - Número do último documento fiscal;

8.2.4.7. Campo 33 - Somatório do Total (campo 18 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.8. Campo 34 - Somatório dos Descontos (campo 19 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.9. Campo 35 - Somatório dos Acréscimos e Despesas Acessórias (campo 20 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.10. Campo 36 - Somatório da BC ICMS (campo 21 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.11. Campo 37 - Somatório do ICMS (campo 22 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.12. Campo 38 - Somatório das Operações isentas ou não tributadas (campo 23 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.13. Campo 39 - Somatório dos Outros valores que não compõem a BC do ICMS (campo 24 do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL), não incluir os valores dos itens cancelados;

8.2.4.14. Campo 40 - Nome do arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.4.15. Campo 41 - Indicador do Status do arquivo: normal (N) ou substituto (S);

8.2.4.16. Campo 42 - Código de autenticação digital obtido através da aplicação do algoritmo MD5 (Message Digest 5) no arquivo ITEM DE DOCUMENTO FISCAL;

8.2.5. Informações relativas ao arquivo DADOS CADASTRAIS DO DESTINATÁRIO DO DOCUMENTO FISCAL;

8.2.5.1. Campo 43 - Quantidade de registros do arquivo DADOS CADASTRAIS DO DESTINATÁRIO DO DOCUMENTO FISCAL;

8.2.5.2. Campo 44 - Nome do arquivo Dados Cadastrais do Destinatário do Documento Fiscal;

8.2.5.3. Campo 45 - Indicador do Status do arquivo: normal (N) ou substituto (S);

8.2.5.4. Campo 46 - Código de autenticação digital obtido através da aplicação do algoritmo MD5 (Message Digest 5) no arquivo DADOS CADASTRAIS DO DESTINATÁRIO DO DOCUMENTO FISCAL;

8.2.6. Informações de Controle:

8.2.6.1. Campo 47 - Versão do programa Validador utilizado para gerar o arquivo de CONTROLE E IDENTIFICAÇÃO;

8.2.6.2. Campo 48 - Chave de Controle do Recibo de Entrega;

8.2.6.3. Campo 49 - Quantidade de Advertências encontradas na validação;

8.2.6.4. Campo 50 - Ano e mês da referência de apuração do ICMS, no formato AAMM;

8.2.6.5. Campo 51 - Modelo do documento fiscal;

8.2.6.6. Campo 52 - Série do documento fiscal;

8.2.6.7. Campo 53 - Número sequencial do volume do arquivo Mestre;

8.2.6.8. Campo 54 - Situação e versão do arquivo (N01 = Normal, S01 = 1º substituto, S02 = 2º substituto, ...);

8.2.6.9. Campo 55 - Nome do arquivo compactado, para transmissão via TED;

8.2.6.10. Campo 56 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.11. Campo 57 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.12. Campo 58 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.13. Campo 59 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.14. Campo 60 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.15. Campo 61 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.16. Campo 62 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.17. Campo 63 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.18. Campo 64 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.19. Campo 65 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.20. Campo 66 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.21. Campo 67 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.22. Campo 68 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.23. Campo 69 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.24. Campo 70 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.25. Campo 71 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.26. Campo 72 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.27. Campo 73 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.28. Campo 74 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.29. Campo 75 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.30. Campo 76 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.31. Campo 77 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.32. Campo 78 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.33. Campo 79 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.34. Campo 80 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.35. Campo 81 - Brancos - reservado para uso futuro;

8.2.6.36. Campo 82 - Código de autenticação digital obtido através da aplicação do algoritmo MD5 (Message Digest 5) de 128 bits na cadeia de caracteres formada pelos campos 01 a 81."

Cláusula segunda O item 5.2.5.2.1 fica acrescentado ao Anexo Único do Convênio ICMS 115/03, de 12 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

"5.2.5.2.1 Nos casos de planos de prestação de serviço telefônico corporativo, familiar ou similares, em substituição ao procedimento estabelecido no item 5.2.5.2 para emissão de um documento fiscal para cada terminal desse plano, a prestadora de serviço poderá emitir um único documento fiscal para o terminal principal englobando o valor total do plano (corporativo, familiar ou similar), desde que as demais informações inerentes aos terminais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

vinculados ao terminal principal sejam apresentadas em arquivo distinto, conforme leiaute estabelecido no Ato Cotepe 74/2017.".

Cláusula terceira Fica revogado inciso VI da cláusula segunda do Convênio ICMS 115/03.

Cláusula quarta Ficam convalidados os procedimentos relativos à entrega dos arquivos de que trata o Manual de Orientação, Anexo Único, do Convênio ICMS 115/03, com as alterações introduzidas por este convênio, no período de 1º de janeiro de 2017 até a data de início de vigência deste convênio.

Cláusula quinta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 30/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 55/05, que dispõe sobre os procedimentos para a prestação pré-paga de serviços de telefonia.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 12 e na alínea "b" do inciso III do art. 11 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 e nos arts. 102 e 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 55/05, de 1º de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Para os fins do disposto no inciso II, no momento da disponibilização dos créditos deverá ser enviado ao usuário o link de acesso à nota fiscal, que deverá ser emitida pelo valor total carregado.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 31/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 201/17, que dispõe sobre a obrigatoriedade da geração e entrega de arquivos eletrônicos de controle auxiliar para contribuintes prestadores de serviços de comunicação que emitem seus documentos fiscais nos termos do Convênio ICMS 115/03.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os dispositivos adiante indicados do Convênio ICMS 201/17, de 15 de dezembro de 2017, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o inciso I do §1ª da cláusula primeira:

"I - Arquivo de Carregamento de Créditos em Terminais Telefônicos Pré-pagos, contendo informações obtidas diretamente da plataforma de controle de créditos, devendo espelhar os valores totais das recargas realizadas;";

II - o § 2º da cláusula primeira:

"§2º O arquivo previsto no inciso I do §1º poderá ser dispensado, a critério de cada Unidade Federada, quando os documentos fiscais emitidos corresponderem exatamente aos valores das recargas realizadas.";

III - cláusula terceira:

"Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2018.";

IV - os itens adiante indicados do Anexo Único do Convênio ICMS 201/07, passam a vigorar com as seguintes redações:

a) o item 3.3:

"3.3 O arquivo deverá ser composto por registros que contenham as seguintes informações, classificadas em ordem crescente de data e CPF/CNPJ:

Nº	CONTEÚDO	TAM.	DE	ATÉ	TIPO
1	DATA DO CARREGAMENTO DO CRÉDITO	8	1	8	N
2	CPF/CNPJ DO DESTINATÁRIO	14	9	22	N
3	NOME/RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO	35	23	57	X
4	Nº DO TERMINAL TELEFÔNICO	11	58	68	N
5	VALOR TOTAL DO CARREGAMENTO DO CRÉDITO	8	69	76	N
6	CNPJ DO PONTO DE VENDA	14	77	90	N
7	NOME/RAZÃO SOCIAL DO PONTO DE VENDA	35	91	125	X
8	CNPJ DO DISTRIBUIDOR/RESPONSÁVEL	14	126	139	N
9	NOME /RAZÃO SOCIAL DO DISTRIBUIDOR/RESPONSÁVEL	35	140	174	X
10	CÓDIGO DO ITEM DE ATIVAÇÃO	10	175	184	X
11	DESCRIÇÃO DO ITEM DE ATIVAÇÃO	30	185	214	X
12	DEDUÇÃO POR ANTECIPAÇÃO DE CRÉDITO	8	215	222	N
13	DEDUÇÃO POR TAXA DE ANTECIPAÇÃO	8	223	230	N
14	DEDUÇÃO MULTA POR ATRASO	8	231	238	N
TOTAL		238			

b) o item3.4.1:

"3.4.1 Campo 01 - Informar a data do carregamento do crédito, no formato DDMMAAAA;"

c) o item3.4.5:

"3.4.5 Campo 05 - Informar o valor total da recarga com 2 decimais;"

d) o item3.4.6:

"3.4.6 Campo 06 - Informar o CNPJ do estabelecimento (supermercado, banco, farmácia, loja própria, etc., ou a própria operadora) que vendeu o crédito para o usuário utilizar em seu terminal telefônico. Se não houver, preencher com zeros;"

e) o item3.4.7:

"3.4.7 Campo 07 - Informar o nome/razão do estabelecimento (supermercado, banco, farmácia, loja própria, etc., ou a própria operadora) que vendeu o crédito para o usuário utilizar em seu terminal telefônico. Se não houver, preencher com brancos;"

f) o item 3.4.8:

"3.4.8 Campo 08 - Informar o CNPJ do responsável pelo repasse dos valores à operadora, se essa responsabilidade for do terceiro intermediário que abasteça o ponto de venda, ou seja, de um distribuidor de créditos. Se os créditos forem adquiridos da própria prestadora, preencher com zeros;"

g) o item3.4.9:

"3.4.9 Campo 09 - Informar o nome/razão social do responsável pelo repasse dos valores à operadora, se essa responsabilidade for do terceiro intermediário que abasteça o ponto de venda, ou seja, de um distribuidor de créditos, informado no campo 08. Se os créditos forem adquiridos da própria prestadora, preencher com brancos;"

h) o item 3.4.12:

"3.4.12 Campo 12 - Informar o valor total da dedução automática por antecipação de crédito, com 2 decimais, caso tenha ocorrido. Este campo deve ser preenchido nos casos em que a prestadora tenha antecipado crédito a ser descontado da próxima recarga do usuário. Nos demais casos, preencher com zeros;"

i) o item 3.4.13:

"3.4.13 Campo 13 - Informar o valor total da taxa por antecipação de crédito, com 2 decimais, caso haja. Este campo deve ser preenchido caso a prestadora do serviço de telecomunicação cobre uma taxa de serviço pela antecipação de crédito a ser descontado da próxima recarga do usuário. Nos demais casos, preencher com zeros;"

j) o item 3.4.14:

"3.4.14 Campo 14 - Informar o valor total da multa por atraso na recomposição da antecipação de crédito, com 2 decimais, caso tenha ocorrido. Este valor refere-se à multa cobrada pela prestadora de serviço de telecomunicação nos casos em que o usuário do serviço solicitou uma antecipação de crédito e não realizou nova recarga até a data estabelecida pela prestadora. Nos demais casos, preencher com zeros."

k) o item 4.1.1:

"4.1.1 O arquivo será gerado mensalmente, exceto se dispensado pela Unidade Federada, por modelo e série de documento fiscal, e conterá as informações das faturas emitidas no período."

l) o item 4.4.1:

"4.4.1 Campo 01 - Informar o CPF ou CNPJ do destinatário da nota fiscal informada nos campos 14 a 18;"

m) o item 4.4.10:

"4.4.10 Campo 10 - No caso de emissão de documento fiscal e fatura dentro da mesma unidade federada, informar "1" para receita/desconto próprio, e "2" para receita/desconto de terceiros. No caso de faturamento centralizado em outra Unidade Federada, informar "1" em relação aos itens cujo documento fiscal e fatura foram emitidos pelo mesmo CNPJ, e informar "2" quando o CNPJ emitente da fatura for diferente do emitente do documento fiscal;"

Exemplo de como preencher os campos 6, 8, 10 e 11 das duas situações descritas no campo 10. Note-se que os demais campos também deverão ser preenchidos normalmente.

Exemplo 1: Um serviço de telefonia e uma doação. Fatura e documento fiscal emitidos dentro da mesma unidade federada pelo CNPJ 11.111.111/1111-11

Itens:

a) plano de telefonia (prestado pelo CNPJ 11.111.111/1111-11)

b) doação criança esperança (CNPJ 22.222.222/2222-22)

Registro 1:

Campo 6: 001

Campo 8: plano de telefonia

Campo 10: 1

Campo 11: 0000000000000

Registro 2:

Campo 6: 002

Campo 8: doação criança esperança

Campo 10: 2

Campo 11: 2222222222222

Exemplo 2: Fatura com 3 serviços, da prestadora X cujo faturamento é centralizado em outra unidade federada. A Matriz da Prestadora X de GO tem CNPJ 11.111.111/1111-11, e a Filial de SC tem CNPJ 22.222.222/2222-22. A fatura é emitida pela Matriz em GO.

Itens:

a) plano de telefonia A (prestado pela Matriz GO, CNPJ 11.111.111/1111-11)

b) plano de telefonia B (prestado pela Filial SC, CNPJ 22.222.222/2222-22).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) doação criança esperança (CNPJ 33.333.333/3333-33) - O arquivo entregue a GO:
Registro 1:
Campo 6: 001
Campo 8: plano de telefonia A
Campo 10:1
Campo 11: 0000000000000
Registro 2:
Campo 6: 002
Campo 8: plano de telefonia B
Campo 10: 2
Campo 11: 2222222222222
Registro 3:
Campo 6: 003
Campo 8: doação criança esperança
Campo 10: 2
Campo 11: 33333333333333
- O arquivo entregue a SC
Registro 1:
Campo 6: 001
Campo 8: plano de telefonia A
Campo 10:2
Campo 11: 1111111111111
Registro 2:
Campo 6: 002
Campo 8: plano de telefonia B
Campo 10:1
Campo 11: 0000000000000
Registro 3:
Campo 6: 003
Campo 8: doação criança esperança
Campo 10: 2
Campo 11: 33333333333333

n) o item 4.4.11:

"4.4.11 Campo 11 - Preencher somente se o campo 10 for preenchido com "2". Nos demais casos, preencher com zeros. No caso de emissão de documento fiscal e fatura dentro da mesma unidade federada, informar o CNPJ do terceiro. No caso de faturamento centralizado em outra Unidade Federada, informar o CNPJ do terceiro, assim considerado em relação à UF que recebe o arquivo, conforme exemplo do campo 10;"

o) o item 4.4.12:

4.4.12 Campo 12 - Preencher somente se o campo 10 for preenchido com "2". Nos demais casos, preencher com zeros. No caso de emissão de documento fiscal e fatura dentro da mesma unidade federada, informar a razão social do terceiro. No caso de faturamento centralizado em outra Unidade Federada, informar a razão social do terceiro, assim considerado em relação à UF que recebe o arquivo, conforme exemplo do campo 10;"

Cláusula segunda Ficam convalidados os atos praticados em conformidade com o disposto no Convênio ICMS 201/17 a partir de 1º de fevereiro de 2017 até o início de vigência deste convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir 1º de julho de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul - Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 32/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo ao Convênio ICMS 57/17, que autoriza a concessão de isenção do ICMS na importação de medicamento destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal - AME, quando realizada por pessoa física.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Espírito Santo incluído nas disposições do Convênio ICMS 57/17, de 16 de maio de 2017.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 33/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo ao Convênio ICMS 181/17, que autoriza a dilação de prazo de pagamento do ICMS e autoriza a remissão e a anistia de créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes da dilação de prazo de pagamento do imposto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam os Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo incluídos nas disposições do Convênio ICMS 181/17, de 23 de novembro de 2017.

Cláusula segunda O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 181/17, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe autorizados a dilatar o prazo de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, em até 90 (noventa) dias da ocorrência do fato gerador, nos termos da legislação de cada unidade federada.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 34/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Convênio ICMS 150/02, que autoriza o Estado do Tocantins a conceder isenção do ICMS, para alimentação alternativa (multimistura).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado do Rio de Janeiro incluído nas disposições do Convênio ICMS 150/02, de 13 de dezembro de 2002.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 35/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio ICMS 190/17, que dispõe, nos termos autorizados na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstituições.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, e na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O caput da cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se o § 5º:

"Cláusula décima terceira Os Estados e o Distrito Federal podem aderir aos benefícios fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região, na forma das cláusulas nona e décima, enquanto vigentes.".

Cláusula segunda Fica acrescido o § 5º à cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190/17, com a seguinte redação:

"§ 5º Na hipótese da unidade federada que concedeu originalmente o benefício fiscal não vier a reinstituí-lo o Estado ou o Distrito Federal aderente deverá revogar os atos relativos ao benefício fiscal objeto da adesão.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 36/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Estabelece parâmetros de regime especial para a 12ª Feira Internacional do Artesanato, que será realizada no Distrito Federal de 13 a 22 de abril de 2018.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Distrito Federal autorizado a instituir regime especial de fiscalização, apuração e pagamento do ICMS para as vendas efetuadas na 12ª Feira Internacional do Artesanato, que será realizada, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nos dias 13 a 22 de abril de 2018.

Cláusula segunda O regime especial de que trata a cláusula primeira poderá ser efetivado por meio de Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado entre o expositor ou o responsável pelo evento, em nome destes, e a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal ou por ato do Secretário de Fazenda do Distrito Federal, que poderá:

I - dispensar a inscrição do expositor no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, bem como da emissão das respectivas notas fiscais e das demais obrigações acessórias, nas seguintes hipóteses:

a) seja pessoas físicas;

b) não seja contribuintes do ICMS;

c) seja estabelecido ou domiciliado no exterior.

II - O valor do ICMS que cada expositor deverá recolher poderá ser estimado:

a) pelo valor das mercadorias vendidas por ele declarado;

b) pelo valor indicado nas notas fiscais de aquisição;

c) pela área do stand de venda.

Parágrafo único. Na hipótese do regime especial de que trata o caput ser celebrado com o responsável pelo evento, este será o responsável solidário pelo pagamento do ICMS devido ao Distrito Federal pelos expositores.

Cláusula terceira O ICMS pago para o Distrito Federal poderá ser deduzido de cobrança adicional realizada pelo estado onde o expositor for inscrito.

Cláusula quarta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

CONVÊNIO ICMS 37/18, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera o Convênio 188/17, que dispõe sobre benefícios fiscais do ICMS nas operações e prestações relacionadas à construção, instalação e operação de Centro Internacional de Conexões de Voos - HUB, e de aquisição de querosene de aviação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 168ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 3 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O caput da cláusula quinta do Convênio ICMS 188/17, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula quinta Ficam os Estados de Alagoas Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe autorizados a conceder redução de base de cálculo na saída interna de QAV, promovida por distribuidora de combustível com destino a consumo de empresa de transporte aéreo de carga ou de pessoas, observadas as disposições, condições e requisitos previstos em ato normativo da própria unidade federada.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Acre - Lilian Virginia Bahia Marques Caniso, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Neiva Lúcia da Costa Nunes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Último Almeida de Oliveira, Mato Grosso do Sul -Cloves Silva, Minas Gerais - João Alberto Vizzotto, Pará - Maria Rute Tostes, Paraíba - Leonilson Lins de Lucena, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Giovani Batista Feltes, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Helcio Tokeshi.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JUIZ DE FORA-MG

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 1, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, de que trata o art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JUIZ DE FORA/MG, abaixo identificado, lotado e em exercício na PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL DE JUIZ DE FORA, no uso da atribuição que lhe confere a Resolução nº 37, de 31 de agosto de 2011, do Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal, delegando competência para excluir do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) o optante que descumprir suas condições, exclui, pelo motivo apurado no bojo do processo administrativo nº 10080.003414/0118-94, o contribuinte ao final identificado do Programa de Recuperação Fiscal - Refis de que trata o art. 1º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000.

A rescisão referida implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 15 dias contados da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar manifestação de inconformidade dirigida, nos termos da Resolução CG/Refis 009/2001, art. 5º, alterado pela Resolução CG/Refis 20/2001 e Resolução Refis 024/2001, art. 1º, ao Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Juiz de Fora, com endereço à Av. Barão do Rio Branco, 3.428, Centro, Juiz de Fora, CEP 35.025-020.

RAFAEL JOSÉ SANTANA PENA

ANEXO ÚNICO

Relação da pessoa jurídica excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS - PSFN/JUIZ DE FORA/MG:

NOME	CPF/CNPJ	Nº CONTA REFIS	MOTIVOS DA EXCLUSÃO
Magnatex Indústria e Comércio Ltda	21.558.937/0001-57	550000048173	Suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social, art. 5º, XI, da Lei 9.964/2000 e inadimplência por pagamentos irrisórios.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre o leiaute da EFD-Reinf - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Fica aprovada a versão 1.3.02 dos leiautes dos arquivos que compõem a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf, que será exigida para os eventos ocorridos a partir da competência de maio de 2018.

Parágrafo único. O leiaute aprovado está disponível na Internet, no endereço eletrônico http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/2133.

Art. 2º A escrituração de que trata o art. 1º é composta pelos eventos decorrentes das obrigações tributárias, cujos arquivos deverão ser transmitidos por meio eletrônico pelos contribuintes obrigados a adotar a EFD REINF, nos prazos estipulados em ato específico.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre perdimento de mercadorias apreendidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO/RO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 336, inciso I, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 430, de 09 de outubro de 2017, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, considerando o item 07, letra B da IN SRF nº 80, de 04 de novembro de 1981, Art. 105, inciso X, do Decreto-Lei nº 37/66 e arts. 23, inciso IV e parágrafo primeiro, e 24 do Decreto-Lei nº 1.455/76 (alterado pela Lei nº 10.637/2002), regulamentado pelo art. 689, inciso X, do Decreto nº 6.759/09; arts. 94, 95, 96, inciso II, 111, 113 do Decreto-Lei nº 37/66, e arts. 23, 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentados pelos arts. 673, 674, 675, inciso II, 686, 687, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09 e tendo em vista o que consta dos processos 10240.721485/2017-56; 10240.721606/2017-60; 10240.721483/2017-67; 10240.721702/2017-16; 10240.721625/2017-96; 10240.721706/2017-96: declara:

Art. 1º perdidas, em favor da Fazenda Pública Nacional, as mercadorias discriminadas nos Autos de Infração e Termos de Apreensão e Guarda Fiscal 0250100/NUANA000066/2017; 0250100/NUANA000065/2017; 0250100/NUANA000068/2017; 0250100/NUANA000069/2017; 0250100/NUANA000073/2017; 0250100/NUANA000072/2017; dos processos em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE REZENDE PENHAKI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por erro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340, Inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03/10/2014, declara:

Art. 1º - Cancelada a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO, CNPJ 08.738.916/0001-56, código de controle: 1CC5.D9AC.30F4.2990, liberada e emitida em 14/03/2018, às 12h32m24s (horário de Brasília) e cancelada em 21/03/2018, sob controle do e-Dossiê 10010.022483/0318-56.

Art. 2º - O cancelamento surtirá efeitos a partir da data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 13 DE MARÇO DE 2018

Declara alfandegado o recinto que menciona, de uso privativo misto, explorado pela empresa BRASKEM S/A, localizado no Porto de Aratu, município de Candeias - BA.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 e na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2008, e tendo em vista o que consta do processo nº 11613.000015/2009-22, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente e em caráter precário, pelo prazo de vigência do Contrato de Arrendamento nº 27/1993 e do Contrato de Transição nº 02/2017, a Instalação Portuária Marítima de Uso Privativo Misto, localizada no Porto de Aratu, ocupando uma área total de 51.966,66 m², explorada pela empresa BRASKEM S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0034-39, bem como os tanques nº TQ-2101, EF-2201, EF-2301, EF-2401, EF-24202, EF-24203, EF-25201 e EF-25202, que se encontram interligados a referida instalação portuária.

Art. 2º A fiscalização aduaneira será exercida, em caráter eventual, sobre as seguintes operações, previstas no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011:

I - entrada ou saída, atracação, estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados;

II - carga, descarga, transbordo, baldeação, redestinação, armazenagem ou passagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinados;

III - despacho de mercadorias em regime de trânsito aduaneiro;

IV - conclusão de trânsitos de exportação e embarque para o exterior;

V - despacho de importação;

VI - despacho de exportação.

Art. 3º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Alfandega da Receita Federal do Brasil de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 4º Cumprirá à administradora do recinto ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 5º Descumpridas as condições para seu funcionamento, torna-se o recinto passível de ter seu alfandegamento suspenso, cancelado ou cassado, de acordo com legislação específica.

Art. 6º Fica atribuído ao recinto em questão o código 5.51.14.06-7.

Art. 7º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF05 nº 20, de 03 de dezembro de 2010.

Art. 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Concede Registro Especial para estabelecimento comercial na atividade de "Importador" de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270 e 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Anexo I, aprovado pela portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União DOU de 11 de outubro de 2017, e, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União DOU de 27 de dezembro de 2013 e considerando o que consta no e-dossiê administrativo número 10090.002120/0317-71, declara:

Art. 1º INSCRITO NO REGISTRO ESPECIAL DE BEBIDAS sob o nº 06110/052, na atividade de IMPORTADOR, o estabelecimento filial, CNPJ nº 07.399.636/0027-36, da pessoa jurídica DECMINAS DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA S.A., situado na Via Vereador Joaquim Costa nº 1800 - Galpão B - bairro Campina Verde, Contagem-MG.

Art. 2º Este registro especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo o mesmo cumprir todas as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena do cancelamento deste registro.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

EQUIPE DE PARCELAMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DA EQUIPE DE PARCELAMENTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, da delegação de competência concedida pelo art. 1º da Portaria DRF/JFA nº 46, de 18 de agosto de 2017 e, tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KARINE PEREIRA PESSOA PENNA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 5º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas:

281.854.206-53

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

22.433.783/0001-30
21.551.528/0001-29

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Declara cancelado o registro especial do estabelecimento que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 336 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no artigo 8º, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e em virtude de não atendimento à regularidade fiscal explicitada no art. 3º, § 1º, inciso IV, alínea "b" da IN 1432/2013, conforme demonstrado no dossiê 10010.025389/1117-04, declara:

Art. 1º Cancelado o registro especial nº 06112/0074 da empresa PRO-SUL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP, CNPJ 06.926.659/0001-50.

Art. 2º Inclusão dessa informação no Sistema de Administração de Selos de Controle (SELECON), conforme art. 3º, § 3º da IN RFB nº 1432/2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.006, DE 2 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: SERVIÇOS DE ENSINO DE IDIOMAS INDIVIDUALIZADO ON-LINE. RETENÇÃO NA FONTE. As importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica, civil ou mercantil, pela prestação ou venda de serviços de ensino de idiomas individualizado on-line sujeitam-se à retenção do Imposto de Renda na fonte. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 50, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RIR/1999, art. 647; IN SRF nº 23/1986; PN CST nº 8/1986, 11 a 13.

RENATA MARIA DE CASTRO PARANHOS
Chefe
Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.007, DE 21 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. ALIENAÇÃO. RECEITA OBTIDA. A receita obtida na alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo do imposto apurado com base no lucro presumido. O percentual de presunção a ser aplicado é de 32%. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 25 da Lei nº 9.430, de 1996; art. 15, III, "C", da Lei nº 9.249, de 1995; e art. 31 da Lei nº 8.981, de 1995.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. ALIENAÇÃO. RECEITA OBTIDA. A receita obtida na alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição apurada com base no lucro presumido. O percentual de presunção a ser aplicado é de 32%. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 29 da Lei nº 9.430, de 1996 e art. 20 da Lei nº 9.249, de 1995.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: RECEITA DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 10, II, da Lei nº 10.833, de 2003; e arts 2º e 3º, § 2º, IV, da Lei nº 9.718, de 1998.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: RECEITA DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 8º, II, da Lei nº 10.637, de 2002; e arts 2º e 3º, § 2º, IV, da Lei nº 9.718, de 1998.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.008, DE 22 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS. LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de determinação da base de cálculo presumida do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida com a prestação de serviços odontológicos, como extração dentária e implantologia, por não serem atividades desempenhadas em âmbito hospitalar. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016; Nº 7, DE 07 DE JANEIRO DE 2014; E Nº 150, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º e art. 20; Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, arts. 966 e 982; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30 e 31; ADI RFB nº 19, de 2007 e Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: SERVIÇOS HOSPITALARES. SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS. LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO. Para fins de determinação da base de cálculo presumida da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida com a prestação de serviços odontológicos, como extração dentária e implantologia, por não serem atividades desempenhadas em âmbito hospitalar. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016; Nº 7, DE 07 DE JANEIRO DE 2014; E Nº 150, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º e art. 20; Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, arts. 966 e 982; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30 e 31; ADI RFB nº 19, de 2007 e Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Declara inapta a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º. Inapta a inscrição nº 08.839.453/0001-18 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa DROGARIA LONGA VIDA LTDA., por não haver sido localizada no endereço do CNPJ, tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 40, da Instrução Normativa RFB nº 1634/2016 e ainda o que consta do processo administrativo nº 15536.720009/2018-05.

Art. 2º. Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "b", do inciso I, do § 3º do art. 47, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016.

SALATIEL ANTUNES DE MATOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Cancela a habilitação, à pessoa jurídica que menciona, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo Art 340, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 12, § 2º, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15463.722362/2017-31 resolve:

Art.1º. Cancelar, a pedido, a habilitação, relativamente ao projeto especificado, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007 pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 12, inciso I da Instrução Normativa, com suas alterações posteriores, da pessoa jurídica abaixo:

EMPRESA: SOLAR CAETITE 2 S.A.

CNPJ Nº: 21.603.007/0001-78

NOME DO PROJETO: UFV SOLAR CAETITÉ 2 conforme descrito na Portaria (MME) nº 142 de 17 de abril de 2015, combinado com Art. 4º, inciso I da Portaria MME nº 274, de 19/08/2013.

Art.2º - Fica revogado o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF RJ I nº 241 de 03 de maio de 2016, publicado no D.O.U. de 12 de maio de 2016.

Art.3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.037818/1217-41, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas em fl. 668 a 680, do referido dossiê, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Ficam revogados o ADE nº 119, de 24 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União, de 25 de julho de 2014, e o ADE nº 7, de 21 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União, de 23 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.037818/1217-41
CAMPOS DEVOLVIDOS (1)

CAMPOS DEVOLVIDOS, MAS, AINDA, SEM TERMO DE RESILIÇÃO ASSINADO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (2)	DATA DE DEVOLUÇÃO (3)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ALTO ALEGRE	Rodada 0	48000.003783/97-33	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ÁREA DO CES-66	ÁREA DO CES-066	48000.003904/97-56	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	RIACHO ALAZÃO	Rodada 0	48000.003820/97-68	24/08/2001	24/08/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SÃO MANOEL	Rodada 0	48000.003826/97-44	24/08/2001	24/08/2001
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	ÁREA DO ALS-32	ÁREA DO ALS-032	48000.003917/97-06	10/10/2002	10/10/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ARRAIA	Rodada 0	48000.003877/97-85	11/11/2002	11/11/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ÁREA DO BAS-104	ÁREA DO BAS-104	48000.003876/97-12	27/06/2003	27/06/2003
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ILHA DA CAÇUMBA	Rodada 0	48000.003774/97-42	06/12/2005	06/12/2005
Bacia Sedimentar do Recôncavo	BEIJA-FLOR	BREC-11	48000.003514/97-21	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	DIAS D'ÁVILA	Rodada 0	48000.003643/97-74	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA GAMELEIRA	Rodada 0	48000.003882/97-15	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	MIRANGA LESTE	Rodada 0	48000.003675/97-61	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	VALE DO QUIRICÓ	Rodada 0	48000.003701/97-79	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA SORI	Rodada 0	48000.003884/97-41	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	LAGOA VERDE	Rodada 0	48000.003663/97-81	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	PARAMIRIM DO VENCIMENTO	Rodada 0	48000.003888/97-00	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO DOCE	Rodada 0	48000.003764/97-99	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO IBIRIBAS	Rodada 0	48000.003749/97-03	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Paraná	BARRA BONITA	Rodada 0	48000.003923/97-09	10/02/2012	10/02/2012
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	NOROESTE DO MORRO ROSADO	Rodada 0	48000.003812/97-30	24/05/2013	24/05/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	GUAJÁ	BPOT-100A	48000.003481/97-74	03/06/2013	03/06/2013
Bacia Sedimentar do Recôncavo	IRAÍ	Rodada 0	48000.003892/97-79	19/11/2013	19/11/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	BIQUARA	ÁREA DO RNS-134	48000.003909/97-70	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	DENTÃO	ÁREA DO RNS-093	48000.003907/97-44	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CAÇÃO	Rodada 0	48000.003735/97-91	17/03/2014	17/03/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	POJUCA NORTE	Rodada 0	48000.003680/97-09	28/03/2014	28/03/2014
Bacia Sedimentar de Campos	MORÉIA	Rodada 0	48000.003725/97-37	24/04/2014	24/04/2014
Bacia Sedimentar de Santos	CARAVELA	Rodada 0	48000.003865/97-04	03/06/2014	03/06/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	LAGOA PARDA SUL	Rodada 0	48000.003753/97-72	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU	Rodada 0	48000.003768/97-40	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	SALGO	Rodada 0	48000.003841/97-38	02/12/2014	02/12/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ITAPARICA	Rodada 0	48000.003659/97-12	05/06/2015	05/06/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	CAMAÇARI	Rodada 0	48000.003881/97-52	26/06/2015	26/06/2015
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SALEMA BRANCA	BPOT-100A	48000.003481/97-74	29/07/2015	29/07/2015
Bacia Sedimentar de Campos	NORDESTE DE NAMORADO	Rodada 0	48000.003729/97-98	07/08/2015	07/08/2015
Bacia Sedimentar de Campos	CATUÁ	BC-60	48000.003560/97-49	26/11/2015	26/11/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	RIO JOANES	Rodada 0	48000.003890/97-43	02/06/2016	02/06/2016
Bacia Sedimentar do Recôncavo	SARDINHA (ÁREA BAS-097)	Rodada 0	48000003875/97-50	12/12/2016	12/12/2016
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO	Rodada 0	48000.003541/97-02	05/01/2017	05/01/2017
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ACAUÃ LESTE	BT-POT-4	48610.003901/2000	10/06/2013	10/06/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	TIZIU	BT-POT-8	48610.009225/2002	16/02/2016	16/02/2016
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	IRAÚNA	POT-T-520	48610.008001/2004	14/10/2014	14/10/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CORRUIRA	ES-T-454	48610.009173/2005-54	22/11/2013	22/11/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU SUL	ES-T-383	48610.009188/2005-12	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO NORTE	ES-T-418	48610.009188/2005-12	04/11/2014	04/11/2014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(1) Todos os campos desta seção foram devolvidos à ANP. Como, até agora, não foi assinado o Termo de Resilição, a Petrobras teria, ainda, compromissos relativos a essas áreas, sobretudo, no que concerne ao abandono de poços e descomissionamento. Assim, eles permanecem nesta lista.

(2) As datas da coluna "Termo Final" indicam qual seria a vigência desses contratos, caso não tivesse ocorrido a devolução antecipada.

(3) As datas da coluna "Data de devolução" indicam a data de devolução para a ANP.

BLOCOS EXPLORATÓRIOS

BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-4	BM-SEAL-4	48610.003894/2000	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Campos	BC-400	BC-400	48000.003566/97-25	AJUIZAMENTO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-3(PAD 1-PAS-27)	BM-PAMA-3	48610.010709/2001	15/12/2020
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-1(PAD 1-MAS-36)	BM-BAR-1	48610.010730/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-24	1-BRSA-559A-RJS	48610.010733/2001	27/02/2021
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-5	BM-CAL-5	48610.010718/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-3(PAD 1-DEV-14A-MAS)	BM-BAR-3	48610.009212/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-9	BM-SEAL-9	48610.009222/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-4	BAR-M-377	48610.009502/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-3	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-5	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-63	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-115	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-165	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-5(1-MAS-36)	BAR-M-175	48610.007966/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-9	CAL-M-188	48610.007969/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-3	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-58	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-60	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-11	CAL-M-248	48610.007971/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-12	CAL-M-372	48610.007972/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-192	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-194	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-59	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-61	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1269	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1271	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1351	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1353	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-21	ES-M-414	48610.007977/2004	31/12/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-22A	ES-M-527	48610.007978/2004A	06/02/2022
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-23	ES-M-525	48610.007979/2004	15/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-347	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-424	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-499	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-349	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-426	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-497	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-569	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Campos	BM-C-35	C-M-535	48610.009209/2005-16	08/09/2021
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-50	S-M-623	48610.009180/2005-56	31/10/2018
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-51	S-M-619	48610.009181/2005-17	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-1(1-CES-157ARARAÚNA	POT-M-663	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-16(1-CES-157)ARARAÚNA	POT-M-760	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-CES-161)TANGO	POT-M-665	48610.009149/2005-15	18/09/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-853	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-855	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-32	ES-M-594	48610.009168/2005-41	09/07/2021
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	BT-PN-3	PN-T-86	48610.001299/2008-23	30/08/2019
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-1	PEPB-M-783	48610.001410/2008-81	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-3	PEPB-M-839	48610.001412/2008-71	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-485_R11	ES-T-485	48610.005484/2013-54	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-486_R11(PAD 1-JQT-1-ES)	ES-T-486	48610.005403/2013-16	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-JAP-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-TBB-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-T-613_R11	POT-T-613	48610.005393/2013-19	05/08/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-61_R11	SEAL-T-61	48610.005406/2013-50	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-596_R11	ES-M-596	48610.005468/2013-61	30/08/2020
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-669_R11	ES-M-669	48610.005472/2013-20	30/08/2020
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-M-764-R11	POT-M-764	48610.005476/2013-16	28/08/2020
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-150_R11	PN-T-150	48610.005414/2013-04	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-166_R11	PN-T-166	48610.005417/2013-30	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-198_R12	PAR-T-198	48610.000077/2014-31	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-218_R12	PAR-T-218	48610.000081/2014-08	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-60_R12	REC-T-60	48610.000065/2014-15	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-61_R12	REC-T-61	48610.000066/2014-51	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-70_R12	REC-T-70	48610.000098/2014-57	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-80_R12	REC-T-80	48610.000069/2014-95	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-89_R12	REC-T-89	48610.000071/2014-64	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-194_R12	REC-T-194	48610.000056/2014-16	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-32_R12	REC-T-32	48610.000089/2014-66	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-40_R12	REC-T-40	48610.000093/2014-24	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-50_R12	REC-T-50	48610.000094/2014-79	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-51_R12	REC-T-51	48610.000095/2014-13	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-52_R12	REC-T-52	48610.000096/2014-68	23/02/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-112_ R12	SEAL-T-112	48610.000090/2014-91	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-165 _R12	SEAL-T-165	48610.000164/2014-99	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-177 _R12	SEAL-T-177	48610.000162/2014-08	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-198 _R12	SEAL-T-198	48610.000160/2014-19	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-239_R12	REC-T-239	48610.000074/2014-06	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-240_R12	REC-T-240	48610.000067/2014-04	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-253_R12	REC-T-253	48610.000060/2014-84	SUSPENSO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-254_R12	REC-T-254	48610.000061/2014-29	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-268_R12	REC-T-268	48610.000092/2014-80	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-208_R12	REC-T-208	48610.000058/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-225_R12	REC-T-225	48610.000075/2014-42	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-142 _R12	SEAL-T-142	48610.000167/2014-22	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-208 _R12	SEAL-T-208	48610.000174/2014-24	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-229 _R12	SEAL-T-229	48610.000172/2014-35	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-359 _R12	SEAL-T-359	48610.000179/2014-57	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-372 _R12	SEAL-T-372	48610.000177/2014-68	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-383 _R12	SEAL-T-383	48610.000175/2014-79	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-384 R_12	SEAL-T-384 R_12	48610.000166/2014-88	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-420 R_12	SEAL-T-420	48610.000176/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-345_R12	SEAL-T-345	48610.000173/2014-80	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-346 _R12	SEAL-T-346	48610.000169/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-360 _R12	SEAL-T-360	48610.000178/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar do Acre	AC-T-8	AC-T-8	48610.000119/2014-34	1º/10/2022
BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE PARTILHA (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Santos	Libra_P1	Libra_P1	48610.011150/2013-10	01/03/2020

CAMPOS EM EXPLORAÇÃO / PRODUÇÃO / CESSÃO ONEROSA / PARTILHA

CAMPOS - CONCESSÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (1)	FASE DOS CAMPOS (2)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Agulha	Rodada 0	48000.003779/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Alto do Rodrigues	Rodada 0	48000.003784/97-04	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Angico	BPOT-6	48000.003484/97-62	26/03/2028	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Arabaiana	Rodada 0	48000.003913/97-47	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Aratum	Rodada 0	48000.003780/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Asa Branca	BPOT-4	48000.003482/97-37	29/08/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Atum	Rodada 0	48000.003775/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Algodão	Rodada 0	48000.003785/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Juazeiro	Rodada 0	48000.003914/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha	Rodada 0	48000.003786/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Benfica	Rodada 0	48610.004003/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Esperança	Rodada 0	48000.003787/97-94	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Vista	Rodada 0	48000.003788/97-57	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Brejinho	Rodada 0	48000.003789/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cachoeirinha	Rodada 0	48000.003791/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Canto do Amaro	POT-T-391	48000.003792/97-24	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cioba (Área do RNS-035)	Rodada 0	48000.003906/97-81	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Curimã	Rodada 0	48000.003776/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Espada	Rodada 0	48000.003777/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Estreito	POT-T-661/ 705	48000.003793/97-97	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003795/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Canaã	Rodada 0	48000.003796/97-85	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Curral	Rodada 0	48000.003797/97-48	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Junco	Rodada 0	48000.003915/97-72	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Malaquias	Rodada 0	48000.003798/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Pocinho	Rodada 0	48000.003799/97-73	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré	Rodada 0	48000.003800/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Icapuí	Rodada 0	48000.003801/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Janduí	POT-T-701	48000.003802/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Juazeiro	Rodada 0	48000.003803/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lagoa Aroeira	Rodada 0	48000.003804/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Leste de Poço Xavier	Rodada 0	48610.004000/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Livramento	Rodada 0	48000.003805/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lorena	Rodada 0	48000.003807/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Macau	Rodada 0	48000.003808/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Monte Alegre	Rodada 0	48000.003809/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Morrinho	Rodada 0	48000.003810/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Mossoró	Rodada 0	48000.003811/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Oeste de Ubarana (Área do RNS-071)	Rodada 0	48000.003910/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pajeú	Rodada 0	48000.003813/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pedra Sentada	Rodada 0	48610.004001/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pescada	Rodada 0	48000.003912/97-84	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Verde	Rodada 0	48000.003814/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Xavier	Rodada 0	48000.003815/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ponta do Mel	Rodada 0	48000.003816/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Porto Carão	Rodada 0	48000.003817/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda	Rodada 0	48000.003818/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda Profundo	Rodada 0	48000.003819/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Riacho da Forquilha	Rodada 0	48000.003821/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Rio Mossoró	Rodada 0	48000.003824/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sabiá	Rodada 0	48000.003916/97-35	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Salina Cristal	Rodada 0	48000.003825/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra	Rodada 0	48000.003781/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra do Mel	Rodada 0	48000.003828/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra Vermelha	Rodada 0	48000.003829/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serraria	Rodada 0	48000.003830/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Siri	BPOT-10	48000.003479/97-22	06/02/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Três Marias	Rodada 0	48000.003832/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Upanema	Rodada 0	48000.003833/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Varginha	Rodada 0	48610.004002/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Xaréu	Rodada 0	48000.003778/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Atalaia Sul	Rodada 0	48000.003845/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aruari	Rodada 0	48000.003844/97-26	05/08/2025	Campos em Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Angelim	Rodada 0	48000.003843/97-63	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aguilhada	Rodada 0	48000.003842/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Tatuí (Área SES-019)	Rodada 0	48000.003834/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Brejo Grande	Rodada 0	48000.003846/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Caioba	Rodada 0	48000.003836/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Camorim	Rodada 0	48000.003837/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Carmópolis	Rodada 0	48000.003847/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Castanhal	Rodada 0	48000.003848/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Cidade S. Miguel dos Campos	Rodada 0	48000.003850/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Dourado	Rodada 0	48000.003838/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Furado	Rodada 0	48000.003854/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Guaricema	Rodada 0	48000.003839/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Ilha Pequena	Rodada 0	48000.003855/97-42	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Mato Grosso	SEAL -T-390	48000.003857/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Paru	Rodada 0	48000.003840/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Pilar	Rodada 0	48000.003859/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema	SEAL-100	48000.003495/97-89	30/08/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Riachuelo	Rodada 0	48000.003860/97-82	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	São Miguel dos Campos	BT-SEAL-2	48000.03861/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Siririzinho	Rodada 0	48000.003862/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Camarão Norte	BCAM-40	48000.003518/97-82	15/07/2036	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Manati	BCAM-40	48000.003518/97-82	26/11/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Araracanga	BSOL-5	48000.003455/97-64	21/07/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Carapanaúba	Rodada 0	48000.003868/97-94	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Cupiúba	Rodada 0	48000.003869/97-57	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Juruá	Rodada 0	48000.003870/97-36	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Leste de Urucu	Rodada 0	48000.003627/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Rio Urucu	Rodada 0	48000.003628/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Sudoeste de Urucu	Rodada 0	48000.003873/97-24	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Amazonas	Japim	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Amazonas	Azulão	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Água Grande	Rodada 0	48000.003629/97-43	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Apraiús	Rodada 0	48000.003630/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Aratu	Rodada 0	48000.003632/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Biriba	Rodada 0	48000.003672/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Bonsucesso	Rodada 0	48000.003658/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Brejinho	Rodada 0	48000.003636/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Buracica	Rodada 0	48000.003635/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canabrava	Rodada 0	48000.003637/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Candeias	Rodada 0	48000.003638/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cantagalo	Rodada 0	48000.003639/97-05	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cassarongongo	Rodada 0	48000.003640/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cexis	Rodada 0	48000.003641/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cidade entre Rios	Rodada 0	48000.003642/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Conceição	Rodada 0	48000.003702/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João	Rodada 0	48000.003644/97-37	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João Mar	Rodada 0	48000.003645/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alto das Pedras	Rodada 0	48610.004004/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alvorada	Rodada 0	48000.003646/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Azevedo	Rodada 0	48000.003647/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Bálsamo	Rodada 0	48000.003648/97-98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003649/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Boa Esperança	Rodada 0	48000.003650/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Imbé	Rodada 0	48000.003651/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Matinha	Rodada 0	48000.003891/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Onça	Rodada 0	48000.003652/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Panelas	Rodada 0	48000.003653/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Santa Rosa	Rodada 0	48000.003883/97-88	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Gomo	Rodada 0	48000.003656/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Ilha Bimbarra	Rodada 0	48000.003657/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jacuípe	Rodada 0	48000.003660/97-93	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lagoa Branca	Rodada 0	48000.003893/97-31	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lamarão	Rodada 0	48000.003664/97-44	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Leodório	Rodada 0	48000.003665/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Malombé	Rodada 0	48000.003666/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mandacaru	Rodada 0	48000.003667/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mapele	Rodada 0	48000.003633/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massapê	Rodada 0	48000.003668/97-03	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massuí	Rodada 0	48000.003669/97-68	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mata de São João	Rodada 0	48000.003670/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga	Rodada 0	48000.003673/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga Norte	Rodada 0	48000.003676/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Norte Fazenda Caruaçu	Rodada 0	48000.003677/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pedrinhas	Rodada 0	48000.003678/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pojuca	Rodada 0	48000.003679/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Quererá	Rodada 0	48000.003894/97-02	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Remanso	Rodada 0	48000.003671/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho da Barra	Rodada 0	48000.003682/97-26	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho Ouricuri	Rodada 0	48000.003683/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho São Pedro	Rodada 0	48000.003684/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio do Bu	Rodada 0	48000.003686/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio dos Ovos	Rodada 0	48000.003687/97-40	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Itariri	Rodada 0	48000.003688/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pipiri	Rodada 0	48000.003674/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pojuca	Rodada 0	48000.003689/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Sauípe	Rodada 0	48000.003690/97-54	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio da Serra	Rodada 0	48000.003685/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Subaúma	Rodada 0	48000.003691/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Domingos	Rodada 0	48000.003693/97-42	05/08/2025	Campos em Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Pedro	Rodada 0	48000.003694/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sesmaria	Rodada 0	48000.003696/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro	REC-T-265	48000.003697/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro Extensão	Rodada 0	48000.003698/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sussuarana	Rodada 0	48000.003699/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Taquipe	Rodada 0	48000.003700/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Anã	BC-60	48000.003560/97-49	20/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Azul	BC-60	48000.003560/97-49	30/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Franca	BC-60	48000.003560/97-49	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Barra do Ipiranga	Rodada 0	48000.003756/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Cachalote	BC-60	48000.003560/97-49	27/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cacimbas	Rodada 0	48000.003736/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim	BES-100	48000.003535/97-00	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Campo Grande	Rodada 0	48000.003737/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Canapu	BES-100	48000.003535/97-00	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cangoá	Rodada 0	48000.003902/97-21	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte	ES-T-373	48000.003738/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego das Pedras	Rodada 0	48000.003739/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Dourado	Rodada 0	48000.003740/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Alegre	Rodada 0	48000.003742/97-56	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro	Rodada 0	48000.003743/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro Norte	Rodada 0	48000.003745/97-44	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Queimadas	Rodada 0	48000.003744/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Santa Luzia	Rodada 0	48000.003746/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Jorge	Rodada 0	48000.003747/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Rafael	Rodada 0	48000.003750/97-84	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Golfinho	BES-100	48000.003535/97-00	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Guriri	ES-T-383	48000.003751/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Jubarte	BC-60	48000.003560/97-49	12/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Bonita	Rodada 0	48000.003748/97-32	06/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda	Rodada 0	48000.003752/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda Norte	Rodada 0	48000.003754/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Piabanha	Rodada 0	48000.003755/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Suruaca	Rodada 0	48000.003757/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu	Rodada 0	48000.003758/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Norte	Rodada 0	48000.003760/97-38	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Oeste	Rodada 0	48000.003759/97-59	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Nativo Oeste	Rodada 0	48000.003761/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Peroá	Rodada 0	48000.003903/97-93	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Barra Seca	Rodada 0	48000.003765/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas	Rodada 0	48000.003766/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas Leste	Rodada 0	48000.003767/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto	Rodada 0	48000.003769/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Oeste	Rodada 0	48000.003770/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Sul	Rodada 0	48000.003771/97-54	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus	Rodada 0	48000.003772/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus	Rodada 0	48000.003773/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora	Rodada 0	48000.003703/97-02	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora Leste	Rodada 0	48000.003895/97-67	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Anequim	Rodada 0	48000.003730/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Badejo	Rodada 0	48000.003705/97-20	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bagre	Rodada 0	48000.003726/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Barracuda	Rodada 0	48000.003897/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bicudo	Rodada 0	48000.003717/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bonito	Rodada 0	48000.003718/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Carapeba	Rodada 0	48000.003711/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caratinga	Rodada 0	48000.003898/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caxaréu	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Cherne	Rodada 0	48000.003727/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Congro	Rodada 0	48000.003714/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Corvina	Rodada 0	48000.003715/97-83	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova	Rodada 0	48000.003719/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova Oeste	Rodada 0	48000.003720/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Espadarte	Rodada 0	48000.003899/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupa	Rodada 0	48000.003721/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupinha	Rodada 0	48000.003722/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Linguado	Rodada 0	48000.003706/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Malhado	Rodada 0	48000.003716/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Mangangá	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Marimbá	Rodada 0	48000.003732/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Leste	BC-50	48000.003900/97-03	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Sul	Rodada 0	48000.003724/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Maromba	BC-20	48000.003556/97-71	26/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Namorado	Rodada 0	48000.003728/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pampo	Rodada 0	48000.003707/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Papa-Terra	BC-20	48000.003556/97-71	27/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Parati	Rodada 0	48000.003731/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pargo	Rodada 0	48000.003712/97-95	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pirambú	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Piraúna	Rodada 0	48000.003733/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Roncador	Rodada 0	48000.003901/97-68	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Trilha	Rodada 0	48000.003708/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Vermelho	Rodada 0	48000.003713/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Viola	BC-50	48000.003734/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Lagosta	BS-1	48000.003570/97-01	29/09/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Merluza	Rodada 0	48000.003866/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Mexilhão	BS-400	48000.003576/97-89	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Tambaú	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bacia Sedimentar de Santos	Tambuatá	BS-500	48000.003577/97-41	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Uruguá	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ubarana	Rodada 0	48000.003782/97-71	31/12/2034	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Araçás	Rodada 0	48000.003631/97-95	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim	Rodada 0	48000.003723/97-10	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Voador	Rodada 0	48000.003704/97-67	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Acauã	BT-POT-4	48610.003901/2000	15/07/2032	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Leste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Sudoeste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pintassilgo	BT-POT-4	48610.003901/2000	30/05/2033	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Anambé	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	04/04/2032	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Japuaçu	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	16/08/2034	
Bacia Sedimentar de Santos	Berbigão	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lapa	BM-S-9	48610.003884/2000	19/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lula	BM-S-11	48610.003886/2000	29/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Cernambi	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Oeste de Atapu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sururu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sapinhoá	BM-S-9	48610.003884/2000	29/12/2038	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Inhambu	BT-ES-12	48610.010735/2001	24/11/2032	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Saíra	BT-ES-12	48610.010735/2001	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia Leste	BM-S24	48610.010733/2001	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim Norte	BM-ES-5	48610.010724/2001	02/09/2035	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sibite	BT-POT-8	48610.009225/2002	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Jaçanã	BT-POT-8	48610.009225/2002	05/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pardal	BT-POT-10	48610.009227/2002A	27/08/2034	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Patativa	BT-POT-9	48610.009226/2002	29/03/2038	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cambacica	BT-REC-7	48610.009228/2002	24/12/2036	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia	REC-T-41	48610.009488/2003	01/02/2032	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tangará	REC-T-41	48610.009488/2003	07/05/2033	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cancã	ES-T-486	48610.009491/2003	24/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacutinga	ES-T-382	48610.009492/2003	03/01/2035	
Bacia Sedimentar de Santos	Baúna	S-M-1288	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Santos	Piracaba	S-M-1289	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sanhaçu	POT-T-479	48610.007998/2004	26/11/2036	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Trinca Ferro	POT-T-700	48610.008001/2004	14/01/2037	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema Sul	SEAL-M-495	48610.008022/2004	14/09/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guanambi	REC-T-221	48610.008017/2004	14/03/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Biguá	ES-T-364	48610.007984/2004	22/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacupemba	ES-T-496	48610.007986/2004	22/11/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus Oeste	ES-T-373	48610.007984/2004	16/04/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Seriema	ES-T-373	48610.007984/2004	21/12/2033	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Tabuiaiá	ES-T-505	48610.007986/2004	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré Sudeste	POT-T-445	48610.009155/2005-12	24/05/2037	
Bacia Sedimentar de Solimões	Arara Azul	SOL-T-171	48610.009146/2005-81	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte Sul	ES-T-372	48610.009188/2005-12	17/05/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus Leste	EST-T-383	48610.009188/2005-12	16/04/2037	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Verde	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Mestiça	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga	REC-T-195	48610.001430/2008-52	06/05/2037	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga Norte	REC-T-181	48610.001429/2008-28	10/03/2038	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Maçarico	POT-T-609	48610.001502/2009-42	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Paturi	POT-T-610	48610.001503/2009-97	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Arapaçu	SEAL-T-240	48610.001547/2009-17	27/04/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pariri	REC-T-235	48610.001557/2009-52	19/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia Sul	REC-T-51	48610.000095/2014-13	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
CAMPOS - CESSÃO ONEROSA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Itapu	FLORIM	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Búzios	FRANCO	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sapinhoá	GUARA_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Atapu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia	TUPI_NE	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Lula	TUPI_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
CAMPOS - PARTILHA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Mero	LIBRA	48610.011150/2013-10	31/12/2040	

(1) A data limite, concernente à habilitação, é até 31-12-2040, de acordo com os arts. 4º, § 1º, e 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017.

(2) Quanto à concessão do campo já em produção, observe que esta fase abarcará, também, as atividades de desenvolvimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Empresa que menciona ao Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca e Alfandega os respectivos Recintos

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.722434/2016-19, declara:

Art. 1º. Fica a empresa DUFRY LOJAS FRANCAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.625.216/0001-45, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rodovia Hélio Smidt, s/nº - lotes LB 27 e LB 28, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, HABILITADA a operar, nesse aeroporto, o Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca nos recintos abaixo discriminados, situados na zona primária do mesmo, de cujas áreas se tornou locatária em conformidade com os Contratos de Cessão de Uso de Área Aeroportuária para Fins Comerciais e Outras Avenças, de 16 de novembro de 2012 e 01 de setembro de 2013, e seus Termos Aditivos, celebrados com a empresa CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S/A, atual concessionária e administradora do mesmo na forma do Contrato de Concessão nº 002/2011/ANAC.

Art. 2º. Esta habilitação é válida até 13 de junho de 2032, termo final da vigência dos contratos celebrados em 01 de setembro de 2013 e seus Termos Aditivos.

Art. 3º. Ficam alfandegados, a título permanente, os recintos abaixo especificados:

3.1. ATÉ 30 DE JUNHO DE 2018:

LOJA 10 - LUC 1, constituída por uma unidade de venda com área total de 3.142,00 m², situada no Setor de Desembarque - Piso Térreo do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0009-00, código de recinto nº 8.91.61.36-0.

3.2. ATÉ 13 DE JUNHO DE 2032:

B) DEPÓSITO DE LOJA FRANCA, com área total de 12.067,00 m², situado no Setor 2 - Área de Apoio B, CNPJ/MF nº 17.625.216/0001-45, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.77.08-8;

C) DEPÓSITO LUC T2F20180D, com área total de 81,87 m², situado no TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0014-60, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.77.09-6;

D) LUC T2F20180, constituída por uma unidade de venda com área total de 105,26 m², localizada no Setor de Embarque do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0008-11, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.61.35-1;

E) LOJA 9 - LUC 176, constituída por uma unidade complementar de venda com área de 897,33 m² e por duas vitrines nºs 18 e 20, com 2,08 m² cada, no Setor de Embarque do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0010-36, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.61.37-8;

F) LUC 32, loja com área de 4.350,21 m², situada no desembarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0016-21, código SISCOMEX nº 8.91.61.38-6;

G) LUC 101, loja com 106,70 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0017-02, código SISCOMEX nº 8.91.61.39-4;

H) LUC 095, loja com 86,88 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0018-93, código SISCOMEX nº 8.91.61.40-8;

LUC 094-1, loja com 104,00 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216 /0019-74, código SISCOMEX nº 8.91.61.41-6;

J) LUC 098, loja com 92,80 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0020-08, código SISCOMEX nº 8.91.61.42-4;

K) LUC 094-2, loja com 60,00 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216-0021-99, código SISCOMEX nº 8.91.61.43-2;

L) LUC 096, loja com 169,89 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0022-70, código SISCOMEX nº 8.91.61.44-0;

M) LUC 103, loja com 491,88 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0025-12, código SISCOMEX nº 8.91.61.47-5;

N) LUC 087, 088 e 089, loja com 251,52 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0026-01, código SISCOMEX nº 8.91.61.48-3;

O) LUC 085, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0027-84, código SISCOMEX nº 8.91.61.49-1;

P) LUC 084, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0028-65, código SISCOMEX nº 8.91.61.50-5;

Q) LUC 083, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0029-46; código SISCOMEX nº 8.91.61-51-3;

R) LUC 082, loja com 83,99 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0030-80, código SISCOMEX nº 8.91.61.52-1;

S) LUC 080, loja com 1.532,12 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0031-50, código SISCOMEX 8.91.61.53-0;

T) LUC T3-102, loja com 65,00 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0006-50, código SISCOMEX nº 8.91.61.60-2;

U) LUC 1P2L-020, loja com 65,55 m2, localizada no embarque internacional do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0002-26, código SISCOMEX nº 8.91.61.61-0;

V) LUC 2T3-106, loja com 97,05 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0042-13, código SISCOMEX nº 8.91.61.54-8; e,

W) LUC 1P2L-016, loja com 70,67 m², localizada no embarque internacional do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0005-79, código SISCOMEX nº 8.91.61.62-9.

Art. 4º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75 e suas alterações, em conformidade com a legislação específica aplicável.

Art. 5º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, esta habilitação e/ou alfandegamento poderão ser suspensos ou cancelados por aplicação de sanção administrativa, bem como poderão ser extintos a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-los a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 6º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 45, de 17 de outubro de 2017 (D.O.U. de 20/10/2017), sem perda de sua força normativa.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 6, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Declaração de inexistência de fato no CNPJ(Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica)

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM ARAÇATUBA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 284, inciso IV e artigo 311, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 31, §§ 1º e 2º , da Instrução Norma- tiva RFB nº 1634/2016, declara:

Art. 1º Declarar, inexistente de fato, a Pessoa Jurídica no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) o CNPJ Nº 08.487.883/0001-18 , pertencente a empresa JORGE LUIS DA ROCHA & CIA LTDA- ME, a partir de 28/09/2006, em conformidade com a apuração efetuada através do processo nº 10820.721617/2017-19.

Art 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado inexistente em conformidade com Parágrafos 1º e 2º do Artigo 31, da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06/05/2016, publicada no DOU em 09/05/2016-Seção 1, página 39.

ALEXANDRE LOPES DE SOUZA

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 7, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Declaração de inexistência de fato no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica)

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM ARAÇATUBA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 284, inciso IV e artigo 311, do Regimen- to Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 31, §§ 1º e 2º , da Instrução Normativa RFB nº 1634/2016, declara:

Art. 1º Declarar, inexistente de fato, a Pessoa Jurídica no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) o CNPJ Nº 46.604.856/0001-77, pertencente a empresa ADELINO DO ROSARIO PEREIRA - ME, a partir de 24/05/1974, em conformidade com a apuração efetuada através do processo nº 13823.720078/2017-69.

Art 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado inexistente em conformidade com Parágrafos 1º e 2º do Artigo 31, da Instrução Normativa RFB nº 1634, de 06/05/2016, publicada no DOU em 09/05/2016-Seção 1, página 39.

ALEXANDRE LOPES DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, EM 29 DE MARÇO DE 2018

Declaração de nulidade de inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por constatação de fraude.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RI-RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto nos Artigos 5, 16, 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de número 427.844.168-10, pertencente a DAVI VIANA RIBEIRO, por ter sido constatada FRAUDE na obtenção da referida inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório Sacat nº 085/0810700/DRF/SJR/SACAT, de 28 de Janeiro de 2018, constante do Processo Administrativo nº 16000.720050/2018-84.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos retroativos à data de inscrição do referido número no Cadastro de Pessoas Físicas.

GRIGOR HAIG VARTANIAN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2018

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO - SACTA, no uso da competência delegada pelo art. 5º, inc. I da Portaria ALF/URA/nº 021/2018, de 18 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros a(s) seguinte(s) pessoa(s) interessada(s):

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11077.720.039/2018-15	ANDREA DOS SANTOS SOUZA	782.418.550-87

Art. 2º. O despachante aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE nº 016, de 08 de junho de 2012.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

RICARDO LEITE LEAL

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Processo nº 52700.100354/2018-05
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 18/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 28 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00156/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 6 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100354/2018-05 e Processo JUCESP nº 995043/17-6

Recorrente: Expresso Mirassol Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Di Bernardo Logística Mirassol Ltda.)

MARCOS JORGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Processo nº 52700.100343/2018-17
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 6/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 25 de janeiro de 2018, e o PARECER Nº 00064/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100343/2018-17 e Processo JUCESP nº 995015/17-0

Recorrente: Móveis e Decorações Rainha Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Rainha Móveis e Colchões EIRELI-EPP)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100593/2018-57
Interessado: JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 23/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de março de 2018, e o PARECER Nº 00159/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 6 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100593/2018-57 e Processo JUCESP nº 995045/17-3

Recorrente: Bentley Incorporações e Construções Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Bentley One Administradora de Bens e Participações Ltda.)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100594/2018-00
Interessado: JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 25/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 7 de março de 2018, e o PARECER Nº 00166/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 8 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100594/2018-00 e Processo JUCESP nº 995461/17-0

Recorrente: JBS S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Frigoboi Distribuidora de Produtos Alimentícios EIRELI-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100350/2018-19
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 20/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 2 de março de 2018, e o PARECER Nº 161/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 7 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100350/2018-19 e Processo JUCESP nº 995016/17-3

Recorrente: Raia Drogasil S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Raya Pet Center Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100356/2018-96
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 11/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 6 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00107/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 20 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100356/2018-96 e Processo JUCESP nº 995020/17-6

Recorrente: Atlântica Empresa de Comércio Exterior Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (N.T. Atlantic Importação e Exportação de Alimentos Ltda.-EPP)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100357/2018-31
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 9/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 6 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00108/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 20 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100357/2018-31 e Processo JUCESP nº 995042/17-2

Recorrente: Wama Produtos para Laboratório Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Iwama & Iwama Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100358/2018-85
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 12/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 6 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 121/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 20 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100358/2018-85 e Processo JUCESP nº 995035/17-9

Recorrente: Aires Soluções Corporativas e Serviços Ltda.-EPP

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Aires Assessoria e Cobranças Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100360/2018-54
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 14/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 7 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00103/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 15 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100360/2018-54 e Processo JUCESP nº 995031/17-4

Recorrente: ADM - Associação Brasileira de Administração

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (ADM Administração de Bens S.A.)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100355/2018-41
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 13/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 6 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 115/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 20 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100355/2018-41 e Processo JUCESP nº 995038/17-0

Recorrente: All Sport Magazine Ltda.-EPP

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (All Sports Inside Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100403/2018-00
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto no 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 8/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 6 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00100/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 15 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100403/2018-00 e Processo JUCESP nº 995028/17-5

Recorrente: Ecoban Ambiental S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Encoban Construtora Ltda.-EPP)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100384/2017-22
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 21/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de março de 2018, e o PARECER Nº 206/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 23 de março de 2018, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

Referência: Processo n° 52700.100384/2017-22 e Processo JUCEPE nº 17/879452-0

Recorrente: Laborh-Trade Marketing Promocional Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100353/2018-52
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 17/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 27 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00151/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 1º de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100353/2018-52 e Processo JUCESP nº 995010/17-1

Recorrente: Global Serviços Empresariais e Mão de Obra Temporária Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Global Oil Field Recrutamento e Treinamento Ltda.)

MARCOS JORGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO

Processo nº 52700.100349/2018-94
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 26/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 9 de março de 2018, e o PARECER Nº 00194/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 22 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Referência: Processo nº 52700.100349/2018-94 e Processo JUCESP nº 995041/17-9
Recorrente: Talie Indústria, Comércio, Exportação e Importação de Confecções e Acessórios Ltda.
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (NK Comércio de Calçados Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 161, DE 29 DE MARÇO DE 2018

OBJETO: Consulta Pública. Aperfeiçoamento dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem

ORIGEM: Inmetro / MDIC.
O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:
Art. 1º Fica disponível, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a do aperfeiçoamento dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.
Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.
Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Rua Santa Alexandrina, n.º 416 - 5º andar - Rio Comprido
CEP 20.261-232 - Rio de Janeiro - RJ, ou
E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br
§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.
§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencado no caput.
Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.
Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 162, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;
Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1988, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;
Considerando o disposto no inciso I do art. 22 do Decreto n.º 96.044/1988, que determina a expedição, pelo Inmetro ou entidade por ele acreditada, do Certificado de Capacitação para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos a Granel, dos veículos e dos equipamentos rodoviários, atualmente denominado, respectivamente, Certificado de Inspeção Veicular - CIV e Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP;
Considerando que o Inmetro ou entidade por ele acreditada, consoante o disposto no § 1º do art. 4º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, atualizado pela Resolução ANTT n.º 3.665 de 04 de maio de 2011, deve atestar a adequação dos veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;
Considerando a Portaria Inmetro n.º 091, de 31 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril de 2009, seção 01, páginas 79 e 80, que aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade (RTQ) 1c, 1i, 3c, 3i, 6c, 6i, 7c, 7i, e 36;
Considerando a Portaria Inmetro n.º 457, de 22 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, seção 01, página 95, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ) 5;
Considerando a Portaria Inmetro n.º 299, de 26 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2014, seção 01, página 124, que aprova ajustes e esclarecimentos às regulamentações da área de produtos perigosos;
Considerando a Portaria Inmetro n.º 584, de 23 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2015, seção 01, páginas 57 e 58, que aprova ajustes no Anexo da Portaria Inmetro n.º 299/2014;
Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos;
Considerando que os veículos e os equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos, somente devem trafegar após a comprovação de atendimento às condições de segurança estabelecidas nas legislações de trânsito e ambientais vigentes;
Considerando a viabilidade técnica quanto à aceitação, pelo Inmetro, de normas e regulamentações técnicas nacionais e internacionais não especificadas nos RTQ supracitados;
Considerando a necessidade de revisão da Portaria Inmetro n.º 495, de 02 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2015, seção 01, página 99, resolve baixar as seguintes disposições:
Art. 1º Os Organismos de Inspeção Acreditados (OIA) poderão realizar inspeções periódicas dos equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos considerando normas e regulamentações técnicas nacionais e internacionalmente aceitas, que não estejam especificadas nos RTQ aprovados pela Portaria Inmetro n.º 091/2009, desde que consideradas tecnicamente viáveis, e possuam escopo de acreditação para realizar tais inspeções.
Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se apenas aos equipamentos rodoviários construídos a partir da vigência da Portaria Inmetro n.º 091/2009 até àqueles construídos e certificados com base na Portaria Inmetro n.º 16/2016.
Art. 2º Ficam autorizadas as inspeções periódicas de equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos, cujos espaçamentos entre os reforços circunferenciais, definidos nos termos do item 6.7 do RTQ 7c aprovado pela Portaria Inmetro n.º 091/2009, sejam superiores a 1.500 mm e até 1.750 mm, desde que atendam aos requisitos do capítulo 6.8 do código ADR (European Agreement Concerning the International Carriage of Dangerous Goods By Road - versão 2015 ou na sua versão mais atualizada), incluindo as normas complementares citadas no subitem 6.8.2.6 do referido capítulo.
Parágrafo único. Outras especificações, que não aquela referenciada no caput, poderão ser permitidas, desde que avaliadas tecnicamente e aprovadas pelos OIA.
Art. 3° Nos casos de inspeções periódicas realizadas com base no disposto nos artigos 1° e 2° desta Portaria, os OIA deverão enviar, via e-mail (dconf@inmetro.gov.br), trimestralmente, à Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf, uma planilha contendo os seguintes registros e informações:
I - nº de controle sequencial da inspeção;
II - identificação do OIA (razão social e número de acreditação);
III - identificação do proprietário do equipamento rodoviário (nome ou razão social e CPF ou CNPJ);
IV - n.º do CIPP vigente;
V - identificação da espécie / tipo, do ano de fabricação e do n.º de série do equipamento rodoviário;
VI - identificação da placa de licença e do n.º do chassi do veículo rodoviário;
VII - descrição comparativa entre os requisitos dos RTQ e as normas e regulamentações técnicas nacionais e internacionalmente aceitas, em suas edições mais recentes (fazer referência ao item/subitem, versão - ano de publicação da norma e/ou regulamentação técnica nacional e/ou internacionalmente adotada);
VIII - 02 (duas) fotografias coloridas digitalizadas do conjunto veículo / equipamento rodoviário (frente / lateral e traseira / outra lateral, a 45º), no tamanho: 100 x 100 mm;
IX - 01 (uma) fotografia colorida digitalizada da placa de identificação do fabricante, no tamanho 100 x 100 mm;
X - 01 (uma) fotografia colorida digitalizada do número de equipamento, no tamanho 100 x 100 mm;
XI - croqui (desenho) do equipamento rodoviário, quando se tratar de espaçamentos entre reforços circunferenciais;
XII - fotocópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do OIA que aprovou a inspeção, na ocorrência do estabelecido no parágrafo 1º.
§ 1º Nas situações previstas no art. 1º desta Portaria, além do previsto no caput, deverá ser emitida, apenas na primeira inspeção periódica do equipamento que ocorrer após a publicação desta Portaria, ART do OIA que aprovou a inspeção.
§ 2º Para efeitos de comprovação nas inspeções periódicas posteriores, o OIA deverá emitir e entregar, além da fotocópia da ART, uma declaração para os proprietários dos equipamentos rodoviários, informando que a inspeção periódica foi realizada com base no art. 1º desta Portaria, contendo: n.º da ART, data de sua emissão, número de equipamento, n° do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP, data de sua emissão e assinatura do responsável técnico do OIA, na qual deverá constar o nome e a assinatura de quem a recebeu.
§ 3º Equipamentos rodoviários construídos até 31 de dezembro de 1994, cujos espaçamentos entre os reforços circunferenciais sejam superiores a 1.500 mm e até 1.750 mm de acordo com o estabelecido no código ADR, estarão isentos do envio da planilha mencionada no caput.
Art. 4º Evidenciadas a necessidade e a viabilidade técnica quanto à utilização de normas e regulamentações técnicas nacionais e internacionalmente aceitas que não estejam especificadas nos RTQ aprovados pela Portaria Inmetro n.º 091/2009, tais incorporações serão consideradas nas próximas revisões dos RTQ pertinentes.
Art. 5º Ficam incluídos nos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, os subitens a seguir com as seguintes redações:
"6.2.1.2.1 No caso de projetos elaborados com base no subitem 6.17.1 do RTQ 7c, o OCP deverá avaliar e aprovar os mesmos, à luz do capítulo 6.8 do código ADR (versão 2015 ou na sua versão mais atualizada), incluindo as normas complementares citadas no subitem 6.8.2.6 do referido capítulo, e emitir relatório comprobatório da avaliação, ficando dispensada a aprovação prevista no subitem 6.17.2 do referido RTQ.
6.2.1.2.2 No caso de projetos elaborados com base em outras normas e regulamentações técnicas nacionais e internacionalmente aceitas, que não estejam especificadas nos RTQ 1c, 3c, 6c e 7c, o OCP deverá avaliar e aprovar os mesmos e emitir relatório comprobatório da avaliação."(NR).
Art. 6º No caso das inspeções periódicas de equipamentos rodoviários destinados ao transporte de emulsão explosiva, do tipo silo e do tipo sob pressão / vácuo (ex.: limpa-fossa), previstas na Portaria Inmetro n.º 299/2014, as inspeções deverão ser realizadas, devendo os OIA enviar, via e-mail (dconf@inmetro.gov.br), trimestralmente, à Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf, uma planilha contendo os seguintes registros e informações:
I - nº de controle sequencial da inspeção;
II - identificação do OIA (razão social e número de acreditação);
III - identificação do proprietário do equipamento rodoviário (nome ou razão social e CPF ou CNPJ);
IV - identificação da espécie / tipo, do ano de fabricação e do n.º de série do equipamento rodoviário;
V - identificação da placa de licença e do n.º do chassi do veículo rodoviário;
VI - 02 (duas) fotografias coloridas digitalizadas do conjunto veículo / equipamento rodoviário (frente / lateral e traseira / outra lateral, a 45º), no tamanho 100 x 100 mm;
VII - 01 (uma) fotografia colorida digitalizada da placa de identificação do fabricante, no tamanho 100 x 100 mm;
VIII - 01 (uma) fotografia colorida digitalizada do número de equipamento, no tamanho 100 x 100 mm;
IX - fotocópia da ART do OIA que aprovou a inspeção, na ocorrência do estabelecido no parágrafo único.
§ 1º Além do previsto no caput, deverá ser emitida, apenas na primeira inspeção periódica do equipamento que ocorrer após a publicação desta Portaria, ART do OIA que aprovou a inspeção, aplicando-se o disposto no parágrafo 2º do art. 3º desta Portaria.
§ 2º O disposto no caput aplica-se apenas aos equipamentos rodoviários construídos anteriormente àqueles construídos e certificados com base na Portaria Inmetro n.º 16/2016.
Art. 7° Os OIA deverão arquivar todos os registros e informações descritas nos artigos 3º e 6° desta Portaria, que comprovam a viabilidade técnica para a realização das inspeções periódicas, juntamente com os relatórios técnicos de cada equipamento rodoviário inspecionado.
Art. 8º A consulta pública que originou a Portaria ora aprovada foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 162, de 09 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2017, seção 01, página 67.
Art. 9º Fica revogada, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, a Portaria Inmetro n.º 495, de 02 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2015, seção 01, página 99.
Art. 10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 163, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento de medidas regulatórias, resolve:

Art. 1º Criar a Comissão Técnica "Cauda de Sereia", com a seguinte composição:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf;
Divisão de Comunicação Social - Dicom;
Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP;
Criança Segura Safe Kids Brasil, e
Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático - Sobrasa.

Parágrafo Único - Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora criada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas a medida regulatória para Cauda de Sereia.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 164, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

OBJETO: Consulta Pública. Aperfeiçoamento do Regimento Interno das Comissões Técnicas

ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a do aperfeiçoamento do Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Rua Santa Alexandrina n.º 416 - 5º andar - Rio Comprido
CEP 20.261-232 - Rio de Janeiro - RJ, ou
E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail elencado no caput.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 165, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

OBJETO: Consulta Pública. Proposta de Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ para Embalagens Reutilizáveis Utilizadas no Mercado Varejista de Combustíveis Automotivos e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC Utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva referente ao Regulamento Técnico da Qualidade - RTQ para Embalagens Reutilizáveis Utilizadas no Mercado Varejista de Combustíveis Automotivos e ao aperfeiçoamento dos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC para Embalagens, Tanques Portáteis e Contentores Intermediários para Granéis - IBC Utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 5º andar - Rio Comprido
20.261-232- Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima poderá solicitá-la no endereço físico ou no e-mail elencados no caput.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 166, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no §3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando o Acordo de Cooperação firmado entre o Inmetro e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para o desenvolvimento e a implementação do Programa de Avaliação da Conformidade (PAC) para Equipamentos de Certificação Digital Padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

Considerando a Portaria Inmetro n.º 8, de 8 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2014, seção 01, página 59, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 394, de 10 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de agosto de 2015, seção 1, páginas 59 a 60, que estabelece novas determinações para o Programa de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Certificação Digital Padrão ICP-Brasil, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 8/2013;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 596, de 17 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 2015, seção 1, página 114, que inclui a possibilidade de o Organismo de Certificação de Produtos (OCP) adotar laboratórios autorizados ou acreditados pelo Inmetro para a realização dos ensaios previstos nos Manuais de Conduta Técnica (MCT) para cartões criptográficos (smartcards), leitoras de cartões inteligentes, tokens criptográficos e/ou módulo de segurança criptográfica;

Considerando que o Laboratório Green Hat Segurança da Informação Ltda. (Green Hat) manifestou formalmente seu interesse pela autorização do Inmetro para sua atuação nos ensaios de nível 1 para cartões criptográficos (smartcards), leitoras de cartões inteligentes, tokens criptográficos ou módulo de segurança criptográfica, comprovando ter corpo técnico, infraestrutura e experiência prévia adequada para tal;

Considerando o compromisso assumido formalmente pelo Green Hat de, no período de 6 (seis) meses após a autorização, solicitar a acreditação e ter concluído com êxito a etapa de análise crítica da solicitação e verificação da completeza da documentação, bem como sua assinatura do termo de compromisso, conforme estabelece a Portaria Inmetro n.º 596/2015, resolve:

Art. 1º Autorizar, temporariamente, para fins de cumprimento das disposições aprovadas pelas Portarias Inmetro n.º 8/2013, 394/2015 e 596/2015, o Laboratório Green Hat Segurança da Informação Ltda. (Green Hat) a realizar os ensaios de nível 1 para cartões criptográficos (smartcards), leitoras de cartões inteligentes, tokens criptográficos ou módulo de segurança criptográfica.

Art. 2º A autorização referida no art. 1º desta Portaria está condicionada ao cumprimento pelo Green Hat do Termo de Compromisso assinado, bem como à sua solicitação de acreditação para o escopo de Equipamentos de Certificação Digital e conclusão com êxito da etapa de análise crítica da solicitação e verificação da completeza da documentação, em até 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º A autorização referida no art. 1º desta Portaria é válida por até 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria, observada a determinação constante do artigo anterior.

Art. 4º O Inmetro pode cancelar, a qualquer tempo, a autorização dada ao Green Hat, caso seja evidenciado o não cumprimento das regras das Portarias Inmetro n.º 8/2013, 394/2015 e 596/2015, bem como das outras Portarias Inmetro complementares existentes.

Art. 5º Esta Portaria iniciará sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 167, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no §3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do item 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 4, de 2 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 144, de 13 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2015, seção 01, página 95, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo Integrado à Base;

Considerando a necessidade de esclarecer e reforçar as regras e procedimentos de avaliação da conformidade para lâmpadas LED com dispositivo integrado à base, decorrente de evidências de práticas divergentes nos processos de certificação em curso;

Considerando a necessidade de conferir maior grau de confiança na conformidade das lâmpadas LED com dispositivo integrado à base aos requisitos de segurança e desempenho estabelecidos na regulamentação técnica;

Considerando a necessidade de propiciar melhor rastreabilidade às lâmpadas LED com dispositivo integrado à base comercializadas em território nacional, conferindo maior efetividade às ações de vigilância do mercado, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Não é admitida a condução de processos de certificação de lâmpadas LED com base em protótipos.

Art. 2º Para efeitos de realização de ensaios para lâmpadas LED, não é admitida coleta de amostras antes do início do processo de certificação, devendo a mesma ocorrer durante a auditoria inicial do processo produtivo.

Art. 3º Cada processo de certificação de lâmpadas LED deve ter a sua respectiva coleta de amostras, seu ensaio e respectivo relatório de ensaios, observando os critérios de formação de família, definidos na Portaria Inmetro n.º 144/2015, não sendo admitido o aproveitamento do mesmo relatório de ensaios para processos de certificação distintos.

Art. 4º O subitem "C.2 Ensaios de Manutenção", do Anexo C da Portaria Inmetro n.º 144/2015, passará a viger com a seguinte redação:

"C.2 Ensaios de Manutenção

A coleta das amostras deverá ser feita no comércio, obrigatoriamente em território nacional.

O OCP deverá localizar produtos com data de fabricação posterior à data da concessão ou do último ensaio de manutenção. Deve-se, preferencialmente, coletar amostras de modelos, dentro da família, que não tenham sido submetidos a coletas anteriores, até que todos os modelos da família tenham sido ensaiados." (N.R.)

Art. 5º Os processos de certificação de lâmpadas LED em curso, iniciados antes da publicação desta Portaria, deverão se adequar às disposições contidas nos art. 1º ao 4º no prazo de 08 (oito) meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º Ficam mantidas as demais disposições contidas na Portaria Inmetro n.º 144/2015.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 168, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas;

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica para "Luvas Cirúrgicas e Luvas para Procedimentos Não Cirúrgicos" criada pela Portaria Inmetro n.º 253 de 19 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2006, seção 01, página 82, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica "Luvas Cirúrgicas e Luvas para Procedimentos Não Cirúrgicos", conforme abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;
Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE;
Diretoria da Avaliação da Conformidade - DCONF;
Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - DIMCI;
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde - ABIMED
Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha - ABIARB;
Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos - ABIMO;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade - ABRAC;
Associação Brasileira dos Distribuidores e Importadores de Equipamentos e Produtos de Segurança e Proteção ao Trabalho - ABRASEG;
Associação Brasileira dos Importadores de Luvas para Saúde - ABILS;
Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho - ANIMASEG;
BR Cert Laboratórios - BR CERT;
Certificações de Sistemas de Gestão e Produtos - BRICS;
Conselho Federal de Medicina - CFM;
Falcão Bauer Centro Tecnológico de Controle da Qualidade;
Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos - IBTEC;
Instituto de Certificação para Excelência na Conformidade - ICEPEX;
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT;
Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ;
Instituto Lab System de Pesquisas e Ensaios - LAB SYSTEM;
Instituto Nacional de Tecnologia - INT;
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e
Projeto Risco Biológico.

Parágrafo único. Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas ao Programa de Avaliação da Conformidade para Luvas Cirúrgicas e Luvas para Procedimentos Não Cirúrgicos.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 253/2006.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 199, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 13, e os termos da Nota Técnica nº 6/2018-CGPRI/SPR, de 22 de março de 2018, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR a inclusão do produto DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO NÃO-VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE) NCM 8523.51.00 - (código Suframa: 1831) na linha de produção aprovada pela Resolução n° 188/2015-CAS, referente ao projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ: 07.200.194/0003-80, Inscrição SUFRAMA: 20.1457.01-6, na forma da Nota Técnica nº 6/2018-CGPRI/SPR, recebendo os incentivos previstos nos §§ 1º e 2º, do Artigo 2º, da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto constante no Art. 1º da presente Portaria, os quais deverão ser remanejados do produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - SOLID STATE DRIVE) - (código Suframa: 2066) - produto aprovado pela Resolução nº 188/2015-CAS, em:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO NÃO-VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE) NCM 8523.51.00	1,200,840	1,801,260	2,401,680

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante no Art. 1º da presente Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 33-MDIC/MCTI, de 7 de fevereiro de 2013, com reação dada pela Portaria Interministerial nº 39-MDIC/MCTIC, de 23 de maio de 2017;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre os faturamentos brutos no mercado interno, decorrentes das comercializações do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203-CAS, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 200, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Inciso I do Art. 12, e os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 41 - CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa TRANSBRAZ CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL - EIRELI, CNPJ: 04.675.878/0003-40, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 41- CGPRI/SPR, para produção de UNIDADE INDEPENDENTE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-GRUPO ELETROGÊNEO COM MOTOR DIESEL E TRANSFORMADOR (código Suframa 2176), para o gozo dos incentivos previstos no Artigo 9° do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislações complementares.

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da industrialização do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 72-MDIC/MCT, de 10 de março de 2009;

II- a comercialização do produto constante do Art. 1° desta Portaria exclusiva para os Estados da Amazônia Ocidental, conforme o Art. 3º da Portaria Interministerial nº 72- MDIC/MCT, de 10 de março de 2009;

III- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V- o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 202, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14 da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 44/2018/COAPI/CGAPI/SPR, processo SEI nº 52710.004230/2018-72 resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 3,609,192.00 (três milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e cento e noventa e dois dólares norte-americanos) para o produto RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS) - Cód. Suframa 1306, correspondente a 50,00% da cota do 2º ano de importação de insumos do produto aprovado por meio da Resolução n.º 0057, de 15 de abril de 2016, emitida em nome da empresa S C BUENO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLÍMEROS DA AMAZÔNIA EIRELI, com inscrição Suframa nº 20.1535.01-7 e CNPJ nº 17.290.530/0001-14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 133, DE 27 DE MARÇO DE 2018 (*)

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Riozinho/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Riozinho/RS, no valor de R$ 468.145,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil cento e quarenta e cinco reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000035/2017-97.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000406, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

(*) Republicada por ter saído no DOU n. 61, de 29 de março de 2018, pág 178, com incorreção no original.

DESPACHO

Processo Administrativo n. 59003.000023/2010-17. Interessado: AGROPECUÁRIA FLECHAL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.035.257/0001-93 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei n. 9.784/99. DECISÃO: Conheço do pedido de revisão para, no mérito, julgá-lo parcialmente procedente, mantendo o cancelamento dos incentivos fiscais, porém revogando a declaração de subsistência de desvio de recursos, tendo em vista a inviabilidade do projeto, conforme previsto no PARECER n. 00088/2018/CONJUR-MI/CGU/AGU, da CONJUR/MI. Restituam-se os autos ao DFRP/MI para adoção das providências cabíveis.

HELDER BARBALHO
Ministro

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 338, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006642/2009-81, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DAVID PEREZ RUIZ, de nacionalidade espanhola, filho de Pedro Martin Perez Presegre e Maria Eugenia Ruiz Fernanda, nascido em Sabadell, no Reino da Espanha, em 11 de fevereiro de

1982, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 339, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003103/2013-77, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MURNIATY MOERID, de nacionalidade indonésia, filha de Achmad Moerid e Dewi Sudarmi, nascida na República da Indonésia, em 26 de setembro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 340, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002821/2016-79, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LOLO JUAN FERNANDEZ MANRIQUE, de nacionalidade peruana, filho de Dionisio Fernandez e Luzia Rosa Manrique Solorzano, nascido na República do Peru, em 23 de outubro de 1960, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 17 (dezessete) anos e 2 (dois) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 341, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.028046/2016-90, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PRIMROSE ZAMANI HADEBE, de nacionalidade sul-africana, filha de Ben Themba Hadebe e Zodwa Phuthumile Ndlovu, nascida em Joanesburgo, na República da África do Sul, em 20 de junho de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 342, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003267/2015-28, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, IVANILDA CARDOSO DE OLIVEIRA, de nacionalidade cabo-verdiana, filha de Manuel Gomes Monteiro Oliveira e Aldora Silva Cardoso, nascida na República de Cabo Verde, em 22 de janeiro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 343, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002156/2017-02, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JONATAN SEBASTIAN VIEIRA NUNEZ, de nacionalidade argentina, filho de Sergio Enrique Vieira de Clark e de Marisa Judith Nunez Roldan, nascido em Buenos Aires, Argentina, em 15 de maio de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 344, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009558/2015-68, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FATIHA EL MOHAMMED, de nacionalidade marroquina, filha de Mahaten El Mohadmed e Miluda El Mohammed, nascida em Rabat, em Marrocos, em 1º de janeiro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DE 3 DE ABRIL DE 2018

Nº 171 - Processo nº: 08389.010758/2013-83. Interessado: ALI EL YOUSSEF. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 109/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5995640), de 30/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio ALI EL YOUSSEF, nascido no dia 13/1/1983, natural do Líbano, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 172 - Processo nº: 08460.026475/2012-62. Interessado: Papa Madiop Ndiaye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 85/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5930125), de 27/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio PAPA MADIOP NDIAYE, nascido no dia 1º/3/1980, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 173 - Processo nº: 08505.025838/2013-60 . Interessado: Mayoro Dione. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 92/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5958532), de 27/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MAYORO DIONE, nascido no dia 13/2/1981, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 174 - Processo nº: 08505.050176/2014-47. Interessado: Egle Kutaviciute. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 91/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5957271), de 27/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pela solicitante de refúgio EGLE KUTAVICIUTE, nascida no dia 26/7/1985, natural da Lituânia, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 175 - Processo nº: 08505.025835/2013-26. Interessado: Saliou Faye. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 93/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5963025), de 27/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio SALIOU FAYE, nascido no dia 10/8/1979, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Nº 176 - Processo nº: 08505.053974/2014-21. Interessado: Ibrahima Mandiang. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 83/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (5927553), de 27/3/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio IBRAHIMA MANDIANG, nascido no dia 15/08/1979, natural do Senegal, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 6, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Ref.: Processo Administrativo nº 08700.006006/2017-61 (apartado de acesso restrito nº 087007735/2017-35)
Representante: Cade ex officio.
Representados: Hutchinson Technology Inc.; Magnecomp Precision Technology Public Co. Ltd; NHK Spring Co., Ltd.TDK Corporation; SAE Magnetics (H.K.) Ltd. e outros

Acolho a NOTA TÉCNICA Nº 4/2018/CGAA7/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados mencionados nos parágrafos 39 a 89 da NOTA TÉCNICA Nº 4/2018/CGAA7/SG/CADE, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" e inciso VIII da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso os Representados tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 195, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 3 DE ABRIL DE 2018

Nº 422 - Ato de Concentração nº 08700.001947/2018-90. Requerentes: Zurich Insurance Company Ltd, QBE Emerging Markets Holdings PTY Limited, QBE Latin America Insurance Holdings PTY LTD. Advogados: Paula Amaral Salles, Milena Fernandes Mundim, Leonardo Filisoni Torre e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 423 - Ato de Concentração nº 08700.001902/2018-15. Requerentes: Suzano Papel e Celulose S.A. e Duratex Florestal Ltda. Advogados: Tiago Machado Cortez, Barbara Rosenberg e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 425 - Ato de Concentração nº 08700.001997/2018-77. Requerentes: Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., MRL2 Participações Ltda., DMW Participações Ltda. e outros. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins, José Carlos Berardo, Marcela Pirola e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 29 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 45 - TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria Coletiva nº 121, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial de 25 de maio de 2016, que reconheceu a igualdade de direitos e obrigações civis a LEONARDO PINHEIRO DOS SANTOS, natural de Portugal, nascido em 02 de novembro de 2006, filho de Salomão Augusto Pereira dos Santos e de Alexandra Patricia Morgado Pinheiro, já que o interessado é civilmente incapaz segundo o Código Civil Brasileiro, comprovado nos autos. Processo nº 08018009163201484

Nº 51 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDOULAHAD DIOUF - V615064-N, natural do Senegal, nascido em 20 de junho de 1981, filho de Saliou Diouf e de Awa Faye, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.300497/2016-32);

ADERONKE ESTHER IGE - V700149-2, natural da Nigéria, nascida em 01 de abril de 1976, filha de Festus Arowolo Adejumo e de Sarah Olufunmilayo Adejumo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.004044/2017-96);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AFZAL AHMAD - V914429-U, natural do Paquistão, nascido em 05 de janeiro de 1988, filho de Niaz Ahmad e de Sadia Halima, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.009443/2017-15);

AJAY THANKAPPAN VETTACKAL - V616624-6, natural da Índia, nascido em 19 de junho de 1968, filho de Velam Parambil Chenni Thankappan e de Sarojini Thankappan, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003450/2017-76);

ANASTASIIA EVGENIEVNA RAZUMOVA - G132580-F, natural da Rússia, nascida em 25 de julho de 1990, filha de Evgeniy Aleksandrovich Razumov e de Liudmila Aleksandrovna Razumova, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.301622/2016-20);

ADULAI EMBALÓ - G129724-P, natural de Guiné-Bissau, nascido em 03 de agosto de 1989, filho de Coim Embalo e de Tombom Cande, residente no Estado do Paraná, tendo sido deferido o seu pedido de adaptação de nome para ANTONIO ADULAI EMBALÓ (Processo nº 08390.001862/2017-71);

AZAM MESBAH HESARI - V756960-X, natural do Iran, nascida em 21 de março de 1970, filha de Seyedrasoul Mesbah Hesari e de Mahpari Ghiaby Hesari, residente no Estado do Pará (Processo nº 08360.300364/2016-85);

BENATHA MUKOKA MAKIESE - G264830-K, natural da Angola, nascida em 10 de abril de 1987, filha de Andre Mukoka e de Makiese Berth, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003074/2017-10);

BENITO ALMAGUER LUAIZA - V454399-0, natural de Cuba, nascido em 16 de julho de 1959, filho de Florentino Almaguer Cruz e de Andrea Luaiza Rojas, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08311.000705/2017-81);

CECILE KALALA MBUYI - G131122-D, natural da República Democrática do Congo, nascida em 01 de agosto de 1980, filha de Kalala Yamba e de Tumba Mulamba, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.003573/2017-72);

CEDRIC CRISTINI - V926848-V, natural da França, nascido em 20 de julho de 1975, filho de Pierre Marcel Cristini e de Danielle Marie Roubaix, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08083.002281/2017-21);

CHEIKH IBRA THIAM - V616144-K, natural do Senegal, nascido em 09 de novembro de 1979, filho de Ngouye Thiam e de Ndeye Thiam, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08091.001369/2017-26);

CHRISTIAN PIERRE MICHEL TAVERNIER - V200842-N, natural da França, nascido em 05 de outubro de 1962, filho de Pierre Alphonse Georges Tavernier e de Monique Denise Marie Fourrat, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.004552/2017-65);

DARIN YAHIA ABDELRAHIM FRAG - G110841-Z, natural da República Árabe do Egito, nascida em 01 de agosto de 1986, filha de Yahia Abdelrahim Frag e de Sonya Abdelsatar Frag, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.001672/2017-20);

EDWARD ORTIZ GUTIERREZ - V385376-K, natural da Bolívia, nascido em 05 de janeiro de 1978, filho de Jaime Ortiz Flores e de Elsa Gutierrez Rufino, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.001721/2017-14);

EMILY ELIZABETH RENGERS - V432598-3, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 04 de setembro de 1986, filha de Kevin Joseph Rengers e de Joann Bonasso, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08337.001127/2017-11);

EUCLIDES NENGA MANUEL SACOMBOIO - V566637-B, natural da Angola, nascido em 03 de março de 1985, filho de Nicolau Sacomboio e de Adelina Mapumbo, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004081/2017-39);

FALAH MAHMOUD HAROUN ALTWASSI - G084838-6, natural da Jordânia, nascido em 12 de dezembro de 1982, filho de Mahmoud Haroun Altwassi e de Maryam Mohammad Afnan, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.001531/2017-63);

FATOU DIALLO - G073865-E, natural do Senegal, nascida em 28 de março de 1985, filha de Sire Dit Djibril e de Fatoumata Ba, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.302293/2016-36);

FRANCESCA BAGGIA - V427476-Z, natural da Itália, nascida em 06 de maio de 1982, filha de Patrizio Mario Baggia e de Marina Luisa Rodocanachi Roidi, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.002843/2017-07);

HANAN MOHD GHALIB ABDEL KARIM SALAMEH - V821458-2, natural do Kuwait, nascida em 20 de agosto de 1989, filha de Mohd Ghalib Abdel Karim Salameh e de Maysoun Salameh Abdel Majeed Salameh, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.000620/2017-18);

HASSAN EL FARRAN - G245649-E, natural do Líbano, nascido em 15 de outubro de 1979, filho de Abdul Fattah Elfarran e de Leila El Ghazzawi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.002343/2017-61);

HAYSSAM AWALI - V549494-4, natural do Líbano, nascido em 08 de maio de 1982, filho de Mohamad Awali e de Ibtisam Awali, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.302011/2016-00);

HELEN GIANIME SEBORGA ONA - G218849-9, natural da Bolívia, nascida em 09 de junho de 1973, filha de Hermo Seborga Garron e de Maria Genoveva Ona Calderon, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08321.000413/2017-20);

ISAAC AYODELE FATANMI - V856085-9, natural da Nigéria, nascido em 08 de junho de 1968, filho de Olusola Fatanmi e de Funke Fatanmi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.008494/2017-58);

JOSÉ LUIS FLORES GALVIS - Z502989-4, natural da Bolívia, nascido em 31 de março de 1996, filho de Pedro Hugo Flores Guzman e de Maria Lourdes Galvis Guzman, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08336.005389/2017-56);

JOSE MANUEL FERNANDEZ LAZARO - V780339-N, natural da Venezuela, nascido em 17 de julho de 1974, filho de Manuel Fernandez Sotelo e de Olga Tereza Lazaro De Fernandez, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.014499/2017-11);

JOUMANA EL HALABI - V753024-E, natural do Líbano, nascida em 04 de novembro de 1988, filha de Youssef El Halabi e de Nahida El Assal, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.302386/2016-61);

LETISCIA LOPEZ CENTURION CHALUB - G280855-C, natural do Paraguai, nascida em 04 de maio de 1982, filha de Marciano Lopez e de Leonarda Centurion de Lopez, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.002761/2017-82);

MANUEL JESUS CHUMPITAZ RAMÍREZ - V379379-0, natural do Peru, nascido em 23 de maio de 1979, filho de Manuel Arsenio Chumpitaz Noriega e de Iraida Petronila Ramírez Falla de Chumpitaz, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.001477/2017-01);

MARIA LAURA GOMEZ CRISTALDO - V507477-1, natural do Paraguai, nascida em 20 de abril de 1987, filha de Mauricio Cristaldo Villanueva e de Francisca Mamerta Gomez Zorrilla, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.007420/2015-07);

MUHARREM GOKCIL - G099406-4, natural da Turquia, nascido em 01 de janeiro de 1984, filho de Omer Gokcil e de Cemile Gokcil, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08708.002864/2016-86);

NOURA ALBITAR - G172053-E, natural da Síria, nascida em 12 de outubro de 1987, filha de Thib Albitar e de Jamelah Almakhoul, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08125.000992/2017-27);

RABIE BELHOUCHAT - G122340-4, natural da Argélia, nascido em 26 de fevereiro de 1988, filho de Tahar Belhouchat e de Rebaia Derradji, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.002989/2017-60);

SHEIKH MUSTAFA ALEEM - G152716-4, natural da Arábia Saudita, nascido em 27 de dezembro de 1982, filho de Aleemuddin e de Najma Qureshi, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.002124/2017-73);

STELIO TOMAS TEMBE - V668505-B, natural de Moçambique, nascido em 21 de maio de 1985, filho de Tomas Bernardo Tembe e de Gina Homo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.004482/2017-16);

SUSELL CRUZ REYES DE LACERDA - G089785-D, natural de Cuba, nascida em 09 de janeiro de 1986, filha de Raul Cruz Paez e de Olga Edilia Reyes Sanchez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.002348/2017-19) e

TAMER ABDEL NABY ABDEL NABY ABOU ELFETOUH , natural do Egito, nascido em 16 de junho de 1981, filho de Abdel Naby Abdel Naby Abou Elfetouh e de Hekmat Shaaban Mansi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.001682/2017-65).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 579/2018/GAB-SNJ/SNJ publicado no Diário Oficial da União da União no dia 21 de março de 2018, página 32, onde se lê: Processo: 08505.000349/2015-67; Leia-se: Processo: 08505.033672/2017-89.

No Despacho nº 640/2018/GAB-SNJ/SNJ publicado no Diário Oficial da União da União no dia 26 de março de 2018, página 73, onde se lê: Processo: 08389.002147/2017-95; Leia-se: Processo: 08389.002170/2017-80.

No Despacho nº 578/2018/GAB-SNJ/SNJ publicado no Diário Oficial da União da União no dia 21 de março de 2018, página 32, onde se lê: Processo: 08505.000349/2015-67; Leia-se: Processo: 08460.020653/2016-75.

No Despacho nº 577/2018/GAB-SNJ/SNJ publicado no Diário Oficial da União da União no dia 21 de março de 2018, página 32, onde se lê: Processo: 08505.000349/2015-67; Leia-se: Processo: 08505.044341/2016-93.

No Despacho nº 580/2018/GAB-SNJ/SNJ publicado no Diário Oficial da União da União no dia 21 de março de 2018, página 32, onde se lê: Processo: 08505.000349/2015-67; Leia-se: Processo: 08505.066779/2015-41.

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida nos presentes autos bem como o querente já obteve a permanência definitiva por meio do Processo Administrativo nº 08295.025121/2014-11, consequentemente mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 15/06/2012, Seção 1, página 41.

Processo nº 08295.023870/2011-61 - JOSE ALBERTO BLAZQUEZ JIMENEZ

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES
Diretora

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

DECLARA que a correta grafia do nome da genitora de FILIPE MONTENEGRO DE FIGUEIREDO MOREIRA DA SILVA, incluído na Portaria de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis nº 43, de 19 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 2018, é Maria José Montenegro de Figueiredo Moreira da Silva, não como constou.

BIANCA BOTELHO PUNTEL ELOY
Chefe
Substituta

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.017153/2017-37 - JOANNA MALGORZATA MATEJCZYK NINY

Processo nº 08354.000490/2018-83 - MARYNES DE LOS ANGELE SALAZAR CORONADO

DEFIRO o presente pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1º, inciso II, do Decreto em referência. Processo nº 08505.029524/2017-60 - CAPUCINE JULIETTE MURIELLE GANDON

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 18/12/2017, Seção 1, pág. 125, e DEFERIR o pedido de concessão inicial de residência temporária pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 4° do Decreto nº 6.975 de 07 de outubro de 2009. Processo nº 08241.000218/2017-90 - WALTER FRED HUAMAN HILARIO

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão.

08460.016275/2017-14 - ELIJAH EKUNDAYO OLANIRAN

Determino o arquivamento do presente pedido de reconsideração, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6128421. Processo nº 08505.016215/2017-20 - XIANTING WANG

Determino o arquivamento do presente pedido de reconsideração, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no documento SEI nº 6126625. Processo nº 08505.007608/2017-42 - STEPHEN AMASOH

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo nº 08505.018859/2017-52 - FERNAND DITU TSHAMA

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.000568/2018-70 - JAVIERA IGNACIA GONZALEZ MERY, até: 20/02/2019

Processo nº 08000.000377/2018-16 - ANDREA AVILA SERRANO, até 18/02/2019,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 26/01/2018, Seção 1, pág. 30, e DEFERIR o presente pedido de renovação da autorização de residência, até: 07/10/2019, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17.

Processo nº 08000.049227/2017-11 - GRETA FLEURACKERS

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 223, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Altera a RDC n. 61, de 3 de fevereiro de 2016, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VIII da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a nova redação dada pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, art. 53, inciso V e § 1° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, publicada em 05 de fevereiro de 2016, e conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 125/2018, em 23 de março de 2018, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação, e resolvo:

Art. 1º Alterar o Art. 134-A, do Capítulo II, e o Art. 159, do Capítulo IV, do Título VII, do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016.

"TÍTULO VII

DAS COMPETÊNCIAS DAS DIRETORIAS E UNIDADES EXECUTIVAS

.....

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA

.....

Subseção IV

Da Gerência de Estudos Econômicos e Inteligência Regulatória

Art. 134-A. São competências da Gerência de Estudos Econômicos e Inteligência Regulatória:

.....

VII - apoiar estratégias e medidas para o acompanhamento de mercados, segundo necessidades, especificidades e prioridades estabelecidas no âmbito da Agência;

VIII - propor e implementar atividades e rotinas para reduzir a assimetria de informação, relacionadas às tecnologias em saúde, no âmbito de suas atribuições; e

IX - executar as atividades relacionadas às avaliações de impacto regulatório ex-post."

.....

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

.....

Subseção IV

Da Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos

Art. 159. São competências da Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos:

.....

XXI - planejar e implementar os elementos do sistema de qualidade no âmbito da gerência, e cooperar na capacitação de servidores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para realização da atividade de fiscalização;

XXII - propor minutas de atos normativos a serem editados pela Anvisa, relativos às ações de fiscalização de medicamentos e insumos farmacêuticos, inclusive àquelas relacionadas a propaganda e publicidade; e

XXIII - acompanhar, avaliar e divulgar dados e informações de mercado relacionados com a descontinuação de fabricação ou importação de medicamentos, e avaliar o risco de desabastecimento ou restrição ao acesso a esses produtos, em articulação com as demais unidades da estrutura organizacional e outras instituições, segundo critérios, metodologias, rotinas e procedimentos estabelecidos no âmbito da Agência.

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

CONSULTA PÚBLICA Nº 501, DE 2 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, § § 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta que dispõe sobre a implantação do Sistema de Biovigilância, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37489.

§ 1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§ 2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§ 3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência de Hemo e Bio Vigilância e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária - GHBIO/GGMON, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§ 4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.937065/2016-42

Assunto: Proposta que dispõe sobre a implantação do Sistema de Biovigilância

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 57.2

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Gerência de Hemo e Bio Vigilância e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária - GHBIO/GGMON

Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 824, DE 29 DE MARÇO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 59 e 67-I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2°, item VII, 6° e 7º, item XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da notificação do produto cosmético em desacordo com a resolução RDC n.º 211/2005, BOTOX CAPILAR DI BIAZZI, pela empresa Gabriellen Industria e Comércio de Cosméticos Ltda. - EPP, CNPJ 67.863.662/0001-66, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização, e uso do produto BOTOX CAPILAR DI BIAZZI, fabricado pela empresa Gabriellen Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. - EPP, CNPJ 67.863.662/0001-66, localizada na rua Arroio Sarandi, 905, Cohab Santa Etelvina, São Paulo - SP, CEP: 08485460.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 65, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ASTRON MERCEARIA LTDA -EPP CNPJ/CPF: 03.548.861/0001-05

25767.597407/2014-16 - AIS:0887008/14-0 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: ASTRON MERCEARIA LTDA -EPP CNPJ/CPF: 03.548.861/0001-05

25767.598003/2014-62 - AIS:0887843/14-9 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: ASTRON MERCEARIA LTDA -EPP CNPJ/CPF: 03.548.861/0001-05

25767.597568/2014-54 - AIS:0887250/14-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

AUTUADO: BIC AMAZÔNIA S/A CNPJ/CPF: 04.402.277/0005-25

25767.146044/2015-41 - AIS:0211115/15-2 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: DR. OETKER BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 61.193.496/0001-51

25767.408320/2015-14 - AIS:0590829/15-9 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT LTDA CNPJ/CPF: 04.972.092/0001-22

25767.671101/2014-11 - AIS:0991063/14-8 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: GRUPO FARTURA DE HORTIFRUT LTDA CNPJ/CPF: 04.972.092/0001-22

25767.756935/2014-58 - AIS:1113896/14-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: HENRIFARMA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 61.074.662/0001-09

25759.174183/2015-52 - AIS:0251208/15-4 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: INDÚSTRIA QUÍMICA ANASTÁCIO S.A. CNPJ/CPF: 60.874.724/0004-39

25767.203963/2015-58 - AIS:0294675/15-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA CNPJ/CPF: 59.309.302/0001-99

25767.183354/2015-55 - AIS:0263865/15-7 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: JBS S/A CNPJ/CPF: 02.916.265/0004-02

25767.121354/2015-17 - AIS:0174042/15-3 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: JBS S/A CNPJ/CPF: 02.916.265/0004-02

25767.181192/2015-51 - AIS:0260875/15-8 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: JBS S/A CNPJ/CPF: 02.916.265/0004-02

25767.149298/2015-68 - AIS:0215739/15-0 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: MERZ FARMACÊUTICA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF: 11.681.446/0001-45

25759.789711/2014-43 - AIS:1162873/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)

AUTUADO: NÉLIDA DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. CNPJ/CPF: 01.402.063/0001-37

25767.185963/2015-06 - AIS:0267812/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: RAP - INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 03.073.295/0001-14
25767.026772/2015-48 - AIS:0040036/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: WAYPOINT AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 53.745.469/0001-16
25767.493878/2014-18 - AIS:0688481/14-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.
AUTUADO: ZENDAI LTDA CNPJ/CPF: 03.332.887/0001-03
25767.158802/2015-87 - AIS:0229191/15-6 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: LPQBR RESTAURANTE E PADARIAS LTDA CNPJ/CPF: 14.596.528/0006-94
25767.172734/2015-62 - AIS:0248638/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: SEA WON HWANG CNPJ/CPF: 226.310.968-43
25759.633823/2014-91 - AIS:0938490/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 3, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Credenciamento de profissionais de saúde como Auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde.

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - DRAC/SAS/MS, no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRA/SAS/MS,

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS,

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.051454/2018-15, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde.

Unimed do Estado de Santa Catarina Fed. Est. Das Coop. Méd - ANS 355691

NOME	CPF	REGISTRO
Haroldo Luiz Jordelino da Luz	458.811.899-49	CRM-SC 4649

Unimed de Lins Cooperativa de Trabalho Médico - ANS 354279

NOME	CPF	REGISTRO
Edyr Cunha Sanches	109.430.288-09	CRM- SP 68262.4

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 337, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede em União da Vitória (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 215/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.491120/2017-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, CNPJ nº 81.644.718/0001-12, com sede em União da Vitória (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 05 de maio de 2018 à 04 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 338, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Hospital Electro Bonini Associação de Ensino de Ribeirão Preto - UNAERP em regime de Hospital Dia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V - das Disposições Finais - Anexo 1 do Anexo XXIV - da modalidade de assistência em regime de Hospital Dia da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado a unidade de saúde a seguir descrito, no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, com 04 leitos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, Capítulo V - das Disposições Finais - Anexo 1 do Anexo XXIV - da modalidade de assistência em regime de Hospital Dia:

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
SP	Ribeirão Preto	3314766	55.983.670/0001-67	Hospital Electro Bonini Associação de Ensino de Ribeirão Preto - UNAERP	Municipal

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 340, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade São Francisco, com sede em Restinga Seca (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 218/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.487288/2017-01, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Francisco, CNPJ nº 94.795.804/0001-78, com sede em Restinga Seca (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de fevereiro de 2018 à 13 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 341, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul, com sede em Vargem Grande do Sul (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 220/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.492219/2017-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade de Vargem Grande do Sul, CNPJ nº 72.863.665/0001-30, com sede em Vargem Grande do Sul (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 342, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal, com sede em Coxim (MS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 216/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.491325/2017-77, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal, CNPJ nº 11.285.282/0001-37, com sede em Coxim (MS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 343, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Napoleão Laureano, com sede em João Pessoa (PB).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 217/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.473211/2017-45, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Napoleão Laureano, CNPJ nº 09.112.236/0001-94, com sede em João Pessoa (PB).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de março de 2018 à 14 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 346, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto de Câncer de Londrina, com sede em Londrina (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 222/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496727/2017-68, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto de Câncer de Londrina, CNPJ nº 78.633.088/0001-76, com sede em Londrina (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 347, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Redefine recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado do Rio de Janeiro.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 3.617/GM/MS, de 22 de dezembro de 2017, que estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia; e

Considerando o Ofício nº 250, de 14 de março de 2018, da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Fica redefinido recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, do Estado do Rio de Janeiro, destinado ao custeio da Nefrologia, conforme discriminado no quadro a seguir:

Código IBGE	Município	Valor anual (R$)
330010	Angra dos Reis	5.294.625,24
330020	Araruama	5.644.634,40
330030	Barra do Piraí	7.415.596,44
330040	Barra Mansa	2.002.598,64
330045	Belford Roxo	13.880.853,84
330070	Cabo Frio	5.190.312,24
330100	Campos dos Goytacazes	11.675.353,44
330170	Duque de Caxias	16.682.070,84
330190	Itaboraí	6.191.770,44
330220	Itaperuna	6.003.851,40
330227	Japeri	5.757.860,28
330240	Macaé	4.389.484,32
330250	Magé	6.076.269,36
30320	Nilópolis	4.381.023,24
330330	Niterói	10.585.006,08
330340	Nova Friburgo	4.920.751,56
330350	Nova Iguaçu	15.594.259,92
330390	Petrópolis	4.570.842,96
330414	Queimados	8.313.782,76
330420	Resende	2.426.659,68
330430	Rio Bonito	5.128.773,96
330455	Rio de Janeiro	106.261.700,64
330470	Santo Antônio de Pádua	4.112.447,16
330490	São Gonçalo	18.039.412,44
330510	São João de Meriti	13.272.018,12
330600	Três Rios	4.503.953,76
330610	Valença	3.912.790,92
330620	Vassouras	1.871.509,80
330630	Volta Redonda	9.022.905,00
Total		313.123.118,88

Art. 2º A redefinição não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art.3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Municipais de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 349, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Beneficente São José, com sede em Caibi (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 221/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.438070/2017-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Beneficente São José, CNPJ nº 75.433.334/0001-58, com sede em Caibi (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 350, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Beneficência Portuguesa de Amparo, com sede em Amparo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 223/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.487689/2017-52, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Beneficência Portuguesa de Amparo, CNPJ nº 43.464.882/0001-59, com sede em Amparo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 351, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospitalar Aureliano de Campos Brandão, com sede em Martinho Campos (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 226/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496426/2017-34, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Aureliano de Campos Brandão, CNPJ nº 16.865.909/0001-42, com sede em Martinho Campos (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de dezembro de 2017 à 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 352, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Exclui e habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do Hospital Maternidade Theresa Sacchi de Moura - SMS de Barra Mansa - com sede em Barra Mansa - RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Título IV, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica excluído o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, do hospital a seguir relacionado:

CNES: 2079860	Hospital	Nº leitos
PROPOSTA SAIPS: 13.152	Hospital Maternidade Theresa Sacchi de Moura - SMS de Barra Mansa - Barra Mansa/RJ	
26.02		06

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN do hospital a seguir relacionado:

CNES: 2079860	Hospital	Nº leitos
PROPOSTA SAIPS: 13.152	Hospital Maternidade Theresa Sacchi de Moura - SMS de Barra Mansa - Barra Mansa/RJ	
26.10		06

Art. 3º Fica determinada que as referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título IV da Portaria de Consolidação nº 03/GM/MS de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 355, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede em Ribeirão Claro (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 228/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496665/2017-94, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, CNPJ nº 80.724.586/0001-76, com sede em Ribeirão Claro (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 357, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Exclui as habilitações relacionadas à Atenção Domiciliar na Tabela de Habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando as Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no Capitulo IV - Do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Título VII - dos Sistemas de Informação; e

Considerando que, após a reformulação do Programa Melhor em Casa, o recebimento do incentivo relativo ao Serviço de Atenção Domiciliar passou a se dar por município, não identificando unidade especifica para habilitação da equipe, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas, da Tabela de Habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a habilitação 13.02 Serviço de Atenção Domiciliar e o incentivo 82.19 Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

Parágrafo único. Os estabelecimentos de saúde atualmente marcados nestes códigos terão suas habilitações individualizadas encerradas retroativamente à competência do SCNES de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 363, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Católica, com sede em Ubá (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 146/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001569/2018-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Católica, CNPJ nº 25.335.803/0001-28, com sede em Ubá (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de abril de 2018 à 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 364, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital São Vicente de Paulo de Abaeté, com sede em Abaeté (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 126/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.497086/2017-69, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Vicente de Paulo de Abaeté, CNPJ nº 16.505.851/0001-26, com sede em Abaeté (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 365, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Nossa Senhora do Rosário, com sede em Serafina Correa (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 125/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.483217/2017-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora do Rosário, CNPJ nº 90.397.167/0001-20, com sede em Serafina Correa (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 2.652/SAS/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 251-A, de 30 de dezembro de 2016, edição extra, página 62:

ONDE SE LÊ:

UF	Tipo	Plano interno	CNES	CGC/ CNPJ	Município	IBGE	Gestão	Número da Proposta SAIPS
SP	CAPS I	RSM - RSME	7986475	12.033.178/0001-18	Tapiratiba	355360	Municipal	11554

LEIA-SE:

UF	Tipo	Plano interno	CNES	CGC/ CNPJ	Município	IBGE	Gestão	Número da Proposta SAIPS
SP	CAPS I	RSM - RSME	7986475	12.033.178/0001-18	Tapiratiba	355360	Municipal	11554
SP	CAPS II	RSM - RSME	7630581	11.737.272/0001-95	Franco da Rocha	351640	Municipal	7312

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 66, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera a Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, que estabelece o modelo da Permissão Internacional para Dirigir (PID) e os procedimentos para a homologação de entidades com a finalidade de expedição da PID, e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 19, incisos I, VI, VIII e XX, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a expedição da Permissão Internacional para Dirigir (PID) ao modelo estabelecido na Convenção sobre Trânsito Viário, celebrada em Viena, em 8 de novembro de 1968, e promulgada pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 80000.107770/2016-97; resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, que estabelece o modelo da Permissão Internacional para Dirigir (PID) e os procedimentos para a homologação de entidades com a finalidade de expedição da PID.

Art. 2º Os arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, bem como os respectivos parágrafos, da Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. A PID será emitida em formato de livreto A-6 (148 x 105mm), conforme modelo definido no Anexo 7 da Convenção sobre Trânsito Viário de 1968 e em especificações contidas nos Anexos I, II e III desta Portaria, sendo o fundo da capa de cor cinza e as páginas internas de cor branca."

"Art. 4º. A primeira capa trará o nome do documento, qual seja, "PERMISSÃO INTERNACIONAL PARA DIRIGIR", em português, inglês e espanhol."

"Art. 5º. O anverso da primeira folha da PID conterá dizeres em português e inglês.

Parágrafo único. O anverso da primeira folha da PID será composto por etiqueta adesiva com requisitos de segurança, conforme descrito no Anexo II, constando dados variáveis da PID, colada sobre a primeira folha do livreto que constitui a PID."

"Art. 6º. No final das páginas interiores haverá duas páginas justapostas, que se ajustarão ao modelo constante no Anexo I, sendo impressas em francês.

Parágrafo único. O anverso da segunda página da folha justaposta será composta por etiqueta adesiva com requisitos de segurança, conforme descritos no Anexo II, constando dados variáveis do condutor, colada sobre a folha justaposta do livreto que constitui a PID."

"Art. 7º. As páginas interiores que precedem as duas páginas referidas no art. 6º reproduzirão em português, espanhol, inglês, russo, alemão, árabe, chinês e japonês a primeira página da folha justaposta do Anexo I, nessa ordem."

"Art. 8º. A PID terá 02 (dois) números de identificação nacional, que são:

I - O primeiro número de Identificação Nacional - Registro Nacional, gerado pelo sistema informatizado da Base Índice Nacional de Condutores (BINCO), composto de 09 (nove) caracteres mais 02 (dois) dígitos verificadores de segurança, que será o mesmo número de registro no sistema RENACH, o qual consta na CNH, aposto no campo chamado "NÚMERO DA CNH/NUMBER OF DOMESTIC DRIVING PERMIT" e será impresso na 1ª página interna da PID, na cor vermelha.

II - O segundo número de Identificação Nacional será o Número da PID, formado por 08 (oito) caracteres mais 01 (um) dígito verificador de segurança, autorizado e controlado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, o qual identificará cada documento emitido da PID, e será impresso eletronicamente na primeira página interna do documento no campo "NÚMERO/Nº" e tipograficamente na terceira capa do documento."

Art. 3º Inserir os arts. 15-A e 15-B na Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 15-A. Cumprida a etapa de apresentação de documentação prevista no art. 15, as entidades interessadas na homologação serão vistoriadas quanto às informações fornecidas, referentes aos procedimentos para expedição da PID, pelo Departamento Nacional de Trânsito.

§ 1º. Para realização da vistoria prevista no caput, será formada Comissão de Homologação composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores do DENATRAN.

§ 2º. Ao término da vistoria, no mínimo 2 (dois) espelhos da PID serão retirados pela Comissão de Homologação para serem anexados ao processo de homologação. Caso a retirada das amostras não seja possível ao término da vistoria, por motivos técnicos ou de segurança, deverá ser realizada nova vistoria.

§ 3º. Fica dispensada a realização de vistoria nos pedidos de renovação de homologação.

Art.15-B. Cumprida a etapa de vistoria da entidade interessada, deve a Comissão anexar o Laudo de Vistoria ao processo de homologação."

Art. 4º Inserir o art. 19-A na Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 19-A. As entidades homologadas para a expedição da PID deverão adquirir os insumos necessários para a realização desta atividade juntamente às empresas credenciadas pelo Denatran para a produção do mesmo documento."

Art. 5º Alterar o art. 22 da Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, com redação dada pela Portaria DENATRAN nº 01, de 30 de janeiro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2018, exceto quanto aos artigos 15 a 19-A, que passam a ter imediato vigor."

Art. 6º Alterar os ANEXOS I, II, e III da Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017, que passam a vigorar com a redação dada nos termos dos Anexos contidos nesta Portaria.

Art. 7º Os Anexos desta Portaria encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do DENATRAN: www.denatran.gov.br.

Art. 8º Revogar o Art. 19 da Portaria DENATRAN nº 176, de 9 de agosto de 2017.

Art. 9º Revogar a Portaria DENATRAN nº 36, de 09 de março de 2018, e a Portaria DENATRAN nº 01, de 30 de janeiro de 2018.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.914, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000772/2018-74. Interessada: Copel Geração e Transmissão S.A. Objeto: (i) estabelecer para a Concessionária as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP referentes à operação e manutenção das instalações de transmissão a ela transferidas pela Petróleo Brasileiro S.A.; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.915, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001078/2018-74. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo - Eletropaulo. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Estação Compacta de Distribuição Roselândia 88/13,8 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.916, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000995/2018-31. Interessado: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., a área de terra necessária à implantação da Subestação ETD e RAE Dona Benta 88/13,8 kV - 2x 25/33 MVA, localizada no município de Suzano, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.917, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000994/2018-97. Interessada: EDP São Paulo Distribuição S.A. Objeto: declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à implantação do Ramal Aéreo de Estação Parateí 88 kV, com 16 m de largura e 436,09 m de extensão, e para desapropriação, a área de 4.999,53 m^2 necessária à implantação da Subestação ETD Parateí 88/13,8 kV, localizadas no município de Guararema, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.918, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005075/2017-29. Interessada: Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, as áreas de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 138 kV Boa Hora - LT 138 kV (Água Vermelha - Complexo Fotovoltaico AV II). A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.920, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000918/2018-81. Interessada: ENEL Distribuição Ceará. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 72,5 kV Ibiapina II - Ibiapina. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.921, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000986/2018-41. Interessada: ENEL Distribuição Ceará. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 72,5 kV Ibiapina II - Tianguá. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.922, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000991/2018-53. Interessada: ENEL Distribuição Ceará. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 72,5 kV Icó - Iguatu. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.378, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003256/2003-16 Interessada: Companhia Energética do Maranhão - CEMAR. Objeto: Altera a Resolução Homologatória n° 2.357, de 12 de dezembro de 2017, prorrogando o ano limite de universlaização rural de 2018 para 2019 dos municípios de Araioses, Bom Jesus das Selvas, Buriti, Campestre do Maranhão, Chapadinha, Codó, Governador Eugênio Barros, Igarapé do Meio, Joselândia, Lago do Junco, Lajeado Novo, Pinheiro, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras e São Vicente Ferrer. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 805, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, para estabelecer valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do ACR, referenciados à data-base de janeiro de 2018.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 1º da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e o que consta do processo 48500.006210/2014-19, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme o Anexo I, os valores de prêmios unitários para repactuação do risco hidrológico do mecanismo do ACR, referenciados à data-base de janeiro de 2018, válidos para opções de repactuação feitas em 2018, com vigência a partir de 2019.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Esses valores substituem os prêmios unitários estabelecidos no Anexo I da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

Valores dos prêmios unitários do mecanismo do ACR para cada classe de produto e fator F, referenciados à data-base de janeiro de 2018, para os geradores que optarem pela repactuação em 2018.

CLASSE DE PRODUTO	FATOR F	PRODUTO	Prêmio unitário R$/MWh
P	0	P100	21,43
P	1	P99	20,05
P	2	P98	18,72
P	3	P97	17,43
P	4	P96	16,21
P	5	P95	15,01
P	6	P94	13,86
P	7	P93	12,78
P	8	P92	11,77
P	9	P91	10,80
P	10	P90	9,86
P	11	P89	8,93
SP	0	SP100	17,84
SP	1	SP99	16,46
SP	2	SP98	15,12
SP	3	SP97	13,83
SP	4	SP96	12,61
SP	5	SP95	11,41
SP	6	SP94	10,27
SP	7	SP93	9,19
SP	8	SP92	8,18
SP	9	SP91	7,21
SP	10	SP90	6,26
SP	11	SP89	5,34
SPR	0	SPR100	10% do preço

DESPACHO N° 681, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001032/2018-55, decide (i) conhecer do pedido de medida cautelar apresentado pela Itumbiara Transmissora de Energia S.A. - ITE em face de decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com vistas a suspender a aplicação de desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI referente aos eventos de indisponibilidade decorrentes de testes de medição de transitórios de alta frequência, e negar-lhe provimento; e (ii) encaminhar os autos à Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT para análise e decisão sobre o mérito.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 683, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000589/2018-79, decide não conhecer do pedido de medida cautelar interposto pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. - CPTE, em face de decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com vistas à não aplicação de desconto de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI referente ao desligamento da Linha de Transmissão Cachoeira Paulista - Tijuco Preto-C2, ocorrido entre 12 e 16 de julho de 2017, por perda de objeto.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 684, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta nos Processos nºs. 48500.000188/2018-19, 48500.000189/2018-63, 48500.000190/2018-98, 48500.000191/2018-32, 48500.001055/2013-55, 48500.001376/2013-50, 48500.001437/2013-89, 48500.001441/2013-47, 48500.001472/2013-06, 48500.001475/2013-31, 48500.001486/2013-11, 48500.001662/2013-15, 48500.001669/2013-37, 48500.002044/2013-92, 48500.002907/2014-11, 48500.004947/2017-31 e 48500.004988/2017-28, decide declarar extintos os Processos, sem decisão de mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista a superveniente ausência de interesse de agir (desistência) da Renova Energia S.A. quanto ao pedido para flexibilizar a penalidade aplicada pelo Despacho nº 3.572, de 24 de outubro de 2017.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 685, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48100.002248/1997-64, decide (i)extinguir a concessão da Usina Hidrelétrica - UHE Marumbi, outorgada ao extinto Ministério de Viação e Obras Públicas, por meio do Decreto nº 38.895, de 14 de março de 1956; (ii)dispensar a reversão os bens vinculados à concessão referente à UHE Marumbi, nos termos da Lei nº 12.783/2013; e (iii)facultar o registro da UHE Marumbi, com 4.800 kW, pela Copel Geração e Transmissão S. A. - Copel-GT, nos termos da Lei nº 9.074/1995.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 696, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003800/1995-89, decide recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME extinguir a concessão da Usina Hidrelétrica - UHE Cubatão, outorgada sob o regime de serviço público à Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., por meio do Decreto s/nº, de 27 de setembro de 1996, e Contrato de Concessão nº 4/1996, celebrado em 10 de outubro de 1996.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 748, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003807/2017-46, resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico descritas na tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 04/2017-ANEEL (A-4/2017):

SEQ.	PROCESSO	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	EMPREENDIMENTO
1	48500.000335/2018-51	Salgueiro I Energias Renováveis S.A. - CNPJ: 29.879.557/0001-26	SOLAR SALGUEIRO
2	48500.000334/2018-14	Salgueiro II Energias Renováveis S.A. - CNPJ: 29.879.594/0001-34	SOLAR SALGUEIRO II
3	48500.000333/2018-61	Salgueiro III Energias Renováveis S.A. - CNPJ: 29.879.650/0001-30	SOLAR SALGUEIRO III

ANDRÉ LUIZ TIBURTINO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 716, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.000697/2018-41. Interessado: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panatí 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038389-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Jaguaretama, no estado do Ceará. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO Nº 718, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.000679/2018-60. Interessado: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panatí 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038390-2.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Jaguaretama, no estado do Ceará. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHOS DE 2 DE ABRIL DE 2018

Nº 724 Processo nº 48500.000673/2018-92. Interessado: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panatí 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.038392-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Jaguaretama, no estado do Ceará.

Nº 725 Processo nº 48500.000674/2018-37. Interessado: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panatí 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº UFV.RS.CE.038393-7.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Jaguaretama, no estado do Ceará.

Nº 726 Processo nº 48500.000675/2018-81. Interessado: SER Sistemas de Energia Renovável Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Panatí 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº UFV.RS.CE.038394-5.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Jaguaretama, no estado do Ceará.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 396, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.003544/2015-11. Interessadas: Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e STN - Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e STN - Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-188/2014-rev.0 - "Estudo de Suprimento a Região do Alto Médio Canindé (PI) e Sertão do Araripe (PE)", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 626, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003865/2017-70, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Energética do Ceará - COELCE, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COELCE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

BNET SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA-ME	MARIA AURELIA VIEIRA-ME	DIMA BATISTA DA SILVA PIRES -ME
INOVE INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA-ME	ANTÔNIO CLEITON BELISÁRIO PINHEIRO JÚNIOR-ME	CHARLES MENDES RODRIGUES-ME
VICTOR GOMES DE BRITO PROVEDOR	MAIKON JEFFERSON SILVA GALDINO DE SOUSA - ME	DATACESSO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA -ME
GIGASETE TELECOM LTDA-ME	JOÃO HELLISON DE SOUSA BASTOS-ME	RAFAEL PIERRE BARBOSA-ME
T. DA SILVA MEDEIROS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA-ME	EXATA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	IDEAL SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA-ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MEGABYTE PROVEDOR DE INTERNET LTDA-ME	NAIRES SOARES GOIANA-ME	ND TELECOM LTDA-ME
SINAL BR TELECOM LETDA	UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUIDANTES E COMUNIDADES DE CAUCAIA - UMECC	J.S DE CASTRO BANDEIRA FORTE-ME
FLÁVIA NAYANE F. DE AQUINO-ME	ICSMASTER TELECOM SERVIÇOS LTDA-ME	M K DOS ANJOS SILVA INFORMÁTICA
NARCELIO L. DE SOUZA-ME	NET LUZ PROVEDOR E SERVIÇOS LTDA-ME	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRÁS
URANOX SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI-ME	CEARÁ TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ANDRE LUIS SOARES DE LIMA -ME
D N COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	D-NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA-ME	LMS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EIRELI-ME
M A B LIMA -ME	M R REDES DE TELECOMINICAÇÕES LTDA-ME	RONNY.NET LTDA-ME
SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	SOLNET PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET LTDA	MARCOS ANTÔNIO ROCHA MARQUES -ME
INSITE NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA-ME	RRM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	SETEC.NET SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO LTDA-ME
A. F. VIANA DE OLIVEIRA PROVEDORES -ME	BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMNICAÇÕES LTDA	ASBYTE TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA-ME
A V F RODRIGUEZ COMPUTADORES -ME	ALISSON HENRIQUE DUARTE SERVIÇOS-ME	ELIZIO PEREIRA BRANDÃO NETO-ME
FRANCISCO ALÍPIO SECUNDINO ANDRADE-ME	G. PEREIRA NORONHA-ME	HÉLIO C. HOLANDA ALBANO JÚNIOR-ME
JEMINA HADASSA FONSECA CUNHA FÉLIX-ME	MARCELO THIAGO DE OLIVEIRA SOUZA-ME	RONALDO MATOS DE CARVALHO-ME
A.T RODRIGUES XAVIER PROVEDORES-ME	C L ABREU DOS SANTOS-ME	L M BARROS JUNIOR-ME
NET TELECOM LTDA-ME	J P MAGALHAES PEREIRA-ME	LINK CARIN SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP
SANIEL MARTINS DE SOUZA-ME		

DESPACHO Nº 638, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Processos nºs: 48500.004430/2017-42; 48500.004486/2017-05; 48500.004487/2017-41; 48500.004488/2017-96; 48500.004489/2017-31; 48500.004490/2017-65; 48500.004491/2017-18; 48500.004492/2017-54; 48500.004493/2017-07; 48500.004494/2017-43; 48500.004495/2017-98; 48500.004497/2017-87 e 48500.005566/2017-70. Interessadas: Empresa Sudeste de Transmissão de Energia - ESTE e outros. Decisão: Adequação pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS da cláusula 17ª do Contrato de Prestação do Serviço de Transmissão - CPST ao previsto na Resolução Normativa nº 729/2016 alterada pela Resolução Normativa nº 782/2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 652, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005614/2017-20, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO, e Oi S.A.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CFLO, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 693, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004114/2017-71, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A, e Oi Móvel S.A.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Vale Paranapanema, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 701, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.006508/2017-63. Interessadas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-114/2017-rev.3 - "Estudo de Atendimento Elétrico à Região Sudeste do Pará", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 705, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.004335/2017-49. Interessadas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, Serra Paracatu Transmissora de Energia Elétrica S.A. - SPTE e Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT Decisão: estabelecer os valores devidos a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Serra Paracatu Transmissora de Energia Elétrica S.A. - SPTE e Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-031/2017-rev.1 - "Estudo Prospectivo para Escoamento do Potencial Solar das Regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 742, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.002636/2017-38. Interessada: Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. Decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 08/2017-ANEEL, elaborado pela Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 08/2017-ANEEL; (ii) reconhecer a totalidade dos valores correspondentes a segunda fatura referentes aos estudos vinculados a concessão, descritos na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 772, de 29 de março de 2018, constante no Processo nº 48500.001317/2018-96, publicada no DOU de 02 de abril de 2018, seção 1, página 113, retifica-se, conforme a seguir:

onde se lê: "DESPACHO Nº 772 DE 29 DE MARÇO DE 2018"
Leia-se: "DESPACHO Nº 722 DE 29 DE MARÇO DE 2018"

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 279, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013604/2012-14, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da CHS AGRONEGÓCIO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 05.492.968/0010-97, com capacidade de produção de 1 m³/dia de etanol hidratado, localizada na ESTRADA DA PALMA, S/N, km 8, Distrito de Palma, São Vicente do Sul - RS, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Ficam revogados a Autorização ANP nº 634, de 26/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012, e o Despacho do Superintendente nº 544, de 29/05/2013, publicado no DOU de 31/05/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO Nº 428, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.200904/2018-19, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica alterada a razão social da COFCO BRASIL S.A., CNPJ nº 06.315.338/0023-24, para COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A., mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 68 de 31/01/2018, publicada no DOU de 01/02/2018, relativa à planta produtora de etanol localizada na Estrada Vicinal STS 050 Antonio Abreu do Valle, Km 10, Zona Rural, Sebastianópolis do Sul - SP.

Art. 2º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 278, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP º 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante no Processo ANP n.º 48610.001707/2003-32, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, CNPJ 02.709.449/0014-73, autorizada a operar dutos no Terminal de Mucuripe, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 280, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.200899/2018-44, autoriza a empresa OPEN MARKET COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ n.º 03.209.338/0001-46, a exercer a atividade de importação de nafta petroquímica.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 281, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.008768/2017-26, autoriza a empresa RODA VIVA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA., CNPJ n.º 03.560.854/0002-00, a construir a base localizada na SETOR T, QUADRA E, LOTE 50, DISTRITO INDUSTRIAI,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANANINDEUA/PA, CEP 67.035-095 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -1:19:44.500; -48:21:12.300 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento, após construção, será de 90,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 282, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições das Resoluções ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009719/2017-19, autoriza a empresa LWART LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ n.º 46.201.083/0025-55, a construir a base localizada na AV ALFREDO BANDEIRA DE MELO, S/N, RODOVIA BR 101-NORTELOTE 4 QUADRAF LOTEAMENTO AVELOZ EMPREENDIMENTOS, SARAMANDAIA, CEP: 3.620-444, IGARASSU-PE. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -7:49:32.100; -34:54:55.800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento, após construção, será de 180,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 283, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200328/2018-18, autoriza a empresa PETROFAN COMBUSTIVEIS LTDA., CNPJ n.º 00.498.827/0001-77, a operar a instalação de Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) localizada na Rua Antônio Elpídio Sampaio 203, Parque Industrial José Garcia Gimenes, Cambé/PR, 86.183-753 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:15:42,000; -51:15:12,200 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 91,86 m³. Ficam revogadas a Autorização ANP n.º 192 de 16/04/2010 e a Autorização ANP n.º 453 de 14/09/2016.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 284, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48610.200328/2018-18, autoriza a empresa PETROFAN COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 00.498.827/0001-77, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (T.R.R). Fica revogada a Autorização A.N.P nº 193, de 19/04/2010.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 285, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.000927/2017-44, autoriza a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0044-67, a operar as instalações de armazenamento e distribuição de combustíveis localizadas na RUA PAJURÁ, 01, VILA BURITI, MANAUS/AM, 69.072-065 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -3:08:59,400; -59:57:31,900 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 1.510,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 465 de 14/05/2013.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 286, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200346/2018-91, autoriza a empresa ALCOOLBRAS - ÁLCOOL DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 09.201.095/0001-86, a operar as instalações de armazenamento e distribuição de combustíveis localizadas na Rua JC-19 s/n.º, Quadra 28, Lote APMS 14/15, Jardim Canedo II, Senador Canedo/GO, 75.250-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -16:42:05,700; -49:06:41,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 4.034,73 m³. Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas: ALCOOLBRAS - Álcool do Brasil Distribuidora de Combustíveis Ltda., CNPJ n.º 09.201.095/0001-86, e BRASPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ n.º 26.723.599/0001-85. Ficam revogadas a Autorização ANP n.º 411 de 06/04/2010 e a Autorização ANP n.º 651 de 14/08/2013.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 287, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200345/2018-47, autoriza a empresa BRASPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., CNPJ n.º 26.723.599/0001-85, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 430, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200345/2018-47, declara habilitada a empresa BRASPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., CNPJ n.º 26.723.599/0001-85, como distribuidora de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2018/GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
861.061/2014-PAULO JOSÉ SOARES
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.659/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.661/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
862.124/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.614/2014-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME
861.235/2014-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.
861.187/2015-CEZAR PEREIRA DE SOUZA
860.142/2016-BRASIL MINÉRIOS S.A.
861.250/2016-MINERAÇÃO PEDRAS MIL LTDA ME
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
861.862/2012-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-ALVARÁ Nº2132/2013
861.378/2015-ELIVELTON ALVES GOMES-ALVARÁ Nº3895/2016
861.379/2015-RONALDO BASILIO GOMES-ALVARÁ Nº3896/2016
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
009.291/1967-MOSAIC FERTILIZANTES P&K S.A.- AI Nº 820/2017
801.560/1968-COPEBRAS INDÚSTRIA LTDA- AI Nº 983/2017
803.343/1973-NIOBRAS MINERAÇÃO LTDA- AI Nº 1.085/2017, 1.325/2017 e 440/2018.
960.658/1987-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.- AI Nº 647/2018 e 648/2018
Nega provimento a defesa apresentada(476)
863.474/1996-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 56/2018/GO

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
861.733/2012-BRASIL MINÉRIOS S.A.- AI Nº585/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
834.426/2008-BRAZMINCO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.584/2009-MINERAÇÃO JC LTDA.-OF. Nº09;10 e 11/2018-ESCGV-Superindetência-DNPM/MG
832.510/2011-BELA VISTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-OF. Nº2355/2017-FISC/DNPM/MG
Despacho publicado(256)
832.510/2011-BELA VISTA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. Nº2356/2017-FISC- DNPM/MG
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
832.799/2002-RAJ MINÉRIOS LTDA ME-AI Nº1109/2010-3ºDS-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina interdição de lavra ilegal(340)
806.562/1977-MINERAÇÃO PACULDINO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
004.530/1963-MINERAÇÃO JOÃO VAZ SOBRINHO LTDA.-OF. Nº72/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.255/1982-MINERAÇÃO JOÃO VAZ SOBRINHO LTDA.-OF. Nº72/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
836.788/1993-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº81/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.827/1999-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº19/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.457/2006-ROBERTO EDUARDO ARRUDA ME-OF. Nº117/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.566/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº144/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.567/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº145/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.568/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº146/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.569/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº147/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.571/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº149/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.573/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº151/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.574/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº152/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
831.695/1992-MARIA DIVINA PEREIRA DE ASSIS-OF. Nº837/2009-FISCALIZAÇÃO/3ºDS/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
831.880/1991-MINERAÇÃO ZELÂNDIA LTDA-OF. Nº155/2017-ERPC-Superindetência-DNPM/MG-60 dias
831.574/2006-COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO SANTA RITA LTDA-OF. Nº86/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
806.562/1977-Mineração Paculdino Ltda- AI Nº220/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.196/1997-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA-OF. Nº71/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.106/2006-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. Nº2099/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.457/2006-ROBERTO EDUARDO ARRUDA ME-OF. Nº118/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.809/2008-MINERAÇÃO RIO DA PRATA LTDA.-OF. Nº21/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
830.774/2011-PORTO DE AREIA SÃO JOSÉ LTDA-OF. Nº28/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
830.518/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. Nº93/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

830.519/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°94/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.520/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°95/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.521/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°96/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.522/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°97/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.523/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°98/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.524/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°99/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.570/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°148/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.572/2012-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-OF. N°150/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.780/2001-CETRO IND. E COM. DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte dos Amores - Marca Florença - Embalagem 10L,1,5L 510 mL e 300 mL, sem gás.- CAPIM BRANCO/MG, SETE LAGOAS/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
007.855/1957-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 130/2018-DNPM/MG
006.644/1963-MINERAÇÃO ARGENTINA E FILHOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- AI N° 21/2018-Superindetência-DNPM/MG,arrendatário L.m.a. Mineração Ltda
000.839/1966-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 129/2018-DNPM/MG
835.104/1995-MARCO ANTONIO GIUSTO ME- AI N° 744;745;746;747;748;749;750;751;752;753;754 e 755/2017-Superintendência/DNPM/MG
830.354/2002-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.- AI N° 735/2017-Superindetência-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.644/1963-MINERAÇÃO ARGENTINA E FILHOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°37/2018-FISC-DNPM/MG,arrendatário L.m.a. Mineração Ltda
805.074/1968-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°94/2018-FISC-DNPM/MG
830.704/1979-ULTRACAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°19/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
833.155/1993-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2235/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
835.104/1995-MARCO ANTONIO GIUSTO ME-OF. N°1483/2017-FISC-Superindetência-DNPM/MG
833.340/2003-JMN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°129/2018-FISC-DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
008.102/1961-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°169/2018-FISC-DNPM/MG
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
831.337/1983-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°1540;1541 e 1542/2014-FISC/DNPM/MG
Determina o arquivamento definitivo do processo administrativo de constituição de Grupamento Mineiro(1862)
931.854/2010-USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.548/2001-EUNICE LANE FERNANDES DE PAULA E SILVA ME-OF. N°29/2018-FISCAM-DNPM/MG
832.281/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°176/2017-FISC-DNPM/MG
830.881/2015-LENIRA MARIA FERREIRA DAIA ME-OF. N°2158/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.376/2009-MARIO LUCIO AVELAR BRANDÃO EPP-OF. N°155/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
832.376/2009-MARIO LUCIO AVELAR BRANDÃO EPP-OF. N°154/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
831.685/1999-AREIAS PATRIMÔNIO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
830.899/2017-CONSTRUTORA GB LTDA EPP-OF. N°57/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
832.319/2013-PAULO CEZAR MOURAO MASCARENHAS-OF. N°198/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1740)
831.356/2014-ILDO RIBEIRO DE SOUZA-OF. N°24/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 107/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.745/2011-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°27 e 28/2018-ERGV-Superindetência-DNPM/MG
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
832.509/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°837/2017-FISC-DNPM/MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.374/2005-ESTRADA REAL MINERAÇÃO LTDA ME - AI N°399/2017-FISC-DNPM/MG
830.649/2006-MÁXIMA CAMINHÕES MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA - AI N°363/2017-FISC-DNPM/MG
831.490/2006-HELOISA BARRETO EDWARDS - AI N°364/2017-FISC-DNPM/MG
831.762/2006-BENEDITO AYRES DE OLIVEIRA - AI N°365/2017-FISC-DNPM/MG
834.118/2006-LELIO ROBERTO REZENDE - AI N°366/2017-FISC-DNPM/MG
834.591/2007-WILSON TOMICH - AI N°834/2017-FISC-DNPM/MG
830.395/2008-MINERAÇÃO JBS LTDA ME - AI N°353/2017-FISC-DNPM/MG
832.106/2008-MINERAÇÃO OURENSE LTDA ME - AI N°803/2017-FISC-DNPM/MG
832.377/2008-CAMPEX COMERCIAL EXPORTADORA DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - AI N°835/2017-FISC-DNPM/MG
832.508/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°836/2017-FISC-DNPM/MG
832.511/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°838/2017-FISC-DNPM/MG
832.512/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°839/2017-FISC-DNPM/MG
832.513/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A - AI N°840/2017-FISC-DNPM/MG
832.701/2008-VALDIR AGOSTINHO PIRAN - AI N°851/2017-FISC-DNPM/MG
832.719/2008-BRAZMINCO LTDA - AI N°402/2017-FISC-DNPM/MG
832.741/2008-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA - AI N°842/2017-FISC-DNPM/MG
833.576/2008-FERNANDO WALTER DA SILVA COSTA - AI N°817/2017-FISC-DNPM/MG
833.629/2008-MARCELO DA ROCHA SOARES - AI N°804/2017-FISC-DNPM/MG
833.747/2008-MARCIO GERONIMO - AI N°818/2017-FISC-DNPM/MG
833.833/2008-TEREZINHA GÉO QUICK - AI N°806/2017-FISC-DNPM/MG
833.887/2008-ARLETE DOS SANTOS CAJAÍ - AI N°807/2017-FISC-DNPM/MG
834.158/2008-FRANCISCO ALVES MENDES - AI N°808/2017-FISC-DNPM/MG
834.196/2008-ANTÔNIO DA CUNHA PEREIRA - AI N°809/2017-FISC-DNPM/MG
834.476/2008-CARLOS ANDRÉ FAGUNDES DE OLIVEIRA - AI N°819/2017-FISC-DNPM/MG
834.489/2008-EXTREMA AREIAS E COMERCIO LTDA ME - AI N°821/2017-FISC-DNPM/MG
834.503/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA. - AI N°354/2017-FISC-DNPM/MG
834.692/2008-SANDRO JOSÉ DOS REIS - FI - AI N°810/2017-FISC-DNPM/MG
834.738/2008-GILSON DOS SANTOS MARANGON - AI N°811/2017-FISC-DNPM/MG
832.604/2010-MARCELO FRANCISCO DE SOUZA - AI N°844/2017-FISC-DNPM/MG
832.769/2010-PAULO ROLLA PERDIGÃO NETO - AI N°845/2017-FISC-DNPM/MG
832.827/2010-JOSE CARLOS JARDIM FILHO - AI N°846/2017-FISC-DNPM/MG
832.879/2010-NAGIB AERIF LAUAR - AI N°847/2017-FISC-DNPM/MG
832.885/2010-ROBERTO GONÇALVES - AI N°848/2017-FISC-DNPM/MG
832.963/2010-NUNES TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME - AI N°849/2017-FISC-DNPM/MG
832.621/2012-JD AREIAS LTDA ME - AI N°361/2017-FISC-DNPM/MG
833.198/2012-JS GEMS LTDA ME - AI N°362/2017-FISC-DNPM/MG
830.513/2014-FERNANDO LOUREIRO ALVES DE SOUZA - AI N°321/2017-FISC-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
831.284/1994- MARMINDÚSTRIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
834.418/2011-MINERADORA PORTO PERI PERI LTDA-OF. N°67 e 68/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.922/1998-AREIA MENEZES LTDA ME-OF. N°70/2018-ERPM-Superindetência-DNPM/MG
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
832.852/2009-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE AREIA DE UBÁ E REGIÃO LTDA COOPERAR -AI N°812/2017-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.334/2008-WALTER SYDNEY DUTRA FOLLY-BARBACENA/MG - Guia n° 38/2018-2.666,00 Toneladas/ano-Esteatito (ornamental)- Validade:05/09/2021
831.551/2008-COELHO COMÉRCIO DE MINERAIS E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA-GOUVEIA/MG - Guia n° 43/2018-45.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:22/06/2021
834.639/2010-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE PEDRAS DO PATRIMÔNIO DE SÃO THOMÉ DAS LETRAS LTDA-SÃO THOMÉ DAS LETRAS/MG - Guia n° 59/2018-16.000 Toneladas/ano-Quartzito- Validade:17/07/2021
833.634/2013-RAFAEL CORDEIRO DE MELO-RIO MANSO/MG - Guia n° 56/2018-12.000 Toneladas/ano-Argila-Validade:20/11/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.830/2002-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-ALVORADA DE MINAS/MG - Guia n° 26/2018-12.000 Toneladas/ano-Esteatito- Validade:20/12/2021 ou PL
832.636/2002-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-ARAÇUAÍ/MG - Guia n° 37/2018-10.260 Toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:20/04/2020 ou PL
834.098/2010-TAMAFE CALCAREO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-FORMIGA/MG - Guia n° 60/2018-50.000 Toneladas/ano-Argila- Validade:10/01/2022 ou PL
830.688/2011-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-SERRO/MG - Guia n° 36/2018-10.080 Toneladas/ano-Esteatito (ornamental)- Validade:21/12/2021
835.004/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-ARCOS/MG - Guia n° 58/2018-50.000 Toneladas/ano-Argila-Validade:13/07/2018

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 116/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.496/2005-JOÃO CELESTINO DE MELO ME- Área de 92,10 ha para 50,04 ha-Areia e Argila
832.414/2007-FERRAÇO COMERCIO E TRANSPORTE DE MINERIO LTDA EPP- Área de 200,24 ha para 97,60 ha-Minério de Ferro
830.193/2011-MAC HUNTER MINERADORA LTDA.-Área de 924,86 ha para 843,28 ha-Areia e Granito
830.721/2011-EVANDO HORÁCIO PINTO- Área de 158,65 ha para 49,85 ha-Areia
833.398/2011-EDENILSON CORREA- Área de 400,00 ha para 181,84 ha-Granito
834.875/2011-ECO SEIXO MINERADORA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Área de 950,51 ha para 668,12 ha-Quartzo,Argila,Areia e Cascalho
831.603/2014-CACHOEIRA EXTRAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 44,16 ha para 35,80 ha-Areia e Argila
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
833.667/2011-PEDRAS ALTAS MINERAÇÃO LTDA-Gnaisse
830.799/2012-FOMALHAUT GEOLOGIA E DESIGN MINERAL LTDA-Quartzo para produção de Gemas e utilização industrial,revestimento e artesanato
833.539/2013-MARIANA VASCONCELOS COSTA-Areia e Argila
831.415/2016-MINERAÇÃO AREIA BRANCA LTDA-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 117/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.013/2009-AREAL DINIZ LTDA-OF. N°437/2018-FISC-DNPM/MG
831.615/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°438/2018-FISC-DNPM/MG
831.757/2015-JUCÉLIO LEAL FERREIRA-OF. N°605/2018-FISC-DNPM/MG
831.920/2015-PRS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP-OF. N°593/2018-FISC-DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.214/2011-ÉLCIO DE ASSIS BRANDÃO ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº443/2018-FISC/DNPM/MG
833.012/2013-MUMBACA MINERACAO-544/2018-FISC-DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.615/2015-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-427/2018-FISC-DNPM/MG
831.757/2015-JUCÉLIO LEAL FERREIRA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº606/2018-FISC/DNPM/MG
831.920/2015-PRS MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP-594/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
835.853/1994-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº538/2018-FISC/DNPM/MG
830.836/2000-BRITADORA QUILOMBO LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº612/2018-FISC/DNPM/MG
830.978/2003-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL-545/2018-FISC-DNPM/MG
831.311/2006-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº424/2018-FISC/DNPM/MG
831.363/2006-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME-432/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.836/2000-BRITADORA QUILOMBO LTDA ME-OF. N°542/2018-FISC-DNPM/MG
830.757/2005-CAULIM DO BRASIL LTDA-OF. N°550/2018-FISC-DNPM/MG
831.311/2006-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-OF. N°423/2018-FISC-DNPM/MG
831.363/2006-GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ME-OF. N°433/2018-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.177/2007-UNIR COMERCIO DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. EPP-OF. N°451/2018-FISC-DNPM/MG
833.738/2007-GRAMAÇU MINERAÇÃO LTDA-OF. N°564/2018-FISC-DNPM/MG
832.119/2008-CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. - CENIBRA-OF. N°450/2018-FISC-DNPM/MG
832.858/2008-RENATA DE FREITAS OSÓRIO AARÃO-OF. N°561/2018-FISC-DNPM/MG
830.643/2010-MILTON DE FARIA SALDANHA-OF. N°452/2018-FISC-DNPM/MG
832.774/2010-GRANJAS GOIANAS LTDA-OF. N°565/2018-FISC-DNPM/MG
834.386/2010-CICERO ALESSANDRO RODRIGUES FRANCA CPF 08700102717 ME-OF. N°536/2018-FISC-DNPM/MG
833.455/2012-HUMBERTO MENDES PEIXOTO-OF. N°573/2018-FISC-DNPM/MG
830.398/2013-SANDAREIA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°446/2018-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 119/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
833.539/2013-MARIANA VASCONCELOS COSTA
830.986/2016-FERREIRA SANTOS MINERAIS E CIA LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
831.129/2003-MINERAÇÃO LAVRAS DOS VERDES LTDA
832.980/2003-AREAL CÁSSIA LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.019/2012-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA- AI N°532/2018-Superindetência-DNPM/MG
830.871/2014-SAUL CHAVES JARDIM- AI N°531/2018-Superindetência-DNPM/MG
831.009/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.- AI N°528/2018-Superindetência-DNPM/MG
831.010/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.- AI N°529/2018-Superindetência-DNPM/MG
831.011/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.- AI N°530/2018-Superindetência-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.108/2013-MINERAÇÃO JADE BRASIL LTDA ME-OF. N°576/2018-FISC-DNPM/MG
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
834.299/2008-IMPERIO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°13548/2009
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.080/2006-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°88/2008
833.278/2007-HEMATITE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°11735/2007
834.829/2010-MONTEMINAS MINÉRIOS LTDA-ALVARÁ N°16037/2011
833.837/2011-ERASTO BORETTI DE ALMEIDA-ALVARÁ N°742/2012
831.108/2013-MINERAÇÃO JADE BRASIL LTDA ME-ALVARÁ N°11940/2014
830.871/2014-SAUL CHAVES JARDIM-ALVARÁ N°2283/2015
831.009/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.-ALVARÁ N°692/2015
831.010/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.-ALVARÁ N°693/2015
831.011/2014-TOPMEC TOPOGRAFIA MECANICA LTDA.-ALVARÁ N°694/2015
832.591/2014-ORIVAL NESPULE-ALVARÁ N°700/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
832.766/2007-AGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-ALVARÁ N°13103/2007
834.833/2010-MLOG S.A-ALVARÁ N°12733/2013
833.879/2011-BRUNA FOUREAUX PARREIRAS-ALVARÁ N°4753/2014
834.974/2011-BRASIL PEDRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ALVARÁ N°10801/2014
830.019/2012-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-ALVARÁ N°10803/2014
831.700/2012-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-ALVARÁ N°1836/2014
834.100/2012-PEDRA MINEIRA DIAMANTINA LTDA. ME-ALVARÁ N°9009/2014
834.107/2012-COMPAREMIX CONCRETOS E MINERAÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7892/2014
830.981/2014-VINICIUS DE CASTRO SOUSA-ALVARÁ N°9820/2014
832.183/2014-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°11950/2014

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
831.238/1997-FERRARIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A
831.084/2005-CAYSTAR EXPLORAÇAO MINERAL (BRASIL) LTDA
830.802/2012-JOSÉ GERALDO ANTENOR
831.283/2012-HWII MINERAÇÃO LTDA ME
832.083/2014-ORION CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 122/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.629/2004-CESALPINO TEODORO DE SOUZA
831.084/2005-CAYSTAR EXPLORAÇAO MINERAL (BRASIL) LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
806.563/1977-MINERAÇÃO PACULDINO LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2018/MG

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
832.507/1984-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ:16.525.859/0001-54- Substância Aprovada:Minério de Ferro
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
832.507/1984-Mineração J.Mendes Ltda - CNPJ:21.260.641/0001-55 e Cia Vale do Rio Doce - CVRD - CNPJ:33.592.510/0001-54

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
832.232/2005-SEBASTIÃO NEPOMUCENO-AI N°1576/2011
832.706/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-AI N°905/2014-MG
Aceita defesa apresentada(241)
832.232/2005-SEBASTIÃO NEPOMUCENO
832.706/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.
833.368/2014-IMPÉRIO MINERAÇÃO & TRANSPORTE LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.070/2007-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA. EPP-OF. N°439/2018-FISC-DNPM/MG
834.693/2008-LIVIGRAN MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°571/2018-FISC-DNPM/MG
833.685/2010-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°563/2018-FISC-DNPM/MG
834.126/2010-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°559/2018-FISC-DNPM/MG
833.113/2012-FERRO X NEGÓCIOS DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/2018-FISC-DNPM/MG
834.046/2012-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°556/2018-FISC-DNPM/MG
830.835/2013-MINERALI CONSULTORIA LTDA-OF. N°557/2018-FISC-DNPM/MG
830.841/2013-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-OF. N°397 e 405/2018-FISC-DNPM/MG
833.900/2013-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°562/2018-FISC-DNPM/MG
830.312/2016-MARIA DAS GRAÇAS RAMOS-OF. N°609/2017-FISC-DNPM/MG
Despacho publicado(256)
834.693/2008-LIVIGRAN MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº572/2018-FISC/DNPM/MG
830.841/2013-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº406/2018-FISC/DNPM/MG
Indefere pedido de reconsideração(263)
833.425/2011-CLERISTON JOSE DOS SANTOS ROCHA
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
830.560/2013-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO-AI N°342/2017-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.041/2003-FENIX MINERAÇÃO OURO PRETO LTDA ME-OF. N°638/2018-FISC-DNPM/MG
831.224/2011-MINERAÇÃO AZUL TROPICAL LTDA. ME.-OF. N°330/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
834.107/1995-João Damasio Vieira Neto FI- AI N°559/2018-Superindetência-DNPM/MG
830.041/2003-Felix Mineração Ouro Preto Ltda ME- AI N°560/2018-Superindetência-DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.154/1980-ANATOLE NOGUEIRA DORNAS E CIA LTDA ME- AI N° 565 e 566/2018-FISC-DNPM/MG, para arrendatário Kymera Mine Mineração e Comércio Ltda ,
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
831.237/1988-Centro Oeste Mineração Ltda- AI N° 812;813;814;815;816;817;818;819;820;821;822;823;824; 825;826;827;828;829 e 830/2016-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.337/1979-EMPRESA DE MINERAÇÃO SOARES LTDA-OF. N°199/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
831.154/1980-ANATOLE NOGUEIRA DORNAS E CIA LTDA ME-OF. N°220/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
930.095/1998-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°164/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
831.433/2002-D'EXTREMA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA-OF. N°252/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
831.202/2006-MINERINVEST MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°546/2018-FISC-DNPM/MG - para arrendatário Green Metals Soluções Ambientais S.a. ,
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
831.433/2002-D'EXTREMA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA-OF. N°251/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
831.914/2015-ROGERIO BOAVENTURA DE OLIVEIRA ME - PLG N°02/2018 de 29/03/2018 - Prazo 05 (cinco) anos
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
831.080/2015-PEDRO EVANDRO GUIMARÃES CHICARINO-OF. N°431/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1740)
831.080/2015-PEDRO EVANDRO GUIMARÃES CHICARINO-OF. N°432/2018-FISC-Superindetência-DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.520/2001-PEDREIRA ORATORIOS LTDA-OF. N°637/2018-FISC-DNPM/MG
832.132/2016-BRITADORA RAMOS LTDA-OF. N°608/2018-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
832.232/2005-SEBASTIÃO NEPOMUCENO- DOU de 1576/2011-MG
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
833.368/2014-IMPÉRIO MINERAÇÃO & TRANSPORTE LTDA- AI N°1024/2017-MG
Torna sem efeito despacho publicado(192)
830.981/2014-VINICIUS DE CASTRO SOUSA- DOU de 04/01/2018
Torna sem efeito exigência(199)
830.554/2013-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO-OF. N°1726/2017-FISC-DNPM/MG-DOU de 11/10/2017
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
830.560/2013-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO- AI N°342/2017-MG
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
831.237/1988-PEDREIRAS DO BRASIL S A- Publicado DOU de 19/08/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.864/1993-MINERAÇÃO CAFÉ LTDA - Publicado DOU de 09/09/2011, Relação n° 557, Seção 1, pág. 72- Onde se lê:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa para substância Gnaisse" Leia-se:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa para substância Migmatito Industrial .."

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.090/2007-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.-AI N°183/2018
846.201/2010-JESIMIEL BENTO SIMPLÍCIO-AI N°199/2018
846.268/2010-JESIMIEL BENTO SIMPLÍCIO-AI N°200/2018
846.271/2010-FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA-AI N°225/2018
846.282/2010-PAULO SÉRGIO DE ASSUNÇÃO SANTIAGO-AI N°226/2018
846.300/2010-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA-AI N°227/2018
846.316/2010-CONTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°228/2018
846.365/2010-ZANKA 06 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA-AI N°229/2018
846.174/2013-FELIPE MARSICANO FRANCA-AI N°230/2018
846.183/2013-PESQUISA S A INDUSTRIA E COMERCIO DE MINÉRIOS-AI N°231/2018
846.308/2013-LUIZ PEDRO DE ARAÚJO-AI N°232/2018
846.093/2014-JACKSON EMANUEL DE LUNA CAMBOIM-AI N°185/2018
846.137/2014-TRANSLIPE MINERAÇAO, TRANSPORTE E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA-AI N°186/2018
846.235/2014-ROBERTO SEBASTIÃO DA SILVA-AI N°187/2018
846.333/2014-POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA-AI N°188/2018
846.019/2015-LEONARDO LUIZ DE SOUZA FERREIRA-AI N°189/2018
846.094/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°190/2018
846.112/2015-JOACIR DA SILVA SANTOS-AI N°191/2018
846.144/2015-CHRISTIAN PETER HLUCHAN-AI N°192/2018
846.183/2015-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA-AI N°193/2018
846.185/2015-MÁRIO CABRAL JUNIOR-AI N°194/2018
846.112/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-AI N°195/2018
846.113/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-AI N°196/2018
846.114/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-AI N°197/2018
846.115/2016-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME-AI N°198/2018
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
846.095/2010-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.- AI N°184/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.464/2007-EUFRÁSIO ALVES PAMPLONA - AI N°065/2015
846.395/2008-SIDERITA MINÉRIOS METALÚRGICOS DO NORDESTE LTDA ME - AI N°349/2016
846.427/2008-VPX MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - AI N°351/2016
846.104/2010-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA - AI N°045/2017
846.280/2010-ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA FILHO - AI N°202/2016
846.339/2010-ARNÓBIO FIRMINO DA SILVA & CIA LTDA EPP - AI N°185/2016
846.354/2010-CARLOS HENRIQUE LOPES DE MELO - AI N°206/2016
846.367/2010-ZANKA 06 PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS SPE LTDA - AI N°184/2016
846.410/2010-FELIPE MARSICANO FRANCA - AI N°176/2016
846.412/2010-ERIVALDO NOBREGA CABRAL - AI N°178/2016
846.002/2011-JOSÉ FERREIRA TAVARES - AI N°174/2016
846.013/2011-CAULINIA MINERIOS LTDA ME - AI N°212/2016
846.025/2011-FELIPE MARSICANO FRANCA - AI N°304/2016
846.156/2011-MARCUS VINÍCIUS FERNANDES DE MELO - AI N°180/2016
846.260/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA - AI N°306/2016
846.263/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA - AI N°303/2016
846.272/2011-MB MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - AI N°150/2016
846.677/2011-CAULINIA MINERIOS LTDA ME - AI N°170/2017
846.294/2012-SEVERINO LISBOA DE LUCENA - AI N°167/2017
846.131/2014-MINERAÇÃO PERNAMBUCO LTDA - AI N°156/2017
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1711)
846.104/2010-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA- AI N°065/2017
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
840.084/1986-NORDESTE GRANITOS LTDA- AI N°048/2017
846.108/2000-VON ROLL DO BRASIL LTDA- AI N°062/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018/PI

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.011/2009-GM ROCHA IND. COM. SERV. LTDA-OF. N°174/2018
803.141/2017-ÁGUA VIENA LTDA ME-OF. N°180/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
803.259/2013-MARCOS ANTONIO LAGES GONÇALVES
803.356/2013-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.064/2013-FÉLIX FERNANDO RAPOSO-AI N°95/2018
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
804.431/2008-FERRO MINAS MINERAÇÃO LTDA - AI N°216/2016
804.432/2008-FERRO MINAS MINERAÇÃO LTDA - AI N°217/2016
803.017/2010-BRITAPLAN MINERACAO LTDA - AI N°219/2016
803.321/2010-CENTER EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME - AI N°223/2016
803.406/2010-CONSTRUMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - AI N°1/2017
803.307/2013-COMERCIAL GONZAGA E FRANÇA LTDA ME - AI N°98/2016
803.208/2015-MANOEL RIBEIRO & CARVALHO LTDA - AI N°221/2016
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
800.564/1983-UBM UNIÃO BRASILEIRA DE MINERAÇÃO S A- AI Nº 41/2017
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
803.093/2015-MINERADORA RIO PARNAIBA LTDA ME

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2018/RN

Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
848.159/2017-EDSON DA ROCHA SILVA- OF. N° 198/2018-DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.364/2014-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-OF. N°194/18
848.312/2016-UBIRATAN BATISTA DE ALMEIDA-OF. N°1.652/2017
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
848.001/2016-JOSÉ DEMOCRITO FILHO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
848.234/2016-LUIS BENGHI-ALVARÁ N°2380/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
848.746/2010-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°196/2018-SGTM/DNPM/RN-60 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.447/2010-POTIGUAR CONSTRUTORA LTDA-ITAJÁ/RN - Guia n° 05/18-50.000toneladas-Granito (Brita)- Validade:27/03/2019
848.205/2012-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-PATU/RN, RAFAEL GODEIRO/RN - Guia n° 04/18-16.000toneladas-Granito (rocha ornamental)- Validade:27/03/2019
848.393/2012-FF TERRAPLENAGEM EIRELI-LAGOA DE PEDRAS/RN, MONTE ALEGRE/RN - Guia n° 06/18-21.600toneladas-Areia- Validade:27/03/2019
848.401/2012-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-JARDIM DO SERIDÓ/RN, SANTANA DO SERIDÓ/RN - Guia n° 07/18-8.000toneladas-Granito (rocha ornamental)- Validade:07/10/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.098/2013-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°178/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
848.425/2012-DOUGLAS DE FREITAS RAMALHO-Cessionário:Damilton Diniz- CNPJ 427.619.644-20-Licenciamento n°25/2013- Vencimento do Licenciamento: 10/10/2018

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/RN

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
848.047/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 15/06/2015

ROGER GARIBALDI MIRANDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2018/RJ

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
890.811/2014-ANTONIO FONTES ROCHA SILVA
890.242/2017-MOREIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.009/2018-GRANITOS NOBRES DO NORTE FLUMINENSE LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
890.600/2014-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.274/2017-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA-OF. N°403/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.275/2017-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA-OF. N°414/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.334/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°527/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.335/2017-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°373/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.018/2018-GRAMC EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°549/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.020/2018-HACA PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°556/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.276/2005-AREAL ALEGRIA DE RESENDE LTDA ME-OF. N°400/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.097/2011-PEDREIRA SERRA DA ONÇA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°569/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.167/2017-MINERADORA BRITAR LTDA.-OF. N°542/2018/DGTM/DNPM/RJ
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
891.068/1994-WHEREVER COMÉRCIO E SERVIÇOS., IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°541/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
890.057/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°398/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
Reitera exigência(366)
890.024/1998-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°421/2018/DGTM/DNPM/RJ-180 dias
890.321/2003-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°423/2018/DGTM/DNPM/RJ-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.441/1992-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°425/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.108/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°427/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.360/2005-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°424/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.449/2000-EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBA DE BOM JARDIM LTDA-OF. N°573/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.259/2007-CERÂMICA TABATINGA LTDA-OF. N°579/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.528/2009-CERÂMICA INDIANA LTDA EPP-OF. N°419/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.694/2012-OASIS MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-OF. N°578/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.444/2013-CONSTRUTORA MAR E CAMPO LTDA-OF. N°589/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.444/2013-CONSTRUTORA MAR E CAMPO LTDA-OF. N°589/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.785/2014-MAP'S PEDRAS LTDA -ME-OF. N°584/2018/DGTM/DNPM/RJ
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
890.061/2016-CÓRREGO RICO TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°590/2018/DGTM/DNPM/RJ
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
890.046/2013-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS MINERAÇÃO ME
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
890.215/1995-AREAL JAMAPARA LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.418/2012-F. J. RIBEIRO LIMITADA ME-OF. N°583/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.304/2015-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.-OF. N°582/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.159/2016-COOPERATIVA DOS MINERADORES DO RIO SANTANA-OF. N°411/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.304/2016-MIRANAS IMOBILIÁRIA LTDA.-OF. N°408/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.024/2017-CERAMICA KITAN LTDA ME-OF. N°565/2018/DGTM/DNPM/RJ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
890.528/2015-AZEVEDO PINTO CERÂMICA LTDA-OF. N°591/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.355/2016-THOQUINO CONSULTORIA, PROJETOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°402/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.119/2017-CERAMICA SÃO GONÇALO LTDA-OF. N°564/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.308/2017-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°586/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.754/2010-Nicomedes Martins Ramos

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2018/RJ

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
890.046/2013-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS MINERAÇÃO ME- Publicado DOU de 08/11/2017

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
815.105/2017-JOELSON GALDINO VIEIRA JÚNIOR
815.536/2017-FABIO CORDOVA DE SOUSA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
851.050/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-OF. N°1031/2018
815.331/2017-CLAITON ROGERIO ZARDO-OF. N°1041/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
815.398/2017-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
815.551/2017-ASL AMÉRICA DO SUL LOGÍSTICA LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.537/2016-JOSÉ MÁRIO PIRES ME- Alvará n°10219/2016 - Cessionario:815.043/2018-L.T. WOSIEWSKI E CIA LTDA- CPF ou CNPJ 04159720/0001-55
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.574/2016-JESSICA BALDIN CRUZ- Cessionário:ALVO MINÉRIOS CERÂMICOS ESPECIAIS LTDA- CPF ou CNPJ 26117123/0001-09- Alvará n°1.204/2017
815.238/2017-EDILSON NUNES- Cessionário:CERÂMICA CONSTRULAR LTDA- CPF ou CNPJ 76323500/0001-26- Alvará n°4.765/2017
815.027/2018-OLIVEIRA PLENAGEM LTDA ME- Cessionário:BRASIMAR LTDA ME- CPF ou CNPJ 26545174/0001-23- Alvará n°1.148/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA- TORNA SEM EFEITO O DESPACHO DE INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMISSÃO DE GUIA DE UTILIZAÇÃO PUBLICADO EM 28/09/2017.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.563/1997-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°1052/2018
815.623/2004-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°1047/2018
815.467/2007-SL VIEIRA COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°1045/2018
815.149/2008-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA-OF. N°1032/2018
815.149/2008-CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA-OF. N°1032/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.001/1996-FONTANELLA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. ME.-MELEIRO/SC - Guia n° 034/2018- 8.500t-CASCALHO- Validade:21/03/2019
815.492/2006-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE PEDRAS DE SOMBRIO-SANTA ROSA DO SUL/SC - Guia n° 035/2018-4.000t-ARENITO- Validade:21/03/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.342/2001-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- 9.501 n° 2001 - Cessionário: MINERADORA SÃO LUIZ LTDA- CNPJ 00777352/0001-58
815.160/2004-PONTE ALTA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- 3.588 n° 2004 - Cessionário: MANJOLINHO BRITAS E TRANSPORTES LTDA- CNPJ 01641130/0001-76
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.725/2011-MONTE REAL EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°1046/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.459/2017-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-OF. N°1119/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.239/1998-CERÂMICA PORTO RHODE LTDA-OF. N°1009/2018
815.244/2007-FLORESTAL GATEADOS LTDA.-OF. N°1017/2018
815.729/2007-MAX SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRENO LTDA ME-OF. N°1013/2018
815.522/2011-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA-OF. N°1048/2018
815.105/2014-ELEVOLUTION ENGENHARIA SA DO BRASIL-OF. N°1022/2018
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1203)
815.820/2012-REPECAL BRITAGENS LTDA.- Início:19/03/2018-Término:19/03/2019
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.419/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA-OF. N°1049/2018
815.109/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA-OF. N°1058/2018
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
815.262/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
815.098/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA- Registro de Extração N°31/2018 de 22/03/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.055/2018-MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA- Registro de Extração N°26/2018 de 22/03/2018
815.056/2018-MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA- Registro de Extração N°25/2018 de 22/03/2018
815.088/2018-MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL- Registro de Extração N°029/2018 de 22/03/2018
815.089/2018-MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL- Registro de Extração N°030/2018 de 22/03/2018
815.091/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA- Registro de Extração N°27/2018 de 22/03/2018
815.092/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA- Registro de Extração N°28/2018 de 22/03/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.558/2017-AJAS TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°1050/2018
815.622/2017-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°1025/2018
815.649/2017-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. N°1010/2018
815.650/2017-DESCHAMPS & CIA LTDA EPP-OF. N°1015/2018
815.651/2017-DESCHAMPS & CIA LTDA EPP-OF. N°1017/2018
815.706/2017-ANDRÉA DA SILVA ME-OF. N°1011/2018
815.095/2018-JAIR BORBA MACHADO-OF. N°1053/2018
815.103/2018-CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A-OF. N°1062/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.028/2016-CALCÁRIO MILENIUM LTDA EPP-OF. N°166/2018 - DNPM/TO
864.029/2016-CALCÁRIO MILENIUM LTDA EPP-OF. N°167/2018 - DNPM/TO
864.064/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°106/2018 - DNPM/TO
864.068/2016-CREATIVE ARTS E MINERAIS LTDA-OF. N°61/2018 - DNPM/TO
864.086/2016-CREATIVE ARTS E MINERAIS LTDA-OF. N°62/2018 - DNPM/TO
864.112/2016-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-OF. N°65/2018 - DNPM/TO
864.174/2016-LUIZ CARLOS TOLENTINO DE ALMEIDA-OF. N°67/2018 - DNPM/TO
864.230/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°78/2018 - DNPM/TO
864.237/2016-CARISVALDO ALMEIDA BOMFIM ME-OF. N°77/2018 - DNPM/TO
864.243/2016-FLAVIO FRANÇA FREITAS-OF. N°76/2018 - DNPM/TO
864.249/2016-DANIEL BARBOSA PROCOPIO-OF. N°79/2018 - DNPM/TO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

864.259/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°90/2018 - DNPM/TO
864.286/2016-PAULINO BISPO-OF. N°82/2018 - DNPM/TO
864.288/2016-ANDRÉ LUIZ PEREIRA-OF. N°84/2018 - DNPM/TO
864.299/2016-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA-OF. N°85/2018 - DNPM/TO
864.318/2016-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE OURILANDIA E REGIAO-OF. N°87/2018 - DNPM/TO
864.324/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°88/2018 - DNPM/TO
864.057/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-OF. N°95/2018 - DNPM/TO
864.058/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-OF. N°96/2018 - DNPM/TO
864.059/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA-OF. N°97/2018 - DNPM/TO
864.097/2017-MARILENE DOS SANTOS COSTA-OF. N°99/2018 - DNPM/TO
864.101/2017-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-OF. N°100/2018 - DNPM/TO
864.103/2017-VIVIAN GUIMARÃES-OF. N°108/2018 - DNPM/TO
864.181/2017-TRAÇADAL AGROPECUARIA LTDA.-OF. N°71/2018 - DNPM/TO
864.182/2017-TRAÇADAL AGROPECUARIA LTDA.-OF. N°72/2018 - DNPM/TO
864.186/2017-MARCOS DE SOUZA COSTA-OF. N°109/2018 - DNPM/TO
864.238/2017-R. S. DE AZEVEDO & CIA LTDA EPP-OF. N°110/2018 - DNPM/TO
864.243/2017-COLORGEMS LTDA-OF. N°155/2018 - DNPM/TO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.333/2015-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.322/2016-REJANE AGUIAR BITTENCOURT-Cessionário:Rejane Aguiar Bittencourt Me- CPF ou CNPJ 19.766.951/0001-02- Alvará n°525/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.188/2010-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.071/2005-MINERAÇÃO ARAGUAIA LTDA-OF. N°191/2017 - DNPM/TO
864.072/2005-MINERAÇÃO ARAGUAIA LTDA-OF. N°191/2017 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.156/2016-A R NETO NONATO ME-OF. N°112/2018 - DNPM/TO
864.331/2016-GOMES & COSTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°142/2018 - DNPM/TO
864.345/2016-JPAR EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. EPP-OF. N°233/2017 - DNPM/TO
864.205/2017-JOAQUIM DE SOUSA CAVALCANTE-OF. N°16/2018 - DNPM/TO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
864.033/2018-MINERADORA BRUNO LTDA ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.062/2006-OSMAIR AUGUSTO STELLA
864.543/2006-GESSOCAL LTDA

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2018/TO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Celmo Geraldo Amorim - 864187/14 - A.I. 74/18
Florêncio Filho da Silva Moura - 864129/15 - A.I. 266/17
Marilucio Tiago Dos Santos - 864030/16 - A.I. 71/18
Mauro Antonio Dos Santos - 864292/15 - A.I. 70/18
Pedro Costa da Silva - 864264/15 - A.I. 273/17
Phyladelfia Extração IND. e Comercio de Minerios Ltda - 864287/13 - A.I. 224/17
Quantum Fertilizantes do Tocantins Ltda - 864261/15 - A.I. 17/18, 864245/15 - A.I. 268/17, 864250/15 - A.I. 269/17, 864263/15 - A.I. 272/17
Sônia Menelik da Costa - 864101/15 - A.I. 265/17
Weuller Cristino Amorim - 864271/14 - A.I. 75/18

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/TO

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864018/13
Amancio Rodrigues Chaves - 864206/15
Amilcar José Nascimento - 864845/11
Ananias Ponce Lacerda Neto - 864071/13
Aquiles Pereira de Sousa - 864311/16
Averaldo Ribeiro de Carvalho - 864168/15
Carlos Augusto Simões Gomes - 864308/13
Centro Mineração Ltda - 864120/14
Fama Mineração LTDA. - 864143/15
Goyaz Minérios Ltda me - 864267/13, 864231/13, 864241/13, 864240/13
Jaime Alves Pinheiro - 864340/13
Julio Martins Cardoso Dos Santos - 864114/15
Laurivaldo Dias - 864408/12
Marcos Correia da Silva - 864200/15
Marcos Roberto Crispim Pereira - 864185/15, 864142/14
Marilucio Tiago Dos Santos - 864124/15
Natanael Rodrigues da Silva - 864177/15
Posto Nerópolis Ltda - 864142/15, 864301/16, 864179/16
r de s Pereira - 864045/16
Renato Godinho - 864115/15
Rogerio Mendes Margarida - 864139/15
Tercom Construtora e Mineração LTDA. - 864224/15, 864249/15

FABIANO PIÑEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 2 DE ABRIL DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:
Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE IPATINGA-AAPI
CNPJ: 21.028.535/0001-40
Município: Ipatinga/MG
Processo nº: 71010.003022/2011-11

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBCOMISSÃO DE RECURSO

ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM 27 E 28 DE MARÇO DE 2018

A Subcomissão de Recurso, constituída na forma do art. 2º da Resolução CNAS n.º 20 de 12 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2017, em reunião realizada nos dias 27 e 28 de março de 2018, composta pelo(a) Silvia Regina Ramirez, Representante do (a) Fundação Projeto Pescar, Coordenador (a) da Subcomissão de Recurso, Karla Rosângela Felinto de Araújo Representante do CEAS/PB e Margarida Ravenna Guimarães Chaves, Representante do CEAS/CE de acordo com as atribuições previstas e nos §§ 1, 2 , 3, 4 e 5 do art. 13º da Resolução CNAS n.º 20 de 12 de dezembro de 2017, após análise dos pedidos de Recursos, sob a decisão da Subcomissão de Habilitação, manifestaram e julgaram os pedidos de habilitação em grau de recurso dos eleitores e eleitores candidatos no processo eleitoral para a representação da Sociedade Civil, Gestão 2018/2020 do Conselho Nacional de Assistência Social, dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, das entidades e organizações dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), na forma do documento anexo a esta Ata. A Subcomissão de Recurso analisou devidamente a documentação apresentada, assinou e anexou os respectivos pareceres aos processos. Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora deu como encerrado os trabalhos, sendo esta assinada pelos membros da Subcomissão de Recurso presentes.

Brasília - DF, 4 de abril de 2018.
SILVIA REGINA RAMIREZ
Representante do (a) Fundação Projeto Pescar - Coordenador (a) da Subcomissão de Recurso

KARLA ROSÂNGELA FELINTO DE ARAÚJO
Representante do CEAS/PB

MARGARIDA RAVENNA GUIMARÃES CHAVES
Representante do CEAS/CE

ANEXO

Realizada nos dias 27 e 28 de abril de 2018
I - PELA HABILITAÇÃO, EM GRAU DE RECURSO:
1) CANDIDATA/ ELEITORA:
a) Entidades e organizações de assistência:
1. Processo nº 71000.010132/2018-25
Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 51.549.301/0001-00
Pessoa Designada: Shirlaine Maciel Macedo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou corretamente a indicação de seu suplente, conforme exige a alínea "d" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, bem como o documento exigido na alínea "e" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, a cópia de documento oficial com foto do seu suplente. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2. Processo nº 71000.010135/2018-69
NURAP - Núcleo de Aprendizagem Profissional e Assistência Social
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 57.745.291/0001-64
Pessoa Designada: Marisa Vidovix
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou corretamente o documento exigido na alínea "h" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, ou seja, comprovante de protocolo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. A Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
3. Processo nº 71000.011632/2018-84
Fundação Dorina Nowill Para Cegos
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 60.507.100/0001-30
Pessoa Designada: Alexandre dos Santos Oliveira Munck
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou e cumpriu os seguintes requesitos: 1 - comprovante de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS ou documento, físico ou digital, que comprove seu cadastro, conforme exige a alínea "a" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017; 2 - relatório comprovando desenvolvimento de atividades em âmbito nacional, conforme exige a alínea "b" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017; 3 - a indicação de seu suplente, conforme exige a alínea "d" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017; 4 - a cópia de documento oficial com foto da pessoa física designada a ser eleita, e de seu suplente, conforme exige a alínea "e" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017; 5 - a cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório, conforme exige a alínea "f" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
4. Processo nº 71000.011631/2018-30
FEBRAEDA - Federação Brasileira de Associação Socioeducacionais de Adolescentes
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.380.736/0001-44
Pessoa Designada: Rozangela Borota Teixeira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou o comprovante de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS ou documento, físico ou digital, comprovando seu cadastro, conforme exige a alínea "a" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, bem como o documento exigido na alínea "h" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, comprovante de protocolo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou CAS/DF. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
5. Processo nº 71000.010487/2018-14
Sociedade Bíblica do Brasil
Cidade/UF: Barueri/SP
CNPJ: 33.579.376/0001-51
Pessoa Designada: Emilene Oliveira Araújo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No pedido de recurso, a requerente apresentou o comprovante de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS ou documento, físico ou digital, que comprove seu cadastro, conforme exige a alínea "a" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
6. Processo nº 71000.010769/2018-11
Congregação de São João Batista
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 17.257.510/0001-41
Pessoa Designada: Iara da Costa Nogueira Reis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No pedido de recurso a requerente apresentou corretamente o comprovante de protocolo junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou CAS/DF, exigido na alínea "h" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
7. Processo nº 71000.011587/2018-68
Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 38.894.796/0001-46
Pessoa Designada: Daniel Calderaro do Amaral
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No pedido de recurso a requerente apresentou relatório que comprova sua atuação em âmbito nacional. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
b) Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS:
1. Processo nº 71000.011485/2018-42
Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 56.566.235/0001-08
Pessoa Designada: Vânia Maria Machado
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou a cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme exige a alínea "e" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2. Processo nº 71000.009882/2018-54
UGT - União Geral dos Trabalhadores
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.067.053/0001-02
Pessoa Designada: Cleonice Caetano Souza
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou o documento exigido na alínea "c" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, relatório de atividades assinado pelo representante da entidade. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
3. Processo nº 71000.010521/2018-51
Conselho Federal de Psicologia
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 00.393.272/0001-07
Pessoa Designada: Célia Zenaide da Silva
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: Com base no inciso II do art. 17 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), onde explicita que deve ser escolhido o representante da entidade ou organização em fórum próprio e não pessoa jurídica, e também conforme citado em análise do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 024.821/2008-5. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
4. Processo nº 71000.010813/2018-93
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 33.205.451/0001-14
Pessoa Designada: Josenir Teixeira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou correntamente o documento exigido na alínea "c" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. A requerente apresentou relatório com assinatura do representante legal. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
5. Processo nº 71000.011146/2018-66
Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas -FENATIBREF
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 06.941.957/0001-19
Pessoa Designada: Sandra Regina Ferreira Barbosa
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: Com base no art. 17 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), inciso II, onde explicita que deve ser escolhido o representante da entidade ou organização em fórum próprio e não pessoa jurídica, conforme também citado em análise do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 024.821/2008-5. Desta forma a Subcomissão de Recurso RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
6. Processo nº 71000.012488/2018-01
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.328.728/0001-11
Pessoa Designada:
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No exame da Subcomissão de Habilitação verificou que a requerente havia ingressado com pedido intempestivamente, contrariando o § 8º do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. Retorna agora, apresentando comprovante dos Correios, onde prova que a documentação foi postada em tempo hábil. Neste sentido a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação, em Grau de Recursos.
7. Processo nº 71000.011469/2018-50
Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
Cidade/UF: Recife/PE
CNPJ: 35.329.614/0001-04
Pessoa Designada: Ana Lúcia Soares
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou corretamente o documento exigido na alínea "c" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, relatório de atividades dos dois últimos exercícios, bem como a cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme exige o na alínea "e" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017 e, o documento exigido na alínea "h" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, ou seja, documento oficial com foto da pessoa física do candidato. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
8. Processo nº 71000.011496/2018-22
Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.259.380/0001-05
Pessoa Designada: Margareth Alves Dallaruvera
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: A requerente apresentou corretamente o documento exigido na alínea "b" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, a assinatura, do representante legal da entidade ou organização, na declaração de funcionamento, bem como o documento exigido na alínea "c" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, relatório assinado pelo representante da entidade. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
9 Processo nº 71000.010760/2018-19
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO
Cidade/UF: Brasilia/DF
CNPJ: 00.487.140/0001-36
Pessoa Designada: Márcia de Souza Rodrigues
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente comprovou ter sido criado por Lei, não havendo a necessidade de registro em cartório, uma vez que os atos são publicados no Diário Oficial da União, bem como apresentou o formulário de designação da pessoa física a ser eleita, exigido na alínea "g" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017 e, a indicação de seu suplente, conforme Anexo IV desta Resolução, além da cópia de documento oficial com foto da pessoa física a ser eleita e de seu suplente, conforme exige a alínea "h" do inciso II do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
c) Organizações de usuários:
1. Processo nº 71000.010503/2018-79
Instituto Nacional Afro Origem - INAO
Cidade/UF: Vitória/ES
CNPJ: 21.559.183/0001-50
Pessoa Designada: Simone Nunes de Santana
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de usuários
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou a cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, conforme exige o inciso V do § 2º do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, bem como apresentou o documento exigido no inciso VII do § 2º do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, ou seja, a cópia do documento oficial com foto da pessoa física do suplente. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2. Processo nº 71000.011604/2018-67
REDTRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil
Cidade/UF: Aracaju/SE
CNPJ: 11.642.123/0001-42
Pessoa Designada: Tathiane Aquino de Araujo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de usuários
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou corretamente o documento exigido no inciso III do § 2º do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017, ou seja, a assinatura do representante legal, no relatório de atividades. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
d) Representante dos Usuários:
1. Processo nº 71000.011685/2018-03
Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã - CCIAO
Cidade/UF: João Pessoa/PB
CNPJ: 10.773.447/0001-57
Pessoa Designada: Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca)
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente, declarada como representantes de usuários e organizações de usuários da assistência social, comprovou desenvolver suas atividades em pelo menos dois estados ou em um estado e no Distrito Federal, conforme determina o inciso II do § 6º do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2) ELEITORAS:
a) Entidades e organizações de assistência:
1. Processo nº 71000.007072/2018-63
Inspetoria São João Bosco
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 33.583.592/0001-70
Pessoa Designada: Carlos Nambu
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente apresentou o comprovante de cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS ou documento físico ou digital que comprove a solicitação de inclusão neste Cadastro, conforme exige a alínea "a" do inciso I do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, bem como a cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório, conforme exige a alínea "d" do inciso I do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2. Processo nº 71000.011646/2018-06
Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 34.117.192/0001-32
Pessoa Designada: Cyrino Mantovani Júnior
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: A entidade Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços encaminhou Ofício 018/2018, que dispõe sobre o recurso da Subcomissão de Habilitação. Nele consta para considerar o requerimento de habilitação na condição de eleitora no segmento de entidades. Após analise do processo verificou-se que a entidade entregou todos os documentos solicitados conforme alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" do inciso I do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017 e que a caracterizam como entidade e organização de assistência social, conforme inciso I do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. Neste sentido, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Habilitação em Grau de Recurso.
3. Processo nº 71000.009526/2018-31
Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 33.544.370/0001-49
Pessoa Designada: Tatiane Almeida Silva de Sant'Ana
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No requerimento a requerente comprovou desenvolver suas atividades há no mínimo dois anos em pelo menos dois estados ou em um estado e no Distrito Federal, conforme determina o inciso I do § 6º do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
d) Representantes dos Usuários:
1. Processo nº 71000.011612/2018-11
Coletivo Interestadual de Idosos/as do SUAS - IDOSOSUAS
Cidade/UF: Campo Grande/MS
Pessoa Designada: Maria Aparecida da Silva Borges
Condição: Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários
Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso
Motivo: No recurso a requerente atendeu a alínea "a" do inciso III do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, apresentou corretamente o documento com a indicação de seu representante para participação na Assembléia de Eleição do CNAS. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.
2. Processo nº 71000.011745/2018-80
Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Ocidental
Cidade/UF: Manaus/AM
Pessoa Designada: Dibson Flores Eastos
Condição: Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: Pela habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente apresentou corretamente o documento exigido na alínea "a" do inciso III do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, ou seja, a indicação de seu representante para participação na Assembléia de Eleição no CNAS, comprovando sua vinculação com este grupo, movimento ou fórum conforme anexo II da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

II - PELA NÃO HABILITAÇÃO EM GRAU DE RECURSO

1) CANDIDATA/ELEITORA

a) Entidades e organizações de assistência:

1. Processo nº 71000.011159/2018-35

Núcleo de Amparo Social Tomás de Aquino - Abrigo Moacyr Alves

Cidade/UF: Manaus/AM

CNPJ: 22.812.325/0001-01

Pessoa Designada: Francisco de Assis Baima Rabelo

Condição: Candidata/Eleitora

Segmento: Entidade

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente limitou a informar que possui e atende os requesitos. Não apresentou documentos ou comprovantes dos mesmos. Requerente, declarada como entidades ou organizações de assistência social, não comprovou desenvolver suas atividades há no mínimo dois anos em pelo menos dois estados ou em um estado e no Distrito Federal, conforme determina o inciso I do § 6º do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017; Não apresentou cópia do documento de inscrição em pelo menos dois conselhos de assistência social de dois estados ou em um estado e no Distrito Federal, conforme exige a alínea "b" do inciso I do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Não Habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

b) Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS:

1. Processo nº 71000.015750/2018-61

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 60.563.731/0001-77

Pessoa Designada: Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria

Condição: Candidata/Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: Negar o pedido de habilitação, em Grau de Recurso, uma vez que a requerente ingressou com pedido intempestivamente. A interessada protocolou seu pedido de habilitação 30 (trinta) dias após o prazo legal para requerer sua participação no processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020. Vale lembrar que todos os instrumentos, regras, critérios e prazos foram devidamente publicados no Diário Oficial da União e amplamente divulgados no Site e Blog do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

c) Organizações de usuários:

1. Processo nº 71000.013108/2018-48

Associação CEDRO- Centro de Estudos e Discussões Romani

Cidade/UF:

CNPJ: 08.505.391/0001-80

Pessoa Designada: Maura Ney Piemonte

Condição: Candidata/Eleitora

Segmento: Usuário (Org)

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente não apresentou corretamente a cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório, conforme exige o inciso I do § 2º do art. 7º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

d) Representante dos Usuários:

1. Processo nº 71000.012017/2018-95

Movimento Nacional da População de Rua

Cidade/UF: Salvador/BA

CNPJ:

Pessoa Designada: Rosangela Candido Nascimento

Condição: Candidata/Eleitora

Segmento: Usuário (Rep)

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: A requerente não comprova ter ingressado com pedido em tempo hábil, conforme previsto no § 8º do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Não Habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

2) ELEITORA

a) Entidades e organizações de assistência:

1. Processo nº 71000.011504/2018-31

Fundação Projeto Pescar

Cidade/UF: Porto Alegre/RS

CNPJ: 00.932.411/0001-15

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Entidade

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: Não habilitado, em Grau de Recurso, por não atender o §4º do Artigo 2º da Resolução CNAS n.º 20/2017, Os membros da Comissão Eleitoral, na qualidade de pessoa física ou jurídica, ficam impedidos de concorrer ao pleito. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela Não Habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

2. Processo nº 71000.010755/2018-06

Fundação Fé e Alegria do Brasil

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 46.250.411/0001-36

Pessoa Designada: Jefferson Rodrigues de Sá

Condição: Eleitora

Segmento: Entidade

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: Não habilitado, em Grau de Recurso, por não atender o §4º do Artigo 2º da Resolução CNAS n.º 20/2017, Os membros da Comissão Eleitoral, na qualidade de pessoa física ou jurídica, ficam impedidos de concorrer ao pleito. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

b) Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS:

1. Processo nº 71000.010496/2018-13

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT

Cidade/UF: Brasilia/DF

CNPJ: 42.101.808/0001-05

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente não comprovou enquadrar no inciso III do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. A requerente, declarada na petição como entidade e organização que representam trabalhadores do SUAS, não comprovou atender os critérios fixados nos incisos I a VI do art. 2º da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015, que regula entendimento a cerca dos trabalhadores do SUAS. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

2. Processo nº 71000.010519/2018-81

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura - CNTEEC

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 33.857.913/0001-88

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente não comprovou enquadrar no inciso III do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. A requerente, declarada na petição como entidade e organização que representam trabalhadores do SUAS, não comprovou atender os critérios fixados nos incisos I a VI do art. 2º da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015, que regula entendimento acerca dos trabalhadores do SUAS. Assim sendo, a Subcomissão de Recursos RESOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

3. Processo nº 71000.010464/2018-18

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 33.746.256/0001-00

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela não habilitação em Grau de Recurso

Motivo: No recurso a requerente não comprovou enquadrar-se no inciso III do art. 6º da Resolução CNAS nº 20/2017. A requerente, declarada na petição como entidade e organização que representam trabalhadores do SUAS, não comprovou atender os critérios fixados nos incisos I a VI do art. 2º da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015, que regula entendimento a cerca dos trabalhadores do SUAS; A Entidade apresentou a Ata conforme exibe a alínea "a" do inciso II do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017. Assim sendo a Subcomissão de Recursos REVOLVE pela não habilitação do pedido, em Grau de Recurso.

III - Pela DESABILITAÇÃO, EM GRAU DE RECURSO, como base no § 3º do art. 11, da Resolução CNAS nº 20, de 12 de dezembro de 2017. As entidades e/ou organizações relacionadas neste item, tem o prazo de 5 a 10 de abril de 2018 para apresentação do pedido de RECONSIDERAÇÃO, conforme prevê o § 4º do art. 11 da Resolução CNAS nº 20, de 12 de dezembro de 2017.

1. Processo nº 71000.010516/2018-48

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CNTA

Cidade/UF: Brasilia/DF

CNPJ: 60.904.067/0001-82

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela desabilitação, em Grau de Recurso

Motivo: A Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, com sede em Recife/PE, CNPJ: 035.329.614-04, Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, com sede no Rio de Janiero/Rj, CNPJ nº 05.259.380/0001-05, Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, com sede em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 56.566.235/0001-08, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT, São Paulo/SP, CNPJ nº 03.990.382/0001-36, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS/CUT, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 04.981.307/0001-71 e, Conselho Federal de Psicologia, com sede em Brasília/DF, CNPJ nº 00.393.272/0001-07 ingressaram com RECURSO CONTRA DECISÃO da Subcomissão de Habilitação que aprovou o pedido da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - CNTA, com sede em Brasília/DF, por entenderem que a requerente não se enquadra nos requisitos previstos para participar do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020. Após reexame dos estatutos, verificou que a mesma não se enquadra na Resolução CNAS nº 17/2011 que ratificou a definição das categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistencias e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social, Resolução CNAS nº 9/2014 que Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, na Resolução CNAS nº 6/2015 que regulamentou o entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Após análise dos pedidos de Recursos contra a habilitação e análise dos processos com base inciso II do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, a Subcomissão de Recursos RESOLVE desabilitar a entidade.

2. Processo nº 71000.010493/2018-71

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário - CONTRICOM

Cidade/UF: Brasilia/DF

CNPJ: 11.561.902/0001-13

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela desabilitação, em Grau de Recurso

Motivo: A Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, com sede em Recife/PE, CNPJ: 035.329.614-04, Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, com sede no Rio de Janiero/Rj, CNPJ nº 05.259.380/0001-05, Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, com sede em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 56.566.235/0001-08, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT, São Paulo/SP, CNPJ nº 03.990.382/0001-36, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS/CUT, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 04.981.307/0001-71 e, Conselho Federal de Psicologia, com sede em Brasília/DF, CNPJ nº 00.393.272/0001-07 ingressaram com RECURSO CONTRA DECISÃO da Subcomissão de Habilitação que aprovou o pedido da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - CNTA, com sede em Brasília/DF, por entenderem que a requerente não se enquadra nos requisitos previstos para participar do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020. Após reexame dos estatutos, verificou que a mesma não se enquadra na Resolução CNAS nº 17/2011 que ratificou a definição das categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistencias e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social, Resolução CNAS nº 9/2014 que Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, na Resolução CNAS nº 6/2015 que regulamentou o entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Após análise dos pedidos de Recursos contra a habilitação e análise dos processos com base inciso II do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, a Subcomissão de Recursos RESOLVE desabilitar a entidade.

3. Processo nº 71000.011030/2018-27

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 03.656.998/0001-75

Pessoa Designada:

Condição: Eleitora

Segmento: Trabalhador

Decisão: Pela desabilitação, em Grau de Recurso

Motivo: A Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, com sede em Recife/PE, CNPJ: 035.329.614-04, Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS, com sede no Rio de Janiero/Rj, CNPJ nº 05.259.380/0001-05, Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, com sede em Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 56.566.235/0001-08, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT, São Paulo/SP, CNPJ nº 03.990.382/0001-36, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS/CUT, com sede em São Paulo/SP, CNPJ nº 04.981.307/0001-71 e, Conselho Federal de Psicologia, com sede em Brasília/DF, CNPJ nº 00.393.272/0001-07 ingressaram com RECURSO CONTRA DECISÃO da Subcomissão de Habilitação que aprovou o pedido da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - CNTA, com sede em Brasília/DF, por entenderem que a requerente não se enquadra nos requisitos previstos para participar do processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil no CNAS - Gestão 2018/2020. Após reexame dos estatutos, verificou que a mesma não se enquadra na Resolução CNAS nº 17/2011 que ratificou a definição das categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistencias e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social, Resolução CNAS nº 9/2014 que Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, na Resolução CNAS nº 6/2015 que regulamentou o entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Após análise dos pedidos de Recursos contra a habilitação e análise dos processos com base inciso II do art. 8º da Resolução CNAS nº 20/2017, a Subcomissão de Recursos RESOLVE desabilitar a entidade.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 640, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Altera a Resolução nº 185/PRES/INSS, de 15 de março de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica alterada a Resolução nº 185/PRES/INSS, de 15 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 53, de 16 de março de 2012, Seção 1, pág. 168, incluindo-se o inciso I ao art. 2º, e renumerando-se os demais:

"Art. 2º .....

I - para benefícios com renda mensal de até dois salários mínimos e idade do titular a contar de 70 (setenta) anos, o percentual de desconto será de 10% (dez por cento);

II - para benefícios com renda mensal de até seis salários mínimos e idade do titular menor do que 21 (vinte e um) anos e a contar de 53 (cinquenta e três) anos, o percentual de desconto será de 20% (vinte por cento);

III - para benefícios com renda mensal de até seis salários mínimos e idade do titular igual ou maior que 21 (vinte e um) anos e inferior a 53 (cinquenta e três) anos, o percentual de desconto será de 25% (vinte e cinco por cento); e

IV - para benefícios cuja renda mensal seja acima de seis salários mínimos, o percentual de desconto será de 30% (trinta por cento), independente da idade do titular do benefício." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

PORTARIA Nº 45, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Delega competência ao Diretor de Atendimento para gestão da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando:

a. a necessidade de unificação da cadeia decisória das atividades complementares de Atendimento e Tecnologia da Informação e Comunicações, em virtude, principalmente, da implementação do novo modelo de negócio do Instituto; e

b. a previsão contida no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a possibilidade de delegação de parte da competência em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, combinada com o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 9.104, de 2017, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Diretor de Atendimento competência para o planejamento, a gestão e a avaliação das atividades relativas à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - CGTIC, previstas no art. 8º do Anexo I do Decreto nº 9.104, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DESPACHOS

CGLCO/Nº 76, de 3/04/2018. PROCESSO Nº 35000.001513/2017-79. INTERESSADO: Antônio Augusto Polonio Medeiros Craveiro. ASSUNTO: Participação de servidor deste Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para participar, com ônus, dos Cursos de Máster 2018, promovido pela Organizacón Ibero Americana de La Seguridade Social - OISS, desenvolvido na modalidade mista, fase a distância, via web e fase presencial, na Cidade de Madrid - Espanha. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do artigo 25, da Lei nº 8.666/93. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 02 DECISÃO: 1. Considerando o contido nos autos, estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor, e com base nas atribuições fixadas no artigo conforme disposto no Artigo 105, Inciso VII, Alínea "b", do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PORTARIA/MDS nº 414, de 28/09/2017, e com base na PT/INSS nº 694, publicada no DOU de 11/06/2012, APROVO a Inexigibilidade de Licitação no Valor Global de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor da OISS - Organizacion Ibero Americana de Seguridade Social , CNPJ.: Não Tem. 2. Publique-se no DOU. 3. Encaminhe-se à Coordenação Geral de Desenvolvimento de Carreiras e Educação (01.700.3) para autorizar a despesa.

GUSTAVO JOSÉ FERREIRA DE FREITAS
Coordenador - Geral de Licitações e Contratos
Substituto

Ratifico o ato acima, com base nas atribuições a mim conferidas nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRÃO
Diretora de Orçamento Finanças e
Logística/Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 67, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ADJUNTO, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 61/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.024692/2017-86, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.024692/2017-86.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 185/2017, art. 1º, item 29, de 31/10/2017, publicada no DOU de 06/11/2017, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo O Caminho, CNPJ: 29.792.157/0001-89, Carmo/RJ, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 185/2017, art. 1º, item 29, de 31/10/2017, DOU de 06/11/2017.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES

RETIFICAÇÕES

Na Portaria SNAS/MDS nº 81/2015 art. 1º, item 78, publicada no DOU de 30/07/2015, Seção I, página 101, processo 71000.069643/2011-87, CNPJ 81.531.808/0001-05. Onde se lê: "SOCIEDADE BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE AZAMBUJA". Leia-se "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE AZAMBUJA".

Na Portaria SNAS/MDS nº 84/2017 art. 2º, item 6, publicada no DOU de 01/06/2017, Seção I, página 45, da entidade ASSOCIAÇÃO CIVIL NOSSA SENHORA DO CARMO, CNPJ 19.323.013/0001-20, processo 71000.129186/2014-30. Onde se lê: "JUIZ DE FORA/MG". Leia-se "BETIM/MG".

Na Portaria SNAS/MDS nº 60/2018, publicada no DOU de 27/03/2018, Seção I, página 71, da entidade CASA DO POBRE PADRE CRISTÓVÃO DE ALMEIDA MACHADO, CNPJ 29.792.157/0001-89, processo 71000.038135/2017-42. Onde se lê: "Parecer de Recurso nº 1233/2016/CGCEB/DRSP/ SNAS/MDSA, exarado nos autos do Processo nº 71000.034651/2011-11". Leia-se "Parecer de Recurso nº 52/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.038135/2017-42".

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 115, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta o procedimento de verificação, pelo Ministério do Esporte, do cumprimento das exigências previstas nos art. 18, art.18-A, art. 22, art. 23 e art. 24 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e do art. 19 do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 18 e §2º do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998 e parágrafo único, do art. 19 do Decreto nº 7.984, de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta procedimento de verificação, pelo Ministério do Esporte, do cumprimento das exigências previstas nos art. 18, art. 18-A, art. 22, art. 23 e art. 24 da Lei nº 9.615, de 1998 e no Decreto nº 7.984, de 2013 pelas entidades do Sistema Nacional do Desporto.

Parágrafo único. Serão consideradas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, além das listadas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto de rendimento, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva.

CAPÍTULO I

DAS REGRAS GERAIS DE VERIFICAÇÃO

Art. 2º O procedimento de verificação será exigido das entidades do Sistema Nacional do Desporto, previstas no parágrafo único, do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, que recebem:

I - recursos decorrente de renúncia fiscal com base na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006;

II - recursos que integram o Orçamento Geral da União; e

III - recursos públicos destinados ao Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e Comitê Olímpico do Brasil - COB, conforme disposto no art. 9º e art. 56, §1º e §10, da Lei nº 9.615, de 1998.

§ 1º O procedimento de verificação de que trata esta portaria não será exigido quando as entidades do Sistema Nacional do Desporto apoiarem as manifestações desportivas previstas no art. 3º, incisos I e II da Lei nº 9.615, de 1998.

§ 2º A previsão contida no §1º não se aplica à Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE e a Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU, para efeito dos recursos previstos no art. 56, §2º, da Lei nº 9.615, de 1998.

§ 3º A exigência da certificação ocorrerá previamente:

I - à aprovação do projeto pela Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte;

II - à celebração de ajuste a que se destinam recursos do Orçamento Geral da União;

III - à transferência de recursos de que trata o art. 9º e art. 56, §1º e §10, da Lei nº 9.615, de 1998; e

IV - à descentralização pelos comitês de recursos oriundos da Lei nº 9.615, de 1998 citados no inciso III do art. 2º.

Art. 3° O processo de verificação das entidades do Sistema Nacional do Deporto considerará as especificidades inerentes à natureza e ao funcionamento das pessoas jurídicas de direito privado regidas pelas normas do Código Civil e será realizado mediante análise dos seguintes requisitos:

I - comprovação de viabilidade e de autonomia financeiras;

II - atendimento aos demais requisitos estabelecidos em lei;

III - regularidade de obrigações fiscais e trabalhistas;

IV - demonstração de compatibilidade entre as ações desenvolvidas com o Plano Nacional do Desporto;

V - comprovação de que o presidente ou dirigente máximo tenham o mandato de até quatro anos, permitida uma única recondução por igual período;

VI - atendimento às disposições previstas nas alíneas "b" a "e" do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997:

a) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

b) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

c) conservar, em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

d) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

VII - destinação integral dos resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;

IX - garantia da representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

X - existência e autonomia do seu Conselho Fiscal;

XI - previsão em estatuto social de:

a) princípios definidores de gestão democrática;

b) instrumentos de controle social;

c) transparência da gestão da movimentação de recursos;

d) fiscalização interna;

e) alternância no exercício dos cargos de direção;

f) aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção, precedida por parecer do Conselho Fiscal;

g) participação de atletas nos colegiados de direção; e

h) participação de atletas na eleição para os cargos da entidade.

XII - garantia a todos os associados e filiados de acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta;

XIII - processo eleitoral conforme disposto no art. 22 da Lei nº 9.615, de 1998, e que assegure:

a) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

b) defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

c) eleição convocada mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes;

d) sistema de recolhimento dos votos imune a fraude; e

e) acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

XIV - assegurar que as prestações de contas anuais serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos Conselhos Fiscais às respectivas Assembleias-Gerais para a aprovação final.

§1º As exigências dos incisos V a XII se aplicam somente às entidades sem fins lucrativos que integram o Sistema Nacional do Desporto.

§2º Considera-se entidade sem fins lucrativos aquela que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, conforme disposto no §3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

§3º Os estatutos ou contratos sociais das entidades de administração do desporto, nos termos do art. 23 da Lei nº 9.615, de 1998, deverão regulamentar obrigatoriamente, no mínimo:

I - instituição do Tribunal de Justiça Desportiva;

II - inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas; e

f) falidos.

III - a garantia de representação, com direito a voto, da categoria de atletas e entidades de prática esportiva das respectivas modalidades, no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições.

§4º As entidades de prática esportiva estarão dispensadas do cumprimento do previsto nos incisos VIII, IX e na alínea "h" do inciso XI, conforme disposto no §1º, incisos I, II e III, do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998.

§5º Equipara-se a Conselho de Direção a Assembleia-Geral ou Conselho Deliberativo para efeito do cumprimento do previsto na alínea f do inciso XI, a depender das disposições estatutárias a serem verificadas em cada caso concreto.

§6º Equipara-se a Assembleia-Geral o Conselho Deliberativo para efeito do cumprimento previsto no inciso XIV, a depender das disposições estatutárias a serem verificadas em cada caso concreto.

§7º A exigência contida no §3º, inciso I, não se aplica ao Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e Comitê Olímpico do Brasil - COB

CAPÍTULO II

DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS

Seção I

Da autonomia e viabilidade financeira

Art. 4º Para efeito da comprovação de que trata o art. 3º, inciso I, será exigido:

I - índice de gastos administrativos inferior a um referente ao último exercício encerrado, composto pela divisão das despesas administrativas sobre a receita total; e

II - definição de meta para obtenção de índice de liquidez corrente maior ou igual a um referente ao último exercício encerrado, calculado pela divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante.

§1º Para fins de comprovação dos índices, a entidade deverá apresentar: balanço patrimonial, demonstrativo de resultado de exercício e demonstrativo de fluxo de caixa, referentes ao último exercício encerrado.

§2º A documentação de que trata o §1º deverá ser subscrita pelo Presidente ou dirigente máximo e por contador legalmente habilitado, e deve ser previamente aprovada pelo Conselho Fiscal da entidade.

§3º A documentação de que trata o §1º deverá contemplar em seus resultados o correto registro contábil da receita e despesas decorrentes dos contratos com cláusula de confidencialidade, se houver.

§4º As entidades poderão orientar-se pelo Manual de Contabilidade para Entidades Esportivas, disponível no sítio eletrônico do Ministério do Esporte.

Seção II

Do atendimento aos demais requisitos estabelecidos em Lei

Art. 5º Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso II o Ministério do Esporte poderá verificar o cumprimento de outras exigências previstas em lei para o recebimento de recursos públicos pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto.

Seção III

Das obrigações fiscais e trabalhistas

Art. 6º Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso III, deverão ser apresentadas:

I - Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;

II - Certidão Negativa de Débito;

III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo único. O Ministério do Esporte também verificará a regularidade de que trata o caput junto ao Poder Executivo Federal mediante consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal.

Seção IV

Da demonstração de compatibilidade com o Plano Nacional do Desporto

Art.7º Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso IV, as entidades deverão apresentar relatório ou documento equivalente que comprove que as ações desenvolvidas para a melhoria das respectivas modalidades desportivas estão compatíveis com as diretrizes, metas e ações do Plano Nacional do Desporto, quando da sua entrada em vigor.

Seção V

Da demonstração de que o presidente ou dirigente máximo tenham o mandato de até quatro anos, permitida uma única recondução

Art. 8º Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso V:

I - o estatuto deverá conter dispositivo que explicite a alternância no exercício dos cargos de presidente ou dirigente máximo a no máximo quatro anos, permitida uma única recondução; e

II - a entidade deverá encaminhar as duas últimas atas das Assembleias Gerais para eleição e posse dos cargos de presidente ou dirigente máximo.

Parágrafo único. É vedada a eleição do cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção do presidente ou dirigente máximo da entidade, na eleição que o suceder, conforme disposto no §3º, inciso II, do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998.

Seção VI

Do atendimento às disposições previstas nas alíneas "b" a "e" do § 2º, do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997

Art. 9º Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso VI, a entidade deverá:

I - apresentar declaração da aplicação integral de seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

II - apresentar declaração de manter a escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão, de acordo com a legislação e normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

III - apresentar declaração de conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

IV - apresentar cópia da Declaração de Rendimentos enviada à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. Os modelos de declaração de que tratam os incisos I, II e III serão disponibilizados pela Coordenação-Geral de Gestão de Convênios no sítio eletrônico do Ministério do Esporte.

Seção VII

Da destinação integral dos resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais

Art. 10. Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso VII, o estatuto deverá conter dispositivo que trate sobre a aplicação integral de seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Seção VIII

Da transparência

Art. 11. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso VIII, compete à entidade disponibilizar e manter em seu sítio eletrônico, no mínimo, as seguintes informações e documentações comprobatórias:

I - publicação anual de informações sobre as ações relacionadas ao recebimento e destinação de recursos públicos com a indicação dos respectivos instrumentos de formalização dos acordos, seu respectivo valor, prazo de vigência, nome da pessoa física ou jurídica contratada;

II - publicação anual de relatórios de gestão e de execução orçamentária;

III - publicação anual de balanços financeiros;

IV - registro atualizado das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

V - informações sobre remunerações recebidas por ocupante de cargo, posto, graduação, função, incluindo auxílios, ajuda de custo diárias, além de quaisquer outras vantagens pecuniárias, inclusive indenizatórias, oriundas de verbas públicas;

VI - informações concernentes a procedimentos prévios à contratação, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como instrumentos contratuais ou congêneres celebrados; e

VII - seção contendo respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.

§1º Os dados econômicos e financeiros deverão considerar recursos de contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros relacionados à gestão da entidade.

§2º Toda e qualquer entidade esportiva estará dispensada do cumprimento do previsto neste artigo quanto aos contratos comerciais celebrados com cláusula de confidencialidade.

Art. 12. Para efeito do cumprimento previsto nesta Portaria considera-se sítio eletrônico página de domínio próprio da entidade criada na internet ou de redes sociais de amplo conhecimento e de livre acesso.

§1º O sítio eletrônico de que trata o caput deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a exportação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - garantir a autenticidade, a integridade e a atualização das informações disponíveis;

V - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade; e

VI - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

§2º A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios disponibilizará no sítio eletrônico do Ministério do Esporte orientação técnica específica quanto aos relatórios referidos no inciso II do parágrafo 1º.

Seção IX

Da participação de atletas

Subseção I

Da representação de atletas no âmbito de órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições

Art. 13. Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso IX, o estatuto deverá conter dispositivo que garanta a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito de órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições.

§1º A representação de que trata o caput deverá ser escolhida mediante voto de atletas, em eleição direta, organizada pela entidade de administração do desporto, em conjunto com as entidades que os representem, conforme disposto no art. 23, inciso III e §2º da Lei nº 9.615, de 1998.

§2º As entidades de prática esportiva estarão dispensadas do cumprimento do previsto no caput, conforme disposto no §1º, inciso I, do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998.

Subseção II

Da participação de atletas nos colegiados de direção da entidade

Art. 14. Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso XI, alínea "g", a participação de atletas de que trata o inciso VII do art. 19 deverá ocorrer nos colegiados de direção da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos.

§1º A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios disponibilizará no sítio eletrônico do Ministério do Esporte modelo de formulário para que a entidade informe quais colegiados de direção em que os atletas são integrantes, bem como o nome e a qualificação pessoal e esportiva dos atletas, para efeito da comprovação referida no caput.

§2º Deverá ser assegurada a participação de atletas na Comissão de Seleção referida no inciso X do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, caso a entidade do Sistema Nacional do Desporto esteja submetida a esta Lei e realize descentralização de recursos por meio de Edital de Chamamento Público.

Subseção III

Da participação de atletas na eleição para cargos da entidade

Art. 15. Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso XI, alínea "h", o estatuto da entidade deverá garantir a participação de atletas equivalente a no mínimo um terço do número de entidades de administração filiadas.

§1º Na hipótese de a entidade não possuir atletas filiados será admitida a participação de atletas filiados a outras entidades do desporto, desde que também filiadas.

§2º Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor, conforme disposto no §1º, do art. 22 da Lei nº 9.615, de 1998.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§3º As entidades de prática esportiva estarão dispensadas do cumprimento do previsto no caput, conforme disposto no §1º, inciso II, do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 16. Os estatutos não poderão impedir a candidatura de atletas aos cargos eletivos.

Parágrafo único. A criação de critérios para candidatura de atletas não configura o impedimento do qual o caput trata.

Seção X

Do Conselho Fiscal

Art. 17. Para efeito de atendimento do art. 3º, inciso X, deverá constar em estatuto dispositivo que disponha sobre a existência e autonomia do Conselho Fiscal, que deverá ser garantida por meio dos seguintes requisitos mínimos:

I - a escolha dos membros do Conselho Fiscal por meio de voto;

II - exercício de mandato, do qual só possam ser destituídos nas condições estabelecidas previamente ao seu início, e desde que determinada por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização;

III - a existência de regimento interno que regule o funcionamento; e

IV - a vedação da composição por membros de cargos de direção.

Parágrafo único. É vedado aos administradores e membros de Conselho Fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto, conforme disposto no art. 90 da Lei nº 9.615, de 1998.

Seção XI

Do estatuto social

Art. 18. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XI, deverão constar no estatuto social da entidade:

I - princípios definidores de gestão democrática;

II - instrumentos de controle social;

III - instrumentos de transparência ativa na gestão da movimentação de recursos;

IV - previsão de mecanismos de fiscalização interna;

V - previsão da alternância no exercício dos cargos de direção;

VI - a previsão de aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção, precedida por parecer do conselho fiscal, devendo ser apresentadas as atas de aprovação das contas, referentes ao exercício anterior, pelo conselho de direção e os pareceres do conselho fiscal;

VII - a previsão da participação de atletas nos colegiados de direção da entidade; e

VIII - a previsão da participação de atletas no processo eleitoral da entidade.

§1º Considera-se princípios definidores de gestão democrática, para efeito do inciso I, aqueles que visam garantir processos coletivos de atuação, tais como participação, descentralização, transparência, dentre outros.

§2º Considera-se instrumento de controle social, para efeito do inciso II, a criação de ouvidoria, ou órgão equivalente, encarregado de receber, processar e responder as solicitações relacionadas à entidade.

§3º Para efeito da comprovação da regularidade de que trata o inciso III considera-se o disposto nos art. 11 e art. 12.

§4º Para efeito do inciso IV considera-se mecanismos de fiscalização interna a existência de Conselho Fiscal conforme disposto no art. 17 ou órgão equivalente, encarregado de examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoas e demais atos administrativos operacionais.

§5º Para efeito da comprovação da regularidade de que trata o inciso V considera-se o disposto nos art. 8º e art. 23.

§6º Para efeito da comprovação da regularidade de que trata o inciso VI considera-se o disposto nos art. 4º, §2º , art. 19, §2º e art. 25, inciso II.

§7º Equipara-se a Conselho de Direção a Assembleia-Geral ou Conselho Deliberativo para efeito do cumprimento no inciso VI, a depender das disposições estatutárias a serem verificadas em cada caso concreto.

§8º Para efeito da comprovação da regularidade de que trata o inciso VII considera-se o disposto no art. 14.

§9º Para efeito da comprovação da regularidade de que trata o inciso VII considera-se o disposto nos art. 15 e art. 16.

§10º As entidades de prática esportiva estarão dispensadas do cumprimento do previsto no inciso VIII, conforme disposto no §1º, inciso II, do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998.

Seção XII

Da garantia a todos os associados e filiados ao acesso irrestrito aos documentos e informações das entidades do Sistema Nacional do Desporto

Art. 19. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XII, as entidades do Sistema Nacional do Desporto deverão possuir em estatuto ou em norma de organização interna divulgada no sítio eletrônico da entidade na internet, a previsão de acesso irrestrito de todos os associados e filiados aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão.

§1º Os documentos e as informações citadas no caput deverão ser publicadas na íntegra no sítio eletrônico da entidade, conforme disposto no art. 11 e art. 12.

§2º As entidades esportivas estarão dispensadas do cumprimento do previsto no caput quanto aos contratos comerciais celebrados com cláusula de confidencialidade, ressalvadas, neste caso, a competência de fiscalização do Conselho Fiscal e a obrigação do correto registro contábil de receita e despesa deles decorrente.

Seção XIII

Do processo eleitoral

Art. 20. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XIII, alíneas "a", "b" e "e", os editais dos processos eleitorais da entidade deverão:

I - prever colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

II - garantir defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição; e

III - definir mecanismos de acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

§1º Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos nos processos eletivos, não poderá ser excedida à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor, conforme disposto no §1º, do art. 22 da Lei nº 9.615, de 1998.

§2º Equipara-se a filiados os associados para efeito do cumprimento do previsto no inciso I, a depender das disposições estatutárias a serem verificadas em cada caso concreto.

Art. 21. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XIII, alínea "c", a entidade deverá encaminhar, no mínimo, três comprovantes de publicação do edital com a regras aplicáveis ao processo eleitoral em órgão de imprensa de ampla circulação em mídia digital ou impressa.

Art. 22. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XIII, alínea "d", a entidade deverá comprovar a existência de sistema de recolhimento dos votos seguro e imune a fraude por meio de relatório técnico ou documento equivalente.

Art. 23. O processo de elegibilidade dos cargos de direção deverá ter concorrência de, no mínimo, duas candidaturas, podendo ser admitida candidatura única se comprovada ampla divulgação da eleição e ausência de interessados.

Art. 24. O colégio eleitoral das entidades nacionais de administração do desporto será integrado, no mínimo, pelos representantes das agremiações participantes da primeira e segunda divisões do campeonato de âmbito nacional, quando houver.

§1º O estatuto da entidade deverá definir critérios que garantam a participação de agremiações equivalente a, no mínimo, um terço do número de entidades de administração filiadas.

§2º Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor, conforme disposto no §1º, do art. 22 da Lei nº 9.615, de 1998.

§3º A previsão contida no caput não se aplica ao Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e Comitê Olímpico do Brasil - COB.

Seção XIV

Das prestações de contas

Art. 25. Para efeito da comprovação de regularidade de que trata o art. 3º, inciso XIV:

I - deverá constar no estatuto dispositivo prevendo que a prestação de conta anual será obrigatoriamente submetida, com parecer do Conselho Fiscal, à respectiva Assembleia-Geral, para a aprovação final; e

II - a entidade deverá encaminhar documentação comprobatória de que as prestações de contas dos últimos dois exercícios foram submetidas, com parecer do conselho fiscal, à respectiva assembleia-geral, para a aprovação final.

Parágrafo único. Equipara-se a Assembleia-Geral o Conselho Deliberativo para efeito do cumprimento previsto no inciso I, a depender das disposições estatutárias a serem verificadas em cada caso concreto.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO

Art. 26. A verificação acerca do cumprimento das exigências será realizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Convênios, que poderá elaborar consultas a outras unidades administrativas do Ministério do Esporte a título de auxílio.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento decidirá eventual dúvida quanto ao enquadramento da entidade no Sistema Nacional do Desporto.

Art. 27. A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios deverá elaborar manifestação escrita e fundamentada a respeito do cumprimento das exigências de que trata esta Portaria e deverá registrar todos os documentos analisados em processo administrativo específico para cada entidade.

§1º A manifestação de que trata o caput deverá ser proferida no prazo de até vinte dias corridos a contar da data de recebimento da documentação.

§2º A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios poderá estipular prazo para envio de informações e documentos complementares.

§3º Ao procedimento de verificação aplicam-se as regras da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§4º Terão prioridade na tramitação junto à Coordenação-Geral de Gestão de Convênios os procedimentos de certificação em que figure como interessados os comitês referidos no inciso III do art. 2º.

§5º O prazo previsto no §1º do caput poderá ser prorrogado uma única vez em razão de motivação relevante justificada pela Coordenação-Geral de Gestão de Convênios, postergando-se excepcionalmente por igual período a validade da última certidão emitida para a entidade, desde que adimplente com as obrigações fiscais e trabalhistas.

Art. 28. A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios emitirá certidão específica e publicará lista no sítio eletrônico do Ministério do Esporte contendo os nomes das entidades certificadas.

§1º A certidão terá validade de um ano, exceto se verificado o descumprimento de quaisquer exigências, observado o disposto no art. 29.

§2º A publicação de que trata o caput deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês e conter informações atualizadas até o último dia útil do mês anterior.

§3º É recomendado que a entidade interessada em renovar sua certidão envie a documentação de que trata esta Portaria quarenta dias antes do término de validade da certidão atual.

Art. 29. A Coordenação-Geral de Gestão de Convênios poderá promover a fiscalização acerca do efetivo cumprimento dessas exigências ao longo do prazo de validade da certidão.

Parágrafo único. O acompanhamento de que trata o caput poderá ser feito de ofício ou mediante provocação.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Será de responsabilidade das áreas fins do Ministério do Esporte anexar a certidão prevista no art. 28 nos processos administrativos relativos às propostas de formalização de parceria com repasse de recursos públicos federais.

Parágrafo único. Os comitês citados no inciso III do art. 2º deverão anexar a certidão das entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, prevista no art. 28, nos respectivos processos administrativos de descentralização de recursos oriundos da Lei nº 9.615, de 1998.

Art. 31. A certificação de que trata esta Portaria não exclui outras condições estabelecidas em legislação específica para transferência de recursos.

Art. 32. As certidões emitidas sob a égide da Portaria nº 224/2014/GM/ME, de 18 de setembro de 2014, permanecerão válidas até o fim de suas vigências.

Art. 33. Revogar a Portaria nº 224/2014/GM/ME, de 18 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2014.

Art. 34. Esta Portaria entra em vigor em 27 de junho de 2018.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

PORTARIA Nº 116, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei n° 12.395, de 16 de março de 2011, nas Portarias ME n° 67 de 04 de abril de 2013 e na Lei n 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto n° 5.342, de 14 de janeiro de 2005 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Instituir a Chamada Pública para seleção de atletas a serem beneficiados pelo Programa Atleta Pódio, na forma do edital publicado na Seção 3 do DOU de 04 de abril de 2018.

Art. 2º Os interessados deverão cumprir com as exigências descritas no Edital em relação às fases dos pleitos, aos procedimentos de inscrição e aos critérios objetivos para concessão dos respectivos benefícios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2018

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezoito, o Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE, Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, deu início à quadragésima terceira Reunião Ordinária do CNE, no Escritório da Representação Estadual do Ministério do Esporte no Rio de Janeiro, localizado na Arena Carioca 1, Nível 1, Parque Olímpico da Barra, Avenida Embaixador Abelardo Bueno, n. 3401, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. Conselheiros presentes: Leonardo Carneiro Monteiro Picciani - Ministro de Estado do Esporte; Fernando Avelino Boeschenstein Vieira - Secretário Executivo do Ministério do Esporte; Rogério Sampaio Cardoso - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Leandro Cruz Fróes da Silva - Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; André Luis Argolo Ribeiro - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Bernard Rajzman - Representante Titular do Comitê Olímpico Brasileiro; Lars Schmidt Grael - Representante Titular da Comissão Nacional de Atletas; Humberto Aparecido Panzetti - Representante Titular dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer; Edson Garcia - Representante Titular dos Clubes Sociais - CBC; Jorge Steinhilber - Representante do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Vicente Molina Neto - Representante Titular do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte - CBCE; Paulo Martino Zuccaro - Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB; Mauzler Paulinetti - Representante Titular da Organização Nacional de Entidades de Desporto - ONED; Carlos Robson Gracie - Representante do Esporte Nacional; Vanderley Alves dos Reis Junior Representante Suplente do Ministro de Estado do Esporte; Denise Cardoso de Gusmão Cunha - Representante Suplente da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social; Sibele Regina Luz Grecco - Representante Suplente da Secretária da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; e Márcio Moreira - Representante Suplente da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto - ONED; Participaram também da reunião: Tamoio Athayde Marcondes - Consultor Jurídico do Ministério do Esporte - ME; Marcello Martinelli Pitrez - Chefe da Assessoria Especial de Integração Institucional; Rodrigo Gouveia Gomes de Carvalho - Chefe da Assessoria Especial de Projetos; Richard Gomes da Silva - Chefe da Assessoria Parlamentar; Leila Peregrino Starling - Assessora Especial do Ministro; Raimundo da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Costa Santos Neto - Diretor do Departamento de Esporte de Base e Alto Rendimento; Diego Ferreira Tonietti - Gerente de Projetos da Assessoria Especial de Projetos; Luiz André Figueiredo Mello - Presidente da Autoridade de Pública do Futebol; Luciano Hostins - Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD. Presentes: Hildon Carrapito; Enila Barbosa Bruno; Juliana Redre Swerts. Pauta: Plano Nacional do Esporte - PND. O Ministro Leonardo Picciani deu início a 43ª Reunião do Conselho Nacional do Esporte - CNE, onde cumprimentou os conselheiros e os demais participantes presentes, informando o sobre o item único de pauta. O conselheiro Sr. Jorge Steinhilber solicitou que antes de iniciarem a reunião, fosse feito um minuto de silêncio em memória do Bebeto de Freitas, que faleceu no início da semana, sendo acatada por unanimidade. Em seguida o conselheiro Bernard Rajzman, integrante da Comissão instituída na 41ª reunião ordinária do CNE, no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezessete, para discutir e analisar o PND, fez o uso da palavra para solicitar a correção do termo usado na ata da reunião da Comissão, ocorrida dia nove de março do corrente ano, onde estava escrito "desigualdade geográfica" ele se referia a "dimensões continentais, com desigualdades sociais muito grande", sendo encaminhada pelo Ministro para realização da retificação. O conselheiro Vicente Molina Neto pediu a palavra e justificou a ausência na referida reunião da comissão por conta do exíguo prazo, informando que não pôde contribuir ao texto apresentado em pauta. O Relator da Comissão sobre o PND, Conselheiro Edson Garcia, que substitui o conselheiro Arialdo Boscolo na função supramencionada, em razão de ausência justificada antecipadamente, informou que a Comissão se reuniu por convocação do Presidente designado, Secretário Rogério Sampaio, tendo em vista o recebimento de propostas ao texto do projeto inicialmente enviado aos Conselheiros, informando que após debates naquela reunião, chegaram ao presente texto a ser apresentado. Ministro então solicitou que o Sr. Diego Tonietti, Gerente de Projeto da Assessoria Especial de Projetos, apresentasse o texto do projeto do Plano Nacional do Desporto - PND, que já foi aprovado pela Comissão instituída na 41ª reunião do CNE, em conjunto com os representantes do Ministério do Esporte. Diego iniciou a apresentação do projeto pela exposição de motivos, citando o histórico e o desafio da implantação do PND. Relatou que o texto inicial veio da Câmara dos Deputados, sendo após submetido ao Ministério do Esporte, o qual por sua vez o tratou no âmbito do Conselho Nacional do Esporte, a fim de qualifica-lo e aperfeiçoa-lo, tal como atender aos requisitos legais. Pontuou todas as diretrizes e metas que compõem o Plano, ao final comentou as sugestões ao texto recebidas recentemente pelo conselheiro Vice-Almirante Zuccaro, sendo questões pontuais e de nomenclatura, afirmando que serão incluídas ao texto. O conselheiro Paulo Zuccaro confirmou a solicitação descrita por Diego, tal como elogiou os trabalhos. O conselheiro Vicente Molina Neto apontou a pouca presença de "pesquisa" no texto, onde sugeriu a alteração da redação correspondente e da meta e diretriz onde se localiza, afirmando que isso pontuaria a vontade do país de se ter autonomia científica e tecnológica no campo da educação física e do desporto. Houveram pronunciamentos do Secretário Rogério Sampaio, do Secretário-Executivo Fernando Avelino e do conselheiro Jorge Steinhilber, sobre a melhor diretriz e meta do Plano para inclusão da sugestão referente à pesquisa científica. Dr. Tamoio Marcondes Athayde, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte, pediu a palavra para esclarecer que o PND não é um fim em si mesmo, complementou relembrando que a Lei Pelé nº 9.615/98, no seu art. 7º, inc. 5, indica as destinações dos recursos do esporte, onde a pesquisa já está prevista, desta forma concorda que a pesquisa é uma meta importante a ser pontuada no texto do PND. Não havendo mais apontamentos sobre o tema, o Ministro encaminhou para inclusão ao projeto, indicando que os conselheiros envolvidos no debate se reúnam para definir o texto e a melhor diretriz ou meta onde incluí-lo. Então o Sr. Ministro retornou a palavra ao conselheiro Relator Edson Garcia, o qual se pronunciou de acordo com o apresentado, debatido e os encaminhamentos. Não havendo mais inscritos sobre projeto do Plano Nacional de Desporto, por consenso, o Ministro considerou ouvido o Conselho Nacional do Esporte, nos termos que determina o caput do art. 15 do Decreto 7.984 de 8 de abril de 2013, assim como o disposto no §3º, art. 5º da Lei 9.615 de 24 de março de 1988, parabenizando os envolvidos no projeto do Plano Nacional de Desporto - PND, em especial a equipe da Assessoria Especial de Projetos e aos conselheiros da Comissão instituída pelo CNE para discutir e analisar o PND. Informou que será enviado ao Presidente da República a Exposição de Motivos, de imediato, para que ele possa submeter ao Congresso Nacional o Projeto de Lei, ao tempo que sugeriu, também, a entrega legislativa com os membros do Conselho Nacional do Esporte, junto aos Presidentes da Câmara e do Senado, levando em mãos a proposta. Concluída a pauta, o Presidente abriu a palavra para os assuntos gerais, onde o Secretário Leandro Cruz sugeriu moção de pesar do Conselho Nacional do Esporte em homenagem ao Senhor Bebeto de Freitas, sugestão acatada por unanimidade e designada a representante suplente Denise Gusmão para produção do texto. O Conselheiro Bernard Rajzman relatou sobre a brilhante carreira esportiva e sua proximidade com o Bebeto de Freitas, reconhecendo-o como ícone do esporte e grande líder, que deixou um grande legado a todos. O Conselheiro Humberto Panzetti agradeceu ter participado da Comissão do Plano Nacional do Desporto e enalteceu a importância deste Conselho estar atento as aulas de Educação Física, classificando como o maior projeto de políticas públicas na área do esporte e parabenizando o conselheiro Jorge Steinhilber pelo trabalho à frente do Conselho Federal de Educação Física e pelos vinte anos de regulamentação da profissão. As onze horas e dezesseis minutos o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e agendou a próxima reunião para as dez horas do dia dois de abril de dois mil e dezoito, na Representação Estadual do Ministério do Esporte no Rio de Janeiro, Arena Carioca 1, Nível 1 do Parque Olímpico da Barra, Rio de Janeiro/RJ.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 88, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Delega poderes ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA, para celebração de acordos prévios visando a criação de comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000 e nas Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº5, de 10 de abril de 2000 e 109, de 13 de abril de 2010, bem como o que consta no processo nº 02000.002397/2018-37, resolve:

Art. 1º Delegar ao Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA os poderes conferidos à União para a assinatura de acordos de cooperação técnica com os Estados ou com o Distrito Federal, quando for o caso, visando atender o comando disposto no art. 4° da Resolução CNRH n° 109, de 13 de abril de 2010.

Art. 2º Ficam convalidados todos os acordos de cooperação técnica, anteriores a esta Portaria, firmados pela Agência Nacional de Águas - ANA com o intuito de criação de comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 26/03 a 01/04/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Adriano Fernandes Ribeiro, UHE Jurumirim, Município de Tejupá/São Paulo, irrigação.

Aldo Augusto Fernandes Da Costa, ribeirão do Pinheirinho, Município de Santo Antônio da Alegria/São Paulo, irrigação.

Amaro Da Cruz, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Athenas Mineradora Ltda, rio Paraná, Município de Porto Rico/Paraná, mineração.

Auto Center Italianos Ltda- EPP, rio do Peixe, Município de Itapira/São Paulo, mineração.

Carlos Roberto Gonçalves Lopes, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Ciagro Agricultura E Pecuária Ltda, rio Uruguai, Município de Itaqui/Rio Grande do Sul, irrigação.

Cirilo Alberto Silva Santos, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Cleudinez Aparecido Cruz - EPP, rio Paranapanema, Municípios de Ourinhos/São Paulo e Ribeirão Claro/Paraná, mineração.

Companhia De Desenvolvimento Dos Vales Do Rio São Francisco E Do Parnaíba - Codevasf, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, abastecimento público, alteração.

Companhia De Saneamento Do Paraná - SANEPAR, rio Paraná, Município de Foz do Iguaçu/Paraná, esgotamento sanitário.

Daniel Marques Bussad, rio Itabapoana, Município de Bom Jesus do Norte/Espírito Santo, irrigação.

Divino José De Almeida Filho, rio São Francisco, Município de Buritizeiro/Minas Gerais, irrigação.

Durval Souza da Silva, UHE Paulo Afonso IV, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Edinael Soares Dos Santos, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Elizardo Michetti - ME, rio Itararé, Município de Itaporanga/São Paulo, mineração.

Elvi Bortoloto, Evandro Bisognin Bortoloto, rio Uruguai, Município de Itaqui/Rio Grande do Sul, irrigação, transferência.

Estreito Agropecuária Ltda, rio da Volta, Município de Mamanguape/Paraíba, irrigação.

Estreito Agropecuária Ltda, rio Guaju, Municípios de Canguaretama e Baía Formosa/Rio Grande do Norte, irrigação.

Etevaldo Da Silva, rio Vaza-Barris, Município de Jeremoabo/Bahia, irrigação.

Eumir Francisco Ribeiro, UHE Queimado, Município de Cabeceira Grande/Minas Gerais, irrigação.

Gilberto Da Cunha Peixoto, UHE Itapebi, Município de Itagimirim/Bahia, irrigação.

Gustavo Epov De Almeida Prado - ME, rio Pomba, município de Cataguases/Minas Gerais, mineração.

I.M. Ferreira & CIA LTDA, UHE Capivara, Município de Santa Mariana/Paraná, mineração.

Ilda Maria De Sa, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Jenivaldo Amorim Dias, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

José Luiz Ferreira De Mello, Córrego do Pântano, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Maria Do Socorro Tamarindo Pereira, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Mineração Porto Camargo Ltda, rio Paraná, Município de Icaraíma/Paraná, mineração.

Nassib Da Costa Bueno, rio São Francisco, Município de Piaçabuçu/Alagoas, consumo humano.

Osmano Gomes De Sá, rio São Francisco, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

P.C. LOPES- EPP, rio Paranapanema, Município de Jacarezinho/Paraná, mineração.

P.C. LOPES- EPP, rio Paranapanema, Município de Ourinhos/São Paulo, mineração.

P.C. LOPES- EPP, UHE Salto Grande, Município de Salto Grande/São Paulo, mineração.

Péricles Ricardo Nunes De Souza, rio São Francisco, Município de Ibotirama/Bahia, mineração.

Porto De Areia Horizonte Ltda - ME, UHE Capivara, Município de Primeiro de Maio/Paraná, mineração.

Reciclebem Ltda - ME, rio Pomba, Município de Cataguases/Minas Gerais, indústria, alteração.

Roberto Cesar Coutinho, rio Muriaé, Município de Itaperuna/Rio de Janeiro, irrigação.

Samira Monteiro Martins, rio Mateiro, Município de Recursolândia/Tocantins, criação animal.

Saneamento De Goiás S/A, rio Araguaia, Município de Aragarças/Goiás, esgotamento sanitário.

Sertaneja Agrícola, Importação E Exportação LTDA. EPP, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Silveira e Melgaço Empreendimentos e Participações LTDA, rio São Francisco, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação.

Usina Boa Vista S/A, UHE São Simão, Município de Paranaiguara/Goiás, irrigação.

Usina Boa Vista S/A, UHE São Simão, Município de Quirinópolis/Goiás, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 94, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013;

Considerando o artigo 4º da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

Considerando a Resolução CNRH n. 5, de 11 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica e a Resolução CNRH nº 109, de 13 de abril de 2010, que estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos Comitês de Bacia;

Considerando o processo SEI n. 02000.002397/2018-37 , que contém toda a documentação apresentada para a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba - CBH Parnaíba;

Considerando o posicionamento favorável da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, consubstanciado por meio do Parecer 53/2018 - MMA, de 06 de março de 2018;

Considerando a assinatura do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba pela União e estados do Piauí, Ceará e Maranhão; e

Considerando que o Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, apresenta definição de atribuições compartilhadas; definição do arranjo institucional; e garantia do funcionamento do Comitê e de sua secretaria-executiva, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Parágrafo único. A instituição do CBH Parnaíba será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 2º A Diretoria Provisória poderá ser auxiliada por um representante de cada estado na área da bacia, respeitando a representatividade dos segmentos.

Parágrafo único. A indicação dos representantes de que trata o caput se dará em plenária das subcomissões dos respectivos estados.

Art. 3º O CNRH no âmbito de sua competência criará um Grupo de Trabalho de acompanhamento do CBH Parnaíba até a eleição da diretoria definitiva.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 29 DE MARÇO DE 2018

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E DA EDUCAÇÃO, no uso das de suas atribuições legais, e tendo em vista as disposições contidas nos § 2º do art. 6º do Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, e nos arts. 5º e 13 do Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, resolvem:

Art. 1º Atualizar os fatores do banco de professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que tratam os incisos de II a VI do art. 2º do Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, tendo em vista a revisão das tabelas remuneratórias estabelecidas na Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016, conforme abaixo especificado:

I - para a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ficam estabelecidos os seguintes fatores:

a) em regime de dedicação exclusiva, em um inteiro e cinquenta e seis centésimos;

b) em regime de quarenta horas semanais, em um inteiro; e

c) em regime de vinte horas semanais, em sessenta e cinco centésimos; e

II - para o cargo de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ficam estabelecidos os seguintes fatores:

a) em regime de trabalho de dedicação exclusiva, em quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos;

b) em regime de trabalho de quarenta horas semanais, em dois inteiros e trinta e cinco centésimos; e

c) em regime de trabalho de vinte horas semanais, em um inteiro e quarenta e sete centésimos.

III - para os Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico substitutos e visitantes:

a) em regime de vinte horas semanais, em sessenta e cinco centésimos; e

b) em regime de quarenta horas semanais, em um inteiro.

Art. 2º Alterar os fatores de que tratam os incisos de I a V do art. 4º do Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, referentes ao banco de professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, das unidades de ensino básico e técnico subordinadas às universidades federais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG e do Colégio Pedro II, nos seguintes termos:

I - para a carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ficam estabelecidos os seguintes fatores:

a) em regime de dedicação exclusiva, em um inteiro e cinquenta e seis centésimos;

b) em regime de quarenta horas semanais, em um inteiro; e

c) em regime de vinte horas semanais, em sessenta e cinco centésimos; e

II - para os Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico substitutos e visitantes

a) em regime de vinte horas semanais, em sessenta e cinco centésimos; e

b) em regime de quarenta horas semanais, em um inteiro.

Art. 3º Ampliar, nos termos do Anexo I, o banco de professor-equivalente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Institutos Federais, vinculados ao Ministério da Educação, fixado por meio do Decreto nº 7.312, de 2010, e atualizado pelo Anexo II do Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014, sendo:

I - 870 (oitocentos e setenta) cargos de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e

II - 174 (cento e setenta e quatro) professores-equivalentes, referente ao limite para contratação de professores substitutos e visitantes, em razão da determinação contida no § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.312, de 2010.

Art. 4º Ampliar, nos termos do Anexo II, o banco de professor-equivalente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG e do Colégio Pedro II, fixado por meio do Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, de acordo com os seguintes termos:

I - 130 (cento e trinta) cargos de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e

II - 26 (vinte e seis) professores-equivalentes, referente ao limite para contratação de professores substitutos e visitantes, em razão da determinação contida no art. 3º do Decreto nº 8.260, de 2014.

Art. 5º Revogar os anexos da Portaria Interministerial MP/MEC nº 405, de 14 de dezembro de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

ANEXO I

Banco de Professor-Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Órgão	SIGLA	Portaria Interministerial nº 405, de 14/12/2016, DOU 26/12/2016 - Anexo I		Novas Vagas 2018		Limite de 20% - Professor Substituto		Portaria Interministerial nº, de de de	
		Quantidade	Equivalência	Qtde	Equivalência	Qtde	Equivalência	Qtde	Equivalência
Instituto Federal Baiano	IFBAIANO	1.246	1.843,93	-	-	-	-	1.246	1.843,93
Instituto Federal Catarinense	IFCATARINA	1.092	1.622,79	8	12,48	2	2,00	1.102	1.637,27
Instituto Federal da Bahia	IFBA	2.068	2.996,44	-	-	-	-	2.068	2.996,44
Instituto Federal da Paraíba	IFPB	1.439	2.072,69	85	132,60	17	17,00	1.541	2.222,29
Instituto Federal de Alagoas	IFAL	1.231	1.778,45	-	-	-	-	1.231	1.778,45
Instituto Federal de Brasília	IFBRASILIA	893	1.296,19	-	-	-	-	893	1.296,19
Instituto Federal de Goiás	IFGO	1.349	1.968,77	30	46,80	6	6,00	1.385	2.021,57
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	1.273	1.857,11	60	93,60	12	12,00	1.345	1.962,71
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	IFMS	749	1.108,31	-	-	-	-	749	1.108,31
Instituto Federal de Minas Gerais	IFMG	1.115	1.636,64	80	124,80	16	16,00	1.211	1.777,44
Instituto Federal de Pernambuco	IFPE	1.469	2.046,30	85	132,60	17	17,00	1.571	2.195,90
Instituto Federal de Rondônia	IFRO	785	1.163,05	-	-	-	-	785	1.163,05
Instituto Federal de Roraima	IFRR	377	552,42	13	20,28	3	3,00	393	575,70
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	1.760	2.584,22	-	-	-	-	1.760	2.584,22
Instituto Federal de São Paulo	IFSP	3.180	4.619,28	-	-	-	-	3.180	4.619,28
Instituto Federal de Sergipe	IFSE	998	1.436,14	-	-	-	-	998	1.436,14
Instituto Federal do Acre	IFAC	521	712,80	25	39,00	5	5,00	551	756,80
Instituto Federal do Amapá	AP	341	499,64	43	67,08	9	9,00	393	575,72
Instituto Federal do Amazonas	IFAM	1.180	1.706,22	35	54,60	7	7,00	1.222	1.767,82
Instituto Federal do Ceará	IFCE	2.581	3.771,63	-	-	-	-	2.581	3.771,63
Instituto Federal do Espírito Santo	IFES	1.786	2.592,94	55	85,80	11	11,00	1.852	2.689,74
Instituto Federal do Maranhao	IFMA	2.048	2.880,73	-	-	-	-	2.048	2.880,73
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	IFNORTEMG	760	1.128,09	25	39,00	5	5,00	790	1.172,09
Instituto Federal do Pará	IFPA	1.752	2.521,96	-	-	-	-	1.752	2.521,96
Instituto Federal do Paraná	IFPR	1.898	2.711,12	-	-	-	-	1.898	2.711,12
Instituto Federal do Piauí	IFPI	1.748	2.536,86	-	-	-	-	1.748	2.536,86
Instituto Federal do Rio de Janeiro	IFRJ	1.332	1.866,41	-	-	-	-	1.332	1.866,41
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	IFRN	1.824	2.682,39	-	-	-	-	1.824	2.682,39
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	IFRS	1.303	1.925,22	80	124,80	16	16,00	1.399	2.066,02
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	IFSERTPE	559	816,88	11	17,16	2	2,00	572	836,04
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	IFSUDMG	708	1.043,95	60	93,60	12	12,00	780	1.149,55
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	IFSULMG	646	957,19	30	46,80	6	6,00	682	1.009,99
Instituto Federal do Tocantins	IFTO	767	1.086,37	22	34,32	4	4,00	793	1.124,69
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	IFTRIANMG	684	1.015,84	12	18,72	2	2,00	698	1.036,56
Instituto Federal Farroupilha	IFFARROUP	892	1.327,11	-	-	-	-	892	1.327,11
Instituto Federal Fluminense	IFFLU	1.198	1.688,16	34	53,04	7	7,00	1.239	1.748,20
Instituto Federal Goiano	IFGOIANO	808	1.201,18	55	85,80	11	11,00	874	1.297,98
Instituto Federal Sul Rio-Grandense	IFSRIOGRAN	1.186	1.756,95	22	34,32	4	4,00	1.212	1.795,27
TOTAL		47.546	69.012,37	870	1.357,20	174	174,00	48.590	70.543,57

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

Banco de Professor-Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do CEFET/RJ, do CEFET/MG e do Colégio Pedro II

Instituição	Sigla	Portaria Interministerial nº 405, de 14/12/2016, DOU 26/12/2016 - Anexo II		Novas Vagas 2018		Limite de 20% - Professor Substituto		Portaria Interministerial nº, de de de	
		Qtde	Equivalência	Qtde	Equivalência	Qtde	Equivalência	Qtde	Equivalência
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	CEFET/RJ	971	1.390,65	40	62,40	8	8,00	1.019	1.461,05
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET/MG	1.052	1.560,70	50	78,00	10	10,00	1.112	1.648,70
Colégio Pedro II	C Pedro II	1.531	2.054,66	40	62,40	8	8,00	1.579	2.125,06
Total		3.554	5.006,01	130	202,80	26	26,00	3.710	5.234,81

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 61, DE 29 DE MARÇO DE 2018

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E DA EDUCAÇÃO, no uso das de suas atribuições legais, e tendo em vista as disposições contidas no art. 5º do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, e nos arts. 6º e 13 do Decreto nº 8.260, 29 de maio de 2014, resolvem:

Art. 1º Atualizar o quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Lotação dos cargos Técnico-Administrativo em Educação, níveis de classificação "C, "D" e "E" dos Institutos Federais vinculados ao Ministério da Educação, fixados por meio do Decreto nº 7.311 de 22 de setembro de 2010, nos termos do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. A atualização corresponde à inclusão de 453 cargos de Técnico-Administrativos em Educação, sendo: 85 (oitenta e cinco) da Classe D e 368 (trezentos e sessenta e oito) da Classe E, criados por meio da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.

Art. 2º Atualizar o quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Lotação dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, níveis de classificação "C, "D" e "E" do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG e do Colégio Pedro II vinculados ao Ministério da Educação, fixados por meio do Decreto nº 8.260 de 29 de maio de 2014, nos termos do Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. A atualização corresponde à inclusão de 47 cargos de Técnico-Administrativo em Educação, sendo 15 (quinze) da Classe D e 32 (trinta e dois) da Classe E, criados por meio da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Anexo da Portaria Interministerial MP/MEC nº 161, de 21 de maio de 2014.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

ANEXO I

Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INSTITUIÇÃO	Portaria Interministerial nº 161, de 21/5/2014, DOU 22/5/2014				NOVAS VAGAS 2018				Portaria Interministerial nº , de de de			
	C	D	E	Total	C	D	E	Total	C	D	E	Total
Instituto Federal Baiano	151	448	315	914	0	0	0	0	151	448	315	914
Instituto Federal Catarinense	148	410	316	874	0	0	8	8	148	410	324	882
Instituto Federal da Bahia	218	677	432	1.327	0	0	0	0	218	677	432	1.327
Instituto Federal da Paraíba	174	525	351	1.050	0	0	19	19	174	525	370	1.069
Instituto Federal de Alagoas	151	463	314	928	0	0	0	0	151	463	314	928
Instituto Federal de Brasília	103	338	224	665	0	0	11	11	103	338	235	676
Instituto Federal de Goiás	160	488	317	965	0	0	9	9	160	488	326	974
Instituto Federal de Mato Grosso	155	484	334	973	0	0	0	0	155	484	334	973
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	102	335	227	664	0	0	8	8	102	335	235	672
Instituto Federal de Minas Gerais	150	423	286	859	0	0	19	19	150	423	305	878
Instituto Federal de Pernambuco	177	556	367	1.100	0	0	0	0	177	556	367	1.100
Instituto Federal de Rondônia	94	302	209	605	0	0	10	10	94	302	219	615
Instituto Federal de Roraima	93	189	136	418	0	0	12	12	93	189	148	430
Instituto Federal de Santa Catarina	195	634	406	1.235	0	0	10	10	195	634	416	1.245
Instituto Federal de São Paulo	405	948	680	2.033	0	15	14	29	405	963	694	2.062
Instituto Federal de Sergipe	122	301	231	654	0	8	17	25	122	309	248	679
Instituto Federal do Acre	61	212	154	427	0	12	8	20	61	224	162	447
Instituto Federal do Amapá	53	188	134	375	0	0	11	11	53	188	145	386
Instituto Federal do Amazonas	158	463	326	947	0	0	8	8	158	463	334	955
Instituto Federal do Ceara	300	876	594	1.770	0	0	0	0	300	876	594	1.770
Instituto Federal do Espirito Santo	260	675	408	1.343	0	0	20	20	260	675	428	1.363
Instituto Federal do Maranhão	247	748	497	1.492	0	0	12	12	247	748	509	1.504
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	126	327	226	679	0	0	17	17	126	327	243	696
Instituto Federal do Pará	185	578	395	1.158	0	0	20	20	185	578	415	1.178
Instituto Federal do Paraná	213	604	400	1.217	0	0	0	0	213	604	400	1.217
Instituto Federal do Piauí	185	559	373	1.117	0	0	0	0	185	559	373	1.117
Instituto Federal do Rio de Janeiro	156	442	302	900	0	15	8	23	156	457	310	923
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	198	593	393	1.184	0	0	9	9	198	593	402	1.193
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	159	515	338	1.012	0	0	14	14	159	515	352	1.026
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	103	270	191	564	0	0	9	9	103	270	200	573
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	108	296	209	613	0	0	12	12	108	296	221	625
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	95	269	183	547	0	0	11	11	95	269	194	558
Instituto Federal do Tocantins	91	297	208	596	0	0	10	10	91	297	218	606
Instituto Federal do Triangulo Mineiro	85	275	190	550	0	0	12	12	85	275	202	562
Instituto Federal Farroupilha	99	328	234	661	0	20	10	30	99	348	244	691
Instituto Federal Fluminense	131	353	251	735	0	0	13	13	131	353	264	748
Instituto Federal Goiano	108	278	218	604	0	15	9	24	108	293	227	628
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	125	411	272	808	0	0	18	18	125	411	290	826
TOTAL	5.844	17.078	11.641	34.563	0	85	368	453	5.844	17.163	12.009	35.016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do CEFET/RJ, do CEFET/MG e do Colégio Pedro II

INSTITUIÇÃO	Decreto nº 8.260, de 29/5/2014				NOVAS VAGAS 2018				Portaria Interministerial nº , de de de			
	C	D	E	Total	C	D	E	Total	C	D	E	Total
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	109	327	246	682	0	0	12	12	109	327	258	694
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	120	322	243	685	0	0	8	8	120	322	251	693
Colégio Pedro II	205	578	252	1.035	0	15	12	27	205	593	264	1.062
TOTAL	434	1.227	741	2.402	0	15	32	47	434	1.242	773	2.449

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 62, DE 29 DE MARÇO DE 2018

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 13 do Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, resolvem:

Art. 1º O quadro do banco de professor-equivalente da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das unidades de ensino básico e tecnológico subordinadas às universidades federais, constante do Anexo II da Portaria Interministerial MP/MEC nº 316, de 09 de outubro de 2017, passa a vigorar nos termos do Anexo da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MENDONÇA FILHO
Ministro de Estado da Educação

ANEXO

Banco de Professor-Equivalente da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Universidades Federais

Entidades	Sigla	Total Portaria Interministerial nº 405, de 14 de dezembro de 2016		Inclusão de novas vagas 2017		20% Professor Substituto		Total Banco	
		Total	Equivalência	Quantidade	Equivalência	Quantidade	Equivalência	Quantidade	Equivalência
Fundação Universidade Federal de Roraima	UFRR	121	179,67	2	3,13	0	0,00	123	182,80
Fundação Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	14	21,08	0	0,00	0	0,00	14	21,08
Fundação Universidade Federal de Sergipe	UFS	48	70,42	2	3,13	0	0,00	50	73,55
Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	102	152,15	2	3,13	0	0,00	104	155,28
Fundação Universidade Federal do Acre	UFAC	46	68,42	3	4,69	1	1,00	50	74,11
Fundação Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	1	1,59	0	0,00	0	0,00	1	1,59
Fundação Universidade Federal do Maranhão	UFMA	103	144,56	2	3,13	0	0,00	105	147,69
Fundação Universidade Federal do Piauí	UFPI	124	182,34	0	0,00	0	0,00	124	182,34
Universidade Federal da Bahia	UFBA	16	22,49	0	0,00	0	0,00	16	22,49
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	149	221,24	2	3,13	0	0,00	151	224,37
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	32	47,93	0	0,00	0	0,00	32	47,93
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	53	78,96	0	0,00	0	0,00	53	78,96
Universidade Federal de Goiás	UFGO	16	23,67	3	4,69	1	1,00	20	29,36
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	119	177,41	2	3,13	0	0,00	121	180,54
Universidade Federal de Lavras	UFLA	14	21,08	0	0,00	0	0,00	14	21,08
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	144	213,88	2	3,13	0	0,00	146	217,01
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	65	94,43	3	4,69	1	1,00	69	100,12
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	148	220,57	4	6,26	1	1,00	153	227,83
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	182	271,68	0	0,00	0	0,00	182	271,68
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	10	14,72	0	0,00	0	0,00	10	14,72
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	142	211,62	2	3,13	0	0,00	144	214,75
Universidade Federal do Ceará	UFCE	74	107,23	0	0,00	0	0,00	74	107,23
Universidade Federal do Espirito Santo	UFES	11	15,39	1	1,56	0	0,00	12	16,95
Universidade Federal do Pará	UFPA	313	457,22	0	0,00	0	0,00	313	457,22
Universidade Federal do Paraná	UFPR	78	111,16	0	0,00	0	0,00	78	111,16
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	119	173,87	2	3,13	0	0,00	121	177,00
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	253	369,75	2	3,13	0	0,00	255	372,88
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	128	181,08	2	3,13	0	0,00	130	184,21
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	32	37,55	1	1,56	0	0,00	33	39,11
Universidade Federal Fluminense	UFF	76	108,05	2	3,13	0	0,00	78	111,18
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	73	108,40	0	0,00	0	0,00	73	108,40
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	68	100,45	1	1,56	0	0,00	69	102,01
Total		2.874	4.210,06	40	62,59	4	4,00	2.918	9.282,66

PORTARIA Nº 65, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
53000	Ministério da Integração Nacional	28.500.000	0	0	0	28.500.000
81000	Ministério dos Direitos Humanos	0	0	0	4.929.960	4.929.960
	TOTAL	28.500.000	0	0	4.929.960	33.429.960

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 66, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 2.885.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante no art. 4º, caput, inciso III, alínea "a", item "1", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 2.885.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							2.885.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 0017	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)							1.000.000
28 846	0910 0017 0002	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	1.000.000
28 846	0910 0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (MC)							750.000
28 846	0910 0089 0002	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (MC) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	750.000
28 846	0910 0123	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)							290.000
28 846	0910 0123 0002	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	290.000
28 846	0910 0190	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)							845.000
28 846	0910 0190 0002	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	845.000
TOTAL - FISCAL									2.885.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.885.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							2.885.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)							2.885.000
28 846	0910 0420 0002	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	2.885.000
TOTAL - FISCAL									2.885.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.885.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 3.539, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04977.010063/2017-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo à autarquia estadual FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - FAMEMA, do imóvel de propriedade da União, com área de 15.358,47m², localizado na Avenida Tiradentes, 1073, Centro, Município de Marília, Estado de São Paulo, cadastrado sob RIP nº 6681 00019.500-3, parcialmente registrado sob a transcrição nº 3.969, Livro nº 3-C, do 1º Cartório de Registro e Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à:

A construção e instalação de Ambulatório Didático voltado a atividades de ensino, pesquisa e extensão e integração com o atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde que integram a Rede Regional de Atenção à Saúde -RRAS-10 do Departamento Regional de Saúde de Marília.

Parágrafo único. A donatária terá o prazo de 2 (dois) anos para cumprimento dos encargos, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério da União.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, independentemente de ato especial, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Fica a donatária responsável pela realização dos procedimentos de retificação e desmembramento da matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como pela averbação dos acessórios ou outras providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 5º A presente doação não exime a donatária de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º A donatária responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 1.861, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Município de Blumenau, CNPJ 83.108.357/0001-15, a executar a obra de prolongamento da Rua Chile até o encontro com a Rua República Argentina, com melhorias, e restauração de ambas mais a Rua Uruguai, no bairro Ponta Aguda, Blumenau, Santa Catarina, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.003044/2016-21;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º tem a finalidade de melhorar a mobilidade urbana na área central do Município;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, em especial os artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria" (citar número e data desta Portaria).

Art. 7º - Responderá o Município de Blumenau, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

PORTARIA Nº 1.915, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Município de São José, CNPJ 82.892.274/0001-05, a executar a obra de revitalização da Orla do Centro Histórico na Rua Coletor Irineu Comeli, Centro, São José, Santa Catarina, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.008036/2017-51;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º tem a finalidade de promoção do uso público da área para práticas esportivas, atividades de lazer, áreas de estar e contemplação, bem como a manutenção do espaço ambiental para amortecimento da ocupação urbana sobre a faixa litorânea;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, em especial os artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria" (citar número e data desta Portaria).

Art. 7º - Responderá o Município de São José, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.007304/2013-65	202039285	Instituto Pernambucano de Assistência E Saúde	AL
2	46201.007350/2013-64	202039251	Instituto Pernambucano de Assistência E Saúde	AL
3	46201.007356/2013-31	202039242	Instituto Pernambucano de Assistência E Saúde	AL
4	46202.021414/2015-91	208455906	Costa Rica Servicos Tecnicos Ltda	AM
5	46202.007737/2013-19	200515241	Formapack Embalagens Plasticas Ltda	AM
6	46202.007738/2013-55	200515250	Formapack Embalagens Plásticas Ltda	AM
7	46202.018585/2015-33	208142886	Hermasa Navegacao da Amazonia S.A	AM
8	46202.018550/2015-02	208138935	Radio TV do Amazonas Ltda	AM
9	47904.005744/2013-23	200533649	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
10	47904.005745/2013-78	200533801	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
11	47904.005746/2013-12	200533967	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
12	47904.005747/2013-67	200467301	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
13	47904.005748/2013-10	200467298	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
14	47904.005749/2013-56	200467336	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
15	47904.005750/2013-81	200467328	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
16	47904.005751/2013-25	200467158	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
17	47904.005752/2013-70	200467271	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
18	47904.005753/2013-14	200467247	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
19	47904.005754/2013-69	200467191	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
20	47904.005755/2013-11	200467131	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
21	47904.005756/2013-58	200464299	Bahia Specialty Cellulose S.A	BA
22	47904.012447/2013-34	201308088	Ceolin Automoveis Ltda	BA
23	47904.009507/2013-31	200834291	Engepack Embalagens Sao Paulo S.A.	BA
24	47904.017354/2012-15	24801437	Isa Foods Ltda	BA
25	47904.017355/2012-60	24801445	Isa Foods Ltda	BA
26	47904.016549/2013-29	201804441	MJR Servicos de Seguranca Ltda	BA
27	47904.016615/2013-61	201814773	MJR Servicos de Seguranca Ltda	BA
28	47904.016614/2013-16	201814609	MJR Servicos de Seguranca Ltda.	BA
29	47904.009530/2012-45	24830267	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
30	47904.009531/2012-90	24830275	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
31	47904.009897/2012-69	24830712	Petroleo Brasileiro S/A Petrobras	BA
32	47904.007306/2012-19	24440515	Pirelli Pneus Ltda.	BA
33	47904.007414/2012-91	24440094	Pirelli Pneus Ltda.	BA
34	47904.007436/2012-51	24440086	Pirelli Pneus Ltda.	BA
35	47904.007443/2012-53	24440221	Pirelli Pneus Ltda.	BA
36	47904.018301/2012-11	24818755	Pro Matre de Juazeiro	BA
37	47904.018302/2012-66	24818721	Pro Matre de Juazeiro	BA
38	47904.018305/2012-08	24818739	Pro Matre de Juazeiro	BA
39	47904.018307/2012-99	24818747	Pro Matre de Juazeiro	BA
40	47904.011096/2013-44	25451634	Veracel Celulose S.A.	BA
41	47904.011101/2013-19	25451618	Veracel Celulose S.A.	BA
42	46205.017271/2014-11	204812151	Antonio Fernandes de Sousa Mendes - ME	CE
43	46205.015839/2015-31	208265813	Auto Viacao Fortaleza Ltda	CE
44	46205.015265/2015-00	26237997	Diagnosticos da America S.A.	CE
45	46205.015266/2015-46	26237989	Diagnosticos da America S.A.	CE
46	46205.015267/2015-91	26237954	Diagnosticos da America S.A.	CE
47	46205.016569/2015-86	208359214	Diagnosticos da America S.A.	CE
48	46205.016570/2015-19	208329285	Diagnosticos da America S.A.	CE
49	46205.016571/2015-55	208329196	Diagnosticos da America S.A.	CE
50	46205.016577/2015-22	208358455	Diagnosticos da America S.A.	CE
51	46205.011705/2015-41	207664404	Sa Socorros Medicos	CE
52	46205.011709/2015-20	207661677	Sa Socorros Medicos	CE
53	46205.011711/2015-07	207662673	Sa Socorros Medicos	CE
54	46205.011694/2015-08	207663564	Star Service Terceirizacao Ltda	CE
55	46205.011698/2015-88	207663530	Star Service Terceirizacao Ltda	CE
56	46205.011701/2015-63	207663611	Star Service Terceirizacao Ltda	CE
57	46205.001206/2015-46	205802095	Tac Franquia Ltda	CE
58	46206.002106/2015-27	205930395	Centro Oeste Participacoes e Servicos - Eireli - ME	DF
59	46206.002319/2015-59	205949908	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria	DF
60	46206.140479/2014-14	205632963	Leitura Alvorada Comercio de Livros Ltda	DF
61	46206.002684/2015-63	206026455	Mitra Arquidiocesana de Brasilia	DF
62	46206.001851/2015-59	205625151	Viacao Pioneira Ltda	DF
63	46206.001972/2015-09	25941119	Viacao Pioneira Ltda	DF
64	46207.007914/2015-71	207813175	Comercial Goularti Ltda - ME	ES
65	46207.007913/2015-26	207813434	Mercado Central Eireli - EPP	ES
66	46207.004543/2014-94	203624343	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A. Usiminas	ES
67	46245.003550/2014-12	203242891	Art Service Sorveteria Ltda - ME	MG
68	46245.003551/2014-67	203242904	Art Service Sorveteria Ltda - ME	MG
69	46245.003552/2014-10	203242912	Art Service Sorveteria Ltda - ME	MG
70	46245.003554/2014-09	203242921	Art Service Sorveteria Ltda - ME	MG
71	46245.003555/2014-45	203242939	Art Service Sorveteria Ltda - ME	MG
72	47747.005418/2015-38	206484755	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
73	47747.005419/2015-82	206544120	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
74	47747.005421/2015-51	206630956	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

75	47747.005422/2015-04	206631014	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
76	47747.005423/2015-41	206631022	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
77	47747.005424/2015-95	206631049	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
78	47747.005425/2015-30	206631073	Auto Omnibus Floramar Ltda	MG
79	46245.001410/2014-18	203339649	Colorado Empreendimentos Imobiliarios	MG
80	46245.001407/2014-96	203290569	Colorado Empreendimentos Imobiliários	MG
81	46245.001408/2014-31	203290551	Colorado Empreendimentos Imobiliários	MG
82	46245.001409/2014-85	203290585	Colorado Empreendimentos Imobiliários	MG
83	46245.001411/2014-54	203339771	Colorado Empreendimentos Imobiliários	MG
84	46245.001412/2014-07	203339720	Colorado Empreendimentos Imobiliários	MG
85	46243.002202/2014-48	204073260	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
86	46243.002203/2014-92	204073251	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
87	46243.002204/2014-37	204073243	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
88	46243.002205/2014-81	204073171	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
89	46243.002206/2014-26	204073162	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
90	46243.002207/2014-71	204073154	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
91	46243.002208/2014-15	204073146	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
92	46243.002211/2014-39	204073138	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
93	46243.002212/2014-83	204073120	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
94	46243.002213/2014-28	204073111	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
95	46243.002214/2014-72	204250641	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
96	46243.002215/2014-17	204250668	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
97	46243.002228/2014-96	204250676	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
98	46243.002229/2014-31	204250684	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
99	46243.002230/2014-65	204250692	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
100	46243.002231/2014-18	204250714	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
101	46243.002232/2014-54	204254205	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
102	46243.002609/2014-75	204327474	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
103	46243.002610/2014-08	204327491	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
104	46243.002611/2014-44	204327423	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
105	46243.002753/2014-10	204253144	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
106	46243.002754/2014-56	204253209	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
107	46243.002755/2014-09	204253241	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
108	46243.002756/2014-45	204253039	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
109	46243.002757/2014-90	204253357	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
110	46243.002758/2014-34	204253390	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
111	46243.002759/2014-89	204253411	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
112	46243.002760/2014-11	204073103	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
113	46243.002761/2014-58	204073090	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
114	46243.002762/2014-01	204073081	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
115	46243.002763/2014-47	204073073	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
116	46243.002764/2014-91	204253942	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
117	46243.002766/2014-81	204252989	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
118	46243.002767/2014-25	204253233	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
119	46243.002768/2014-70	204253276	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
120	46243.002769/2014-14	204253136	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
121	46243.002770/2014-49	204250536	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
122	46243.002771/2014-93	204250552	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
123	46243.002772/2014-38	204250595	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
124	46243.002773/2014-82	204250609	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
125	46243.002774/2014-27	204250625	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
126	46243.002775/2014-71	204250633	Isel Usinagem e Mecanica em Geral Ltda	MG
127	46242.000546/2017-75	211801356	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
128	46242.000547/2017-10	211801569	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
129	46242.000548/2017-64	211801445	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
130	46242.000549/2017-17	211801453	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
131	46242.000550/2017-33	211801500	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
132	46242.000542/2017-97	211802182	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
133	46242.000556/2017-19	211789356	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
134	46242.000557/2017-55	211799327	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
135	46242.000566/2017-46	211804576	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
136	46242.000539/2017-73	211802204	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
137	46242.000540/2017-06	211802158	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
138	46242.000541/2017-42	211802077	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
139	46242.000543/2017-31	211801933	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
140	46242.000544/2017-86	211802000	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
141	46242.000545/2017-21	211801631	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
142	46242.000551/2017-88	211801470	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
143	46242.000552/2017-22	211801585	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
144	46242.000553/2017-77	211801551	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
145	46242.000554/2017-11	211801607	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
146	46242.000555/2017-66	211801917	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
147	46242.000559/2017-44	211804452	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
148	46242.000564/2017-57	211790869	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
149	46242.000565/2017-00	211804533	Marco Antonio Quiroga - ME	MG
150	46242.000534/2017-41	211799505	Marco Antônio Quiroga - ME	MG
151	46242.000536/2017-30	211799513	Marco Antônio Quiroga - ME	MG
152	46242.000535/2017-95	211799459	Marco Antônio Quiroga - ME	MG
153	46242.000537/2017-84	211799556	Marco Antônio Quiroga - ME	MG
154	46242.000538/2017-29	211799661	Marco Antônio Quiroga - ME	MG
155	47747.008658/2014-11	204766605	Trincheiras Empreendimentos Imobiliarios Ltda	MG
156	47747.006539/2015-05	206589298	Viacao Zurick Ltda	MG
157	47747.006540/2015-21	206585268	Viacao Zurick Ltda	MG
158	47747.006541/2015-76	206589000	Viacao Zurick Ltda	MG
159	47747.006542/2015-11	206736932	Viacao Zurick Ltda	MG
160	47747.006543/2015-65	206736924	Viacao Zurick Ltda	MG
161	47747.006544/2015-18	206736916	Viacao Zurick Ltda	MG
162	47747.006545/2015-54	206736908	Viacao Zurick Ltda	MG
163	47747.006546/2015-07	206852771	Viacao Zurick Ltda	MG
164	47747.006547/2015-43	206852797	Viacao Zurick Ltda	MG
165	47747.006548/2015-98	206852827	Viacao Zurick Ltda	MG
166	47747.006549/2015-32	206852843	Viacao Zurick Ltda	MG
167	47747.006550/2015-67	206852886	Viacao Zurick Ltda	MG
168	47747.006551/2015-10	206852916	Viacao Zurick Ltda	MG
169	46653.004051/2013-50	201471434	Construtora Norberto Odebrecht S A	MT
170	46653.003933/2013-06	201465272	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
171	46653.003964/2013-59	201310449	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
172	46653.003966/2013-48	201310414	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
173	46653.003967/2013-92	201310422	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
174	46653.003968/2013-37	201310384	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
175	46653.003969/2013-81	201310406	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
176	46653.003976/2013-83	201469987	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
177	46653.003977/2013-28	201469901	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
178	46653.003978/2013-72	201469774	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
179	46653.003980/2013-41	201469642	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
180	46653.003981/2013-96	201469600	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
181	46653.003984/2013-20	201469731	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
182	46653.003987/2013-63	201477076	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
183	46653.004021/2013-43	201468433	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
184	46653.004022/2013-98	201468395	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
185	46653.004023/2013-32	201468417	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
186	46653.004025/2013-21	201468468	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
187	46653.004050/2013-13	201477190	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
188	46653.004054/2013-93	201471426	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
189	46653.004055/2013-38	201471418	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
190	46653.004058/2013-71	201471787	Construtora Norberto Odebrecht S/A.	MT
191	46653.003209/2013-74	201135973	Ilha Comprida Energia S/A	MT
192	46653.003210/2013-07	201136023	Ilha Comprida Energia S/A	MT
193	46653.003211/2013-43	201135949	Ilha Comprida Energia S/A	MT
194	46653.003208/2013-20	201135990	Ilha Comprida Energia S/A.	MT
195	46653.004932/2013-71	201621312	Maeda S/A. Agroindustrial	MT
196	46222.013849/2015-24	208599941	Administradora e Operadora de Hoteis Vila Rica Ltda	PA
197	46222.013858/2015-15	208608435	Administradora e Operadora de Hoteis Vila Rica Ltda	PA
198	46222.013860/2015-94	208599517	Administradora e Operadora de Hoteis Vila Rica Ltda	PA
199	46222.004572/2015-49	207062978	Desportiva Servicos de Fisioterapia Ltda - EPP	PA
200	46222.002638/2016-47	209238135	Fredlog Servicos de Entrega Ltda - ME	PA
201	46222.002628/2016-10	209230487	Fredlog Servicos de Entrega Ltda - ME	PA
202	46222.004863/2015-37	206939850	Veneravel Ordem Terceira de Sao Francisco	PA
203	46222.004876/2015-14	206939710	Veneravel Ordem Terceira de Sao Francisco	PA
204	46222.004888/2015-31	206939825	Veneravel Ordem Terceira de Sao Francisco	PA
205	46224.002221/2015-83	206534434	Companhia Usina São João	PB
206	46224.004067/2010-70	3735486	Unimama Unid de Diagnóstico de Glandula Mamaria da Paraiba Ltda	PB
207	46212.012707/2016-40	209741121	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
208	46212.012713/2016-05	209773707	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
209	46212.012715/2016-96	209094095	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
210	46212.012716/2016-31	209618957	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
211	46212.012718/2016-20	209770511	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
212	46212.012725/2016-21	209619058	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
213	46212.012726/2016-76	209618701	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
214	46212.012727/2016-11	209618744	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
215	46212.012728/2016-65	209618884	Auto Viacao Sao Jose dos Pinhais Ltda	PR
216	47533.009542/2015-88	207045283	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
217	47533.009543/2015-22	207045275	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
218	47533.009544/2015-77	207045267	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
219	47533.009545/2015-11	207045259	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
220	47533.009546/2015-66	207045089	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
221	47533.009547/2015-19	207045208	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
222	47533.009548/2015-55	207045348	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
223	47533.009549/2015-08	207045330	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
224	47533.009550/2015-24	207045097	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
225	47533.009551/2015-79	207045305	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
226	47533.009552/2015-13	207045313	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
227	47533.009553/2015-68	207045321	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
228	47533.009554/2015-11	207045291	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
229	47533.009555/2015-57	207045241	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
230	47533.009556/2015-00	207045224	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
231	47533.009557/2015-46	207045232	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
232	47533.009558/2015-91	207045216	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
233	47533.009559/2015-35	207045356	Construtora L.F.T Ltda EPP	PR
234	47533.005601/2015-49	206457821	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
235	47533.006695/2015-73	206586680	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
236	47533.006699/2015-51	206586612	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
237	47533.006700/2015-48	206586639	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
238	47533.006704/2015-26	206586493	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
239	47533.006706/2015-15	206586523	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
240	47533.006707/2015-60	206586736	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
241	47533.006709/2015-59	206586477	Contato Engenharia E Obras Ltda - EPP	PR
242	47533.006711/2015-28	206586566	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
243	47533.006712/2015-72	206586558	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
244	47533.006713/2015-17	206586574	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
245	47533.005602/2015-93	206455062	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
246	47533.006696/2015-18	206586655	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
247	47533.006697/2015-62	206586710	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
248	47533.006698/2015-15	206586591	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
249	47533.006701/2015-92	206586698	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
250	47533.006702/2015-37	206586442	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
251	47533.006703/2015-81	206586647	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

252	47533.006705/2015-71	206586434	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
253	47533.006708/2015-12	206586507	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
254	47533.006710/2015-83	206586469	Contato Engenharia e Obras Ltda - EPP	PR
255	47533.014348/2015-14	207484082	R. Karam Industria e Comercio de Confeccoes - Eireli -	PR
256	47533.003875/2015-01	206037554	Santa Casa de Misericordia de Cambe	PR
257	47533.003876/2015-48	206037538	Santa Casa de Misericordia de Cambe	PR
258	47533.003877/2015-92	206037490	Santa Casa de Misericordia de Cambe	PR
259	46215.004111/2013-01	13957988	Fleury S. A.	RJ
260	46215.004124/2013-72	13957911	Fleury S. A.	RJ
261	46215.004126/2013-61	24150029	Fleury S. A.	RJ
262	46215.038335/2011-47	23071419	Transportes Futuro Ltda	RJ
263	46216.004288/2014-71	203020642	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
264	46216.004289/2014-15	203020707	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
265	46216.004290/2014-40	203020626	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
266	46216.004291/2014-94	203020693	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
267	46216.004292/2014-39	203020677	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
268	46216.004293/2014-83	203020669	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
269	46216.004294/2014-28	203020634	Construções e Comercio Camargo Correa S/A	RO
270	46216.000251/2015-54	205352405	Imperial Rondonia Fornecimento de Rec. Hum. P Terceiros	RO
271	46216.000252/2015-07	205352413	Imperial Rondonia Fornecimento de Rec. Hum. P Terceiros	RO
272	46216.000253/2015-43	205352391	Imperial Rondonia Fornecimento de Rec. Hum. P Terceiros	RO
273	46218.018793/2015-63	208330330	Cond. Edif. Long Beach Suite Service	RS
274	46218.014736/2015-13	207920061	SH Entretenimentos Ltda - ME	RS
275	46218.014108/2015-20	207803757	Sultecnica-Industria Mecanica Ltda	RS
276	46304.001161/2014-19	203360745	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
277	46304.001162/2014-55	203360915	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
278	46304.001163/2014-08	203361083	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
279	46304.001164/2014-44	203360583	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
280	46304.001165/2014-99	203359496	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
281	46304.001166/2014-33	203358724	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
282	46304.001167/2014-88	203358511	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
283	46304.001168/2014-22	203358163	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
284	46304.001169/2014-77	203354231	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
285	46304.001170/2014-00	203353901	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
286	46304.001250/2014-57	203395531	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
287	46304.001251/2014-00	203395671	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
288	46304.001308/2014-62	203425812	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
289	46304.001309/2014-15	203425871	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
290	46304.001310/2014-31	203457358	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
291	46304.001312/2014-21	203457331	Agro Florestal Industria e Comercio Ltda	SC
292	46220.003552/2015-71	207099057	Fundacao Universidade do Vale do Itajai	SC
293	46221.005923/2015-49	206889950	Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda.	SE
294	46221.013368/2015-29	208546600	Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda.	SE
295	46221.010716/2014-25	204894590	Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO	SE
296	46221.003901/2012-00	17989060	João Pacífico De Andrade Neto	SE
297	46268.003717/2014-87	205047203	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
298	46268.003719/2014-76	205046215	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
299	46473.011191/2008-35	15764567	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
300	46473.011192/2008-80	15764575	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
301	46473.006361/2013-27	202123031	Blinder Comercio e Servicos Especializados Ltda - ME	SP
302	46473.006363/2013-16	202123359	Blinder Comercio e Servicos Especializados Ltda - ME	SP
303	46473.006360/2013-82	202123014	Blinder Seguranca Patrimonial Ltda - EPP	SP
304	46473.006362/2013-71	202123367	Blinder Seguranca Patrimonial Ltda - EPP	SP
305	46473.006355/2013-70	202122778	Blinder Seguranca Patrimonial Ltda - EPP	SP
306	46473.006359/2013-58	202122794	Blinder Seguranca Patrimonial Ltda - EPP	SP
307	46258.000857/2014-12	203019873	CVC Steel - Estruturas Metalicas Ltda. - EPP	SP
308	46258.000855/2014-23	203019938	CVC Steel - Estruturas Metalicas Ltda. - EPP	SP
309	46258.000856/2014-78	203019750	CVC Steel - Estruturas Metalicas Ltda. - EPP	SP
310	46263.003806/2014-73	204450055	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
311	46263.003807/2014-18	204450071	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
312	46263.003808/2014-62	204450128	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
313	46263.003809/2014-15	204450152	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
314	46263.003810/2014-31	204450161	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
315	46263.003811/2014-86	204450187	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
316	46263.003813/2014-75	204450284	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
317	46263.003814/2014-10	204450322	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
318	46263.003815/2014-64	204450381	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
319	46263.003816/2014-17	204450403	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
320	46263.003817/2014-53	204450420	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
321	46263.003818/2014-06	204450462	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
322	46263.003819/2014-42	204450489	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
323	46263.003820/2014-77	204450527	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
324	46263.003821/2014-11	204450543	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
325	46263.003822/2014-66	204450560	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
326	46263.003823/2014-19	204450594	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
327	46263.003824/2014-55	204450616	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
328	46263.003825/2014-08	204450641	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
329	46263.003826/2014-44	204450675	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
330	46263.003828/2014-33	204450721	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
331	46263.003830/2014-11	204450853	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
332	46263.003831/2014-57	204450888	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
333	46263.003832/2014-00	204450926	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
334	46263.003833/2014-46	204450977	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
335	46263.003836/2014-80	204451141	ELM Industrializacao Montagem e Manutencao de Equipamentos Industriais Eireli	SP
336	46263.003812/2014-21	204450268	ELM Industrialização Montagem e Manutenção de Equipamentos Industriais Ltda.	SP
337	46263.003834/2014-91	204451043	ELM Industrialização Montagem e Manutenção de Equipamentos Industriais Ltda.	SP
338	46266.000023/2014-16	24752363	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
339	46266.000024/2014-52	202533395	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
340	46266.000025/2014-05	202533654	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
341	46266.000026/2014-41	202533492	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
342	46266.000027/2014-96	202533760	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
343	46266.000028/2014-31	202533891	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
344	46266.000029/2014-85	202534103	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
345	46266.000030/2014-18	202534430	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
346	46266.000031/2014-54	202534146	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
347	46266.000032/2014-07	202534308	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
348	46266.000033/2014-43	202534367	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
349	46266.000034/2014-98	202534464	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
350	46266.000035/2014-32	202534502	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
351	46266.000038/2014-76	202535011	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
352	46266.000039/2014-11	202535100	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
353	46266.000040/2014-45	202561046	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
354	46266.000041/2014-90	202561062	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
355	46266.000042/2014-34	202561224	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
356	46266.000043/2014-89	202561909	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
357	46266.000044/2014-23	202572994	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
358	46266.000045/2014-78	202573001	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
359	46266.000046/2014-12	202573010	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
360	46266.000047/2014-67	202573036	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
361	46266.000048/2014-10	202573044	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
362	46266.000049/2014-56	202573052	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
363	46266.000050/2014-81	202573061	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
364	46266.000051/2014-25	202573087	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
365	46266.000052/2014-70	202573079	FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda.	SP
366	46428.000440/2015-31	207688796	Ilda Aparecida Monetti Ltda - EPP	SP
367	46253.002110/2015-20	206893345	Leao Engenharia S.A.	SP
368	46258.002021/2014-52	203600185	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
369	46258.002022/2014-05	203600215	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
370	46258.002477/2014-12	203895495	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
371	46258.002478/2014-67	203895525	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
372	46258.002480/2014-36	203895631	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
373	46258.002481/2014-81	203895681	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
374	46258.002482/2014-25	203895771	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
375	46258.002483/2014-70	203902483	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
376	46258.002484/2014-14	203902831	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP
377	46258.000594/2015-22	206062362	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
378	46258.000596/2015-11	206062524	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
379	46258.000597/2015-66	206062656	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
380	46258.000608/2015-16	206062699	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
381	46258.000611/2015-21	206062729	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
382	46258.000613/2015-11	206062761	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
383	46258.000615/2015-18	206062800	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
384	46258.000617/2015-07	206062842	Lider Alimentos do Brasil S/A - em Recuperação Judicial	SP
385	46255.000787/2016-94	025854411	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

386	46253.001490/2010-71	21756619	MRV Engenharia e Participacoes S.A	SP
387	46253.001493/2010-12	21756570	MRV Engenharia e Participacoes S.A	SP
388	46253.001494/2010-59	21756597	MRV Engenharia e Participacoes S.A	SP
389	46256.000364/2014-01	202745228	Orlando Zancope & Cia. Ltda.	SP
390	46263.000332/2013-27	200142241	Prol Editora Gráfica Ltda	SP
391	46263.000333/2013-71	200142267	Prol Editora Gráfica Ltda	SP
392	46263.000334/2013-16	200142283	Prol Editora Gráfica Ltda	SP
393	46254.005024/2015-69	208130152	Raizen Centroeste Acucar E Alcool Ltda	SP
394	46254.005025/2015-11	208130225	Raizen Centroeste Acucar E Alcool Ltda	SP
395	46259.007091/2015-78	207824525	Raizen Energia S.A	SP
396	46259.007121/2015-46	207825327	Raizen Energia S.A	SP
397	46259.007122/2015-91	207825319	Raizen Energia S.A	SP
398	46259.007123/2015-35	207825301	Raizen Energia S.A	SP
399	46261.003330/2015-71	206085915	Terminal 12 A S.A.	SP
400	46261.003358/2015-17	207228922	Terminal 12 A S.A.	SP
401	46254.000430/2016-16	208005919	Transporte Versatil Ltda	SP
402	46226.001502/2015-07	206228716	Ipanema Seguranca Ltda	TO
403	46226.001507/2015-21	206228601	Ipanema Seguranca Ltda	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46208.011606/2014-59	200.337.904	Total Prestadora de Serviços e Locação Ltda.	GO
2	47747.005417/2015-93	200.501.038 - TRet nº 200.516.485	Auto Omnibus Floramar Ltda.	MG
3	47747.006538/2015-52	200.515.713	Viação Zurick Ltda.	MG
4	46222.011027/2012-66	200.013.939	Decol Decorações Engenharia e Comércio Ltda.	PA
5	46222.002626/2016-12	200.696.866	Fredlog Serviços de Entrega Ltda. - ME	PA
6	46212.012729/2016-18	200.741.535	Auto Viação São José dos Pinhais Ltda.	PR
7	47533.014356/2015-61	200.556.843	R. Karam Indústria e Comércio de Confecções - Eireli	PR
8	47533.010866/2014-88	200.340.905	TML Transportes Ltda.	PR
9	46216.000254/2015-98	200.422.375	Imperial Rondônia Fornecimento de Recursos Humanos para Terceiros	RO
10	46304.001311/2014-86	200.270.711	Agro Florestal Indústria e Comércio Ltda.	SC
11	46220.001967/2014-29	200.261.487	Comercial Atacadista de Alimentos Stock Ltda.	SC
12	46220.001971/2014-97	200.261.690	Supermercados Archer S.A.	SC
13	46220.001969/2014-18	200.261.517	Transarcher Transportes Ltda.	SC
14	46269.000390/2015-62	200.444.069	Centro de Recreação e Educação Infantil Aldeia Curumim	SP
15	46258.000858/2014-67	200.244.507	CVC STEEL - Estruturas Metalicas Ltda. - ME	SP
16	46261.002736/2015-37	200.516.540	JR Rodrigues Carreira Vestuário - ME	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.003755/2013-79	200314220	Natulab Laboratorio S.A	BA
2	47904.003756/2013-13	200314271	Natulab Laboratorio S.A	BA
3	47904.003757/2013-68	200314301	Natulab Laboratorio S.A	BA
4	47904.003758/2013-11	200314335	Natulab Laboratorio S.A	BA
5	47904.003760/2013-81	200314343	Natulab Laboratorio S.A	BA
6	47904.003761/2013-26	200314360	Natulab Laboratorio S.A	BA
7	47904.003763/2013-15	200314408	Natulab Laboratorio S.A	BA
8	47904.003764/2013-60	200314416	Natulab Laboratorio S.A	BA
9	47904.003765/2013-12	200314424	Natulab Laboratorio S.A	BA
10	47904.003767/2013-01	200314432	Natulab Laboratorio S.A	BA
11	47904.003768/2013-48	200314459	Natulab Laboratorio S.A	BA
12	47904.003769/2013-92	200314467	Natulab Laboratorio S.A	BA
13	47904.003771/2013-61	200314475	Natulab Laboratorio S.A	BA
14	47904.003773/2013-51	200314483	Natulab Laboratorio S.A	BA
15	47904.003774/2013-03	200314491	Natulab Laboratorio S.A	BA
16	47904.003776/2013-94	200314513	Natulab Laboratorio S.A	BA
17	47904.003777/2013-39	200314521	Natulab Laboratorio S.A	BA
18	47904.003778/2013-83	200314548	Natulab Laboratorio S.A	BA
19	47904.003779/2013-28	200314556	Natulab Laboratorio S.A	BA
20	47904.003785/2013-85	200318764	Natulab Laboratorio S.A	BA
21	47904.003787/2013-74	200318772	Natulab Laboratorio S.A	BA
22	47904.003789/2013-63	200318781	Natulab Laboratorio S.A	BA
23	47904.003790/2013-98	200318799	Natulab Laboratorio S.A	BA
24	47904.003792/2013-87	200318802	Natulab Laboratorio S.A	BA
25	47904.003794/2013-76	200318811	Natulab Laboratorio S.A	BA
26	47904.003796/2013-65	200318829	Natulab Laboratorio S.A	BA
27	47904.003797/2013-18	200319086	Natulab Laboratorio S.A	BA
28	47904.003799/2013-07	200319094	Natulab Laboratorio S.A	BA
29	47904.003800/2013-95	200319116	Natulab Laboratorio S.A	BA
30	47904.003801/2013-30	200319124	Natulab Laboratorio S.A	BA
31	47904.003803/2013-29	200319141	Natulab Laboratorio S.A	BA
32	47904.003804/2013-73	200319159	Natulab Laboratorio S.A	BA
33	47904.003805/2013-18	200319434	Natulab Laboratorio S.A	BA
34	47904.003808/2013-51	200317288	Natulab Laboratorio S.A	BA
35	47904.003809/2013-04	200317318	Natulab Laboratorio S.A	BA
36	47904.003810/2013-21	200317334	Natulab Laboratorio S.A	BA
37	47904.003811/2013-75	200317342	Natulab Laboratorio S.A	BA
38	47904.003812/2013-10	200317385	Natulab Laboratorio S.A	BA
39	47904.003813/2013-64	200317423	Natulab Laboratorio S.A	BA
40	47904.003814/2013-17	200317440	Natulab Laboratorio S.A	BA
41	47904.003815/2013-53	200317482	Natulab Laboratorio S.A	BA
42	47904.003816/2013-06	200317512	Natulab Laboratorio S.A	BA
43	47904.003817/2013-42	200317598	Natulab Laboratorio S.A	BA
44	47904.003818/2013-97	200317652	Natulab Laboratorio S.A	BA
45	47904.003819/2013-31	200317709	Natulab Laboratorio S.A	BA
46	47904.003820/2013-66	200317733	Natulab Laboratorio S.A	BA
47	47904.003821/2013-19	200317776	Natulab Laboratorio S.A	BA
48	47904.003824/2013-44	200321064	Natulab Laboratorio S.A	BA
49	47904.003825/2013-99	200321072	Natulab Laboratorio S.A	BA
50	47904.003826/2013-33	200321081	Natulab Laboratorio S.A	BA
51	47904.003827/2013-88	200321099	Natulab Laboratorio S.A	BA
52	47904.003828/2013-22	200321145	Natulab Laboratorio S.A	BA
53	47904.003829/2013-77	200321161	Natulab Laboratorio S.A	BA
54	47904.003831/2013-46	200321188	Natulab Laboratorio S.A	BA
55	47904.003832/2013-91	200321196	Natulab Laboratorio S.A	BA
56	47904.003833/2013-35	200321200	Natulab Laboratorio S.A	BA
57	47904.003834/2013-80	200321218	Natulab Laboratorio S.A	BA
58	47904.003835/2013-24	200321226	Natulab Laboratorio S.A	BA
59	47904.006343/2013-91	200524909	Natulab Laboratorio S.A	BA
60	47904.006344/2013-35	200524917	Natulab Laboratorio S.A	BA
61	47904.006345/2013-80	200524925	Natulab Laboratorio S.A	BA
62	47904.006346/2013-24	200524950	Natulab Laboratorio S.A	BA
63	47904.006347/2013-79	200524968	Natulab Laboratorio S.A	BA
64	47904.006348/2013-13	200524976	Natulab Laboratorio S.A	BA
65	47904.006349/2013-68	200524992	Natulab Laboratorio S.A	BA
66	47904.006350/2013-92	200525255	Natulab Laboratorio S.A	BA
67	47904.006351/2013-37	200525263	Natulab Laboratorio S.A	BA
68	47904.006352/2013-81	200525280	Natulab Laboratorio S.A	BA
69	47904.006353/2013-26	200525301	Natulab Laboratorio S.A	BA
70	47904.006354/2013-71	200525328	Natulab Laboratorio S.A	BA
71	47904.006355/2013-15	200525336	Natulab Laboratorio S.A	BA
72	47904.006356/2013-60	200525344	Natulab Laboratorio S.A	BA
73	47904.006357/2013-12	200525352	Natulab Laboratorio S.A	BA
74	47904.006358/2013-59	200525361	Natulab Laboratorio S.A	BA
75	47904.006359/2013-01	200525379	Natulab Laboratorio S.A	BA
76	47904.006360/2013-28	200525387	Natulab Laboratorio S.A	BA
77	47904.006361/2013-72	200525395	Natulab Laboratorio S.A	BA
78	47904.006362/2013-17	200525409	Natulab Laboratorio S.A	BA
79	47904.006363/2013-61	200525417	Natulab Laboratorio S.A	BA
80	47904.006364/2013-14	200525425	Natulab Laboratorio S.A	BA
81	47904.006365/2013-51	200525433	Natulab Laboratorio S.A	BA
82	47904.006366/2013-03	200525441	Natulab Laboratorio S.A	BA
83	47904.006367/2013-40	200525450	Natulab Laboratorio S.A	BA
84	47904.006368/2013-94	200525468	Natulab Laboratorio S.A	BA
85	47904.006369/2013-39	200525476	Natulab Laboratorio S.A	BA
86	47904.006370/2013-63	200525484	Natulab Laboratorio S.A	BA
87	47904.006371/2013-16	200525492	Natulab Laboratorio S.A	BA
88	47904.006372/2013-52	200525506	Natulab Laboratorio S.A	BA
89	47904.006373/2013-05	200525514	Natulab Laboratorio S.A	BA
90	47904.006374/2013-41	200525522	Natulab Laboratorio S.A	BA
91	47904.006375/2013-96	200525531	Natulab Laboratorio S.A	BA
92	47904.006376/2013-31	200525549	Natulab Laboratorio S.A	BA
93	47904.006377/2013-85	200525557	Natulab Laboratorio S.A	BA
94	47904.006394/2013-12	200525565	Natulab Laboratorio S.A	BA
95	47904.006395/2013-67	200525573	Natulab Laboratorio S.A	BA
96	47904.006398/2013-09	200525581	Natulab Laboratorio S.A	BA
97	47904.006399/2013-45	200525590	Natulab Laboratorio S.A	BA
98	47904.006400/2013-31	200525611	Natulab Laboratorio S.A	BA
99	47904.006435/2013-71	200525620	Natulab Laboratorio S.A	BA
100	47904.006436/2013-15	200525638	Natulab Laboratorio S.A	BA
101	47904.006437/2013-60	200525646	Natulab Laboratorio S.A	BA
102	47904.006438/2013-12	200525654	Natulab Laboratorio S.A	BA
103	47904.006439/2013-59	200525662	Natulab Laboratorio S.A	BA
104	47904.006440/2013-83	200525689	Natulab Laboratorio S.A	BA
105	47904.006441/2013-28	200525697	Natulab Laboratorio S.A	BA
106	47904.006442/2013-72	200525701	Natulab Laboratorio S.A	BA
107	47904.006443/2013-17	200525719	Natulab Laboratorio S.A	BA
108	47904.006444/2013-61	200525727	Natulab Laboratorio S.A	BA
109	47904.006445/2013-14	200525735	Natulab Laboratorio S.A	BA
110	47904.006446/2013-51	200525743	Natulab Laboratorio S.A	BA
111	47904.006482/2013-14	200526502	Natulab Laboratorio S.A	BA
112	47904.006483/2013-69	200526529	Natulab Laboratorio S.A	BA
113	47904.006484/2013-11	200526545	Natulab Laboratorio S.A	BA
114	47904.006485/2013-58	200526588	Natulab Laboratorio S.A	BA
115	47904.006486/2013-01	200526626	Natulab Laboratorio S.A	BA
116	47904.006487/2013-47	200526634	Natulab Laboratorio S.A	BA
117	47904.006488/2013-91	200526642	Natulab Laboratorio S.A	BA
118	47904.006489/2013-36	200526651	Natulab Laboratorio S.A	BA
119	47904.006490/2013-61	200526677	Natulab Laboratorio S.A	BA
120	47904.006491/2013-13	200526685	Natulab Laboratorio S.A	BA
121	47904.006492/2013-50	200526723	Natulab Laboratorio S.A	BA
122	47904.006493/2013-02	200526731	Natulab Laboratorio S.A	BA
123	47904.006494/2013-49	200526740	Natulab Laboratorio S.A	BA
124	47904.006495/2013-93	200526766	Natulab Laboratorio S.A	BA
125	47904.006496/2013-38	200526782	Natulab Laboratorio S.A	BA
126	47904.006497/2013-82	200526791	Natulab Laboratorio S.A	BA
127	47904.006498/2013-27	200526804	Natulab Laboratorio S.A	BA
128	47904.006499/2013-71	200526821	Natulab Laboratorio S.A	BA
129	47904.006500/2013-68	200526847	Natulab Laboratorio S.A	BA
130	47904.006501/2013-11	200526863	Natulab Laboratorio S.A	BA
131	47904.006502/2013-57	200526880	Natulab Laboratorio S.A	BA
132	47904.006503/2013-00	200526898	Natulab Laboratorio S.A	BA
133	47904.006504/2013-46	200526901	Natulab Laboratorio S.A	BA
134	47904.006505/2013-91	200526928	Natulab Laboratorio S.A	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

135	47904.006506/2013-35	200526936	Natulab Laboratorio S.A	BA
136	47904.006507/2013-80	200526979	Natulab Laboratorio S.A	BA
137	47904.006508/2013-24	200526987	Natulab Laboratorio S.A	BA
138	47904.006509/2013-79	200526995	Natulab Laboratorio S.A	BA
139	47904.006510/2013-01	200527011	Natulab Laboratorio S.A	BA
140	47904.006511/2013-48	200527045	Natulab Laboratorio S.A	BA
141	47904.006512/2013-92	200527053	Natulab Laboratorio S.A	BA
142	47904.006513/2013-37	200527061	Natulab Laboratorio S.A	BA
143	47904.006514/2013-81	200527070	Natulab Laboratorio S.A	BA
144	47904.006515/2013-26	200527088	Natulab Laboratorio S.A	BA
145	47904.006516/2013-71	200527096	Natulab Laboratorio S.A	BA
146	47904.006517/2013-15	200527100	Natulab Laboratorio S.A	BA
147	47904.006518/2013-60	200527118	Natulab Laboratorio S.A	BA
148	47904.006519/2013-12	200527126	Natulab Laboratorio S.A	BA
149	47904.006520/2013-39	200527134	Natulab Laboratorio S.A	BA
150	47904.006521/2013-83	200527151	Natulab Laboratorio S.A	BA
151	47904.006522/2013-28	200527169	Natulab Laboratorio S.A	BA
152	47904.006523/2013-72	200527177	Natulab Laboratorio S.A	BA
153	47904.006525/2013-61	200528840	Natulab Laboratorio S.A	BA
154	47904.006526/2013-14	200528858	Natulab Laboratorio S.A	BA
155	47904.006527/2013-51	200528866	Natulab Laboratorio S.A	BA
156	47904.006528/2013-03	200528874	Natulab Laboratorio S.A	BA
157	47904.006529/2013-40	200528882	Natulab Laboratorio S.A	BA
158	47904.006530/2013-74	200528891	Natulab Laboratorio S.A	BA
159	47904.006531/2013-19	200528904	Natulab Laboratorio S.A	BA
160	47904.006532/2013-63	200528921	Natulab Laboratorio S.A	BA
161	47904.006533/2013-16	200528939	Natulab Laboratorio S.A	BA
162	47904.006534/2013-52	200528947	Natulab Laboratorio S.A	BA
163	47904.006535/2013-05	200528955	Natulab Laboratorio S.A	BA
164	47904.006536/2013-41	200528963	Natulab Laboratorio S.A	BA
165	47904.006537/2013-96	200528971	Natulab Laboratorio S.A	BA
166	47904.006538/2013-31	200528980	Natulab Laboratorio S.A	BA
167	47904.006539/2013-85	200528998	Natulab Laboratorio S.A	BA
168	47904.006540/2013-18	200529005	Natulab Laboratorio S.A	BA
169	47904.006541/2013-54	200529013	Natulab Laboratorio S.A	BA
170	47904.006542/2013-07	200529021	Natulab Laboratorio S.A	BA
171	47904.006543/2013-43	200529048	Natulab Laboratorio S.A	BA
172	47904.007693/2013-74	200526707	Natulab Laboratorio S.A	BA
173	47904.007320/2012-12	24440531	Pirelli Pneus Ltda.	BA
174	47904.007321/2012-67	24440540	Pirelli Pneus Ltda.	BA
175	47904.007413/2012-47	24440167	Pirelli Pneus Ltda.	BA
176	47904.007415/2012-36	24440159	Pirelli Pneus Ltda.	BA
177	47904.007418/2012-70	24440141	Pirelli Pneus Ltda.	BA
178	47904.007420/2012-49	24440132	Pirelli Pneus Ltda.	BA
179	47904.007427/2012-61	24440116	Pirelli Pneus Ltda.	BA
180	47904.007430/2012-84	24440124	Pirelli Pneus Ltda.	BA
181	47904.007435/2012-15	24440108	Pirelli Pneus Ltda.	BA
182	47904.007437/2012-04	24440175	Pirelli Pneus Ltda.	BA
183	47904.007438/2012-41	24440183	Pirelli Pneus Ltda.	BA
184	47904.007439/2012-95	24440248	Pirelli Pneus Ltda.	BA
185	47904.007440/2012-10	24440256	Pirelli Pneus Ltda.	BA
186	47904.007441/2012-64	24440191	Pirelli Pneus Ltda.	BA
187	47904.007442/2012-17	24440205	Pirelli Pneus Ltda.	BA
188	47904.007444/2012-06	24440230	Pirelli Pneus Ltda.	BA
189	47904.007445/2012-42	24440264	Pirelli Pneus Ltda.	BA
190	47904.007446/2012-97	24440272	Pirelli Pneus Ltda.	BA
191	47904.007447/2012-31	24440281	Pirelli Pneus Ltda.	BA
192	47904.007448/2012-86	24440299	Pirelli Pneus Ltda.	BA
193	47904.007449/2012-21	24440302	Pirelli Pneus Ltda.	BA
194	47904.007450/2012-55	24440311	Pirelli Pneus Ltda.	BA
195	47904.007496/2012-74	24440213	Pirelli Pneus Ltda.	BA
196	46263.003827/2014-99	204450705	ELM Industrialização Montagem e Manutenção de Equipamentos Industriais Ltda.	SP
197	46263.003829/2014-88	204450811	ELM Industrialização Montagem e Manutenção de Equipamentos Industriais Ltda.	SP
198	46258.002479/2014-10	203895592	Lider Alimentos do Brasil S.A em Recuperacao Judicial	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.009754/2013-38	200918451	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
2	47904.009756/2013-27	200918397	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
3	47904.009757/2013-71	200918371	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
4	47904.009758/2013-16	200918354	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
5	47904.009759/2013-61	200918346	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
6	47904.009760/2013-95	200918320	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
7	47904.009762/2013-84	200912747	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
8	47904.009763/2013-29	200912721	Santa Cruz Acucar e Alcool Ltda	BA
9	46214.001307/2015-16	206104839	Servi San Vigilancia e Transporte de Valores Ltda	PI
10	46758.002157/2013-41	201164469	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
11	46758.002151/2013-73	200794639	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
12	46758.002153/2013-62	200794761	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
13	46758.002156/2013-04	200794787	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
14	46758.002162/2013-53	201164485	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
15	46758.002164/2013-42	201164477	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
16	46758.002170/2013-08	201164507	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
17	46758.002171/2013-44	201164493	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
18	46758.002172/2013-99	201164540	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
19	46758.002176/2013-77	200794655	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
20	46758.002184/2013-13	200794671	Kapital Servicos Terceirizados Ltda - EPP	RO
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46222.01289/2006-81	505.814.561 - TAD nº 506.697.371	K Kurohata	PA

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46758.002180/2013-35	200794701	Kapital Serviços Terceirizados Ltda. - EPP	RO
2	46758.002177/2013-11	200794710	Kapital Serviços Terceirizados Ltda. - EPP	RO

3- Pele sobrestamento dos processos:

3.1 - Pela procedência do auto de infração e encerramento do processo nos termos do art. 42 da Portaria nº 854/2015. O processo deverá ficar sobrestado até decisão judicial definitiva.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46256.002840/2015-09	207444633	São João Alimentos Ltda.	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46215.002845/2015-18
Entidade	SINDICATO DOS OPERADORES DE TRÁFEGO E GUARDADORES DE VEICULOS DO BRASIL
CNPJ	19.478.385/0001-25
Fundamento	NT 303/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 2 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 304/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: Sindicato do Comércio Varejista de Formosa e Região, CNPJ 17.572.674/0001-63, Processo 46208.003438/2013-47; (Impugnado) SINDIMACO-GO - Sindicato do Comércio de Material de Construção do Estado de Goiás, CNPJ 01.641.109/0001-70, Processo Administrativo n.º 46208.006736/2012-16; SINDIOPTICA - Sindicato do Com. Var. Mat. Óptico, J, R, C, Est. GO, CNPJ 03.813.193/0001-98, Processo Administrativo n.º 46000.007990/94-25; SINDILOJAS-GO - Sindicato do Comércio Varejista no Estado de Goiás, CNPJ 01.641.158/0001-03, Carta Sindical: L015 P080 A1942; SINCOPEÇAS-GO - Sind Com Var Veic Peç Aces P/Veic Est GO, CNPJ 00.079.624/0001-46, Processo Administrativo n.º Carta Sindical: L091 P027 A1981; SINCOVAGA-GO - Sindicato do Comércio Varej de Gên Alimentícios GO, CNPJ 02.922.110/0001-36, Carta Sindical: L089 P013 A1980; SINCOFAGO - Sindicato do Com Varej de Prod Farmac do Est de Goiás, CNPJ 00.278.671/0001-19, Carta Sindical: L099 P011 A1984; Sindicato do Comercio Atacadista no Estado de Goiás - SINAT, CNPJ 01.641.083/0001-60, Carta Sindical: L017 P062 A1948; SINDIAÇOUGUES - Sindicato Com. Varej. de Carnes Frescas Est. Goiás, CNPJ 01.641.117/0001-17, Carta Sindical: L020 P014 A1945, nos termos do art. 20 e 24 c/c art. 45, § 2º, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 305/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de Mediação as seguintes entidades: 1) Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Maranhão- SIND-UFMA, CNPJ n° 20.707.863/0001-00, Processo n° 46223.008743/2014-18; 2) ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ n° 00.676.296/0001-65, Processo n°24000.001266/90-77, Impugnação n° 46000.008355/2017-02; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013."

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho- Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do SINDTRAVEES - Sindicato das Pequenas e Microempresas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos do Estado do Espírito Santo, CNPJ 22.922.089/0001-86, Processo nº 46207.009035/2015-83, do inteiro teor do Ofício n.º 785/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 24/07/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR858308738JS, que terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de alteração estatutária, nos termos do parágrafo único, art. 27, inciso I da Portaria 326/2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho- Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do SINTRAF - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiar de José de Freitas-PI, CNPJ 09.531.734/0001-71, Processo nº 46214.005174/2010-34, do inteiro teor do Ofício n.º 939/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 23/08/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR889031547JS, que terá o prazo improrrogável de 90 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de alteração estatutária, nos termos do parágrafo único, art. 27, inciso IV da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de Alteração Estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013 e torna sem efeito a publicação exarada no DOU de 10/03/2017, Seção 1, fls. 77, nº 48, nos termos dos arts. 53 e 54, da Lei nº 9.784/99.

Processo	46312.001598/2014-45
Entidade	Sindicato dos trabalhadores e servidores da administração do Estado de Mato Grosso do Sul - SINDSAD-MS
CNPJ	01.952.241/0001-01
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Mato Grosso do Sul
Categoria	Categoria de Servidores Públicos Estaduais da Administração Direta e Indireta (Autarquias e Fundações) do Estado de Mato Grosso do Sul, ativos e inativos.
Fundamento	NT 306/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO Nº 16, DE 3 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO Nº: 51402.102691/2014-10
INTERESSADO: ECOPLAN ENGENHARIA LTDA.
ASSUNTO: Recurso Hierárquico.

1. Vistos e examinados os autos do Processo nº 51402.102691/2014-10, considerando os fundamentos jurídicos e técnicos expostos no Parecer nº 00817/2017/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho n° 01475/2017/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica desta Pasta, e na Nota Técnica n° 06/2017/AECI-MTPA, da Assessoria Especial de Controle Interno deste Ministério, respectivamente, DEIXO DE CONHECER o Recurso Hierárquico interposto pela Ecoplan Engenharia Ltda., uma vez que os recursos cabíveis contra atos de gestão praticados no âmbito da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. devem ser direcionados, em última instância, ao dirigente máximo da aludida empresa pública.

2. Dê ciência ao interessado acerca do teor desta decisão e, em seguida, encaminhem-se os autos a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para conhecimento e providências subsequentes.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.008, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.009108/2018-30, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 183-002, Revisão B (IS 183-002B), intitulada "Credenciamento de Pessoa Física na SAR".

Art. 2º Aprovar a Instrução Suplementar nº 145.151-001, Revisão C (IS 145.151-001C), intitulada "Cadastramento de Responsável Técnico de Organização de Manutenção de Produto Aeronáutico".

Art 3º As Instruções de que tratam os artigos 1º e 2º encontram-se disponíveis no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO TARQUINIO JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 16, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 50300.010143/2016-99. Fiscalizada: RODRIMAR S.A. TERMINAIS PORTUÁRIOS E ARMAZÉNS GERAIS, CNPJ nº 07.836.442/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade advertência, pela prática da infração tipificada no inciso XXII do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

DESPACHO Nº 24, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 50300.010145/2016-88. Fiscalizada: RODRIMAR S.A. TERMINAIS PORTUÁRIOS E ARMAZÉNS GERAIS, CNPJ nº 07.836.442/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, aplicando penalidade de multa no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), pela prática da infração tipificada no inciso XXII do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 59, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.203140/2018-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio - CONCER, para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Técnico n.º 023/2018/GEINV/SUINF, de 07 de março de 2018.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio - TBP serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 491ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2018

Ao trigésimo dia do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, às onze horas, na sala de reuniões da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, situada na Avenida da França, nº. 1551, Estação Marítima Visconde de Cairu, 1º Andar - Comércio, na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, compareceram os Conselheiros REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ - representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Presidente do Conselho; AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA - representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; CLEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA - representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA - representante do Ministério do Planejamento; TÂNIA REGINA GOMES SANTOS - representante da Classe dos Trabalhadores; CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO - representante do Estado da Bahia; OSVALDO CAMPOS MAGALHÃES - representante da Classe Empresarial. Convidados: Rondon Brandão do Vale, Diretor Presidente - DPR, Erianísio dos Anjos Borges, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira - DAF; Marise Prado de Oliveira Chastinet, Diretora Comercial e de Desenvolvimento - DCD; e Giselly Ferreira Parente Sena, Gerente de Auditoria Interna - GAI, quando foram tratados os assuntos a seguir: 1 - Eleição e Posse do novo Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária - DIP: O Presidente do Conselho de Administração, deu conhecimento do Ofício nº 49/2018/ASSAD/GM, datado de 24/01/2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e aprovação prévia de indicações para Administradores e Conselheiros Fiscais - Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC), gerado em 29/01/2018, que confirmou a indicação do Senhor CARLOS HENRIQUE TABOADA SILVA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, em substituição à Senhora Tânia Regina Gomes Santos. Submeteu à votação do Conselho, a eleição e posse, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE TABOADA SILVA, brasileiro, divorciado, Administrador, RG n° 778.310-80 SSP-BA, CPF: 141.343.145-34, residente e domiciliado à avenida Orlando Gomes, Condomínio Parque Costa Verde, Rua D, Casa 43, Piatã, CEP 41.650-253, Salvador, Bahia, nos termos exigidos pelo Decreto n.º 8.945, de 2016, que foi verificado pelo Comitê de Elegibilidade, após diligências requeridas pelo CDA, registradas na ata da 490ª Reunião Ordinária, instituído pela Deliberação/CDA nº025/2017, de 27/11/2017, conforme registrado em sua Ata de reunião, realizada em 25/01/2018, processo administrativo nº24/2018, com prazo de gestão de 30/01/2018 a 20/12/2019. Após votação, o Presidente do Conselho declarou empossado o senhor Carlos Henrique Taboada Silva com a assinatura do Termo de Posse. O Conselho agradeceu à Diretora Tânia Gomes Santos pelo seu empenho durante sua interinidade, ressaltou o quão importante foi sua gestão para a continuidade das atividades da Companhia e reestabeleceu seu retorno como conselheira deste Colegiado. O Presidente da CODEBA, Dr. Rondon Brandão, registrou agradecimentos à diretora interina pelo seu desempenho durante este período. O Conselho deu boas vindas ao novo Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária, o Sr. Carlos Henrique Taboada Silva, desejando que faça uma boa gestão. Como nenhum assunto mais foi tratado, o presidente deu por encerrada a reunião, mandando lavrar a presente Ata, que após lida, discutida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros presentes e pela Secretária do Conselho. REGINALDO ROBERTO ALBUQUERQUE DE SÁ. Presidente. PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA. Membro. CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO. Membro. OSVALDO CAMPOS MAGALHÃES. Membro. LEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA. Membro.TÂNIA REGINA GOMES SANTOS. Membro. AUGUSTO CÉSAR CARVALHO BARBOSA DE SOUZA. Membro. MARIA SUELY MARTINS. Secretária. É cópia autêntica da ata original. JUCEB - Junta Comercial do Estado da Bahia. Certifico o Registro sob o nº97740449 em 07/03/2018, Protocolo: 180050621 de 23/02/2018. Empresa: 29300003832 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.467, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3754 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO CONTINENTE PARK SHOPPING, CNPJ nº 20.211.636/0001-90, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 529/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.544, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10320 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMANDO SEGURANÇA ESPECIAL LTDA, CNPJ nº 55.680.094/0001-89, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 417/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.658, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6693 - DPF/UGA/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAST VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.604.200/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 624/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.709, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104035 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa S.A. LEÃO IRMÃOS AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 12.275.715/0001-36 para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 639/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.716, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9996 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0007-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 642/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.720, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14017 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 627/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 1.728, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15490 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0002-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 607/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.748, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6641 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA TRAPICHE S/A, CNPJ nº 10.820.645/0001-24 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 664/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.779, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19378 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRO QUIMICA MARINGA S/A, CNPJ nº 61.980.181/0001-54 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.783, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19558 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TODESCHINI S.A. INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 87.547.170/0001-79 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.784, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19652 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALVO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, CNPJ nº 61.116.828/0001-02 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 1.825, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16944 - DPF/TLS/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A, CNPJ nº 07.401.436/0001-31 para atuar no Mato Grosso do Sul.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.828, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17704 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AVI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.738.828/0001-90, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
22 (vinte e dois) Revólveres calibre 38
264 (duzentas e sessenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.833, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19965 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRESENIUS KABI BRASIL, CNPJ nº 49.324.221/0008-80 para atuar no Ceará.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.837, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20014 - DPF/ITZ/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CEFAV - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 11.391.962/0001-35, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.840, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20298 - DPF/PCA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEMPREL-SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA ME, CNPJ nº 07.014.229/0001-24, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.846, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21162 - DPF/URA/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa D FERNANDES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA -ME, CNPJ nº 27.367.795/0001-27, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente MEDEIROS & MEDEIROS VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.-ME, CNPJ nº 13.597.520/0001-75:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MEDEIROS & MEDEIROS VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.-ME, CNPJ nº 13.597.520/0001-75:

108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.848, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21418 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre .380

1000 (uma mil) Munições calibre 12

2000 (duas mil) Munições calibre 38

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38

4000 (quatro mil) Estojos calibre 38

8194 (oito mil e cento e noventa e quatro) Gramas de pólvora

30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38

2000 (duas mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

2000 (dois mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.852, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21713 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FIEL CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.520/0003-55, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38

40000 (quarenta mil) Gramas de pólvora

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre .380

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre .380

18000 (dezoito mil) Buchas calibre 12

410 (quatrocentos e dez) Quilos de chumbo calibre 12

18000 (dezoito mil) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.863, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4794 - DPF/SAG/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA, CNPJ nº 03.994.920/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 288/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.873, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21079 - DPF/SNM/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TAPAJÓS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 28.902.654/0001-20, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 856, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5968/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CORREA E BITENCOURT SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.015.073/0001-73, sediada no Rio Grande do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/67253.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 857, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5969/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a ACF VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 14.001.425/0001-20, sediada no Espírito Santo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/85434.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 862, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5974/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a VIGAL VIGILANCA ALAGOANA LTDA, CNPJ nº 06.086.005/0001-65, sediada em Alagoas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/94891.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 863, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5975/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a TOCANTINS VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 11.461.113/0001-00, sediada em Tocantins, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/97380.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 864, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5976/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a UNISEG VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 08.227.136/0001-40, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/100334.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 909, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 6057/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a NORSERV - NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 07.326.721/0001-35, sediada no Ceará, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/97163.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

Fica o autuado notificado a realizar o pagamento da multa em até 30 (trinta) dias, sob pena de incidência de multa e juros de mora. A expedição da Guia de Recolhimento da União - GRU deverá ser feita através do sistema GESP.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 962, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 6290/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a KI AVIONICS ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 03.727.047/0001-40, sediada em Goiás, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/103291.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 969, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 6297/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a SSWAT SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.960.659/0001-39, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/105422.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

Fica o autuado notificado a realizar o pagamento da multa em até 30 (trinta) dias, sob pena de incidência de multa e juros de mora. A expedição da Guia de Recolhimento da União - GRU deverá ser feita através do sistema GESP.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.138, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08707.000819/2018-69 - DPF/AQA/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa CONDOMINIO JABOTICABAL SHOPPING, CNPJ nº 01.610.392/0001-73, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.139, DE 13 DE MARÇO DE 2018.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08707.000816/2018-25-DPF/AQA/SP, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa MINERVA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 07.955.536/0001-00, localizada no Estado de RONDÔNIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.140, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.000268/2018-11-DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa TECNOSAFE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº 03.350.465/0001-60, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA e o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente, bem como a defesa do patrimônio público e do meio ambiente;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, caput, II da CF/88);

CONSIDERANDO que por força de comando constitucional, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano causado (art. 225, § 3º, da CF/88);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.703, de 21 de julho de 2005, reservou uma área de terras medindo 1.937,4246 (mil, novecentos e trinta e sete vírgula quarenta e dois ares e quarenta e seis centiares) para fins de transferência às empresas interessadas na implantação de projetos industriais de relevante interesse socioeconômico do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as notícias de contaminação de grandes proporções, no dia 17/02/2018, provocada pelo vazamento de rejeitos e substâncias tóxicas, como chumbo, bauxita e soda cáustica, decorrente de atuação da empresa mineradora Hydro Alunorte, atingindo solo e água de comunidades ribeirinhas, em vários pontos do Município de Barcarena, conforme relatado por moradores e tendo em vista os elementos coletados in loco pelo Promotor de Justiça em Barcarena, Laércio Guilhermino de Abreu e sua equipe técnica, e confirmado pelo Instituto Evandro Chagas, conforme Nota Técnica SAMAM-IEC nº 002/2018;

CONSIDERANDO o teor da Nota Técnica SAMAM-IEC nº 002/2018, do Instituto Evandro Chagas, que aponta ter havido vazamento de contaminantes da empresa Hydro Alunorte para o ambiente externo, destacando a existência de risco atual às comunidades da região;

CONSIDERANDO a tramitação nas Promotorias de Justiça de Barcarena do Inquérito Civil nº 001/2018-MP (SIMP nº 000654-710/2018); na Promotoria Agrária da I Região (Castanhal) do Inquérito Civil nº 000980-040/2018, instaurado pela Portaria nº 12/2018; e a tramitação na Procuradoria da República no Estado do Pará do Inquérito Civil nº 1.23.000.000498/2018-98, instaurado pela Portaria nº 63/2018, todos visando apurar dos fatos danosos ao meio ambiente e a responsabilização cível e criminal dos culpados, decorrentes da proliferação dos rejeitos oriundos do rompimento de barragens da Empresa Norsk Hydro;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação conjunta que promova a apuração e a proposição de medidas acautelatórias e protetivas para a população e meio ambiente;

RESOLVEM:

Art. 1º Criar Força Tarefa para definir e implementar estratégias de atuação do Ministério Público do Estado do Pará e do Ministério Público Federal no acompanhamento dos danos ambientais causados pela empresa Hydro Alunorte no município de Barcarena/PA, de forma mais eficiente, qualificada e integrada.

§ 1º A Força Tarefa a que se refere o caput será composta:

I - pela Coordenadora e pelo Promotor de Justiça Auxiliar do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Pará;

II - pelos Promotores de Justiça titulares da Comarca de Barcarena e por aqueles que se encontrarem em substituição na referida Comarca;

III - pela Promotoria de Justiça Agrária da I Região (Castanhal);

IV - pelos Procuradores da República Ricardo Augusto Negrini, Felipe de Moura Palha e Silva e Ubiratan Cazetta.

§ 2º Poderão ser convidados a participar de reuniões da força tarefa profissionais com reconhecida experiência e conhecimento técnico-científico ou tradicional relativo ao tema a ser tratado.

Art. 2º São objetivos e produtos esperados pela força tarefa:

I - investigar os danos e promover a responsabilidade dos seus agentes, respeitado o princípio do promotor natural;

II - promover a indenização das vítimas e a reparação dos danos, respeitado o princípio do promotor natural;

III - analisar, discutir e qualificar aspectos e questões referentes aos impactos sociais e ambientais decorrentes de vazamento de materiais, resíduos e rejeitos químicos de atividades desenvolvidas pela empresa Hydro Alunorte;

IV - reunir informações e sistematizar as conclusões dos assuntos objeto de apuração, com vistas a definir a estratégia de atuação integrada dos Ministérios Públicos;

V - atuar junto ao Poder Público, nas várias esferas de atribuição correlatas, com objetivo de contribuir para a elaboração, complementação ou correção das políticas públicas pertinentes e das compensações socioambientais adequadas e necessárias;

VI - propor, em conjunto ou separadamente, as medidas administrativas e judiciais para compelir os responsáveis pela poluição ambiental causada pela empresa Hydro Alunorte a promover a devida remediação e a indenização pelo dano;

Art. 3º A força tarefa realizará reuniões, ordinariamente, em Belém, preferencialmente, uma vez ao mês e, extraordinariamente a qualquer tempo; registrando em ata suas deliberações quanto à organização, funcionamento e coordenação simultânea dos trabalhos por cada instituição envolvida.

Art. 4º Para o pleno funcionamento e alcance dos objetivos da Força Tarefa e visando a economicidade dos recursos materiais e humanos, cada Ministério Público nomeará servidores e técnicos em apoio à força tarefa.

Art. 5º A força tarefa funcionará em caráter permanente até ulterior deliberação.

Art. 6º Os casos omissos serão decididos pela chefia de cada instituição, conforme as respectivas atribuições.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da República

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA 194ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2018

Início: 10h16.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária), Sandra Lia Simón, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies, Edelamare Barbosa Melo e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Júnia Soares Nader e Eneas Bazzo Torres (Suplente convocado). Presentes o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello, o Ouvidor do MPT Rogério Rodriguez Fernandez Filho e o representante da ANPT o Procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Deliberações:

01 - PGEA 003568.2018.00.900/3.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Fixação de ofícios vagos de Procuradores do Trabalho, referentes ao 20º concurso público (art. 194, § 1º, LC 75/93).

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, acolhendo sugestão do Procurador-Geral do Trabalho decidiu, à unanimidade, na forma do art. 194, § 1º, da LC nº 75/93, disponibilizar 6 (seis) Ofícios vagos de Procurador do Trabalho, sendo 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 1ª Região, 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 12ª Região, 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 9ª Região, 1 (um) Ofício para a Sede da PRT 10ª Região e 2 (dois) Ofícios para a Sede da PRT 2ª Região, a serem ofertados, após concurso interno de remoção, a candidato(s) aprovado(s) no 20º concurso público de provas e títulos para o cargo de Procurador do Trabalho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Júnia Soares Nader e Eneas Bazzo Torres (Suplente convocado).

Término: 10h25.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA Nº 8, DE 20 DE MARÇO DE 2018
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausente, por motivo de férias, o Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 016.874/2014-5 e 035.426/2017-9, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 006.549/2017-9, 007.408/1996-0, 009.680/2001-3, 022.150/2012-9, 027.939/2014-6, 030.664/2012-8 e 036.528/2011-0, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro;

- 005.839/2016-5, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

- 000.110/2018-3, 000.269/2018-2, 000.605/2018-2, 000.873/2018-7, 000.887/2018-8, 000.960/2018-7, 001.191/2014-4, 001.644/2018-1, 001.704/2018-4, 001.805/2018-5, 001.810/2018-9, 001.867/2007-5, 001.998/2018-8, 002.003/2018-0, 002.012/2018-9, 002.016/2018-4, 002.022/2018-4, 002.028/2018-2, 002.030/2018-7, 002.261/2015-4, 002.766/2018-3, 003.595/2017-0, 004.423/2017-8, 004.772/2007-3, 006.051/2017-0, 008.947/2016-3, 009.299/2015-7, 012.470/2017-1, 015.156/2016-8, 017.245/2015-0, 020.446/2017-9, 020.937/2017-2, 022.499/2017-2, 022.648/2006-2, 023.405/2017-1, 024.120/2017-0, 024.543/2017-9, 028.391/2017-9, 028.553/2017-9, 030.813/2015-8, 031.866/2017-4, 032.425/2017-1, 032.480/2017-2, 033.297/2015-0, 033.498/2017-2, 033.527/2013-0, 034.263/2017-9, 034.782/2017-6, 034.783/2017-2, 035.085/2017-7, 035.112/2017-4 e 035.270/2017-9, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

- 031.594/2016-6, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2012 a 2138.

RELAÇÃO Nº 8/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2012/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.367/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agostinho Antonio Hames (289.425.589-68); Benedicto Carlos de Magalhães (219.458.020-49); Carlos Alberto Martin (153.056.940-00); Carolina Gonçalves Cabral (499.102.809-49); Cristina Mellos de Souza (455.533.609-78); Joice Ferrari da Costa (395.522.330-20); Marcos Laffin (484.853.069-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2013/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.865/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José de Magalhães Siqueira (454.254.426-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2014/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.873/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aurélia Lopes Gomes (439.746.009-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2015/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.879/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Glen Marcos Alfradique Ferreira (492.579.437-04); Glória Aparecida Alves Vianna de Oliveira (533.562.097-87); Glória de Melo Tonacio (963.263.607-49); Iracema Campelo (848.101.817-15); Isabel Cristina Guimarães Castro (496.005.677-00); Iza Correa Ribeiro (748.246.197-34); Iza Maria Brimana (281.086.636-87)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2016/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.913/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Aparecida de Brito (032.179.128-29); Samuel Ponce de Freitas (266.148.987-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2017/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.918/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Dalva Aldina da Silva (424.929.636-91); Maria Cristina Simas do Nascimento (331.372.696-87); Rosângela Fernandes Lagoa Pereira (381.114.116-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2018/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.927/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sandra Regina Bertocini (200.616.681-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2019/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.976/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelia Fátima da Fonseca (217.862.836-20); Carla Pereira dos Reis Santos (256.938.836-04); Francisco José Neto (196.262.156-15); Geralda Fátima Guerra Lages (343.724.906-15); Geraldo Perdigão (008.202.966-00); Helcio José de Paula Batista (155.819.186-00); José Carlos Rodrigues de Oliveira (174.941.686-72); José Lucio dos Santos (359.280.006-00); José de Assis Gualipapes Fideles (280.119.886-20); Julio Cesar Portugal Vale (200.944.006-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2020/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.981/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Pires Benjamin (089.348.354-00); Aurea Carneiro (154.070.204-91); Avany Lucia Dantas (003.220.834-00); Elisabeth Carvalho Lucena (113.733.004-00); Francisco de Assis Gonçalves da Silva (084.241.954-34); Ivo Sergio Correia Borges da Fonseca (018.180.234-15); Manoel Ernesto Gomes (124.206.384-68); Maria Enedina de Carvalho Miranda Marques (191.119.914-53); Maria Helena Honorio de Azevedo (141.947.834-68); Maria José Aciole de Oliveira Lima (203.715.514-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2021/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.935/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Bonfim Araujo (212.667.275-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2022/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.974/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Livino Feitosa (024.987.404-06)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão João Cleofas - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2023/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.979/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adolfo Bezerra (177.801.364-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2024/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.984/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Rosa Bayma Azevedo (005.642.902-97)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2025/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.992/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ernane Fidelis dos Santos (004.899.056-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2026/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.039/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dora Bambirra (523.741.906-25); José Eduardo da Fonseca (000.756.986-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2027/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.046/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Carlos de Souza Lima (007.040.590-53); Chloris Maria Pinto de Oliveira (375.583.230-53); Claudio Gilberto Padilha (100.057.220-04); Joel Leal de Medeiros (067.062.310-53); Lourenço Peres (077.131.420-53); Milton Pecis Abramovich (000.087.020-04); Santa Rita Tormes Selbach (267.747.470-00); Vitoria Veimar Soares de Souza (184.677.920-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2028/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.051/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Joel Lauzer (008.212.920-72); Neuro José Dalla Lasta (064.240.150-00); Olga da Silva Vargas (677.686.100-59)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2029/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.133/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abirlene Gonçalves dos Santos (036.320.006-11); Alexandre Delfino Xavier (063.729.876-43); Bárbara Ferreira Matias Bianch (088.937.256-06); Cláudia Geralda de Souza Maia Alves (066.915.696-52); Cristiane Alves Anacleto (065.711.776-50)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2030/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.140/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aland Waldow (663.147.710-72); Alexandre Miguel Haisi Klita (026.238.739-50); Aline Massaroli (063.479.849-97); Carlos Alberto do Amaral Medeiros (667.020.462-00); Fernanda Didoné Piovezana (010.592.609-48)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2031/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.146/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Larissa Silva Melo (095.768.526-25); Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli (287.269.598-28); Roberta Silveira Santiago (014.570.706-77)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2032/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.154/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Catharina Romero (130.351.977-17); Clarice Del George Ferreira (797.267.557-00); Clarisse Chaves Goldschmidt (021.596.637-60); Cláudia Regina dos Reis Thees Rodrigues (043.537.697-74); Cristiane Magali de Deus (004.912.777-25)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2033/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.155/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Cristiane Vargas Guimarães (113.017.517-07); Cristina Jardim Batista (124.654.337-09); Daniela Dantas Martins Ribeiro (042.878.177-29); Daniele Simas Pereira Alves (109.973.947-06); Débora de Lima do Carmo (118.757.737-54)

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2034/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.160/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Mariza Perobelli (501.370.770-68)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2035/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.165/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro (039.326.748-20); Tulio Konstantyner (108.360.068-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2036/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.171/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caciana da Rocha Pinho (040.209.656-84); Camila Guimarães Monteiro de Freitas Alves (115.983.097-57); Cassiano Mendes Franco (103.681.727-08); Leonardo Luís da Silva Nardi (076.865.997-36); Lígia Scarpa Bensadon (328.219.428-50)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2037/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.176/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Enoque Marques Portes (054.105.476-75); Gustavo Matarazzo Rezende (368.232.238-80); Heloísa Bressan Gonçalves (322.269.118-55); Hugo Hissashi Miyata (072.620.879-59); Laura Beatriz Alves (370.009.438-82)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2038/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.183/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Marina de Paiva Lemos (114.269.526-35); Nathalia Silva Gomes (074.752.386-01)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2039/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.252/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Paola Tonello (059.522.869-09); Beatriz Cristina Konopatzki Hirota (034.423.729-09); Luana Fonseca Duarte Fernandes (075.072.189-88); Luís Gustavo de Castro (018.525.709-70); Prima Soledad Montiel Lezcano (006.975.879-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2040/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.030/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Pieruccini Colvero (684.001.870-91); Felipe Costa Fuchs (001.049.270-46); Letícia Pinto Kras Borges Alvarenga (001.281.850-07)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2041/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.474/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Camilo Coelho da Silva e Souza (361.577.768-97); Vitor Nogoceke Sifuentes (723.328.321-49); William Augusto Casteleins Cecilio (026.157.269-51)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2042/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.481/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaci Poli (219.305.979-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2043/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.484/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Ronaldo Alves (012.008.465-16)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2044/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.493/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cícero Raimundo da Silva Junior (678.468.404-44); Erval Gregorio Rosa de Oliveira (919.356.284-53); Luis Felipe Diniz Cabral de Araújo (053.987.274-19)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2045/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.512/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Roberto Eduardo Bueno (850.288.949-49); Saulo Silva Lima Filho (060.897.169-36)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2046/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.722/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denilson Silva de Vasconcelos (822.336.162-00); Denise Cristina Macedo de Medeiros (007.514.203-10); Diogo Emanuel Mendes Viana (049.579.133-40); Edjan Alcântara Oliveira (787.239.303-49); Ezequiel Alves Salazar (069.383.863-90); Flaézio Vieira Barbosa (601.923.523-85); Fábio Sousa Batalha (010.630.423-21)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2047/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.731/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele dos Santos Grillo Queiroz de Jesus (119.519.577-09); Guilherme Moreira Carvalho (147.578.367-16); Helena Maria Lopes dos Santos (121.687.827-76); Henrique Dornel da Silva (124.544.927-33); Hugo Santos de Macedo Rego (119.229.247-25); Jacqueline de Assis Passos (893.051.917-20); Miqueias da Silva Fernandes (928.726.111-34); Monica Baesso Monteiro de Castro (061.352.456-00); Monica Menezes de Souza (663.757.207-10); Natalia Gomes de Assis Carvalho Nascimento (124.635.627-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2048/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.796/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Araujo Mendonça (052.692.896-44); Christhian Kele Gomes Pereira (060.771.176-09); Cibelle Matias Neves (083.332.836-08); Rafael Barros Silva (317.377.538-47); Wtemberg Gonçalves de Souza (074.201.936-57)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2049/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.810/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luís Henrique Loose (016.782.370-19); Marília Wortmann Marques (820.267.850-15); Maíra Frigo Flôres (001.082.760-90); Paulo Henrique de Souza Oliveira (009.033.310-12); Rafaela Pereira Rodrigues (026.211.730-47)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2050/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.820/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Duarte Rei (124.663.247-09); Bruno dos Santos Gouvêa (057.538.957-51); Camile Jantalia Barbosa (080.678.827-54); Carla Silva do Nascimento (109.625.517-08); Carla Veronica Cesar Trigo (052.134.647-93)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2051/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.827/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Loyola Silva (058.259.847-80); Dione Sousa Albuquerque de Lima (037.964.604-88); Estevão Cristian da Silva Leite (121.652.827-64); Filipe Nery Dutra Cabral Gomes (073.578.104-45); Gabriela Sousa Ribeiro (643.831.133-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2052/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.834/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dercio Luiz Reis (512.370.917-72); Edilane Mendes dos Santos (792.929.502-82); Elidiane Pires Barbosa (882.618.832-72); Enio de Souza Tavares (735.872.652-91); Eric Lima de Melo (007.280.882-90)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2053/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.839/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marco Antonio dos Santos Farias (221.722.518-95); Marcos Marques da Silva (780.031.489-87); Maria Cristhiane de Araujo Zurra (994.145.382-91); Matheus Pena da Silva e Silva (015.094.472-10); Neila da Silva de Souza (880.903.702-25)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2054/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.844/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Aisllan Diego de Assis (932.127.471-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2055/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.020/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Liliane Ângela de Oliveira (007.073.191-88); Liliane Bastos Martins Elvas (006.655.753-43); Liliane de Oliveira Ramos (015.794.726-21); Lisiane Lidia Arouche (010.740.573-33); Livia Alves da Justa (038.737.403-54); Livia Aragão Morais (003.618.253-23); Livia Brandão de Brandão (124.645.407-65); Livia Carolina Santos Ataíde de Vasconcelos (039.853.574-47); Livia Mara Braga Cabral Ramos (989.397.341-49); Livia Maria Dias Oliveira Bustamante (080.522.857-80); Livia Paula de Freitas Carvalho (062.985.956-60); Lohane Suzart Martins (027.071.691-29); Lorena Aparecida Galhardo Ribeiro (971.816.841-91); Lorena Cavalcante Braga Pires (009.720.475-73); Lorena Magale Dantas Cirino (074.789.807-32); Lorena Rocha Souza (997.409.315-53); Lorena de Amorim Grando (952.459.441-20); Lourena de Araujo Barreto (704.136.304-04); Luana Campos Penido (041.120.066-67); Luana Costa Vieira (031.449.034-50)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2056/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.081/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Edilene Gomes Coelho (726.973.003-25); Maria Ester Ramos Silva Santos (528.296.005-25); Maria Eugenia Baltazar Guimarães (646.613.503-91); Maria Fernanda Simas Souza (027.463.615-82); Maria Francisca Maximo Dantas (057.034.534-02); Maria Goretti Barbosa de Souza (382.613.084-72); Maria Helena Brito de Sousa Pereira da Silva (887.424.153-49); Maria Helena de Assunção Pestana (137.152.401-72); Maria José da Silva Albuquerque (977.435.854-68); Maria Lucia Derisso (624.221.208-06); Maria Luiza Pio Ferreira Colombo (004.365.039-21); Maria Nazaré Gaiva Mattos (414.346.506-00); Maria Petilo Fonte Boa (030.213.115-98); Maria Rosalina Bulcão Loureiro (018.041.953-67); Maria Suely Rodrigues da Silva (784.699.374-72); Maria Teresa dos Reis Batalha (432.297.863-00); Mariana Barbosa Fonseca Gonçalves (011.778.214-94); Mariana Cunha Motta (225.230.328-05); Mariana Gonçalves de Souza (110.736.716-66); Mariana Gontijo Borges (060.294.996-37)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2057/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.090/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruna Carla Voltolini (083.120.179-76); Bruno Gonçalves Martins (070.218.419-57); Eliana Kazue Moriguchi (286.466.218-39); Gislene Maria Ramos (041.005.239-63); Jaqueline Luiza Horbach (059.495.199-22); Rita de Cássia da Silveira Cordeiro (000.952.727-39); Rubens Ferrari (641.680.859-53); Tiago Duarte do Nascimento (064.433.929-22); Vinicius Guilherme Hoffmann (050.861.569-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2058/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.098/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Manoel Messias Serafim dos Reis (821.332.711-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2059/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.104/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Vichinheski (080.722.229-10)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2060/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.110/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anselmo José Coelho Mendes (091.466.196-58); Carlos Augusto Gava Junior (085.190.877-28); Carlos Eduardo Moraes Pires (043.625.987-74)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2061/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.230/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Anderson Marques da Silva (349.422.188-02)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2062/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.190/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Santos da Rocha (834.658.122-04); Alberto Limonta Lobo Conceição (305.939.992-15); Elizabeth Cristina Nascimento Branch (433.428.842-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2063/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão relacionados no item 1.1, e considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão de Mariane Minozzo (012.099.330-98), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.725/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcela Leite (035.976.149-65); Marcos Eduardo Treter (024.488.970-85); Maria Laura Pozzobon Spengler (024.448.029-00); Mariana Santos de Resenes (007.091.609-84);

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2064/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II do Regimento Interno e 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão relacionados no item 1.1, e considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão de Elaine Elisa Hanel (909.536.220-53), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.800/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Deisemara Turatti Langoski (799.345.529-49); Doglas André Finco (081.938.349-09); Edison Martinho da Silva Difante (910.859.690-53); Edsiana de Belgrado Aita (018.475.400-31);

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2065/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.065/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Ricardo Lobo de Sousa (569.836.700-00); Alexandre Tadachi Morey (041.841.479-33); Amaro de Azevedo (415.850.700-68); Angelita Fialho Silveira (899.425.400-59); Camila Correa (821.484.570-04); Carina da Silva Corrêa (802.882.600-82); Cibele Alves dos Santos (018.489.050-09); Daiana Silveira da Cruz (001.353.160-30); Débora Gabriel da Rosa Corrêa (006.284.070-33); Eduardo Balbinot (023.252.060-76)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2066/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.579/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Pauliane Aguiar Paixão (982.005.692-68)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2067/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.456/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aukar Alexandre Frank (010.985.552-36); Nelita Frank (127.244.242-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2068/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.824/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Daniela Nascimento Silva (041.935.005-51)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2069/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.859/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Márcio Antonio Nogueira da Silva (208.444.336-91)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - MEC

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2070/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.867/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Delcilene da Costa Carneiro (007.991.882-47); Delcimar Rodrigues Carneiro (011.910.112-24)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2071/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.875/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gustavo Oliveira Borges (117.101.206-30); Maria Geralda Gomes de Freitas (240.207.026-91); Matheus Vinícius Borges (117.101.196-24)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2072/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.900/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Célia Castilho Johnston (735.375.942-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2073/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.904/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Alai Andretta Cavet (610.143.209-25); Bernadette Todeschini Riffaud (428.933.999-91); Edilde Rocha Soares Pereira (875.200.879-72); Iris Helena Mundim de Camargo (004.944.299-68)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2074/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.2. do Acórdão 1537/2018-TCU-1ª Câmara, para onde se lê: *"(...) da dívida aos cofres do Tesouro Nacional* (...)", leia-se: *"(...) da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (...)"*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.674/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Hernando Dias de Macedo (700.340.443-53); Maria Arlene Barros Costa (803.779.633-72)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Dom Pedro - MA

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2075/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dar "ciência" à UFRPE da impropriedade apurada nestes autos, abaixo indicada, considerar prejudicado o pedido de cautelar formulado pela representante, arquivar o processo e dar conhecimento deste Acórdão à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.251/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. dar "ciência" à UFRPE, a fim de que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, de que a exigência de atestados de capacidade técnica, acompanhados de cópias dos respectivos contratos, conforme previsto no item 8.8.2.6, do Edital de Pregão Eletrônico 1/2018, representa afronta ao disposto nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 2076/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 169, inciso III, 235, 237, inciso VII, e 276 do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, indeferir a medida cautelar pleiteada, dar ciência à representante e à Universidade Federal de São Carlos, e arquivar o presente processo.

1. Processo TC-005.558/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2077/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a empresa S.D Construções e Reforma Eireli-ME noticiou indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico 4/2017 da Universidade Federal do Ceará;

Considerando a análise realizada pela unidade técnica, no sentido de que a suspensão aplicada à representante, pela Universidade Federal do Ceará, tem amparo legal no artigo 7º da Lei 10.520/2002, uma vez que a empresa apresentou proposta no Pregão 4/2017 e prestou declaração falsa sobre não haver impedimentos para sua participação do certame;

Considerando que não procede o alegado tratamento não isonômico aos licitantes, uma vez que diferem os fundamentos das suspensões da representante (artigo 7º da Lei 10.520/2002) e da empresa Agora Empreendimentos (artigo 87, inciso III, da Lei 8.666/1993), vigentes à época do Pregão 4/2017 da Universidade Federal do Ceará;

Considerando que o Tribunal não tem competências constitucionais para solução de controvérsias instaladas no âmbito de contratos firmados entre seus jurisdicionados e terceiros ou a prolação de provimentos jurisdicionais, reclamados por particulares, para a salvaguarda de seus direitos e interesses subjetivos, salvo se, de forma reflexa, estes litígios atingirem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao Erário;

Considerando a ausência dos pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, 'a', 235, 237, inciso VII, e 276 do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, indeferir a cautelar pleiteada e, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-005.691/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2078/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar do término dos prazos anteriormente concedidos pelos Acórdãos 4.778/2017 e 233/2018, ambos da 1ª Câmara, para que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) atenda ao Ofício 940/2017-TCU/Secex-PR, de acordo com o parecer da Secex/PR.

1. Processo TC-008.390/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 021.149/2017-8 (SOLICITAÇÃO); 020.807/2017-1 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2079/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação e adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/PI:

1. Processo TC-020.684/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Medidas:

1.6.1. com fundamento no art. 106, §3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, encaminhar cópia dos presentes autos à Fundação Universidade Federal do Piauí - Fufpi, com vista à adoção de providências no âmbito funcional-administrativo para apurar as responsabilidades e recuperar o erário do prejuízo decorrente da imposição de multa diária aplicada no processo 2010.40.00.001094-3/PI, em andamento na 2ª Vara Federal/PI, em virtude de descumprimento de decisão judicial, caso esse venha a se concretizar;

1.6.2. dar ciência desta deliberação ao Juízo da 2ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Piauí e à Controladoria Geral da União (CGU), nos termos do art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2080/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.008/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Flavio Eduardo Minghelli (089.762.520-04).

1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2081/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.974/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcemir Lopes Santana (112.571.036-52); Aldeize Santos de Souza (020.315.882-22); Alessandra Brandao da Silva (411.743.618-08); Alessandro Mastella (558.213.752-15); Alessandro Moletta de Freitas (111.382.107-81); Alex Krishna Caceres (122.093.587-52); Alex de Freitas Silva (044.893.011-03); Alexandre Alvim Araujo (854.914.206-97); Alexandre Brito Pinheiro (066.106.049-75); Alexandre Expedito Vieira da Silva Junior (007.583.212-79).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2082/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.979/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aquilis Lima Costa (057.497.373-73); Ariel Rocha Goulart (005.354.550-89); Arlindo Junio Franca Fabricio (036.226.523-22); Armando Laerte Guimaraes Aguiar (003.400.373-85); Aston Francesco Gomes Belem (001.032.132-28); Augusto dos Santos Marcondes (715.624.511-20); Ayana Karla Tenorio Vieira (094.772.314-52); Ayran Oliveira Soares Vieira (014.378.355-62); Beatriz Araujo Rodrigues (037.187.421-10); Bernardo Monteiro dos Anjos de Almeida (126.361.617-83).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2083/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.985/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Eduardo de Rezende Carvalho (108.064.896-85); Diego de Oliveira Pessoa (049.532.134-67); Douglas Ricardo Marmitt (022.686.130-97); Edineia Angelica Soares (399.622.488-50); Edineia Felipe dos Santos Miranda (066.726.186-94); Eduardo Ferreira Barros (004.039.603-71); Eduardo Silva Cordeiro Drumond (077.723.956-63); Eduardo Trajano de Oliveira Junior (095.475.474-37); Eliane Nascimento dos Reis (043.671.763-80); Eliel Siqueira Nunes (000.959.806-52).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2084/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.989/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Caixeta Rosa (702.309.981-60); Fernando Florencio da Silva (061.228.184-10); Fernando Roberto Teixeira de Sousa (054.718.153-19); Fernando de Faria Araujo (059.436.459-00); Filipe Silva Brito da Luz (002.942.702-99); Flavia Cristina Chalita Alves (070.602.986-06); Flavia Rosaria da Silva (081.153.456-10); Flavia Surdi (086.527.299-99); Flavio Novaes Mancuso (246.042.848-06); Flavio Victor Dias de Andrade (074.614.785-67).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2085/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.993/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iris Danielle Silva Costa (092.295.934-00); Irlann Henrique de Souza Santos (082.711.184-39); Isaac de Melo Silva (019.154.483-36); Isabel Teresa dos Santos Magalhaes (019.554.085-99); Isabela Rodrigues Reis (035.290.811-40); Isabela da Silva Caetano (123.542.177-57); Isabele Iartelli Poiano (311.786.458-00); Isabella Cristina Grasel Borgheti (052.316.599-40); Isabella de Melo Sancassani (098.802.534-50); Isabelle Sampaio Bonfim (600.160.583-13).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2086/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.999/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaime Ribeiro Pamponet Neto (011.816.445-77); Jair Alexandre Pereira da Silva (741.424.452-00); Jair Antunes de Souza (244.048.619-15); Jair Ferreira Santos Junior (054.807.615-44); Jair Lisboa Lima Junior (124.809.487-57); Jairo Celio Brito de Brito (857.086.232-68); James Bernardes de Almeida Junior (011.160.351-03); Janaina Julia Langaro (031.406.610-10); Janaina Oliveira de Souza (081.614.304-89); Janaine da Silva Santos (336.181.778-10).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2087/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.004/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jhonathan Matias da Silva (095.364.354-97); Jhony Piantikosky Tavares (098.017.087-78); Joana D Arc Alves Batista Morais (527.037.111-15); Joao Alexandre da Silva Barbosa (122.511.464-07); Joao Alisson da Cruz Santos (074.630.335-11); Joao Antonio Castilho Milagres (506.207.469-04); Joao Bezerra Pedrosa Neto (594.352.162-34); Joao Carlos de Vasconcelos Sousa (039.723.313-20); Joao Dias da Costa (048.275.505-90); João Batista Gomes Cavalcanti (088.482.224-98).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2088/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.009/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jonas Rossatto (006.821.130-93); Jonatas Henrique da Silva (088.861.416-02); Jonatas Modanezi (368.328.948-13); Jonatas de Sousa Araujo (044.702.633-03); Jonathan Dantas de Araujo Cunha (017.003.934-05); Jonathan Maciel Soares (022.750.642-14); Jonathan Wendell Oliveira Pereira (010.487.482-19); Jordana Carolina Gondim Goncalves (015.839.983-81); Jordanna Christina Camara Costa (037.346.981-03); Jordean Antonio Batista Putencio (025.522.501-65).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2089/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-001.022/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldemar Lopes de Sousa (723.287.113-91); Aline de Souza da Cruz Paulo (023.999.921-56); Ana Cláudia Silveira Doliveira Cavalcanti (526.496.602-87); Andreia da Costa Nobre (572.294.301-00); Angela Leite de Oliveira Towata (310.962.618-71); Arthur da Silva Regueira (009.654.074-54); Christiane da Silva Lourenco (512.029.212-72); Eliane Inácio Horta (794.060.251-91); Elson Venâncio Oliveira Santos (029.086.095-41); Fábio da Silva Pinós (914.567.540-68).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2090/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.498/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Welington Birino de Melo (814.042.981-34).

1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2091/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.736/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adry de Paula Pimentel (701.687.551-22); Afranio de Carvalho Soledade (869.451.305-68); Aildo Nascimento de Oliveira (484.137.712-34); Aimee Soares Steil (039.965.101-28); Akane Makende Santos (049.386.785-60); Akinyemi Adesola Neves Adegbola (139.910.347-43); Alan Freire Souza (006.427.152-89); Alan Moreira Antunes (141.563.217-03); Alan Silva Almeida (965.276.172-91); Albalis de Oliveira Bissiatto (644.922.229-87).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2092/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.743/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Barcelos Duarte Cezana (031.948.317-71); Ana Nery Lima da Costa (852.347.454-49); Ana Paula Ferreira de Sousa (059.300.353-50); Ana Paula Soares Bilbao (081.165.909-79); Ana Paula de Sousa dos Santos (052.744.033-79); Anderson Barbosa de Araujo (879.649.022-53); Anderson Carvalho de Oliveira (076.134.176-54); Anderson Lima dos Santos (640.996.442-00); Anderson Rafael Rocha Ribeiro (066.597.514-75); Anderson Renato Pinheiro Viana (031.627.433-03).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2093/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.748/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Antonio Luna Freire (094.177.547-00); Manoel Felix de Lima Neto (095.267.024-09); Manoel Vitor de Oliveira Guedes (132.891.047-45); Manoele Gomes Fernandes (059.173.297-10); Manuel de Almeida Lima (028.177.614-80); Manuela Cassiano de Macedo (074.023.554-03); Marcel Albert do Nascimento Milcent (051.756.595-10); Marcel Bonfim Cordeiro (056.983.725-19); Marcela Ribeiro Alves (031.730.760-60); Marcelino Aguiar Martins (023.247.915-10).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2094/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.756/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Maria Rafaela Francisca da Silva (070.113.164-00); Maria Rita Pereira de Almeida (753.886.507-15); Mariana Costa de Sousa (036.502.111-30); Mariana Fontes Santana (036.967.285-27); Mariana Gomes Mayer (065.295.734-02); Mariana Loures Morais (118.917.976-89); Mariana Moraes Paes (133.466.187-14); Mariana Paula Alves Nogueira (015.742.596-79); Mariana Ribeiro Lessa (072.307.526-39); Mariana da Costa Muniz (076.026.549-60)

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2095/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-028.370/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daniel Gross D Amico (900.040.430-49)

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que retifique no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) o nome do empregado arrolado como interessado nos autos, na forma proposta pelo MPTCU (peça 6).

ACÓRDÃO Nº 2096/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.603/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elza Holanda de Oliveira Galvão (674.510.472-53); Inerina Pantoja Souza (633.661.772-68); Maria Antonia de Souza Campos Mira (066.816.032-20); Mauricio Pantoja de Souza (018.943.942-40).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2097/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.809/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Darci Amaral Mesquita (062.170.524-15); Maria José de Arruda (300.186.924-00); Maria Machado Vieira (132.000.893-34).

1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2098/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.886/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dalva Stella de Souza Lannes (690.478.987-53); Yolanda Mendes (000.288.941-20).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2099/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos (CPF 019.195.392-04) e do Sr. Flávio Pires Ferreira Clementino (CPF 595.459.847-91), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b) julgar regulares as contas dos responsáveis Carlos Alberto Araújo Drummond (CPF 033.236.097-00), Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva (CPF 812.259.037-34), Maria de Lourdes Pires Bittencourt (CPF 006.613.537-02), Ana Maria Soares de Moraes (CPF 486.857.987-87) e Luciano de Sousa Campos Pereira (CPF 038.094.797-80), dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

c) fazer a determinação especificada no item 1.7; e

d)encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1. Processo TC-023.975/2016-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Ana Maria Soares de Moraes (486.857.987-87); Carlos Alberto Araújo Drummond (033.236.097-00); Flávio Pires Ferreira Clementino (595.459.847-91); Luciano de Sousa Campos Pereira (038.094.797-80); Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva (812.259.037-34); Maria das Gracas Cabral Viegas Paranhos (019.195.392-04); Maria de Lourdes Pires Bittencourt (006.613.537-02); Roberto Pires Ferreira Clementino (872.937.497-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: Sergio Honorato dos Santos.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.1. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, providências no sentido de interromper, caso ainda persista, a prática de nepotismo verificada na situação dos Srs. Flávio Pires Ferreira Clementino e Roberto Pires Ferreira Clementino, irmãos, ocupantes, simultaneamente, dos cargos em comissão de Diretor-Geral do TRT-1ª Região e de Chefe da Divisão de Desfazimento de Bens do TRT-1ª Região;

1.7.2. verifique, no prazo de 30 (trinta) dias, à luz da Súmula Vinculante STF 13 e da jurisprudência posterior àquele enunciado, a possível ocorrência de outras situações que possam ser caracterizadas como nepotismo, no âmbito deste tribunal, promovendo as devidas correções;

1.7.3. informe a este Tribunal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, as providências adotadas com vistas a atender às determinações contidas nas alíneas 1.7.1 e 1.7.2 supra.

ACÓRDÃO Nº 2100/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em:

a) considerar revéis o sr. Milton Colen (CPF: 018.311.275-04) e a sra. Sônia Cristina da Silva (CPF: 579.997.406-91);

b) acolher integralmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Carlos Henrique Almeida Custódio, Décio Braga de Oliveira, Fausto Bicalho Veloso, Célia Corrêa, Carlos Lindenberg Spínola Castro, Luiz Carlos de Assis Bernardes, Carlos Roberto Paiva da Silva, Nautilio José Melo Veludo, Rosemary Duarte Bastos Cará, Rita Maria Piagentini, Júlio Cezar Chaurais, Annamaria Galvão de Amorim Silva, Silas Roberto de Souza e Ariovaldo Aparecido da Câmara;

c) acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Pedro Magalhães Bifano, Larry Manoel Medeiros de Almeida, José Francisco Nunes de Castro, Túlio Borges de Oliveira, Alexandre Mauro de Oliveira Couto, Juarez Pinheiro Coelho Junior e André Luís Pereira, sem aplicação de multa;

d) julgar regulares com ressalva as contas do responsável Pedro Magalhães Bifano (CPF: 193.468.406-68), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

e) julgar regulares as contas dos responsáveis Carlos Henrique Almeida Custódio (CPF: 285.560.896-15), Décio Braga de Oliveira (CPF: 268.609.027-87), Fausto Bicalho Veloso (CPF: 019.610.636-20), Célia Corrêa (CPF: 221.301.361-68), Carlos Lindenberg Spínola Castro (CPF: 091.624.706-63), Luiz Carlos de Assis Bernardes (CPF: 130.456.796-68), Carlos Roberto Paiva da Silva (CPF: 027.748.282-87), Sônia Cristina da Silva (CPF: 579.997.406-91), Milton Colen (CPF: 018.311.275-04), Nautilio José Melo Veludo (CPF: 787.766.518-00), Roberto dos Santos Souza (CPF: 758.048.917-15), Ronaldo Takahashi de Araújo (CPF: 071.341.728-56), José Osvaldo Fontoura de Carvalho (CPF: 370.128.867-49), Marco Antonio Marques de Oliveira (CPF: 069.304.507-82), José Vicente dos Santos (CPF: 210.342.901-00), Adriana Arruda Moreira (CPF: 007.601.054-64) e Rubens Benevides Lambach (CPF: 372.199.791-34), dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

f) dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) sobre as seguintes impropriedades identificadas na apreciação das contas da entidade no exercício de 2009:

f.1) ausência de definição prévia dos requisitos técnicos, econômico-financeiros e sociais para a locação do imóvel e ausência de divulgação do interesse da ECT em realizar a locação, nos Contratos 39/2009 (CDD Cavalhada) e 68/2009 (CDD Vila Jardim);

f.2) ausência de divulgação do interesse da ECT em se efetuar a locação de imóvel (CESUP e CD Oeste) no âmbito do Processo de Dispensa de Licitação 390/2009 (Contrato 1/2009);

f.3) contratação emergencial de serviços de vigilância patrimonial com base em eventos previsíveis que possibilitavam o regular processo licitatório.

g) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à ECT, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e aos responsáveis;

h) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-029.252/2010-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Apensos: 007.566/2011-5 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Adriana Arruda Pessoa (007.601.054-64); Alexandre Mauro de Oliveira Couto (536.884.817-04); Andre Luis Pereira (979.096.027-15); Annamaria Galvão de Amorim Silva (234.241.331-91); Ariovaldo Aparecido da Camara (082.128.348-08); Carlos Henrique Almeida Custodio (285.560.896-15); Carlos Lindenberg Spinola Castro (091.624.706-63); Carlos Roberto Paiva da Silva (027.748.282-87); Célia Corrêa (221.301.361-68); Décio Braga de Oliveira (268.609.027-87); Fausto Bicalho Veloso (019.610.636-20); José Francisco Nunes de Castro (197.824.030-91); José Osvaldo Fontoura de Carvalho Sobrinho (370.128.867-49); José Vicente dos Santos (210.342.901-00); Juarez Pinheiro Coelho Júnior (316.454.701-30); Julio Cezar Chaurais (354.964.289-04); Larry Manoel Medeiros de Almeida (237.075.690-04); Luiz Carlos de Assis Bernardes (130.456.796-68); Marco Antônio Marques de Oliveira (069.304.507-82); Milton Colen (018.311.275-04); Nautilio Jose Melo Veludo (787.766.518-00); Pedro Magalhães Bifano (193.468.406-68); Rita Maria Piagentini (520.785.318-04); Roberto dos Santos Souza (758.048.917-15); Ronaldo Takahashi de Araujo (071.341.728-56); Rosemary Duarte Bastos Cará (302.347.437-00); Rubens Benevides Lambach (372.199.791-34); Silas Roberto de Souza (504.444.769-20); Sônia Cristina da Silva (579.997.406-91); Tulio Borges de Oliveira (211.055.886-53).

1.3. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.7. Representação legal: Tarley Max da Silva (OAB/DF 19.960) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2101/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do MPTCU, ao responsável, à Prefeitura Municipal de São Romão/MG e à Fundação Nacional de Saúde.

1. Processo TC-005.129/2017-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Denio Marcos Simões (434.384.666-00).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de São Romão/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2102/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Djalma da Silva Santos (CPF 332.480.877-49), ante o recolhimento integral do débito no valor atualizado de R$ 666.263,78 (seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos) e da multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que lhe foram imputados por força do Acórdão 10574/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com os comprovantes acostados às peças 33 e 34; bem como arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V e § 1º, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-000.524/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 006.458/2017-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Djalma da Silva Santos (CPF 332.480.877-49)

1.3. Órgão/Entidade: Município de Alegre/ES

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.7. Representação legal: João Felipe Calmon Nogueira da Gama (OAB/ES 20.565)

1.8. Determinar à Secex/ES que promova a correção, no sistema, da relação de representantes legais do responsável, conforme solicitado à peça 33.

ACÓRDÃO Nº 2103/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de acompanhamento, autuado pela Secex/BA em cumprimento ao subitem 9.7 do Acórdão 5620/2016 - 1ª Câmara (TC 015.380/2016-5), a fim de verificar se foram corrigidas as falhas apontadas no edital do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) 6/2015, conduzido pelo Município de Teixeira de Freitas/BA, destinado à contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos dos sistemas de macro e micro drenagem, sistema de esgotamento sanitário, pavimentação do Parque do Penteado (saneamento integrado nas bacias do rio Itanhém e do rio Peruíbe),

Considerando que por meio da citada deliberação, apesar de ter considerada prejudicada a análise do processo, ante a perda de objeto decorrente da revogação do RDC 6/2015, esta Corte deu ciência ao ente municipal sobre as irregularidades identificadas, de modo a evitar a repetição em futuros certames patrocinados com recursos federais;

Considerando que a Secex/BA concluiu, ao analisar a Concorrência Pública 1/2017, lançada em substituição à licitação anterior, que as cláusulas potencialmente restritivas ao caráter competitividade do certame foram excluídas do edital e que as modificações promovidas no instrumento convocatório foram adequadas;

Considerando que o novo certame foi objeto de outra representação perante este Tribunal (TC 022.353/2017-8), em que foi determinada a publicação do edital no sítio eletrônico do referido município, nada obstante a unidade técnica ter constatado que "antes mesmo da determinação exarada no Acórdão 9609/2017 - 2ª Câmara, o município de Teixeira de Freitas - BA já vinha publicando em seu sítio eletrônico os editais dos certames a serem realizados, bem como a íntegra dos processos de dispensa de licitação"; e

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 241, todos do Regimento Interno, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.7 do Acórdão 5620/2016-TCU - 1ª Câmara;

b) dar ciência deste acórdão ao Município de Teixeira de Freitas/BA;

c) encerrar o processo e apensá-lo ao TC 015.380/2016, originador do presente acompanhamento.

1. Processo TC-022.347/2017-8 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Teixeira de Freitas/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2104/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Município de Carutapera/MA por possíveis irregularidades relacionadas à inadimplência do município perante o Ministério do Esporte, a Fundação Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, relativamente à execução do objeto do Contrato de Repasse 63462/2009, Siafi 713505, e do Convênio 00286/2009, Siafi 724909, firmados entre a municipalidade e o Ministério do Esporte e a Fundação Nacional de Saúde, respectivamente, e à ausência de transmissão de dados ao Siope do FNDE nos exercícios de 2013, 2014 e 2015 (peça 1, p. 25-28).

Considerando as solicitações apresentadas pela Funasa de prorrogação de prazo, por necessidades de ordem técnica, para cumprimento à determinação desta Corte no sentido de que sejam apuradas as possíveis inadimplências de que tratam os autos;

Considerando que já foi apresentada ao Tribunal a resposta parcial à diligência da unidade técnica acerca do atendimento da deliberação em tela;

Considerando que a matéria se encontra em regular andamento no âmbito da Funasa, embora seja ainda necessária extensão de prazo;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica pelo deferimento de prazo de noventa dias, a contar da ciência da Funasa quanto à deliberação que viesse a ser proferida,

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, em prorrogar, por noventa dias, a contar da ciência da Funasa quanto à presente deliberação, o prazo para cumprimento do item 1.8.2.2 do Acórdão 2009/2017-TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-002.728/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Amin Barbosa Quemel (093.418.462-34)

1.2. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carutapera - MA

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2105/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos, autuados como representação, a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), noticiando possíveis irregularidades praticadas pela Secretaria Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer (SECEL) do Estado de Rondônia, relacionadas à aplicação de recursos oriundos de repasses federais, previstos na Lei 9.615/1998, chamada Lei Pelé, quando da realização dos Jogos Intermunicipais de Rondônia (JIR), edição de 2012;

Considerando o entendimento da Secex/RO e do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico de que a representação não atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, uma vez que não é competência do TCU a fiscalização dos recursos repassados aos estados com fundamento no § 2º do art. 6º da Lei 9.615/1998;

Considerando, todavia, que a questão foi apreciada por esta Corte em outra representação formulada pelo TCE/RO (TC-005.040/2014-0), concluindo-se conforme manifestação do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, em sentido inverso, que os recursos são de origem federal e, portanto, tem o TCU competência para fiscalizá-los;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que, no citado processo, diante de provável lacuna de atuação do Tribunal, por meio do Acórdão 230/2017 - Plenário, determinou-se à Segecex que promova estudos acerca da forma de exercício da competência e jurisdição do TCU sobre os recursos transferidos a estados e municípios com fundamento no arts. 6º e 7º da Lei 9.615/1998, de forma a dar cumprimento ao art. 253, caput e inciso IV, do Regimento Interno;

Considerando que, com amparo no posicionamento adotado pelo Plenário, determinei à unidade técnica aprofundar o exame dos demais requisitos de admissibilidade, como também do risco, materialidade e relevância dos fatos noticiados;

Considerando que a Secex/SC, atuando por força de redistribuição de processos em auxílio à Secex/RO, embora perfilhando o posicionamento já manifestado nos autos pela Secex-RO e pelo MP, entende, em relação aos aspectos dos artigos 103 e 106 da Resolução TCU 259/2014, que as falhas apontadas revestem-se de baixa materialidade, risco e relevância;

Considerando a proposta da unidade técnica de arquivar o processo, ao concluir por não conhecer a documentação como representação por não atender aos requisitos de admissibilidade;

Considerando, porém, que até então prevalece o entendimento adotado consoante o citado Acórdão 230/2017 - Plenário, e, nesse caso, cabe conhecer a representação, sem prejuízo de acompanhar o encaminhamento sugerido pela Secex/SC no sentido de arquivar os autos, diante da baixa materialidade, risco e relevância;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do RI/TCU, e arquivar os presentes autos, após adoção da medida indicada no item 1.7.

1. Processo TC-027.925/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

1.2.Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Rondônia

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secex/RO e Secex/SC.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 19, ao representante.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2106/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-001.345/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ricardo Bohrer Sgrillo (109.284.480-53); Rubens Toshio Fukuda (906.589.148-04); Vanilda da Silva Santos (264.291.105-59).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2107/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento de dois dos beneficiários e por registro de reversão na base Sisac de um.

1. Processo TC-001.613/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Djalma dos Santos Galvao (080.272.505-87); Jose Patricio Pereira de Souza (049.660.745-68); Jose Patricio Pereira de Souza (049.660.745-68).

1.2. Órgão: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2108/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-001.636/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Jose Gomes (041.252.826-68); Vivaldo Rayol Lobo (007.716.512-87).

1.2. Órgão: Instituto Nacional de Meteorologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2109/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento de um dos beneficiários e por reversão na base Sisac do outro.

1. Processo TC-001.688/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Goncalves de Aguiar Filho (013.609.178-45); Maria das Merces Silva Lira (132.753.486-04).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2110/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.880/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Gentil Nogueira Filho (091.645.613-72); Jose Stenio Mourao Martins (033.328.613-87).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2111/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.911/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Sergio Campos Coutinho (270.328.098-04).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2112/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.941/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adroaldo Schulz Machado (157.185.140-20); Amaury Braga de Freitas (175.795.620-49); Bruno Joaquim Cunha Priante (157.184.840-15); Carlos Eugenio Gaspary Cabeda (225.266.840-72); Cezar Antonio Cortiana Machado (306.543.780-53); Claudio Nelson Esteve Echeverria (095.980.499-49); Domingos Moraes da Silveira (271.771.060-49); Edson Farias Garcia (244.371.580-91); Enaudi Pedro Pivetta (225.560.010-20); Ângela Pernas Escosteguy (210.267.420-72).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2113/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.953/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edmilson Lopes da Silva (100.381.915-04).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2114/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.957/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Antonio da Silva (069.780.237-01); José Edmundo Brandão (041.646.016-04).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2115/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-004.013/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roberto Kazuaki Hirata (172.369.249-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2116/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-015.407/2010-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Angela Maria Gonçalves (434.427.907-78).

1.2. Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2117/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-033.453/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedito de Araujo Lopes (103.582.772-72); Benes Cavalcante Estevam (028.876.303-34); Carlos Roberto de Souza (017.853.968-62); Carmelio Manoel Dantas (199.334.529-91); Clair Maria Manzatto (017.147.538-08); Cleverson Silva Siquara (069.472.715-68); Cristina Maria da Silva Mendes (599.234.581-72); Daniel Marinho dos Santos (199.656.055-72); Delmo Holier Alves (143.770.806-44); Detruides Jose da Silva (186.639.076-72).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2118/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-033.456/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nelson Simermann (016.198.018-09); Nilza Muniz Junqueira (264.364.506-53); Orlando Alves Maia (035.811.872-72); Petronilo Moura dos Reis (052.165.322-34); Reinaldo Rosa Pires (544.032.437-20); Renilda Maria Ferreira (388.577.074-15); Ricardo Portas Dias dos Santos (258.689.347-68); Sandra Regina Tarcitano (901.630.608-00); Sebastiao Vaz dos Reis (272.976.756-87); Sergio Fonseca (415.155.798-91).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2119/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-033.535/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Maria Pimentel Neto (082.298.564-00); Júlia Maria Teodoro (119.391.331-49).

1.2. Órgão: Superior Tribunal Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2120/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.776/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Breno Diogo de Carvalho Camargo (736.625.501-72); Diego Rodrigues Nunes (036.182.041-08); Diogo Carneiro Ferreira (028.894.681-27); Mariana Azevedo Godoy (015.719.221-05); Renata da Costa Santos (919.687.711-15); Rodrigo de Moraes Rodrigues (019.147.041-42); Thamiris de Oliveira Lima (042.979.481-92); Vitor da Silva Santos (034.905.193-37).

1.2. Entidade: Agência Nacional de Águas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2121/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-001.867/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Terezinha da Conceição Alves Pedro (584.580.346-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2122/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento das beneficiárias.

1. Processo TC-001.869/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Iara Farinha (053.841.170-87); Leda Pereira Munhoz (997.525.650-34); Lisete Balarine Pereira (301.336.450-53); Maria Leonidia Pereira Feijo (819.479.250-91); Sonia Nunes da Costa (691.016.980-87); Sueli Bitencourt dos Santos (322.221.650-91).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2123/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento das beneficiárias.

1. Processo TC-001.879/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Amelia Luiza da Silva (879.601.174-20); Ana Lopes de Souza (454.669.124-68); Aurora Guerra Correa (433.006.934-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2124/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.599/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aurora Lopes de Santana (044.502.294-95); Bianor Kuniscki Monteiro (659.927.684-91); Elisabete Carneiro Emidio (341.614.494-53); Gilza Bezerra Leite (464.174.434-34); Lenira de Melo Acioli Belo (935.289.224-00).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2125/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.606/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Guiomar Santos (235.667.875-15).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2126/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.609/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria do Carmo de Sousa do Nascimento (144.119.542-49).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2127/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.611/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Zenila Capistrano Pinto Bandeira (406.819.473-49); Maria das Dores Lemos Conceição (251.267.843-15).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2128/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária a seguir relacionada:

1. Processo TC-003.648/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Orocilda Alves Iung (433.113.930-15).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2129/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II,do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.971/2012-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jose Francisco Portela Elias (044.918.900-72).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2130/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.229/2012-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Ruy Franco de Castro (053.065.400-82).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2131/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II,do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-026.892/2012-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Antonio Carlos Malhano (537.867.507-34).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2132/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, peças 2 e 4), ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação ao responsável e ao órgão instaurador da TCE para as providências elencadas no art. 16, II e III da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-017.321/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Rivaldo de Souza Pereira (240.195.855-04).

1.2. Entidade: Município de Cansanção/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (Secex-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2133/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em acolher as alegações de defesa presentadas pelos responsáveis e em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-029.247/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cassio Luis da Silva Biscarde (560.107.025-34); José Arivaldo Ferreira Soares (356.045.905-25).

1.2. Entidade: Município de Nova Soure/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Glauco Alves Mendes (OAB/BA 16.050) e outros, representando o município de Nova Soure/BA; Sanzo Kaciano Biondi Carvalho (OAB/BA 14.640), representando José Arivaldo Ferreira Soares; Katia Simone Araujo de Almeida Biscarde (OAB/BA 10.829), representando Cassio Luis da Silva Biscarde.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2134/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que em consulta ao Portal Transparência e ao Siafi, verificou-se que o convênio 366/2007 (Siafi 622429) encontra-se na situação "adimplente", com vigência expirada e na situação de "a aprovar", o que indica ter havido a prestação de contas, mas não a sua apreciação;

Considerando que incumbe ao órgão ou entidade concedente ou contratante decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos e, se extinto, ao seu sucessor (art. 59 da Portaria Interministerial 127/2008);

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal entende que a responsabilidade primária pela fiscalização e análise da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios compete ao órgão ou entidade concedente;

Considerando a aplicação do princípio da não supressão dos elos da cadeia de controle;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 10), ao representante, fazendo-se as determinações sugeridas nos autos.

1. Processo TC-005.537/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).

1.2. Órgão: Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas (SEC/AM).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia desta deliberação, da instrução da unidade técnica, bem como da documentação acostada às peças 1-8 ao Ministério da Cultura, para ciência e adoção das medidas que entender cabíveis, sobretudo utilizar essa documentação quando da análise da prestação de contas dos recursos federais repassados à Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas (SEC/AM) no âmbito do convênio 366/2007 (Siafi 622429).

ACÓRDÃO Nº 2135/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente , encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 10), ao representante e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1. Processo TC-015.298/2016-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (Ipem/RJ).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2136/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o controle e a fiscalização da execução do convênio, bem como o exame da prestação de contas é atribuição primária do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, encaminhando-a a este Tribunal para julgamento;

Considerando que o órgão concedente já está adotando as providências sob sua alçada;

Considerando a orientação contida no item 36 da Portaria-Segecex 12/2016 no sentido de as unidades técnicas evitarem a duplicidade de esforços, nas hipóteses em que o objeto da denúncia ou representação já estiver sendo tratado por outra instância de controle;

Considerando que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, da tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando que, nos termos do art. 11 da Instrução Normativa TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, a tomada de contas especial deve ser encaminhada ao TCU em até cento e oitenta dias após a sua instauração;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 9), ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fazendo-se a ciência sugerida nos autos.

1. Processo TC-016.324/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Maria das Graças Gallindo Carrazzoni, prefeita do município de Itambé/PE.

1.2. Entidade: Município de Itambé/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. cientificar o representante de que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 2137/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 21), ao representante, fazendo-se a determinação sugerida nos autos.

1. Processo TC-020.193/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA).

1.2. Entidade: Município de Ilhéus/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secex-BA, com fundamento no art. 106, § 3º, I, da Resolução TCU 259/2014, considerando que os fatos noticiados apresentam baixo risco, materialidade e relevância, levar as questões ao conhecimento do município de Ilhéus/BA, para adoção das providências cabíveis, com cópia para o respectivo órgão de controle interno.

ACÓRDÃO Nº 2138/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 20), ao representante.

1. Processo TC-031.837/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: George Oliveira Reis - vereador de Iranduba/AM.

1.2. Entidade: Município de Iranduba/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. comunicar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas sobre o entendimento do TCU relativo à fiscalização de recursos do Fundeb, e encaminhar-lhe cópia destes autos e da presente instrução, para ciência e adoção das medidas de sua alçada, inclusive a apuração das irregularidades noticiadas nesta representação envolvendo recursos do Fundeb transferidos ao município de Iranduba/AM nos exercícios de 2016 e 2017, os quais não teriam sido utilizados para o pagamento de professores da rede pública municipal de ensino.

1.7.2. encaminhar cópia da representação e da instrução da unidade técnica (peça 20) ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para ciência e adoção das medidas de sua alçada.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 010.232/2014-1 (atas de nºs 1/2017 e 20/2017) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 2174, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Vencido o Revisor, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2139 a 2181, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2139/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.332/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Avante Construtora e Comércio Ltda. (03.264.466/0001-92) e Luis Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06).

4. Entidade: Município de Viseu - PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: Leandro Athayde Fernandes (OAB/PA 20.855), Nelson Francisco Marzullo Maia (OAB/PA 7.440) e Nicholas Alexandre Campolungo (OAB/PA 6.700).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS/Ministério da Saúde, em desfavor de Luís Alfredo Amin Fernandes, ex-prefeito do Município de Viseu/PA, em razão da inexecução parcial e não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 720/2006;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luís Alfredo Amin Fernandes (067.542.102-06), ex-prefeito, e da empresa Avante Construtora e Comércio Ltda. (03.264.466/0001-92), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
15/7/2008	82.985,84
16/7/2008	20.000,00
31/7/2008	223.161,18
1º/9/2008	303.153,61
20/10/2008	340.160,21

9.3. aplicar aos responsáveis indicados no subitem 9.1, a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2139-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2140/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.679/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônia Silvana Sabino do Nascimento (283.671.893-53) e Francisco Lopes Cardoso (182.556.804-97).

4. Entidade: Município de Coronel João Pessoa - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor do Sr. Francisco Lopes Cardoso (182.556.804-97), ex-prefeito municipal de Coronel João Pessoa/RN (gestão 1993-1996), em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio 401/1996;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Lopes Cardoso (182.556.804-97), ex-prefeito municipal de Coronel João Pessoa/RN, e da Sra. Antônia Silvana Sabino do Nascimento (283.671.893-53), beneficiária dos recursos federais impugnados, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento da importância de R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 19/8/1996, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar o desconto da dívida na remuneração da Sra. Antônia Silvana Sabino do Nascimento (283.671.893-53), observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2140-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2141/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.850/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Doralice Queiroz Miranda (243.338.242-49); Elizabeth Maria da Costa Pinheiro (221.855.342-20); Francisca Martins Oliveira e Silva (105.556.252-49); Renato Chalu Pacheco (000.429.862-49).

4. Entidade: Município de Acará/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade (OAB/PA 1.069) e outros, representando Renato Chalu Pacheco; Marcos José Siqueira das Dores (OAB/PA 14.870), representando Francisca Martins Oliveira e Silva, Doralice Queiroz Miranda e Renato Chalu Pacheco.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor da Sra. Francisca Martins Oliveira e Silva, ex-prefeita de Acará/PA (gestão 2009/2012), e das Sras. Elizabeth Maria da Costa Pinheiro e Doralice Queiroz Miranda, ex-secretárias municipais de saúde de Acará/PA (gestão, respectivamente, de 3/2/2010 a 3/2/2011 e de 3/2/2011 a 13/6/2012), em virtude de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), modalidade fundo a fundo, repassados nos exercícios financeiros de 2011 e 2012;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. afastar da relação processual o Sr. Renato Chalu Pacheco;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas das responsáveis Sras. Francisca Martins Oliveira e Silva, Elizabeth Maria da Costa Pinheiro e Doralice Queiroz Miranda, dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.3. recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Acará/PA que adote as providências necessárias a fim de garantir a regularidade de registros dos bancos de dados nacionais de informação, relacionados no art. 2º da Portaria 3.462/2010, especificamente quanto aos Sistemas de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) e de Atenção Básica (Siab), conforme dispõe o inciso I do item sobre requisitos mínimos para manutenção da transferência dos recursos do Bloco da Atenção Básica da Portaria GM/MS 648/2012;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis;

9.5. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2141-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2142/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.891/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial de Direitos Humanos (05.478.625/0001-87).

3.2. Responsáveis: Claudemir Públio (073.514.291-20) e Fundação de Apoio Ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - Fadems (04.038.171/0001-60).

4. Entidade: Fundação de Apoio Ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - Fadems (04.038.171/0001-60).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

8. Representação legal: Alexandre Ávalo Santana (OAB/MS 8.621) e Marina Boigues Idalgo (OAB/MS 15.549).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - Fadems (04.038.171/0001-60) e do Sr. Claudemir Públio (073.514.291-20), Secretário-executivo da Fadems, em razão da falta de apresentação da prestação de contas final do Convênio Siconv 717619/2009;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - Fadems (04.038.171/0001-60) e do Sr. Claudemir Públio (073.514.291-20), Secretário-executivo da Fadems, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor Original (R$)	Data
141.930,00	20/1/2010
260.000,00	20/1/2010
248.070,00	20/1/2010
510.000,00	28/1/2011
500.000,00	5/4/2012

9.3. aplicar ao Sr. Claudemir Públio (CPF: 073.514.291-20), ex-Secretário-Executivo da Fadems, e à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul (04.038.171/0001-60), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2142-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2143/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.231/2016-9.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Edval Luz Silva (365.314.725-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Abaíra - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: Lindolfo Antonio Nascimento Rebouças (OAB/BA 16.374)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Senhor Edval Luz Silva, ex-Prefeito de Abaíra-BA, decorrente de irregularidades na execução físico-financeira do Convênio 328/2006 (Siafi 565584), tendo por objeto a "Festa de São Pedro",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Edval Luz Silva (CPF 365.314.725-53), Prefeito municipal de Abaíra-BA à época, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, abatendo-se na oportunidade as quantias eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL DO DÉBITO (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
25.714,29	1º/9/2006

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do §3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo (MTur) e à Prefeitura de Abaíra-BA;

9.5. dar ciência da presente decisão ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, para a adoção das providências que entender cabíveis;

9.6. autorizar, com fundamento no art. 169, inciso III, do RI/TCU, a Secex/SE a proceder ao arquivamento do presente processo após as comunicações processuais cabíveis, o trânsito em julgado do Acórdão a ser proferido e a instauração de cobrança executiva, se necessária.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2143-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2144/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-004.033/2016-7.

2. Grupo: II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edson Almeida de Jesus (CPF 059.565.285-91) e ABLB Construtora Ltda. (CNPJ 04.876.636/0001-52).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Simões Filho/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/MS.

8. Representante legal: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado da Bahia, em desfavor de Edson Almeida de Jesus, ex-Prefeito de Simões Filho/BA, ante a não aprovação da prestação de contas do Convênio 1016/2004 (Siafi 528211), tendo por objeto a execução do sistema de esgotamento sanitário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992, o Sr. Edson Almeida de Jesus e a empresa ABLB Construtora Ltda.;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, irregulares as contas do Sr. Edson Almeida de Jesus e da empresa ABLB Construtora Ltda.;

9.3. condenar o Sr. Edson Almeida de Jesus, com fundamento nos arts. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência indicadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido;

Valor (R$)	Data da ocorrência	Natureza
209.919,54	26/1/2006	Débito
438.996,31	30/05/2006	Débito
8.868,48	22/4/2013	Crédito

9.4. condenar o Sr. Edson Almeida de Jesus e a empresa ABLB Construtora Ltda., solidariamente, com fundamento nos artigos 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, ao pagamento da quantia abaixo especificada, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência	Natureza
229.078,91	06/6/2006	Débito

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida as notificações;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis; e

9.7. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2144-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2145/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.114/2016-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - BA (26.989.350/0017-83)

3.2. Responsável: Jose Raimundo Laudano Santos (022.575.305-78).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Almadina - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde da Bahia (Funasa/BA) em desfavor do Sr. José Raimundo Laudano Santos, ex-Prefeito do município de Almadina/BA (gestão 2009-2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos originados do Termo de Compromisso TC PAC 0740/2011 (Siafi 672414), firmado em 30/12/2011 para a execução da "Ação Sistema de Esgotamento Sanitário",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. José Raimundo Laudano Santos, condenando-o ao pagamento da importância a seguir descrita, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito à Fundação Nacional de Saúde:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
250.000,00	25/6/2012

9.2. aplicar ao Sr. José Raimundo Laudano Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 250.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência da deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência da presente deliberação à Funasa e ao responsável.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2145-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2146/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.199/2015-8 (Apenso TC-001.034/2014-6).

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Júlio César (CPF 361.292.756-68) e José Cleomir Tognonato Filho (CPF 017.168.228-90).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal (CRO/DF).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e Assistência Social.

8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596), Andréia Luiza Corrêa Cesar (OAB/DF 44.026), Erick Dantas Caldas (OAB/DF 31.587) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em virtude da conversão de processo de representação (TC-001.034/2014-6), mediante Acórdão 5403/2015-TCU-1ª Câmara, com vistas a apurar ocorrências associadas à aquisição de bens e serviços pelo Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal (CRO-DF), sem os respectivos processos de licitação, nos exercícios de 2011 e 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência ao Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal (CRO/DF) que:

9.2.1. despesas com festividades, eventos comemorativos, hospedagens, recepções e homenagens somente podem ser realizadas se vinculadas à finalidade do órgão/entidade e desde que haja comedimento com tais gastos, consoante entendimento deste Tribunal exposto no Acórdão 367/2009 - 2ª Câmara;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.2. o processo de dispensa de licitação deve ser instruído com os elementos relacionados no parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993, entre os quais, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço, amparada em documentos comprobatórios, como a pesquisa de preços de mercado realizada com, pelo menos, três potenciais fornecedores, nos termos do Acórdão 2515/2017 - 1ª Câmara; e

9.3. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal (CRO/DF).

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2146-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2147/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-029.754/2008-3

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Pensão militar.

3. Interessadas: Diles Soares Brittes, CPF 104.414.760-15, Iná Oliveira Santos, CPF 190.028.310-72, Heloisa Medeiros Bolzan, CPF 250.021.800-78 e Maria Helena Medeiros Moraes, CPF 822.746.060-72.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército da Terceira Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pensão Militar, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 6, relativo à pensão militar instituída por Heitor de Medeiros Serpa, em favor de Diles Soares Brittes, Iná Oliveira Santos, Heloisa Medeiros Bolzan e Maria Helena Medeiros Moraes, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. orientar o órgão de origem no sentido de que poderá emitir novo ato concessório em favor da companheira e das duas filhas do instituidor, disponibilizando-o no Sisac nos termos dispostos na IN 55/2007, para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. determinar à Sefip que encaminhe às interessadas cópia da presente deliberação; e

9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2147-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2148/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.663/2015-6.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Altemir Antônio Tortelli (CPF 402.036.700-00), Tomé Coletti (CPF 674.924.609-53) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (CNPJ 05.684.806/0001-60).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Julio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/SC.

8. Representação legal: Maria Loiva de Andrade (OAB/SC 8264) e Geferson Luís Chetsco (OAB/PR 45.333).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em desfavor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e de Altemir Antônio Tortelli e Tomé Coletti, ex-coordenador-geral e ex-coordenador de gestão e finanças da entidade, em razão da não aprovação da prestação de contas do Contrato de Repasse 158.506-34/2003 (Siafi 491645), tendo por objeto a "capacitação de produtor rural na região Oeste de Santa Catarina",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, irregulares as contas de Altemir Antônio Tortelli, Tomé Coletti e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo indicada, descontados os créditos relacionados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir da data de ocorrência indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
80.000,00 (débito)	20/8/2004
8.382,98 (crédito)	12/12/2006
9.553,13 (crédito)	12/12/2006
3.136,18 (crédito)	02/08/2007

9.2. aplicar à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, ao Sr. Altemir Antônio Tortelli e ao Sr. Tomé Coletti, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 19 e 57 da Lei 8.443/1992, multa individual no valor de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina para o ajuizamento das ações cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão aos responsáveis; e

9.6. juntar ao TC 014.416/2015-8 cópia da peça 22 deste processo.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2148-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2149/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.232/2017-9.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Gilson Bezerra de Souza (214.764.111-15).

4. Entidade: Município de Angical/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em que foi responsabilizado o Sr. Gilson Bezerra da Silva, prefeito do município de Angical/BA (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos e da omissão da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola/Plano de Desenvolvimento da Escola (PDDE/PDE), no exercício de 2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Gilson Bezerra da Silva;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III do RI/TCU, as contas do Sr. Gilson Bezerra da Silva e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
20.000,00	29/12/2011
20.000,00	30/12/2011
20.000,00	30/12/2011
13.000,00	6/9/2012
13.000,00	6/9/2012
13.000,00	6/9/2012
25.000,00	30/11/2012

9.3. aplicar ao Sr. Gilson Bezerra da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU) ,o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2149-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2150/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.319/2014-2.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

3.2. Responsável: Clovis José da Rocha (181.714.439-15).

4. Entidade: Município de Itapema/SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em desfavor do Sr. Clóvis José da Rocha, ex-prefeito do Município de Itapema/SC, em razão da inexecução dos objetivos pactuados pelo Termo de Responsabilidade 1599/MPAS/SEAS/2002, cujo objeto era execução de ações sociais comunitárias mediante a aquisição de material para atendimento de adolescentes e suas famílias.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Clovis José da Rocha;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'b' e 'c', c/c art. 23, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, I, e 209, II e III, do RI/TCU, as contas do Sr. Clovis José da Rocha e condená-lo ao pagamento do débito a seguir especificado, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do respectivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
3/1/2003	125.000,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) desta decisão;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2150-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2151/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.694/2017-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Sandra Regina Gomes Vidal (346.515.275-15).

4. Entidade: Município de Ibicoara/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor da Sra. Sandra Regina Gomes Vidal, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao referido município, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola/Plano de Desenvolvimento da Educação - PDDE/PDE, no exercício de 2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a Sra. Sandra Regina Gomes Vidal;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'a' e 'c', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III do RI/TCU, as contas da Sra. Sandra Regina Gomes Vidal e condená-la ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original R$	Data da ocorrência
33.000,00	6/9/2012
170.000,00	23/10/2012

9.3. aplicar à Sra. Sandra Regina Gomes Vidal a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2151-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2152/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.319/2015-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João da Brahma de Oliveira da Silva (212.323.696-91); Vanir e Maraninis Eventos Ltda. - ME (09.046.032/0001-00).

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Cardoso - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de João da Brahma de Oliveira da Silva, ex-Prefeito do Município de Cardoso/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 298/2010 (Siafi/Siconv 733127), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "41ª Festa do Peão de Boiadeiro de Cardoso/SP".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a empresa Vanir e Maraninis Eventos Ltda. ME, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de João da Brahma de Oliveira da Silva e da empresa Vanir e Maraninis Eventos Ltda. ME, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	29/6/2010

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a João da Brahma de Oliveira da Silva e a empresa Vanir e Maraninis Eventos Ltda. ME, individualmente, multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2152-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2153/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.278/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessada: Ana Flávia Firmino de Oliveira Rocha (016.465.474-70), pensionista de Francisca de Brito Oliveira Rocha (010.965.324-68).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Caio Lucena de Medeiros (OAB/RN 9.961), representando Ana Flávia Firmino de Oliveira Rocha (016.465.474-70).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, e ainda com a Instrução Normativa-TCU 71/2012 em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por Francisca de Brito Oliveira Rocha (010.965.324-68) em favor de Ana Flávia Firmino de Oliveira Rocha (016.465.474-70), negando o registro ao ato correspondente;

9.2. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. providencie o levantamento das quantias pagas indevidamente desde a instituição do benefício ora considerado ilegal e adote todas as medidas administrativas necessárias para recomposição desses valores, após as quais, não havendo a elisão do dano e subsistindo os pressupostos a que se refere o art. 5º da Instrução Normativa-TCU 71/2012, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

9.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à interessada cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte e ao representante legal devidamente constituído nos autos.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2153-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2154/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.527/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos André de Brito Coelho (751.561.485-49); Laura Maria Silva Mafra Lima (118.968.175-72)

3.2. Recorrente: Laura Maria Silva Mafra Lima (118.968.175-72).

4. Entidade: Município de Santa Cruz da Vitória - BA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Wanderley Rodrigues Porto Filho (OAB/BA 15837), representando Laura Maria Silva Mafra Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Laura Maria Silva Mafra Lima em face do Acórdão 5.549/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 5.549/2016-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e aos demais responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2154-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2155/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.390/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsável/Recorrente: Joélcio Martins da Silva (013.714.365-68).

4. Entidade: Município de Santaluz - BA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: Mário César da Silva Lima (OAB/BA 10491), representando Joélcio Martins da Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Joélcio Martins da Silva em face do Acórdão 673/2016-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares e imputou-lhe débito de R$ 100.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 673/2016-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2155-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2156/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.392/2016-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsável/Recorrente: Haroldo José de Almeida (273.585.186-91)

4. Entidade: Município de Estrela do Sul - MG.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: Daniel Ricardo Davi Sousa (94.229/OAB-MG) e outros, representando Haroldo José de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Haroldo José de Almeida em face do Acórdão 1.755/2017-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares e imputou-lhe débito de R$ 44.206,55.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.755/2017-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2156-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2157/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.820/2007-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão civil.

3. Interessados: Rosilda Palheta Mota (226.371.762-53), pensionista de Aecio Flavio de Oliveira Mota (003.866.262-00); Elvira e Souza Aguirre (432.617.282-72) e Maria Cardoso Nascimento de Jesus (510.377.502-68), pensionistas de Carlos Raimundo Pereira Aguirre (072.933.212-87); Edison Pantoja Calandrine de Azevedo (651.921.922-34), Luciana Pantoja Calandrine de Azevedo (525.634.992-91) e Stefani Laura Pereira Torres de Azevedo (525.584.102-10), pensionistas de Edison Torres de Azevedo (055.334.652-00); Maria Lucia da Silva e Silva (012.919.982-68), pensionista de Euclides Monteiro da Silva (004.987.502-72); Anderson Ramon Moura dos Santos (915.510.212-34) e Andressa Moura dos Santos (915.510.482-72), pensionistas de Jacirene Moura Monteiro (341.767.212-00); Geisa de Vilhena Corrêa (805.388.862-34), Giselle de Vilhena Corrêa (805.436.502-00), Gleice de Vilhena Corrêa (763.965.412-20) e José Edinaldo Melo Corrêa (094.174.602-00), pensionistas de Maria de Fátima de Vilhena Corrêa (083.534.092-91); Adna Meireles Xavier Dantas (521.428.172-20), pensionista de Marli Meireles Xavier (165.840.402-59); Maria Jose Benjamim Pinheiro Pereira (066.703.772-15), pensionista de Maximo Balieiro Pinheiro (000.826.782-00); Felicio Lauriano Romano (067.627.782-91), Leandro Costa Romano (737.248.072-87), Leonildo Costa Romano (737.247.852-91) e Luciano Costa Romano (737.247.692-53), pensionistas de Nazaré Costa Romano (127.017.932-20); Edenor Nunes Souto (524.329.472-15), Eder Nunes Souto (721.657.152-53), Edson Nunes Souto (524.329.202-87), Elcione Nunes Souto (524.328.742-34), Erick Nunes Souto (709.700.092-91), Eudilene Nunes Souto (524.329.632-53) e Maria Nunes Souto (416.022.852-68), pensionistas de Pedro da Silva Souto (342.233.802-06); Alexandre Rogerio Veiga Monteiro (838.742.912-00) e Maria Jose Veiga Monteiro (029.737.822-87), pensionistas de Pedro Raimundo da Silva Monteiro (051.193.912-49); Antonio Macedo da Cunha (037.360.672-91) e Elcieder Lúcio Farias da Cunha (682.309.312-91), pensionistas de Raimunda Célia Farias da Cunha (088.116.012-15); Elizabete Rolim da Silva (405.178.704-44) e Maria de Nazare de Souza Almeida (341.495.622-53), pensionistas de Raimundo Braga de Almeida (012.350.102-44); Pedro Leão Raad (523.436.932-34) e Wilson Corrêa Raad (175.559.902-10), pensionistas de Rizonete dos Santos Leão Raad (208.842.732-53); Maria de Lima Martins (706.548.592-72), pensionista de Simeao de Souza Martins (209.515.742-72).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representações legais: Jean Carlo Albuquerque Brazão (936-B/OAB-AP) e outros, representando Rosilda Palheta Mota; Felipe Carlos Schwingel (59.184/OAB-RS) e outros, representando Maria Jose Benjamin Pinheiro Pereira e Maria de Lima Martins; Anderson Carneiro da Silva (2544/OAB-AP) e outros, representando Andressa Moura dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam pensões civis instituídas no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 5º, 261, caput, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões civis instituídas por Carlos Raimundo Pereira Aguirre (072.933.212-87), Edison Torres de Azevedo (055.334.652-00), Euclides Monteiro da Silva (004.987.502-72), Maria de Fátima de Vilhena Corrêa (083.534.092-91), Nazaré Costa Romano (127.017.932-20), Pedro da Silva Souto (342.233.802-06), Pedro Raimundo da Silva Monteiro (051.193.912-49), Raimunda Célia Farias da Cunha (088.116.012-15) e Rizonete dos Santos Leão Raad (208.842.732-53), concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame das pensões civis instituídas por Jacirene Moura Monteiro (341.767.212-00) e Marli Meireles Xavier (165.840.402-59);

9.3. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Aecio Flavio de Oliveira Mota (003.866.262-00), Maximo Balieiro Pinheiro (000.826.782-00), Raimundo Braga de Almeida (012.350.102-44) e Simeao de Souza Martins (209.515.742-72), negando o registro aos atos correspondentes, em razão da inclusão, na base de cálculo dos benefícios, de parcelas judiciais relativas a planos econômicos;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2157-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2158/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.788/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Responsável/Recorrente: Davina de Camargo Madeira Simões (137.672.698-05)

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Bárbara Brentani Roncolatto (120.794/OAB-SP) e outros, representando Davina de Camargo Madeira Simões.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Davina de Camargo Madeira Simões em face do Acórdão 7.410/2016-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares e imputou-lhe débito, em virtude de descumprimento do termo de compromisso celebrado com o CNPq para de bolsa de estudo no exterior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 7.410/2016-TCU-Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2158-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2159/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.875/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

4. Órgão/Entidade: Não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pela Associação Sergipana de Blocos de Trio e pelo seu presidente, Lourival Mendes de Oliveira Neto, em face do Acórdão 3.530/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, cominou-lhes débito de R$ 450.000,00 em valores originais e imputou-lhes multa individual de R$ 80.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 3.530/2016-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2159-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2160/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.788/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Alberto César de Caires (082.067.938-01); Ivan Perpetuo da Silva - ME (07.739.407/0001-84); Leandro Oliveira Gaetan - ME (06.644.703/0001-39).

4. Entidade: Município de Álvares Florence/SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Silvio Eduardo Macedo Martins (OAB/SP 204.726), representando Ivan Perpetuo da Silva - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Alberto Cesar de Caires, ex-prefeito de Álvares Florence/SP, em

razão da impugnação total de despesas do Convênio 620/2008 (Siafi/Siconv 633562), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Festivo para o Padroeiro São João Batista";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Alberto Cesar de Caires e a empresa Leandro Oliveira Gaetan - ME, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Alberto Cesar de Caires e das empresas Leandro Oliveira Gaetan - ME e Ivan Perpetuo da Silva - ME e condená-los ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.2.1. Débito da responsabilidade de Alberto Cesar de Caires solidariamente com a empresa Leandro Oliveira Gaetan - ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 65.000,00	30/9/2008

9.2.2. Débito da responsabilidade de Alberto Cesar de Caires solidariamente com a empresa Ivan Perpetuo da Silva - ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 35.000,00	30/9/2008

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente e proporcionalmente, a multa a seguir, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. Alberto Cesar de Caires: multa no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

9.3.2. Empresa Ivan Perpetuo da Silva - ME: multa no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais);

9.3.3. Empresa Leandro Oliveira Gaetan - ME: multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais);

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2160-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2161/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.437/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Eduardo Rivail Ribeiro (565.907.251-87).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) em desfavor de Eduardo Rivail Ribeiro, beneficiário de bolsa de estudo no exterior concedida pelo CNPq, em razão da não comprovação do período de permanência no Brasil;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar Eduardo Rivail Ribeiro revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Eduardo Rivail Ribeiro e condená-lo ao pagamento do débito no valor de R$ 90.488,08 (noventa mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oito centavos), na data de 19/05/2003, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e ao responsável.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2161-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2162/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.208/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Civil.

3. Interessados: Alberto Matoso Bezerra Júnior (527.905.502-63) e Manoelina Costa de Melo (231.223.902-72), pensionistas de Alberto Matoso Bezerra (007.241.812.53); Liliana Melo Barreto (522.004.932-15), pensionista de Lenir de Melo Barreto (074.850.002-25); José Gabriel de Araújo Moreira (841.560.232-49), Savana Martins Rezende (823.712.532-00) e Shawany de Araújo Alves (841.560.402-59), pensionistas de Maria Paiva de Araújo (224.846.802-44); Eliveuto Breves da Costa (659.490.562-72), Francisco Josimar Faustino (092.110.713-72) e Valdenor Tavares da Silva (030.936.542-20), pensionistas de Neila Maria Breves (164.380.352-20); Maria da Conceição Carneiro da Cunha Cadais (261.079.967-53), pensionista de Pedro Pytaguara Carneiro da Cunha (102.643.887-04); Claudine da Luz Uchoa (530.442.742-49), pensionista de Raimundo Evaldo Uchoa (074.639.012-20).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representações legais: Cristiana Melo Barreto (509.156.492-68), representando Liliana Melo Barreto; Jaeder Natal Ribeiro (OAB/RR 223), representando Alberto Matoso Bezerra Júnior; Allan Kardec Lopes Mendonça Filho (OAB/RR 468) e outros, representando Claudine da Luz Uchôa; Werley de Oliveira Azevedo Cruz (OAB/RR 644), representando Valdenor Tavares da Silva; Juliana Quintela Ribeiro da Silva (OAB/RR 640), representando Francisco Josimar Faustino.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam pensões civis instituídas no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 5º, 261, caput, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as pensões civis instituídas em favor de Alberto Matoso Bezerra Júnior (527.905.502-63) e Manoelina Costa de Melo (231.223.902-72), pensionistas de Alberto Matoso Bezerra (007.241.812.53); de Liliana Melo Barreto (522.004.932-15), pensionista de Lenir de Melo Barreto (074.850.002-25); de Eliveuto Breves da Costa (659.490.562-72) e Francisco Josimar Faustino (092.110.713-72), pensionistas de Neila Maria Breves (164.380.352-20); de Maria da Conceição Carneiro da Cunha Cadais (261.079.967-53), pensionista de Pedro Pytaguara Carneiro da Cunha (102.643.887-04) e de Claudine da Luz Uchoa (530.442.742-49), pensionista de Raimundo Evaldo Uchoa (074.639.012-20), concedendo o registro aos atos correspondentes, números de controle 10714740-05-2002-000041-8, 10714740-05-2000-000126-0, 10714740-05-2000-000139-3, 10714740-05-2003-000082-4 e 10714740-05-2003-000078-6;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame da pensão civil instituída por Maria Paiva de Araújo (224.846.802-44), em favor de José Gabriel de Araújo Moreira (841.560.232-49), Savana Martins Rezende (823.712.532-00) e Shawany de Araújo Alves (841.560.402-59), ato número de controle 10714740-05-2003-000021-3;

9.3. considerar ilegal a pensão civil instituída por Neila Maria Breves (164.380.352-20) em favor de Valdenor Tavares da Silva (030.936.542-20), negando o registro ao ato correspondente, número de controle 10714740-05-2003-000040-9;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar ao órgão de controle interno que, no prazo de 30 (trinta) dias, disponibilize ao TCU os atos de concessão referentes à habilitação das beneficiárias Roselys da Luz Uchoa (106.333.672-49) e Antônia Lúcia Gomes Batista (549.540.103-49), reconhecidas, respectivamente, na condição de viúva e de companheira de Raimundo Evaldo Uchoa, cadastrados no Sisac sob os números de controle 10714740-05-2011-000065-0 e 10714740-05-2006-000021-0;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima e ao órgão de controle interno;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima, ao órgão de controle interno e aos representantes legais devidamente constituídos nos autos.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2162-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2163/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.068/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Rivaldo Machado da Nóbrega (027.167.044-49).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: Karina Palova Villar Maia (OAB/PB 10.850) e outros, representando Rivaldo Machado da Nóbrega.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto por Rivaldo Machado da Nóbrega contra o Acórdão 1.497/2017-TCU-1ª Câmara, por intermédio do qual este Tribunal, dentre outras medidas, determinou a exclusão da parcela judicial referente à hora-extra dos proventos do recorrente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente pedido de reexame, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.497/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2163-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2164/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.567/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Antônio Edson de Melo (150.658.044-00).

4. Entidade: Município de Itaú - RN.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Fernando de Araujo Jales Costa (4602/OAB-RN) e outros, representando Antônio Edson de Melo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Antônio Edson de Melo em face do Acórdão 1.447/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito de R$ 124.165,77 e aplicou-lhe multa de R$ 10.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.447/2017-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2164-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2165/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.667/2015-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Mário Takayoshi Matsubara (778.789.818-68).

4. Entidade: Município de Ituverava - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Mário Takayoshi Matsubara, ex-prefeito de Ituverava/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1202/2009 (Siafi/Siconv 707457), que tinha por objeto apoio à realização do projeto intitulado "lº Carnaverava";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Mário Takayoshi Matsubara e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 200.000,00	09/2/2010

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Mário Takayoshi Matsubara multa no valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aplicar a Mário Takayoshi Matsubara multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2165-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2166/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.215/2016-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Carlos Ribeiro (153.569.300-20).

4. Entidade: Município de Nipoã - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Antonio Carlos Ribeiro, ex-prefeito do Município de Nipoã/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1381/2008 (Siafi/Siconv 701119), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Natal em Festa";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel Antonio Carlos Ribeiro, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Antonio Carlos Ribeiro e e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 75.314,19	17/2/2009

9.3. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Antonio Carlos Ribeiro multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2166-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2167/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.444/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Eliedelza Souza de Albuquerque (478.853.194-15), pensionista de Amaro Carneiro de Albuquerque (143.168.464-34); Maria da Gloria Araujo Muniz (048.074.947-75), pensionista de Antonio Carlos Muniz (018.780.267-04); Maria Ivany Saurin (347.308.420-49), pensionista de Arlindo Joao Huning (233.264.250-15); Maria Balbina da Silva (014.639.487-94), pensionista de Cornelio Coelho da Silva (221.174.827-91); Aparecida Freitas de Oliveira (066.473.558-47), pensionista de Gentil Jeronimo de Oliveira (227.808.588-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam pensões civis instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Amaro Carneiro de Albuquerque (143.168.464-34), Antonio Carlos Muniz (018.780.267-04), Arlindo Joao Huning (233.264.250-15), Cornelio Coelho da Silva (221.174.827-91) e Gentil Jeronimo de Oliveira (227.808.588-34), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, emita novos atos de pensão civil em favor das ora interessadas, escoimados das impropriedades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, às interessadas, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrados;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que as interessadas tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2167-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2168/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.928/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Alberto Florentino de Oliveira (847.378.918-00); Tiago Willian da Silva - ME (11.098.440/0001-40).

4. Entidade: Município de Santo Expedito - SP.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal: Emerson Augusto Correa Passianoto (125.331/OAB-SP) e outros, representando Tiago Willian da Silva - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Carlos Alberto Florentino de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Santo Expedito/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 194/2010 (Siafi/Siconv 732615), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "1º Rodeio Show de Santo Expedito - SP";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c', e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Carlos Alberto Florentino de Oliveira e da empresa Tiago Willian da Silva - ME e condená-los solidariamente ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 100.000,00	17/5/2010

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Carlos Alberto Florentino de Oliveira e à empresa Tiago Willian da Silva - ME, individualmente, multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Paulo, para adoção das medidas que entender cabíveis, inclusive a respeito de eventual crime de falsidade documental praticado por Carlos Alberto Florentino de Oliveira.

9.6. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2168-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2169/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.276/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Nair Jose de Faria Sousa (269.461.306-34); Orestes Barbosa (041.276.686-87); Osvaldo Alves Silva (149.830.876-72); Ronaldo Inez de Vasconcelos (154.845.486-91); Urias Moreira de Almeida (146.236.686-49); Walter Ribeiro Jorge (003.138.825-68).

4. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam aposentadorias instituídas no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as aposentadorias de Nair Jose de Faria Sousa (269.461.306-34), Orestes Barbosa (041.276.686-87), Osvaldo Alves Silva (149.830.876-72), Ronaldo Inez de Vasconcelos (154.845.486-91) e Urias Moreira de Almeida (146.236.686-49), concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegal a aposentadoria de Walter Ribeiro Jorge (003.138.825-68), negando o registro ao ato correspondente, ante o pagamento cumulativo de parcelas relativas aos quintos, à opção e à vantagem prevista no art. 192 da Lei 8.112/1990;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, convoque Walter Ribeiro Jorge (003.138.825-68) para que escolha pela percepção dos quintos em conjunto com a opção ou dos quintos em conjunto com a vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990, e, em caso de omissão por parte do servidor, providencie a exclusão da parcela de menor valor entre a opção e a vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990;

9.4.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato ora é considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem 9.4.3 supra;

9.4.5. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU um novo ato de aposentadoria em favor de Walter Ribeiro Jorge, livre das impropriedades identificadas;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais;

9.6. dar ciência deste acórdão à Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2169-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2170/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.152/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Agenor Dias da Paz Almeida (114.950.901-59); Antonio Paes de Melo Neto (046.673.104-30); Antônio Marques (161.566.926-49); Carlos Vicente Ramos Gomes (076.076.951-68); Carlos da Rocha Nobre (077.936.772-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Agenor Dias da Paz Almeida (114.950.901-59), Antonio Paes de Melo Neto (046.673.104-30), Antônio Marques (161.566.926-49), Carlos Vicente Ramos Gomes (076.076.951-68) e Carlos da Rocha Nobre (077.936.772-34), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos por Antonio Paes de Melo Neto e Carlos Vicente Ramos Gomes, após 25/2/2014, a título de vantagem judicial relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. caso Antonio Paes de Melo Neto e Carlos Vicente Ramos Gomes optem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem judicial relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 e, em relação a Carlos Vicente Ramos Gomes, promova, ainda, a correção do percentual pago a título de ATS para 20%;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2170-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2171/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.155/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Francisca das Chagas Medeiros (358.404.551-72); Francisco Antonio Martins (007.605.283-49); Frederico José Machado Porto (086.661.301-30); Graciela Sonia Wernik de Carvalho (101.756.791-34); Irisdalva Vidal Martins Machado Rocha (047.268.473-68).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Francisca das Chagas Medeiros (358.404.551-72), Francisco Antonio Martins (007.605.283-49), Frederico José Machado Porto (086.661.301-30),

Graciela Sonia Wernik de Carvalho (101.756.791-34) e Irisdalva Vidal Martins Machado Rocha (047.268.473-68), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos por Frederico José Machado Porto e Irisdalva Vidal Martins Machado Rocha, após 25/2/2014, a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. caso Frederico José Machado Porto e Irisdalva Vidal Martins Machado Rocha optem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2171-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2172/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.157/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessados: Patricia Teixeira Goulart (226.268.321-20); Raimundo Nonato Menezes de Albuquerque (035.450.912-87); Renato Zimmer Pinto (251.982.460-34); Ricardo Sérgio de Oliveira e Silva (082.008.074-87); Rosangela Lima Machado (079.480.423-34).

4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam aposentadorias instituídas no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput, e 262, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as aposentadorias de Patricia Teixeira Goulart (226.268.321-20), Raimundo Nonato Menezes de Albuquerque (035.450.912-87), Renato Zimmer Pinto (251.982.460-34), Ricardo Sérgio de Oliveira e Silva (082.008.074-87) e Rosangela Lima Machado (079.480.423-34), negando o registro aos atos correspondentes;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:

9.2.1. adote as medidas cabíveis a fim de repor ao erário os valores indevidamente recebidos pelos interessados, após 25/2/2014, a título de vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992, por terem sido pagos em desacordo com o provimento obtido nos autos do Mandado de Segurança 18381.85.2014.4.01.3400;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, notifique os interessados acerca desta decisão e os informe que poderão retornar à atividade no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

9.2.3. caso os interessados optem por retornar à atividade, promova a imediata exclusão da vantagem relativa ao art. 9º da Lei 8.460/1992 e, em relação a Rosangela Lima Machado e Raimundo Nonato Menezes de Albuquerque, encaminhe o inteiro teor das decisões que amparam o pagamento da rubrica judicial identificada em suas fichas financeiras;

9.2.4. caso não ocorra retorno à atividade dos ora interessados, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados transcorridos 120 (cento e vinte) dias após suas notificações;

9.2.5. conclua a análise e delibere acerca de eventuais impugnações e/ou pleitos administrativos formulados pelos interessados com vistas à regularização de seu enquadramento funcional com estrita observância dos prazos estipulados na Lei 9.784/1999, observado o limite máximo de 90 (noventa) dias a contar da autuação do respectivo processo;

9.2.6. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.2.7. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.3. com fundamento no enunciado 106 da Súmula de jurisprudência do TCU, dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, exceto em relação aos valores de que trata o subitem 9.2.1 supra;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2172-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2173/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.995/2016-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Fernando Alves (403.456.709-06).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina aposentadoria instituída no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, §§ 1º e 4º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria emitidos em favor de Fernando Alves (403.456.709-06), negando-lhes o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, emita novo ato de aposentadoria em favor do ora interessado, escoimado da irregularidade verificada;

9.3.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no subitem anterior;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2173-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2174/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-010.232/2014-1

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sandro Navickiene (151.099.388-65).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Sergipe (UFS).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. 1º Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.2. 2º Revisor: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secex/SE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor do Dr. Sandro Navickiene, professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados visando ao financiamento de projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica intitulado "cooperação acadêmica UFS-UFMG-UNESP para fortalecimento do programa de pós-graduação em química aplicada ao estudo de recursos hídricos", mediante Termo de Concessão e Aceitação de Apoio ao Financiamento de Projeto Científico e Tecnológico, celebrado em 13/4/2007,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. em caráter excepcional, arquivar o presente processo com fundamento no art. 213 do Regimento Interno, sem o cancelamento do débito indicado no voto do Relator que acompanha este Acórdão;

9.2. dar ciência ao CNPq quanto à necessidade de proceder ao tombamento, e eventual termo de cessão/doação à Universidade Federal de Sergipe (UFS), dos equipamentos adquiridos com recursos federais transferidos no âmbito do projeto de pesquisa científica e/ou tecnológica, intitulado "cooperação acadêmica UFS-UFMG-UNESP para fortalecimento do programa de pós-graduação em química aplicada ao estudo de recursos hídricos"; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2174-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Bruno Dantas (2º Revisor) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que não participou da votação: Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira (1º Revisor).

13.4. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: Weder de Oliveira (1º Revisor).

ACÓRDÃO Nº 2175/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.339/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Município de Inhambupe/BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal:

8.1. Jaime D'almeida Cruz (OAB-BA 22.435) e Maria Eduarda Mandelli de Almeida (OAB-BA 47.550), representando o Município de Inhambupe/BA (peças 6 e 8).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Concorrência 1/2017, promovida pela Prefeitura de Inhambupe/BA, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. conhecer a presente representação, por satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. considerar prejudicado exame da medida cautelar pleiteada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

9.4. encerrar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2175-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2176/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.906/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsável: Raimundo Nonato Lisboa (093.728.573-00).

4. Entidade: Município de Bacabal - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Raimundo Nonato Lisboa, ex-prefeito do Município de Bacabal - MA, devido à omissão no dever de prestar contas de parte dos recursos transferidos por meio Convênio 1030/2004 (Siafi 522517);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revel Raimundo Nonato Lisboa para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Raimundo Nonato Lisboa, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "a" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
132.319,44	4/10/2011
746.401,00	26/10/2011

9.3. aplicar a multa de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) a Raimundo Nonato Lisboa, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. nos termos do art. 16, § 3º, da lei 8.443/1993, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2176-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2177/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.130/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (17.398.561/0001-93); Jairo do Carmo Adevides (316.174.686-49); TW Material Hospitalar Ltda. - ME (10.515.772/0001-10); Vitorio Guimaraes Quites (486.217.496-53).

4. Entidade: Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (17.398.561/0001-93).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre dos Santos Dias (116.393/OAB-MG).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e Vitorio Guimaraes Quites em razão da impugnação parcial das despesas realizadas no âmbito do Convênio 963/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revéis a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e TW Material Hospitalar Ltda. - ME para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Jairo do Carmo Adevides e Vitorio Guimaraes Quites;

9.3. julgar irregulares as contas da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Vitorio Guimaraes Quites, de Jairo do Carmo Adevides e da TW Material Hospitalar Ltda. - ME, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992;

9.4. condenar a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Vitorio Guimaraes Quites e TW Material Hospitalar Ltda. - ME, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional da Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL EM REAIS	DATA DA OCORRÊNCIA
76.905,93	24/3/2009

9.5. condenar a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, Jairo do Carmo Adevides e TW Material Hospitalar Ltda. - ME, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional da Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL EM REAIS	DATA DA OCORRÊNCIA
12.927,20	5/6/2009

9.6. aplicar a multa individual de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e à TW Material Hospitalar Ltda. - ME, de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a Vitorio Guimaraes Quites e de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a Jairo do Carmo Adevides, com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.8. nos termos do art. 16, § 3º, da lei 8.443/1993, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República em Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2177-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2178/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.038/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Liga Esportiva da Regional de Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante (03.460.935/0001-49); Paulo Augusto Quaresma Menezes (455.437.201-49).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, em desfavor da Liga Esportiva da Regional de Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante e de Paulo Augusto Quaresma Menezes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revéis a Liga Esportiva da Regional de Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante e Paulo Augusto Quaresma Menezes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "d", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas da Liga Esportiva da Regional de Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante e de Paulo Augusto Quaresma Menezes, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
70.000,00	19/1/2009

9.3. aplicar à Liga Esportiva da Regional de Candangolândia, Park Way, Vargem Bonita, Nova Divinéia e Núcleo Bandeirante e a Paulo Augusto Quaresma Menezes multa individual prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. dar ciência desta deliberação ao interessado e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2178-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2179/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.643/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: José Farias de Castro (160.776.953-00); Omar de Caldas Furtado Filho (100.663.903-97); Planmetas Construções e Serviços Ltda. - ME (07.594.706/0001-78); Município de Brejo - MA (06.116.743/0001-08).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Álvaro Valadão Borges Neto (5509/OAB-MA).

8.2. Walter de Sousa Barros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão da inexecução parcial do Convênio EP 803/2007, celebrado com o Município de Brejo - MA, tendo como objeto a execução de sistema de abastecimento de água nos povoados Canto dos Negros, Água Branca e Riacho do Meio;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade solidária do Município de Brejo - MA dos presentes autos;

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, Omar de Caldas Furtado Filho e Planmetas Construções e Serviços Ltda. - ME, com fundamento no art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas de Omar de Caldas Furtado Filho, José Farias de Castro e da empresa Planmetas Construções e Serviços Ltda. - ME, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

inciso III, da mesma Lei, e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, em regime de solidariedade, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Natureza do lançamento
115.891,28	12/12/2008	Débito
1.914,15	27/4/2012	Crédito

9.4. aplicar a Omar de Caldas Furtado Filho, José Farias de Castro e à empresa Planmetas Construções e Serviços Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e à Fundação Nacional de Saúde, para adoção das medidas que entenderem cabíveis.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2179-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2180/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.206/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Altho Empreendimentos e Construções Ltda (02.700.079/0001-99); Construtora Gomes Pimentel Ltda (41.699.364/0001-99)

3.2. Responsável: Universidade Federal de Lavras (22.078.679/0001-74).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

8. Representação legal: Rafael de Oliveira Lage (112.452/OAB-MG); Felipe Bernardo Furtado Soares (150.814/OAB-MG).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Altho Empreendimentos e Construções Ltda., com pedido de medida cautelar, em decorrência de possíveis irregularidades cometidas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) no âmbito do RDC Eletrônico 1/2017, destinado à contratação para elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura, e Projetos Complementares de Engenharia e Execução da Obra de Construção do Complexo da Saúde II daquela Universidade, incluindo obras e serviços de urbanização, macro e micro drenagem e infraestrutura.;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Redator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. considerar prejudicado o exame da medida cautelar vindicada;

9.3. comunicar a presente decisão à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao representante;

9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2180-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2181/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.241/2012-1.

1.1. Apensos: 020.895/2014-3; 031.251/2011-0; 029.941/2016-4; 021.357/2016-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Antônio Fernando Lima Santos (267.331.455-53); Clédiston de Andrade (017.665.095-41); Cosme Rocha Santos (256.023.495-53); Elis Simone Mamlak (533.393.985-34); Luana Moura Pinho Grassi (002.049.405-08); Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04); Maria Telma Santos (412.912.715-20); Prefeitura Municipal de Capela - SE (13.119.961/0001-61); Robério dos Anjos Andrade (911.246.545-34); St Locadora de Veículos Ltda. (02.479.172/0001-15)

3.2. Recorrente: Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04).

4. Entidade: Prefeitura de Capela - SE.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal :

8.1. Nadson Costa Cerqueira (5424/OAB-SE), representando Elis Simone Mamlak.

8.2. Madson Lima de Santana (3863/OAB-SE), representando St Locadora de Veículos Ltda..

8.3. Gláucia Alves Correia (37.149/OAB-DF) e outros, representando Manoel Messias Sukita Santos.

8.4. José Benito Leal Soares Neto (6.215/OAB-SE) e outros, representando Prefeitura Municipal de Capela - SE.

8.5. Tarcísio André Targino Matos (4349/OAB-SE), representando Cosme Rocha Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Manoel Messias Sukita Santos contra o Acórdão 5.735/2016 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Manoel Messias Sukita Santos contra o Acórdão 5.735/2016 - 1ª Câmara, e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da deliberação ao recorrente, aos demais interessados e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 8/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 20/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2181-08/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 55 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 27 de março de 2018.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

ATA Nº 9, DE 27 DE MARÇO DE 2018
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro, André Luís de Carvalho, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, e Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausente os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas, por motivo de férias, e o Ministro Vital do Rêgo, em missão oficial.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 000.936/2018-9, 000.947/2018-0, 000.956/2018-0, 000.965/2018-9, 000.971/2018-9, 001.017/2018-7, 001.058/2018-5, 001.069/2018-7, 001.079/2018-2, 001.084/2018-6, 001.085/2018-2, 001.092/2018-9, 001.096/2018-4, 001.102/2018-4, 001.107/2018-6, 001.113/2018-6, 001.117/2018-1, 001.122/2018-5, 001.125/2018-4, 001.127/2018-7, 001.130/2018-8, 001.187/2018-0, 001.194/2018-6, 001.205/2018-8, 001.208/2018-7, 001.213/2018-0, 001.218/2018-2, 001.225/2018-9, 001.228/2018-8, 001.238/2018-3, 001.244/2018-3, 001.248/2018-9, 001.259/2018-0, 001.320/2018-1, 001.329/2018-9, 001.334/2018-2, 001.356/2018-6, 001.358/2018-9, 001.363/2018-2, 001.429/2018-3, 001.437/2018-6, 003.056/2018-0, 003.057/2018-6, 003.063/2018-6, 003.140/2018-0, 003.476/2018-9, 003.479/2018-8, 003.490/2018-1, 003.492/2018-4, 003.494/2018-7, 003.496/2018-0, 003.508/2018-8, 003.510/2018-2, 003.516/2018-0, 003.550/2018-4, 003.719/2018-9, 003.723/2018-6, 003.727/2018-1, 003.729/2018-4, 003.734/2018-8, 003.763/2018-8, 003.774/2013-9, 003.813/2018-5, 003.823/2018-0, 003.831/2018-3, 003.851/2018-4, 003.864/2018-9, 003.869/2018-0, 003.874/2018-4, 003.928/2018-7, 003.996/2018-2, 004.026/2018-7, 004.030/2018-4, 004.039/2018-1, 004.044/2018-5, 004.048/2018-0, 004.055/2018-7, 004.069/2018-8, 004.076/2018-4, 004.072/2018-9, 005.820/2018-9, 005.861/2018-7, 005.863/2018-0, 005.864/2018-6, 005.866/2018-9, 005.870/2018-6, 005.871/2018-2, 005.872/2018-9, 005.873/2018-5, 005.898/2018-8, 005.899/2018-4, 005.902/2018-5, 005.903/2018-1, 005.906/2018-0, 005.907/2018-7, 005.927/2018-8, 005.933/2018-8, 005.936/2018-7, 005.943/2018-3, 005.953/2018-9, 005.975/2018-2, 005.978/2018-1, 005.982/2018-9, 005.983/2018-5, 005.985/2018-8, 005.987/2018-0, 005.989/2018-3, 005.990/2018-1, 006.034/2018-7, 006.038/2018-2, 006.040/2018-7, 006.041/2018-3, 006.043/2018-6, 006.044/2018-2, 006.045/2018-9, 006.047/2018-1, 006.048/2018-8, 006.084/2018-4, 006.096/2018-2, 006.106/2018-8, 006.113/2018-4, 006.115/2018-7, 006.120/2018-0, 006.121/2018-7, 006.122/2018-3, 006.124/2018-6, 006.126/2018-9, 006.132/2018-9, 006.133/2018-5, 006.134/2018-1, 006.136/2018-4, 006.140/2018-1, 006.141/2018-8, 006.155/2018-9, 006.157/2018-1, 006.159/2018-4, 006.162/2018-5, 006.171/2018-4, 006.176/2018-6, 006.181/2018-0, 006.182/2018-6, 006.187/2018-8, 006.188/2018-4, 006.189/2018-0, 006.199/2018-6, 006.204/2018-0, 006.238/2018-1, 006.241/2018-2, 006.243/2018-5, 006.246/2018-4, 006.251/2018-8, 006.252/2018-4, 006.261/2018-3, 006.262/2018-0, 006.263/2018-6, 006.266/2018-5, 006.268/2018-8, 006.300/2018-9, 006.301/2018-5, 006.355/2018-8, 006.358/2018-7, 006.389/2018-0, 006.434/2018-5, 006.447/2018-0, 006.450/2018-0, 006.464/2018-1, 006.468/2018-7, 006.472/2018-4, 006.500/2018-8, 006.597/2018-1, 006.600/2018-2, 006.608/2018-3, 006.611/2018-4, 006.616/2018-6, 006.619/2018-5, 006.678/2018-1, 006.681/2018-2, 006.685/2018-8, 006.692/2018-4, 006.700/2018-7, 006.702/2018-0, 006.707/2018-1, 006.712/2018-5, 006.713/2018-1, 006.718/2018-3, 006.850/2018-9, 006.854/2018-4, 006.862/2018-7, 007.757/2018-2, 013.658/2016-6, 020.554/2014-1, 020.964/2017-0, 022.396/2016-0, 024.749/2017-6, 025.683/2015-2, 025.745/2014-0, 027.558/2017-7, 030.374/2017-0, 030.781/2017-5, 033.434/2017-4, 033.517/2017-7, 033.552/2017-7, 033.557/2017-9, 033.560/2017-0, 033.934/2017-7, 034.063/2017-0, 034.807/2017-9, 035.267/2015-1 e 035.426/2017-9, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 031.839/2016-9, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

- 022.150/2012-9 e 030.664/2012-8, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

- 030.054/2016-8, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

- 009.729/2004-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- 027.191/2017-6, 029.678/2017-0, 029.680/2017-4, 031.886/2016-7 e 033.195/2015-3, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2182 a 2231.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2182/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.295/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ferreira de Lima (093.848.634-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2183/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.336/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ezequiel Soares Motta (207.396.131-20)

1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2184/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.900/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Claudenice da Silva Santana (218.642.845-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2185/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.905/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Francisca Clodes de Andrade Ferreira (117.824.043-68)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2186/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.940/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Albertinho Barreto de Carvalho (109.666.505-06)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2187/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.000/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristina Aparecida Silva de Souza (561.288.789-20)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2188/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.344/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Pimentel (183.500.387-72); Lilian Meire Neves da Silva Costa (227.491.521-00); Luiz Carlos Gonçalves Arruda (053.429.107-49); Mauro Pereira de Faria (310.193.907-00); Silvia de Oliveira Encarnação (152.782.631-72)
1.2. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2189/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-030.515/2010-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Sinira Rocha de Oliveira (658.405.188-91)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, valendo-se da faculdade prevista no art. 260, § 3º, do Regimento Interno do Tribunal, proceda à imediata autuação e subsequente instrução do ato de pensão civil de Eden Cesar Rodrigues (número de controle 10450009-05-2017-000003-7), qualificado como companheiro da ex-servidora Maria Sinira Rocha de Oliveira, confrontando-o com a aposentadoria da instituidora e aferindo, em particular, a regularidade da parcela alusiva a "*quintos de FC*", incluída no cálculo de partida do benefício.

ACÓRDÃO Nº 2190/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que o ato submetido ao exame desta Corte, a despeito de apresentar algum tipo de inconsistência ou irregularidade na versão encaminhada, não está mais dando ensejo a pagamentos irregulares no momento de sua apreciação de mérito, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.938/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Antonio da Silva Sales (299.153.414-15)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 2191/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.722/2016-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joel Lima da Silva (627.542.972-00)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2192/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.834/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Daniel Farias dos Santos (067.887.014-40)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2193/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.637/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Edilene dos Santos Coelho de Castro (010.766.727-44)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2194/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.540/2013-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Therezinha de Jesus Vilanova (105.708.017-96)
1.2. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2195/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.374/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ananda Agni Pereira Gontijo (012.885.196-13)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belo Horizonte/MG
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2196/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.193/2016-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisabete Antunes Buss (300.105.787-49); Luiz Pinto de Carvalho (002.275.795-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2197/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o expediente inominado constante da peça 51, apresentado pelo Hospital Santa Maria Ltda. não visa objetivamente à reforma da deliberação proferida no Acórdão 8.904/2012-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Augusto Nardes;

Considerando que o pedido de cancelamento da inscrição positiva e de expedição de certidão negativa em seu nome possui natureza interlocutória e deve ser apreciado pelo relator, após a devida instrução da Secex/PI;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a ausência de requisitos fundamentais para admissão da peça apresentada como recurso, quais sejam, a manifestação inequívoca da insatisfação com a decisão e os motivos ensejadores dessa insatisfação; e

Considerando, ainda, o parecer emitido pela Serur no sentido da inviabilidade de se admitir o expediente como recurso.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, em receber o expediente inominado como mera petição, e encaminhá-lo à Secex/PI para que se manifeste sobre o pedido formulado pelo requerente.

1. Processo TC-005.913/2010-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 007.992/2013-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.994/2013-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.996/2013-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 007.997/2013-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Antonio Dib Tajra (001.552.843-04); Hospital Santa Maria Ltda (06.873.111/0001-99); Luis Carlos Feitosa Tajra (274.684.883-04)

1.3. Recorrente: Hospital Santa Maria Ltda (06.873.111/0001-99)

1.4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS

1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.9. Representação legal: Antonio Carlos Moreira Ramos (353/OAB-PI) e outros, representando Luis Carlos Feitosa Tajra, Hospital Santa Maria Ltda e Antonio Dib Tajra.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2198/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea 'a', e 169, inciso V do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-009.888/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Oiran Ferreira Gutierrez (065.559.001-30); Sindicato das Empresas de Turismo No Est de Mato Grosso (37.501.251/0001-60)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Mato Grosso e do Sr. Oiran Ferreira Gutierrez, dando-lhes quitação;

1.7.2. Nos termos do Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência do TCU, promover a retificação do item 9.1 do Acórdão 9034/2017-1ª Câmara, de modo a constar o nome da responsável como Carlina Maria Rabello Leite;

1.7.2. dar ciência aos responsáveis do teor deste acórdão.

ACÓRDÃO Nº 2199/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula deste Tribunal, em retificar, por inexatidão material, os Sumários do Acórdão 1805/2016 - 1ª Câmara, item 8, prolatado na Sessão de 8/3/2016 - Ordinária, inserido na Ata nº 6/2016 - 1ª Câmara, e do Acórdão 2834/2016 - 1ª Câmara, itens 3.1 e 8, prolatado na Sessão de 3/5/2016 - Ordinária, inserido na Ata nº 14/2016 - 1ª Câmara, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) Acórdão 1805/2016 - TCU - 1ª Câmara

Onde se lê:

8. Representação legal:

8.1. Sandra Cristina Palheta (160.099/OAB-SP) e outros, representando Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho.

8.2. Durval Antonio Soares Pinheiro (26.078/OAB-SP) e outros, representando Carlos Teijido Vieira.

8.3. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho;

8.4. Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert.

Leia-se:

8. Representação legal:

8.1. Sandra Cristina Palheta (160.099/OAB-SP) e outros, representando Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho.

8.2. Durval Antonio Soares Pinheiro (26.078/OAB-SP) e outros, representando Carlos Teijido Veira.

8.3. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

b) Acórdão 2834/2016 - TCU - 1ª Câmara

Onde se lê:

3.1. Responsáveis: Carlos Teijido Vieira (101.678.068-07); Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho (62.462.528/0001-30); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20);

(...)

8. Representação legal:

8.1. Antônio Carlos Ferreira de Araújo (OAB/SP 166.004), representando Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho.

8.2. Durval Antônio Soares Pinheiro (26.078/OAB-SP) e outros, representando Carlos Teijido Veira.

8.3. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho;

8.4. Alessandra Gonçalves Pinheiro Pimenta (14.017-E/OAB-DF), representando Gabriela Dellacasa Stuckert.

8.5. Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 48.386), Antonio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359) e outros, representando Nassim Gabriel Mehedff.

Leia-se:

3.1. Responsáveis: Carlos Teijido Veira (101.678.068-07); Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho (62.462.528/0001-30); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20);

(...)

8. Representação legal:

8.1. Antônio Carlos Ferreira de Araújo (OAB/SP 166.004), representando Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho.

8.2. Durval Antônio Soares Pinheiro (26.078/OAB-SP) e outros, representando Carlos Teijido Veira.

8.3. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

1. Processo TC-013.921/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Teijido Veira (101.678.068-07); Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho (62.462.528/0001-30); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Antônio Carlos Ferreira de Araújo (OAB/SP 166.004), representando Comunidade Eclesial de Base do Sítio Pinheirinho.

1.6.2. Durval Antônio Soares Pinheiro (26.078/OAB-SP) e outros, representando Carlos Teijido Veira.

1.6.3. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2200/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.834/2013-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: à Sefip, para que:

1.7.1. esclareça a Decana de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília de que o Ofício 1105/2016/DGP/DAP/COAPO foi analisado pelo Tribunal por meio do Acórdão 280/2017-1ª Câmara;

1.7.2. reitere à Fundação Universidade de Brasília a necessidade de apuração imediata dos valores recebidos indevidamente pela inativa Virginia Maria Ribeiro (102.271.991-20), a título da parcela referente à URP de fevereiro de 1989, a partir da revogação da medida liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal no MS 25.678 ocorrida em 5/11/2014, com a promoção, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, do ressarcimento ao erário, conforme determinado por esta Corte de Contas no subitem 1.6.1 do Acórdão 4.700/2016-1ª Câmara, descrito no subitem 1.9.2.1 do Acórdão 280/2017-1ª Câmara;

1.7.3. informe à Decana de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília que o descumprimento da deliberação desta Corte de Contas poderá ensejar a responsabilização solidária do gestor pela eventual ocorrência de dano ao erário, além da aplicação de pena de multa prevista no art. 58, IV, da Lei nº 8.443/1992;

1.7.4. dê-se ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

ACÓRDÃO Nº 2201/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí a respeito de possíveis irregularidades ocorridas nos recursos recebidos pelo município de Colônia do Gurguéia/PI, por conta do Programa Transferência a Estado e Municípios PBA do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, exercício de 2013, ao quanto a omissão na prestação de contas do mencionado programa.

Considerando que este Tribunal tem decidido que, em casos similares, deve-se encaminhar a matéria ao órgão repassador para a adoção das medidas cabíveis, entendendo que a atuação direta do TCU representa duplicidade de esforços, visto que o exame da regularidade da aplicação dos recursos compete ao ente concedente; e

Considerando que não sobressaem os requisitos de risco, materialidade e relevância que justifiquem o prosseguimento do processo neste Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la prejudicada; em dar ciência desta deliberação ao representante e ao município de Colônia do Gurguéia/PI; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-000.377/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Município de Colônia do Gurguéia - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2202/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que houve o cancelamento da Tomada de Preços nº 003/2017 realizada pela Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso III, c/c o art. 169, inciso V, ambos do Regimento Interno, em considerar prejudicada a presente representação e determinar o arquivamento do presente processo, de acordo com o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-023.000/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - PI

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações: dê-se ciência da presente deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - PI.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2203/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.535/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Regina Helena Camara Mariz (380.403.367-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2204/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-009.680/2001-3 Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas - Exercício: 2000)

2. Apensos: TC-012.192/2002-7 (Representação) e TC-006.954/2002-4 (Representação)

3. Recorrente: Luciana Valéria Pinheiro Goncalves (563.646.871-72)

4. Unidade: Fundação Cultural Palmares

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Fundação Cultural Palmares, concernente ao ano de 2000, na qual, por meio do Acórdão 2.567/2010-1ª Câmara, foram julgadas irregulares as contas de alguns responsáveis, com condenação em débito e multa, bem como cominadas multas a gestores não arrolados nas contas.

Considerando que, no Acórdão 2.567/2010-1ª Câmara, a ora peticionária Luciana Valeria Pinheiro Gonçalves, na condição de assessora jurídica da entidade, recebeu multa de R$ 5.000,00 pela emissão de pareceres favoráveis à contratação irregular de fundação de apoio;

Considerando que, contra tal decisão, a agente interpôs recurso de reconsideração, o qual foi conhecido e não provido, conforme Acórdão 1.213/2014-1ª Câmara;

Considerando que, posteriormente, a responsável interpôs novo documento com pretensão recursal (peça 93), pugnando mais uma vez pela reforma do acórdão que lhe condenou;

Considerando que, por força da preclusão consumativa prevista no art. 278, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, não caberia o conhecimento do expediente como recurso;

Considerando que, diante disso, a Serur propõe que a documentação seja tratada como mera petição, negando-se recebimento ao pedido, nos termos do § 3º do art. 50 da Resolução TCU 259/2014 (peças 99 a 101);

Considerando que, ainda na referida petição, a responsável requer, em caso de não atendimento ao seu pleito recursal e de manutenção do julgado, o parcelamento, na forma da lei, da multa que lhe foi aplicada pelo Tribunal, pedido esse reforçado em novo expediente juntado aos autos à peça 166;

Considerando que a SecexDesenvolvimento propõe, com amparo no art. 26 da Lei 8.443/1992, que seja autorizado o parcelamento do valor devido em 36 parcelas, incidindo sobre cada uma delas os devidos acréscimos legais, conforme disposto no art. 217, § 1°, do Regimento Interno/TCU (peças 167 e 168);

Considerando os postulados da economia processual e da racionalidade administrativa;

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

9.1. negar conhecimento da peça 93 como recurso, por preclusão consumativa, nos termos do artigo 278, §§ 3 e 4º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. autorizar o pagamento da multa de R$ 5.000,00 aplicada a Luciana Valeria Pinheiro Gonçalves mediante o Acórdão 2.567/2010-1ª Câmara em 36 parcelas mensais e consecutivas, na forma do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. determinar à SecexDesenvolvimento que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 2205/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Anual, atinente ao exercício de 2010, da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte - SNEED/ME,

Considerando o registro da unidade instrutiva de que o motivo para o sobrestamento deste feito, determinado pelo Acórdão 1870/2013 - TCU - Plenário, deixou de existir com a apreciação, por meio do Acórdão 1922/2017 - TCU - Plenário, do TC-012.710/2011-3, referente a auditoria de conformidade sobre convênios do Programa Segundo Tempo (PST), gerido pela SNEED, em que chegou a ser promovida a audiência de diversos servidores do Ministério do Esporte, aí incluídos alguns dos listados como responsáveis nestas contas (fls. 2, peça 11);

Considerando, contudo, o esclarecimento daquela unidade técnica de que os responsáveis arrolados nestas contas ouvidos no TC-012.710/2011-3 tiveram suas justificativas acatadas em relação aos fatos ocorridos em 2010, concluindo-se que as condutas por que foram ouvidos naqueles autos não prejudicariam a regularidade destas contas (fls. 9, peça 11);

Considerando a concordância da SecexEducação com o entendimento da CGU de que os eventuais achados na auditoria destas contas são dotados de baixa relevância (fls. 9, peça 11);

Considerando o posicionamento da unidade instrutiva deste Tribunal, em uníssono, no sentido de que as contas dos responsáveis constantes do rol devam ser julgadas regulares, dando-se-lhes quitação plena, sem prejuízo de que dê ciência à unidade jurisdicionada a respeito de falha identificada no preenchimento do rol de responsáveis (fls. 9/10, peça 11, e peças 12 e 13);

Considerando a concordância do representante do MP/TCU em relação às conclusões e às propostas de encaminhamento da unidade instrutiva (peça nº 14);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas dos responsáveis Srs. Alexandre Leonardo da Costa Silva, Diretor do Departamento de Esporte Universitário no período de 26/4/2010 a 31/12/2010, Antônio Apolinário Rebelo Figueiredo, Diretor do Departamento de Esporte Universitário no período de 1º/1/2010 a 31/3/2010, Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, então Diretora Substituta do Departamento de Esporte Universitário, Fábio Roberto Hansen, então Secretário Nacional de Esporte Educacional, Gianna Lepre Perim, então Diretora do Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural, e Milena Carneiro Bastos, então Diretora Substituta do Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural, dando-lhes quitação plena;

b) dar ciência à SNEED de que o rol de responsáveis juntado ao processo de contas relativo ao exercício de 2010 não apresentou todos os ocupantes das naturezas de responsabilidade indicadas na IN TCU 63/2010;

c) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão à Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

1. Processo TC-027.842/2011-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Alexandre Leonardo da Costa Silva, CPF 053.317.697-21; Antônio Apolinário Rebelo Figueiredo, CPF 208.455.104-87; Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, CPF 029.968.769-46; Fábio Roberto Hansen, CPF 858.601.829-53; Gianna Lepre Perim, CPF 539.629.079-04; Milena Carneiro Bastos, CPF 020.200.274-88.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte - SNEED/ME.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: SecexEducação.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2206/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. Erisvando Torquato do Nascimento, ex-prefeito do Município de Tarauacá/AC, gestão 2005/2008, em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio 392/2007, que tinha por objeto aquisição de medicamentos,

Considerando que, em decorrência da não comprovação de recebimento/entrega, controle, estoque e distribuição dos medicamentos, foram citados solidariamente o ex-prefeito, o então secretário municipal de finanças, Maico Marques de Souza, e a empresa contratada, Marka Comércio, pelo valor integral dos recursos federais transferidos (R$ 150.000,00), descontados os montantes devolvidos referentes à contrapartida não aplicada (R$ 10.200,20) e ao saldo dos rendimentos financeiros (R$ 215,94);

Considerando que a vistoria *in loco*, realizada pela Divisão de Convênios e Gestão do Ministério da Saúde em 25/8/2009, atestou a execução de 100% do objeto conveniado e o alcance dos objetivos propostos;

Considerando que a Secex/AC concluiu pela possibilidade de se estabelecer o vínculo entre os recursos transferidos e a aquisição dos medicamentos objeto do convênio, haja vista que a resposta à diligência realizada junto ao Banco do Brasil evidenciou que o cheque 85001, no valor de R$ 151.700,00, emitido pela prefeitura em 16/7/2008, teve como beneficiária a Marka Comércio Ltda., empresa emitente das notas fiscais 1195, 1196 e 1198, as quais somam o valor exato do aludido cheque;

Considerando o entendimento do Representante do Ministério Público de que a ausência de controle de entrada em estoque e de distribuição dos medicamentos adquiridos não inviabilizou a aferição da execução física do objeto pactuado pelo órgão concedente;

Considerando que, diante das informações constantes dos autos, a unidade técnica, com o apoio do Parquet Especializado, propõe julgar as contas dos responsáveis regulares com ressalva;

Considerando, portanto, que, no presente caso concreto, a execução física foi atestada pelo concedente e o nexo de causalidade foi comprovado por meio da diligência realizada por este Tribunal, o que conduz ao afastamento do débito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Erisvando Torquato do Nascimento (CPF 308.464.712-72), Maico Marques de Souza (CPF 694.975.082-04) e da empresa Marka Comércio Ltda. (CNPJ 63.595.490/0001-36), dando-lhes quitação;

b) enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre (NEMS/AC), à Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC e aos responsáveis; e

c) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, após as comunicações processuais e demais providências decorrentes do julgamento.

1. Processo TC-002.625/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Erisvando Torquato do Nascimento (CPF 308.464.712-72), Maico Marques de Souza (CPF 694.975.082-04) e Marka Comércio - EIRELI - EPP (CNPJ 63.595.490/0001-36)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Tarauacá/AC

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

1.6. Representante Legal: Angela Maria Ferreira (OAB/AC 1941), Wellington Frank Silva dos Santos (OAB/AC 3807) e outros.

ACÓRDÃO Nº 2207/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.11 do Acórdão 5.811/2012 - 1ª Câmara, Sessão de 25/9/2012, Ata 34/2012.

Valor original da multa: R$ 3.000,00		Data de origem: 25/09/2012	
Valor recolhido:	Data do recolhimento:	Valor recolhido:	Data do recolhimento:
88,20	25/02/2014	91,42	23/06/2015
88,20	25/02/2014	88,20	17/08/2015
88,20	07/05/2014	88,20	17/08/2015
88,20	07/05/2014	88,20	31/08/2015
88,20	07/05/2014	88,20	02/12/2015
88,20	18/12/2014	88,20	01/02/2016
88,20	18/12/2014	88,20	01/02/2016
88,20	18/12/2014	88,20	25/04/2016
88,20	18/12/2014	88,20	25/04/2016
88,20	25/02/2015	88,20	09/05/2016
88,20	25/02/2015	88,20	16/06/2016
88,20	26/02/2015	88,20	21/06/2016
88,20	26/02/2015	88,20	29/06/2016
88,20	26/02/2015	88,20	19/07/2016
88,20	04/03/2015	88,20	07/11/2016
88,20	05/03/2015	809,85	09/11/2017
88,20	11/03/2015	---	---

1. Processo TC-005.720/2007-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 015.007/2015-4 (Cobrança Executiva); 015.008/2015-0 (Cobrança Executiva); 023.526/2006-4 (Relatório de Auditoria); 015.006/2015-8 (Cobrança Executiva)

1.2. Responsável: Edney Freire Caetano (CPF 103.347.505-04)

1.3. Unidades: Associação Aracajuana de Beneficência Hospital Santa Isabel; Hospital São José; e Instituto de Hemoterapia e de Atividades de Laboratório Central de Saúde Pública Parreiras Horta (Hemolacen)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

1.7. Representação legal: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2208/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 473/2001 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 7/8/2001, Ata nº 27/2001, relativamente aos subitens:

a)8.2.1, para que, onde se lê:

Valor (CR$)	Data
771.335,38	31.07.93

leia-se:

Valor (Cr$)	Data
771.335,38	31.07.93

b)8.2.2, para que, onde se lê:

Valor (CR$)	Data
11.131,23	31.07.93

leia-se:

Valor (Cr$)	Data
11.131,23	31.07.93

Mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.408/1996-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Abilio Sizino de Lima Filho (356.890.809-34); Aldemir Cardozo Nunes (306.441.511-53); Aldrey Paucio da Silva (874.403.269-20); Algemiro Ambrosi Junior (007.620.607-60); Claudio Basilio Alves dos Santos (622.672.136-72); Eduardo Rivelino da Luz (107.066.378-60); Euler Rodrigues

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alves Arrais (444.126.061-04); Fause Luiz Lomônaco (738.922.706-00); Jose Carlos Parmeggiani (546.446.239-20); João Maria Petruy (222.679.809-91); Julio Cezar de Medeiros Affonso (808.846.957-00); Laurindo Pereira da Silva (014.387.837-95); Luíz Eduardo Lima de Almeida (843.990.907-15); Nestor Mariani Filho (696.764.969-87); Sival Farias Ribeiro (842.553.077-68)

1.2. Unidade: 15ª Companhia de Engenharia de Combate - Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: Moacyr Amâncio de Souza (OAB/DF 17.969), Raul Silveira Bueno (OAB/PR 20.850), Cassie Mirella Trautmann (OAB/DF 17.050) e Sueli Ferreira Nunes (OAB/DF 12.120)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2209/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 8823/2017 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 19/9/2017, Ata nº 34/2017, relativamente aos itens 3 e 4, para que, onde se lê "Casa de Artes Ilê Aió", leia-se "Casa das Artes Ilê Aió", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.939/2014-6 Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

1.1. Recorrentes: Casa das Artes Ilê Aió (04.958.051/0001-81) e Fabio Viana da Cruz (682.922.285-00)

1.2. Unidade: Casa das Artes Ilê Aió (04.958.051/0001-81)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA)

1.7. Representação legal: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2210/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-036.528/2011-0 Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

2. Apenso: TC-017.548/2012-8 (Solicitação)

3. Recorrente: Jomar Fernandes Pereira Filho (CPF 125.680.233-68), ex-prefeito

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

7. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

8. Unidades Técnicas: Serur e Secex/MA

9. Advogados constituídos nos autos: Jose Cavalcante de Alencar Junior (5980/OAB-MA) e outros, representando Jomar Fernandes Pereira Filho

10. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de recurso de reconsideração apresentado por Jomar Fernandes Pereira Filho (peça 197) em face do Acórdão 6.007/2014 - 1ª Câmara.

Considerando que contra a referida decisão outros responsáveis que não o ora recorrente interpuseram recursos de reconsideração, apreciados mediante o Acórdão 5.056/2016 - 1ª Câmara, o qual foi objeto de embargos declaratórios, que tiveram seu mérito rejeitado pelo Acórdão 2.033/2017 - 1ª Câmara;

Considerando que o responsável foi validamente notificado do Acórdão 6.007/2014 - 1ª Câmara em 6/7/2017 (peças 183, 185 e 191);

Considerando que o responsável apresentou, conforme consta da peça 196, pedido de prorrogação do prazo para interposição do presente recurso por 30 dias;

Considerando que o prazo para apresentação de recurso de reconsideração contra decisão do Tribunal tem definição legal, não sendo passível de prorrogação por decisão do relator ou de Colegiado desta Corte;

Considerando que o termo final a para interposição de recurso de reconsideração foi o dia 21/7/2017;

Considerando que o presente recurso foi protocolizado no Tribunal em 21/8/2017;

Considerando que a peça recursal não apresenta a superveniência de fatos novos, de forma que pudesse ser conhecida se interposta dentro do prazo de 180 dias, conforme autoriza o artigo 285, § 2º, do RI/TCU;

Considerando que a Serur e o Ministério Público opinaram pelo não conhecimento do recurso devido à sua intempestividade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jomar Fernandes Pereira Filho, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 2211/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU e art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, ACORDAM em considerar não cumprida a determinação constante no item 1.7 do Acórdão 7.518/2016 - 1ª Câmara, autorizando, em consequência, a adoção das medidas indicadas, conforme pareceres emitidos:

1. Processo TC-006.549/2017-9 (MONITORAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS)

1.1. Responsável: Franklimberg Ribeiro de Freitas (presidente interino, CPF 499.065.267-34)

1.2. Unidade: Fundação Nacional do Índio

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX/MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência à Fundação Nacional do Índio que o não atendimento da determinação, no prazo estabelecido, pode ensejar a aplicação de multa ao(s) responsável(is) que der(em) causa ao descumprimento, com fulcro no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992;

1.8. Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo improrrogável de trinta dias, a contar da ciência, apresente:

1.8.1. as análises conclusivas sobre as prestações de contas dos convênios relacionados na tabela abaixo:

Convenente	Número do convênio
Estado de Roraima	Convênio 001/2005
DIA - Documentação Indigenista e Ambiental	Convênio 017/1995
Município de Eunápolis	Convênio 019/1997
Associação de Cultura e Meio Ambiente - ACMA	Convênio 001/2008
Prefeitura de Porto Seguro	Convênio 010/1998
Associação Comunitária Indígena Pataxó	Convênio 001/2007

1.8.2. informe se houve, em relação àqueles convênios, a instauração de procedimentos disciplinares a fim de apurar a responsabilidade pela violação aos arts. 29 e 31 da Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional 1/1997 e indique se foi constatada violação ao dever do órgão concedente em decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;

1.9. Dar ciência desta deliberação à Fundação Nacional do Índio;

1.10. Determinar à Secex/MT que, ao final do prazo fixado, reencaminhe os autos ao gabinete do Relator, com proposta de mérito.

RELAÇÃO Nº 8/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2212/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-004.014/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maruzia de Borba Maranhão (141.968.594-53).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2213/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.370/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edna de Oliveira Santos Demetrio (031.882.358-60); Luiz Chaguri Neto (588.396.078-20); Maria Elisa Goncalves de Araujo Jorge de Moraes (000.493.808-93); Miguel Seganti Cortes (305.743.237-91); Rachid Murad Neto (725.566.768-68); Simao Turtchin (698.888.508-06); Sueli Castaldi Brasil (022.209.888-05).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2214/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.381/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Paulo Augusto Figueiredo (101.551.472-34); Pedro Paulo da Costa Mota (048.978.462-34); Regina Coeli Silva Aleixo (048.968.152-20).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2215/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, motivado pelo falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-022.655/2012-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Valdenisio Bezerra (051.390.583-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2216/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário a seguir relacionado:

1. Processo TC-003.571/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Gelson Carlos de Souza Correa (314.531.556-00).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2217/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.600/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alaide Joana dos Santos (252.415.164-68); Henrique Damião Januario dos Santos (009.074.544-29); Izaurina Gonçalves Lima de Oliveira (897.138.694-00).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2218/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência da maioridade do beneficiário.

1. Processo TC-005.858/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Yuri das Virgens Miranda (055.337.457-50).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2219/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-005.882/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Aloysio Marinho Leão (173.779.357-15).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2220/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, em decorrência do falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-005.887/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adalice Wanderley Carneiro de Albuqerque (304.145.394-00); Isa da Costa Vidal (084.115.224-15); Maria Ines Cavalcanti Antonio (430.649.734-87); Maria Tereza Galvão Chaves (004.087.784-15); Mary de Melo Cortez (168.470.164-34).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2221/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §5º, do RI/TCU, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento da beneficiária.

1. Processo TC-015.090/2017-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria da Penha Rodrigues Chaves (549.455.934-34).

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2222/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II,do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-019.979/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Moacir Fernandes Santana (545.337.405-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2223/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II,do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-027.917/2012-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Jose Carlos de Souza (722.305.766-15).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2224/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, em razão das impropriedades verificadas, dando-se quitação à responsável, e regulares as demais, com quitação plena, fazendo-se as ciências sugeridas nos autos (peças 19 e 21).

Inês da Silva Magalhães (051.715.848-50):

- não adoção de mecanismos de controle e supervisão para acompanhamento das ações de competência das instituições/agentes financeiros; e

- não adoção de providências para assegurar a entrega de moradias com padrões adequados de habitabilidade e salubridade.

1. Processo TC-043.635/2012-1 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Alcir Ferreira de Matos (024.031.612-68); Alexander Celestino de Barros (713.055.057-00); Antonio Gois de Oliveira (068.024.601-06); Antonio Pereira de Melo (054.913.801-30); Antonio de Lisboa Amancio Vale (179.658.451-72); Antônio Roberto Albuquerque Silva (090.137.923-91); Bartíria Perpétua Lima da Costa (495.897.417-20); Carlos Antonio de Brito (003.215.401-15); Carlos Augusto Borges (124.632.643-49); Cid Blanco Junior (195.233.738-03); Clarice Coppetti (354.995.240-68); Claudia Marcia Gomes (277.689.961-00); Célia Corrêa (221.301.361-68); Deusdina dos Reis Pereira (539.512.396-20); Domingos Oliveira Davide (357.621.799-15); Débora Carvalho Diniz (722.639.111-20); Eduardo Franca Neves Bassani (946.904.805-91); Edymar Fernandes Cintra (338.829.081-49); Elder Vieira dos Santos (074.610.728-54); Elizeth Cristina Vieira Costa (258.257.042-72); Elson Manoel Pereira (534.039.089-68); Evaniza Lopes Rodrigues (134.784.748-09); Ezio de Luna Freire Junior (027.838.418-86); Filipe Ferrez Pontual Machado (182.181.801-68); Flávio Marcos Passos Gomes Júnior (767.752.166-53); Frederico Guilherme Livino de Carvalho (143.583.104-78); Fábio Lenza (238.544.131-49); Geddel Quadros Vieira Lima (220.627.341-15); Helder José Ferreira Paiva (307.538.721-53); Inês da Silva Magalhães (051.715.848-50); Ioav Blanche (375.176.781-91); Jair Pedro Ferreira (361.920.829-87); Joaquim Lima de Oliveira (152.230.001-53); Joisa Maria Barroso Loureiro (621.063.503-25); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); José Aparecido Leite (403.136.979-49); José Henrique Marques da Cruz (702.094.807-34); José Urbano Duarte (355.375.236-04); João Marcos Assis da Silva (492.771.971-53); Jucemar José Imperatori (273.149.280-53); Juliana de Senzi Zancul (294.677.248-98); Junia Maria Barroso Santa Rosa (724.447.206-44); Juraci Campos de Lima Rangel (214.934.991-49); Kelson Vieira Senra (717.472.907-00); Lúcia Cony Faria Cidade (268.672.067-00); Manoel Maria Henrique Nava Júnior (090.956.753-00); Marcos Roberto Vasconcelos (740.661.299-00); Maria Elizabeth Cacho do Nascimento (325.558.064-15); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves (138.540.706-91); Maria Thereza Cesarino Trevas (871.396.188-87); Maria do Carmo Avesani Lopez (249.757.451-00); Marli Aparecida Carrara Verzegnassi (821.203.748-72); Marta Garske (360.529.650-53); Miguel Lobato Silva (252.712.532-87); Miguel da Silva Sastre (058.472.778-06); Mirna Quindere Belmino Chaves (328.661.001-15); Márcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68); Natalino Gazonato (485.281.298-53); Nelson Teixeira da Silva (511.274.907-53); Nylton Velloso Filho (074.441.096-72); Paulo Eduardo Cabral Furtado (093.364.432-91); Paulo Roberto dos Santos (530.422.719-00); Raphael Rezende Neto (318.777.021-53); Ricardo de Gouvêa Corrêa (435.986.177-04); Rogerio de Santos Caldas (617.350.437-53); Sammya Cury Dias Regiani (588.817.862-49); Saulo Manoel da Silveira (335.436.076-34); Sergio Pinheiro Rodrigues (008.205.123-20); Sérgio Antonio Goncalves (025.571.488-22); Silvio José Gonçalves (697.756.139-49); Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa (549.079.343-00); Thereza Neumann Santos de Freitas (069.708.343-87); Valter Fanini (234.171.379-34); Weber Sutti (274.424.698-09); Wilson Valério da Rosa Lopes (436.365.860-68); Édilo Ricardo Valadares (494.191.106-72); Ênio Nonato de Oliveira (274.988.166-87).

1.2. Órgão: Secretaria Nacional de Habitação (MCidades).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências;

1.7.1. dar ciência à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades de que o preenchimento incorreto do rol de responsáveis conforme ocorrido no processo de tomada de contas da unidade referente ao exercício de 2011, TC 043.635/2012-1, configura descumprimento ao disposto nos artigos 10 e 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010, uma vez que o documento não conteve a relação completa dos titulares e seus substitutos durante a gestão, bem como a identificação completa dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração (subitem 24 desta instrução); e

1.7.2. dar ciência à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades da aceitação de equipe responsável pela elaboração dos produtos contratados em desacordo com a equipe aprovada na licitação e com a equipe mínima prevista no edital, referente à contratação do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (CEBRAP) para a realização de serviços de consultoria.

ACÓRDÃO Nº 2225/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar os itens 3.2 e 8.2 do acórdão 1311/2018-TCU-1ª Câmara, 1.1 e 1.8 do acórdão 9623/2017-TCU-1ª Câmara e 8.2 do acórdão 7592/2016-TCU-1ª Câmara, de forma que onde se lê: "Santa Cecília Empreendimentos Ltda.", leia-se: "Santa Cecília Empreendimentos e Construções Ltda.", mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados.

1. Processo TC-011.831/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ney Borges de Oliveira (501.275.275-91); Município de Mansidão/BA (13.348.529/0001-42); Santa Cecília Empreendimentos e Construções Ltda. (34.243.907/0001-01).

1.2. Entidade: Município de Mansidão/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: Shara Maria da Silva Chamorro (OAB/DF 55.011) e outros, representando Ney Borges de Oliveira; Daniel Marques de Castro Lima (OAB/BA 20.748), representando Santa Cecília Empreendimentos e Construções Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2226/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que no tocante a recursos do Fundeb, o entendimento desta Corte, exarado no acórdão 1765/2010-TCU-Plenário, é no sentido de que, em se tratando de irregularidades em procedimentos licitatórios, na execução contratual, na execução orçamentária e financeira, ou, ainda, em procedimentos administrativos de contratação e pagamento de pessoal, devem os autos ser encaminhados ao tribunal de contas que, por natureza, examina os atos de gestão do administrador municipal ou estadual e aprecia suas contas, principalmente quando se tratar de ato do qual não se vislumbra de imediato resultado danoso ao fundo, como ora se afigura, para que o referido órgão avalie os procedimentos a serem adotados;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 7), ao representante, fazendo-se a determinação sugerida nos autos.

1. Processo TC-000.633/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Câmara Municipal de Presidente Figueiredo/AM.

1.2. Entidade: Município de Presidente Figueiredo/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM) e ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPEAM), para ciência, caso ainda não tenha recebido os documentos que o constituem provenientes da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo/AM, e adoção das medidas de sua alçada, que entender cabíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2227/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a mera referência ao uso de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) não atrai, por si só, a competência fiscalizatória do TCU sobre certame promovido por outro ente da Federação (acórdão 1513/2015-TCU-Plenário);

Considerando que não ficou evidenciada a existência de recursos públicos federais na adesão à Ata de Registro de Preços 6/2016 da prefeitura de Porto Velho/RO;

Considerando que não há conflito de competência entre as diferentes jurisdições de controle (federal, estadual e municipal) no que se refere à fiscalização no âmbito do SUS, em razão da impossibilidade de se diferenciar a origem dos recursos" (acórdão 2942/2013-TCU-Plenário);

Considerando a orientação contida no item 36 da Portaria-Segecex 12/2016 no sentido de as unidades técnicas evitarem a duplicidade de esforços, nas hipóteses em que o objeto da denúncia ou representação já estiver sendo tratado por outra instância de controle;

Considerando que praticamente os mesmos fatos vêm sendo objeto de ação de controle por parte do Tribunal de Contas de Rondônia (TCE/RO), que, inclusive, suspendeu a execução do contrato 003/PGM/2018 e determinou a audiência do prefeito e do secretário de saúde do município (peça 14);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.

1. Processo TC-005.629/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Columbia Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. (02.050.778/0001-30).

1.2. Entidade: Município de Porto Velho/RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2228/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 2), à Procuradoria da República em Rondônia, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e ao representante.

1. Processo TC-017.793/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 027.657/2017-5 (SOLICITAÇÃO); 026.006/2015-4 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Representante: Conselho Municipal de Saúde de Candeias do Jamari/RO.

1.3. Entidade: Município de Candeias do Jamari/RO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2229/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que incumbe ao órgão ou entidade concedente ou contratante decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos e, se extinto, ao seu sucessor (art. 63 da Portaria Interministerial 424/2016);

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal entende que a responsabilidade primária pela fiscalização e análise da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios compete ao órgão ou entidade concedente;

Considerando a aplicação do princípio da não supressão dos elos da cadeia de controle;

Considerando que em caso de omissão no dever de apresentar a prestação de contas dos recursos federais transferidos ou de sua não aprovação, o órgão concedente poderá acionar o TCU por meio da instauração do processo de tomada de contas especial (TCE);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, dos documentos à peça 1, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Saúde, fazendo-se a ciência sugerida nos autos.

1. Processo TC-023.527/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Mirangaba/BA.

1.2. Entidade: Município de Mirangaba/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. cientificar ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 2230/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a análise da prestação de contas ainda se encontra na fase administrativa, a cargo da concedente;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal entende que a responsabilidade primária pela fiscalização e análise da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios compete ao órgão ou entidade concedente;

Considerando a aplicação do princípio da não supressão dos elos da cadeia de controle;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Assistência Social, fazendo-se a ciência sugerida nos autos.

1. Processo TC-029.372/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Taperoá/BA.

1.2. Entidade: Município de Taperoá/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. cientificar ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 2231/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a análise da prestação de contas ainda se encontra na fase administrativa, a cargo da concedente;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal entende que a responsabilidade primária pela fiscalização e análise da correta aplicação dos recursos federais transferidos a estados e municípios compete ao órgão ou entidade concedente;

Considerando a aplicação do princípio da não supressão dos elos da cadeia de controle;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, fazendo-se a ciência sugerida nos autos.

1. Processo TC-035.517/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Dário Meira/BA

1.2. Entidade: Município de Dário Meira/BA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Ciências:

1.7.1. cientificar ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2232 a 2247, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2232/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.227/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dilza Maria Pantoja Correa (394.614.322-91) e Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87).

4. Entidade: Município de Igarapé -Miri - PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade da Sra. Dilza Maria Pantoja Correa e do Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo, respectivamente ex-prefeita e ex-secretário de saúde de Igarapé-Miri/PA, em virtude da não apresentação da documentação comprobatória das despesas realizadas à conta do Programa de Assistência Farmacêutica Básica/SUS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Dilza Maria Pantoja Correa (394.614.322-91) e do Sr.Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87), respectivamente, ex-prefeita e ex-secretário de saúde de Igarapé-Miri/PA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-Miri/PA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já restituídas:

Valor (R$)	Data
7.688,86	30/11/2006
7.688,86	21/12/2006

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RITCU, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação; e

9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2232-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2233/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.390/2012-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas - Exercício de 2011.

3. Responsáveis: Armando Barroso da Costa Júnior (612.977.042-15); Bruno Henrique Garcia Lima (713.461.632-00); Edson Ary de Oliveira Fontes (028.745.122-49); Eliezer Mouta Tavares (165.457.532-15); Erickson Alexandre Rodrigues Barbosa (098.675.382-34); Fundação de Apoio à Educação Tecnológica, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Funcefet/PA (09.021.003/0001-86); Geovane Nobre Lamarão (142.362.732-68); Joao Luiz Costa de Oliveira (440.924.742-53); João Antônio Correa Pinto (097.047.012-68); João Guilherme Rodrigues Begot (254.430.202-00); Márcio Benício de Sá Ribeiro (426.376.862-00); Otávio Fernandes Lima da Rocha (237.799.852-68); Rui Alves Chaves (595.627.652-53); Sônia de Fátima Rodrigues Santos (185.645.202-65).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Alessandra Aparecida da Costa (OAB/PA 15.852) e outros, representando Márcio Benício de Sá Ribeiro e Geovane Nobre Lamarão;

8.2. Sávio Barreto Lacerda Lima (OAB/PA 11.003) e outros, representando Márcio Benício de Sá Ribeiro, Rui Alves Chaves e Geovane Nobre Lamarão;

8.3. Leony Ribeiro da Silva (OAB/PA 20.740) e outros, representando Edson Ary de Oliveira Fontes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais relativa ao exercício de 2011 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos art. 71, inciso II, da Constituição Federal, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Edson Ary de Oliveira Fontes, ex-reitor do IFPA, Armando Barroso da Contas Júnior, ex-diretor-geral da Fundação de Apoio e Educação Tecnologia, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica, Bruno Henrique Garcia Lima, ex-diretor de projetos do IFPA, João Antônio Corrêa Pinto, ex-reitor substituto do IFPA, Geovane Nobre Lamarão, ex-coordenador geral do Pronatec no IFPA, Rui Alves Chaves, ex-pró-reitor de Extensão do IFPA, e da Fundação de Apoio e Educação Tecnologia, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar solidariamente, com fundamento nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, de acordo com as responsabilidades solidárias abaixo indicadas, ao pagamento das quantias especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Responsáveis solidários
20.000,00	27/01/2011	Edson Ary de Oliveira Fontes, Armando Barroso da Costa Júnior e Funcefet/PA - Fundação de Apoio à Educação Tecnológica, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
15.000,00	28/02/2011	
9.000,00	28/02/2011	
13.500,00	21/03/2011	
10.000,00	24/03/2011	
10.000,00	30/03/2011	

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Responsáveis solidários
634.629,97	31/12/2011	Edson Ary de Oliveira Fontes e Bruno Henrique Garcia Lima
425.649,61	31/12/2011	

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Responsáveis solidários
156.933,33	31/12/2011	Bruno Henrique Garcia Lima e João Antônio Corrêa Pinto

Valor original (R$)	Data da ocorrência	Responsáveis solidários
R$ 306.282,00	31/12/2011	Edson Ary de Oliveira Fontes, Geovane Nobre Lamarão e Rui Alves Chaves

9.3. aplicar a Edson Ary de Oliveira Fontes, Armando Barroso da Costa Júnior, Fundação de Apoio à Educação Tecnológica, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Funcefet/PA, Bruno Henrique Garcia Lima, João Antônio Corrêa Pinto, Geovane Nobre Lamarão e Rui Alves Chaves, individualmente, a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores abaixo indicados, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsáveis	Multa (R$)
Edson Ary de Oliveira Fontes	140.000,00
Armando Barroso da Costa Júnior	7.000,00
Funcefet/PA - Fundação de Apoio à Educação Tecnológica, Pesquisa e Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará	7.000,00
Bruno Henrique Garcia Lima	75.000,00
João Antônio Corrêa Pinto	15.000,00
Geovane Nobre Lamarão	30.000,00
Rui Alves Chaves	30.000,00

9.4. julgar irregulares as contas dos srs. Márcio Benício de Sá Ribeiro, ex-coordenador-geral dos programas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no IFPA, de janeiro a março de 2011, Eliezer Mouta Tavares, ex-pró-reitor de administração do IFPA e João Luiz Costa de Oliveira e João Guilherme Rodrigues Begot, ex-diretores de gestão de pessoas do IFPA, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II, do Regimento Interno do TCU;

9.5. aplicar a Edson Ary de Oliveira Fontes, Márcio Benício de Sá Ribeiro, Geovane Nobre Lamarão, Eliezer Mouta Tavares, João Luiz Costa de Oliveira e João Guilherme Rodrigues Begot, individualmente, a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores abaixo indicados, e fixar-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsáveis	Multa (R$)
Edson Ary de Oliveira Fontes	12.000,00
Márcio Benício de Sá Ribeiro	4.000,00
Geovane Nobre Lamarão	6.000,00
Eliezer Mouta Tavares	3.000,00
João Luiz Costa de Oliveira	3.000,00
João Guilherme Rodrigues Begot	3.000,00

9.6 autorizar o desconto integral ou parcelado das dívidas na remuneração dos responsáveis que ocupam cargos públicos, observado o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, caso seja requerido, em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do RI-TCU, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para a comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para a comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, os acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI-TCU);

9.9. julgar regulares com ressalva as contas do sr. Darlindo Maria Pereira Veloso Filho, ex-diretor do campus Belém, pela falha apontada no item 6.2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão 201203356, da CGU (peça 4, p. 147-159), com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dando-lhe quitação;

9.10. julgar regulares as contas dos demais responsáveis integrantes do rol de peça 1 que sejam titulares ou substitutos das funções de pró-reitor e de diretor de campi, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena;

9.11. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará sobre as seguintes impropriedades:

9.11.1. não inclusão dos substitutos no rol de responsáveis de peça 1, o que afronta o art. 10, caput, da IN TCU 63/2010;

9.11.2. não realização de análise no relatório de gestão de 2011 do andamento dos planos estratégico e de ação, o que afronta o disposto no subitem 2.2 do Anexo à Portaria TCU 277/2010;

9.11.3. não utilização do Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação como fonte de dados para obtenção dos indicadores institucionais, o que afronta o Acórdão 2.267/2005-TCU-Plenário;

9.11.4. ausência de registro de 22 contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), o que afronta o art. 19, § 1º, da Lei 12.017/2009;

9.11.5. contratação da empresa Security Amazon Serviço de Segurança Privada Ltda. - EPP por dispensa emergencial sem parecer jurídico, o que afronta o art. 38, inciso VI, da Lei 8.666/1993;

9.11.6. contratação de quatro empresas por dispensa de licitação sem a caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço , o que afronta os artigos 24, inciso IV, e 26, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, e a Decisão 347/1994-TCU-Plenário;

9.11.7. contratação de serviços de profissionais cujas atividades são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do IFPA, o que afronta o art. 1º, § 2º, do Decreto 2.271/1997;

9.11.8 contratação da empresa Mondo América Inc. por inexigibilidade de licitação com projeto básico deficiente e parecer técnico não conclusivo, o que afronta os artigos 6º, inciso IX, e 38,inciso VI, da Lei 8.666/1993;

9.11.9. realização de quatorze licitações sem a realização de estudos técnicos preliminares e caracterização precisa do objeto, o que afronta o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993;

9.11.10. não fornecimento de informações a respeito da composição do quadro de estagiários, o que afronta o item 5 da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa 108/2010;

9.11.11. ausência de registro de 218 atos de admissão e um de pensão no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no exercício de 2011, o que afronta o art. 7º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.11.12. não apresentação do Quadro A.11.3 - Discriminação de Bens Móveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, o que afronta o subitem 11.1 do Anexo à Portaria TCU 123/2011;

9.11.13. não realização do inventário dos bens imóveis, o que afronta o art. 96, da Lei 4.320/1964;

9.11.14. ausência de registros e de atualização de registros dos imóveis do instituto no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União, o que afronta o art. 3º-A, da Lei 9.636/1998, c/c o art. 3º, § 2º, do Decreto 99.672/1990;

9.11.15. não preenchimento adequado do quadro "Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício", o que afronta o subitem 15.4 do Anexo à Portaria TCU 123/2011.

9.12. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que:

9.12.1. estabeleça planos anual e de ação, com a adoção de indicadores de desempenho mensuráveis e alinhados com seu plano de desenvolvimento institucional;

9.12.2. elabore e aprove plano estratégico de TI, por meio da instituição de comitê diretivo, objetivando alinhar as atividades da área com o negócio da organização e otimizar os recursos disponíveis;

9.12.3. elabore e dissemine internamente política de segurança da informação que contenha as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação;

9.12.4. implante rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do instituto.

9.13. encaminhar cópia desta deliberação ao IFPA, para ciência, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, e aos juízos da 2ª e da 4ª Varas Federais da Seção Judiciária do Pará, em referência, respectivamente, à ação civil de improbidade administrativa 0021707-76.2012.4.01.3900 e à ação penal 0016701-88.2012.4.01.3900.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2233-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2234/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.414/2016-2.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsáveis Marcos José Barreto (217.006.995-04); Município de Aquidabã/SE (13.000.609/0001-02).

4. Entidade: Município de Aquidabã/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: Carla Caroline de Oliveira Silva (OAB/SE 7441), representando Marcos José Barreto (peça 22).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. Eurico de Souza Filho, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos federais transferidos por força do convênio 381/2008, tendo por objeto o evento intitulado "41º Casamento do Matuto".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Eurico de Souza Filho;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Marcos José Barreto;

9.3. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo município de Aquidabã/SE;

9.4. julgar regulares com ressalvas, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 2º, e 214, II, do RI/TCU, as contas do Sr. Marcos José Barreto, dando-lhe quitação;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2234-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2235/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.754/2017-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Pedro Amorim Rocha (247.777.062-49).

4. Entidade: Município de Urucurituba/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal : não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da não comprovação da aplicação dos recursos federais repassados ao município de Urucurituba/AM para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), nos exercícios de 2014 e 2015.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Pedro Amorim Rocha, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, 'a' e 'c', 19, caput, e 23, III, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Pedro Amorim Rocha e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), abatendo-se os valores eventualmente já ressarcidos:

PNAE/2014

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
18/3/2014	1.760,00	3/7/2014	48,00
18/3/2014	48,00	3/7/2014	11.118,00
18/3/2014	5.360,00	3/7/2014	5.360,00
18/3/2014	11.118,00	3/7/2014	1.760,00
4/4/2014	1.760,00	6/8/2014	5.360,00
4/4/2014	11.118,00	6/8/2014	11.118,00
4/4/2014	48,00	6/8/2014	48,00
4/4/2014	5.360,00	6/8/2014	1.760,00
5/5/2014	25.440,00	2/9/2014	48,00
5/5/2014	6.560,00	2/9/2014	1.760,00
5/5/2014	48,00	2/9/2014	5.360,00
5/5/2014	55.920,00	2/9/2014	11.118,00
3/6/2014	5.360,00	3/10/2014	5.360,00
3/6/2014	48,00	3/10/2014	11.118,00
3/6/2014	11.118,00	3/10/2014	1.760,00
3/6/2014	1.760,00	3/10/2014	48,00

PNAE/2015

Data	Valor (R$)
13/4/2015	1.500,00
13/4/2015	5.100,00
13/4/2015	5.100,00
13/4/2015	1.500,00
13/4/2015	12.154,00

PDDE/2014

Data	Valor (R$)
15/5/2014	7.920,00
30/5/2014	4.069,54
30/5/2014	4.050,00
30/5/2014	129,33

PDDE/2015

Data	Valor (R$)
5/2/2015	7.920,00
5/2/2015	4.069,54

9.3. aplicar ao Sr. Pedro Amorim Rocha a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do RI/TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2235-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2236/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.548/2010-1.

2. Grupo II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Raimunda Maria dos Santos Silva (046.938.925-72); Rosalvo Jonas Borges Sales (346.525.075-34); Solange da Silva Lacerda (847.322.705-06); Wanderley Lauria de Almeida Junior (262.056.885-49)

3.3. Embargante: Rosalvo Jonas Borges Sales (346.525.075-34).

4. Entidade: Município de Amargosa/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Fernando Vaz Costa Neto (25027/OAB-BA) e outros, representando Rosalvo Jonas Borges Sales.

8.2. Magno Israel Miranda Silva (26125/OAB-BA), representando Wanderley Lauria de Almeida Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração contra o acórdão 10035/2017-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em conhecer dos embargos, para, no mérito, rejeitá-los.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2236-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2237/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.246/2017-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Eunélio Macedo Mendonça, CPF 509.185.833-49.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secex/MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada, pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Convênio 29/2009 (Siconv 704945/2009), celebrado com o Município de Santo Antônio dos Lopes/MA, tendo por objeto a construção de Sistema de Abastecimento de Água naquele município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do Sr. Eunélio Macedo Mendonça, Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Lopes/MA nos quadriênios de 2009/2012 e 2013/2016, e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/8/2011, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável, Eunélio Macedo Mendonça, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2237-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 2238/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.605/2017-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Antonio Marcos de Oliveira (026.901.601-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Buriticupu - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Antonio Marcos de Oliveira, prefeito do município de Buriticupu/MA nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Antonio Marcos de Oliveira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2.julgar irregulares as contas do Sr. Antonio Marcos de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data da ocorrência até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
37.680,70	30/12/2010
12.086,80	31/8/2011
58.436,10	1/9/2011
9.834,80	2/9/2011
870,00	28/9/2011

9.3.aplicar ao Sr. Antonio Marcos de Oliveira, com fundamento no art. 19 da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4.autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5.encaminhar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e

9.6.remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis (art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU).

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2238-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2239/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.506/2016-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (vinculador) (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Barra Velha - SC (83.102.830/0001-57); Samir Mattar (009.953.809-10).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha - SC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em desfavor do Sr. Samir Mattar, ex-prefeito de Barra Velha/SC, em razão de irregularidades na utilização dos recursos federais repassados por meio do Convênio 319/2008 (Siconv 700651/2008), firmado com o objetivo de realizar a construção do 2º trecho da 1ª etapa da abertura e fixação da foz do Rio Itapocu - molhe nordeste, com extensão de 65,00 metros, no valor de R$ 500.000,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. sobrestar os presentes autos quanto ao julgamento de mérito pelo período de até um ano;

9.2. determinar à Secex-SC que acompanhe junto ao Ministério Público Federal e ao Departamento de Polícia Federal (DPF) a conclusão das investigações quanto ao Convênio 319/2008 celebrado por meio do Ministério da Integração Nacional com o município de Barra Velha/SC.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2239-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (na Presidência).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2240/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.342/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Gerson Márcio Negrissoli (680.328.039-04).

4. Entidades: Município de Alto Piquiri/PR e Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão de supostas irregularidades na execução física do Convênio 752/2010 (Siconv 737569), celebrado com Município de Alto Piquiri/PR,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, 23, inciso III e 28, II, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Gerson Márcio Negrissoli;

9.2. aplicar ao responsável designado no item anterior multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fulcro no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Sr. Gerson Márcio Negrissoli comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. remeter cópia desta deliberação ao responsável, ao Município de Alto Piquiri/PR, à Câmara Municipal de Alto Piquiri/PR e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2240-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2241/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.169/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Responsáveis: José Simões de Paiva Netto (066.794.807-44); Legião da Boa Vontade - LBV (33.915.604/0001-17); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Walter Barelli (008.056.888-20)

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Elias Sampaio Freire (OAB 45.913/DF) Luiz Augusto Curado Siufi (OAB 205.525/SP) e Andrelino Lemos Filho (OAB/SP 303.590), representando José Simões de Paiva Netto e Legião da Boa Vontade

8.2. Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados mediante convênio,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do sr. Walter Barelli, dando-lhe quitação, nos termos dos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Legião da Boa Vontade e dos srs. José Simões de Paiva Netto e Luís Antônio Paulino, condenando-os solidariamente, na forma a seguir indicada, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

9.2.1. Legião da Boa Vontade e sr. José Simões de Paiva Netto:

Valor original (R$)	Data
377.993,60	28/9/1999
283.495,20	27/12/1999

9.2.2. Legião da Boa Vontade e srs. José Simões de Paiva Netto e Luís Antônio Paulino:

Valor original (R$)	Data
283.495,20	2/12/1999

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o item anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, alertando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2241-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2242/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.251/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Fundação José Pelúcio Ferreira (03.308.866/0001-52); Marco Antônio França Faria (466.448.067-91).

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução do Convênio 01.03.0380.00, firmado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com a Fundação José Pelúcio Ferreira,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Marco Antônio França Faria e a Fundação José Pelúcio Ferreira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Fundação José Pelúcio Ferreira e do Sr. Marco Antônio França Faria, presidente da referida entidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data abaixo discriminada até a data dos recolhimentos, abatendo-se, na oportunidade, a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 45.175,44	24/3/2006
R$ 714,77	23/12/2004
R$ 8.680,45	21/7/2005
R$ 1.672,14	30/11/2005
R$ 116,83	15/6/2005
R$ 9.013,64	5/1/2005

Valor atualizado até 22/2/2017: R$ 124.271,47

9.3. aplicar à Fundação José Pelúcio Ferreira e ao Sr. Marco Antônio França Faria a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2242-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2243/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.023/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Adelaide Machado Martinelli (654.110.569-34); Alice Ribeiro dos Santos (279.471.579-87); Ana Maria Rodrigues da Conceição Moraes (765.855.579-72); Aparecida Jarussi Perri (878.151.259-72); Cirilia Palhares (163.736.859-34); Doralice de Oliveira Cestari (278.018.299-72); Ednea Montali Zobisch (796.418.309-53); Elaine Dantas Gerlin (780.354.578-53); Ema Rosa Benedetti de Oliveira (645.547.599-20); Ester de Souza (367.532.119-34); Ester de Souza (367.532.119-34)

3.2. Recorrente: Doralice de Oliveira Cestari (278.018.299-72).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - LONDRINA/PR - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Marcelo Trindade de Almeida (19095/OAB-PR) e outros, representando Doralice de Oliveira Cestari.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, embargos de declaração opostos por Doralice de Oliveira Cestari ao Acórdão nº 1.500/2018-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, conhecer dos embargos de declaração opostos, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2243-09/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2244/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.234/2010-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Ivanilda Maria Santana da Silva (113.135.014-68); Marcelia Novaes Damascena Bezerra (099.186.634-72); Maria de Fatima Santana de Alcantara (089.438.694-87); Rosangela Camilo de Mendonça Sousa (086.993.301-97)
3.2. Recorrente: Marcelia Novaes Damascena Bezerra (099.186.634-72).
4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 2.823/2017-1ª Câmara, por meio do qual foi considerado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marcelia Novaes Damascena Bezerra, tendo-lhe sido negado o registro correspondente,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2244-09/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2245/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.582/2017-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados: Ivonete Lucia de Castro (400.689.271-34); João Campos Oliveira (101.465.391-68); Virginia Beatriz da Costa Bernardes (315.862.951-87).
4. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Ivonete Lucia de Castro e João Campos Oliveira, ordenando seu registro;
9.2. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, que:
9.2.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar o pagamento aos inativos Ivonete Lucia de Castro e João Campos Oliveira do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados mencionados no item anterior;
9.2.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Ivonete Lucia de Castro e João Campos Oliveira tiveram ciência desta deliberação;
9.3. determinar à Sefip que proceda ao destaque do ato de aposentadoria de Virginia Beatriz da Costa Bernardes e, previamente à instrução do novo processo, verifique junto ao órgão de origem se houve recolhimento de contribuição previdenciária, pela interessada, relativamente aos períodos em que esteve licenciada, sem remuneração, bem assim esclareça as razões para o aparente descumprimento, no tocante à licença iniciada em 30/9/2013, do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 2º da Portaria Normativa 4, de 6/7/2012, da Secretaria de Gestão Pública.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2245-09/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2246/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.935/2013-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Alexandra Peixe dos Santos (156.163.678-93); Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo - SP e Manoel Antônio Ballester Zanini (100.182.470-91)
4. Entidades: Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo - SP e Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal: Fernando Quaresma de Azevedo (110503/OAB-SP) e outros, representando Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo - SP.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos repassados à Associação da Parada do Orgulho Gay, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo - SP por força do Convênio 154/2008 (Siafi 628577), celebrado com o Ministério do Turismo (MTur), cujo objeto era a implementação do projeto "12º Mês do Orgulho GLBT de São Paulo",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 rever de ofício o Acórdão 7421/2016-1ª Câmara a fim de tornar insubsistente a multa aplicada em seu item 9.6.1 ao Sr. Manoel Antônio Ballester Zanini;
9.2. com fulcro no art. 201, § 3º do Regimento Interno, arquivar o processo com relação ao responsável designado no item anterior, pela ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular, ficando prejudicadas as medidas processuais com vistas à cobrança judicial da dívida junto ao Sr. Manoel Antônio Ballester Zanini, tendo em vista o seu falecimento e a ausência de bens e herdeiros;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à Advocacia-Geral da União para que adote as diligências que entender cabíveis visando o prosseguimento e o posterior desarquivamento deste feito quanto ao Sr. Manoel Antonio Ballester Zanini, caso identifique a existência de bens em nome do responsável.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2246-09/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ACÓRDÃO Nº 2247/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.031/2016-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrent'es:
3.1. Interessado: Maria Martha Costa Severo (348.412.966-20)
3.2. Recorrentes: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES (02.488.507/0001-61); Maria Martha Costa Severo (348.412.966-20).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão nº 1.450/2017-1ª Câmara, por meio do qual foi considerado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em favor de Maria Martha Costa Severo, tendo-lhe sido negado o registro correspondente,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 9/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2247-09/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministro presente: Benjamin Zymler (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 21 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 28 de março de 2018.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATA DE REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2018

Aos 02 dias do mês de abril de 2018, às 17h, se reuniram os integrantes da Comissão Eleitoral Apuradora das Eleições para o cargo de Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, biênio 2018/2020, bem como o representante da ANADEF, na pessoa de seu presidente. Iniciados os trabalhos foi deliberado o seguinte: 1) A Comissão verificou que não houve nenhuma impugnação em relação à ata publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2018, Seção 1, página 132, bem como sua retificação publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 2018, seção 1, página 97 e 98. Dessa forma, nos termos do artigo 7º do Edital n. 01, publicado no Diário Oficial da União de 08 de março de 2018, seção 2, páginas 64 e 65, a Comissão Eleitoral e Apuradora torna definitivos os nomes dos candidatos habilitados na ata publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2018, Seção 1, página 132, bem como sua retificação publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 2018, seção 1, página 97 e 98. 2) A Comissão eleitoral e apuradora convida os referidos candidatos para audiência de sorteio da ordem de exibição de nome na cédula eleitoral eletrônica, que ocorrerá no dia 09 de abril de 2018 às 11h na Sala do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e será transmitida via Lync.
Nada mais sendo deliberado, encerraram-se os trabalhos.

GUILHERME AUGUSTO JUNQUEIRA DE ANDRADE
Presidente da Comissão Eleitoral e Apuradora

JÚLIA CORRÊA DE ALMEIDA
Vice-Presidente da Comissão Eleitoral e Apuradora

EDILON VOLPI PERES
Membro da Comissão Eleitoral e Apuradora

IGOR ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE
Representante da Anadef

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 25, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Aprova a possibilidade de Conselheiro Tesoureiro de nível médio substituir, temporariamente, o Presidente de Conselho Regional de Enfermagem quando da ausência concomitante dos demais membros da Diretoria que integram a linha de sucessão.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen n° 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimentos e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, VIII, da Lei 5.905/73, de homologar, suprir ou anular atos dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen n° 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer regras de sucessão quando da ausência temporária do presidente do Coren;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Cofen n° 0516/2017, e a deliberação do Plenário do Cofen em sua 498ª Reunião Ordinária;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar a possibilidade de Conselheiro Tesoureiro de nível médio substituir, temporariamente, o Presidente de Conselho Regional de Enfermagem quando da ausência concomitante dos demais membros da Diretoria que integram a linha de sucessão.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU J. DA C. PANTOJA
Segundo-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 144 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4379/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 145 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 5017/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 146 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3611/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 147 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3630/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 149 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4542/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 150 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4543/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 151 de 19 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4835/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 152 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4990/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 154 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4202/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 155 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3703/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 159 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4301/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 162 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3622/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 166 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4993/2017. Origem: CRMV-MT. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 167 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 5019/2017. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 168 de 19 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4837/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Gilmar Nogueira Rocha.

Acórdão nº 170 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4380/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 171 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4499/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 172 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4378/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 173 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4541/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 174 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4501/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 175 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3993/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 176 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4650/2017. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 177 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3617/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 178 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4655/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Moacir Tonet.

Acórdão nº 179 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4217/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 180 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4216/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 184 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 2269/2017. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

Acórdão nº 185 de 18 de outubro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 4215/2017. Origem: CRMV-RS. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

MOACIR TONET
Presidente da 1ª Turma
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 599, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO NUTRICIONISTA e dá outras providências[1].

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, no Regimento Interno, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), e, tendo em vista o que foi deliberado na 322ª Reunião Plenária Ordinária, realizada nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2018; RESOLVE: Art. 1º. Aprovar o CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO NUTRICIONISTA, na forma do Anexo desta Resolução. Art. 2º. Esta Resolução e o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista por ela aprovado entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 60 (sessenta) dias após sua publicação, ficando, a partir de então, revogadas as Resoluções CFN nº 334, de 10 de maio de 2004, e nº 541, de 14 de maio de 2014.

[1] O Código de Ética e de Conduta do Nutricionista, aprovado por esta Resolução, será publicado, na íntegra, no sítio eletrônico do Conselho Federal de Nutricionistas.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO CFO-188, DE 28 DE MARÇO DE 2018 (*)

Revoga a Resolução CFO-187/2018.

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, cumprindo deliberação do plenário em CCLXXX reunião ordinária, realizada em 15 de março de 2018, no uso de sua competência legal, resolve:

Art. 1º. Revogar a Resolução CFO-187/2018, que desobriga a inscrição do cirurgião-dentista que exerce exclusivamente a atividade de docente na educação superior

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

EIMAR LOPES DE OLIVEIRA, CD
Secretário-Geral

JULIANO DO VALE, CD
Presidente do Conselho

(*)Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DOU, Seção 1, página 144, de 27 de março de 2018.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 12, DE 12 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme trecho 8.1 da ata de Reunião Ordinária, realizada no dia 12/03/2018, considerando a necessidade de disciplinar a aplicação da Deliberação CRF-SP nº 08, de 07 de março de 2016, exclusivamente no tocante ao processo para pagamento de jetons, DECIDE:

Artigo 1º - O pagamento de jeton pela participação em reunião Plenária ou de Diretoria será realizado em até dois dias subsequentes à realização da reunião, por via de crédito bancário na conta do favorecido.

Art. 2º - Ao processo de despesa de pagamento de jeton deverá ser juntada a relação nominal de presença dos participantes na reunião, bem como a pauta de registros dos assuntos tratados.

§ 1º - A relação nominal de presença dos participantes conterá obrigatoriamente o número de CRF ou CPF e sua assinatura.

§ 2º - Compete ao Gabinete da Diretoria encaminhar ao Departamento de Contabilidade e Financeiro os documentos previstos no parágrafo anterior no dia subsequente à realização da reunião.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARCOS MACHADO FERREIRA
Presidente do Cosnelho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 35, DE 3 DE ABRIL DE 2018

PROCESSOS Nºs: 053/2016, 092/2016, 110/2017. Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (TCA), (AICC), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

ACÓRDÃO Nº 39, DE 3 DE ABRIL DE 2018

PROCESSOS Nºs: 172/2016, 461/2016, 356/2016. Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (WAM), (JGM), (FHA), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2018.
MARISA BACELLAR
Secretária Especial dos Processos Éticos e Administrativos Disciplinares

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Normatiza os procedimentos para pagamento de diária, auxílio de representação e jeton em obediência a Lei nº 11.000/2004, e revoga a Resolução CREMERN nº 003/2017, publicada no D.O.U. em 12 de maio de 2017, Seção I, p. 150, e demais disposições em contrário.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004, que incluiu a alínea "l" ao artigo 5º da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 3.525/2006-TCU - 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União, que determina que o Conselho Federal de Medicina fixe novos valores máximos para diárias, fundamentados em planilhas que reflitam efetivamente as necessidades de despesas em viagens;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Acórdão nº 1.481/2012-TCU - Plenário, do Tribunal de Contas da União, que recomenda a pesquisa com hospedagem, deslocamento e alimentação;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto nº 5.992/2006 - Presidência da República, publicado no D.O.U de 22.08.2012 e na Portaria MPOG nº 505/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no D.O.U de 30.12.2009;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e suas alterações;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da medicina, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros dos Conselhos de Medicina são meramente honoríficos, não fazendo jus a qualquer remuneração por seu trabalho;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.175/2017 que regulamenta a matéria;

CONSIDERANDO que as relações entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina devem pautar-se pela mais ampla colaboração, levando-se em conta que sua missão institucional exige que atuem efetivamente como um sistema integrado;

CONSIDERANDO o decidido pelo plenário em sessão realizada no dia 05 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Definir critérios, limites e valores para DIÁRIA, JETON e AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO:

I - DIÁRIA: é a indenização para cobertura de despesas com pernoite, locomoção e refeição, quando houver deslocamento da cidade de origem.

II - JETON: é o valor pago pelo comparecimento dos conselheiros efetivos e suplentes em sessões plenárias, reuniões das câmaras de julgamento de sindicâncias, reuniões de diretoria, reuniões e atividades individuais dos membros da Comissão de Tomada de Contas, CODAME, Comissão de Ensino e Qualificação Profissional, Comissão de Assuntos Políticos, limitado a um jeton por período (matutino, vespertino ou noturno) e nas quantidades abaixo, não podendo ultrapassar o total de 10 (dez) jetons/mês:

Itens	MOTIVAÇÃO	Qtd/DIA
I	Sessão Plenária	1
II	Reunião de Câmara de Julgamento de Sindicância	1
III	Reunião de Diretoria	1
IV	Comissões	1

§ 1º É condição para o pagamento de jeton referente aos itens "I" a "III" a apresentação de lista de presença. Quanto ao item "IV" deverá ser apresentado o relatório de atividades.

§ 2º Não haverá pagamento de jetons para reuniões das câmaras de julgamento de sindicâncias, reuniões de diretoria, e comissões quando estas forem realizadas concomitantes com os períodos de sessões plenárias.

§ 3º Fica limitado em 3 (três) a quantidade de jetons por dia, independentemente do número de reuniões.

§ 4º As excepcionalidades serão dirimidas pelo Presidente e Tesoureiro do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte.

III - AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO: é a indenização para cobertura de despesas com locomoção e refeição na cidade de origem e para os Municípios que fizerem parte da Região Metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, conforme disciplinado na Lei Complementar n. 559/2015, quais sejam, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês e Goianinha, não acumulável com a diária, quando da participação, através de convocação ou convite, para eventos, reuniões interna ou externa, palestras/aulas de interesse dos Conselhos de Medicina, apuração em fiscalização, sindicância e processo, específica para conselheiro efetivo e suplente, delegado regional, membro de comissão, membro de grupo de trabalho e convidado, limitado a um auxílio por dia, não podendo ultrapassar 22 (vinte e dois) auxílios/mês.

Parágrafo único - O pagamento do auxílio de representação ficará vinculado a apresentação de ata ou de relatório de participação, detalhando todas as atividades desenvolvidas e não poderá ser destinado a pessoas que possuem vínculo empregatício com os conselhos de medicina.

Art. 2º Os conselheiros regionais efetivos e suplentes, funcionários e demais convidados, quando em viagem nacional, nos moldes do inciso I do art. 1º, desta resolução, farão jus à percepção de diária nos valores demonstrados abaixo:

Itens	DIÁRIA NACIONAL	VALOR
I	Para conselheiros regionais efetivos e suplentes do CREMERN	R$ 670,00
II	Delegados das Delegacias Regionais, Consultores, Assessores, Convidados e Servidores de nível superior do CREMERN	R$ 530,00
III	Servidores de nível médio e elementar do CREMERN	R$ 335,00

§ 1º Os conselheiros, Delegados das Delegacias Regionais, Consultores, Assessores, convidados e Servidores do CREMERN, incluídos os de nível médio e elementar não farão jus à diária quando o deslocamento do Município de origem ocorrer para os Municípios que fizerem parte da Região Metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, conforme disciplinado na Lei Complementar n. 559/2015, quais sejam, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará Mirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês e Goianinha e não ocorrer pernoite.

§ 2º Serão acrescidos 20% (vinte por cento) sobre o valor da diária quando o deslocamento ocorrer para outra cidade fora da jurisdição do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º Fica estabelecido o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para o jeton e R$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais) para o auxílio de representação.

Art. 4º O valor das diárias quando em viagem internacional será arbitrado em reunião da Diretoria do CREMERN, com referendum do Pleno.

Art. 5º A emissão de passagem aérea ou terrestre (ônibus) e os pagamentos de diária, jeton e auxílio de representação serão autorizados mediante o Ato de Concessão e emissão de recibo, conforme anexos I, II e III, devidamente autorizados pelo presidente e tesoureiro do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte, e ciência do 1º Secretário.

§ 1º Os atos de concessão deverão ser encaminhados à Tesouraria com a maior antecedência possível e deverão contemplar as seguintes informações:

Convite ou motivação;

Número do projeto;

Diretor solicitante;

Nome do participante, cargo e/ou função;

Contato do participante. Exemplo: e-mail ou telefone;

Descrição do(s) motivo(s) da viagem;

Indicação dos locais em que o serviço/representação será realizado, bem como o horário;

Período de afastamento;

Trecho da viagem;

Despesas e respectivas quantidades;

Assinaturas dos ordenadores;

Quando o passageiro não for conselheiro, membro de comissão ou grupo de trabalho, delegado regional ou funcionário dos Conselhos de Medicina o Ato de Concessão deverá ser acompanhado de justificativa.

§ 2º Sem o Ato de Concessão a Tesouraria não tomará nenhuma providência em relação à viagem e a inobservância de qualquer item do § 1º deste artigo resultará na devolução do Ato de Concessão ao setor solicitante.

§ 3º A emissão das passagens e a contagem de diárias devem ter como marcos iniciais e finais, no máximo, um dia antes e um dia após os correspondentes eventos.

§ 4º Qualquer alteração de percurso, data ou horário de deslocamento será de inteira responsabilidade do passageiro, salvo quando de interesse da instituição ou motivo de força maior e com a devida autorização do presidente ou tesoureiro do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte.

§ 5º A viagem para o exterior deverá ser previamente aprovada pela Diretoria e Plenário do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte e a definição do trecho e data fica a cargo do presidente, tesoureiro e secretário-geral do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte.

§ 6º A prestação de contas da viagem deverá ser apresentada à Tesouraria no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do retorno da viagem, e deverá constar dos seguintes documentos:

cartão de embarque, ou recibo de passageiro quando da realização de check in via internet, ou declaração fornecida pela empresa de transporte aéreo;

relatório de participação, conforme anexo III, ou ainda, lista de presença, certificado de participação, ata ou diploma.

no caso da viagem internacional o relatório de participação é obrigatório e deverá ser apresentado à Tesouraria no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data do retorno da viagem.

§ 7º A falta da prestação de contas no prazo estabelecido impedirá o pagamento em relação à próxima viagem.

§ 8º A diária, jeton e auxílio de representação, quando recebidos indevidamente, deverão ser restituídos aos cofres do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte no prazo máximo de cinco dias, contados da data do retorno da viagem. Caso não ocorra a restituição no prazo estabelecido, o pagamento da próxima viagem será retido.

Art. 6º Os valores das diárias, quando não houver pernoite, serão reduzidos a 50% (cinquenta por cento).

Art. 7º A concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando, a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

Art. 8º As atividades descritas nesta Resolução devem ocorrer em caráter eventual ou transitório, de modo que os valores e as quantidades de verbas recebidas não configurem pagamento de remuneração e devem pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais princípios que regem a Administração Pública.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte.

Art. 10 Fica revogada a Resolução CREMERN nº 003/2017 e as demais disposições em contrário.

Art. 11 Esta resolução será publicada no Diário Oficial da União, e entrará em vigor a partir desta data.

MARCOS LIMA DE FREITAS
Presidente do Conselho

MOZAR DIAS DE ALMEIDA
Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Curso Básico de Responsabilidade Técnica para Médicos Veterinários e Zootecnistas e institui os requisitos para homologação de Anotação de Responsabilidade Técnica no estado da Paraíba.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba - CRMV/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas letras "a" do artigo 18 da Lei n.º 5.517/68, combinado com a alínea "a" do artigo 4º do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº. 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Considerando que o CRMV/PB é uma autarquia do Governo Federal que tem a prerrogativa da fiscalização do exercício profissional do Médico Veterinário e do Zootecnista e a homologação dos pedidos de Anotação de Responsabilidade Técnica destes profissionais. Considerando as atividades privativas e de competência do Médico Veterinário e do Zootecnista, atribuídos pelos art. 5º da Lei 5.517/68 e art. 3º da Lei 5.550/68, respectivamente. Considerando a importância das atividades de responsabilidade técnica o CRMV/PB instituiu no ano 2015 o "Manual do Responsável Técnico: Normas e Procedimentos" visando englobar o conjunto de normas regedoras a serem cumpridas por todos os Médicos Veterinários e Zootecnistas, no desempenho de suas atividades de Responsável Técnico. Considerando que Médicos Veterinários e Zootecnistas, por convicção, por inspiração cívica, tendo em vista o prestígio da classe e o progresso nacional, resolveram se submeter a instrumento normativo de comportamento, baseado na conduta profissional exemplar; Considerando as atribuições do CRMV/PB de fiscalizar e orientar o exercício profissional de Médicos Veterinários e de Zootecnistas para uma atuação plena e observância à conduta e ética profissional prevista nos Códigos de Ética do Médico Veterinário e do Zootecnista, pautando seus atos por princípios morais e éticos de modo a se fazer respeitar, preservando o prestígio e as tradições profissionais; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040400183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º - Instituir o Seminário Básico de Responsabilidade Técnica para Médicos Veterinários e Zootecnistas, de carga horária mínima de 6 horas, com o objetivo de orientar, informar sobre o conjunto de normas regulamentares de responsabilidades técnica, os Códigos de Ética do Médico Veterinário e do Zootecnista e responsabilidades administrativas, civis e criminais.

Art. 2º - Os profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia devem participar do Seminário Básico de Responsabilidade Técnica que contemple, no mínimo, os seguintes assuntos: a) Sistema CFMV e CRMV's - atividades e atribuições; b) Código de Ética e orientação profissional; c) Manual de Responsabilidade Técnica; d) Responsabilidades administrativas, civil e criminal. Parágrafo Único - Serão aceitos certificados de curso de responsabilidade técnica realizados em outros estados, desde que atendam os artigos 1º e 2º desta resolução. Art. 3º - Os cursos serão realizados de forma regionalizada no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do CRMV/PB, podendo ser realizados convênios com instituições públicas de ensino, pesquisa e fiscalização, ligadas à Medicina Veterinária e/ou Zootecnia, como colaboradores. Parágrafo Único - O participante receberá certificado do curso desde que tenha obtido 100% (cem por cento) de frequência e esteja em dia com suas obrigações junto ao CRMV/PB. Art. 4º - Fica instituído o Livro de Registro e Anotações do Responsável Técnico, fornecido pelo CRMV/PB e tem como objetivo a anotação de ocorrências relacionadas à atividade e as recomendações do profissional à empresa assistida. Parágrafo único: É obrigatória a permanência do livro na empresa e sua apresentação no ato das fiscalizações. Art.5º - Fica Instituído o Formulário de Anotação de Responsabilidade Técnica ART- Proprietário, Sócio-Proprietário ou Diretor Técnico (anexo 01) e o Formulário de Anotação de Responsabilidade Técnica ART- Para Eventos Agropecuários e Desportivos (anexo 02), para a devida inscrição nesta autarquia em conformidade com a legislação. § 1º - No caso de eventos o prazo mínimo para a solicitação de homologação da ART será de 30 dias antes do início do evento. Entende-se por início do evento o primeiro dia de sua realização e abertura ao público. § 2º - Nos eventos será obrigatória a apresentação de termos de ocorrências e relatório do evento no ato da fiscalização. Art. 6º - Para o exercício das atividades pertinentes à Medicina Veterinária ou à Zootecnia pelas pessoas jurídicas, a responsabilidade técnica será de exclusiva competência de Médico Veterinário ou Zootecnista, conforme o caso, inscrito no CRMV da jurisdição, conforme os arts. 5º e 6º da lei nº 5.517, de 1968, e 2º e 3º da lei nº 5.550, de 1968. Parágrafo Único - Quando o Médico Veterinário ou o Zootecnista for proprietário ou sócio de pessoa jurídica, ou, ainda, exerça algum cargo de direção, a comprovação destes deverá ser feita na Anotação de Responsabilidade Técnica conforme formulário em anexo, devendo-se, neste caso, fazer prova do cargo ocupado ou da condição de proprietário e/ou sócio da empresa. Art. 7º - Os representantes do CRMV/PB, diretores, conselheiros e fiscais, devidamente identificados, poderão, quando em visita à empresa ou evento, solicitar informações ao Responsável Técnico e proceder anotações e registros no Livro de Registro e Anotações do Responsável Técnico. Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU, revogando-se as disposições em contrário.

DOMINGOS FERNANDES LUGO NETO
Presidente do Conselho

MÉD. VET. VALERIA ROCHA CAVALCANTI
Secretária-Geral

